



Plano Municipal de Saneamento Básico





SUMÁRIO

VOLUME I

APRESENTAÇÃO	1
1.INTRODUÇÃO	2
2.LEGISLAÇÃO	2
3.CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO	12
3.1 Histórico	12
3.2 Localização	13
3.3 Infraestrutura urbana	14
3.4 Ensino	15
3.5 Clima	16
3.6 Hidrografia	16
4. ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	17
4.1 Geografia	18
4.2 Estrutura Municipal	20
4.3 Saneamento	21
5.SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	22
5.1. Infraestrutura existente	22
5.2. Consumo per economia	31
5.3. Zoneamento demográfico	36
5.4. Estudos de setorização	42
5.5. Cenários futuros	44
6.SISTEMA DE ESGOTO	61
6.1. Sistema de esgotamento existente	61
6.2. Cenários Futuros	71
6.3. Estudo técnico de alternativas para ampliação da ETE	74
6.4. Estudo técnico do sistema de esgotamento	111
7.SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS	117
7.1. Caracterização do Sistema de Drenagem	117
7.2. Cadastro do sistema de drenagem existente	119
7.3. Cenários Atual e Futuro	126
7.4. Diagnóstico das principais interferências existentes na rede de drenagem	163
7.5. Propostas de ações estruturais e não estruturais para controle das bacias urbanas..	199

VOLUME II

8. RESÍDUOS SÓLIDOS	215
8.1. Diagnóstico de Resíduos Sólidos	218
8.2. Identificação de Área para Disposição Final Ambientalmente Adequada dos Rejeitos 330	
8.3. Gestão e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Araraquara-SP	331
8.4. Plano de metas de acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos	341
8.5. Diretrizes e Metas	348
8.6. Modelo proposto para a gestão do sistema de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos	369
8.6.1. Análise financeira da PPP.	369
9.INDICADORES	383
10. SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	400
10.1. Aspectos Regulatórios e Modelos	400
10.2. Contexto Setorial	402
10.3. Finanças Públicas	406
10.4. Fontes de Financiamento dos Serviços Públicos de Saneamento Básico	414



10.5. Financiamento	415
11. SISTEMA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO	416
11.1. A Atividade Regulatória e de Fiscalização: Conceito e Características do Sistema Municipal de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico	416
11.2. A delimitação da abrangência e intensidade da regulação	419
12. SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E INSTRUMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO	425
12.1. Divulgação do Plano e Sistema de Informações	425
13. MARCO REGULATÓRIO MUNICIPAL DO SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO	426
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS	428
15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	431
16. ANEXOS	437



INDICE DE QUADROS

QUADRO 4-1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M).....	17
QUADRO 4-2 - EVOLUÇÃO DO PIB CORRENTE E PIB PER CAPITA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, SUA REGIÃO DE GOVERNO, REGIÃO ADMINISTRATIVA E ESTADO DE SÃO PAULO	17
QUADRO 4-3 - DOMICÍLIOS SEM RENDIMENTO, COM RENDIMENTO DE ½ E ¼ DE SALÁRIO MÍNIMO E RENDA PER CAPITA DE ARARAQUARA EM COMPARAÇÃO COM RG, RA E ESTADO DE SÃO PAULO.....	18
QUADRO 4.1-1 - PRINCIPAIS BAIRROS	19
QUADRO 4.3-1 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ...	21
COLETA DE LIXO E COLETA DE ESGOTO	21
QUADRO 5.1.5-1: CENTROS DE RESERVAÇÃO DE ARARAQUARA (2012).....	30
QUADRO 5.2.2-1 CONSUMO POR ECONOMIA DOMICILIAR.....	32
QUADRO 5.2.2-2 CONSUMO NÃO DOMICILIAR E RELAÇÃO COM DOMICILIAR	33
QUADRO 5.2.2-3 CONSUMO DOS GRANDES CONSUMIDORES E RELAÇÃO COM DOMICILIAR ..	34
QUADRO 5.2.2-4 PROJEÇÕES DE DEMANDA DE ÁGUA (CENÁRIO OTIMISTA: I _{PF} = 25%)	35
QUADRO 5.3.1-1 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA	38
QUADROS 5.3.2-1 PARÂMETROS DAS CURVAS LOGÍSTICAS PARA AS ZONAS ISODENSAS	41
QUADROS 5.3.2-2 DENSIDADES PROJETADAS PARA AS ZONAS ISODENSAS	41
QUADRO 5.5.1-1 DEMANDAS NO HORIZONTE DE PLANEJAMENTO, EM FUNÇÃO DO ÍNDICE META DE PERDAS.....	45
QUADRO 5.5.1-2 RESUMO DAS VAZÕES ATUALMENTE DISPONÍVEIS NOS MANANCIAIS EM OPERAÇÃO, NA CAPACIDADE PLENA.....	45
QUADRO 5.5.3.1-1 PARÂMETROS DE CAPTAÇÃO DE MANANCIAIS SUPERFICIAIS PARA A ETA FONTE	49
QUADRO 5.5.3.1-2 PARÂMETROS DE CAPTAÇÃO DE MANANCIAIS SUPERFICIAIS PARA A ETA PAIOL	49
QUADRO 5.5.3.1-3 ORÇAMENTO APROXIMADO ATRAVÉS DE CURVAS DE CUSTO SABESP PARA CAPTAÇÕES SUPERFICIAIS COM DESTINO A ETA FONTE.....	49
QUADRO 5.5.3.1-4 ORÇAMENTO APROXIMADO ATRAVÉS DE CURVAS DE CUSTO SABESP PARA CAPTAÇÕES SUPERFICIAIS COM DESTINO A ETA PAIOL.....	50
QUADRO 5.5.3.1-5 CLASSIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS PASSÍVEIS A CAPTAÇÃO DE ARARAQUARA.....	50
QUADRO 5.5.3.2-1 ORÇAMENTO APROXIMADO ATRAVÉS DE CURVAS DE CUSTO SABESP PARA CAPTAÇÕES PROFUNDAS (POÇOS)	52
QUADRO 5.5.3.4-1 SISTEMA DE RESERVAÇÃO PARA O PERÍODO DE PLANEJAMENTO.....	55
QUADRO 5.5.3.5-1 EXTENSÃO DOS REFORÇOS DA REDE PRIMÁRIA.....	57
QUADRO 5.5.3.6-1 EXTENSÃO DE REDE SECUNDÁRIA (FINAL DE PLANO).....	58
QUADRO 5.5.3.7-1 NÚMERO TOTAL DE NOVAS LIGAÇÕES (FINAL DE PLANO)	59
QUADRO 6.1-1 REDE EXISTENTE DE ESGOTO.....	62
QUADRO 6.1-2 ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EXISTENTES.....	64
QUADRO 6.1.1-1 VAZÕES, CARGA ORGÂNICA E CONCENTRAÇÃO MÉDIA DO ESGOTO AFLUENTE À ETE ARARAQUARA.....	66
QUADRO 6.2.2-1 VAZÃO DE LODO ADVINDO DAS DESCARGAS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE ARARAQUARA – ETA FONTE.....	72
QUADRO 6.2.2-2 VAZÃO PREVISTA DE ESGOTO INDUSTRIAL	72
QUADRO 6.2.2-3 VAZÃO PREVISTA DE ESGOTO AFLUENTE À ETE ARARAQUARA	72
QUADRO 6.2.2-4 VAZÕES E CARGAS ADOTADAS NO ESTUDO DE ALTERNATIVAS	73
DA AMPLIAÇÃO DA ETE (VALORES MÉDIOS).....	73



QUADRO 6.3.2.1-1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA DE LAGOAS AERADAS SEGUIDAS DE LAGOAS DE DECANTAÇÃO.....	76
QUADRO 6.3.2.2-1 CARACTERÍSTICAS DO LODO ACUMULADO NAS LAGOAS DE DECANTAÇÃO	79
QUADRO 6.3.2.2-2 PARÂMETROS DE MONITORAMENTO DA ETE ARARAQUARA	83
QUADRO 6.3.3.1-1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA DE	85
LADOS ATIVADOS POR AERAÇÃO PROLONGADA.....	85
QUADRO 6.3.4.1-1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA DE UASB SEGUIDO POR LODOS ATIVADOS CONVENCIONAL	91
QUADRO 6.3.4.2-1 PARÂMETROS DOS REATORES ANAERÓBIOS	93
QUADRO 6.3.4.2-1 ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE BIOGÁS.....	94
QUADRO 6.3.5.1-1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA DE LODOS ATIVADOS POR AERAÇÃO PROLONGADA DO TIPO BIOLAC	98
QUADRO 6.3.6.2-1 PARÂMETROS DOS REATORES ANAERÓBIOS	103
QUADRO 6.3.6.2-2 ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE BIOGÁS.....	104
QUADRO 6.3.7.2-1 COMPARAÇÃO TÉCNICA CONSTRUTIVA ENTRE AS ALTERNATIVAS	108
QUADRO 6.3.7.2-2 PARÂMETROS OPERACIONAIS DAS ALTERNATIVAS B, C, D, E.....	109
QUADRO 6.3.7.3-1 - PODER CALORÍFICO DE ALTERNATIVAS DE COMBUSTÍVEL.....	110
QUADRO 6.4.3-1 - NOVOS COLETORES PREVISTOS.....	114
QUADRO 7.1.1-1 CURVA IDF ARARAQUARA EM FUNÇÃO DO PERÍODO DE RETORNO	117
QUADRO 7.2.1-1 PEDOLOGIA DA ÁREA EM ESTUDO.....	120
QUADRO 7.2.1-2- GRUPOS HIDROLÓGICOS.....	122
QUADRO 7.2.2-1 DADOS DAS SUB-BACIAS DE SIMULAÇÃO	123
QUADRO 7.3.1-1 ZONAS E MACROZONAS.....	128
QUADRO 7.3.1-2 ZONAS E MACROZONAS.....	130
QUADRO 7.3.1-3 CÓDIGOS (NRCS) DE CLASSIFICAÇÃO.....	132
QUADRO 7.3.1-4 CLASSIFICAÇÃO MACROZONAS.....	133
QUADRO 7.3.1-5 CLASSIFICAÇÃO MACROZONAS (CONT.).....	133
QUADRO 7.3.1-6 DESCRIÇÃO DOS CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO DO NRCS	134
QUADRO 7.7-7 CN'S FUTUROS DA SUB-BACIAS.....	136
QUADRO 7.3.2-1 CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA FORA DA LIMITE DA ÁREA ANTROPOFIZADA	138
QUADRO 7.3.2-2 CN'S ATUAL DA SUB-BACIAS	140
QUADRO 7.3.3.2-1 POSTO PLUVIOGRÁFICO ESTUDADO	141
QUADRO 7.3.3.4-1 RESULTADOS DO ESTUDO DA SÉRIE HISTÓRICA DO POSTO DO CHIBARRO EM ARARAQUARA.....	144
QUADRO 7.3.3.4-2 DURAÇÃO E PRECIPITAÇÃO OBSERVADAS NOS 15 EVENTOS MAIS CRÍTICOS ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1998 NA SÉRIE DO POSTO DO CHIBARRO EM ARARAQUARA	145
QUADRO 7.9.6.3-3 RECORTE DAS INFORMAÇÕES DO POSTO PLUVIOGRÁFICO DO CHIBARRO E SUA EQUAÇÃO IDF	147
QUADRO 7.3.3.4-4 PREVISÃO DE MÁXIMAS INTENSIDADE DE CHUVAS, EM MM/H.....	148
QUADRO 7.3.3.4-5 PREVISÃO DE MÁXIMAS ALTURAS DE CHUVAS, EM MM.....	148
QUADRO 7.3.3.5-1 RESULTADOS DO ESTUDO DA SÉRIE HISTÓRICA DO POSTO DO CHIBARRO EM ARARAQUARA.....	149
QUADRO 7.3.3.5-2 DURAÇÃO E PRECIPITAÇÃO OBSERVADAS NOS 15 EVENTOS MAIS CRÍTICOS ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1998 NA SÉRIE DO POSTO DO CHIBARRO EM ARARAQUARA	149
QUADRO 7.3.3.7-1 RESULTADOS DA MODELAGEM	152
QUADRO 7.4.2-1 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.09 OU TRAVESSIA T.01	167
QUADRO 7.4.2-2 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.10 OU TRAVESSIA T.03	167
QUADRO 7.4.2-3 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.12 OU TRAVESSIA T.05.....	168



QUADRO 7.4.2-4 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.14 OU TRAVESSIA T.06	169
QUADRO 7.4.2-5 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.15 OU TRAVESSIA T.07	170
QUADRO 7.4.2-6 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.16 OU TRAVESSIA T.08	171
QUADRO 7.4.2-7 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.17 OU TRAVESSIA T.09	172
QUADRO 7.4.2-8 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.18 OU TRAVESSIA T.10	173
QUADRO 7.4.2-9 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 3.01 OU TRAVESSIA T.13	174
QUADRO 7.4.2-10 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 5.04 OU TRAVESSIA T.16	175
QUADRO 7.4.2-11 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 5.05 OU TRAVESSIA T.17	176
QUADRO 7.4.2-12 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 5.06 OU TRAVESSIA T.18	178
QUADRO 7.4.2-13 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 5.07 OU TRAVESSIA T.19	179
QUADRO 7.4.2-14 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 8.01 OU TRAVESSIA T.20	180
QUADRO 7.4.2-15 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 9.01 OU TRAVESSIA T.21	181
QUADRO 7.4.2-16 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 9.02 OU TRAVESSIA T.22	182
QUADRO 7.4.2-17 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 10.11 OU TRAVESSIA T.25	183
QUADRO 7.4.2-18 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.07 OU TRAVESSIA T.31	184
QUADRO 7.4.2-19 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.11 OU TRAVESSIA T.34	185
QUADRO 7.4.2-20 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.14 OU TRAVESSIA T.36	186
QUADRO 7.4.2-21 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.16 OU TRAVESSIA T.38	187
QUADRO 7.4.2-22 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.19 OU TRAVESSIA T.41	188
QUADRO 7.4.2-23 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.20 OU TRAVESSIA T.42	189
QUADRO 7.4.2-24 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.21 OU TRAVESSIA T.43	190
QUADRO 7.4.2-25 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 20.02 OU TRAVESSIA T.45	191
QUADRO 7.4.2-11 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 21.01 OU TRAVESSIA T.46	192
QUADRO 7.4.2-27 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 22.01 OU TRAVESSIA T.47	193
QUADRO 7.4.2-28 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 23.01 OU TRAVESSIA T.48	194
QUADRO 7.4.2-29 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 23.02 OU TRAVESSIA T.49	195
QUADRO 7.4.2-30 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 23.03 OU TRAVESSIA T.50	196
QUADRO 7.5.8-1 TEMPO DE RETORNO (ANOS) - BARRAMENTOS.....	207
QUADRO 8.1.1.1-1 LOCALIZAÇÃO DOS CONTÊINERES PARA RESÍDUOS DOMICILIARES E RESPECTIVAS QUANTIDADES	219
QUADRO 8.1.1.4-1 RESUMO DA GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMICILIARES DE ARARAQUARA-SP	230
QUADRO 8.1.2.2-1 QUANTIDADE DE MATERIAL TRIADO E VENDIDO	238
QUADRO 8.1.2.5-1 RESUMO DA DE COLETA SELETIVA EM ARARAQUARA-SP.....	244
QUADRO 8.1.3.5-1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RCC EM ARARAQUARA-SP	260
QUADRO 8.1.4-1 GRUPOS DOS RSS E SEUS CONSTITUINTES.....	263
QUADRO 8.1.4.4-1 EQUIPAMENTOS DO NGA JARDINÓPOLIS	271
QUADRO 8.1.4.6-1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RSS.....	271
QUADRO 8.1.5.1-1 RELAÇÃO DE FEIRAS-LIVRES	274
QUADRO 8.1.5.5-1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE LIMPEZA PÚBLICA EM ARARAQUARA-SP	278
QUADRO 8.1.6.5-1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS	283
RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ARARAQUARA-SP	283
QUADRO 8.1.7.3-1 POTENCIAIS GERADORES DE RESÍDUOS DE MINERAÇÃO	286
QUADRO 8.1.7.5- 1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE MINERAÇÃO EM ARARAQUARA-SP.....	287
QUADRO 8.1.9.6-1 RESUMO DA GESTÃO DOS RI DE ARARAQUARA-SP	308
QUADRO 8.1.10.6-1 RESUMO DA GESTÃO DE RESÍDUOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ARARAQUARA-SP.....	310
QUADRO 8.1.11.5-1 RESUMO DA GESTÃO DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE	322



SANEAMENTO BÁSICO EM ARARAQUARA-SP.....	322
QUADRO 8.1.12.5-1 RESUMO DA GESTÃO DE RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS	326
QUADRO 9-1: INDICADORES DOS ANOS DE 2010 A 2012 PARA ARARAQUARA E ESTADO DE SÃO PAULO.....	383
QUADRO 9-2: CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA OS PARÂMETROS DA QUALIDADE DA ÁGUA.....	385
QUADRO 9-3: PARÂMETROS PARA COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	386
QUADRO 9-4: PARÂMETROS DE CONTINUIDADE DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	387
QUADRO 9-5: PARÂMETROS PERDAS NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	387
QUADRO 9-6: PARÂMETROS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	388
QUADRO 9-7 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DE RSU DE ARARAQUARA, NAS DIFERENTES DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE	391
QUADRO 10.3.1-1: CRESCIMENTO MÉDIO DAS RECEITAS	410
QUADRO 10.3.2-1: CRESCIMENTO MÉDIO DAS DESPESAS.....	412
QUADRO 10.3.2-2: PERCENTUAL DAS DESPESAS SOBRE RECEITA CORRENTE	412
QUADRO 10.3.2-3 CRESCIMENTO MÉDIO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA	413
QUADRO 10.5.1-1: RECURSOS FEDERAIS.....	415

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 5.1.1-1: VOLUMES DE CAPTAÇÃO E PRODUÇÃO DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS (2011)	22
TABELA 5.1.2-1: VOLUMES DE CAPTAÇÃO DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS (2011).....	23
TABELA 5.1.3-1: VOLUMES DE CAPTAÇÃO DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS	26
TABELA 5.1.4-1: VOLUMES DE CAPTAÇÃO DOS MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS	27
TABELA 5.1.4-2: VOLUMES DE CAPTAÇÃO DOS MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS	28
TABELA 5.4.2-1 DEMANDA POR SETOR DE ABASTECIMENTO (I_{PF} DE 25%)	43
TABELA 5.5.3.3-1: DEMANDAS MÁXIMAS HORÁRIAS POR SETOR DE ABASTECIMENTO DURANTE TODO HORIZONTE DE PLANEJAMENTO	54
TABELA 5.5.3.4-1 DEMANDAS MÁXIMAS DIÁRIAS E VOLUME TOTAL DE RESERVAÇÃO	55
TABELA 6.3.7.4-1 CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DAS TRÊS ALTERNATIVAS (EM MILHÕES DE R\$).....	111
TABELA 6.4.2-1: VAZÕES NAS SUB-BACIAS DE ESGOTAMENTO	112
TABELA 6.4.4-1 - PREVISÃO DE EXECUÇÃO DE NOVAS REDES DE ESGOTO.....	114
TABELA 6.4.4-2 - PREVISÃO DE NOVAS LIGAÇÕES DE ESGOTO	115
TABELA 8.1.1.1-1 QUANTIDADES DE COLETADAS DE RSD.....	220
TABELA 8.1.1.2-1 AMOSTRAGEM PARA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RSD.....	221
TABELA 8.1.1.2-2 RESULTADOS DA CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RSD DE ARARAQUARA-SP	223
TABELA 8.1.1.2-3 TEOR DE UMIDADE E DE MATERIAL SECO.....	225
TABELA 8.1.3.1-1 QUANTIDADES COLETADAS DE RCC E VOLUMOSOS PELO MUNICÍPIO EM 2010.....	249
TABELA 8.1.3.1-2 QUANTIDADES COLETADAS DE RCC E VOLUMOSOS PELO MUNICÍPIO EM 2011.....	249
TABELA 8.1.3.1-3 QUANTIDADES COLETADAS DE RCC E VOLUMOSOS PELO MUNICÍPIO EM 2012.....	250
TABELA 8.1.3.1-4 QUANTIDADES COLETADAS DE RCC E VOLUMOSOS PELO MUNICÍPIO EM 2013.....	250
TABELA 8.1.3.1-5 QUANTIDADES COLETADAS DE RCC ORIUNDOS DE GRANDES GERADORES	252
TABELA 8.1.3.2-1 QUANTIDADE DE RECICLÁVEIS RETIRADOS DOS RCC.....	252
TABELA 8.1.3.2-2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RCC COLETADOS DE GRANDES GERADORES	253
TABELA 8.1.4.1-1 QUANTIDADES COLETADAS DE RSS DE PEQUENOS GERADORES	266



TABELA 8.1.4.1-2 QUANTIDADES COLETADAS DE RSS DE GRANDES GERADORES (T)	266
TABELA 8.1.5.1-1 RESUMO DOS RESÍDUOS COLETADOS PELO MUTIRÃO DA DENGUE.....	276
TABELA 8.1.8.1-1 PNEUS RECOLHIDOS PELA ANIP	302
TABELA 8.1.11.1-1 RESULTADOS ENCONTRADOS NOS ENSAIOS DOS RESÍDUOS COLETADOS NA ETA.....	313
TABELA 8.1.12.2-1 MATERIAL REMOVIDO DA CENTRAL DE COLETA DA ARIAR.....	324
TABELA 8.4.1-1 DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADO DOS REJEITOS EM ARARAQUARA-SP	341
TABELA 8.4.1-2 REDUÇÃO DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS DISPOSTOS EM ATERRO, COM BASE NA CARACTERIZAÇÃO APRESENTADA NESTE PLANO.....	341
TABELA 8.4.1-3 REDUÇÃO DO PERCENTUAL DE RSU FACILMENTE DEGRADÁVEIS (RESÍDUOS COMPOSTÁVEIS) DISPOSTOS EM ATERROS, COM BASE NA CARACTERIZAÇÃO APRESENTADA NESTE PLANO	341
TABELA 8.4.2-1 TRATAMENTO IMPLEMENTADO PARA RESÍDUOS PERIGOSOS E/OU RESÍDUOS QUE NECESSITAM DE TRATAMENTO CONFORME INDICADO PELAS RDC ANVISA Nº 306/2004 E CONAMA Nº 358/2005 OU QUANDO DEFINIDO POR NORMA ESTADUAL OU MUNICIPAL VIGENTE	342
TABELA 8.4.2-2 DISPOSIÇÃO FINAL EM LOCAL QUE POSSUA LICENÇA AMBIENTAL PARA OS RSS	342
TABELA 8.4.2-3 LANÇAMENTO DE EFLUENTES PROVENIENTES DE SERVIÇOS DE SAÚDE EM ATENDIMENTO AOS PADRÕES NAS RESOLUÇÕES CONAMA Nº 357/05 ALTERADA PELAS RESOLUÇÕES Nº 370, DE 2006, Nº 397, DE 2008, Nº 410 DE 2009, E Nº 430 DE 2011, CONFORME ESTABELECE O ART. 11 DA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 358/2005.....	342
TABELA 8.4.2-4 INSERÇÃO DE INFORMAÇÕES DE RSS NO CNES.....	343
TABELA 8.4.3-1 ADEQUAÇÃO DO TRATAMENTO DE RESÍDUOS GERADOS NOS PORTOS E AEROPORTOS, CONFORME NORMATIVOS VIGENTES	343
TABELA 8.4.3-2 ESTABELECE COLETA SELETIVA NAS ÁREAS DE PORTOS E AEROPORTOS E VIABILIZAR FLUXO DE LOGÍSTICA REVERSA DOS RESÍDUOS GERADOS DENTRO DOS PORTOS E AEROPORTOS QUANTO AO RECOLHIMENTO DE PRODUTOS	344
TABELA 8.4.3-3 INSERÇÃO DAS INFORMAÇÕES DE QUANTITATIVOS DE RESÍDUOS (DADOS DO PGRS) NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS (IBAMA).....	344
TABELA 8.4.4-1 RESÍDUOS PERIGOSOS E NÃO PERIGOSOS COM DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA	344
TABELA 8.4.5-1 INVENTÁRIO DOS RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS	345
TABELA 8.4.5-2 AMPLIAÇÃO DA LOGÍSTICA REVERSA PARA TODAS AS CATEGORIAS DE RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS.....	345
TABELA 8.4.6-1 LEVANTAMENTO DE DADOS DOS RESÍDUOS GERADOS PELA ATIVIDADE MINERAL.....	345
TABELA 8.4.6-2 DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA DE RESÍDUOS DE MINERAÇÃO.....	345
TABELA 8.4.6-3 IMPLANTAÇÃO DE PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE MINERAÇÃO - PGRMS	346
TABELA 8.4.6-4 AMPLIAÇÃO DO APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DE MINERAÇÃO	346
TABELA 8.4.7-1 ELIMINAÇÃO DE 100% DE ÁREAS DE DISPOSIÇÃO IRREGULAR ATÉ 2014 (BOTA FORAS).....	346
TABELA 8.4.7-2 IMPLANTAÇÃO DE ATERROS DE RESÍDUOS CLASSE A DE RESERVAÇÃO DE MATERIAL PARA USOS FUTUROS.....	346
TABELA 8.4.7-3 IMPLANTAÇÃO DE PEVS – PONTO DE ENTREGA DE VOLUMOSOS –, ÁREAS DE TRIAGEM E TRANSBORDO	347



TABELA 8.4.7-4 DESTINAÇÃO DOS RCCS PARA INSTALAÇÕES DE RECUPERAÇÃO PARA REUTILIZAÇÃO E RECICLAGEM.....	347
TABELA 8.4.7—5 ELABORAÇÃO, PELOS GRANDES GERADORES, DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC) E DE SISTEMA DECLARATÓRIO DOS GERADORES, TRANSPORTADORES E ÁREAS DE DESTINAÇÃO	347
TABELA 8.4.7—6 ELABORAÇÃO DE DIAGNÓSTICO QUANTITATIVO E QUALITATIVO DA GERAÇÃO, COLETA E DESTINAÇÃO DOS RCC	347
TABELA 8.4.7-7 CARACTERIZAÇÃO DOS RESÍDUOS E REJEITOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA DEFINIÇÃO DE REUTILIZAÇÃO, RECICLAGEM E DISPOSIÇÃO.....	348

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 3.2-1 O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA NO ESTADO DE SÃO PAULO	14
FIGURA 6.1.3-1 ETE COMPACTA BELA VISTA	70
FIGURA 7.1.1-1 CURVA IDF ARARAQUARA EM FUNÇÃO DO PERÍODO DE RETORNO.....	118
FIGURA 7.1.1-2 CURVA IDF ARARAQUARA EM FUNÇÃO DA DURAÇÃO T (MINUTOS).....	119
FIGURA 7.3.1-1 – ARR-PMSB - MAPA DE ZONAS E MACROZONAS	128
FIGURA 7.7-1 IMAGEM EM ESCALA DE CORES DOS CN'S DO CENÁRIO FUTURO DA ÁREA DE ESTUDO.....	136
FIGURA 7.3.2-1 – IMAGEM EM ESCALA DE CORES, DOS CN'S DO CENÁRIO ATUAL DA ÁREA DE ESTUDO.....	139
FIGURA 7.3.3.4-1 -DISTRIBUIÇÃO DA CHUVA – RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS DO POSTO CHIBARRO.....	144
FIGURA 7.3.3.4-2 DISTRIBUIÇÃO DA CHUVA – RESULTADO FINAL PARA OS EVENTOS MAIS CRÍTICOS DA SÉRIE	146
FIGURA 7.3.3.4-3 VERIFICAÇÃO DA ESTABILIZAÇÃO DA SÉRIE HISTÓRICA DO POSTO CHIBARRO.....	146
FIGURA 7.3.3.5-1 DISTRIBUIÇÃO DA CHUVA – RESULTADOS INTERMEDIÁRIOS DO POSTO CHIBARRO.....	149
FIGURA 7.3.3.5-2: DISTRIBUIÇÃO DA CHUVA – RESULTADO FINAL PARA OS EVENTOS MAIS CRÍTICOS DA SÉRIE	150
FIGURA 7.3.3.6-1 – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DE CHUVA SEM RESTRIÇÕES (TIPO 1).....	151
FIGURA 7.3.3.6 - DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DE CHUVA COM RESTRIÇÕES (TIPO 2)	151
FIGURA 7.3.4-1 SEÇÃO 1.23 RIBEIRÃO DAS CRUZES	157
FIGURA 7.3.4-2 SEÇÃO 03.04 DO CÓRREGO DO TANQUINHO.....	157
FIGURA 7.3.4-3 SEÇÃO 05.08 DO CÓRREGO DO SERRALHAL.....	158
FIGURA 7.3.4- 4 SEÇÃO 08.02 DO CÓRREGO MARIVAN	158
FIGURA 7.3.4-5 SEÇÃO 09.04 DO CÓRREGO DO CUPIM.....	159
FIGURA 7.3.4-6 SEÇÃO 10.14 DO CÓRREGO ÁGUA DOS PAIOIS.....	159
FIGURA 7.3.4-7 SEÇÃO 14.11 DO CÓRREGO DO LAJEADO	160
FIGURA 7.3.4-8 SEÇÃO 18.22 DO RIBEIRÃO DO OURO.....	160
FIGURA 7.3.4-9 SEÇÃO 20.03 DO CÓRREGO DO PINHEIRINHO.....	161
FIGURA 7.3.4-10 SEÇÃO 22.02 DO CÓRREGO DO VIEIRA	161
FIGURA 7.3.4-11 SEÇÃO 23.05 DO CÓRREGO DA ÁGUA BRANCA	162
FIGURA 7.3.4-12 SEÇÃO 24.02 DO CÓRREGO DO PAIVA.....	162
FIGURA 7.4.1-1 SEÇÃO DA INTERFERÊNCIA T.10.....	164
FIGURA 7.4.1-2 DADOS DE COORDENADAS X E Y	164
FIGURA 7.4.1-3 TELA DE APRESENTAÇÃO DO SOFTWARE PARA TRANSFORMAÇÃO DE DADOS	165
FIGURA 7.4.1-4 SAÍDA DE DADOS DO SOFTWARE.....	165
FIGURA 7.4.2-1 ESQUEMA DA EQUIVALÊNCIA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS	166
FIGURA 7.4.2-2 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 1.09 OU TRAVESSIA T.01.....	167



FIGURA 7.4.2-3 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 1.10 OU TRAVESSIA T.03.....	168
FIGURA 7.4.2-4 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 1.12 OU TRAVESSIA T.05.....	169
FIGURA 7.4.2-5 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 1.14 OU TRAVESSIA T.06.....	170
.....	171
FIGURA 7.4.2-6 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 1.15 OU TRAVESSIA T.07.....	171
FIGURA 7.4.2-7 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 1.16 OU TRAVESSIA T.08.....	172
FIGURA 7.4.2-8 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 1.17 OU TRAVESSIA T.09.....	173
FIGURA 7.4.2-9 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 1.18 OU TRAVESSIA T.10.....	174
.....	175
FIGURA 7.4.2-10 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 3.01 OU TRAVESSIA T.13.....	175
FIGURA 7.4.2-11 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 5.04 OU TRAVESSIA T.16.....	176
FIGURA 7.4.2-12 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 5.05 OU TRAVESSIA T.17.....	177
FIGURA 7.4.2-13 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 5.06 OU TRAVESSIA T.18.....	178
FIGURA 7.4.2-14 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 5.07 OU TRAVESSIA T.19.....	179
FIGURA 7.4.2-15 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 8.01 OU TRAVESSIA T.20.....	180
FIGURA 7.4.2-16 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 9.01 OU TRAVESSIA T.21.....	181
FIGURA 7.4.2-17 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 9.02 OU TRAVESSIA T.22.....	182
FIGURA 7.4.2-18 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 10.11 OU TRAVESSIA T.25.....	183
FIGURA 7.4.2-19 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 18.07 OU TRAVESSIA T.31.....	185
FIGURA 7.4.2-20 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 18.11 OU TRAVESSIA T.34.....	186
FIGURA 7.4.2-21 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 18.14 OU TRAVESSIA T.36.....	187
FIGURA 7.4.2-22 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 18.16 OU TRAVESSIA T.38.....	188
FIGURA 7.4.23 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 18.19 OU TRAVESSIA T.41.....	189
FIGURA 7.4.2-24 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 18.20 OU TRAVESSIA T.42.....	190
FIGURA 7.4.2-25 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 18.21 OU TRAVESSIA T.43.....	191
FIGURA 7.4.2-26 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 20.02 OU TRAVESSIA T.45.....	192
FIGURA 7.4.2-27 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 21.01 OU TRAVESSIA T.46.....	193
FIGURA 7.4.2-28 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 22.01 OU TRAVESSIA T.47.....	194
FIGURA 7.4.2-29 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 23.01 OU TRAVESSIA T.48.....	195
FIGURA 74.2-30 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 23.02 OU TRAVESSIA T.49.....	196
FIGURA 7.4.2-31 HIDROGRAMA DA SEÇÃO 23.03 OU TRAVESSIA T.50.....	197
FIGURA 7.5.2-1 REPRESENTAÇÃO ESQUEMÁTICA DAS ZONAS QUE COMPÕE O SISTEMA FLUVIAL.....	200
FIGURA 7.5.3-1 INDICAÇÃO DOS LOCAIS EM PROCESSO DE EROÇÃO NO CÓRREGO DO CUPIM.....	201
.....	201
FIGURA 7.5.6-1 INDICAÇÃO DOS LOCAIS EM PROCESSO DE EROÇÃO NO CÓRREGO DO MARIVAN.....	203
FIGURA 7.5.9-1 DIAGRAMA DE METODOLOGIAS ADOTADAS PARA A ESTIMATIVA DE VAZÕES MÁXIMAS.....	210
FIGURA 6-1: ORGANOGAMA DA ESTRUTURA MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	217
FIGURA 8.1.1.2-1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS DOMICILIARES DE ARARAQUARA-SP.....	224
FIGURA 8.1.1.2-2 ATERRO CGR GUATAPARÁ.....	227
FIGURA 8.1.1.2-3 ESTAÇÃO DE TRANSBORDO, ATERRO ENCERRADO E ÁREA INDEFERIDA PARA IMPLANTAÇÃO DO NOVO ATERRO SANITÁRIO.....	227
FIGURA 8.1.1.2-4 CUSTOS DO MANEJO DOS RESÍDUOS DOMICILIARES COM TERCEIROS.....	229
FIGURA 8.1.1.2-5 FLUXOGRAMA – RESÍDUOS DOMICILIARES.....	230
FIGURA 8.1.2.1-1 MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS BAIROS PARTICIPANTES DO PROJETO PILOTO DE COLETA SELETIVA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, SP.....	234
FIGURA 8.1.2.1-2 EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES COLETADAS DE RECICLÁVEIS.....	236



FIGURA 8.1.2.2-2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DOS RESÍDUOS DA COLETA SELETIVA.....	238
FIGURA 8.1.2.3-1 ÁREA OCUPADA PELA CENTRAL DE TRIAGEM.....	239
FIGURA 8.1.2.3-2 FLUXOGRAMA – COLETA SELETIVA.....	242
FIGURA 8.1.2.3-3 FLUXOGRAMA – TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DO EPS.....	243
FIGURA 8.1.3.1-1 PEV JD. SÃO GABRIEL.....	247
FIGURA 8.1.3.1-2 TOTEM INFORMATIVO DO PEV – PONTOS DE ENTREGA DE VOLUMOSOS – SANTA LÚCIA.....	247
FIGURA 8.1.3.3-1 ÁREAS DE DESTINAÇÃO FINAL DE RCC.....	254
FIGURA 8.1.3.3-2 FLUXOGRAMA – RECEBIMENTO E TRIAGEM DE RCC PELO DAAE.....	256
FIGURA 8.1.3.3-3 FLUXOGRAMA – RESÍDUOS DE MASSA VERDE.....	257
FIGURA 8.1.3.3-4 FLUXOGRAMA – RESÍDUOS VOLUMOSOS.....	258
FIGURA 8.1.3.3-5 FLUXOGRAMA – DESTINAÇÃO FINAL DE RCC.....	259
FIGURA 8.1.4.3-1 ÁREA DA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE RSS.....	268
FOTO 8.1.4.3-3 CENTRAL DE TRATAMENTO DE RSS TEMPORARIAMENTE DESATIVA.....	269
FOTO 8.1.4.3-4 INCINERADOR DESATIVADO TEMPORARIAMENTE.....	269
FIGURA 8.1.4.3-2 FLUXOGRAMA - RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE.....	270
FIGURA 8.1.8.1-1 OBSTRUÇÃO DE REDES E POÇOS DE VISITA POR RESÍDUOS DE ÓLEO (SABESP, 2011).....	289
FIGURA 8.1.8.1-2 FLUXOGRAMA – ÓLEOS DE COZINHA PÓS USO.....	291
FIGURA 8.1.8.1-3 LOCAL DE ARMAZENAMENTO PROVISÓRIO DOS REEE (GOOGLE EARTH, 2013 ADAPTADA).....	294
FIGURA 8.1.8.1-4 FLUXOGRAMA DE GERENCIAMENTO DE RECEPÇÃO, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS ELETROELETRÔNICOS.....	296
FIGURA 8.1.8.1-5 LOCAL DE TRATAMENTO E ARMAZENAMENTO DE LÂMPADAS FLUORESCENTES.....	297
FIGURA 8.1.8.1-6 FLUXOGRAMA – RECEBIMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE LÂMPADAS MERCURIAIS.....	299
FIGURA 8.1.8.1-7 LOCAL DE ARMAZENAMENTO DE PNEUS INSERVÍVEIS.....	300
FIGURA 8.1.8.1-8 FLUXOGRAMA – PNEUS INSERVÍVEIS PARA RODAGEM.....	303
FIGURA 8.1.8.1-9 FLUXOGRAMA – VIDROS ESPECIAIS.....	305
FIGURA 8.1.11.1-1 ETA FONTE.....	312
FIGURA 8.1.11.1-2 ETA-PAIOL.....	315
FIGURA 8.1.11.1-3 ETE-ARARAQUARA.....	316
FIGURA 8.1.11.1-4 ETE-BUENO.....	318
FIGURA 8.1.11.1-4 ETR- ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	319
FIGURA 8.1.11.1-5 ATERRO SANITÁRIO DA CGR-GUATAPARÁ.....	321
FIGURA 8.1.12.2-1 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA DAS EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS.....	325
FIGURA 8.1.8.2-2: SÍNTESE ANALÍTICA DA QUANTIDADE COLETADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS QUANTO A SUA ORIGEM.....	328
FIGURA 8.1.8.2-2: SÍNTESE ANALÍTICA DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	329
FIGURA 8.2-1 MAPA DO ZONEAMENTO AMBIENTAL (PLANO DIRETOR MUNICIPAL).....	330
FIGURA 8.2-2 MAPA DO PLANO DE ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO DA CIDADE (PAR) (PLANO DIRETOR MUNICIPAL).....	331
FIGURA 8.3-1 ESTRATÉGIA PARA GESTÃO E GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS DOMICILIARES EM ARARAQUARA-SP.....	333
FIGURA 8.3-2 PROCEDIMENTO RECOMENDADO PARA NÃO GERAÇÃO, REDUÇÃO, REUTILIZAÇÃO, RECICLAGEM E RECUPERAÇÃO ENERGÉTICA DOS RESÍDUOS DOMICILIARES – COLETA SELETIVA E COLETA DIFERENCIADA – DE ARARAQUARA-SP.....	334



FIGURA 8.3-3 ESTRATÉGIA RECOMENDADA PARA A GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DA COLETA DIFERENCIADA – RESÍDUOS COMPOSTÁVEIS – DE ARARAQUARA-SP	335
FIGURA 8.3-4 ESTRATÉGIA RECOMENDADA PARA A GESTÃO E GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RCC DE ARARAQUARA -SP.....	336
FIGURA 8.3-5 ESTRATÉGIA RECOMENDADA PARA A GESTÃO E GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RSS DE ARARAQUARA -SP.....	337
FIGURA 8.3-6 ESTRATÉGIA RECOMENDADA PARA A GESTÃO E GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA – PODA E CAPINA – DE ARARAQUARA-SP.....	338
FIGURA 8.3-7 SEQUÊNCIA RECOMENDADA PARA A GESTÃO E GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RI EM ARARAQUARA-SP	339
FIGURA 8.3-8 SEQUÊNCIA RECOMENDADA PARA A GESTÃO E GERENCIAMENTO INTEGRADO DOS RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS – EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS – EM ARARAQUARA-SP	340
FIGURA 10.2-1: DISTRIBUIÇÃO DAS FORMAS DE DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS AO LONGO DO BRASIL	405
FIGURA 10.3.1-1: EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DE ARARAQUARA POR MANDATO.....	407
FIGURA 10.3.1-2: EVOLUÇÃO DA RECEITA TRIBUTÁRIA ARARAQUARA POR MANDATO.....	407
FIGURA 10.3.1-3: CRESCIMENTO MÉDIO DAS RECEITAS POR MANDATO	408
FIGURA 10.3.1-4: EVOLUÇÃO DO IPTU.....	409
FIGURA 10.3.1-5: IPTU E ISS SOBRE RECEITAS TRIBUTÁRIA E TOTAL.....	409
FIGURA 10.3.1-6: ARRECADAÇÃO DE IPTU PER CAPITA POR MANDATO ELEITORAL EM R\$....	410
FIGURA 10.3.2-1: CRESCIMENTO DAS DESPESAS POR MANDATO	412
FIGURA 10.3.2-2 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DE ARARAQUARA POR MANDATO	412
FIGURA 10.3.2-3: PARTICIPAÇÃO MÉDIA DAS DESPESAS POR FUNÇÃO DE 2002-2011.....	414

ÍNDICE DE FOTOS

FOTO 5.1.3-1: CAPTAÇÃO CRUZES	24
FOTO 5.1.3-2: CAPTAÇÃO ANHUMAS	24
FOTO 5.1.3-3: CAPTAÇÃO PAIOL.....	24
FOTO 5.1.3-4: ETA FONTE.....	25
FOTO 5.1.3-5: ETA PAIOL.....	25
FOTO 6.1.1-1 TRATAMENTO PRELIMINAR	64
FOTO 6.1.1-2 LAGOA AERADA.....	64
FOTO 6.1.1-3 LAGOA DE SEDIMENTAÇÃO.....	65
FOTO 6.1.2-1 EQUIPAMENTO MECANIZADO DENOMINADO ROTAMAT.....	68
FOTO 6.3.2.2-1 LAGOA AERADA COM AERADORES DO TIPO SUBMERSO PROPULSOR	78
FOTO 6.3.2.2-2 SISTEMA DE DESAGUAMENTO E SECAGEM TÉRMICA DO LODO	82
FOTO 6.3.2.2-3 SISTEMA DE DESAGUAMENTO E SECAGEM TÉRMICA DO LODO	82
FOTO 6.3.2.2-4 SISTEMA DE DESAGUAMENTO E SECAGEM TÉRMICA DO LODO	82
FOTO 8.1.1.2.-1 SACOS PRETOS COM PODA E CAPINA	221
FOTO 8.1.1.2-3 GALÃO DE PRODUTO QUÍMICO ENCONTRADO	222
FOTO 8.1.1.2-4 QUANTIDADE SIGNIFICATIVA DE SACOLINHAS PLÁSTICAS	223
FOTO 8.1.1.2-5 VISTA DA ESTAÇÃO DE TRANSBORDO DE RSD	226
FOTO 8.1.1.2-5 ATERRO CONTROLADO (ENCERRADO)	228
FOTO 8.1.1.2-6 CAMADA DE SELAMENTO E FLARES DO ATERRO CONTROLADO (ENCERRADO)	228
FOTO 8.1.2.3-1 VISTA DA CENTRAL DE TRIAGEM	240
FOTO 8.1.2.3-2 SEPARAÇÃO DOS RECICLÁVEIS POR CATADORES NAS ESTEIRAS	240
FOTO 8.1.2.3-3 PÁTIO DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RECICLÁVEIS.....	240
FOTO 8.1.2.3-4 MATERIAIS CONSIDERADOS COMO REJEITOS PELA TRIAGEM.....	241



FOTO 8.1.3.3-1 VISTA DA USINA DE RCC DA MORADA AMBIENTAL	255
FOTO 8.1.3.3-2 AGREGADO RECICLADO PRODUZIDO NA USINA DE RCC DA MORADA AMBIENTAL	255
FOTO 8.1.4.3-1 CONTÊINERES PLÁSTICOS DE ARMAZENAMENTO DE RSS	268
FOTO 8.1.4.3-2 ABRIGO DE ARMAZENAMENTO TEMPORÁRIO DE RSS	268
FOTO 8.1.6.1-1 PEV SITUADO NO TERMINAL RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL DE ARARAQUARA- SP	281
FOTO 8.1.8.1-1 EMBALAGENS PLÁSTICAS PARA ARMAZENAMENTO DE RECIPIENTES COM ÓLEO E GORDURAS VEGETAIS	290
FOTO 8.1.8.1-3 ETIQUETA EXISTENTE NAS EMBALAGENS	290
FOTO 8.1.8.1-3 COLETA DAS EMBALAGENS DE ÓLEO DOS ESTABELECIMENTOS GERADORES (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA, 2011)	290
FOTO 8.1.8.1-4 EQUIPAMENTO DE TRATAMENTO DE LÂMPADAS FLUORESCENTES	298
FOTO 8.1.8.1-5 BAIAS COBERTAS PARA ARMAZENAMENTO DE PNEUS INSERVÍVEIS	301



ANEXOS

ÁGUA

ANEXO I - SISTEMA EXISTENTE DE PRODUÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL.
ANEXO II - REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL EXISTENTE
ANEXO III - SISTEMA EXISTENTE DE RESERVAÇÃO DE ÁGUA POTÁVEL
ANEXO IV - DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE PROJETO
ANEXO V - ZONEAMENTO DEMOGRÁFICO DO ANO DE 2012
ANEXO VI - ZONEAMENTO DEMOGRÁFICO ANO 2000
ANEXO VII – SETORIZAÇÃO PROPOSTA
ANEXO VIII – SUB-SETORIZAÇÃO PROPOSTA
ANEXO IX - MANANCIAS SUPERFICIAIS PASSÍVEIS DE CAPTAÇÕES
ANEXO X – SISTEMA EXISTENTE E SISTEMA PROPOSTO DE DISTRIBUIÇÃO

ESGOTO

ANEXO XI - REDE DE COLETA E TRANSPORTE DE ESGOTOS
ANEXO XII – PLANTAS GERAIS DAS CINCO ALTERNATIVAS AVALIADAS
ANEXO XIII – PERFIS DAS CINCO ALTERNATIVAS AVALIADAS

DRENAGEM

ANEXO XIV - CADASTRO TÉCNICO DA REDE DE DRENAGEM DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA.
ANEXO XV – PLANTA DE SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS.
ANEXO XVI – DIAGRAMA UNIFILAR DO SISTEMA DE DRENAGEM
ANEXO XVI – DIAGRAMA UNIFILAR DO SISTEMA DE DRENAGEM
ANEXO XVII – MANUAL SIMPLIFICADO DE DRENAGEM URBANA
ANEXO XVIII - ÍNDICES ESPECÍFICOS DE VAZÃO PARA OS CENÁRIOS
ANEXO XIX – MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS PROPOSTOS
ANEXO XX– MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS RESERVATÓRIOS PROPOSTOS E A INDICAÇÃO DAS TRAVESSIAS INSUFICIENTES.
ANEXO XXI - PROJETOS HIDRÁULICOS DOS BARRAMENTOS (PLANTA DE IMPLANTAÇÃO E CORTE)

RESÍDUOS

ANEXO XXII - MAPA DE SETORES DA COLETA REGULAR
ANEXO XXIII - MAPA DA LOCALIZAÇÃO DOS PEVS
ANEXO XXIV – MAPA DE SETORES DA COLETA SELETIVA
ANEXO XXV – MAPA DE DESCARTES IRREGULARES DE RESÍDUOS SÓLIDOS
ANEXO XXVI - ESTRUTURA DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE
ANEXO XXVII – MAPAS DAS FREQUÊNCIA DAS VARRIÇÕES DE VIAS PÚBLICAS POR SETORES
ANEXO XXVIII - MAPA DE CONCESSÕES DE USO DOS RECURSOS NATURAIS
ANEXO XXIX - RELAÇÃO DE LICENCIAMENTOS DOS EMPREENDIMENTOS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
ANEXO XXX - RELAÇÃO DAS EMPRESAS COM PROCESSO DE LICENCIAMENTO
ANEXO XXXI - FOLDERS EDUCAÇÃO AMBIENTAL
ANEXO XXXII - ORGANIZAÇÃO DE COOPERATIVAS EM REDE PARA VENDA DE RECICLÁVEIS



Prefeitura
Municipal de
Araraquara



APRESENTAÇÃO

O presente relatório consubstancia a entrega do Produto Final – Plano Consolidado, previsto no Termo de Referência da consolidação e edição do Plano Municipal de Saneamento Básico.

Trata-se de uma versão final que será disponibilizada em formato digital, para fins de apreciação na Audiência Pública a ser realizada em setembro de 2014.



1. INTRODUÇÃO

Segundo a publicação da Lei n.º 11.445/2007, a Lei de Saneamento Básico, todas as prefeituras têm obrigação de elaborar seu Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). A mesma lei define o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais relativo aos processos de:

- abastecimento de água potável;
- esgotamento sanitário;
- manejo de resíduos sólidos;
- drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Sendo assim, o PMSB deve abranger as quatro áreas, relacionadas entre si. O documento, após aprovado, torna-se instrumento estratégico de planejamento e de gestão participativa. Observa-se que depois de elaborado, o PMSB deve ser aprovado em audiência pública. Em seguida, o plano deve ser apreciado pelos vereadores e aprovado pela Câmara Municipal.

Diante do exposto o presente documento apresenta a minuta do Plano Municipal de Saneamento Básico de Araraquara para os fins de apreciação na Audiência Pública.

2. LEGISLAÇÃO

No Brasil, embora os municípios tenham autonomia político-administrativa, devem, antes de agirem, observar os princípios e normas constitucionais e a legislação federal, estadual e municipal vigentes. Portanto, os projetos e programas que envolvem o Plano Municipal de Saneamento Básico devem estar adequados às normas e às leis, em particular:

- ❖ Lei do Estatuto da Cidade nº 10.257/2001

Esta lei estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. Para tanto fixa entre as diretrizes gerais os seguintes preceitos:

- garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento básico, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as atuais e futuras gerações;
- gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas de vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar a deterioração das áreas urbanizadas e a poluição e a degradação ambiental.



Para os fins desta lei, prevê-se o uso dos seguintes instrumentos:

- planos nacionais, regionais, estaduais e municipais, em especial contemplando a elaboração do plano diretor.

Entretanto, a Lei do Estatuto da Cidade, foi um instrumento importante para iniciar as discussões e negociações para o aprimoramento da Lei dos Resíduos Sólidos, que até então tramitava já havia dez anos no Congresso Nacional.

❖ Lei do Saneamento Básico nº 11.445/2007

Esta lei, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a Política Nacional de Saneamento Básico, constitui o marco regulatório para o setor. Para os efeitos desta lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- abastecimento de água potável, constituído pelas atividades de infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- esgotamento sanitário, envolvendo as atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente;
- limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, envolvendo as atividades de infraestruturas e instalações operacionais para coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final adequados dos resíduos domiciliares e dos resíduos originários da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- drenagem e manejo das águas pluviais urbanas, envolvendo as atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

É importante ressaltar que, antes desta lei, considerava-se, no Brasil, saneamento básico, somente as atividades relacionadas ao abastecimento de água potável à população e a coleta e transporte de esgoto, para o seu lançamento “in natura” em corpos hídricos.

A Lei de Saneamento básico ainda dispõe sobre a gestão associada entre entes federados, por convênios e consórcios públicos, conforme destacado na Lei dos Resíduos Sólidos, além de dispor sobre a busca da universalização dos serviços, com o devido controle social.

Os titulares dos serviços de saneamento deverão elaborar planos plurianuais de saneamento básico, nos termos da lei.

❖ Lei nº 11.107/2005 – Lei de Consórcios Públicos.



Esta Lei dispõe sobre normas gerais para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios contratarem consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum e dá outras providências.

- ❖ Lei nº 8080/1990 – Lei Orgânica da Saúde

Esta lei regula, em todo o território nacional, as ações e serviços de saúde, executados isolada ou conjuntamente, em caráter permanente ou eventual, por pessoas naturais ou jurídicas de direito Público ou privado.

- ❖ Lei nº 11.124/2005 – Lei que Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Esta Lei dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS

- ❖ Lei nº 9.433/1997 – Política Nacional de Recursos Hídricos.

Esta lei institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e tem como principais objetivos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos; a utilização racional e integrada dos recursos hídricos; e a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais.

- ❖ Portaria nº 518/2004 e Decreto nº 5.440/2005

Estes documentos definem os procedimentos para o controle de qualidade da água de sistemas de abastecimento e institui mecanismos e instrumentos para divulgação de informação ao consumidor sobre a qualidade da água para consumo humano.

- ❖ Resoluções nº 25 e 34, de 2005 do CONSELHO DAS CIDADES

Dispõe sobre o processo participativo na elaboração de planos diretor do município e sobre o conteúdo mínimo de planos diretores

- ❖ Lei nº 12.305/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos

Quanto aos resíduos sólidos, observa-se que ao contrário de outros temas ligados à questão ambiental (como, por exemplo, os recursos hídricos), os resíduos sólidos ainda não estavam contemplados por uma disciplina normativa temática, o que tem gerado conflitos, principalmente nos campos de seu tratamento e de sua disposição final, colaborando para isso, entre outros, os seguintes motivos:

- os municípios, principalmente os de médios e pequenos portes não possuem, na sua maioria, sistemas de tratamento e disposição final de resíduos adequados e com isso tornam-se poluidores e, não raramente, ao tentarem contornar o problema em



seu território, têm encontrado resistências do Estado e/ou do governo federal, no tocante ao licenciamento ambiental (conflito intergovernamental vertical);

- os municípios vizinhos têm dificuldades para encontrar locais adequados para a correta disposição de seus resíduos, gerando problemas entre geradores e receptores (conflito intergovernamental horizontal);
- a forma do consórcio intermunicipal para tratar as questões dos resíduos, embora seja a tendência natural, somente após a aprovação das Leis Federais de Parceria Público-Privada nº 11.079 em 2004 e de Consórcios Públicos, nº 11.107, em 2005, é que vem sendo possível, embora de forma tímida, consolidar essa forma de gestão compartilhada, pois antes, era vetada a aplicação de recursos orçamentários de um município em outros municípios (conflito político).

Desta forma, o país vem há tempos ressentindo da ausência de uma PNRS consolidada, abrangendo os diferentes aspectos que a questão dos resíduos sólidos envolve.

Ainda contribui negativamente para o equacionamento do problema, o fato de que poucos municípios brasileiros dispõem de textos legais sobre o assunto de forma a atender seus interesses específicos, enquanto outros, principalmente os municípios de pequenos portes nem mesmo se posicionam sobre o tema, o que tem tornado impraticável uma solução conjunta ou em escala. Até recentemente, os poucos textos legais utilizados eram portarias e instruções baixadas pelo poder executivo, quase sempre inaplicáveis devido à falta de instrumentos adequados ou de recursos que viabilizassem sua implementação.

Neste contexto a nova PNRS dota o país de um aperfeiçoamento institucional valioso consagrando as tendências atuais da gestão e do gerenciamento racional dos resíduos sólidos, com destaque especial para o princípio da responsabilidade compartilhada, envolvendo todos os setores da sociedade, em especial a iniciativa privada, que deverá, conforme previsto em lei, adotar a prática da logística reversa e proceder à análise do ciclo de vida de seus produtos, desde a extração dos insumos para gerar os artefatos, passando pelo consumo, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição, com o devido controle social. Portanto, cabe aqui destacar alguns textos legais que contribuiram nos últimos dez anos para o aperfeiçoamento da nova Política Nacional dos Resíduos Sólidos.

A seguir destaca-se legislações relevantes no âmbito municipal;

❖ Lei Municipal nº 6919

Altera dispositivo da Lei Municipal n.º 6.360/2005, que trata do Plano Plurianual para o quadriênio 2006-2009 e da Lei nº 6.593/2007, que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

❖ Lei Complementar nº 465

Acrescenta o art. 203A e seus parágrafos, na Lei Complementar nº 350/05 (Plano Diretor), de modo a criar o Índice de Aproveitamento Máximo Excepcional - IAME a ser aplicado



exclusivamente na "Área da Cidade Compacta e Ocupação Prioritária - ACOP" delimitada no MAPE 13 e dá outras providências.

❖ Lei Municipal nº 6805

Dispõe sobre a responsabilidade civil do DAAE - Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara, por danos eventualmente causados a terceiros, por conta da instalação e operação da travessia de redes para o abastecimento de água e coleta de esgotos sob as rodovias no Município de Araraquara e dá outras providências.

❖ Lei Municipal nº 6495

Altera os dispositivos da Lei no 2.028, de 08 de janeiro de 1974 e da Lei no 1.697, de 02 de junho de 1969, autorizando o Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara - D.A.A.E., a isentar do preço da cobrança dos serviços de abastecimento de água, de coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário, de coleta, afastamento e tratamento de esgoto sanitário referente a fontes alternativas de abastecimento, as entidades de assistência sociais ou filantrópicas, de justificada utilidade pública, assim já declarada pela União, pelo Estado ou pelo Município e dá outras providências.

❖ Lei Municipal nº 6352

Institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e dá outras providências. (caçambas).

❖ Lei Municipal nº 6056

Acrescenta parágrafo único ao artigo 4º, da Lei nº 5.353, de 03 de janeiro de 2000, que dispõe sobre a interrupção do fornecimento de água potável para abastecimento público pelo Departamento Autônomo de Água e Esgoto - DAAE, de modo a estabelecer novos requisitos para complementar o relatório a que se refere o mencionado artigo. VETO PARCIAL - ACEITO - 04/11/2003.

❖ Lei Municipal nº 5941

Autoriza a celebração de convênio com outros municípios, visando o recebimento de resíduos urbanos para a destinação em seu sistema de tratamento e dá outras providências.

❖ Lei Complementar nº 537

Dispõe sobre restrição do uso e ocupação do solo da área da ETR - Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos, principalmente após o encerramento das atividades do aterro de resíduos domiciliares; estabelece medidas visando o monitoramento das águas subterrâneas, manutenção dos sistemas de drenagem, manutenção da cobertura, manutenção do sistema de tratamento do líquido percolado, manutenção do sistema de coleta de gases, manutenção do isolamento do local e dá outras providências.

❖ Lei Complementar nº 496

Dispõe sobre alteração no artigo 2º, da Lei Complementar nº 49, de 22 de dezembro de 2001, que instituiu a Área de Proteção do Aquífero Regional no território do Município -



APAQ, de modo a retificar o perímetro de sua zona e modifica os Mapas 8 e 13 da Lei Complementar nº 350, de 27 de dezembro de 2005, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara e dá outras providências.

❖ Lei Municipal nº 6496

Autoriza o Município a celebrar convênio com a Cooperativa Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de Materiais Recicláveis de Araraquara, juntamente com o Departamento Autônomo de Água e Esgoto - DAAE, objetivando o desenvolvimento de projetos e ações relacionados à coleta, triagem e o beneficiamento dos materiais recicláveis, possibilitando a inclusão social dos trabalhadores da reciclagem através da geração de trabalho e renda, a melhoria das condições do aterro sanitário, a melhoria da qualidade de vida da população e a conscientização ambiental e dá outras providências.

❖ Lei Complementar nº 49

Institui Área de Proteção do Aquífero Anhumas - Cabaceiras (APAQ - Anhumas), abrangendo as Bacias Hidrográficas dos Ribeirões das Anhumas e das Cabaceiras, situadas no território do Município de Araraquara e dá outras providências.

❖ Lei Municipal nº 5699

Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, e dá outras providências.

❖ Lei Municipal nº 7023

Dispõe sobre a criação do Programa de Educação Ambiental da Rede Municipal de Ensino de Araraquara, visando à certificação a "município verde", ficando credenciado o município a obtenção de financiamentos bem como obtenção de recursos tanto do Governo Federal como Estadual, para investimento no meio ambiente, como também da nota que será atribuída ao município que realizar ações de capacitação de dirigentes e professores municipais e dá outras providências.

❖ Lei 7.701

Autoriza o Município de Araraquara a receber financiamento do Fundo Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, na modalidade não reembolsável, no valor de até R\$ 238.000,00 (duzentos e trinta e oito mil reais), para a melhoria da gestão dos resíduos sólidos domésticos, recursos a serem liberados devido ao resultado da boa classificação da cidade de Araraquara no Programa MUNICÍPIO VERDE AZUL, pelo terceiro ano consecutivo e dá outras providências.

❖ Lei 7.589

Institui o programa VIGILANTES DO MEIO AMBIENTE e dá outras providências.

❖ Lei 7.584

Institui o Fundo Municipal de Desenvolvimento Ambiental - FDA junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, com o objetivo de vincular receitas a serem aplicadas em ações que visem o desenvolvimento sustentável no âmbito do Município e dá outras providências.



❖ Lei 7.563

Dispõe sobre o descarte, o recolhimento e a destinação de medicamentos vencidos como proteção ao meio ambiente e à saúde pública do Município de Araraquara.

❖ Lei Compl. 818

Reduz para 2% (dois por cento) a alíquota do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN incidente sobre os serviços enquadrados no item 7.09 da lista de serviços tributáveis do Anexo I da Lei Complementar Municipal nº 17/97, prestados pela Cooperativa Acácia de Catadores, Coleta, Triagem e Beneficiamento de materiais recicláveis de Araraquara, sendo este incentivo fiscal um instrumento da Política Nacional de Resíduos Sólidos implantado pela Lei Federal nº 12.305/2010 e dá outras providências.

❖ Lei 7.469

Institui o Simpósio Municipal de Meio Ambiente no Município de Araraquara, a ser realizado anualmente na última semana do mês de abril, visando trabalhar e desenvolver a conscientização de todos os participantes e dar visibilidade às questões ambientais, elaborando e colocando em prática as políticas públicas de avanço na qualidade dos resultados obtidos na gestão ambiental do Município.

❖ Decreto 9.763

Concede cessão de uso de imóvel ao Departamento Autônomo de Água e Esgotos - DAAE, e dá outras providências.

❖ Lei 7.465

Dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas e demais produtos eletro-eletrônicos; estabelece a obrigatoriedade de instalação de caixas coletoras para produtos em desuso e dá outras providências.

❖ Lei 7.459

Institui o programa municipal de coleta, tratamento e reciclagem de óleos de origem vegetal e dá outras providências.

❖ Lei 7.166

Dispõe sobre alterações na Lei nº 6.503, de 15 de dezembro de 2006, que institui a Taxa de Preservação e Controle do Meio Ambiente, de modo a criar a possibilidade de isenção da conhecida "taxa do lixo", a partir da participação dos contribuintes nos programas sociais de triagem de materiais recicláveis e no de coleta seletiva de resíduos ou em outros programas de mesma natureza e dá outras providências.

❖ Lei 7.125

Cria o licenciamento e fiscalização ambientais no âmbito do Município de Araraquara, segundo o convênio celebrado aos 14 de julho de 2009 com a Cetesb - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, autorizado pela Lei Municipal nº 6.950, de 05 de março de 2009 e dá outras providências.



❖ Lei 7.073

Dispõe sobre desafetação de bem imóvel da classe de bens de uso comum do povo para a classe de bens dominicais, de propriedade do Município, objeto da Matrícula n.º 96.189, registrada no 1º Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araraquara, localizado na Avenida Rondônia esquina com a Avenida Tocantins, Área Institucional do loteamento denominado Jardim Capri, com a área de 2.641,91 metros quadrados, inscrição cadastral municipal nº 07.113.011; autoriza a alienação ou permite o uso do imóvel descrito, sob uma das formas previstas no artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Araraquara, ao Departamento Autônomo de Águas e Esgotos - DAAE, observada a legislação vigente e o interesse público devidamente justificado e dá outras providências.

❖ Lei 7.019

Dispõe sobre a obrigatoriedade de todos os veículos pertencentes à administração direta ou indireta do Município de Araraquara, bem como de prestadores de serviços, passarem por inspeção veicular, visando à certificação a "município verde", ficando credenciado a obtenção de financiamentos, bem como obtenção de recursos tanto do Governo Federal como Estadual, para investimento no meio ambiente, como também da nota que será atribuída ao município que realizar ações voltadas à redução de emissão de gases do efeito estufa e dá outras providências.

❖ Lei 7.024

Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de madeira legalizada no município de Araraquara, visando adequar às diretrizes do Programa Selo Verde, de forma a regularizar a Habitação Sustentável, onde se faz necessária a existência de norma que favoreça a expedição de alvarás para construção civil para que utilizem madeiras legalizadas e de origem comprovada, como também norma legal que exija dos fornecedores de produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira a estarem cadastradas e regulares no CAD madeira para participação na licitação de obras públicas, visando a certificação a município verde, ficando credenciado o município a obtenção de financiamentos bem como obtenção de recursos tanto do Governo Federal como Estadual, para investimento no meio ambiente e dá outras providências.

❖ Lei 6.973

Cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - Comdema, órgão de assessoramento local, paritário, consultivo e deliberativo no âmbito de sua competência, em assuntos referentes à gestão ambiental em toda a área do Município de Araraquara e dá outras providências.

❖ Lei 6.950

Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Meio Ambiente e/ou da Cetesb - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, objetivando a execução, pelo Município, dos procedimentos de fiscalização e licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto local e dá outras providências.



❖ Decreto 8.951

Declara de utilidade pública a área de terra de propriedade de JAVA EMPRESA AGRÍCOLA S/A., para fins de desapropriação pelo Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara - DAAE.

❖ Decreto 8.935

Declara de utilidade pública a área de terra de propriedade de JAVA EMPRESA AGRÍCOLA S/A., para fins de desapropriação pelo Departamento Autônomo de Água e Esgotos - DAAE.

❖ Lei 6.825

Dá nova redação ao artigo 1º, da Lei Municipal nº 5.634, de 28 de junho de 2.001, que criou o Fundo Municipal de Meio Ambiente, de modo a ampliar seu objetivo, acrescentando o processamento e beneficiamento dos resíduos sólidos provenientes da coleta seletiva e dá outras providências.

❖ Lei 6.657

Dispõe sobre alterações na Lei n.º 6.503, de 15 de dezembro de 2006, que instituiu a Taxa de Preservação e Controle do Meio Ambiente - TPCMA e dá outras providências. (Taxa do Lixo)

❖ Lei 6.583

Dispõe sobre alterações na Lei n.º 6.503, de 15 de dezembro de 2006, que instituiu a Taxa de Preservação e Controle do Meio Ambiente - TPCMA e dá outras providências. (Taxa do Lixo)

❖ Lei 6.574

Institui a Semana Municipal do Meio Ambiente, a ser comemorada anualmente na primeira semana do mês de junho; cria o Prêmio Professor "Waldemar Saffiotti" de Humanidade, Tecnologia e Natureza e dá outras providências.

❖ Lei 6.561

Denomina Avenida GERVASIO BRITO FRANCISCO, a via pública da sede do município, conhecida como via de acesso ao aterro sanitário, com início na Estrada Vicinal para Américo Brasiliense (ARA-010) e término na propriedade do Senhor José Boldrim (Sítio São João).

❖ Lei 6.503

Institui a Taxa de Preservação e Controle do Meio Ambiente - TPCMA, destinada a custear os serviços divisíveis de tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, de fruição obrigatória, prestados em regime público, nos limites territoriais do Município de Araraquara e dá outras providências. (Taxa do Lixo).



❖ Lei 6.352

Institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e dá outras providências. (caçambas).

❖ Lei 6.120

Autoriza a celebração de acordo de cooperação técnica e convênios com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia, objetivando o desenvolvimento de projetos e pesquisas na área de geociências e tecnologia, inclusive ações conjuntas de preservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências.

❖ Lei 6.052

Dispõe sobre a celebração de convênio com a Anip, com o objetivo de desenvolver ações conjuntas e integradas, visando a destinação ambientalmente adequada de pneumáticos inservíveis e dá outras providências.

❖ Lei 5.727

Cria o Programa de Coleta Seletiva de Lixo nas escolas públicas municipais, nos Centros de Educação e Recreação e dá outras providências.

❖ Lei 5.634

Cria o Fundo Municipal de Meio Ambiente (FMA), com o objetivo de vincular receitas públicas em benefício da preservação e recuperação do meio ambiente em todo o Município e dá outras providências.

❖ Lei 5.538

Autoriza o Poder Executivo a criar o projeto "UMA ÁRVORE, UMA VIDA" e dá outras providências.

❖ Lei 5.462

Dispõe sobre a localização de bolsões de entulho e dá outras providências.

❖ Lei 5.451

Autoriza a colocação de placas indicativas "PROIBIDO JOGAR ENTULHO E LIXO", nos terrenos baldios, patrocinadas pelas empresas de remoção de entulho e dá outras providências.

❖ Lei 5.433



Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas que explorem serviços privatizados no Município de manterem limpas ou ajardinadas as faixas de servidão ou áreas de terra por ela mantidas e dá outras providências.

❖ Lei 5.412

Acrescenta inciso ao artigo 3º, da Lei nº 5.308, de 25 de outubro de 1999, que dispõe sobre o transporte de entulhos, de modo a estabelecer que as caçambas deverão ter inscrito em suas laterais os dizeres: "SOMENTE PARA ENTULHOS". Altera a lei 5.308 - Acrescenta inciso XVII ao artigo 3º

❖ Lei 5.308

Dispõe sobre o transporte de entulhos em caçambas e dá outras providências.

❖ Lei 6.938

Autoriza o Poder Executivo Municipal de Araraquara a celebrar convênio com a Secretaria da Segurança Pública do Estado de São Paulo, visando a instalação e manutenção da Base Comunitária de Segurança Distrital de Bueno de Andrada e dá outras providências.

❖ Decreto 3.425

Regulamento a que se refere o artigo 25, da Lei Municipal nº 1.697, de 02 de junho de 1969.

❖ Lei 1.697

Cria o Departamento Autônomo de Água e Esgotos de Araraquara (DAAE) e dá outras providências.

3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO

3.1 Histórico

A origem de Araraquara está relacionada ao episódio protagonizado por Pedro José Neto, morador de Itu que, em virtude de uma desavença política com um aliado do capitão-mor da vila, Vicente da Costa Taques Góes e Aranha, foi condenado ao degredo na Vila da Constituição, atual Piracicaba. Em fuga, após atravessar o rio Piracicaba, embrenhou-se no sertão de Araraquara, apossando-se de terras até então desocupadas. Com o passar do tempo foi adquirindo outras fazendas, como: Ouro, Rancho Queimado, Cruzes, Lageado, Monte Alegre e Cambuí. Novos exploradores foram, então, chegando ao local, dentre os quais, o major Manoel Duarte Novais, João Manuel do Amaral, Domingos Soares de Barros e o coronel Joaquim de Moraes Leme. Em reconhecimento à sua ação desbravadora, Pedro José Neto recebeu indulto do governador e obteve a propriedade legal de suas terras. Por volta de 1805, construiu uma capela dedicada a São Bento em torno da qual floresceu a povoação de São Bento de Araraquara, que foi inicialmente impulsionada pelo cultivo da cana-de-açúcar e de cereais. Em 22 de agosto de 1817, foi criada a Freguesia de São Bento



de Araraquara do município de Itu, transferida para o município de Piracicaba, em 31 de dezembro de 1821. A 30 de outubro de 1817, a freguesia foi elevada à categoria de distrito e, a 10 de julho de 1832, passou vila. Araraquara – cuja denominação provém do tupi e significa “morada do sol” – recebeu foros de cidade em 06 de fevereiro de 1889.

Do ponto de vista histórico-econômico, na primeira metade do século XIX, as grandes propriedades rurais, características deste século, ainda não tinham sido atingidas pelo surto cafeeiro. Plantava-se a cana-de-açúcar, milho, ao lado de outros cereais, o fumo e o algodão. Os rebanhos eram constituídos em sua maioria por suínos e bovinos. A maior parte da produção servia para abastecer as "casas de secos e molhados". Por volta de 1850, a plantação de café substituiu a de cana-de-açúcar e cereais, tornando-se o produto de maior importância na economia local.

Em novembro de 1896, a inauguração da *Estrada de Ferro Araraquarense* (iniciada em 1885) ligando Araraquara a Ribeirãozinho (hoje Taquaritinga) estimula o crescimento da cidade. A estrada de ferro foi fundada por um grupo de fazendeiros da região, liderados por Carlos Baptista de Magalhães. Chegou a São José do Rio Preto em 1906 e em 1939 em Mirassol já na divisa com Mato Grosso do Sul. No seu rastro surgiram as cidades conhecidas como “alta araraquarense”.

Na década de 1930, com a vitória no pleito municipal de Bento de Abreu Sampaio Vidal e seu grupo, o poder local passa a investir na construção de praças, do Museu Municipal, arborização de vias, visando construir outra representação sobre a cidade, que não a vincule ao episódio do linchamento.

Com a crise do café, instaurada também na década de 1930, o município voltou a se dedicar predominantemente à produção canavieira e de citrus (Fundação SEADE, 2014).

3.2 Localização

Araraquara é um município brasileiro no interior do estado de São Paulo. Localizado na região Central do Estado a uma distância de 43 km do seu centro geográfico (Obelisco), e a 277 quilômetros da Capital. Ela foi a cidade brasileira melhor qualificada no ranking do Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que usa critérios de renda, educação e saúde. Localiza-se a 21°47'40" de latitude sul e 48°10'32" de longitude oeste, a uma altitude de 664 metros. Sua população em 2012 é de 212 617 habitantes, sendo assim a 17ª cidade do interior paulista em número de habitantes residentes. O município está conurbado com Américo Brasiliense.

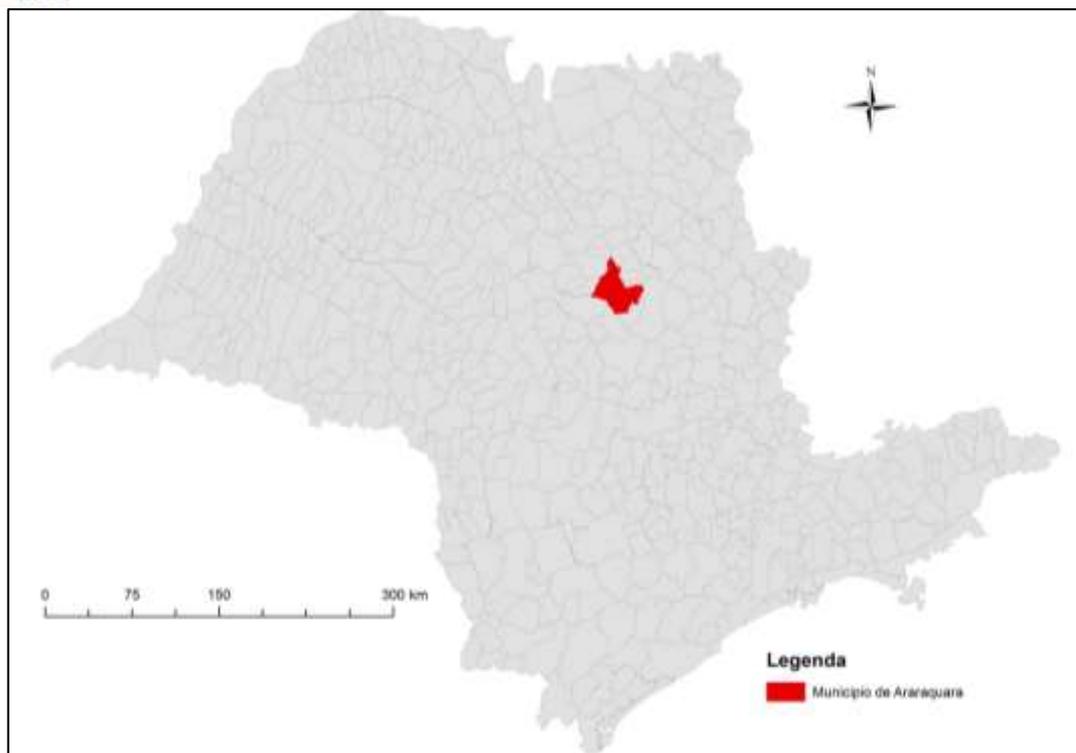


Figura 3.2-1 O Município de Araraquara no Estado de São Paulo

3.3 Infraestrutura urbana

IDH-M

O Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDH-M) de Araraquara é de 0,830.

Saúde

Araraquara possui diversos hospitais dentre eles o Hospital São Paulo, a Beneficência Portuguesa e a Santa Casa de Misericórdia.

- Mortalidade infantil até 1 ano (por mil): 14,14;
- Expectativa de vida (anos): 72,17;
- IDH-M Longevidade: 0,786.

Educação

- IDH-M Educação: 0,915;
- Taxa de alfabetização: 94,80%.

Transporte Aéreo



- Aeroporto de Araraquara.

Transporte Ferroviário

- Estação de Araraquara;
- Linha Tronco (Estrada de Ferro Araraquara);
- Linha Tronco (Companhia Paulista de Estradas de Ferro).

Transporte Rodoviário

- Terminal Rodoviário de Araraquara;
- Terminal de Integração.

Rodovias

- SP-255 - Rodovia Antônio Machado Sant'Anna e Rodovia Comendador João Ribeiro de Barros - liga Araraquara a nordeste com Ribeirão Preto e a sudoeste com Jaú, Bauru e Marília;
- SP-310 - Rodovia Washington Luís - liga Araraquara a noroeste com São José do Rio Preto, a sudeste com São Carlos, e a SP-348 ou SP-330, na região de Limeira, oferecendo acesso a Campinas e São Paulo.

Estradas municipais

- EM - Estrada Municipal Araraquara a Gavião Peixoto;
- EM - Estrada Municipal Araraquara a Ribeirão Bonito;
- EM - Estrada Municipal Araraquara a Bueno de Andrada e Matão;
- EM - Estrada Municipal Araraquara a Américo Brasiliense com a SP-257;
- EM - Estrada Municipal Araraquara a Água Azul.

Transporte coletivo

- Companhia Trólebus Araraquara (CTA);
- Viação Paraty.

3.4 Ensino

Araraquara possui um campus da Unesp que se subdivide em: Faculdade de Ciências e Letras (com os cursos de Administração Pública, Ciências Econômicas, Ciências Sociais, Letras e Pedagogia), Faculdade de Ciências Farmacêuticas (curso de Farmácia-Bioquímica e curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia), Instituto de Química (curso de Química em três modalidades: Bacharelado em Química, Bacharelado em Química



Tecnológica e Licenciatura em Química) e a Faculdade de Odontologia. A Universidade Paulista (Unip), o Centro Universitário de Araraquara (Uniara), as Faculdades Logatti, o Instituto Savonitti e uma unidade do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) também estão instaladas na cidade. Além destas instituições, está sendo executada a construção da Universidade de Música e Arte de Araraquara projetada pelo Arquiteto Oscar Niemeyer.

3.5 Clima

O clima de Araraquara é tropical de altitude com invernos secos.

- Temperaturas
 - Média anual: 21.7°C
 - Mês mais quente – fevereiro: 24.1°C
 - Mês mais frio – julho: 18.2°C
 - Máxima absoluta: 43°C
 - Mínima absoluta: 3

3.6 Hidrografia

- Rio Anhumas;
- Rio Chibarro;
- Rio Cabaceiras;
- Rio Araraquara;
- Ribeirão das Cruzes;
- Córrego Ouro.



4 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) referente ao ano de 2010 de Araraquara é de 0,815, sendo considerado *muito alto* pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). É o 6º maior do estado de São Paulo e o 14º entre todos os municípios brasileiros. No Quadro 4-1 pode-se ainda observar que o município deu um salto significativo no IDH-M de 1991 para 2010. Passando de um desenvolvimento *médio* para *muito alto* . Estando numa escalada positiva também no *ranking* Brasil.

QUADRO 4-1 - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDH-M)

Localidade	1991	2000	2010
Araraquara	0,607	0,742	0,815
Ranking Estado SP	15º	11º	7º
Ranking Brasil	30º	17º	14º

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, 2013 - PNUD

O índice de educação era considerado *muito baixo* em 1991 (0,411), subindo para *médio* em 2000 (0,670) e para *alto* em 2010 (0,782). Tal evolução fez com que o município alcançasse posição de destaque no cenário paulista e nacional.

Em relação ao PIB tanto a RG, a RA quanto o município tiveram um aumento expressivo no PIB corrente de 2000 para 2011 verificando-se em todas as localidades analisadas um aumento de mais de 100%. Em 2011 Araraquara apresentava PIB corrente de 5.232,38 milhões de reais correntes e sua RG 15.410,67 milhões de reais. Apesar do crescimento, quando se verifica sua participação em relação ao Estado esta fica abaixo de 0,5% como mostra o Quadro 4-2.

QUADRO 4-2 - EVOLUÇÃO DO PIB CORRENTE E PIB PER CAPITA NO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA, SUA REGIÃO DE GOVERNO, REGIÃO ADMINISTRATIVA E ESTADO DE SÃO PAULO

Localidade	Ano	PIB corrente (em milhões de reais correntes)	PIB per capita (em reais correntes)	Participação no PIB do Estado (em %)
Araraquara	2000	1.849,78	10.150,22	0,44
	2010	4.898,02	23.499,69	0,39
	2011	5.232,38	24.842,52	0,39
Região de Governo de Araraquara	2000	5.541,88	10.809,97	1,31
	2010	15.664,92	27.511,03	1,26
	2011	15.410,67	26.847,20	1,14
Região Administrativa Central	2000	8.503,07	9.958,32	2,00
	2010	23.780,75	24.995,32	1,91
	2011	24.218,99	25.249,02	1,79
Estado de São Paulo	2000	424.161,31	11.471,76	100
	2010	1.247.595,93	30.264,06	100
	2011	1.349.465,14	32.454,91	100



O percentual dos domicílios com renda per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo mostra a condição socioeconômica da população do município de Araraquara em comparação com a sua RG, RA e estado de São Paulo. Esse indicador é apresentado no Quadro 4-3, conjuntamente com a renda per capita em salários mínimos e os domicílios sem rendimento.

QUADRO 4-3 - DOMICÍLIOS SEM RENDIMENTO, COM RENDIMENTO DE $\frac{1}{2}$ E $\frac{1}{4}$ DE SALÁRIO MÍNIMO E RENDA PER CAPITA DE ARARAQUARA EM COMPARAÇÃO COM RG, RA E ESTADO DE SÃO PAULO

Localidade	Ano	Domicílios sem Rendimento (em %)	Domicílios com Rendimento de até $\frac{1}{2}$ Salário Mínimo (em %)	Domicílios com Renda per Capita de até $\frac{1}{4}$ do Salário Mínimo (em %)	Renda per Capita (em reais correntes)
Araraquara	1991	3,8	2,95	--	--
	2000	5,94	0,24	--	439,41
	2010	9,69	1,02	4,21	891,74
Região de Governo de Araraquara	1991	3,42	4,26	--	--
	2000	6,75	0,46	--	339,75
	2010	10,32	1,3	5,07	721,12
Região Administrativa Central	1991	3,73	3,96	--	--
	2000	5,94	0,4	--	362,4
	2010	9,54	1,25	4,8	754,69
Total do estado de São Paulo	1991	4,23	3,46	--	--
	2000	8,94	0,37	--	440,92
	2010	13,37	1,48	7,42	853,75

Fonte: Fundação SEADE, 2014

O município de Araraquara apresenta uma tendência de melhoria de renda para até $\frac{1}{2}$ salário mínimo entre 1991 e 2010 sendo que em 2000 foram registrados os menores índices em todas as localidades pesquisadas. No entanto o percentual de domicílios sem declaração de renda está próximo de 10% em 2010 e numa escalada crescente. Já a renda per capita aumentou significativamente de 2000 para 2010 (mais de 100%) chegando a R\$891,74, valor nominal acima das demais localidades pesquisadas.

4.1 Geografia

O município, juntamente com São Carlos e outras 25 cidades, integra a Região Administrativa Central do estado, com uma população de cerca de um 900 mil habitantes.

Araraquara localiza-se na parte elevada dos planaltos e chapadas da bacia do rio Paraná, em altitudes que chegam a superar os 750 metros, e resultando em formas de relevo mais aplainadas (onde há rochas sedimentares) ou mais onduladas e formando espigões alongados (onde está a rocha basalto e o solo de terra roxa) é favorável ao desenvolvimento de uma rede hidrográfica muito numerosa. Os cursos d' água existentes no município de Araraquara são parte de duas bacias hidrográficas - a do rio Jacaré-Guaçu, a oeste, do afluente do rio Tietê, e a do rio Moji-Guaçu, a leste, afluente do rio Pardo, das quais fazem



parte os seguintes rios e ribeirões: rio Anhumas, rio Chibarro, rio Cabaceiras, ribeirão Araraquara. Pertence a UGRHI 13 - Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos Tietê-Jacaré. O clima de Araraquara é tropical de altitude com invernos secos. A média anual é de 21.7°C; o mês mais quente do ano é fevereiro com temperatura de 24°C e, por outro lado, o mês mais frio é julho com temperatura média de 18°C

A cidade possui o distrito de Bueno de Andrada a noroeste do distrito-sede, e o subdistrito de Vila Xavier, este conurbado com o distrito-sede. Atualmente, o município também está praticamente conurbado com Américo Brasiliense.

O município possui uma área total de 1.006 km², sendo 77,37 km² de área urbana. Destes, aproximadamente 39 km² são relativos à área urbana consolidada. A cidade geograficamente apresenta déficits em sua estrutura urbana, tendo nas últimas décadas crescido sem planejamento. Os moradores das classes econômicas mais baixas residem em bairros distantes do centro urbano o que acarreta necessidade de altos investimentos em infraestrutura. Por conta desse fator a Araraquara tem uma configuração espacial “espalhada” em meio a inúmeros vazios urbanos, dificultando a gestão do município. O atual Plano Diretor aprovado contempla formas de solucionar este problema.

QUADRO 4.1-1 - PRINCIPAIS BAIRROS

Zona Norte	Zona Oeste	Zona Sul	Zona Leste
Parque Planalto	Jardim Águas do	Vila Furlan	Vila Xavier
Jardim Maria Luiza	Residencial Paraíso	Vila Suconasa	Vila Santo Malara
Cidade Jardim	Parque Igaçaba	Vila Melhado	Vila Cidade Industrial
Residencial Cambuy	Residencial Acapulco	Vila Guaianases	Jardim Viaduto
Jardim Botânico	Jd. Residencial Lupo	Jd. Rafaela Amoroso Micelli	Jardim Morada do Sol
Jd. Roberto Selmi Dei	Pq. Vale do Sol	Jardim Arco-Íris	Jardim das Estações
Jd. Adalberto de Oliveira Roxo	Jardim Tangará	Jardim Dumont	Jardim Europa
Jardim Veneza	Recreio Campestre Idanorma	Jardim Hortências	Vila Gaspar
Jardim Santo Antônio	Parque Laranjeiras	Jardim Residencial	Jardim Floridiana
Jardim São Rafael	Jardim Universal	Jardim Cruzeiro do	Jardim Silvânia
Jardim Indaiá	Jardim dos Manacás	Jardim Aranga	Jardim Brasil
Jardim Imperador	Jardim Morumbi	Jardim Panorama	Parque Gramado
Jardim Aclimação	Jardim Santa Lúcia	Jardim das Gaivotas	Vila Santa Maria
Vila Sedenho	Jd. Residencial	Distrito Industrial I	Vila Esperança
Vila Harmonia	Jardim Quitandinha	Distrito Industrial II	Vila Renata
Jardim Biagioni	Vila Bela Vista	Jardim Del Rey	Jardim Nova Época
Jardim Dom Pedro I	Jardim dos Ipês	Condomínio Satélite	Jardim Santa Rosa
Vila do Servidor	Jardim Vitória	Jardim Santa Marta	Jardim Parque
Vila Velosa	Vila Der	Jardim Regina	Jardim Higienópolis
Vila Girassol	Campus Ville	Jardim Silvestre	Jardim Eliana
Jardim Vale das Rosas	Jd. Nossa Senhora do Carmo	Victório Antônio de Santi	Jd. Residencial Água Branca



Zona Norte	Zona Oeste	Zona Sul	Zona Leste
Jardim Biagioni	Jardim Tamoio	Parque Cecap	Jardim Martinez
Jd. Santa Angelina	Jardim Nova América	Parque Iguatemi	Jardim Araraquara
Jd. Santa Rita de	Santana	Jardim Santa Adélia	Yolanda Ópice
Jardim Primavera	Jardim Ártico		Jardim Itália
Vila Ferroviária			Jardim Portugal
Vila Oriente			Jardim das Palmeiras
São Geraldo			Jardim Palmares
Vila Independência			Jardim Santa Júlia
			Vila Vieira
			Jardim América
			Parque São Paulo
			Vila Donofre
			Vila Gaspar
			Jardim Europa
			Vila Biagioni
			Jardim Pinheiros
			Jardim Santa Clara
			Vila Joinville
			Jardim Brasília

4.2 Estrutura Municipal

A estrutura industrial do município está baseada na agroindústria, representada pelo binômio cana e laranja. Outros setores de destaque da economia local são os setores metal-mecânico, indústria têxtil, tecnologia de informação, aeronáutico e serviços, com empresas que empregam mão de obra intensiva.

Araraquara é um município privilegiado na área de transporte de cargas. Rodovias importantes para o Estado e para o Brasil cortam o município, como as SP-255 (norte/sul) Rodovia Antônio Machado Sant'Anna e Rodovia Comendador João Ribeiro de Barros - liga Araraquara a nordeste com Ribeirão Preto e a sudoeste com Jaú, Bauru e Marília e a SP-310 (leste/oeste) Rodovia Washington Luís - liga Araraquara a noroeste com São José do Rio Preto, a sudeste com São Carlos, e a SP-348 ou SP-330, na região de Limeira, oferecendo acesso a Campinas e São Paulo. Além de muitas estradas municipais.

Araraquara também abriga um dos principais terminais ferroviários de carga do País, ligando regiões produtoras (centro-oeste) e exportadoras (capital paulista e portos marítimos).

O município é servido pelo aeroporto estadual "Bartolomeu de Gusmão" com movimentação em 2013 (até agosto) de 16.431 passageiros 462,611t de carga 6.470 aeronaves (DAESP,2013).

A cidade é o entroncamento da Infovia, uma rede de comunicação que utiliza a acesso ininterrupto, interligando as principais cidades do país com 18 mil km de extensão.



Araraquara conta atualmente com 21 empreendimentos hoteleiros, o que contabiliza 2.508 leitos, com ocupação diária aproximada de 85%, dotados com infraestrutura necessária para a realização dos mais variados eventos de negócios e sociais.

4.3 Saneamento

Em relação aos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo urbano e rede de coleta de esgoto, Araraquara apresenta índice de atendimento superior ao do estado de São Paulo e levemente superior aos da RA e RG, com aumento da cobertura gradual entre 1991 e 2010 conforme pode ser visto no Quadro 4.3-1.

QUADRO 4.3-1 - ÍNDICE DE ATENDIMENTO DOS SERVIÇOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, COLETA DE LIXO E COLETA DE ESGOTO

Ano	Variável	Araraquara	Região de Governo de Araraquara	Região Administrativa Central	Estado de São Paulo
1991	Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (Em %)	99,04	98,86	98,91	96,39
1991	Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (Em %)	96,4	97,21	97,29	96,15
1991	Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	96,12	95,79	95,76	80,83
2000	Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (Em %)	99,45	99,34	99,42	97,38
2000	Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (Em %)	99,81	99,52	99,5	98,9
2000	Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	98,86	98,7	98,63	85,72
2010	Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (Em %)	99,43	99,43	99,5	97,91
2010	Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (Em %)	99,96	99,83	99,85	99,66
2010	Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	98,89	98,95	98,96	89,75

Fonte: Fundação SEADE, 2014

A disposição final do lixo se dá em aterro sanitário no município de Guatapará, 50 km de distância de Araraquara. O esgoto coletado (99,96%)  tratado em 100% nas ETES Araraquara e Bueno, segundo o DAAE - Departamento Autônomo de água e Esgoto.



5. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

5.1. Infraestrutura existente

5.1.1. Sistema de produção de água bruta

Araraquara (Sede) é abastecida por um sistema misto que explora mananciais superficiais e subterrâneos. Atualmente, são aduzidos dos pontos de captação aproximadamente 3.683 m³/h, sendo 1.644 m³/h captados dos mananciais superficiais e 2.039 m³/h originários da exploração subterrânea, conforme resumo anual do Tabela 5.1.1-1.

TABELA 5.1.1-1: VOLUMES DE CAPTAÇÃO E PRODUÇÃO DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS (2011)

Captação	Volume Total 2011 (m ³)	(%)	Produção	
			m ³ /dia	m ³ /hora
Anhumas	3.578.863	11,09	9.805,10	408,55
Cruzes	8.666.212	26,86	23.743,05	989,29
Paiol	2.156.893	6,68	5.909,30	246,22
Poços	17.865.340	55,37	48.946,14	2.039,42
Totais	32.267.308	100,00	88.403,58	3.683,48

Fonte: SEREC, 2012

Vale ressaltar também que, segundo indicadores do GPPE, o abastecimento da cidade abrange 99,6% da população urbana (202.629 hab.). Apenas os lotes do assentamento Monte Alegre, alguns lotes do assentamento Bela Vista e do loteamento Ricardo do Nobre ainda não possuem redes de distribuição de água.

5.1.2. Captação Através de Mananciais

Um dos pontos críticos a destacar no sistema de abastecimento de água de Araraquara é a escassez de mananciais superficiais e/ou o comprometimento das fontes existentes. Constata-se que possíveis mananciais alternativos localizam-se em um raio de 15 km do centro da cidade, tais como os Ribeirões do Chibarro, do Lajeado ou o Rio Jacaré-Guaçu.

Nesse sentido, reforça-se a ideia de serem realizados programas de ações em direção à recuperação e preservação das bacias das captações existentes, com atenção especial à do Cruzes, em face do atual estágio de acelerada ocupação urbana de suas áreas.

Conforme a Tabela 5.1.2-1 abaixo, temos que a vazão captada a partir dos mananciais superficiais, para o ano de 2011, totalizou 14.401.968,00 m³, cuja distribuição percentual para os diversos mananciais constam do próprio quadro.



TABELA 5.1.2-1: VOLUMES DE CAPTAÇÃO DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS (2011)

Período	Captações Ano de 2011 (m ³)			
	Superficial			
Mês	Anhumas	Cruzes	Paiol	Total
Janeiro	276.113	774.946	191.542	1.242.601,0
Fevereiro	293.889	705.493	154.325	1.153.707,0
Março	272.600	742.703	196.800	1.212.103,0
Abril	237.768	739.796	187.465	1.165.029,0
Maiο	254.743	759.906	182.942	1.197.591,0
Junho	244.220	676.240	173.179	1.093.639,0
Julho	264.404	700.321	186.321	1.151.046,0
Agosto	271.881	751.422	194.718	1.218.021,0
Setembro	452.990	709.108	195.110	1.357.208,0
Outubro	365.142	713.977	155.740	1.234.859,0
Novembro	322.993	661.066	164.530	1.148.589,0
Dezembro	322.120	731.234	174.221	1.227.575,0
Totais	3.578.863	8.666.212	2.156.893	14.401.968
(%)	24,85	60,17	14,98	100,00

Fonte: SEREC, 2012

De acordo com o DAAE, o avanço da urbanização nas bacias de contribuição das Cruzes (34 km²) e do Paiol (18 km²) ameaça a subsistência das captações ali existentes, com implicações já evidentes na disponibilidade quali-quantitativa da água. A impermeabilização da área urbanizada reduz a recarga do aquífero livre e conseqüentemente a vazão de estiagem dos cursos de água.

O sistema de drenagem pluvial concentra o fluxo nas galerias cujo descarte ocorre diretamente nos córregos. Os recorrentes vazamentos do sistema de esgotamento sanitário também contribuem para a contaminação da água.

A área ainda não ocupada da bacia de contribuição da captação do Ribeirão das Cruzes equivale a pouco mais de 10%.

Os reservatórios de captação apresentam graves problemas de assoreamento, como se constata por recente batimetria realizada pelo DAAE na Represa das Cruzes; algumas análises recentes da água da captação das Cruzes apresentam teores excessivos de nitrato e fosfato, indicadores de poluição.

A vazão captada no Ribeirão das Cruzes equivale ao dobro do valor outorgado pelo órgão gestor estadual (Departamento de Água e Energia Elétrica - DAAE). Na bacia de contribuição da captação do Ribeirão das Anhumas (93 km²) ocorre o cultivo intensivo de cana-de-açúcar o que, além de causar erosão e assoreamento, representa risco potencial de contaminação por produtos agrotóxicos.



5.1.3. Tratamento das Águas Aduzidas

A água bruta captada na Represa das Cruzes é recalçada por uma Estação Elevatória até a ETA Fonte, situada a 1.600 m de distância. Duas adutoras em paralelo, uma de 450 mm e outra de 300 mm, são utilizadas para aduzir a água captada.

A água captada no Ribeirão das Anhumas é enviada até a ETA Fonte (situada a cerca de 13 km de distância) através de duas Estações Elevatórias (Anhumas I e II). O sistema de adução é subdividido em dois trechos de 400 mm, com uma adutora de 3.300 m e outra de 9.900 m de extensão.

A água aduzida do Córrego do Paiol é encaminhada à ETA Paiol através de uma adutora de 300 mm. A tubulação é de ferro fundido e tem aproximadamente 1.800 m de extensão. Nas Figuras 5.1.3-1 a 5.1.3-3 estão apresentadas imagens dos três locais de captação de água superficial.



Foto 5.1.3-1: Captação Cruzes



Foto 5.1.3-2: Captação Anhumas



Foto 5.1.3-3: Captação Paiol

O tratamento das águas provenientes das captações superficiais é efetuado em duas unidades: a ETA da Fonte e a ETA Paiol.



Apesar da ETA Fonte ser uma construção antiga (1945), ainda se encontra em boas condições de operação, pois tem sido gradualmente modernizada, com três grandes reformas realizadas em 1960, 1983 e 1998. Atualmente, foi realizada mais uma reforma, visando o tratamento do lodo gerado no processo.

A ETA Paiol, por sua vez, opera atualmente com apenas 56% de sua capacidade e também tem previsão de instalação de um sistema de tratamento de lodo. Nas Figura 5.1.3-4 e 5.1.3-5 estão apresentadas imagens das ETAs.



Foto 5.1.3-4: ETA Fonte



Foto 5.1.3-5: ETA Paiol

As ETAs possuem tratamento completo composto por etapas de coagulação, floculação, decantação e filtração. A etapa de coagulação é efetuada por meio da adição de cloreto férrico. Já a floculação é realizada através de floculadores mecânicos. Os decantadores das duas ETAs são de alta taxa (modulares), e a filtração é realizada por filtros rápidos de fluxo descendente com areia e antracito.

A desinfecção da água nas ETAs é promovida pelo cloro gasoso. Além disso, ocorre também a fluoretação, visando à prevenção de cárie infantil, mediante aplicação de Ácido Fluossilícico. As dosagens de cloro e flúor utilizados para o tratamento da água seguem as normas convencionais dos padrões de potabilidade.

Conforme a Tabela 5.1.3-1 seguem os valores de água bruta aduzida e distribuídas, em 2011, pelas ETAs Paiol e Fonte assim como as perdas relativas à descarga dos decantadores e lavagem de filtros, dentre outras.



Tabela 5.1.3-1: VOLUMES DE CAPTAÇÃO DOS MANANCIAS SUPERFICIAIS

Ano 2011	ETA FONTE (m ³)			ETA PAIOL (m ³)			Volume Produzido (m ³)	Volume Distribuído (m ³)	Porcentagem Distribuída
	Volume Aduzido	Descarga Decantador	Lavagem de Filtros	Volume Aduzido	Descarga Decantador	Lavagem de Filtros			
Janeiro	1.051.059,00	29.608,00	35.642,00	191.542,00	2.045,00	585,00	1.242.601,00	1.174.721,00	94,54
Fevereiro	999.382,00	25.353,00	36.180,00	154.325,00	1.830,00	507,00	1.153.707,00	1.089.837,00	94,46
Março	1.015.303,00	28.075,00	31.455,00	196.800,00	1.952,00	702,00	1.212.103,00	1.149.919,00	94,87
Abril	977.564,00	26.632,00	27.810,00	187.465,00	2.156,00	585,00	1.165.029,00	1.107.846,00	95,09
Mai	1.014.649,00	28.155,00	33.075,00	182.942,00	1.891,00	546,00	1.197.591,00	1.133.924,00	94,68
Junho	920.460,00	22.276,00	33.615,00	173.179,00	1.769,00	585,00	1.093.639,00	1.035.394,00	94,67
Julho	964.725,00	16.753,00	26.370,00	186.321,00	1.891,00	637,00	1.151.046,00	1.105.395,00	96,03
Agosto	1.023.303,00	17.124,00	21.330,00	194.718,00	1.952,00	611,00	1.218.021,00	1.177.004,00	96,63
Setembro	1.162.098,00	18.568,00	20.125,00	195.110,00	1.830,00	585,00	1.357.208,00	1.316.100,00	96,97
Outubro	1.079.119,00	17.873,00	16.919,00	155.740,00	2.017,00	520,00	1.234.859,00	1.197.530,00	96,98
Novembro	984.059,00	19.321,00	14.040,00	164.530,00	1.830,00	559,00	1.148.589,00	1.112.839,00	96,89
Dezembro	1.053.354,00	23.599,00	16.108,00	174.221,00	2.208,00	494,00	1.227.575,00	1.185.166,00	96,55
Totais	12.245.075,00	273.337,00	312.669,00	2.156.893,00	23.371,00	6.916,00	14.401.968,00	13.785.675,00	95,72



5.1.4. Captação de Água Subterrânea

Com relação à captação subterrânea, a mesma é realizada por 19 poços profundos espalhados por toda a cidade (incluindo Bueno de Andrada e assentamentos Bela Vista e Monte Alegre), com produção de acordo com as Tabelas 5.1.4-1 e 5.1.4-2, durante o ano de 2011.

Tabela 5.1.4-1: VOLUMES DE CAPTAÇÃO DOS MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS

Volume de Produção dos Poços (m³)									
Ano 2011	St Marta 1	St Marta 2	Ouro 1	Ouro 2	Standard	S. Lúcia	Santana	Paioi	Rodovia
Janeiro	68.331,00	53.179,30	52.904,00	59.524,00	82.969,90	59.169,00	159.853,60	54.241,50	130.022,50
Fevereiro	47.232,60	34.412,10	50.930,00	47.608,00	73.409,10	60.688,50	141.100,10	49.001,90	78.638,70
Março	49.900,50	41.171,30	48.676,00	48.704,00	76.513,50	74.157,30	156.165,90	52.507,40	102.296,10
Abril	60.516,10	11.369,90	41.414,00	48.032,00	75.985,30	71.917,40	149.883,90	51.833,50	112.030,70
Maio	67.734,00	0,00	47.086,00	43.544,00	91.242,30	86.093,90	146.677,80	53.360,30	124.143,30
Junho	79.307,80	0,00	72.264,00	49.436,10	3.868,10	84.625,10	145.239,20	49.715,40	121.725,50
Julho	84.446,40	0,00	69.888,00	37.751,40	0,00	78.649,90	156.388,40	54.074,50	133.519,10
Agosto	78.646,20	0,00	53.243,40	49.102,20	0,00	77.619,70	163.958,50	52.845,20	118.771,60
Setembro	75.199,70	0,00	50.704,50	46.922,40	0,00	89.008,60	158.001,10	54.432,70	115.595,40
Outubro	75.925,60	0,00	42.674,10	46.914,00	0,00	85.221,60	161.304,90	54.998,40	111.211,10
Novembro	48.618,20	58.331,10	50.267,50	51.353,40	0,00	79.889,50	154.182,20	53.181,50	103.529,30
Dezembro	52.518,20	70.198,50	42.408,00	52.966,20	0,00	70.072,30	159.370,70	56.415,90	116.200,60
Totais	788.376,30	268.662,20	622.459,50	581.857,70	403.988,20	917.112,80	1.852.126,30	636.608,20	1.367.683,90



Tabela 5.1.4-2: VOLUMES DE CAPTAÇÃO DOS MANANCIAIS SUBTERRÂNEOS

Volume de Produção dos Poços (m³)								
Ano 2011	Pinheiros	Fonte	Gramado	Aldo Lupo	Iguatemi	Flora	Selmi Dei	Totais
Janeiro	74.695,80	169.257,60	Desativado	127.991,80	76.661,00	0,00	132.896,10	1.444.594,70
Fevereiro	93.372,80	160.209,40	Desativado	94.942,60	124.110,10	104.590,50	64.174,60	1.354.620,50
Março	102.993,20	166.168,80	Desativado	89.737,30	139.863,30	122.394,00	54.958,30	1.493.151,60
Abril	88.537,90	159.996,60	Desativado	88.040,70	136.049,20	124.171,60	60.322,50	1.465.861,40
Mai	81.685,30	167.282,00	Desativado	102.602,30	140.029,40	142.474,30	55.660,00	1.546.966,80
Junho	80.969,70	159.057,00	Desativado	106.175,30	146.478,80	139.623,40	60.789,90	1.479.363,90
Julho	82.011,40	163.204,00	Desativado	119.039,60	159.840,70	152.570,60	79.198,40	1.549.398,60
Agosto	87.262,00	118.928,10	Desativado	145.987,90	171.026,50	156.911,20	69.508,00	1.519.304,90
Setembro	88.231,60	0,00	Desativado	145.043,20	174.468,90	161.694,10	90.104,20	1.407.918,40
Outubro	92.564,70	161.640,10	Desativado	145.076,40	175.934,70	146.278,80	79.240,40	1.533.343,90
Novembro	87.971,40	167.027,80	Desativado	122.733,70	157.838,90	131.061,40	61.966,10	1.485.577,30
Dezembro	81.251,10	175.245,80	Desativado	122.063,90	167.660,70	118.358,90	72.269,80	1.509.945,80
Totais	1.041.546,90	1.768.017,20	-	1.409.434,70	1.769.962,20	1.500.128,80	881.088,30	17.790.047,80

Completam a lista acima, os poços do Parque São Paulo (284,4 m³/h), Planalto (241,2 m³/h) e Cruzes (338,4 m³/h) com suas respectivas produções, inaugurados durante a elaboração deste plano, em 2012.

O sistema produtor existente está esquematizado no desenho 334-PD-ÁGU-002 inserido no Anexo I, do presente relatório.

5.1.5. Sistema de Distribuição de Água

O sistema de distribuição de água possui aproximadamente 1.026 km de extensão de rede e 38 reservatórios, totalizando um volume superior a 60.000 m³ reservados, distribuídos entre 49 setores. Alguns trechos de rede apresentam idade avançada e quando operam com pressões elevadas apresentam rupturas e podem apresentar vazamentos aparentes ou não visíveis, que exigem trabalhos sistemáticos para detecção e reparo. Atualmente, o sistema de abastecimento atende mais de 80.000 ligações e apresenta índice de atendimento de praticamente 100 % da área urbana.

A operação deste sistema de distribuição de água, pelo DAAE, é através de telemetria a partir de seu Centro de Controle Operacional (CCO); este sistema possibilita a visualização online do nível dos reservatórios, da temperatura dos equipamentos e da amperagem dos motores, permitindo o acionamento a distância das bombas e a manobra dos registros.



Com relação ao sistema de distribuição da água tratada, apresenta-se como um ponto crítico a existência de cerca de 100 km de rede com tubos de cimento amianto, que apresenta frequentemente problemas de manutenção e conservação. Nessa condição, aponta-se como diretriz deste Plano a troca de toda essa parcela da rede que o DAAE deverá efetuar, prevendo-se, inclusive, o pedido de financiamento junto ao Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2).

O cadastro da rede existente de abastecimento de água está esquematizado no desenho 334-PD-ÁGU-001 que consta no Anexo II deste relatório.

Merece comentário também a intenção do DAAE em corrigir algumas falhas na setorização existente na rede de distribuição, de forma melhorar as condições do sistema nas ocasiões de manobras e controle de consumo, bem como em implantar micro setorização, maximizando, ainda mais, o efeito do gerenciamento do setor de engenharia. Sabe-se, também, que o cadastro existente deve ser melhorado, com atualização contínua junto às equipes de campo.

O DAAE possui um bom sistema informatizado e automatizado de controle da captação, produção, reservação e distribuição de água, não obstante possa ainda ser melhorado. Cita-se, por exemplo, aplicação efetiva do cadastramento das ligações com georeferenciamento, no banco de dados de consumo, para posterior aplicação de softwares de controle e simulação.

No Quadro 5.1.5-1, apresentado na sequência, constam informações acerca dos centros de reservação. O cadastro dos reservatórios e o sistema existente de reservação estão disponíveis no Relatório Final de Abastecimento de Água (SEREC 2012), no entanto é possível consultar o desenho 334-PD-ÁGU-003 no Anexo III do presente relatório.



QUADRO 5.1.5-1: CENTROS DE RESERVAÇÃO DE ARARAQUARA (2012)

Localização	Denominação	Tipo	Cota de Terreno (m)	Lâmina (m)	Volume (m ³)
Jd. Selmi Dei	R-18	Elevado	729,00	24,85	800
	R-27	Apoiado	729,00	5,15	560
	R-30	Apoiado	729,00	7,88	800
Parque Planalto	CPR Pq. Planalto	Apoiado	708,00	5,80	1.000
	R-20	Elevado	713,00	15,87	500
3o Distrito Industrial	R-26	Elevado	742,00	9,50	71
Fonte	R-05	Elevado	676,00	14,25	50
	R-05A	Elevado	676,00	17,03	500
	R-16	Enterrado	676,00	2,00	1.000
	R-24	Enterrado	676,00	2,00	1.000
Pinheirinho	R-19	Apoiado	733,00	2,00	1.045
	R-31	Apoiado	733,00	2,00	500
	CPR Pq. São Paulo	Apoiado	657,00	3,00	400
ETA Fonte	R-01	Enterrado	701,65	4,08	2.000
	R-02	Enterrado	701,65	2,00	2.000
	R-04	Enterrado	701,65	2,11	2.000
	R-06	Elevado	701,65	21,43	400
	R-09	Enterrado	701,65	2,00	3.000
	R-10	Enterrado	701,65	2,00	3.000
	R-23	Apoiado	701,65	7,00	5.500
	R-Cruzes	Apoiado	701,65	2,00	1.000
Vila Xavier	R-07	Elevado	721,00	24,89	1.200
	R-13	Apoiado	721,00	2,25	3.000
	R-03	Semi-enterrado	713,00	2,00	1.350
	R-17	Apoiado	713,00	2,00	1.904
Lajeado	R-Bandeirantes	Elevado	658,00	23,00	150
	R-Idanorma	Elevado	655,00	23,00	150
	R-Laranjeiras	Elevado	648,00	23,00	150
Flores	R-28	Elevado	643,00	23,29	200
	CRD Jd. Flores	Apoiado	635,00	5,80	1.000
Carmo	R-12	Apoiado	671,00	4,25	4.000
Satélite	R-22	Elevado	680,00	15,80	350
Jd. Martinez	R-15	Apoiado	680,00	2,13	1.400
	R-29	Apoiado	680,00	2,10	1.400
Jd. Eliana	R-08	Elevado	694,00	24,29	500
Zanin	R-32	Elevado	678,50	15,80	350
Iguatemi	R-11	Elevado	723,00	16,85	800
	R-25	Apoiado	723,00	5,71	3.000
Universidade	R-Universidade	Elevado	670,84	13,00	800



5.2. Consumo per economia

5.2.1. Considerações iniciais

Para se calcular as demandas do sistema de água, a SEREC (2012) utilizou a metodologia de consumo “per economia”, em contraponto aos tradicionais consumos “per capita”. Segundo a instituição, a aplicação desse método tem conduzido a resultados mais consistentes que aqueles obtidos com os critérios anteriormente praticados, e é hoje bastante difundida no meio técnico.

A demanda de água de uma comunidade pode ser expressa pela soma de quatro parcelas:

- Demanda Domiciliar, DD: corresponde ao consumo da população, nas próprias moradias.
- Demanda Não Domiciliar, DND: corresponde aos consumos que são função direta da população, porém fora de suas moradias (escritórios, lojas comerciais, etc.) e indiretos, nos estabelecimentos prestadores de serviços (restaurantes, escolas, etc.).
- Demanda de Grandes Consumidores, DGC: correspondente (em geral, mas não restrito) ao consumo das economias industriais atendidas pelo sistema público.
- Demanda de Perdas, DP: corresponde ao volume perdido no próprio processo de produção, reservação e distribuição (água de lavagem, vazamentos nas tubulações, etc.), ou seja, da captação até imediatamente antes do hidrômetro ou ligação predial. Corresponde, também, à parcela devida à imprecisão dos micromedidores, fraudes (roubo de água), etc. Eventuais excessos ou desperdícios dos consumidores (vazões a jusante dos hidrômetros) constituem volumes a serem de fato fornecidos, e estão inclusos nas três parcelas anteriormente definidas.

A metodologia utilizada busca determinar a grandeza de cada uma destas parcelas para o caso específico da comunidade objeto do trabalho de planejamento, valendo-se, para tanto, quando disponíveis, dos dados relativos à produção de água e à micromedição.

Assim, conhecido o crescimento da população, o consumo médio per economia, e a relação entre os consumos domiciliar e comercial, seria possível estabelecer o crescimento da demanda. Restaria apenas associar a população ao número de economias (equivalente ao domicílio censitário), o que sempre pode ser feito utilizando a relação hab/economia, disponível nos dados censitários.



5.2.2. Consumo

Visando obter uma base de dados confiável para determinação dos parâmetros, levantaram-se, junto ao DAAE, os dados referentes ao volume mensal medido por tipo de ligação e o número de ligações faturadas mensais por categoria, para o período de um ano (02/2011 a 01/2012); considera-se o período de 1 (um) ano como mínimo para cobrir o efeito da sazonalidade do consumo verificada nos meses de verão e inverno.

Visando a determinação da parcela correspondente à Demanda Domiciliar (DD), inicialmente, calculou-se a relação entre o consumo residencial e o número de ligações totais. No cálculo da demanda diária considerou-se o número de dias (31, 30 e 28) dos respectivos meses de referência. Os valores obtidos são apresentados no Quadro 5.2.2-1.

QUADRO 5.2.2-1 CONSUMO POR ECONOMIA DOMICILIAR

Residencial			
Mês	Número de Economias	Consumo Mensal (m ³)	Cons. per Economia (m ³ /eco.dia)
02/11	74.892	1.275.478	0,549
03/11	74.537	1.142.953	0,548
04/11	75.233	1.235.749	0,530
05/11	75.453	1.219.270	0,539
06/11	75.839	1.240.197	0,528
07/11	76.107	1.202.299	0,527
08/11	76.370	1.283.514	0,542
09/11	76.799	1.396.672	0,587
10/11	76.695	1.378.070	0,599
11/11	76.805	1.312.091	0,551
12/11	76.740	1.267.538	0,551
01/12	76.658	1.265.380	0,532
Média			0,548
Máximo			0,599
Mínimo			0,527

Fonte: DAAE, 2012

De acordo com os dados fornecidos, pode-se considerar que a Demanda Domiciliar Média, para o período considerado, é de: DD = 0,548 m³/econ.dia.

Da parcela referente ao consumo “não domiciliar”, a maior contribuição ocorre por conta do consumo comercial, que responde em média a aproximadamente 90% do consumo “não domiciliar” ou, em média, 7,01% em relação ao consumo “domiciliar”.



No Quadro 5.2.2-2 são apresentados os valores mensais do consumo “não domiciliar”, referentes ao período analisado, excluídos os dados de grandes consumidores (acima de 100 m³).

QUADRO 5.2.2-2 CONSUMO NÃO DOMICILIAR E RELAÇÃO COM DOMICILIAR

Demandas Domiciliares e Não-Domiciliares				
Mês	Consumo Total (m³)	Consumo Domiciliar (m³)	Consumo Não-Domiciliar (m³)	Relação DND/DD (%)
02/1	1.369.202	1.275.478	93.724	7,35
03/1	1.231.788	1.142.953	88.835	7,77
04/1	1.312.838	1.235.749	77.089	6,24
05/1	1.294.321	1.219.270	75.051	6,16
06/1	1.332.642	1.240.197	92.445	7,45
07/1	1.294.650	1.202.299	92.351	7,68
08/1	1.384.263	1.283.514	100.749	7,85
09/1	1.489.702	1.396.672	93.030	6,66
10/1	1.472.718	1.378.070	94.648	6,87
11/1	1.410.402	1.312.091	98.311	7,49
12/1	1.363.334	1.267.538	95.796	7,56
01/1	1.359.036	1.265.380	93.656	7,40
Obs.: foram excluídos os grandes consumidores (acima de 100 m ³ /mês)	Médio		91.307	7,21
	Máximo		100.749	7,85
	Mínimo		75.051	6,16

Fonte: DAAE, 2013

Uma análise da relação entre os consumos “domiciliar” e “não domiciliar” aponta que o valor médio encontrado (7,21%) situa-se na faixa normalmente verificada para comunidades de porte semelhante, indicando que se acha praticamente estabilizada, inexistindo razões para considerar variação futura desse indicador.

Para o estudo proposto optou-se por adotar, para parcela referente à Demanda Não-Domiciliar (DND), valor médio observado na tabela anterior (7,21%), o que resultou em $DND = DD \times 0,193 = 0,040 \text{ m}^3/\text{econ.dia}$.

Com relação à demanda dos grandes consumidores, consideraram-se, no presente projeto, as economias com demanda superior a 100 m³/mês, incluindo as residenciais. A análise da relação entre os consumos “domiciliar” e o de “grandes consumidores” revela o valor médio de 14,38%. O consumo industrial acima de 100 m³/mês, diante do consumo total dos grandes consumidores, mostra-se por volta dos 13,26%.



Para efeito deste trabalho, não se considerou a presença de grandes consumidores pontuais, porém, visando representar a parcela devida ao distribuído, optou-se por adotar para a Demanda de Grandes Consumidores (DGC), a média observada da relação com o consumo domiciliar, tal que, $DGC = DD \times 0,1438 = 0,079 \text{ m}^3/\text{econ.dia}$

No Quadro 5.2.2-3 são apresentados os valores mensais referentes ao período analisado.

QUADRO 5.2.2-3 CONSUMO DOS GRANDES CONSUMIDORES E RELAÇÃO COM DOMICILIAR

Demandas Domiciliares e Industriais				
Mês	Consumo Total (m ³)	Consumo Domiciliar (m ³)	Consumo Grandes Consumidores (m ³)	Relação o DInd/D D (%)
02/1	1.442.009	1.275.478	166.531	13,06
03/1	1.282.912	1.142.953	139.959	12,25
04/1	1.399.200	1.235.749	163.451	13,23
05/1	1.403.415	1.219.270	184.145	15,10
06/1	1.439.923	1.240.197	199.726	16,10
07/1	1.385.807	1.202.299	183.508	15,26
08/1	1.473.735	1.283.514	190.221	14,82
09/1	1.635.083	1.396.672	238.411	17,07
10/1	1.599.107	1.378.070	221.037	16,04
11/1	1.494.313	1.312.091	182.222	13,89
12/1	1.444.698	1.267.538	177.160	13,98
01/1	1.414.299	1.265.380	148.919	11,77
Médio				14,38
Máximo				17,07
Mínimo				11,77

Fonte: DAAE, 2013

Dessa forma, o consumo médio por economia final utilizado nos estudos do PMSB do Município de Araraquara será composto pelas seguintes parcelas:

- Demanda Domiciliar (DD): 0,548 m³/econ.dia;
- Demanda Não Domiciliar (DND): 0,040 m³/econ.dia;
- Demanda de Grandes Consumidores (DGC) 0,079 m³/econ.dia;
- Demanda "Per Economia" Final (DPE_{Final}): 0,667 m³/econ.dia.



A definição conceitual da Demanda de Perdas é o volume perdido no sistema, no percurso da água entre a captação e o ramal de alimentação predial.

Ocorre, entretanto, que parte da perda propalada não significa absolutamente perda “física”, ou seja, vazamentos, mas é composta de desvios de medição dos consumos (imprecisão dos hidrômetros) e fraudes (ações nos hidrômetros, ligações clandestinas e não medidas por outros motivos); portanto, torna-se necessário acrescentar aos consumos anteriormente determinados uma parcela referente a esses consumos, sob pena de não se obter o volume necessário de água, por sua omissão.

De acordo com os Indicadores fornecidos pelo DAAE, o Índice de Perdas (IP) na distribuição de água no município de Araraquara, no ano de 2005, era da ordem de 43%. Entretanto, frente aos esforços do DAAE, esse índice, atualmente, está em torno de 39,5%.

Com base no exposto, para fins de planejamento, adotou-se a hipótese de que o índice real atual seja dessa grandeza, devendo este diminuir gradativamente, até que as medidas a serem recomendadas neste trabalho possam fazer efeito, passando, daí em diante, a declinar mais rapidamente, até atingir a meta de 30% em um cenário conservador e 25% num cenário otimista.

Com relação aos demais parâmetros, serão adotados os tradicionais, para o cálculo das vazões médias, máximas diárias e máximas horárias:

- Coeficiente de variação máxima diária, em relação à média: $k_1 = 1,2$;
- Coeficiente de variação máxima horária, em relação à máxima diária: $k_2 = 1,5$.

Com os parâmetros descritos acima e a projeção de crescimento do número de economias, mostrada no Quadro 5.2.2-3, foi elaborado o Quadro 5.2.2-4, onde constam a evolução do índice de perdas e as projeções de demanda de água para o cenário avaliado (índice de perdas final de 25%).

QUADRO 5.2.2-4 PROJEÇÕES DE DEMANDA DE ÁGUA (CENÁRIO OTIMISTA: $I_{PF} = 25\%$)

Ano	Nº Economias (econ)	QD (L/s)	IP (L/s)	VP (L/s)	Demandas de Água (L/s)		
					Qmédia	Qmáxdia	Qmáxhor
2000	52.690	406,76	40,00	271,2	677,9	813,5	1.220,3
2010	67.543	521,43	38,82	330,9	852,3	1.022,7	1.534,1
2011	73.110	564,40	40,00	376,3	940,7	1.128,8	1.693,2
2012	81.628	630,16	39,50	411,4	1.041,6	1.249,9	1.874,9
2013	85.698	661,58	38,67	417,1	1.078,7	1.294,5	1.941,7
2014	90.070	695,34	37,84	423,3	1.118,6	1.342,3	2.013,5
2015	84.700	653,87	37,00	384,0	1.037,9	1.245,5	1.868,2
2016	85.426	659,48	36,60	380,7	1.040,2	1.248,2	1.872,3
2017	86.147	665,04	36,20	377,3	1.042,4	1.250,9	1.876,3



Ano	Nº Economias (econ)	QD (L/s)	IP (L/s)	VP (L/s)	Demandas de Água (L/s)		
					Qmédia	Qmáxdia	Qmáxhor
2018	86.861	670,56	35,80	373,9	1.044,5	1.253,4	1.880,1
2019	87.569	676,03	35,40	370,5	1.046,5	1.255,8	1.883,7
2020	88.272	681,45	35,00	366,9	1.048,4	1.258,1	1.887,1
2021	88.837	685,81	34,00	353,3	1.039,1	1.246,9	1.870,4
2022	89.398	690,15	33,00	339,9	1.030,1	1.236,1	1.854,1
2023	89.955	694,44	32,00	326,8	1.021,2	1.225,5	1.838,2
2024	90.508	698,71	31,00	313,9	1.012,6	1.215,2	1.822,7
2025	91.056	702,95	30,00	301,3	1.004,2	1.205,1	1.807,6
2026	91.590	707,06	29,00	288,8	995,9	1.195,0	1.792,6
2027	92.120	711,16	28,00	276,6	987,7	1.185,3	1.777,9
2028	92.649	715,24	27,00	264,5	979,8	1.175,7	1.763,6
2029	93.175	719,30	26,00	252,7	972,0	1.166,4	1.749,7
2030	93.699	723,34	25,00	241,1	964,5	1.157,4	1.736,0
Demanda per economia		0,667					

Fonte: DAAE, 2013

5.3. Zoneamento demográfico

5.3.1. Área de projeto

Para a definição da área de projeto foram efetuadas análises da malha urbana existente e realizadas reuniões com a participação das equipes técnicas do DAAE .

O conceito que vem se expandindo em várias cidades planejadas do Estado, foi confirmado no caso presente: há que se procurar respeitar o conceito de que, densidades médias mais altas contribuem, até certo ponto, para a redução dos custos de investimento e de exploração dos serviços de infraestrutura urbana; por outro lado, densidades muito baixas requerem grandes recursos de transporte, energia elétrica, abastecimento de água, coleta de esgotos e resíduos sólidos, drenagem, etc., tanto em investimento como em prestação de serviços de manutenção e operação.

De sorte que, se a realidade não aponta nesse sentido, os planos diretores, devem procurar induzir tal busca pelo maior adensamento médio, sem exageros, em benefício da comunidade.

Este conceito pode ser interpretado matematicamente pela relação: $DM_f / DM_a \geq 1,00$ ou seja, a densidade média futura de Araraquara (DM_f) deverá ser maior que a densidade média atual (DM_a).



Nessas análises e reuniões, foram, portanto definidos vetores e bloqueios ao desenvolvimento urbano, procurando sempre direcionar o adensamento urbano para as áreas desocupadas e circunvizinhas ao limite já ocupado, evitando o surgimento de novos corredores urbanos, e ao mesmo tempo limitando a ocupação vertical descontrolada em outras áreas da cidade. Vale ressaltar que a malha urbana é bem delimitada e que a área de projeto encontra-se totalmente inserida no perímetro urbano.

Nas reuniões de avaliação verificou-se que a sensação dos técnicos quanto aos vetores e bloqueios, refletiu essa expansão passada. De posse desses indicadores e de outras tendências apontadas foram definidos então os vetores e bloqueios, que conduziram após as aproximações requeridas, ao limite da área de projeto. A análise acusou diversos vetores preferenciais, obedecidos no presente planejamento, quais sejam:

- Ao norte, com o surgimento dos loteamentos Estrela e Kanashiro e o Jardim Uirapuru I e II, Gardênias, Acácias, Magnólias I e II e Bouganville localizados na margem direita do Ribeirão das Cruzes; com relação à sua margem esquerda, ocorreu o desenvolvimento do Jardim dos Flamboyants;
- Ao nordeste, com o surgimento do Jardim São Rafael I e II, Portal dos Oitis, Serra Azul Maria Luiza III e Maggiore;
- Ao leste, expansão do Jardim Altos dos Pinheiros e Pinheiros II;
- Ao sul, surgimento do Jardim Victorio Antônio de Santi II;
- Ao sudeste, surgimento do Distrito Industrial, Quinta e Portal dos Oitis, Jardim Maria Luiza II, Itaóca, Salto Grande I, II e III e Campus Ville;
- Ao oeste, expansão do Portal das Laranjeiras, na margem direita da rodovia Washington Luiz, no sentido São Carlos;
- Ao noroeste, surgimento do Parque Residencial Dahma.

Também foi observado um crescimento interno de áreas confinadas da cidade, como o Jardim Santa Teresa, Portugal, Diamante, Atenas, dentre outros. Por outro lado permanecem importantes os bloqueios antes já considerados, destacando-se a ferrovia, ao norte, e o limite municipal com Américo Brasiliense.

Observa-se no Quadro 5.3.1-1 que no ano de 2010, Araraquara apresentou uma densidade demográfica média de 25,81 hab./ha (DM_a). Tal valor se mostra superior quando comparado ao do ano 2000, que apresentou 25,66 hab./ha, mostrando que a tendência ao adensamento também se verificou no passado recente.



QUADRO 5.3.1-1 EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DOMICÍLIOS DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

Indicadores	2000	2010	2013
Área (ha)	6.756,91	7.849,55	9.696,23
População (hab)	173.349	202.629	252.188
Densidade (hab/ha)	25,66	25,81	26,01
Densidade Relativa (hab/ha)	1,0062	1,0075	

Fonte: DAAE, 2013

Com o limite da área de projeto adotado, a densidade demográfica média futura de Araraquara (DMf), atingiria 26,01 hab./ha, respeitando portanto o limite pretendido de: $DMf / DMA \geq 1,00$ ($26,01 / 25,81 = 1,0075$).

O indicador ainda está aquém dos objetivos perseguidos, embora já reflita aumento da densidade média.

Cabe destacar uma questão que diz respeito à área de projeto e que foi discutida no âmbito do plano diretor de desenvolvimento urbano (PDDU): a área de preservação da bacia do Ribeirão das Cruzes um dos importantes mananciais do sistema de abastecimento de água de Araraquara.

A ocupação dessa área inicialmente foi considerada vetada nos estudos deste plano diretor. Entretanto, segundo informações do PDDU assim como dos técnicos do DAAE esta área foi liberada para ocupação. O desenho 334-PD-ÁGU-007, com o limite da área de projeto encontra-se no Anexo IV.

Na definição da área de projeto, foram observados os corredores em APP (ainda de forma simplificada, com 15 m de largura de cada lado do curso de água).

5.3.2. Zonas Isodensas

O estabelecimento do zoneamento demográfico foi desenvolvido pela SEREC (2012) com base em um conjunto de ferramentas montado pela empresa e denominado de SIPPC, que associa o banco de dados fornecido pelo DAAE (consumo por ligação) a uma determinada porção da malha urbana, assim como o consumo (em diversas faixas) para o período disponível; com base nestes valores foi possível determinar a correspondente densidade (economia / área), que foi desenvolvida para o período disponível, de dezembro de 2010 a janeiro de 2012.



Inicialmente, foram feitas diversas simulações variando os intervalos de densidades (economia / hectare) para toda a área de projeto, baseada no levantamento de campo entregue pela OVJ Engenharia. Com isso, nesta etapa, foi definido o melhor conjunto de intervalos de densidades (economias / hectare) para toda a malha urbana de Araraquara.

Depois de definidas as densidades, foi feita a delimitação das zonas homogêneas da área de projeto para o estágio atual da cidade. No desenho 334-PD-ÁGU-008 que consta no Anexo V deste relatório, pode ser observado o zoneamento demográfico para o ano de 2012.

O agrupamento de setores com densidades semelhantes, contidas em determinadas faixas, resultou na definição de doze zonas homogêneas, assim, diferenciadas:

- Zona Homogênea (ZH-1): refere-se a regiões com ocupação mais concentradas na área central do município, como nos bairros: Vila Progresso, Machado, Nossa Senhora do Carmo, Santana, Boaventura, São Benedito, entre outros, assim como também se apresenta em algumas regiões mais periféricas tais quais: Jardim Das Flores, Parque das Laranjeiras, Serra Azul, Santo Antônio, Vila Biagioni, Jardim Imperador II, dentre outros. Caracterizam-se por densidades próximas a 21 ec/ha, apresentando alto grau de saturação, com pouca chance de maior adensamento (salvo verticalização);
- Zona Homogênea (ZH-2): distribui-se em áreas mais afastadas (periféricas) da cidade, principalmente com uma concentração maior de regiões ao norte e ao leste, tais como nos bairros Jardim São Rafael I e II, Roberto Selmi Dei, Jardim Veneza, Jardim Adalberto F. de Oliveira Roxo I e II, Jardim Ana Adelaide, Jardim América, Jardim das Estações, Jardim Pinheiros I e II, Jardim Explanada assim como dos Residenciais Iguatemi, Acapulco, Lupo I e II e Jardim Maria Luiza, etc. Apresenta densidade de 25,08 ec/ha, aproximadamente e ainda continua em processo de expansão, com densidade de saturação de 28,0 ec/ha;
- Zona Homogênea (ZH-3): trata-se de áreas ocupadas principalmente na porção centro - norte da cidade, através dos bairros Jardim Morumbi, Parque Santa Mônica, Vila Godoi, Jardim Primavera, Central Park, dentre outros. Apresenta uma densidade média com aproximadamente 14,90 ec/ha e apresenta residências de padrão médio-alto; o que implica numa concentração menor em função da dimensão dos lotes existentes. Vale ressaltar também que a densidade média de saturação adotada para essa zona foi de 16,00 ec/ha, o que representa ainda que a mesma encontra espaços físicos para futuras expansões;



- Zona Homogênea (ZH-4): destacam-se por serem zonas isodensas que apresentam alta densidade, por volta de 33,92 ec/ha, sendo áreas que apresentam como destaque residências de padrão mais simples (classe baixa), com dimensões de lotes menores e/ou possuem alto grau de verticalização. Para estes casos, temos como exemplos os bairros Jardim Victório de Santi, Núcleo Residencial Yolanda Ópice, Jardim Portugal e Altos de Pinheiros. Entretanto, estas áreas podem vir a ter sua densidade média mais elevada, com o passar dos anos, visto que para as mesmas a densidade de saturação ficou por volta de 40,00 ec/ha;
- Zona Homogênea (ZH-5): zona com ocupação diferenciada em relação às demais, por apresentar-se distribuída em pequenas áreas da cidade, mais particularmente no Parque Residencial Dhama, na Vila Vieira, parte do Jardim América, no centro da cidade, dentre outros. Caracterizam-se por densidades muito baixas, por volta de 6,00 ec/ha e apresentando residências de classe alta (lotes com dimensões maiores). Em alguns casos, são observados através de quadras isoladas ou até em alguns residenciais. Podem vir a ser áreas mais adensadas visto que a densidade de saturação da mesma é de 10,00 ec/ha;
- Zona Expansão Urbana (ZEU1): compõe-se de regiões passíveis de ocupação dentro da área de projeto, com tendência à implantação de residências de baixo e médio padrão e com densidade próxima a da ZH-4;
- Zona Expansão Urbana (ZEU2): compõe-se de regiões passíveis de ocupação dentro da área de projeto, com tendência à implantação de residências de médio padrão e com densidade próxima aos da ZH-1 ou ZH-2;
- Zona Expansão Urbana (ZEU3): compõe-se de regiões passíveis de ocupação dentro da área de projeto, com tendência à implantação de residências de alto padrão e com densidade de economias por hectare próxima a da ZH-5;
- Zona Industrial (ZI): são áreas de predominância industrial, confinadas nas áreas especialmente definidas para tal fim;
- Zona Industrial Expansão (ZI Exp): caracterizam-se como áreas de expansão, com provável ocupação por indústrias;
- Área de Proteção Ambiental (APA): corresponde a regiões com ênfase para as áreas de preservação ao longo dos cursos d'água, com pouca ou nenhuma ocupação domiciliar, com densidades que deverão permanecer constantes ao longo do horizonte de planejamento;
- Zona Especial (ZE): compreende regiões especiais, com pouca ou nenhuma ocupação domiciliar, como shopping centers, cemitérios, clubes, campos de futebol, aeroporto, Campus Universitário, ALL Logística, etc. Apresentam densidades que tendem a permanecer constantes ao longo do horizonte de planejamento.



Na sequência do estudo, as zonas isodensas calculadas para o ano de 2012 foram sobrepostas sobre os setores censitários que compunham a área de projeto, referentes ao censo de 2000, sendo estes delimitados conforme desenho 334-PD-ÁGU-009 no Anexo VI.

Tal fato fez-se necessário para efeito de cálculo das projeções de densidade e de economias, em função do período de projeto (ano meta 2030). Dessa maneira, obtivemos a densidade de cada zona isodensas para os anos de 2012 (presente), e 2000 (passado).

O terceiro ponto (futuro) da curva logística, para cada zona isodensas, foi definido a partir da observação de áreas de ocupação similares, tidas como saturadas, através de visitas em campo e de imagens obtidas pelo Google Earth. Assim foi possível determinar as diferentes densidades a serem utilizadas ao longo do período de planejamento. Tal artifício só foi possível mediante ao uso da curva logística, conforme parâmetros dos Quadros 5.3.2-1 e 5.3.2-2.

QUADROS 5.3.2-1 PARÂMETROS DAS CURVAS LOGÍSTICAS PARA AS ZONAS ISODENSAS

Zona Homogênea	Área (ha)	Economias (ec.)			Densidades (ec/ha)			Parâmetros da Curva Logística	
		Anos			Anos				
		2000	2011	Saturação	2000	2011	Saturação	m	b
ZH 1	1.323	19.885	28.231	29.102	15,03	21,34	22,00	0,46	-0,25
ZH 2	922	12.107	22.633	25.819	13,13	24,55	28,00	1,13	-0,19
ZH 3	695	8.080	10.248	11.118	11,63	14,75	16,00	0,38	-0,14
ZH 4	147	1.465	4.793	5.879	9,97	32,61	40,00	3,01	-0,24
ZH 5	106	516	622	1.058	4,88	5,88	10,00	1,05	-0,04
ZH APA	367	14	14	18	0,04	0,04	0,05	0,28	0,02
ZH E	393	187	187	197	0,48	0,48	0,50	0,05	0,00
ZH EU 1	1.770	4.730	6.880	38.949	2,67	3,89	22,00	7,23	-0,04
ZH EU 2	1.892	4.582	4.152	75.668	2,42	2,20	40,00	15,51	0,01
ZH EU 3	2.374	1.521	2.394	37.983	0,64	1,01	16,00	23,97	-0,04
ZH I	300	173	185	186	0,58	0,62	0,62	0,07	-0,29
ZH IEXP	257	12	15	15	0,05	0,06	0,06	0,28	-0,16

QUADROS 5.3.2-2 DENSIDADES PROJETADAS PARA AS ZONAS ISODENSAS

Zona Homogênea	Densidades Projetadas (ec/ha)				
	Anos				
	2012	2015	2020	2025	2030
ZH 1	21,48	21,75	21,93	21,98	21,99
ZH 2	25,08	26,27	27,3	27,73	27,89
ZH 3	14,9	15,25	15,61	15,8	15,9
ZH 4	33,92	36,75	38,94	39,67	39,9
ZH 5	5,96	6,23	6,65	7,04	7,41



Zona Homogênea	Densidades Projetadas (ec/ha)				
	Anos				
	2012	2015	2020	2025	2030
ZH APA	0,04	0,04	0,04	0,03	0,03
ZH E	0,48	0,48	0,48	0,48	0,48
ZH EU 1	4,02	4,42	5,17	6	6,91
ZH EU 2	2,18	2,12	2,02	1,93	1,85
ZH EU 3	1,05	1,19	1,45	1,76	2,13
ZH I	0,62	0,62	0,62	0,62	0,62

5.4. Estudos de setorização

5.4.1. Setorização proposta

Para o limite do traçado dos setores e das zonas piezométricas procurou-se manter a atual setorização, onde possível e disponível. Assumiu-se também, sempre que possível, a utilização plena dos principais centros de reservação existentes, para o que foram utilizados os níveis operacionais dos reservatórios.

Para o traçado dos limites de zonas de pressão, admitiram-se pressões dinâmicas mínimas em torno de 15 mca e pressões estáticas máximas de 50 mca. O traçado dos limites de zonas de pressão foi realizado através do programa SIPPC, elaborado pela SEREC (2012).

O programa é capaz de indicar a área ótima de influência de cada reservatório cadastrado no sistema, seja ele novo ou existente, e, a partir disso, propiciar a delimitação dos setores de abastecimento. Como já exposto, a definição dos setores ocorreu depois de discussões em várias reuniões havidas com a participação da Equipe SEREC em conjunto com o Corpo Técnico do DAAE, ou seja, adotando-se soluções consensuais, procurando-se assimilar a experiência acumulada por este Grupo com a operação de longa do sistema existente.

A partir dos centros de reservação existentes, foram definidos 47 setores. Além disso, em função da delimitação da área de projeto, fez-se necessário a criação de um novo setor, adjacente ao Setor Selmi Dei, denominado de Setor Futuro, localizado na bacia de captação do Ribeirão das Cruzes, um dos principais mananciais de Araraquara. No Anexo VII insere-se o desenho 334-PD-ÁGU-010 onde se resume a setorização propriamente dita, com definição dos limites de cada zona de pressão.



Muitos setores foram subdivididos em dois ou três subsetores / zonas piezométricas (zonas alta, média e/ou baixa), apoiados por reservatórios elevados e apoiados, respectivamente. Para tanto, buscou-se o melhor aproveitamento dos reservatórios com maior volume e posição estratégica assim como a disposição das 20 válvulas redutores de pressão, denominadas neste por VRPs, existentes na cidade. A SEREC (2012) elaborou um desenho (334-PD-ÁGU-011) de sub setorização proposta para a cidade, em função dos setores de manobras existentes, contendo mais de 120 setores, que está inserido no Anexo VIII. Vale ressaltar que para efeito de estudo e planejamento, que se trabalhou com 47 setores definidos pelos limites de zona de pressão e em função das válvulas redutoras de pressão em funcionamento, ou não, do Município.

5.4.2. Demanda por Setores de Abastecimento

Com base nos limites de cada zona de pressão e na planta do zoneamento demográfico, foram calculadas as demandas média, máxima diária e máxima horária de cada uma das zonas piezométricas. Na tabela 5.4.2-1 estão apresentados os valores para a demanda no dia de maior consumo, ao longo do horizonte de planejamento.

Os cálculos consideraram a previsão na redução do índice de perdas dos atuais 39,5% para 25%.

TABELA 5.4.2-1 DEMANDA POR SETOR DE ABASTECIMENTO (I_{PF} DE 25%)

Setores	Vazão Máxima Diária (L/s)				
	2012	2015	2020	2025	2030
Carmo Zona Baixa I - VRP15	1,9	1,9	1,8	1,6	1,5
Carmo Zona Baixa I	39,9	38,8	37,9	35,2	32,9
Carmo Zona Baixa II	30,1	29,5	29,3	27,6	26,2
Vila Xavier Zona Alta I	116,7	116,4	117,2	111,5	106,2
Vila Xavier Zona Alta II - VRP07	21,9	21,3	20,9	19,5	18,3
Vila Xavier Zona Alta II - VRP08	3,7	3,6	3,6	3,3	3,1
Vila Xavier Zona Alta III - VRP09	19,2	19,2	19,3	18,2	17,1
Vila Xavier Zona Alta IV - VRP11	7,7	7,7	7,8	7,4	7,0
Vila Xavier Zona Baixa I	36,6	35,6	34,9	32,5	30,3
Vila Xavier Zona Baixa II - VRP14	11,0	10,7	10,5	9,8	9,1
Vila Xavier Zona Baixa II - VRP13	2,8	2,7	2,6	2,4	2,2
Vila Xavier Zona Baixa III - VRP12	6,0	5,8	5,7	5,2	4,9
Vila Xavier Zona Baixa IV - VRP10	10,9	10,9	11,0	10,4	9,8
Iguatemi Zona Alta I	49,6	50,9	53,7	53,3	53,0
Iguatemi Zona Alta II	9,2	9,0	8,7	8,0	7,4
Iguatemi Zona Baixa - VRP 06	63,0	64,2	66,5	64,9	63,3
Pinheirinho Zona Alta I	47,4	48,3	49,4	47,3	45,2
Pinheirinho Zona Alta II - VRP01	15,7	16,4	17,5	17,6	17,8



Setores	Vazão Máxima Diária (L/s)				
	2012	2015	2020	2025	2030
Pinheirinho Zona Alta III - VRP02	9,1	9,3	9,8	10,0	10,1
Flores Zona Alta	22,9	22,1	21,4	19,9	18,5
Martinez Zona Baixa	68,0	67,5	66,9	62,5	58,3
Eliana Zona Alta	14,5	14,0	13,7	12,7	11,8
Futuro	27,5	29,1	33,0	35,6	38,2
Distrito Industrial	0,3	0,3	0,4	0,4	0,4
Zanin Zona Alta	8,0	7,3	6,8	6,2	5,6
Fonte Zona Alta	114,4	111,8	109,9	102,6	95,9
Fonte Zona Média	60,8	60,0	59,6	56,1	52,7
Fonte Zona Baixa I	25,0	24,3	23,8	22,2	20,7
Fonte Zona Baixa II	96,0	94,2	92,9	86,9	81,4
Selmi Dei Zona Alta I	22,3	22,5	23,0	22,0	21,0
Selmi Dei Zona Média I	55,5	55,6	56,6	54,4	52,3
Selmi Dei Zona Média II - VRP03	30,2	30,1	30,1	28,3	26,5
Selmi Dei Zona Média III - VRP17	27,1	27,4	27,8	26,5	25,1
Universidade Zona Alta	2,8	2,6	2,4	2,2	1,9
Universidade Zona Média	3,1	3,0	3,1	3,1	3,1
Universidade Zona Baixa - VRP16	0,8	0,8	0,9	0,8	0,9
Lajeado Zona Alta I	1,9	2,0	2,4	2,7	3,1
Lajeado Zona Alta II	3,7	4,0	4,7	5,3	6,0
Lajeado Zona Alta III	2,0	2,2	2,6	2,9	3,3
Lajeado Zona Baixa I - VRP20	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5
Lajeado Zona Baixa II - VRP18	1,0	1,1	1,3	1,5	1,7
Lajeado Zona Baixa III - VRP19	0,4	0,4	0,5	0,5	0,6
Planalto Zona Alta	28,5	29,5	31,7	32,4	33,3
Planalto Zona Baixa - VRP04	8,9	9,1	9,5	9,6	9,8
Paiol Zona Alta I	28,3	28,2	29,0	28,5	28,3
Paiol Zona Alta II - VRP05	32,9	33,3	34,7	34,2	33,8
Paiol Zona Baixa I	34,1	34,1	35,0	34,2	33,6
Satélite Zona Alta	26,1	26,2	26,3	24,9	23,6
Total	1.249,9	1.245,4	1.258,0	1.205,0	1.157,3

5.5. Cenários futuros

5.5.1. Balanço geral da disponibilidade atual e demanda futura



O balanço entre a atual disponibilidade e a demanda de água ao longo do horizonte de planejamento (2030), para a condição de meta de índice de perdas de 25%, deve ser feita de maneira criteriosa.

No Quadro 5.5.1-1, estão apresentadas as demandas para o ano meta, com vazões média e máxima diárias. Por sua vez, no Quadro 5.5.1-2, observam-se as vazões atualmente disponíveis nos mananciais em operação.

QUADRO 5.5.1-1 DEMANDAS NO HORIZONTE DE PLANEJAMENTO, EM FUNÇÃO DO ÍNDICE META DE PERDAS

Demanda - IP 25%		
Ano	Q méd (L/s)	Q máx. Diária (L/s)
2012	1.042	1.875
2015	1.038	1.868
2020	1.048	1.887
2025	1.004	1.808
2030	964	1.736

QUADRO 5.5.1-2 RESUMO DAS VAZÕES ATUALMENTE DISPONÍVEIS NOS MANANCIAIS EM OPERAÇÃO, NA CAPACIDADE PLENA.

Manancial	Valor	(%)
Aquífero Guarani	1.023	69,3
ETA Paiol	84	5,7
ETA Fonte	370	25,1
Total	1.477	100,0

A análise dos Quadros anteriores permite observar que, no balanço entre a oferta atual e a demanda futura, a vazão disponível refere-se a todos os poços em condições plenas de operação, assim como também, a captação do Ribeirão das Cruzes; ressalta-se que a vazão captada neste manancial superficial, por volta de 300 L/s, é muito superior ao valor outorgado para a mesma. Tal situação decorre do uso indiscriminado do manancial, que não pode ser tolerado sob condições aceitáveis de riscos.

Nestes termos, o balanço geral entre oferta e demanda deve considerar, além dos aspectos qualitativos e econômicos da exploração dos recursos hídricos, as variáveis de risco e reserva estratégica, levando em conta o desenvolvimento regional, e as possibilidades de perdas de oportunidades para a adequada solução para o caso particular do município, como se discute na sequência.

5.5.2. Cenário de produção de água bruta

A partir das considerações expostas no Balanço Geral entre Oferta e Demanda na área de projeto, torna-se necessário avaliar os possíveis cenários de produção de água bruta, capazes de atender o consumo previsto ao longo do horizonte de planejamento.



Para tal, as variáveis envolvidas nessa avaliação foram amplamente discutidas entre as equipes técnicas do DAAE e da SEREC, assim como em conjunto do meio técnico interessado, em reuniões abertas.

Atualmente, no município de Araraquara a captação através de mananciais superficiais corresponde a apenas 30% do volume total da cidade, ou seja, grande parte desta produção advém da captação profunda, através de poços. Vale ressaltar também que as captações existentes (Ribeirão das Cruzes, Paiol e Anhumas) já apresentam alguns problemas e, no caso em particular do Ribeirão das Cruzes, sua captação ultrapassa em mais de 60% o valor outorgado pelo DAAE.

A perfuração de novos poços também poderia vir a se apresentar como solução, mas corrobora com a tese do rebaixamento do lençol freático, principalmente no que tange a área pertinente ao aquífero Guarani.

Dessa discussão, chegou-se ao consenso de que a SEREC realizaria uma pré-concepção de ambos os sistemas, visto os déficits de vazão no horizonte de planejamento. Com isso, depois que cada situação de captação estivesse suficientemente sedimentada as efetivas condições de sua exploração econômica, e corretamente dimensionada os riscos agregados em cada caso, seria adotada a melhor solução, conforme descrição seguinte.

Para definição do cenário de produção de água bruta, foi montada uma concepção com vistas ao horizonte a ser considerado no planejamento, de 20 anos.

A definição do horizonte de planejamento é fundamental, pois períodos longos indicam demandas maiores e conseqüentemente maiores necessidades de produção de água. Por outro lado, facilitam a viabilização de fluxos de caixa na medida em que incorporam maior contingente contribuinte, com eventuais custos marginais proporcionalmente menores. A opção por 20 anos se apoia na tradicional meta perseguida em planos diretores, vigente no meio do saneamento básico.

Em seguida, foi analisada outra hipótese para o índice de perdas a considerar no horizonte de planejamento; adotou-se como meta o valor de 25%, relativamente ousada, porém factível, sobretudo considerando alguns sucessos já obtidos pelo DAAE, especialmente a determinação de sua equipe técnica no sentido de envidar todos os esforços para a redução das perdas constatadas, e da sua direção, em privilegiar os investimentos requeridos para conseguir este objetivo.

Finalmente, na concepção do cenário se analisou a quantidade de água requerida para aproveitamento do manancial subterrâneo.

5.5.3. Alternativas para o sistema de captação e distribuição



As alternativas de captação de mananciais para abastecimento da área urbana objetivaram, principalmente, os mananciais profundos, tendo em vista que as fontes superficiais encontram-se escassas, conforme considerações seguintes.

Segundo informações do próprio DAAE, já se encontrava prevista a perfuração de novos poços visando o aumento da produção em detrimento das captações superficiais, que como a do Ribeirão das Cruzes, tende a reduzir sua participação no cenário de abastecimento do município, com o passar dos anos.

Nesse contexto é importante ressaltar como diretriz da exploração das águas subterrâneas a necessidade das respectivas outorgas, que é o único meio pelo qual o Poder Público atribui ao interessado, público ou privado o direito de utilizar privativamente o recurso hídrico.

Quanto a disponibilidade do aquífero destaca-se algumas atuações estratégicas para a gestão de aquíferos no Estado de São Paulo. Os órgãos do Sistema de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo efetuaram algumas ações corretivas em áreas com superexploração ou contaminação das águas por meio da criação de áreas de intervenção. E quando verificada situação grave, alguns municípios foram caracterizados como áreas de intervenção e restrição do uso das águas subterrâneas por superexploração, como o caso de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto. Diante o exposto, é importante acompanhar a situação do aquífero junto aos órgãos competentes para adequar o planejamento do município quanto ao abastecimento.

5.5.3.1 Futuros mananciais superficiais passíveis de captação

Conforme já relatado, Araraquara vem apresentando nos últimos anos grande dificuldade em relação à captação de água bruta proveniente de mananciais superficiais. Alguns rios apresentam possibilidades de captação, mas quer seja pela grande distância ou pelo alto custo dos investimentos necessários, tal possibilidade não é levada adiante.

É fato a escassez de mananciais superficiais para a captação de água bruta; os mananciais existentes (Ribeirão das Cruzes, Paiol e Anhumas) vêm apresentando vários problemas (erosão e assoreamento), associado ao fato que o alto grau de impermeabilização da área urbanizada reduz a recarga do aquífero livre e, conseqüentemente, a vazão de estiagem dos cursos de água.

Neste sentido e precedendo os estudos efetivos da evolução da demanda ao longo do período de planejamento do Plano, a SEREC (2012) desenvolveu uma breve análise da captação de dois rios que se encontram dentro de um raio de 15 km das ETAs Fonte e Paiol.

No desenho 334-PD-ÁGU-012, inserido no Anexo IX, estão indicadas as localizações dos possíveis mananciais superficiais estudados como pontos factíveis para a captação de água bruta.

Rio Chibarro



O Rio Chibarro é um rio paulista, cuja nascente está localizada ao norte do município de São Carlos, na Fazenda do Urso, interno ao Parque Ecoesportivo Damha; atravessa os municípios de São Carlos e Araraquara. O rio é de Classe 3, segundo o Decreto Estadual Nº 10.755/77 e é afluente da margem direita do rio Jacaré-Guaçu.

Para a avaliação da potencialidade hídrica deste corpo d'água foi calculada a vazão mínima das médias de 7 dias para um tempo de retorno de 10 anos, denominada de Q7,10, para o que foi delimitada sua bacia de contribuição na seção admitida como de captação.

O valor da Q7,10 encontrada, calculada segundo metodologia proposta pelo DAEE, resultou em 671,9 L/s.

Rio Jacaré-Guaçu

O Rio Jacaré-Guaçu é também um rio paulista, formado pela confluência do Ribeirão do Feijão com o Rio do Lobo, logo à jusante da barragem da Represa do Broa, na divisa dos municípios de Itirapina com São Carlos. Atravessa os municípios de Itirapina, São Carlos, Ribeirão Bonito, Araraquara, Gavião Peixoto, Nova Europa e deságua na margem direita do rio Tietê, já no município de Ibitinga. O Rio Jacaré-Guaçu é de Classe 2, segundo o Decreto Estadual Nº 10.755/77.

Para a avaliação da sua potencialidade hídrica foi calculada sua vazão mínima, Q7,10, a partir de sua bacia de contribuição, com base em provável seção de captação. O valor da Q7,10 encontrada foi calculada segundo metodologia proposta pelo DAEE e resultou em 457,9 L/s.

Ribeirão do Lajeado

O Ribeirão do Lajeado se localiza na região noroeste do Estado de São Paulo, abrangida pelos municípios de Alto Alegre, Braúna, Barbosa, Glicério e Penápolis e representa uma grande importância socioeconômica e ambiental para a região.

Os recursos hídricos provenientes desta bacia hidrográfica são utilizados para o uso agrícola, o abastecimento de parte da sua população, para o lazer e o turismo assim como diversas outras formas de uso deste recurso. Esta bacia, além de servir economicamente aos cinco municípios nela inseridos, é a única fonte de abastecimento público do município de Penápolis, portanto de uso imprescindível a esta região.

Para a avaliação da sua potencialidade hídrica foi calculada sua vazão mínima, Q7,10, a partir de sua bacia de contribuição, com base em provável seção de captação. O valor da Q7,10 encontrada foi calculada segundo metodologia proposta pelo DAEE e resultou em 194,8 L/s.

Na sequência foram avaliadas as opções de captação e seus custos aproximados para adução de suas águas para tratamento na ETA Fonte ou, alternativamente, na ETA Paiol, conforme demonstrado nos Quadros 5.5.3.1-1 e 5.5.3.1-2, respectivamente.



QUADRO 5.5.3.1-1 PARÂMETROS DE CAPTAÇÃO DE MANANCIAS SUPERFICIAIS PARA A ETA FONTE

ALTERNATIVA 1 - DESTINO ETA FONTE						
ETA FONTE	Captação	Q _{7,10} (L/s)	Vazão de Captação (L/s)	Distância a ETA Fonte (km)	Diâmetro Adotado (mm)	Potência Estimada (cv)
	Chibarro Opção 1	1099	329	14	600	1.735
	Chibarro Opção 2	623	312	18	600	872
	Jacaré	7302	329	17,5	600	1.881
	Lajeado	195	95	9	300	428
	Queimados	216	108	14	350	398

QUADRO 5.5.3.1-2 PARÂMETROS DE CAPTAÇÃO DE MANANCIAS SUPERFICIAIS PARA A ETA PAIOL

ALTERNATIVA 2 - DESTINO ETA PAIOL						
ETA PAIOL	Captação	Q _{7,10} (L/s)	Vazão de Captação (L/s)	Distância a ETA Paiol (km)	Diâmetro Adotado (mm)	Potência Estimada (cv)
	Chibarro Opção 1	1099	329	13,6	600	1.576
	Chibarro Opção 2	623	312	18,2	600	580
	Jacaré	7302	329	17,5	600	1.729
	Lajeado	195	95	8,3	300	380
	Queimados	216	108	15	350	450

Em seguida desenvolveram-se as estimativas de custos para os possíveis aproveitamentos hídricos citados, admitidas as 2 alternativas de tratamento, nas ETAs Fonte e Paiol, conforme resumidas nos Quadros 5.5.3.1-3 e 5.5.3.1-4; estas estimativas basearam-se em curvas de custos preparadas pela SABESP especificamente para este tipo de estudo.

QUADRO 5.5.3.1-3 ORÇAMENTO APROXIMADO ATRAVÉS DE CURVAS DE CUSTO SABESP PARA CAPTAÇÕES SUPERFICIAIS COM DESTINO A ETA FONTE

ALTERNATIVA 1 - DESTINO ETA FONTE							
ETA FONTE	Captação	Custo da Captação (R\$)	Custo da Elevatória de Adução (R\$)	Custo da Adutora (R\$)	Total Obras (R\$)	Custo Energia VLP (R\$)	Total do Sistema (R\$)
	Chibarro Opção 1	2,3 x 10 ⁶	1,4 x 10 ⁶	37,4 x 10 ⁶	41,2 x 10 ⁶	22,1 x 10 ⁶	63,3 x 10 ⁶



ALTERNATIVA 1 - DESTINO ETA FONTE							
	Chibarro Opção 2	2,3 x 10 ⁶	1,2 x 10 ⁶	48,1 x 10 ⁶	51,7 x 10 ⁶	11,1 x 10 ⁶	62,8 x 10 ⁶
	Jacaré	2,3 x 10 ⁶	1,4 x 10 ⁶	46,8 x	50,5 x	24 x 10 ⁶	74,5 x 10 ⁶
	Lajeado	1,1 x 10 ⁶	0,5 x 10 ⁶	6,1 x 10 ⁶	7,7 x 10 ⁶	5,5 x 10 ⁶	13,1 x 10 ⁶
	Queimados	1,1 x 10 ⁶	0,5 x 10 ⁶	12,4 x 10 ⁶	14 x 10 ⁶	5,1 x 10 ⁶	19 x 10 ⁶

QUADRO 5.5.3.1-4 ORÇAMENTO APROXIMADO ATRAVÉS DE CURVAS DE CUSTO SABESP PARA CAPTAÇÕES SUPERFICIAIS COM DESTINO A ETA PAIOL

ALTERNATIVA 2 - DESTINO ETA PAIOL							
	Captação	Custo da Captação (R\$)	Custo da Elevatória de Adução (R\$)	Custo da Adução (R\$)	Total Obras (R\$)	Custo Energia VLP (R\$)	Total do Sistema (R\$)
ETA PAIOL	Chibarro Opção 1	2,3 x 10 ⁶	1,4 x 10 ⁶	36,4 x 10 ⁶	40,1 x 10 ⁶	20,1 x 10 ⁶	60,2 x 10 ⁶
	Chibarro Opção 2	2,3 x 10 ⁶	1,2 x 10 ⁶	48,7 x 10 ⁶	52,2 x 10 ⁶	7,4 x 10 ⁶	59,6 x 10 ⁶
	Jacaré	2,3 x 10 ⁶	1,4 x 10 ⁶	46,8 x 10 ⁶	50,5 x	22 x 10 ⁶	72,5 x
	Lajeado	1,1 x 10 ⁶	0,5 x 10 ⁶	5,6 x 10 ⁶	7,2 x 10 ⁶	4,8 x 10 ⁶	12,1 x
	Queimados	1,1 x 10 ⁶	0,5 x 10 ⁶	13,2 x 10 ⁶	14,8 x 10 ⁶	5,7 x 10 ⁶	20,6 x 10 ⁶

Através da análise dos Quadros 5.5.3.1-3 e 5.5.3.1-4 assim como já dito em capítulos anteriores, as disponibilidades hídricas para captação através dos mananciais superficiais do município de Araraquara não apresentam grandes vazões de captação e concomitantemente, as melhores alternativas estudadas; nos casos dos rios Chibarro e Jacaré, as distâncias de suas captações às respectivas ETAs existentes são elevadas, o que acarreta um elevado custo de implantação dos sistemas de captação e distribuição.

Associado a tais aspectos, a qualidade dos mananciais superficiais resumida no Quadro 5.5.3.1-5, observa-se que, em quase sua totalidade, apresenta-se classificada como, apenas, razoável, com exceção do Rio Chibarro, que apresenta boa qualidade de água; os dados que ensejaram a preparação deste quadro foram compilados junto ao próprio DAAE, à CETESB e a outros órgãos.

QUADRO 5.5.3.1-5 CLASSIFICAÇÃO DA QUALIDADE DOS MANANCIAIS SUPERFICIAIS PASSÍVEIS A CAPTAÇÃO DE ARARAQUARA

Manancial	Qualidade	Influência
Captação Cruzes	Regular. Segundo IPA/CETESB	Área urbana, ação antrópica e a elevada de matéria orgânica.
		Presença de hexano e teor de oxigênio baixo



Manancial	Qualidade	Influência
Captação Paiol	Regular	Área urbana, ação antrópica e concentração elevada de matéria orgânica.
Captação Anhumas	Regular	Teor de oxigênio dissolvido baixo e presença de alguns metais
Captação Jacaré	Regular	Alta atividade antrópica
Captação Chibarro 1	Regular	Atividade antrópica, teor de oxigênio baixo.
Captação Chibarro 2	Regular	Atividade antrópica, teor de oxigênio baixo.
Captação Lajeado	Regular	Vilas, chácaras. Presença de hexanos
Captação Queimados	Boa	Atividades agrícolas

5.5.3.2 Futuros mananciais profundos passíveis a captação

O município de Araraquara apresenta grande potencial hídrico advindo principalmente do aquífero Guarani, sobre o qual está localizada a cidade. Apesar de o mesmo apresentar atualmente um pequeno rebaixamento do nível do lençol freático, apresenta-se como boa alternativa para suprir o déficit de demandas previsto a médio e longo prazos.

Da mesma maneira que desenvolvida para os mananciais superficiais, foi realizada uma estimativa de custos baseada em curvas preparadas pela SABESP especificamente para este tipo de estudo, abrangendo os poços previstos para suprir as demandas da cidade até o ano meta, conforme resumo inserido no Quadro 5.5.3.2-1.



QUADRO 5.5.3.2-1 ORÇAMENTO APROXIMADO ATRAVÉS DE CURVAS DE CUSTO SABESP PARA CAPTAÇÕES PROFUNDAS (POÇOS)

CAPTAÇÃO EM POÇOS	Vazão por Poço (L/s)	Número de Poços	Vazão Disponível (L/s)	Custo Unitário (R\$)	Custo das Obras (R\$)	Potência Média (kW)	Custo Anual Energia (R\$)	VLP Energia (R\$)	Total do Sistema (R\$)
	69	5	347	1,65 X 10 ⁶	8,25 X 10 ⁶	1.236	2,6 X 10 ⁶	21,4 X 10 ⁶	29,7 X 10 ⁶

Conforme análise do Quadro 5.5.3.2-1, para suprir o déficit de demanda para o ano meta, a perfuração de 5 (cinco) novos poços seria suficiente para este atendimento.

Em comparação com as captações superficiais, para uma vazão próxima ao do déficit, mas ainda inferior ao mesmo, teríamos apenas os rios Chibarro e Jacaré em condições de suprimento. Ainda assim, analisando as estimativas dos custos de implantação dos mananciais superficiais observa-se que os valores são muito superiores quando comparados com a perfuração dos poços necessários para suprir o déficit relativo às demandas futuras.

Neste contexto, a associação dos mananciais, superficiais e subterrâneos aponta que, excluída a captação através de poços, nenhum outro manancial apresenta condições de atender as demandas de médio e longo prazo, somente se fossem combinados os sistemas, o que inviabilizaria ainda mais o processo.

Na medida em que as disponibilidades hídricas desses pequenos mananciais (Chibarro, Jacaré e Lajeado) combinadas, se aproximam da demanda, a somatória das distâncias envolvidas na adução da água bruta aumenta significativamente; nestas condições, esta alternativa teria pouca chance de suplantar a captação dos mananciais mais caudalosos, como os subterrâneos, sob os aspectos econômicos e financeiros.

Neste particular, é importante mencionar que as condições para as implantações de ambos os sistemas de captação (mananciais superficiais ou subterrâneos) foram amplamente discutidas com a equipe técnica do DAAE.

Vale ressaltar ainda que, caso fosse adotado o sistema de captação superficial, o DAAE teria também custos adicionais devido à flexibilidade operacional, visto que as adutoras para a estação de tratamento em direção a esses rios se encontrariam em territórios pertencentes a outros municípios.

Dessa forma, consolida-se o uso de captações subterrâneas, como as mais indicadas para a ampliação do sistema de abastecimento de Araraquara, mantidas as hipóteses assumidas, de preservação do manancial superficial como reserva estratégica para as gerações futuras.



Ainda que esteja indicada a captação subterrânea como forma de atender as demandas futuras, é importante frisar como diretriz algumas ações que podem otimizar o abastecimento de água protelando o uso dos mananciais superficiais, bem como contribuindo para sua recuperação:

- ✓ Revisar o sistema de abastecimento de água
- ✓ Verificar e diminuir a quantidade de água consumida e não faturada, bem como as fraudes e os equipamentos obsoletos.
- ✓ Regularização e manutenção da regularidade das outorgas de todos os usos dos recursos hídricos realizados pelo DAAE ou outro órgão competente.
- ✓ Promover o uso racional da água, evitando desperdícios e incentivando o reuso da água nos diversos setores.
- ✓ Fomentar pesquisas e ações que visam o reuso da água.
- ✓ Priorizar a recuperação ambiental dos mananciais existentes que abastecem o município de Araraquara.

5.5.3.3 Sistema de adução de água tratada

A partir da definição das alternativas de captação de água bruta, do posicionamento adotado para as ETAs, das demandas de cada Centro de Reservação, e das suas atuais condições de alimentação, foi possível delinear o sistema de adução e distribuição de água tratada.

Nos desenhos 334-PD-ÁGU-013 e 334-PD-ÁGU-014, inseridos no Anexo X, estão apresentados os sistemas de distribuição existe e proposto, a partir da captação de mananciais subterrâneos, com o fluxo entre as unidades, ou seja, a origem e destino da água tratada entre os centros produtores e distribuidores; esta análise foi desenvolvida tanto para situação presente (2012) assim como para a etapa de final de plano (2030). Nesses desenhos, a título de ilustração, estão indicadas, também, as vazões nos trechos referentes ao Cenário I – 1ª Etapa (2012-2020) assim como para a 2ª Etapa (2020-2030).

Com as demandas máximas horárias nos setores, conforme Tabela 5.5.3.3-1 e a localização planialtimétrica dos centros de reservação, foi possível, através do programa WaterCad, verificar o dimensionamento hidráulico da redes primárias, das adutoras e sub-adutoras existentes, lembrando que foi considerada rede primária qualquer rede com diâmetro igual ou superior a 100mm.

Nesta situação, foram verificadas, para todos os setores, as condições de contorno hidráulicas no que tangem principalmente as variáveis: pressão mínima dinâmica e máxima estática da rede, entre 15 e 50 mca, intervalo este acordado com o DAAE, assim como a perda de carga na tubulação, dentre outros.



Tabela 5.5.3.3-1: Demandas máximas horárias por setor de abastecimento durante todo horizonte de planejamento

Demanda Máxima Horária (L/s)					
Setor de Abastecimento	Anos				
	2012	2015	2020	2025	2030
Carmo	107,9	105,2	103,3	96,7	90,9
Universidade	10,1	9,7	9,6	9,2	8,9
Zanin	12,0	11,0	10,3	9,3	8,4
Eliana	21,7	21,1	20,5	19,0	17,7
Iguatemi	182,7	186,2	193,3	189,3	185,5
Flores	34,3	33,1	32,2	29,8	27,8
Lajeado	13,8	15,0	17,7	20,0	22,6
Planalto	56,1	57,8	61,9	63,1	64,7
Paio	143,0	143,6	148,0	145,4	143,5
Futuro	41,3	43,7	49,5	53,3	57,4
Selmi Dei	202,6	203,4	206,1	196,7	187,5
Satélite	39,2	39,2	39,4	37,3	35,4
Martinez	102,0	101,2	100,3	93,7	87,5
Fonte	444,4	435,6	429,4	401,7	376,1
Vila Xavier	354,7	351,0	350,0	330,2	311,8
Pinheirinho	108,4	110,9	115,1	112,4	109,8
Industrial	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6
Total	1.874,8	1.868,1	1.887,0	1.807,5	1.736,0

5.5.3.4 Sistema de reservação

Com relação ao sistema de reservação, o pré-dimensionamento para as duas etapas avaliadas foi efetuado considerando a vazão do dia de maior consumo, ao longo de todo período de projeto. O volume total estimado corresponde a 1/3 da demanda total diária, dividido em 10% para o reservatório elevado e 90% para o apoiado. Nas Tabelas 5.5.3.4-1 e no Quadro 5.5.3.4-1 estão apresentados os resultados dessa avaliação.



TABELA 5.5.3.4-1 DEMANDAS MÁXIMAS DIÁRIAS E VOLUME TOTAL DE RESERVAÇÃO

Setor de Abastecimento	Vazão Máxima Diária (L/s)		Volume Reservação Total (m³)	
	1ª Etapa	2ª Etapa	1ª Etapa	2ª Etapa
Carmo	71,9	64,5	2.072	1.857
Universidade	6,7	6,1	193	176
Zanin	8,0	6,2	230	178
Eliana	14,5	12,7	417	365
Iguatemi	128,8	126,2	3.711	3.635
Flores	22,9	19,9	659	572
Lajeado	11,8	15,1	341	434
Planalto	41,3	43,1	1.188	1.242
Paio	98,7	96,9	2.842	2.792
Futuro	33,0	38,2	950	1.101
Selmi Dei	137,4	131,1	3.957	3.776
Satélite	26,3	24,9	757	717
Martinez	68,0	62,5	1.959	1.799
Fonte	296,2	267,8	8.532	7.712
Vila Xavier	236,5	220,1	6.810	6.339
Pinheirinho	76,7	74,9	2.210	2.158
Industrial	0,4	0,4	10	11
Total	1.279,1	1.210,6	36.838	34.864

QUADRO 5.5.3.4-1 SISTEMA DE RESERVAÇÃO PARA O PERÍODO DE PLANEJAMENTO

Volume de Reservação							
Centro de Reservação	Reservação Total (m³)		Reservação Existente (m³)			Reservação Projetado (m³)	
	Elevado	Apoiado	Elevado	Apoiado	Identificação	Elevado	Apoiado
Carmo	207	1.864	0	4.000	R-12		
Eliana	42	375	500	0	R-8		
Flores	66	593	200	1.000	R-28 e CRD Flores		



Volume de Reservação							
Centro de Reservação	Reservação Total (m ³)		Reservação Existente (m ³)			Reservação Projetado (m ³)	
	Elevado	Apoiado	Elevado	Apoiado	Identificação	Elevado	Apoiado
Fonte	853	7.679	400	19	R-Cruzes,1,2,4,8,9,10,23		
Iguatemi	360	3.244	800	3.000	R-11 e R-25		1.000
Lajeado	43	391	450	0	R-Laran., R-Idan. e R-Jd.Band.		
Martinez	196	1.763	0	2.800	R-15 e R-29		
Paio	284	2.557	550	2.000	R-5,5A, 16 e 24		
Pinheirinho	221	1.989	0	1.945	R-19, R-31 e CRD Pq. São		
Planalto	124	1.118	500	2.000	R-20, R-Flora e CPR Pq.		
Satélite	76	682	350	0	R-22		
Selmi Dei	396	3.562	800	1.360	R-18,27,30,R-Fut e CPR-Fut	150	1.000
Universidades	19	174	800	0	R-Universidades		
Vila Xavier	681	6.129	1.200	6.654	R-3,7,13 e 17		
Zanin	33	297	350	0	R-32		
Setor Futuro	110	991	0	0			
Setor Industrial	1	10	71	0	R-26		
Recanto dos Nobres	-	-	0	0	R-Recanto	150	

5.5.3.5 Sistema de distribuição – rede primária

Como parte da consolidação do sistema de distribuição de água potável, foi elaborado o balanço preliminar dos anéis de distribuição primária, para atendimento das demandas previstas para cada um dos setores de abastecimento.

Neste caso, cada setor foi simulado para as demandas de 1ª Etapa (2020), adotando-se a rede primária existente; na hipótese do não atendimento das pressões de contorno, foram inseridos os reforços necessários e refeita a simulação do setor para as mesmas condições anteriores como forma de comprovação da eficiência da rede primária de distribuição na situação reforçada.

No passo seguinte, a rede primária reforçada em 1ª Etapa foi simulada para as demandas de 2ª Etapa (2030), calculadas com índice de perdas final de 25%; para esta condição, adotou-se metodologia análoga à de 1ª Etapa, ou seja, reforçando-se a rede, em caso de necessidade, e apresentando o resultado da simulação para a situação final.

No Quadro 5.5.3.5-1 está apresentado o resumo com as extensões das tubulações



projetadas para cada setor, com seus respectivos diâmetros.

QUADRO 5.5.3.5-1 EXTENSÃO DOS REFORÇOS DA REDE PRIMÁRIA

Setor de Abastecimento	Extensão da Rede em Função do Diâmetro (mm)						
	ø100	ø125	ø150	ø200	ø250	ø300	ø400
Carmo Zona Baixa I – VRP15	177	0	0	0	0	0	0
Carmo Zona Baixa I	0	0	0	0	0	0	0
Carmo Zona Baixa II	0	0	0	0	0	0	0
Eliana Zona Alta	728	0	0	0	0	0	0
Flores Zona Alta	0	0	0	0	0	0	0
Fonte Zona Alta	1122	383	567	132	0	0	0
Fonte Zona Baixa I	0	0	0	0	0	0	0
Fonte Zona Baixa II	514	0	104	0	0	0	0
Fonte Zona Media	0	0	117	171	0	0	0
Iguatemi Zona Alta I	847	0	723	0	0	0	0
Iguatemi Zona Alta II	559	0	0	0	0	0	0
Iguatemi Zona Baixa – VRP06	0	0	2803	1586	1250	600	0
Distrito Industrial	0	0	0	0	0	0	0
Lajeado Zona Alta I	0	0	0	0	0	0	0
Lajeado Zona Alta II	0	0	0	0	0	0	0
Lajeado Zona Alta III	0	0	0	0	0	0	0
Lajeado Zona Baixa I – VRP20	0	0	0	0	0	0	0
Lajeado Zona Baixa II – VRP18	0	0	0	0	0	0	0
Lajeado Zona Baixa III – VRP19	0	0	0	0	0	0	0
Martinez Zona Baixa	439	0	2324	1047	0	0	0
Paiol Zona Alta I	478	0	0	0	0	0	0
Paiol Zona Alta II - VRP05	662	0	221	0	0	0	0
Paiol Zona Baixa I	0	0	0	0	0	0	0
Pinheirinho Zona Alta I	144	0	8450	80	0	0	0
Pinheirinho Zona Alta II – VRP01	0	0	0	0	0	0	0
Pinheirinho Zona Alta III – VRP02	0	0	0	0	0	0	0
Planalto Zona Alta	643	0	0	0	0	0	0
Planalto Zona Baixa – VRP04	0	0	0	0	0	0	0
Satélite Zona Alta	182	0	0	0	0	0	0
Selmi Dei Zona Alta I	245	0	327	0	0	0	0
Selmi Dei Zona Média I	0	0	1582	162	66	0	0
Selmi Dei Zona Média II – VRP03	261	0	0	0	0	0	0



Setor de Abastecimento	Extensão da Rede em Função do Diâmetro (mm)						
	ø100	ø125	ø150	ø200	ø250	ø300	ø400
Selmi Dei Zona Média III – VRP17	491	0	0	0	0	0	0
Vila Xavier Zona Alta I	782	692	0	149	0	0	0
Vila Xavier Zona Alta II - VRP07	0	0	0	0	0	0	0
Vila Xavier Zona Alta II - VRP08	0	0	0	0	0	0	0
Vila Xavier Zona Alta III - VRP09	0	0	352	0	0	0	0
Vila Xavier Zona Alta IV - VRP11	527	0	0	0	0	0	0
Vila Xavier Zona Baixa I	188	0	0	0	0	0	0
Vila Xavier Zona Baixa II - VRP14	119	0	0	0	0	0	0
Vila Xavier Zona Baixa II - VRP13	0	0	0	0	0	0	0
Vila Xavier Zona Baixa III - VRP12	0	0	0	0	0	0	0
Vila Xavier Zona Baixa IV - VRP10	0	0	0	0	0	0	0
Zanin Zona Alta	0	0	0	0	0	0	0
Universidade Zona Alta	0	0	0	0	0	0	0
Universidade Zona Média	0	0	0	0	0	0	0
Universidade Zona Baixa – VRP16	0	0	0	0	0	0	0
Futuro	0	0	519	6715	0	1050	0

5.5.3.6 Sistema de distribuição – rede secundária

As redes secundárias do município não contemplam o escopo de planejamento de um plano diretor.

Dessa maneira, para estimativa da extensão da rede secundária de distribuição, considerou-se a taxa média de 2012 para o sistema existente, com aproximadamente 786.388 m de rede com diâmetro inferior a 100 mm, referente a 81.628 economias residenciais (banco de dados do DAAE).

No Quadro 5.5.3.6-1 está resumido o resultado dessa estimativa.

QUADRO 5.5.3.6-1 EXTENSÃO DE REDE SECUNDÁRIA (FINAL DE PLANO)

Ano	Extensão da Rede Secundária (m)
2012	2.500
2013	8.396
2014	18.030
2015	29.589
2016	36.586
2017	43.526



Ano	Extensão da Rede Secundária (m)
2018	50.408
2019	57.232
2020	64.001
2021	69.447
2022	74.852
2023	80.216
2024	85.541
2025	90.826
2026	95.963
2027	101.077
2028	106.168
2029	111.236
2030	116.281

5.5.3.7 Sistema de distribuição – ligações

Com relação às novas ligações ao longo do horizonte de planejamento, também foi considerada a taxa média atual no sistema, em torno de 1,10 economia por ligação. A partir disso, foi montado o Quadro 5.5.3.7-1.

QUADRO 5.5.3.7-1 NÚMERO TOTAL DE NOVAS LIGAÇÕES (FINAL DE PLANO)

Ano	Novas Ligações
2012	1.200
2013	1.577
2014	2.585
2015	3.796
2016	4.528
2017	5.255
2018	5.975
2019	6.690
2020	7.398
2021	7.968
2022	8.534
2023	9.096
2024	9.653
2025	10.206
2026	10.744
2027	11.280



Ano	Novas Ligações
2028	11.813
2029	12.343
2030	12.871

5.5.3.8 Programas, Projetos e Ações

Sugerem-se as seguintes ações para o Sistema de Abastecimento de Água:

- Substituição e ampliação de rede distribuidora.
- Renovação do Parque de Hidrômetros.
- Programa de Redução de Perdas.
- Fomentar ações de controle de demanda para o abastecimento de água.
- Planejamento e monitoramento crescimento vegetativo da distribuição. Garantir universalização no atendimento.
- Com o objetivo de reserva futura, implantar ações e estratégias de recuperação dos mananciais superficiais.
- Reforma modernização e ampliação da captação, tratamento e adução.
- Normatização de projetos e fiscalização de implantação de redes em novos loteamentos.
- Regularização das autorizações, licenças e outorgas dos órgãos ambientais competentes.

Recomenda-se a abordagem e inclusão da temática sobre o uso racional da água no Programa de Educação Ambiental do município.

Faz parte das metas a avaliação sistemática qualidade dos serviços, contemplando as seguintes ações:

- Adoção de Indicadores de atendimento e cobertura.
- Atendimento e satisfação do usuário.
- Adoção de metas.
- Implantação sistema de regulação.
- Princípios: Universalização, regularidade, continuidade,
- Eficiência, segurança, atualidade, generalidade,
- Cortesia, modicidade das tarifas.



6. SISTEMA DE ESGOTO

6.1. Sistema de esgotamento existente

O atual sistema de esgotos sanitários de Araraquara atende praticamente 100% da população urbana com coleta de esgotos, sendo poucas as áreas não servidas, em geral, constituídas por loteamentos incipientes (Jardim Tropical, Zavanela e Recanto dos Nobres) e Assentamento Monte Alegre, os quais contam com sistemas individuais de fossas sépticas.

O sistema dispõe de 85.066 ligações de esgotos, sendo 76.658 residenciais, 7.452 comerciais e 956 públicas, além de 196 industriais, conforme banco de dados do DAAE, relativo ao mês de janeiro de 2012.

Os esgotos coletados são encaminhados para três estações de tratamento existentes: a ETE Araraquara, a ETE Bueno e a ETE Bela Vista. Juntas, essas três unidades respondem pelo tratamento de 100% dos esgotos recolhidos.

A ETE Araraquara é responsável pela quase totalidade do tratamento efetuado, restando menos de 1 % para as outras duas pequenas estações.

O afastamento do esgoto desenvolve-se através de duas bacias principais: Bacia do Ribeirão das Cruzes e Bacia do Córrego do Ouro, delineando-se ao longo dos fundos de vale, aproveitamento a topografia local favorável.

Em regiões desfavoráveis ao escoamento por gravidade, estão em funcionamento sete estações elevatórias, que recalcam os esgotos em direção aos coletores principais, interligados aos interceptores. Cabe lembrar que a elevatória Jardim Indaiá foi recentemente desativada.

As redes coletoras existentes são constituídas basicamente por tubos cerâmicos e PVC, geralmente de 150 mm, além de trechos executados em outros materiais como fibra de vidro, PEAD e FoFo. Os coletores e interceptores são, na maioria, de concreto armado, incluindo o emissário final até a ETE.

Araraquara já dispõe de um sistema de esgotamento bem estruturado, abrangendo, em termos de coletores e interceptores, a maior parte da área de projeto. Nessa condição, as expansões futuras deverão ocorrer no sentido de se interligarem com as instalações já existentes.



As redes coletoras apresentam-se, em geral, em bom estado de conservação, operando satisfatoriamente. Em poucos casos, onde predominam trechos de redes de baixa declividade, em algumas ocasiões, encontra-se alguns problemas de obstruções. Além disso, em ocasiões de fortes chuvas, é recorrente a observação de extravasamentos em alguns poços de visita, oriundos de ligações clandestinas de águas pluviais. Também se tem a existência de lançamentos diretos de esgoto nos cursos de água, o que influi diretamente da degradação dos corpos d'água remanescentes, atingindo, sobretudo, o sistema de abastecimento de água.

No Quadro 6.1-1 está apresentada a extensão de cada tipo de tubo que compõem a rede, de acordo com cadastro existente.

QUADRO 6.1-1 REDE EXISTENTE DE ESGOTO

MATERIAL	DIÂMETRO	COMPRIMENTO (m)
PVC	Ø60 mm	28,91
	Ø100 mm	645,80
	Ø150 mm	12037,13
	Ø200 mm	2298,94
PVC OCRE	Ø150 mm	34028,34
	Ø200 mm	2947,91
	Ø250 mm	2161,25
	Ø400 mm	111,40
PVC (VINILFORT)	Ø400 mm	123,80
PVC - PBA	Ø150 mm	181,70
DEFoFo	Ø100 mm	5400,10
	Ø150 mm	2226,00
	Ø200 mm	606,98
	Ø250 mm	145,47
	Ø300 mm	842,90
FoFo	Ø100 mm	34,30
	Ø150 mm	59,45
	Ø200 mm	56,20
	Ø250 mm	422,67
	Ø500 mm	293,00
	Ø600 mm	96,00
PEAD	Ø450 mm	206,84
	Ø630 mm	97,51
PEAD OCRE	Ø100 mm	818,75
	Ø200 mm	1191,85
PEAD CORRUGADO	Ø150 mm	50000
CONCRETO ARMADO (CA)	Ø125 mm	7,00
	Ø150mm	61,28



MATERIAL	DIÂMETRO	COMPRIENTO (m)
	Ø250mm	53,27
	Ø300mm	1126,13
	Ø400mm	10515,66
	Ø450mm	161,42
	Ø500mm	4301,77
	Ø600mm	13534,86
	Ø800mm	10417,54
	Ø1000 mm	5765,36
	Ø1500 mm	2927,92
MANILHA	Ø100 mm	12,40
	Ø150 mm	793532,05
	Ø200 mm	56824,43
	Ø250 mm	22380,87
	Ø300 mm	8514,70
	Ø375 mm	2338,77
	Ø600 mm	1871,93
ZINCADO	Ø150 mm	18,00
	Ø250 mm	12,17
FIBRA DE VIDRO	Ø200 mm	166,10
	Ø400 mm	36,22
	Ø600 mm	260,10
PRFV	Ø250 mm	201,00
	Ø400 mm	106,15
	Ø600 mm	53,10
SEM DEFINIÇÃO	Ø100 mm	447,05
	Ø150 mm	11250,62
	Ø150 mm	98,46
	Ø200mm	464,54
	Ø300mm	793,85
	Ø400mm	1142,53
	Ø450mm	181,12
Ø1200 mm	1774,56	

Fonte: DAAE, 2012

A rede de coleta e transporte de esgotos do município, cadastro este fornecido pelo DAAE, está apresentada no Anexo XI do presente relatório, no Desenho 334-50-001.

As elevatórias possuem as características descritas no Quadro 6.1-2.



QUADRO 6.1-2 ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ESGOTO EXISTENTES

Elevatória	Fabricante da Bomba	Modelo	Vazão (m ³ h)	Altura Manométrica (mca)
Selmi Dei	Gresco	Gresco U3	43,2	34,5
Bueno	Flygt	CP 3057	7,9	
São Paulo	Flygt	CP 3057	7,2	11
Bandeirantes	Imbil	EP-3	25	55
Laranjeiras	Imbil	E1	8,6	15
São Lourenço	Imbil	EP-3	25	35
Yolanda Ópice	-	-	-	-
N.S. Aparecida	-	-	-	-

Fonte: DAAE, 2012

As elevatórias se encontram em bom estado de funcionamento, com manutenções preventivas periódicas.

6.1.1. Descrição da ETE Araraquara

A ETE Araraquara localiza-se às margens do Ribeirão das Cruzes e próximo à rodovia Comandante João Ribeiro de Barros (SP-255). É composta por dois módulos de tratamento, cada um com capacidade de 400 L/s, sendo formado por uma lagoa aerada seguida de uma lagoa de sedimentação. Além disso, a ETE possui tratamento preliminar, comum aos dois módulos. Na Foto 6.1.1-1 a 6.1.1-3 são apresentadas imagens da estação.



Foto 6.1.1-1 Tratamento Preliminar



Foto 6.1.1-2 Lagoa Aerada



Foto 6.1.1-3 Lagoa de Sedimentação

O projeto executivo da ETE Araraquara foi desenvolvido pela SEREC - Serviços de Engenharia Consultiva Ltda., em 1997. O sistema de tratamento adotado, de lagoas aeradas seguidas de lagoas de sedimentação, previa eficiência igual ou superior a 80%, em termos de remoção de DBO_5 dos esgotos afluentes, de acordo com a legislação ambiental vigente na época.

Foram previstos 3 módulos de tratamento, cada um formado por uma caixa de areia, uma lagoa aerada, uma lagoa de sedimentação e uma lagoa de lodo. Antecedendo os módulos de tratamento foram previstas duas grades mecanizadas e uma calha Parshall para medição da vazão afluente. Também, foi prevista outra calha Parshall no final do processo de tratamento, pouco a montante do ponto de lançamento no ribeirão das Cruzes, para medição do esgoto tratado.

O sistema de tratamento preliminar é constituído por grades com espaçamento de 20 mm; peneiras com espaçamento de 6 mm e caixas de areia mecanizadas equipadas com raspador de fundo do tipo circular e remoção para caçambas externas através de roscas transportadoras helicoidais. Os resíduos removidos nas grades e peneiras são direcionados às caçambas estacionárias através de esteira transportadoras.

As lagoas de aeração possuem volume útil da ordem de $103.700m^3$, tempo de detenção médio de 3 dias, enquanto que as lagoas de sedimentação apresentam volume útil da ordem de $57.600m^3$, tempo de detenção de 1,7 dias. O efluente das lagoas de sedimentação é enviado para o Ribeirão das Cruzes e o lodo sedimentado no fundo deveria ser removido periodicamente e enviado para Lagoa de lodo, onde ocorreria a estabilização por processo anaeróbio. As lagoas de lodo possuem volume útil da ordem de $23.000,0 m^3$, volume necessário para extração do lodo a cada 4 anos das lagoas de sedimentação.

Cada módulo de tratamento foi dimensionado para atendimento das seguintes condições, por módulo:

- Vazão média: 400L/s;
- Carga afluente média: 7.258kg DBO_5 /dia (210mg DBO_5 /L);
- População equivalente: 134.000 hab (por módulo)



Na 1ª etapa, foram previstos dois módulos de tratamento, com as seguintes unidades:

- 1 caixa de chegada de esgoto bruto;
- 2 grades mecanizadas;
- 1 calha Parshall para medição da vazão do esgoto bruto;
- 3 caixas de areia;
- 1 caixa divisora de vazão;
- 2 lagoas aeradas (largura de 125 m, comprimento de 240 m e lâmina da água de 4,0 m);
- 2 lagoas de sedimentação (largura de 125 m, comprimento de 125 m e lâmina da água de 4,0 m);
- 2 lagoas de lodo (largura de 60 m, comprimento de 125 m e lâmina da água de 2,0 m);
- 1 calha Parshall para medição da vazão dos esgotos tratados;
- 1 casa de operação;
- 1 subestação elétrica.

No Quadro 6.1.1-1 apresenta-se um resumo com as previsões de vazões, cargas orgânicas e concentração média do esgoto afluyente à ETE Araraquara, tendo como base os anos meta adotados na época do projeto, os quais foram: 1996, 2006 e 2016.

QUADRO 6.1.1-1 VAZÕES, CARGA ORGÂNICA E CONCENTRAÇÃO MÉDIA DO ESGOTO AFLUYENTE À ETE ARARAQUARA

PREVISÃO DO PROJETO DA ETE					
Ano meta	Vazão total (L/s)			Carga orgânica (kg DBO ₅ /d)	Concentração média (mg DBO ₅ /l)
	Mínima	Média	Máxima		
1996	374	613	981	10.592	10.592
2006	477	818	1.327	14.686	14.686
2016	642	1.116	1.809	20.373	20.373

Fonte: Estudo de concepção do sistema de tratamento de esgoto de Araraquara – SEREC- junho de 1996

Conforme apresentado no Quadro 6.1.1-1 a vazão média em 2006 estaria por volta de 818 L/s, sendo a partir de então necessária à ampliação da ETE, ou seja, a implantação do terceiro módulo. Todavia, dados de operação do ano de 2011 revelam que a vazão média está em torno de 600L/s.



Ocorre que essas estimativas foram realizadas com bases em dados censitários de duas décadas passadas, as quais apresentavam taxa geométrica de crescimento anual da população superior aos percentuais de crescimento médio atuais da população de Araraquara, os quais são perfeitamente condizentes com a realidade regional, estadual e nacional como um todo. Além disso, a área de projeto considerada na ocasião da elaboração do dimensionamento ainda não foi totalmente atingida, o que decorrerá ainda no acréscimo da vazão afluyente ao sistema.

Corpo Receptor

O corpo receptor do esgoto tratado da ETE Araraquara é Ribeirão das Cruzes, responsável por 30% do abastecimento público do município. O Ribeirão das Cruzes desemboca diretamente no rio Jacaré-Guaçu, afluyente direto do rio Tietê.

O ribeirão das Cruzes, localizado a noroeste do município, possui uma sub-bacia de 173 km² dentro do perímetro urbano e recebe a contribuição dos córregos do Marivan, Serralhal, Cupim, Paiol, Laranjal e do ribeirão do Lajeado.

Segundo o Decreto Estadual nº 10.755 de 22/11/77, o Ribeirão das Cruzes pertence à Classe 4 do Decreto Estadual nº 8.468 de 08/09/76 e da Resolução Federal CONAMA nº 397 de 03/04/2008.

6.1.2. ETE Bueno de Andrade

A ETE Bueno de Andrade está situada no Distrito de Bueno de Andrada, município de Araraquara-SP. O processo de tratamento de esgoto é composto por tratamento preliminar, lodos ativados, operando por batelada, seguido de um sistema de filtração e de desinfecção por hipoclorito de sódio. Foi projetado para tratar 120 m³/dia de esgoto doméstico, sendo que atualmente trata 25 m³/dia, volume total de esgoto deste Distrito.

Desde 1997, a ETE Bueno estava operando com o processo de lodos ativados. Entretanto, devido problemas na estrutura do tanque de aeração, essa unidade foi desativada para reformas. Provisoriamente, foi instalada uma unidade piloto, da empresa FAST, composta basicamente por flotação por ar dissolvido, para tratamento da fase líquida e centrífuga, para tratamento da fase sólida.

O tratamento preliminar é constituído por gradeamento grosso, que consiste na remoção de materiais grosseiros (pedras, gravetos, garrafas, plásticos, dentre outros) mediante um cesto e por um equipamento conhecido como Rotamat, responsável pela remoção de areia e outros sólidos grosseiros com dimensões menores que os removidos no cesto. Os resíduos removidos no tratamento preliminar são direcionados a recipientes e posteriormente encaminhados ao aterro sanitário. Na Foto 6.1.2-1 está apresentado o equipamento mecanizado denominado Rotamat.



Foto 6.1.2-1 Equipamento Mecanizado denominado Rotamat

A capacidade do sistema de tratamento existente atende as necessidades do distrito e, concluídas as reformas não serão necessárias intervenções no âmbito do PMSB.

6.1.3. ETE Bela Vista

A ETE Bela Vista é responsável pelo tratamento de esgotos provenientes do assentamento Bela Vista. O assentamento possui rede de coleta de esgotos para todos os 53 lotes, os quais são interligados a ETE Bela Vista. Trata-se de uma ETE compacta, executada pela empresa Flipper, cujo tratamento dá-se basicamente através de:

- Unidade compacta de gradeamento (malha grossa e fina);
- Calha Parshall;
- Caixa de Distribuição de Esgoto;
- UASB - Upflow Anaerobic Sludge Blanket Reactor;
- Filtro Biológico,
- Filtro de Gases;
- Unidade compacta de cloração.

O tratamento preliminar é constituído por uma unidade compacta de gradeamento (malha grossa e fina, que consiste na remoção de materiais grosseiros (pedras, gravetos, garrafas, plásticos, dentre outros). Os resíduos removidos no tratamento preliminar são direcionados a um cesto de secagem e posteriormente encaminhados ao aterro sanitário.

Após passar pelo tratamento preliminar, o esgoto é direcionado para o tratamento anaeróbio através de UASB, seguido de filtro biológico. Os gases desprendidos no processo são encaminhados para tratamento junto aos lavadores de gases (gás sulfídrico).



Prefeitura
Municipal de
Araraquara



Por fim, há uma unidade compacta de cloração, a qual elimina a presença de patógenos e promove a oxi-redução do gás sulfídrico, cuja reação química transforma o sulfeto em sulfato. Em decorrência dessa oxidação eliminam-se os odores característicos do mesmo. A Figura 6.1.3-1 representa o esquema da ETE compacta Bela Vista:



6.2. Cenários Futuros

6.2.1. Considerações gerais

De acordo com as projeções populacionais adotadas no PMSB, a taxa de evolução da população urbana de Araraquara ao longo do período de projeto deverá situar-se em torno de 1,10% a.a., resultando em população de 252.188 habitantes em 2030 e 262.438 em 2035.

A partir dessa referência, foram calculadas as vazões de esgoto e cargas contribuintes a ETE, considerando, além disso, os parâmetros da literatura técnica especializada.

Em princípio, no caso do estudo de alternativas da ETE, optou-se por adotar o período de planejamento até 2035, ou seja, cinco anos posteriores ao ano meta do PMSB, tendo como premissa que as obras de melhorias/ampliação serão finalizadas em 2014, com vida útil de 20 anos.

6.2.2. Vazões

Para o levantamento das vazões de esgoto, foram considerados além da estimativa da população para o período de projeto, os seguintes parâmetros básicos:

- Consumo “per economia” de água (somente domiciliar) adotado: 667548 L/dia;
- Relação esgoto/água: 0,8;
- Coeficiente de máxima vazão diária (k1): 1,2;
- Coeficiente de máxima vazão horária (k2): 1,5;
- Taxa de infiltração: 0,1 L/s.Km;
- Taxa de rede por economia: 0,0111 km/hab (considerando extensão da rede e número de economias em 2011);

No caso do cálculo da vazão afluente a ETE, também se considerou a vazão de lodo de ETA (água de lavagem dos filtros e lodo removido nos decantadores), o qual é lançado na rede coletora de esgoto.

Para tanto, foi realizada estimativa a partir do estudo enfocando o Sistema de Recuperação de Águas de Lavagens e Tratamento de Lodo da ETA-FONTE, elaborado pela HIDROSAN ENGENHARIA em 2007. Nesse estudo foi previsto dois cenários. O primeiro, relativo a ocasiões de baixa produção de lodo (110 m³/h; 10,5 h/dia; volume total 1150 m³/dia), e o segundo, concernente com ocasiões em que ocorrerá maior produção de lodo (110 m³/h; 16,0 h/dia; volume total 1.950 m³/dia). A partir desses dados e com a estimativa da população de Araraquara foram estimadas as seguintes vazões de lodo enviada a rede coletora (Quadro 6.2.2-1):



QUADRO 6.2.2-1 VAZÃO DE LODO ADVINDO DAS DESCARGAS DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DE ARARAQUARA – ETA FONTE

ANO	VAZÃO DIÁRIA (L/s)		
	Mínima	Média	Máxima
2007	13,3	17,9	22,6
2010	13,7	18,5	23,2
2015	14,4	19,4	24,4
2020	15,0	20,2	25,4
2025	15,5	20,8	26,2
2030	15,9	21,4	27,0
2035	16,4	22,1	27,8

Os dados de vazão industrial também devem ser considerados na análise de alternativas, tendo em vista que possuem contribuição significativa. A partir dos dados disponibilizados no estudo da FIPAI – Projeto do Sistema de Desaguamento do Lodo da ETE Araraquara, de 2007, foram adotadas as seguintes vazões:

QUADRO 6.2.2-2 VAZÃO PREVISTA DE ESGOTO INDUSTRIAL

Ano	Vazão (L/s)
2010	132
2015	138
2020	144
2025	149
2030	154
2035	159

No Quadro 6.2.2-3 está apresentada a evolução da vazão de esgoto afluente à ETE Araraquara para o período de projeto considerado (2010-2035).

QUADRO 6.2.2-3 VAZÃO PREVISTA DE ESGOTO AFLUENTE À ETE ARARAQUARA

Ano	População (hab)	VAZÃO TOTAL (L/s)			
		Mínima	Média	Máxima diária	Máxima Horária
2010	80.775	316	658	745	990
2015	216.681	331	689	780	1.038
2020	230.566	345	718	812	1.081
2025	242.327	355	741	839	1.116
2030	252.188	365	763	864	1.149
2035	262.438	376	786	888	1.182



Considerando os dados expostos nos quadros anteriores e o planejamento do DAAE no atendimento das metas previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico – PMSB, em elaboração, com ampliação da rede coletora de esgoto e atendimento de áreas de expansão, julgou-se prudente o estabelecimento de vazão de projeto afluente a ETE em valores absolutos, com média em final de plano de 800L/s.

CARGAS AFLUENTES

Para efeito deste projeto foram tomados como base, os valores médios, dos principais parâmetros pertinentes ao dimensionamento da ampliação da ETE Araraquara — baseadas em dados reais:

- DBO: 280 mg/ℓ
- NTK: 48 mgN/ℓ
- P-total: 8 mgP/ℓ
- SST: 300 mg/ℓ

No Quadro 6.2.2-4 está apresentado a variação da carga de esgoto afluente à ETE Araraquara para o período de projeto (2010-2035).

**QUADRO 6.2.2-4 VAZÕES E CARGAS ADOTADAS NO ESTUDO DE ALTERNATIVAS
DA AMPLIAÇÃO DA ETE (VALORES MÉDIOS)**

PARÂMETRO	ANO		
	2.015	2.025	2.035
Vazão (ℓ/s)	689	741	800
DBO (mg/ℓ)	280	280	280
DBO (kg/dia)	16.676	17.924	19.354
NTK (mgN/ℓ)	48	48	48
NTK (kgN/dia)	2.859	3.073	3.318
P-total (mgP/ℓ)	8	8	8
P-total (kgP/dia)	476	512	553
SST (mg/ℓ)	300	300	300
SST (kg/dia)	17.867	19.204	20.736



6.2.3. Eficiências requeridas

Conforme relatado anteriormente, o processo de tratamento contemplando lagoas aeradas seguidas de lagoas de sedimentação apresenta eficiência de remoção de DBO5 igual ou superior a 80%. Todavia, face ao avanço no entendimento das tecnologias atualmente disponíveis e viáveis no Brasil, aliada ao sucesso de empreendimentos de porte similar a ETE Araraquara, é imprescindível que a análise de alternativas para ampliação e melhoria da estação contemple soluções que promovam eficiências maiores que 80%, mesmo que a qualidade do corpo receptor esteja sendo respeitada na atual condição. Além disso, alternativas que permitam redução na produção de lodo e tratamento/aproveitamento adequado dos gases gerados no processo também devem ser avaliadas.

Deve ser destacado, ainda, que para a próxima renovação da Licença de Operação da estação junto a CETESB, deverá ser efetuada a impermeabilização das Lagoas Aeradas e de Sedimentação existentes, conforme orientação prévia desse órgão. Essa restrição também deve ser considerada no estudo de alternativas, tendo em vista os custos e inconvenientes dessa reestruturação.

6.3. Estudo técnico de alternativas para ampliação da ETE

6.3.1. Considerações iniciais

Uma tendência no Brasil, com clima favorável ao uso de processos anaeróbios, e com necessidade de se economizar energia, é a combinação de sistemas anaeróbios seguidos de aeróbios, que têm se mostrado, dependendo da situação, mais econômicos que as soluções tradicionais, uma vez que permitem o uso de reatores aeróbios de menor porte, menor consumo de energia e menor produção de lodo e, especialmente, dispensa a necessidade de adensadores e digestores de lodo, que encarecem bastante a implantação da ETE. Todavia, somente o processo anaeróbio não é capaz de remover matéria orgânica em nível aceitável.

Além disso, no presente caso, em que se almeja a melhora da qualidade do efluente final, o que pode ser conseguido mediante nitrificação e desnitrificação do esgoto, o tratamento do efluente do tratamento anaeróbio pode ser feito por tratamento aeróbio, minimizando o consumo de energia, já que todo excesso de lodo do tratamento aeróbio poderá ser enviado para o tratamento anaeróbio para estabilização.

Por sua vez, o uso de sistemas de lodos ativados por aeração prolongada, implica em que o lodo será digerido aerobiamente, com nitrificação, levando a um consumo de oxigênio, e conseqüentemente de energia, superior a 2,5 vezes o resultante para o sistema de tratamento combinando processos anaeróbio e aeróbio. Entretanto, há de se pesar que o custo de implantação pode ser menor.



Finalmente, as considerações e requisições feitas pela equipe técnica do DAAE acerca das condições atuais do sistema existente, como problemas com taludes das lagoas, logística e dificuldades para operação de apenas um dos módulos e na eventual reforma de outro, também foram decisivas na avaliação e escolha das alternativas estudadas.

Tendo em vista essas premissas e os resultados promissores de outras unidades de portes similares, foram consideradas cinco alternativas para o processo de tratamento de esgoto de Araraquara. A primeira alternativa seria o sistema de tratamento atual, apenas com alguns ajustes e execução da impermeabilização das lagoas. As outras quatro alternativas aventadas basearam-se no princípio de melhora dos níveis de qualidade desejados para o efluente e para o corpo receptor, para as quais se considerou um sistema de tratamento incluindo pelo menos um tratamento biológico aeróbio, com remoção de N-nitrato.

Dessa forma, foram avaliadas:

- Alternativa A: Sistema com Lagoas Aeradas seguidas de Lagoas de Decantação (melhoria do sistema existente);
 - Alternativa B: Sistema de Lodos Ativados por Aeração Prolongada;
 - Alternativa C: Sistema com Reator UASB seguido de Lodos Ativados com Nitrificação e Desnitrificação;
 - Alternativa D: Sistema com Lagoas Aeradas e Decantador – Sistema Biolac Wave-Ox.
- Alternativa E: Sistema com Reator UASB seguido de Lagoas Aeradas e Decantador/Sistema Biolac Wave-Ox.

6.3.2. Alternativa A – lagoas aeradas seguida de lagoa de decantação

6.3.2.1. Descrição da alternativa

As lagoas aeradas constituem uma modalidade de tratamento com o princípio de lagoas de estabilização, onde o suprimento de oxigênio é realizado artificialmente por dispositivos eletromecânicos, com a finalidade de manter uma concentração de oxigênio dissolvido em toda massa líquida, garantindo as reações bioquímicas que caracterizam o processo.

Para tanto, promove-se a mistura completa do meio, advinda do alto grau de energia por unidade de volume, responsável pela total mistura dos constituintes em toda a lagoa. O tempo de detenção usual em lagoa aerada de mistura completa é da ordem de 2 a 4 dias. Entre os sólidos mantidos em suspensão e em mistura completa se incluem, além da matéria orgânica do esgoto bruto, também os microrganismos que efetuam o tratamento (biomassa). Em decorrência disso, encontra-se uma maior concentração de biomassa no meio líquido, além de um maior contato com a matéria orgânica afluyente. Com isso, a eficiência do sistema aumenta, permitindo que o volume da lagoa aerada seja reduzido.



No entanto, apesar da boa eficiência na remoção da matéria orgânica, ocorre o arraste com o efluente da biomassa que permanece em suspensão em todo o volume da lagoa. Em última análise, essa biomassa é também matéria orgânica, ainda que de uma natureza diferente da DBO do esgoto bruto. Assim, caso fosse lançada no corpo receptor, iria exercer também uma demanda de oxigênio, causando a deterioração da qualidade das águas.

Dessa maneira, é necessário que haja uma unidade à jusante da lagoa aerada, na qual os sólidos em suspensão (predominantemente biomassa) possam vir a sedimentar e ser separados do líquido (efluente final), denominada de Lagoa de Decantação.

A lagoa de decantação, cujo objetivo principal é o de permitir a sedimentação e o acúmulo de sólidos, é dimensionada com um tempo de detenção de, aproximadamente 2 dias.

No Quadro 6.3.2.1-1, encontram-se algumas das características do sistema de lagoas aeradas seguidas por lagoas de decantação.

QUADRO 6.3.2.1-1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA DE LAGOAS AERADAS SEGUIDAS DE LAGOAS DE DECANTAÇÃO

EFICIÊNCIA DE REMOÇÃO				REQUISITOS		PARÂMETROS DE PROJETO			
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO)	Nitrogênio	Fósforo	Coliformes	Área (m ² /hab)	Potência (w/hab)	Custos de implantação (US\$/hab)	Tempo de detecção hidráulico (dia)	Quantidade de lodo a ser tratado (m ³ /hab.ano)	Frequência de remoção do lodo
70,0-90,0	30,0-50,0	20,0-60,0	60,0-99,0	0,2-0,5	1,0-1,7	10,0-25,0	4,0-7,0	-	<5

FONTE: VON SPERLING (2005).

A seguir são relacionadas as principais vantagens e desvantagens características desta alternativa tecnológica:

- VANTAGENS:

- Menores requisitos de área de todos os sistemas de lagoas;
- Maior independência das condições climáticas que os sistemas de lagoas de estabilização não-aeradas mecanicamente;
- Eficiência na remoção da DBO ligeiramente superior à dos sistemas australianos;
- Reduzidas possibilidades de maus odores;
- Construção, operação e manutenção simples;
- Relativos baixos custos de operação;
- Satisfatória resistência a variações de carga.

- DESVANTAGENS:

- Introdução de equipamentos;
- Requisitos de energia relativamente elevados;
- Rápido preenchimento da lagoa de decantação com lodo (2 a 5 anos);



- Dificuldade em satisfazer padrões de lançamento restritivos;
- Necessidade de remoção contínua ou periódica (2 a 5 anos) de lodo;
- Necessidade de um afastamento razoável às residências circunvizinhas.

6.3.2.2. Concepção da Alternativa

Na verdade, a concepção da alternativa já está fundamentada, pois é o processo existente na ETE. Entretanto, conforme mencionado anteriormente, a ETE necessita de alguns ajustes de instalação e operação. A seguir é apresentado breve resumo das unidades existentes e as intervenções necessárias para cada unidade.

a) Tratamento Preliminar

O esgoto bruto chega na ETE, por gravidade, através de um emissário de diâmetro de 1.500 mm, em uma caixa de chegada, dotada de uma comporta de entrada com 1.000 mm de diâmetro e um vertedor extravasor ligado a uma linha de by-pass com 1.500 mm de diâmetro.

Normalmente, essa comporta permanece aberta, permitindo o fluxo do esgoto para ETE. Caso seja necessário paralisar a ETE, a comporta se fecha, e o esgoto é desviado para o Ribeirão das Cruzes, através do vertedor e da linha de by-pass.

A seguir o esgoto é direcionado ao tratamento preliminar, o qual é formado pelas seguintes unidades:

- Duas grades mecanizadas grosseiras inclinadas de 60°, sendo uma de reserva, do tipo de circular com barras espaçadas de 2,0 cm, instaladas em canal de concreto de 2,5 m de largura, 1,6 m de altura total e lâmina líquida máxima a jusante de 0,66 m. O sólidos retidos nas barras são removidos por raspadores mecânicos e enviados a tambores de recebimento, que por sua vez são descarregados manualmente em caçambas estacionárias, localizada nas proximidades.
- Uma calha Parshall de fibra de vidro, para medição de vazão de esgoto bruto afluente ao tratamento, com garganta de 1,52 m ($w = 5'$), com capacidade para medir vazões entre 45 e 2.424 L/s;
- Três caixas de areia mecanizadas, do tipo quadrada em planta, cada uma com 7,26 m de lado, altura total de 2,25 m e altura líquida da ordem de 0,66 m. Cada caixa de areia é provida de um removedor de areia depositado no fundo, do tipo circular, e um transportador de areia do tipo parafuso. As três caixas descarregam a areia em caçambas estacionárias.

b) Tratamento biológico



O tratamento biológico é formado por 2 lagoas aeradas, cada uma com as seguintes características básicas:

- Volume: 103.700 m³
- Profundidade útil: 4,00 m
- Largura média útil: 113,85 m
- Comprimento médio útil: 227,70 m
- Inclinação dos taludes: 1:2,5
- Borda livre: 0,70 m
- Largura no topo do dique: 127,35 m
- Comprimento no topo do dique: 241,20 m

Conforme já mencionado, é importante citar o fato de que, recentemente, a CETESB vem exigindo que o DAAE efetue a impermeabilização das lagoas, supondo eventual probabilidade de contaminação dos aquíferos regionais. Para tanto, deverá ser feito um planejamento adequado da reforma, de forma que um módulo possa trabalhar com toda a vazão afluyente, enquanto é executada a impermeabilização no outro módulo, de forma alternada.

Cada lagoa aerada tem capacidade para atender 400 L/s e receber contribuição de 7.258 kg DBO₅/dia (vazão de 400 L/s e concentração de 210 mg/L de DBO).

O sistema de aeração utilizado é formado por 18 aeradores mecânicos flutuantes do tipo superficial. Esses aeradores enfrentaram alguns problemas com relação ao acúmulo de fios na turbina dos mesmos, a ponto de desequilibrar o balanceamento dinâmico dos equipamentos, ocasionando esforços excessivos e quebra de parte das estruturas de sustentação dos aeradores. De modo a contornar tal situação, foram implantados aeradores do tipo submersos propulsor, conforme pode ser observado na Foto 6.3.2.2-1.



Foto 6.3.2.2-1 Lagoa Aerada com Aeradores do Tipo Submerso Propulsor



Na hipótese de adotar a Alternativa A como opção de ampliação/melhora do sistema existente, o sistema de aeração deverá ser revisto, com eventual substituição dos aeradores, prevendo até o uso de difusores. Deverá ser previsto também a instalação de medidores de oxigênio dissolvido nas lagoas, de forma a se controlar melhor o processo biológico.

c) Sistema de decantação

O sistema de decantação é formado por duas lagoas de sedimentação, cada uma com as seguintes características básicas:

- Volume: 57.600 m³
- Profundidade útil: 4,00 m
- Largura média útil: 113,87 m
- Comprimento médio útil: 117,60 m
- Inclinação dos taludes: 1:2,5
- Borda livre: 0,70 m
- Largura no topo do dique: 127,35 m
- Comprimento no topo do dique: 132,54 m

Assim como nas lagoas aeradas, as lagoas de decantação também deverão ser impermeabilizadas. Ressalta-se que nessas lagoas há expressiva quantidade de lodo acumulado, uma vez que o projeto original previa limpeza após 4 anos do início de operação e somente no final do ano passado foi iniciada a dragagem do lodo sedimentado.

O tempo de detenção hidráulico previsto no projeto original da lagoa de sedimentação foi de 1,7 dias, sendo que na condição mais crítica (altura de lodo depositada no fundo de 1,90 m) esse tempo seria de 1,0 dia, tempo mínimo para decantação razoável, para volume de lodo da ordem de 23.000 m³. De acordo com trabalhos realizados anteriormente na lagoa, estimou-se que volume de lodo no ano de 2010 estava em torno de 75.000 m³, volume superior a três vezes ao esperado (Quadro 6.3.2.2-1).

QUADRO 6.3.2.2-1 CARACTERÍSTICAS DO LODO ACUMULADO NAS LAGOAS DE DECANTAÇÃO

VARIÁVEL	ANO		
	2002	2004	2010
Concentração de sólidos (%)	5,3	5,3	6,0
Massa de sólidos (t)	1.017	1.799	4.500
Volume (m ³)	19.187	33.316	75.000

Fonte: DAAE, 2011

d) Sistema de remoção de lodo das lagoas:



Em obra recentemente finalizada pelo DAAE, previu-se que na remoção de lodo das lagoas de sedimentação será utilizada uma pequena balsa, com cabos guias presos a pontaletes fixados nas margens das lagoas, através de bomba.

O conjunto deverá ter capacidade para extrair o lodo ao longo da altura das lagoas, desde o fundo até a cerca de 1,0m da superfície, mediante uso de bomba que deverá trabalhar afogada. O controle da altura da manta de lodo será feito através de ecobatímetro, interligado ao sistema de comando.

As condições operacionais serão as seguintes:

- Vazão de extração: 70,0 m³/h
- Tempo de operação médio no dia:8 a 10 horas (que poderá se estender)
- Concentração de sólidos do lodo dragado:variável de 0,5% a 3,0%

A bomba de extração deverá ser operada com inversor de frequência, de forma a permitir ajuste da vazão, conforme condições operacionais. Na linha de recalque da bomba de extração será instalado um medidor de vazão do tipo eletromagnético.

Das caixas de recepção, o lodo será conduzido, por gravidade, para um poço de lodo, com volume total de 270 m³, provido de 2 misturadores tipo submersíveis (mixers), onde será homogeneizado e recalcado para a unidade de desaguamento. Na linha de recalque, está previsto um medidor de vazão tipo eletromagnético, para controle da quantidade de lodo enviado à unidade de desaguamento.

É importante ressaltar o fato de que a unidade de dragagem deverá ter condições, também, de remover lodo acumulado nas lagoas de aeração, em decorrência das falhas nas condições de mistura proporcionadas pelos aeradores superficiais.

A quantidade de lodo desaguado a 22% previsto é aproximadamente de 2.070 kg por dia.

É importante comentar o fato de que, independente da Alternativa que será escolhida, deverá ser feito um planejamento imediato da estratégia de retirada do lodo das lagoas, visando a execução das obras de melhorias/ampliação da ETE, priorizando um módulo de lagoas.

e) Sistema de desaguamento e secagem térmica do lodo:



O lodo dragado nas lagoas (de sedimentação e aeradas) será disposto na caixa de recepção, a partir da qual será encaminhado, por gravidade, até o poço de recepção. Nesta unidade, será homogeneizado por meio de misturadores, e recalcado até o setor de desaguamento, através de bombas helicoidais. Ao todo, serão três bombas, sendo que, durante o período de dragagem, duas bombas funcionarão em paralelo e uma ficará de reserva. Para as condições de rotina, após a dragagem, apenas um conjunto elevatório será necessário, até o ano 2030. O lodo recalcado receberá a adição de polímero e seria encaminhado para o sistema de flotação. O lodo flotado será direcionado para o decanter centrífugo. As capacidades do sistema de flotação e do decanter são de 40 m³/h e 30 m³/h, respectivamente.

O decanter terá condições de fornecer 2.500 kg/h de torta (lodo) com teor de sólidos médio de 20%. Essa torta será encaminhada para o sistema de secagem térmica.

Na etapa de secagem térmica, os componentes principais serão: moega de carga (do lodo advindo do adensamento), transportadores helicoidais, secador rotativo, fornalha, damper, multiciclone e lavador de gases.

A fornalha receberá o lodo proveniente da unidade de desaguamento, a mesma foi dimensionada para operar com madeira, GLP ou gás natural com os consumos máximos de 994 kg/h, de 196 kg/h e de 256 Nm³/h, respectivamente.

É importante citar que o material gerado será granulado e inertizado. Não havendo componentes que ultrapasassem os limites de concentrações impostos pela legislação, esse lodo será seguro, e poderá ser utilizado na agricultura.

Os gases gerados serão encaminhados para tratamento no lavador de gases, equipamento este que possui consumo de água bastante elevado. Neste sentido, para que não houvesse consumo de água potável e se reduzisse o custo operacional, foi previsto no projeto uma unidade que servirá para reservação, recalque e tratamento de água de serviço (águas pluviais e efluente tratado). Essa unidade disporá de peneira fina na chegada das águas pluviais; compartimento de retenção e descarte das águas pluviais que primeiramente chegassem à unidade (água suja), pré-decantação, filtração em malha fina, desinfecção com pastilhas de cloro e hipoclorito, filtração e uma pequena elevatória para o efluente tratado.

Vale ressaltar, que todo o efluente líquido produzido pelas unidades da ETE seria encaminhado para uma unidade de recalque, que o lançará na entrada da estação, para tratamento. Além disso, é importante citar que o sistema de tratamento do lodo será coberto e possuiria um sistema de exaustão e tratamento de gases e vapores. O tratamento proposto será realizado por processo biológico, em um leito composto por brita, carvão (vegetal) e solo orgânico, sobreposto com plantio de grama.

Atualmente, encontra-se em início de operação o Sistema de Desaguamento e Secagem Térmica do Lodo da ETE, prevendo a produção de lodo seco com teor de sólidos final de no mínimo 80%.



Nas Figuras a seguir está ilustrado o sistema de desaguamento e secagem térmica de lodo implantado na ETE Araraquara.



Foto 6.3.2.2-2 Sistema de Desaguamento e Secagem Térmica do Lodo



Foto 6.3.2.2-3 Sistema de Desaguamento e Secagem Térmica do Lodo



Foto 6.3.2.2-4 Sistema de Desaguamento e Secagem Térmica do Lodo

f) Qualidade do efluente

No Quadro 6.3.2.2-2 estão apresentados os dados disponibilizados pelos técnicos da ETE, com os resultados dos parâmetros de controle da ETE durante o mês de julho.

De acordo com os resultados de monitoramento da ETE, nota-se que a média para os parâmetros do efluente atendeu as condições e padrões específicos do lançamento direto de efluente oriundo de sistema de tratamento de esgoto sanitário. Entretanto, a eficiência na remoção de matéria orgânica ainda é insatisfatória, além do fato de que não há remoção de nitrogênio.



Deve-se ressaltar o fato de que essa deficiência na remoção de matéria orgânica pode ser contornada com o início da operação do sistema de tratamento de lodo, que tornará possível a redução da concentração de sólidos no efluente final. Por outro lado, a remoção considerável de nitrogênio somente poderá ser alcançada com alterações no processo de tratamento.

Também, conforme o Quadro 6.3.2.2-2, destaca-se que apesar da qualidade do efluente das lagoas ser parecida, a lagoa 1 apresenta melhor eficiência de remoção do que a lagoa 2.

QUADRO 6.3.2.2-2 PARÂMETROS DE MONITORAMENTO DA ETE ARARAQUARA

PARÂMETRO	MÉDIA				PADRÃO EFLUENTE
	Afluente	Lagoa 1	Lagoa 2	Efluente	
Demanda Química de Oxigênio (DQO) (mg O ₂ /L)	500	233	260	246	-
Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) (mg O ₂ /L)	197	55	66	62	< 60 ^(a) < 120 ^(b)
Remoção Carbono DQO (%)	-	53,1	47,8	50,6	
Remoção Carbono DBO (%)	-	71,5	65,6	67,5	> 80 ^(a) > 60 ^(b)
pH	7,3	7,4	7,3	7,4	5 - 9 ^(b)
Condutividade (us/cm)	487	639	642	633	
Sólidos Totais (mg/L)	679	412	446	450	
Sólidos Fixos (mg/L)	450	304	318	318	
Sólidos Voláteis (mg/L)	229	108	128	132	
Sólidos Suspensos Totais (mg/L)	224	109	129	125	
Sólidos Suspensos Fixos (mg/L)	73	48	45	52	
Sólidos Suspensos Voláteis (mg/L)	151	61	85	72	
Sólidos Dissolvidos Totais (mg/L)	455	303	317	326	
Sólidos Dissolvidos Fixos (mg/L)	377	256	273	266	
Sólidos Dissolvidos Voláteis (mg/L)	79	48	44	60	
Materiais Sedimentáveis Cone Imhoff 1 hora (ml/L)	4,9	0,0	0,0	0,0	< 1 ^(a,b)
Substâncias Solúveis em Hexano (mg/L) *	59	34	40	24	< 100 ^(a,b)
Oxigênio Dissolvido (mg O ₂ /L)	-	3,5	3,2	3,3	
Turbidez (NTU)	-	252	269	262	
Cor (Hazen)	-	659	651	668	
Cloretos (mg Cl/L)	44	46	46	45	
Nitrogênio Amoniacal (mg N/L)	23	27	25	25	
Nitrato (mg N/L)	1	1	1	1	
Nitrito (mg N/L)	0	0	0	0	
Nitrogênio Total Kjeldahl (mg N/L)	43	42	41	43	
Fósforo Total (mg P/L)	4,8	4,5	4,6	4,5	
Remoção Nitrogênio Total (%)	-	6,3	12,5	-	
Remoção Fósforo Total (%)	-	12,4	12,2	12,5	
Temperatura Laboratório (°C)	25,4	27,3	26,0	24,9	
Temperatura da Amostra (°C)	-	23,5	23,5	23,6	< 40 ^(a,b)
Coliformes Totais(UFC/100ml)	-	-	-	3,4E+06	
Escherihia coli (UFC/100ml)	-	-	-	1,2E+06	



(a) Decreto Estadual 8468/76 Art. 18; (b) Resolução CONAMA 430/2011 Art. 16.

6.3.2.3. Considerações finais

Caso venha adotar o sistema de lagoas de aeração seguidas por lagoas de decantação como ampliação e melhoria da ETE, será necessária impermeabilização das lagoas existentes bem como a alteração do sistema de aeração, conforme exposto anteriormente.

Além disso, de modo a não comprometer a qualidade do efluente e tendo em vista que uma das lagoas apresenta problema na resistência dos taludes, será necessária a implantação do terceiro módulo, previsto no projeto original da ETE, antes de iniciar as reformas devidas em uma das lagoas.

Sendo assim, o novo módulo receberá o afluente do módulo 1, o qual passará por processos de reforma. Ao terminar as reformas, todo o afluente será distribuído entre o módulo 1 e o módulo 3, sendo que o módulo 2 será desativado e todo lodo acumulado deverá ser removido e encaminhado para o sistema de tratamento de lodo da ETE.

6.3.3. Alternativa B - sistema de lodos ativados por aeração prolongada

6.3.3.1. Descrição da Alternativa

O sistema de lodos ativados é bastante utilizado, em nível mundial, principalmente em situações em que se deseja elevada qualidade do efluente com baixos requisitos de área. No entanto, a relativa complexidade operacional, o nível de mecanização e o consumo energético são mais elevados. Há diversas variantes do sistema de lodos ativados. Na presente alternativa, optou-se pela abordagem do lodos ativados por aeração prolongada com fluxo contínuo, sendo o princípio básico desse sistema o retorno de parte dos sólidos recirculados do fundo da unidade de decantação, por meio de bombeamento para o tanque anóxico.

A aeração prolongada é uma variação do processo de lodos ativados convencional, na qual a biomassa permanece no reator biológico por um período maior, implicando na necessidade de um reator de maiores dimensões. Havendo menos matéria orgânica (alimento) por unidade de volume de tanque de aeração, as bactérias passam a utilizar nos seus processos metabólicos a própria matéria orgânica componente de suas células para sobreviverem. Com isso, a matéria orgânica celular é convertida em gás carbônico e água através da respiração, promovendo a estabilização da biomassa no próprio tanque de aeração, não necessitando da etapa de estabilização complementar do lodo. A aeração prolongada é um processo de tratamento de efluentes eficiente na remoção de DBO, embora exija mais área de construção e tenha maior consumo de energia elétrica, quando comparado ao processo convencional.



A biomassa consegue ser separada no decantador secundário devido à sua propriedade de flocular e sedimentar. A concentração de sólidos em suspensão no tanque de aeração do sistema de lodos ativados é mais de 10 vezes superior à de uma lagoa aerada de mistura completa. O tempo de retenção dos sólidos no sistema é denominado idade do lodo, sendo da ordem de 4 a 10 dias no sistema de lodos ativados convencional. É esta maior permanência dos sólidos no sistema que garante a elevada eficiência do processo, já que a biomassa tem tempo suficiente para se metabolizar.

Esse sistema tem a vantagem de se basear em tecnologia conhecida tecnicamente e de alta eficiência e, adicionalmente, ocupa espaços relativamente pequenos quando comparado com o sistema de tratamento por lagoas; porém, a operação exige pessoal mais qualificado e o consumo de energia elétrica é bastante elevado.

No Quadro 6.3.3.1-1, encontram-se algumas das características do sistema de lodos ativados por aeração prolongada.

**QUADRO 6.3.3.1-1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA DE
Lodos ATIVADOS POR AERAÇÃO PROLONGADA**

CARACTERÍSTICAS	AERAÇÃO PROLONGADA
Eficiência de remoção de DBO (%)	93,0 - 98,0
Eficiência de remoção de DQO (%)	90,0 - 95,0
Eficiência de remoção de SST (%)	85,0 - 95,0
Eficiência de remoção de Amônia (%)	90,0 - 90,0
Eficiência de remoção de NTK (%)	15,0 - 25,0
Eficiência de remoção de P-total (%)	10,0 - 20,0
Eficiência de remoção de Coliformes (%)	70,0 - 95,0
Área requerida (m ² /hab)	0,25 - 0,35
Potência instalada (W/hab)	3,5 - 5,5
Consumo energético (kWh/hab.ano)	20,0 - 35,0
Massa de lodo a ser tratado (g ST/hab.dia)	40,0 - 45,0
Massa de lodo a ser disposto (g ST/hab.dia)	40,0 - 45,0
Volume de lodo a ser tratado (L lodo/hab.dia)	3,5 - 5,5
Volume de lodo a ser disposto (L lodo/hab.dia)	0,10 - 0,25
Idade do lodo (d)	18,0 - 30,0
Relação A/M (kgDBO/dia. kg SSVTA)	0,07 - 0,15

FONTE: VON SPERLING, et al. (2001).

Assim como a concepção de lagoa de aeração seguida por lagoa de sedimentação, os lodos ativados também têm como principal objetivo a redução da carga orgânica, sendo extremamente eficiente na remoção da parcela biodegradável. No entanto, esse sistema pode ser adaptado para incluir remoções biológicas de nitrogênio e fósforo, melhorando a qualidade do efluente final da ETE.



Os principais processos biológicos de remoção de nitrogênio são: nitrificação em lodo ativado, ou conversão de amônia e nitrogênio orgânico em nitrato por oxidação com organismos nitrificantes e; desnitrificação ou conversão de nitrato em nitrogênio gasoso em meio anaeróbio/anóxico.

A seguir são relacionadas as principais vantagens e desvantagens características desta alternativa tecnológica:

- VANTAGENS:

- Possibilidade de remoção biológica de N e P;
- Elevada eficiência na remoção de DBO;
- Baixos requisitos de área;
- Processo confiável, desde que supervisionado;
- Reduzidas possibilidades de maus odores, insetos e vermes;
- Flexibilidade operacional,
- Estabilização do lodo no próprio reator;
- Elevada resistência a variação de carga e cargas tóxicas;
- Satisfatória independência das condições atmosféricas.

- DESVANTAGENS:

- Necessidade de operação sofisticada;
- Elevado índice de mecanização
- Necessidade de remoção da umidade do lodo e da sua disposição final;
- Possíveis problemas ambientais com ruídos e aerossóis;
- Sistema com maior consumo de energia.

6.3.3.2. Concepção da alternativa

Diante das condições descritas no item anterior, a implementação do tratamento visando remoção de nutrientes na ETE Araraquara mostra-se bastante interessante e justificável. Naturalmente, a necessidade ou desejo de se efetuar a remoção de nitrogênio e fósforo depende dos objetivos mais amplos do tratamento e da qualidade das águas do efluente final e do corpo receptor.

Nesse sentido, a alternativa tecnológica com sistema de lodos ativados, com aeração prolongada e pré-desnitrificação (com remoção biológica de nitrogênio com fonte de carbono oriunda do próprio esgoto bruto) mostra-se bastante interessante.

a) Tratamento Preliminar



Será utilizado o mesmo sistema de tratamento original, o qual é composto por duas grades mecanizadas grosseiras com barras espaçadas de 2,0 cm, uma calha Parshall e três caixas de areia mecanizadas.

b) Tratamento biológico

O efluente do tratamento preliminar será encaminhado, por gravidade, para o processo seguinte, de lodos ativados com aeração prolongada e pré-desnitrificação, formado basicamente por tanques anóxicos, tanques de aeração, casa de sopradores, decantadores e estação elevatória de recirculação.

O retorno do efluente a ser desnitrificado poderá ser feito por bombas do tipo hélice, face a baixa altura manométrica, com uso de canal interno aos tanques de aeração. Estima-se que a vazão a ser recirculada seja equivalente a 2,8 vezes a vazão afluente.

Foram dimensionados quatro tanques anóxicos, cada um com capacidade de 200 L/s e com as seguintes características básicas:

- Volume 1.680 m³
- Profundidade útil 6,0 m
- Largura média útil 28,0 m
- Comprimento médio útil 10,0 m
- Tempo de detenção hidráulico 2,3 h

Para proporcionar mistura completa nos tanques anóxicos, deverão ser instalados misturadores submersíveis tipo impulsor com duas pás anti-entupimento, estimados em número de quatro unidades, com potência de 25 CV cada, do modelo SR 4400 da Flygt ou similar, em cada tanque. Os misturadores serão de velocidade variável com inversor de frequência.

Após os tanques anóxicos, o efluente será encaminhado para os quatro tanques de aeração, onde deverá ocorrer a degradação da matéria orgânica (carbonácea e nitrogenada). Cada tanque apresentará capacidade de 200 L/s e as seguintes características básicas:

- Volume 19.824 m³
- Profundidade útil 6,0 m
- Largura média útil 28,0 m
- Comprimento médio útil 118,0 m
- Tempo de detenção hidráulico 27,5 h

Em fim de plano estima-se que os 4 tanques de aeração necessitem nas horas de "pico" de consumo cerca de 1.475 kgO₂/hora, ou seja, cerca de 369 kg O₂/hora por tanque.



Com base em uma eficiência de transferência de oxigênio de 30% para os difusores do sistema de aeração, em condições "Standard" (20°C; nível do mar; água limpa com OD = 0), e um coeficiente de correção para condições de campo $\lambda = 0,5$, assumindo-se que o ar possua 23% de oxigênio em massa e densidade de $1,2 \text{ kg/m}^3$, estima-se que cada tanque necessitará $148 \text{ Nm}^3 \text{ ar/min}$ em condições de "pico" de consumo e em fim de plano.

Para o fornecimento do ar nos tanques de aeração foram previstos 5 sopradores do tipo "roots", sendo um de reserva, cada um com vazão de $148 \text{ Nm}^3/\text{min}$, pressão de 5,0 m.c.a., e potência de motor da ordem de 462 CV.

Essas considerações deverão ser totalmente revistas na ocasião da elaboração do projeto do sistema de aeração, em função das características dos seus equipamentos.

Prevê-se que o sistema de aeração deverá apresentar as seguintes características mínimas:

- Atender um consumo de oxigênio de $205 \text{ kgO}_2/\text{hora}$, para cada um dos 4 tanques de aeração previstos;
- Possuir difusores de ar de bolhas finas com membranas flexíveis, com eficiência de transferência de oxigênio, em condições "standard" igual ou superior a 30%, a ser confirmada através de ensaios;
- Possuir um sistema de difusão de ar em cada tanque, composto por três malhas: uma instalada no 1º terço do tanque com capacidade para distribuir 40% do ar; uma instalada no 2º terço com capacidade para distribuir 35% do ar; uma instalada no 3º e último terço com capacidade para distribuir 25% do ar;
- Utilizar cinco sopradores do tipo "roots", sendo um de reserva, cada um com cabine de isolamento acústico, e com velocidade variável, para atender de forma contínua e uniforme a menor quantidade de ar necessária ao processo, definida por um sistema automático de controle de OD dos tanques de aeração, buscando sempre o menor consumo de energia elétrica;
- Possuir um sistema automático de controle de OD nos tanques de aeração, formado por: 1 sonda de OD por tanque de aeração; um sistema de regulagem de vazão, no ramal de ar que alimenta cada tanque de aeração, formado por uma válvula de regulagem elétrica e um medidor de vazão; a sonda periodicamente "setará" a vazão a ser mantida em cada ramal para se ter um OD no tanque entre 1,5 e 2,5 mg/L; um medidor de pressão instalado no barrilete dos sopradores que alterará o número de sopradores e/ou a vazão dos sopradores, para manter uma pressão relativamente constante no barrilete;
- Tubulações para condução do ar até 4,5 m abaixo do nível de água dos tanques de aeração em aço inoxidável; abaixo deste ponto poderão ser de PVC.

c) Decantação e elevatória de recirculação de lodo

O efluente dos tanques de aeração será encaminhado, por gravidade, para uma caixa de distribuição central, e a seguir, para quatro decantadores circulares com removedores de lodo e espuma mecanizados.



Cada decantador terá um diâmetro útil de 44,00 m e profundidade útil periférica de 4,00 m.

O esgoto será encaminhado para uma torre circular, situada no centro de cada decantador, dotada de uma cortina de distribuição.

Os sólidos presentes no esgoto serão decantados em direção ao fundo dos tanques. O lodo decantado será continuamente removido do fundo do decantador por um raspador de lodo mecânico, em direção a um poço central. Deste poço o lodo fluirá, por gravidade, em direção a um poço de lodo da caixa de distribuição central. Deste poço o lodo será recirculado para os tanques de aeração pela Estação Elevatória de Recirculação.

A espuma, que se formará na superfície líquida dos decantadores, será encaminhada, por raspadores superficiais, em direção a uma caixa periférica de onde será encaminhada, por gravidade, para o sistema de tratamento de lodo da ETE.

O efluente líquido será coletado por vertedores situados na periferia dos decantadores e encaminhado por gravidade para o corpo receptor.

Os quatros decantadores, em fim de plano, operarão com média de 800 L/s com taxa de aplicação superficial da ordem de $11,6 \text{ m}^3/\text{m}^2.\text{dia}$.

O lodo removido nos decantadores será encaminhado para um poço de acúmulo junto a estação elevatória de lodo, a partir da qual poderá ser recirculado para a entrada dos tanques anóxicos. Para tanto, deverão ser instaladas, para operação normal, 3 conjuntos motor-bomba de velocidade variável, sendo uma reserva. Cada bomba deverá ter uma vazão máxima de 403 L/s, altura manométrica máxima de 7,0 m.c.a., e potência estimada de 62 CV.

O controle da vazão de recirculação e de descarte será programado a partir dos resultados da monitoração da ETE. Além disso, os decantadores deverão contar com um sistema de medição da altura da manta de lodo, que estará interligado às bombas de descarte de lodo em excesso, visando a prevenção do arraste de sólidos pelo efluente decantado.

Além da elevatória de recirculação, deverá ser executada uma elevatória para descarte do lodo em excesso, com dois conjuntos motor-bomba, sendo um reserva, tipo helicoidal, cada uma com capacidade para recalcar o lodo em excesso no sistema de 27 a 55 m^3/h . Do poço de sucção, o lodo em excesso será enviado para o sistema de desaguamento.

A estimativa da produção de lodo desaguado com teor de sólidos médio de 22% é cerca de $22 \text{ m}^3/\text{dia}$ ou 25 t/dia.

d) Sistema de desaguamento e secagem térmica do lodo:

O sistema de desaguamento e secagem térmica do lodo será o mesmo da Alternativa A.



6.3.4. Alternativa C - sistema com reator UASB seguido de lodos ativado com nitrificação de parcela da vazão de efluente dos UASBS

6.3.4.1. Descrição da alternativa

Os reatores anaeróbios de manta de lodo com fluxo ascendente, mais frequentemente conhecidos como UASB (Upflow Anaerobic Sludge Blanket), constituem-se na principal tendência atual de tratamento de esgoto no Brasil.

Nos reatores UASB, a biomassa cresce dispersa no meio. A própria biomassa, ao crescer, pode formar pequenos grânulos, correspondente à aglutinação de diversas espécies microbianas. Esses pequenos grânulos, por sua vez, tendem a servir de meio suporte para outros microrganismos. A granulação auxilia no aumento da eficiência do sistema, mas não é fundamental para o funcionamento do reator.

A concentração de biomassa no reator é bastante elevada, justificando a denominação de manta de lodo. Devido a esta elevada concentração, o volume requerido para os reatores anaeróbios de manta de lodo é bastante reduzido se comparados com outros sistemas de tratamento.

De forma resumida, o funcionamento compõe-se da entrada do esgoto no fundo dos tanques, que se encontra com o leito de lodo, o que causa a adsorção de grande parte da matéria orgânica pela biomassa. O fluxo do líquido é ascendente. Como resultado da atividade anaeróbia, são formados gases (principalmente gás metano e carbônico), que tendem a subir em direção à superfície do tanque. De forma a reter a biomassa no sistema, impedindo que ela saia com o efluente, a parte superior dos reatores apresenta uma estrutura que possibilita as funções de separação e acúmulo de gás e de separação e retorno dos sólidos (biomassa). Esta estrutura é denominada separador trifásico, por separar o líquido, os sólidos e os gases. O gás é coletado na parte superior, no compartimento de gases, de onde é retirado e queimado.

Dessa forma, tem-se retenção de grande parte da biomassa no sistema, alcançada por simples retorno gravitacional. Devido à elevada retenção de sólidos, a idade do lodo é bastante elevada e o tempo de detenção hidráulico pode ser bastante reduzido. Pelo fato de as bolhas de gás não penetrarem na zona de sedimentação, a separação sólido-líquido não é prejudicada. O efluente sai do compartimento de sedimentação relativamente clarificado e a concentração de biomassa no reator é mantida elevada.

No presente caso, previu-se a implantação de tanques de aeração para recebimento do efluente dos reatores UASBs e, também do lodo recirculado — proveniente do sistema de decantação. Ao se implantar os tanques de aeração, evidentemente também será necessária a execução de edificação específica para instalação de sopradores, pois a forma de aplicação do ar nos tanques deverá ser pela técnica de aeração por ar difuso, com difusores de bolha fina.



No Quadro 6.3.4.1-1, encontram-se algumas das características do sistema de reator anaeróbio (UASB) seguido por lodos ativados convencional.

QUADRO 6.3.4.1-1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA DE UASB SEGUIDO POR LODOS ATIVADOS CONVENCIONAL

CARACTERÍSTICAS	UASB -LODOS ATIVADOS
Eficiência de remoção de DBO (%)	85,0 - 95,0
Eficiência de remoção de DQO (%)	83,0 - 90,0
Eficiência de remoção de SST (%)	85,0 - 95,0
Eficiência de remoção de Amônia (%)	75,0 - 90,0
Eficiência de remoção de NTK (%)	15,0 - 25,0
Eficiência de remoção de P-total (%)	10,0 - 20,0
Eficiência de remoção de Coliformes (%)	70,0 - 95,0
Área requerida (m ² /hab)	0,20 - 0,30
Potência instalada (W/hab)	1,8 - 3,5
Consumo energético (kWh/hab.ano)	14,0 - 20,0
Massa de lodo a ser tratado (g ST/hab.dia)	20,0 - 30,0
Massa de lodo a ser disposto (g ST/hab.dia)	20,0 - 30,0
Volume de lodo a ser tratado (L lodo/hab.dia)	0,5 - 1,0
Volume de lodo a ser disposto (L lodo/hab.dia)	0,05 - 0,15
Idade do lodo (d)	6,0 - 10,0
Relação A/M (kgDBO/dia. Kg SSVTA)	0,25 - 0,40

Fonte: Von SPERLING, et al. (2001).

A seguir são relacionadas as principais vantagens e desvantagens características desta alternativa tecnológica:

- VANTAGENS:

- Possibilidade de usar o biogás formado nos UASBs;
- Menor produção de lodo;
- Menor requisito de área;
- Redução no consumo de energia;
- Redução no volume total das unidades;
- Nitrificação mais eficiente.

- DESVANTAGENS:

- Necessidade de maior controle sobre emissão de maus odores;
- Custo operacional com produtos químicos;
- Sistema com menor consumo de energia em relação a Alternativa B;



- Necessidade de controle mais rigoroso na operação, por envolver dois processos (anaeróbio e aeróbio).

6.3.4.2. Concepção da alternativa

Uma tendência no Brasil, com clima favorável ao uso de processos anaeróbios, e com necessidade de se economizar energia, é a combinação de sistemas anaeróbios seguidos de aeróbios, que têm se mostrado, dependendo da situação, mais econômicos que as soluções tradicionais, uma vez que permitem o uso de reatores aeróbios de menor porte, menor consumo de energia e, especialmente, dispensa a necessidade de adensadores e digestores de lodo, que encarecem bastante a implantação da ETE.

No presente caso, em que há necessidade de nitrificação, o tratamento do efluente do tratamento anaeróbio poderia ser feito por tratamento aeróbio, com parte da vazão sofrendo nitrificação e parte da vazão sem nitrificação, minimizando o consumo de energia, já que todo excesso de lodo do tratamento aeróbio poderá ser enviado para o tratamento anaeróbio para estabilização.

Essa alternativa, além dos benefícios citados anteriormente, torna-se ainda mais atraente pelo fato da possibilidade do reaproveitamento do biogás gerado nos reatores UASBs como fonte de combustível no sistema de secagem térmica que se encontra em operação.

a) Tratamento Preliminar

Será utilizado o mesmo sistema de tratamento original, o qual é composto por duas grades mecanizadas grosseiras com barras espaçadas de 2,0 cm, uma calha Parshall e três caixas de areia mecanizadas.

b) Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (UASB)

Foram previstas para o final do plano dois módulos de reatores UASBs, cada módulo com quatro reatores. Cada reator previsto possui as seguintes características:

- Comprimento: 35,00 m;
- Largura: 21,00 m;
- Altura útil: 4,90 m;
- Área total: 735 m²;
- Volume total: 3.600 m³;
- Número de descargas de esgoto no fundo do reator: 118;
- Área por descarga de esgoto: 5,0 m².



No Quadro 6.3.4.2-1 estão apresentados os parâmetros dos reatores anaeróbios relacionados às vazões afluentes a ETE em fim de plano.

QUADRO 6.3.4.2-1 PARÂMETROS DOS REATORES ANAERÓBIOS

PARÂMETRO	VAZÃO (L/s)		
	Mínima	Média	Máxima horária
Vazão (L/s)	303	800	1.121
Tempo de detenção (h)	21	8,0	6,0

O efluente do tratamento preliminar será enviado, por gravidade, para uma caixa divisora de vazão, que receberá, também, o lodo em excesso proveniente dos decantadores.

Esta caixa efetuará a divisão da vazão afluente em duas parcelas iguais, que serão encaminhadas, por gravidade, para os dois módulos de reatores UASBs previstos para o final do plano. Nesta caixa foi prevista, também, uma comporta que poderá efetuar o “bypass” dos reatores UASBs, com envio do esgoto diretamente para o tanque anóxico.

O esgoto afluente a cada módulo de UASB, será dividido em parcelas iguais através de caixas divisoras de vazão e simetria hidráulica do sistema de tubulações, e distribuído junto ao fundo dos reatores por tubulações com 75 mm de diâmetro e grande declividade, para minimizar a possibilidade de entupimentos.

A seguir, os esgotos terão um percurso ascendente, do fundo até o topo do reator, onde serão coletados na superfície através de calhas vertedoras, para evitar o acúmulo de gordura ou escumas na superfície do reator.

Ao longo do percurso ascendente, o esgoto passará por manta de lodo que será acumulado na parte inferior do reator, e a seguir por câmaras de decantação. Na passagem através da manta de lodo e câmaras de decantação, a matéria orgânica presente nos esgotos sofrerá uma decomposição biológica com a remoção de cerca de 60 a 70% da DBO₅ do esgoto bruto.

Partículas sólidas que ultrapassarem a manta de lodo serão retidas nas câmaras de decantação retornando, por gravidade, para a manta de lodo.

Para evitar o aumento excessivo da manta de lodo, periodicamente deverá ser extraído um volume de lodo excedente, através da abertura de válvulas de descarga de lodo. Os lodos excedentes serão encaminhados para o desaguamento.



Para evitar a proliferação de maus odores, os reatores UASBs deverão ser cobertos com lajes de concreto armado, e todos os gases produzidos pelos reatores serão coletados para posteriormente serem encaminhados para queimadores ou para o sistema de secagem térmica.

Os gases produzidos pelos reatores serão coletados entre a laje de cobertura e o nível de água dos reatores. Estima-se que a produção média em fim de plano será da ordem de 140 Nm³/h. No Quadro 6.3.4.2-2 estão apresentados os valores estimados da produção de biogás.

QUADRO 6.3.4.2-1 ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE BIOGÁS

ANO	CARGA ORGÂNICA (kg DBO5/dia)	PRODUÇÃO DE BIOGÁS (Nm ³ /h)		
		Mínima	Média	Máxima
2015	15.906	56	111	167
2025	17.626	62	123	185
2035	19.022	67	133	200

Caso haja reaproveitamento do biogás gerado na própria ETE como fonte de calor, o mesmo deve passar por um processo de purificação, de forma a remover água e gás sulfídrico, evitando corrosão dos equipamentos.

Por outro lado, o biogás deverá ser queimado em flares na eventual não utilização do mesmo, ou encaminhado para um sistema de controle de odores do tipo biofiltro. Será formado por um tanque escavado em terra, com 10 m de largura, 40 m de comprimento e 1,40 m de altura útil. O tanque terá um sistema de tubulações perfuradas para distribuição do ar no fundo, em uma camada de brita com 0,35 m de altura. Sobre a camada de brita está previsto: uma camada de carvão, do tipo utilizado em churrasqueiras, com 0,60 m de altura; uma camada de 0,20 m de altura composta por lodo de ETE misturado com restos de jardins; e uma camada final, superior, de 0,25 m de altura, composta por terra com 30% de adubo orgânico. Para manter o leito úmido foi previsto um sistema de aspersão de água de serviço, que operará de forma intermitente, controlado por uma válvula elétrica acionada por temporizadores programáveis.

Nos reatores UASBs serão produzidos lodo decorrente da retenção de sólidos e da ação de microrganismos presentes, bem como o lodo excedente do processo de lodos ativados de para promover a estabilização e adensamento do mesmo.

A quantidade diária de lodo gerada por cada módulo (4 reatores UASB) será da ordem de 88 m³/dia com cerca de 3% de sólidos, num total de 176m³/dia.

c) Lodos ativados



O efluente dos reatores anaeróbios será encaminhado, por gravidade, para o processo seguinte, de lodos ativados convencional e pré-desnitrificação, formado basicamente por tanques anóxicos, tanques de aeração, casa de sopradores, decantadores e estação elevatória de recirculação.

Os tanques com ambiente anóxico deverão promover a desnitrificação do efluente dos tanques de aeração. As vazões de recirculação serão definidas em função da concentração de nitrato no efluente final.

Foram dimensionados quatro tanques anóxicos, cada um com capacidade de 200 L/s e com as seguintes características básicas:

- Volume 1.380 m³
- Profundidade útil 6,0 m
- Largura média útil 10,0 m
- Comprimento médio útil 23,0 m
- Tempo de detenção hidráulico 1,9 h

Para proporcionar mistura completa nos tanques anóxicos, deverão ser instalados dois misturadores submersíveis do tipo impulsor com duas pás anti-entupimento com potência estimada em 20 CV, do modelo SR 4400 da Flygt ou similar, em cada tanque. O misturador será de velocidade variável com inversor de frequência.

O retorno do efluente a ser desnitrificado será realizado por bombas três conjuntos motor-bombas, sendo um reserva. Estima-se que a vazão a ser recirculada seja equivalente a 1,9 vezes a vazão afluente.

Após os tanques anóxicos, o efluente será encaminhado para os quatro tanques de aeração, onde deverá ocorrer a degradação da matéria orgânica (carbonácea e nitrogenada). Cada tanque apresentará capacidade de 200 L/s e as seguintes características básicas:

- Volume 2.100 m³
- Profundidade útil 6,0 m
- Largura média útil 10,0 m
- Comprimento médio útil 35,00 m
- Tempo de detenção hidráulico 2,9 h

Em fim de plano, estima-se que os 4 tanques de aeração necessitem nas horas de "pico" de consumo cerca de 517 kg O₂/hora, ou seja, cerca de 129 kg O₂/hora por tanque.



Com base em uma eficiência de transferência de oxigênio de 30% para os difusores do sistema de aeração, em condições "Standard" (20°C; nível do mar; água limpa com OD = 0), e um coeficiente de correção para condições de campo $\lambda = 0,5$, assumindo-se que o ar possua 23% de oxigênio em massa e densidade de $1,2 \text{ kg/m}^3$, estima-se que cada tanque necessitará $53 \text{ Nm}^3 \text{ ar/min}$ em condições de "pico" de consumo e em fim de plano.

Para o fornecimento do ar nos tanques de aeração foram previstos 5 sopradores do tipo "roots", sendo um de reserva, cada um com vazão de $58 \text{ Nm}^3/\text{min}$, pressão de 7,0 m.c.a., e potência de motor da ordem de 162 CV.

Essas considerações deverão ser totalmente revistas na ocasião da elaboração do projeto do sistema de aeração, em função das características dos seus equipamentos.

Prevê-se que o sistema de aeração deverá apresentar as seguintes características mínimas:

- Atender um consumo de oxigênio de $72 \text{ kgO}_2/\text{hora}$, para cada um dos 4 tanques de aeração previstos;
- Possuir difusores de ar de bolhas finas com membranas flexíveis, com eficiência de transferência de oxigênio, em condições "standard" igual ou superior a 30%, a ser confirmada através de ensaios;
- Possuir um sistema de difusão de ar em cada tanque, composto por três malhas: uma instalada no 1º terço do tanque com capacidade para distribuir 40% do ar; uma instalada no 2º terço com capacidade para distribuir 35% do ar; uma instalada no 3º e último terço com capacidade para distribuir 25% do ar;
- Utilizar cinco sopradores do tipo "roots", sendo um de reserva, cada um com cabine de isolamento acústico, e com velocidade variável, para atender de forma contínua e uniforme a menor quantidade de ar necessária ao processo, definida por um sistema automático de controle de OD dos tanques de aeração, buscando sempre o menor consumo de energia elétrica;
- Possuir um sistema automático de controle de OD nos tanques de aeração, formado por: 1 sonda de OD por tanque de aeração; um sistema de regulagem de vazão, no ramal de ar que alimenta cada tanque de aeração, formado por uma válvula de regulagem elétrica e um medidor de vazão; a sonda periodicamente "setará" a vazão a ser mantida em cada ramal para se ter um OD no tanque entre 1,5 e 2,5 mg/L; um medidor de pressão instalado no barrilete dos sopradores que alterará o número de sopradores e/ou a vazão dos sopradores, para manter uma pressão relativamente constante no barrilete;
- Tubulações para condução do ar até 5 m abaixo do nível de água dos tanques de aeração em aço inoxidável; abaixo deste ponto poderão ser de PVC.

d) Decantação e elevatória de recirculação de lodo

O efluente dos tanques de aeração será encaminhado, por gravidade, para uma caixa de distribuição central, e a seguir, para quatro decantadores circulares com removedores de lodo e espuma mecanizados.



Cada decantador terá um diâmetro útil de 46,0 m e profundidade útil periférica de 4,00 m.

O esgoto será encaminhado para uma torre circular, situada no centro de cada decantador, dotada de uma cortina de distribuição.

Os sólidos presentes no esgoto serão decantados em direção ao fundo dos tanques. O lodo decantado será continuamente removido do fundo do decantador por um raspador de lodo mecânico, em direção a um poço central. Deste poço o lodo fluirá, por gravidade, em direção a um poço de lodo da caixa de distribuição central. Deste poço o lodo será recirculado para os tanques de aeração pela Estação Elevatória de Recirculação.

A espuma, que se formarão na superfície líquida dos decantadores, será encaminhada, por raspadores superficiais, em direção a uma caixa periférica de onde será encaminhada, por gravidade, para o sistema de tratamento de lodo da ETE.

O efluente líquido será coletado por vertedores situados na periferia dos decantadores e encaminhado por gravidade para o corpo receptor.

Os quatros decantadores, em fim de plano, operarão com média de 800 L/s com taxa de aplicação superficial da ordem de 10,6 m³/m².dia.

O lodo removido nos decantadores será encaminhado para um poço de acúmulo junto a estação elevatória de lodo, a partir da qual poderá ser recirculado para saída do tratamento preliminar. Para tanto, deverão ser instaladas, para operação normal, 3 conjuntos motor-bomba de velocidade variável, sendo uma reserva. Cada bomba deverá ter uma vazão máxima de 440 L/s, altura manométrica máxima de 7,0 m.c.a., e potência estimada de 68 CV.

O controle da vazão de recirculação e de descarte será programado a partir dos resultados da monitoração da ETE. Além disso, os decantadores deverão contar com um sistema de medição da altura da manta de lodo, que estará interligado às bombas de descarte de lodo em excesso, visando a prevenção do arraste de sólidos pelo efluente decantado.

A ETE deverá contar também com um elevatória de lodo, para descarte do lodo em excesso dos tanques de aeração para os reatores UASBs, para digestão e adensamento e/ou para o envio do lodo dos UASBs para o sistema de tratamento (adensamento, desaguamento e secagem térmica). A elevatória deverá contar com dois conjuntos motor-bomba, sendo um reserva, tipo helicoidal, cada uma com capacidade para recalcar o lodo em excesso no sistema de 5 a 17,5 m³/h.

A estimativa da produção de lodo desaguado com concentração média de 22% é aproximadamente de 12 m³/dia, equivalente a 13 t/dia.

e) Sistema de desaguamento e secagem térmica do lodo:

O sistema de desaguamento e secagem térmica do lodo será o mesmo da Alternativa A.



6.3.5. Alternativa D – lodos ativados por aeração prolongada tipo BIOLAC

6.3.5.1. Descrição da Alternativa

Essa alternativa consiste em permitir alternar zonas oxigenadas e zonas anóxicas, com redução significativa do nitrogênio, o que o torna, considerando-se a qualidade do efluente tratado, um processo econômico, pela redução no consumo de energia.

O sistema de tratamento dessa alternativa é similar ao da alternativa B, na qual a biomassa permanece no reator biológico por um período maior, sendo separada no decantador secundário devido à sua propriedade de flocular e sedimentar. A diferença principal refere-se às condições em que isso ocorre, que, de acordo com informações do fornecedor do sistema, trata-se de um processo patenteado, com equipamentos específicos. As características da alternativa D que se difere da alternativa B são as seguintes: o sistema de aeração é constituído por cadeias oscilantes, não é necessária a recirculação interna de nitrato e nem a separação do tanque em câmaras anóxicas e aeradas e o sistema de decantação é no formato retangular e com removedor de lodo do tipo Scrapper.

No Quadro 6.3.5.1-1, estão apresentadas algumas das características do sistema de lodos ativados por aeração prolongada do tipo Biolac.

QUADRO 6.3.5.1-1 CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DO SISTEMA DE LODOS ATIVADOS POR AERAÇÃO PROLONGADA DO TIPO BIOLAC

Características	Sistema lodos ativados do tipo Biolac
Eficiência de remoção de DBO (%)	95,0
Eficiência de remoção de SST (%)	98,0
Eficiência de remoção de nitrato (%)	85,0
Eficiência de remoção de nitrogênio amoniacal (%)	98,0
Idade do lodo (d)	30,0

Fonte: Fornecedor Parkson

A seguir são relacionadas as principais vantagens e desvantagens características desta alternativa tecnológica:

- VANTAGENS:
 - Possibilidade de remoção biológica de N;
 - Elevada eficiência na remoção de DBO;
 - Baixos requisitos de área;



- Reduzidas possibilidades de maus odores, insetos e vermes;
 - Flexibilidade operacional,
 - Estabilização do lodo no próprio reator;
 - Elevada resistência a variação de carga e cargas tóxicas;
 - Satisfatória independência das condições atmosféricas.
- DESVANTAGENS:
- Necessidade de operação sofisticada;
 - Tecnologia relativamente nova;
 - Não ocorre remoção considerável de fósforo;
 - Elevado índice de mecanização;
 - Necessidade de remoção da umidade do lodo e da sua disposição final;
 - Possíveis problemas ambientais com ruídos e aerossóis;
 - Sistema com maior consumo de energia.

6.3.5.2. Concepção da alternativa

a) Tratamento Preliminar

Será utilizado o mesmo sistema de tratamento original, o qual é composto por duas grades mecanizadas grosseiras com barras espaçadas de 2,0 cm, uma calha Parshall e três caixas de areia mecanizadas.

b) Sistema Biolac

O efluente proveniente do tratamento preliminar será conduzido por gravidade para o tanque aerado, onde ocorrerá a transferência de oxigênio através de cadeias de aeração de alimentação superficial equipadas com difusores de bolhas finas da Parkson, de formato tubular, que operam em movimentos cíclicos e pendulares, alimentados por sopradores do tipo Roots, instalados em uma casa de sopradores.

Os sólidos gerados serão separados no decantador secundário por um processo natural de sedimentação, com removedores do tipo Scraper.

Foi dimensionado um tanque aerado com capacidade de 800 L/s e com as seguintes características básicas:

- Volume89.404 m³
- Profundidade útil 4,0 m



- Largura média útil 103,0 m
- Comprimento médio útil 217,00 m
- Tempo de detenção hidráulico 36 h

O sistema de aeração é composto por cadeias de aeração oscilantes de movimentação superficial, com difusores de bolhas finas suspensos no fundo da bacia (cerca de 0,30m na posição vertical). Não existem travamentos ou pontos de fixação no fundo dos tanques, permanecendo suspensos. O processo é facilmente acessível para sua manutenção e serviço. Não é necessário drenar o recinto ou paralisar totalmente o serviço da ETE durante a manutenção do sistema.

O sistema de cadeia é auto propulsado e tem um movimento sistemático e cíclico promovendo uma mistura de alta eficiência dentro do recinto . As cadeias se movimentam na superfície, arrastando em seu movimento os difusores ao fundo.

Foram previstas 42 cadeias de aeração composto de 25 conjuntos difusores em cada uma. No total, serão instalados 5.250 difusores de bolhas finas. O fornecimento deverá completo, incluindo todos os acessórios e equipamentos necessários para o funcionamento adequado do sistema.

Para o fornecimento do ar nos tanques de aeração foram previstos 8 sopradores do tipo "roots", sendo um de reserva, cada um com vazão de 134 Nm³/min e potência de motor da ordem de 250 CV. As linhas de ar comprimido que interligarão a casa de sopradores ao sistema de difusão de ar deverão ser de aço inox.

Essas considerações deverão ser totalmente revistas na ocasião da elaboração do projeto do sistema de aeração, em função das características dos seus equipamentos.

A saída dos efluentes líquidos dos tanques de aeração será feita através de vertedores ao longo da largura do tanque.

O lodo será recirculado para a entrada dos tanques e o excedente será enviado para o sistema de desidratação mecânica, através de conjuntos motor-bombas independentes.

c) Decantação e elevatória de recirculação de lodo

O efluente dos tanques de aeração será encaminhado, por gravidade, para uma caixa de distribuição central, e a seguir, para dez decantadores retangulares com removedores de lodo mecanizado do tipo Scraper .

Cada decantador terá um largura de 10,00 m, comprimento de 40,00 m e profundidade útil periférica de 4,00 m.



Os sólidos presentes no esgoto serão decantados em direção ao fundo dos tanques. O lodo decantado será continuamente removido do fundo do decantador por um raspador de lodo mecânico, em direção a uma calha coletora. Desta calha o lodo fluirá, por gravidade, em direção a um poço. Deste poço o lodo será recirculado para os tanques de aeração pela Estação Elevatória de Recirculação. Para tanto, deverão ser instaladas, para operação normal, 3 conjuntos motor-bomba de velocidade variável, sendo uma reserva. Cada bomba deverá ter uma vazão máxima de 480 L/s, altura manométrica máxima de 5,0 m.c.a., e potência estimada de 53 CV.

O efluente líquido será encaminhado por gravidade para o corpo receptor.

Os dez decantadores, em fim de plano, operarão com vazão e taxa superficial média em torno de 800 L/s e 15 m³/m².dia, respectivamente.

Além da elevatória de recirculação, deverá ser executada uma elevatória para descarte do lodo em excesso, com dois conjuntos motor-bomba, sendo um reserva, tipo helicoidal, cada uma com capacidade para recalcar o lodo em excesso até 124 m³/h. Do poço de sucção, o lodo em excesso será encaminhado para o sistema de desaguamento.

d) Sistema de desaguamento e secagem térmica do lodo:

O sistema de desaguamento e secagem térmica do lodo será o mesmo da Alternativa A.

6.3.6. Alternativa E – reatores UASBS e lodos ativados por aeração prolongada tipo BIOLAC

6.3.6.1. Descrição da Alternativa

Também considerando os aspectos positivos da associação do tratamento com processo anaeróbio e aeróbio, o uso de Reatores UASBs e Lodos Ativados com Sistema Biolac foi uma das alternativas aventadas. Conforme já destacado na Alternativa C, essa combinação têm se mostrado, dependendo da situação, mais econômica que as soluções tradicionais, uma vez que permitem o uso de reatores aeróbios de menor porte, menor consumo de energia e, especialmente, dispensa a necessidade de adensadores e digestores de lodo, que encarecem bastante a implantação da ETE.

Nessa alternativa, da mesma forma que na Alternativa D, ter-se-á alternância de zonas oxigenadas e zonas anóxicas, com redução significativa do nitrogênio, o que o torna, considerando-se a qualidade do efluente tratado, um processo econômico, pela redução no consumo de energia.

No presente caso, em que há necessidade de nitrificação, o tratamento do efluente do tratamento anaeróbio poderia ser feito por tratamento aeróbio, com parte da vazão sofrendo nitrificação e parte da vazão sem nitrificação, minimizando o consumo de energia, já que todo excesso de lodo do tratamento aeróbio poderá ser enviado para o tratamento anaeróbio para estabilização.



Essa alternativa, além dos benefícios citados anteriormente, torna-se ainda mais atraente pelo fato da possibilidade do reaproveitamento do biogás gerado nos reatores UASBs como fonte de combustível no sistema de secagem térmica que se encontra em operação.

Assim como o sistema de lodos ativados por aeração prolongada do tipo Biolac, o sistema de reatores UASBs seguidos por lodos ativados por aeração prolongada do tipo Biolac apresentará as mesmas características mencionadas no Quadro 6.3.5.1-1. Com o diferencial que 60% da matéria orgânica em termos de DBO e sólidos suspensos totais (SST) serão degradados nos reatores anaeróbios. Ficando para o tanque aerado o restante da degradação da DBO e do SST e a degradação total do nitrogênio.

A seguir são relacionadas as principais vantagens e desvantagens características desta alternativa tecnológica:

- VANTAGENS:

- Possibilidade de usar o biogás formado nos UASBs;
- Menor produção de lodo;
- Menor requisito de área;
- Flexibilidade operacional;
- Redução no consumo de energia;
- Redução no volume total das unidades;
- Nitrificação mais eficiente.

- DESVANTAGENS:

- Necessidade de maior controle sobre emissão de maus odores;
- Sistema com menor consumo de energia em relação a Alternativa D;
- Necessidade de controle mais rigoroso na operação, por envolver dois processos (anaeróbio e aeróbio).
- Necessidade de operação sofisticada;
- Tecnologia relativamente nova;
- Não ocorre remoção considerável de fósforo;
- Elevado índice de mecanização;
- Necessidade de remoção da umidade do lodo e da sua disposição final;
- Possíveis problemas ambientais com ruídos e aerossóis;
- Sistema com maior consumo de energia.

6.3.6.2. Concepção da alternativa



Essa alternativa contempla os benefícios citados na Alternativa D, mas torna-se ainda mais atraente pelo fato da possibilidade do reaproveitamento do biogás gerado nos reatores UASBs como fonte de combustível no sistema de secagem térmica que encontra-se em operação.

Da mesma forma que na Alternativa C, nesse caso poderão ser executados reatores aeróbios de menor porte, com menor consumo de energia e, especialmente, sem necessidade de adensadores e digestores de lodo, que encarecem bastante a implantação da ETE.

a) Tratamento Preliminar

Será utilizado o mesmo sistema de tratamento original, o qual é composto por duas grades mecanizadas grosseiras com barras espaçadas de 2,0 cm, uma calha Parshall e três caixas de areia mecanizadas.

b) Reator Anaeróbio de Fluxo Ascendente (UASB)

Foram previstas para o final do plano dois módulos de reatores UASBs, cada módulo com quatro reatores. Cada reator previsto possui as seguintes características:

- Comprimento: 35,00 m;
- Largura: 21,00 m;
- Altura útil: 4,90 m;
- Área total: 735 m²;
- Volume total: 3.600 m³;
- Número de descargas de esgoto no fundo do reator: 118;
- Área por descarga de esgoto: 5,0 m².

No Quadro 6.3.6.2-1 estão apresentados os parâmetros dos reatores anaeróbios relacionados às vazões afluentes a ETE em fim de plano.

QUADRO 6.3.6.2-1 PARÂMETROS DOS REATORES ANAERÓBIOS

PARÂMETRO	VAZÃO (L/s)		
	Mínima	Média	Máxima horária
Vazão (L/s)	303	800	1.121
Tempo de detenção (h)	21	8,0	6,0

O efluente do tratamento preliminar será enviado, por gravidade, para uma caixa divisora de vazão, que receberá, também, o lodo em excesso proveniente dos decantadores.



Esta caixa efetuará a divisão da vazão afluente em duas parcelas iguais, que serão encaminhadas, por gravidade, para os dois módulos de reatores UASBs previstos para o final do plano. Nesta caixa foi prevista, também, uma comporta que poderá efetuar o “bypass” dos reatores UASBs, com envio do esgoto diretamente para o tanque aerado.

O esgoto afluente a cada módulo de UASB, será dividido em parcelas iguais através de caixas divisoras de vazão e simetria hidráulica do sistema de tubulações, e distribuído junto ao fundo dos reatores por tubulações com 75 mm de diâmetro e grande declividade, para minimizar a possibilidade de entupimentos.

A seguir, os esgotos terão um percurso ascendente, do fundo até o topo do reator, onde serão coletados na superfície através de calhas vertedoras, para evitar o acúmulo de gordura ou escumas na superfície do reator.

Ao longo do percurso ascendente, o esgoto passará por manta de lodo que será acumulado na parte inferior do reator, e a seguir por câmaras de decantação. Na passagem através da manta de lodo e câmaras de decantação, a matéria orgânica presente nos esgotos sofrerá uma decomposição biológica com a remoção de cerca de 60% da DBO₅ do esgoto bruto.

Partículas sólidas que ultrapassarem a manta de lodo serão retidas nas câmaras de decantação retornando, por gravidade, para a manta de lodo.

Para evitar o aumento excessivo da manta de lodo, periodicamente deverá ser extraído um volume de lodo excedente, através da abertura de válvulas de descarga de lodo. Os lodos excedentes serão encaminhados para o desaguamento.

Para evitar a proliferação de maus odores, os reatores UASBs deverão ser cobertos com lajes de concreto armado, e todos os gases produzidos pelos reatores serão coletados para posteriormente serem encaminhados para queimadores ou para o sistema de secagem térmica.

Os gases produzidos pelos reatores serão coletados entre a laje de cobertura e o nível de água dos reatores. Estima-se que a produção média em fim de plano será da ordem de 140 Nm³/h. No Quadro 6.3.6.2-2 estão apresentados os valores estimados da produção de biogás.

QUADRO 6.3.6.2-2 ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE BIOGÁS

ANO	CARGA ORGÂNICA (kg DBO ₅ /dia)	PRODUÇÃO DE BIOGÁS (Nm ³ /h)		
		Mínima	Média	Máxima
2015	15.906	56	111	167
2025	17.626	62	123	185
2035	19.022	67	133	200



Caso haja reaproveitamento do biogás gerado na própria ETE como fonte de calor, o mesmo deve passar por um processo de purificação, de forma a remover água e gás sulfídrico, evitando corrosão dos equipamentos.

Por outro lado, o biogás deverá ser queimado em flares na eventual não utilização do mesmo, ou encaminhado para um sistema de controle de odores do tipo biofiltro. Será formado por um tanque escavado em terra, com 10 m de largura, 40 m de comprimento e 1,40 m de altura útil. O tanque terá um sistema de tubulações perfuradas para distribuição do ar no fundo, em uma camada de brita com 0,35 m de altura. Sobre a camada de brita está previsto: uma camada de carvão, do tipo utilizado em churrasqueiras, com 0,60 m de altura; uma camada de 0,20 m de altura composta por lodo de ETE misturado com restos de jardins; e uma camada final, superior, de 0,25 m de altura, composta por terra com 30% de adubo orgânico. Para manter o leito úmido foi previsto um sistema de aspersão de água de serviço, que operará de forma intermitente, controlado por uma válvula elétrica acionada por temporizadores programáveis.

Nos reatores UASBs serão produzidos lodo decorrente da retenção de sólidos e da ação de microrganismos presentes, bem como o lodo excedente do processo de lodos ativados de para promover a estabilização e adensamento do mesmo.

A quantidade diária de lodo gerada por cada módulo (4 reatores UASB) será da ordem de 65 m³/dia com cerca de 3% de sólidos, num total de 130m³/dia.

c) Sistema Biolac

O efluente proveniente dos reatores anaeróbios será conduzido por gravidade para o tanque aerado, onde ocorrerá a transferência de oxigênio através de cadeias de aeração de alimentação superficial equipadas com difusores de bolhas finas da Parkson, de formato tubular, que operam em movimentos cíclicos e pendulares, alimentados por sopradores do tipo Roots, instalados em uma casa de sopradores.

Os sólidos gerados serão separados no decantador secundário por um processo natural de sedimentação, com removedores do tipo Scraper.

Foi dimensionado um tanque aerado com capacidade de 800 L/s e com as seguintes características básicas:

- Volume 69.120 m³
- Profundidade útil 4,0 m
- Largura média útil 103,0 m
- Comprimento médio útil 168,0 m
- Tempo de detenção hidráulico 24 h



O sistema de aeração é composto por cadeias de aeração oscilantes de movimentação superficial, com difusores de bolhas finas suspensos no fundo da bacia (cerca de 0,30m na posição vertical). Não existem travamentos ou pontos de fixação no fundo dos tanques, permanecendo suspensos. O processo é facilmente acessível para sua manutenção e serviço. Não é necessário drenar o recinto ou paralisar totalmente o serviço da ETE durante a manutenção do sistema.

O sistema de cadeia é auto propulsado e tem um movimento sistemático e cíclico promovendo uma mistura de alta eficiência dentro do recinto. As cadeias se movimentam na superfície, arrastando em seu movimento os difusores ao fundo.

Foram previstas 32 cadeias de aeração composto de 25 conjuntos difusores em cada uma. No total, serão instalados 4.000 difusores de bolhas finas. O fornecimento deverá completo, incluindo todos os acessórios e equipamentos necessários para o funcionamento adequado do sistema.

Para o fornecimento do ar nos tanques de aeração foram previstos 5 sopradores do tipo "roots", sendo um de reserva, cada um com vazão de 134 Nm³/min e potência de motor da ordem de 250 CV. As linhas de ar comprimido que interligarão a casa de sopradores ao sistema de difusão de ar deverão ser de aço inox.

Essas considerações deverão ser totalmente revistas na ocasião da elaboração do projeto do sistema de aeração, em função das características dos seus equipamentos.

A saída dos efluentes líquidos dos tanques de aeração será feita através de vertedores ao longo da largura do tanque.

O lodo será recirculado para a entrada dos tanques e o excedente será enviado para os reatores anaeróbios, através de conjuntos motor-bombas independentes.

d) Decantação e elevatória de recirculação de lodo

O efluente dos tanques de aeração será encaminhado, por gravidade, para uma caixa de distribuição central, e a seguir, para dez decantadores retangulares com removedores de lodo mecanizado do tipo Scraper .

Cada decantador terá um largura de 10,00 m, comprimento de 40,00 m e profundidade útil periférica de 4,00 m.



Os sólidos presentes no esgoto serão decantados em direção ao fundo dos tanques. O lodo decantado será continuamente removido do fundo do decantador por um raspador de lodo mecânico, em direção a uma calha coletora. Desta calha o lodo fluirá, por gravidade, em direção a um poço. Deste poço o lodo será recirculado para os tanques de aeração pela Estação Elevatória de Recirculação. Para tanto, deverão ser instaladas, para operação normal, 3 conjuntos motor-bomba de velocidade variável, sendo uma reserva. Cada bomba deverá ter uma vazão máxima de 480 L/s, altura manométrica máxima de 5,0 m.c.a., e potência estimada de 53 CV.

O efluente líquido será encaminhado por gravidade para o corpo receptor.

Os dez decantadores, em fim de plano, operarão com vazão e taxa superficial média em torno de 800 L/s e 15 m³/m².dia, respectivamente.

Além da elevatória de recirculação, deverá ser executada uma elevatória para recalcar o lodo em excesso para a entrada dos reatores anaeróbios. Essa elevatória deverá contar com dois conjuntos motor-bomba, sendo um reserva, tipo helicoidal, cada uma com capacidade de até 124 m³/h. Após estabilização nos reatores anaeróbios, lodo em excesso será encaminhado para o sistema de desaguamento.

e) Sistema de desaguamento e secagem térmica do lodo:

O sistema de desaguamento e secagem térmica do lodo será o mesmo da Alternativa A.

6.3.7. Estudo das alternativas

6.3.7.1. Considerações Gerais

Em termos de área de ocupação, as cinco alternativas estudadas não se distinguem, pois todas se encontram dentro do perímetro já pertencente ao DAEE. Além disso, em todas as alternativas as áreas para ampliação e melhoria da ETE serão implantadas no espaço destinado ao terceiro módulo de lagoas, previsto no projeto original.

A mesma consideração é válida acerca do impacto ambiental, já que a distância da zona urbanizada é semelhante, as intervenções em mata, os lançamentos do efluente tratado, ruídos, emissão de odores, interferências com a fauna, flora, etc., quando diferentes, estão circunscritas ao interior da área operacional, e não atingem em condições diversas o meio ambiente em geral. Todavia, a possibilidade de contaminação dos aquíferos pela Alternativa A é maior, face às barreiras oferecidas pelos tanques de concreto das demais.

Também do ponto de vista dos ganhos ambientais, todas as alternativas apresentarão melhora da qualidade do efluente final em comparação com as condições atuais, inclusive a alternativa A, com a substituição do sistema de aeração e remoção do lodo em excesso. Entretanto, as Alternativas B, C, D e E promoverão melhoria expressiva na qualidade do corpo receptor, tendo em vista a elevada eficiência de remoção da matéria orgânica e nutriente.



Portanto, sob o aspecto ambiental, pode-se considerar que as Alternativa B C, D e E são, inegavelmente, vantajosas em relação a Alternativa A.

6.3.7.2. Aspectos Técnicos

Tecnicamente, considerando a inovação e adaptação tecnológica dos reatores UASBs no Brasil, a Alternativa C e E apresentaria ligeira vantagem sobre as demais.

As lagoas aeradas constituem uma tecnologia quase esgotada em seu potencial, o mesmo se podendo dizer, em outro patamar, do sistema de lodos ativados por aeração prolongada. Já os UASBs, com tecnologia relativamente inovadora, com construção mais rigorosa e tecnologia moderna, já se mostra competente e robusto, com considerável resistência as variações de carga e toxicidade, traduzindo-se em maiores possibilidades de incremento de capacidade e qualidade da ETE.

No campo dos riscos construtivos, se por um lado as lagoas constituem elementos de constante preocupação com a estabilidade dos diques e permeabilidade, os UASBs requerem cuidados especiais na instalação dos equipamentos, tubulações e acessórios – dada a recente modernização de suas instalações – além de atenção especial quanto à estanqueidade das estruturas, em particular das lajes de cobertura frente aos gases produzidos no processo.

Nesse particular, o sistema de lodos ativados por aeração prolongada apresenta menos riscos, podendo ser considerados maiores apenas aqueles relacionados com o fornecimento e a montagem de equipamentos, mais delicado neste caso.

No Quadro 6.3.7.2-1 está apresentado a comparação técnica construtiva entre as alternativas.

QUADRO 6.3.7.2-1 COMPARAÇÃO TÉCNICA CONSTRUTIVA ENTRE AS ALTERNATIVAS

Unidades de processo	Parâmetro	Unidade	Alternativa A	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa E
Reator UASB	Nº de reatores		–	–	8,0	–	8,0
	Dimensões de cada reator:						
	Altura útil	m	–	–	4,9	–	4,9
	Comprimento	m	–	–	35,0	–	35,0
	Largura	m	–	–	21,0	–	21,0
Controle de Odores	Dimensões:						
	Altura útil	m	–	–	1,6	–	–
	Largura	m	–	–	8,0	–	–
	Comprimento	m	–	–	40,0	–	–
	Nº de exaustor		–	–	1,0	–	–
Potência do exaustor	kW	–	–	3,7	–	–	
Sistema de queima de gases	Nº de queimadores		–	–	1+1	–	1+1
	Potência de cada queimador	kW	–	–	1,5	–	1,5
Tanque anóxico	Nº de reatores		–	4,0	4,0	–	–
	Dimensões de cada reator:						
	Altura útil	m	–	6,0	6,0	–	–
	Comprimento	m	–	10,0	23,0	–	–
	Largura	m	–	28,0	10,0	–	–
Potência de cada misturador	kW	–	17,0	13,9	–	–	



Lagoa/Tanque aerado	Nº de reatores		1,0	4,0	4,0	1,0	1,0
	Dimensões de cada reator:						
	Altura útil	m	4,0	6,0	6,0	4,0	4,0
	Comprimento	m	217,0	118,0	35,0	217,0	167,8
	Largura	m	103,0	28,0	10,0	103,0	103,0
	Nº de Bombas de rec. Interna	kW	–	6,0	6,0	–	–
Casa dos sopradores	Potência de Bomba rec. Interna	kW	–	13,0	10,0	–	–
Casa dos sopradores	Nº de sopradores		4+1	4+1	4+1	7+1	4+1
	Potência de cada soprador	kW	321	340	99	184	184
Estação Elevatória de recirculação de lodo	Nº de Bombas de recirculação		–	2+1	2+1	2+1	2+1
	Potência de cada Bomba	kW	–	45,6	49,9	38,8	38,8
Estação Elevatória de descarte de lodo	Nº de Bombas de descarte		–	2+1	2+1	2+1	2+1
	Potência de cada Bomba	kW	–	2,5	1,3	8,4	3,2
Lagoa de sedimentação/ Decantador secundário	Nº de decantadores		1,0	4,0	10,0	10,0	10,0
	Dimensões de cada decantador:						
	Altura	m	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
	Diâmetro	m	–	43,6	–	–	–
	Largura		113,9	–	10,0	10,0	10,0
	Comprimento	m	117,6	–	40,0	40,0	40,0
	Nº de removedor de lodo		–	4,0	10,0	10,0	10,0
Potência de cada removedor	kW	–	3,7	3,7	3,7	3,7	
Estação Elevatória de DFU	Nº de Bombas		–	1+1	1+1	1+1	1+1
	Potência de cada Bomba	kW	–	45	45	45	45
Casa de soda	Nº de Bombas dosadoras		–	1+1	1+1	1+1	1+1
	Potência de cada Bomba	kW	–	21,7	21,7	21,7	21,7

Fonte: DAAE, 2012

A alternativa A é sem sobra de dúvidas a mais simples, além do sistema de aeração não requer instalação de outros equipamentos. Em contrapartida, será a alternativa com maior área de ocupação.

Face as suas similaridades entre as alternativas B, C, D e E, observam-se menores potências de equipamentos instalados na alternativa C seguida pela alternativa E.

Do ponto de vista operacional, leva vantagem a alternativa A, dado que requerem menor rigor no processo biológico, face ao sistema de lodos ativados. Como comparativo entre as outras alternativas aventadas estão apresentados os principais parâmetros operacionais no Quadro 6.3.7.2-2.

QUADRO 6.3.7.2-2 PARÂMETROS OPERACIONAIS DAS ALTERNATIVAS B, C, D, E

Unidades de processo	Parâmetros operacionais	Unidade	Alternativa B	Alternativa C	Alternativa D	Alternativa E
Reator UASB	Tempo de detenção	Hora	–	8,0	–	8,0
	Produção de gás	m³/h	–	50 - 200	–	50 - 200
	Produção de lodo	m³/dia	–	5.443	–	5.443
Tanque anóxico	Tempo de detenção	Hora	2,3	1,9	–	–
Tanque aerado	Idade do lodo	dia	22,0	9,0	30,0	30,0
	Tempo de detenção	hora	27,5	2,9	36,0	24,0
	Produção de lodo	kg SST/dia	10.219	4.498	4.925	1.814
	Vazão de recirculação interna	m³/dia	194.105	131.247	–	–
	Demanda de ar	Nm³/min	594	208	933	533
	Vazão de recirculação de lodo	m³/dia	69.587	76.113	82.944	82.944
Decantador	Vazão de descarte de lodo	m³/dia	901	467	2.980	2.304
	Tempo de detenção	hora	4,1	4,3	2,6	2,6
	Taxa de aplicação superficial	m³/m².dia	16,0	30,0	15,0	15,0



As alternativas B e D apresentam vantagens do ponto de vista operacional, devido ao menor número de parâmetros a serem analisadas quando comparado com alternativas C e E, que devem avaliar tanto o processo aeróbio quanto o anaeróbio.

Destaca-se como vantagem da Alternativa D sobre Alternativa B, a facilidade na manutenção do sistema, uma vez que o sistema de aeração por cadeias oscilantes não necessita a paralisação e o esgotamento do tanque de aeração.

Em resumo, balanceando-se as vantagens e desvantagens sob o ponto de vista técnico, os sistemas podem ser considerados também equivalentes.

6.3.7.3. Aspectos político-administrativos

Como se trata da ampliação de uma estação já em funcionamento, ocupando a área já desapropriada pelo DAAE, nos cinco casos, os efeitos com aspectos de natureza administrativa e política serão de menor importância.

A aceitação popular tende a ser mais fácil para o sistema de lodos ativados por aeração prolongada, seja pelo visual da instalação, seja pela potencial emissão de odores (o que não é crítico no local).

Considerando as dimensões das áreas e impactos, como geração de ruídos, movimentação no entorno, etc., podem ser considerados politicamente administráveis de forma semelhante nos cinco casos.

Compra, manuseio e negociações de produtos químicos (no caso soda cáustica – hidróxido de sódio) são administrativamente mais trabalhosos no caso do sistema de lodos ativados (alternativas B, C, D e E).

Por outro lado, a Alternativa C e E promoverá uma vantagem política considerável, devido ao fato de se poder utilizar o biogás gerado nos reatores UASBs como combustível para o sistema de secagem térmica (em instalação), de forma a se aproximar da tendência mundial de se buscar eficiência energética em estações de tratamento de esgoto.

No Quadro 6.3.7.3-1 está apresentado o poder calorífico de algumas alternativas de combustível. É possível observar que o poder calorífico do GLP é cerca de duas vezes do biogás. Todavia, diante da disponibilidade local e “gratuita” do biogás gerado nos UASBs, o aproveitamento desse subproduto do processo da ETE se mostra imprescindível.

QUADRO 6.3.7.3-1 - PODER CALORÍFICO DE ALTERNATIVAS DE COMBUSTÍVEL

UNIDADE	COMBUSTÍVEL	PODER CALORÍFICO (kcal)
Kg	GLP	11.500
Kg	Óleo Diesel	10.200
m ³	Gás Natural	9.400
m ³	Biogás	5.000



Kg	Lodo Seco	3.000
Kg	Lenha	2.900
kW	Energia Elétrica	860

Assim, do ponto de vista político-administrativo, parece mais interessante o sistema da Alternativa C ou E, no balanço global desse aspecto.

6.3.7.4. Investimentos

Na Tabela 6.3.7.4-1 está apresentado o custo de implantação e de operação das alternativas aventadas.

TABELA 6.3.7.4-1 CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DAS TRÊS ALTERNATIVAS (EM MILHÕES DE R\$)

CUSTO	ALTERNATIVA A	ALTERNATIVA B	ALTERNATIVA C	ALTERNATIVA D	ALTERNATIVA E
Implantação	11,6	36,4	35,1	32,4	34,5
Operação (VLP)	19,6	28,0	19,7	29,1	20,9
Operação Horizonte de Planejamento	45,2	63,8	45,5	67,8	48,3
Total	31,2	64,4	54,8	61,5	55,4

6.3.8. Conclusões

A Alternativa A apresenta grande vantagem sobre as demais, no que se refere ao investimento inicial, seguida pela Alternativa C e posteriormente pela Alternativa B.

A Alternativa C e E apresenta vantagem no aspecto político-administrativo, insuficiente para alterar seu posicionamento relativo no que tange à avaliação econômico-financeira. No entanto, o ganho ambiental proporcionado pela composição de Reatores UASB seguidos de Lodos Ativado com Pré-Desnitrificação é incomensurável.

Nessas condições, a análise da equipe técnica e administrativa do DAAE conduziu a escolha da Alternativa C como solução para ampliação da capacidade da ETE Araraquara, com excelente qualidade do efluente final, com conseqüente atendimento das exigências dos órgãos ambientais e, acima de tudo, melhora da qualidade do corpo receptor.

Nos desenhos 334-50-002, 334-50-003, 334-50-004, 334-50-005 e 334-50-006, contidos no Anexo XII, estão apresentadas as plantas gerais das alternativas avaliadas.

6.4. Estudo técnico do sistema de esgotamento

6.4.1. Considerações gerais

No estudo técnico do sistema de esgotamento sanitário de Araraquara foram consideradas as informações disponíveis no cadastro fornecido pelo DAAE, consultas aos técnicos de campo e dados coletados em campo.



A análise do sistema existente envolveu a verificação dos coletores, interceptores e emissário final, de forma minuciosa, com lançamentos no programa computacional de todos os poços de visita que compõe o sistema de afastamento.

6.4.2. Análise do Sistema Existente

Na análise do sistema de esgotamento existente foram consideradas as 28 Sub-bacias de esgotamento na Bacia do Ribeirão das Cruzes e 20 na Bacia do Ouro, que apresentam as vazões ao longo do horizonte de planejamento de acordo com a Tabela 6.4.2-1.

TABELA 6.4.2-1: VAZÕES NAS SUB-BACIAS DE ESGOTAMENTO

SUB-BACIA		NÚMERO DE ECONOMIAS		ANO	
				Q MÍNIMA (L/s)	Q MÁXIMA (L/s)
NÚMERO	ÁREA TOTAL (HA)	2012	2030	2012	2030
1	13,1	56	59	0,23	0,71
2	970,9	2.940	4.259	12,02	50,28
3	108,3	111	141	0,45	1,68
4	74,8	218	298	0,89	3,53
5	472,5	4.174	4.653	17,06	55,89
6	457,4	4.206	5.335	17,19	63,50
7	94,9	1.495	1.803	6,11	21,54
8	109,3	130	167	0,53	1,98
9	578,5	2.044	2.375	8,35	28,44
10	130,0	543	621	2,22	7,45
11	34,5	0	0	0,00	0,00
12	43,7	40	51	0,17	0,61
13	89,2	946	1.159	3,87	13,83
14	130,3	1.718	1.942	7,02	23,30
15	109,4	1.495	1.629	6,11	19,60
16	107,5	1.177	1.265	4,81	15,24
17	32,4	398	445	1,63	5,34
18	52,6	141	171	0,58	2,04
19	42,3	827	986	3,38	11,78
20	33,2	0	0	0,00	0,00
21	351,4	754	957	3,08	11,39
22	389,8	4.991	6.046	20,40	72,19
23	108,5	260	411	1,06	4,83
24	129,5	1.676	1.804	6,85	21,73
25	116,0	1.259	1.461	5,15	17,50
26	455,8	6.446	7.210	26,35	86,58
27	646,6	3.578	4.115	14,63	49,32
28	375,6	2.651	3.178	10,84	37,98
29	90,5	630	673	2,58	8,11
30	88,6	623	686	2,55	8,25
31	362,8	4.758	5.121	19,45	61,68
32	429,8	6.175	6.737	25,24	81,05
33	338,4	5.221	6.087	21,34	72,87
34	158,6	1.609	2.029	6,58	24,16



SUB-BACIA		NÚMERO DE ECONOMIAS		ANO	
NÚMERO	ÁREA TOTAL (HA)	2012	2030	Q MÍNIMA (L/s)	Q MÁXIMA (L/s)
35	478,5	6.749	7.303	27,59	87,92
36	292,3	1.489	1.930	6,09	22,94
37	597,4	2.400	3.138	9,81	37,27
38	24,4	520	576	2,13	6,92
39	201,9	1.228	1.494	5,02	17,83
40	308,2	1.936	2.251	7,91	26,96
41	510,4	500	635	2,04	7,56
42	58,9	462	509	1,89	6,12
43	343,0	3.161	4.133	12,92	49,10
Total	10.198,5	78.574	91.713	321,2	1.097,9

A verificação dos coletores, interceptores e emissário final revelou que o sistema existente, em termos de vazão, tem condições de atender a demanda até o fim do período de planejamento do PMSB.

Ressalta-se que no Relatório Final de Abastecimento de Água (SEREC 2012) estão apresentadas as planilhas com os resultados da verificação efetuada.

6.4.3. Previsão de novos coletores

A previsão de novos coletores envolveu a necessidade de execução de trechos até o sistema existente, alcançando os interceptores instalados ao longo dos fundos de vale, já em operação. No Quadro 6.4.3-1 estão apresentados os custos para cada trecho.



QUADRO 6.4.3-1 - NOVOS COLETORES PREVISTOS

NÚMERO DO COLETOR	DIÂMETRO (mm)	EXTENSÃO (m)	CUSTO (R\$)
1	200	1.232	398.535
2	200	1.171	378.889
3	250	952	583.101
4	200	1.557	503.964
5	200	968	313.284
6	200	1.800	582.398

Nos desenhos 334-50-301 a 334-50-306 (Anexo XIII) estão apresentados os perfis desses novos trechos.

6.4.4. Previsão de novas redes e ligações

A previsão de novas redes de esgoto foi efetuada considerando a atual taxa de extensão, proporcional ao número de economias existentes, o que resultou num valor de 0,013km/eco. Nessa condição, foi obtida a extensão necessária em cada sub-bacia, conforme observado no Quadro Q-4/3. Por sua vez, na Tabela 6.4.4-1 está apresentada a previsão de novas ligações de esgoto.

TABELA 6.4.4-1 - PREVISÃO DE EXECUÇÃO DE NOVAS REDES DE ESGOTO

SUB-BACIAS		ECONOMIAS (EC)		EXTENSÃO DE REDE (m)		REDE A EXECUTAR (Km)	CUSTO 1.000X R\$
NÚMERO	ÁREA TOTAL (HA)	2012	2030	2012	2030		
1	13,1	60	62	0,8	0,8	0,0	10
2	970,9	3.272	4.438	43,4	58,9	15,5	5.011
3	108,3	148	149	2,0	2,0	0,0	6
4	74,8	244	311	3,2	4,1	0,9	290
5	472,5	4.335	4.890	57,6	64,9	7,4	2.386
6	457,4	4.362	5.573	57,9	74,0	16,1	5.204
7	94,9	1.527	1.887	20,3	25,1	4,8	1.545
8	109,3	167	176	2,2	2,3	0,1	38
9	578,5	2.241	2.498	29,8	33,2	3,4	1.101
10	130,0	587	653	7,8	8,7	0,9	285
11	34,5	12	1	0,2	0,0	0,0	0
12	43,7	55	54	0,7	0,7	0,0	0
13	89,2	977	1.212	13,0	16,1	3,1	1.012
14	130,3	1.762	2.038	23,4	27,1	3,7	1.186
15	109,4	1.532	1.713	20,3	22,7	2,4	777
16	107,5	1.214	1.331	16,1	17,7	1,6	505
17	32,4	409	467	5,4	6,2	0,8	251
18	52,6	159	180	2,1	2,4	0,3	89
19	42,3	841	1.032	11,2	13,7	2,5	820
20	33,2	11	1	0,2	0,0	0,0	0



SUB-BACIAS		ECONOMIAS (EC)		EXTENSÃO DE REDE (m)		REDE A EXECUTAR (Km)	CUSTO 1.000X R\$
NÚMERO	ÁREA TOTAL (HA)	2012	2030	2012	2030		
21	351,4	874	1.005	11,6	13,3	1,7	563
22	389,8	5.124	6.326	68,0	84,0	16,0	5.167
23	108,5	297	428	3,9	5,7	1,7	561
24	129,5	1.720	1.898	22,8	25,2	2,4	766
25	116,0	1.299	1.532	17,2	20,3	3,1	1.004
26	455,8	6.602	7.570	87,7	100,5	12,9	4.162
27	646,6	3.799	4.323	50,4	57,4	7,0	2.252
28	375,6	2.779	3.330	36,9	44,2	7,3	2.366
29	90,5	661	709	8,8	9,4	0,6	207
30	88,6	654	722	8,7	9,6	0,9	295
31	362,8	4.882	5.388	64,8	71,5	6,7	2.173
32	429,8	6.322	7.082	83,9	94,0	10,1	3.268
33	338,4	5.337	6.378	70,9	84,7	13,8	4.476
34	158,6	1.663	2.120	22,1	28,1	6,1	1.962
35	478,5	6.912	7.680	91,8	102,0	10,2	3.302
36	292,3	1.589	2.017	21,1	26,8	5,7	1.842
37	597,4	2.604	3.280	34,6	43,6	9,0	2.904
38	24,4	528	605	7,0	8,0	1,0	328
39	201,9	1.296	1.565	17,2	20,8	3,6	1.154
40	308,2	2.041	2.362	27,1	31,4	4,3	1.380
41	510,4	674	672	8,9	8,9	0,0	0
42	58,9	482	535	6,4	7,1	0,7	229
Total	10.198,5	82.056	96.193	1.090	1.277	188	60.877

TABELA 6.4.4-2 - PREVISÃO DE NOVAS LIGAÇÕES DE ESGOTO

ANO META	2015	2020	2025	2030	TOTAL
Número de Economias	86.007	90.481	93.596	96.193	
Número de Ligações de Esgoto a Executar	3.952	4.474	3.114	2.598	14.138
Custo (Milhões R\$)	3,8	4,3	3.008	2.509	13.654

6.4.5. Programas, Projetos e Ações

Além da previsão de novas redes de esgoto , bem como a indicação da melhor alternativa de ampliação da ETE, sugere-se também outras ações, a saber:

- Substituição e manutenção de rede coletora
- Programa uso adequado das redes.
- Ampliação da rede coletora, garantir a universalização.
- Modernização e ampliação do sistema de tratamento.



- Regularização de autorizações, licenças e outorgas dos órgãos ambientais competentes.
- Programa de dimensionamento e qualificação das equipes de gestão e operacional (SAA/SES).
- Modernização e atualização TI.
- Renovação e atualização máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos (SAA/SES).
- Modernização e adequação sistema de atendimento ao cidadão.

Faz parte das metas a avaliação sistemática qualidade dos serviços, contemplando as seguintes ações:

- Adoção de Indicadores de atendimento e cobertura.
- Atendimento e satisfação do usuário.
- Adoção de metas.
- Implantação sistema de regulação.
- Princípios: Universalização, regularidade, continuidade,
- Eficiência, segurança, atualidade, generalidade,
- Cortesia, modicidade das tarifas.



7. SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

7.1. Caracterização do Sistema de Drenagem

7.1.1. Chuvas de projeto

Em projetos de drenagem em geral, o parâmetro mais importante a considerar é a vazão de projeto, ou seja, o pico dos deflúvios associado a uma precipitação crítica e a um determinado risco assumido.

A determinação da chuva de projeto está baseada na fixação do período de retorno, T, e da duração da chuva crítica, dc, para a área de drenagem em estudo.

Dispondo-se da relação intensidade-duração-frequência da localidade, a intensidade da chuva de projeto, considerada uniforme ao longo de sua duração, é imediatamente determinada. (Riguetto, 1998)

Um aspecto a ser ressaltado, quando se utilizam os valores das curvas IDF, é que essas curvas são construídas a partir de registros históricos de alturas de precipitação versus duração. Esses valores são tabulados e processados estatisticamente, resultando nas curvas IDF.

A cidade de Araraquara possui relação IDF reconhecida e divulgada pelo DAEE – Departamento de Águas e Energia Elétrica, que foi desenvolvida através dos dados do posto pluviométrico CHIBARRO - C5-017R, os períodos de dados utilizados foram: 1970, 1973-1991, 1993-1995, 1997.

Equação para $10 \leq t \leq 105$

$$i_{t,T} = 32,4618 (t+15)^{-0,8684} + 2,1429 (t+15)^{-0,5482} \cdot [-0,4772 - 0,9010 \ln \ln (T/T-1)]$$

Equação para $105 < t \leq 1440$

$$i_{t,T} = 32,4618 (t+15)^{-0,8684} + 18,4683 (t+15)^{-0,9984} \cdot [-0,4772 - 0,9010 \ln \ln (T/T-1)]$$

Onde i: intensidade de chuva correspondente a a duração t e o período de retorno T, em mm/min;

t: duração da chuva em minutos;

T: período de Retorno em anos.

O Quadro e as figuras abaixo são previsões de máximas intensidades de chuvas em mm/h. Tanto a tabela como os gráficos foram retirados das Equações de Chuvas Intensas do Estado de São Paulo, publicadas em junho de 1999 pelo convênio DAEE/ POLI-USP.

QUADRO 7.1.1-1 CURVA IDF ARARAQUARA EM FUNÇÃO DO PERÍODO DE RETORNO

Duração t (minutos)	Período de retorno T (anos)								
	2	5	10	15	20	25	50	100	200
10	115,8	138,2	153,1	161,5	167,4	171,9	185,9	199,8	213,6
20	86,2	104,9	117,2	124,2	129,1	132,9	144,5	156,0	167,5



Duração t (minutos)	Período de retorno T (anos)								
	2	5	10	15	20	25	50	100	200
30	69,1	85,4	96,2	102,2	106,5	109,8	119,9	129,9	139,9
60	44,1	56,4	64,5	69,1	72,3	74,8	82,5	90,1	97,6
120	26,3	34,7	40,3	43,5	45,7	47,4	52,6	57,9	63,0
180	19,1	25,0	28,9	31,1	32,6	33,8	37,4	41,0	44,6
360	10,9	13,9	16,0	17,1	17,9	18,5	20,4	22,3	24,1
720	6,1	7,6	8,7	9,3	9,7	10,0	10,9	11,9	12,9
1080	4,3	5,4	6,1	6,4	6,7	6,9	7,6	8,2	8,9
1440	3,4	4,2	4,7	5,0	5,2	5,3	5,8	6,3	6,8

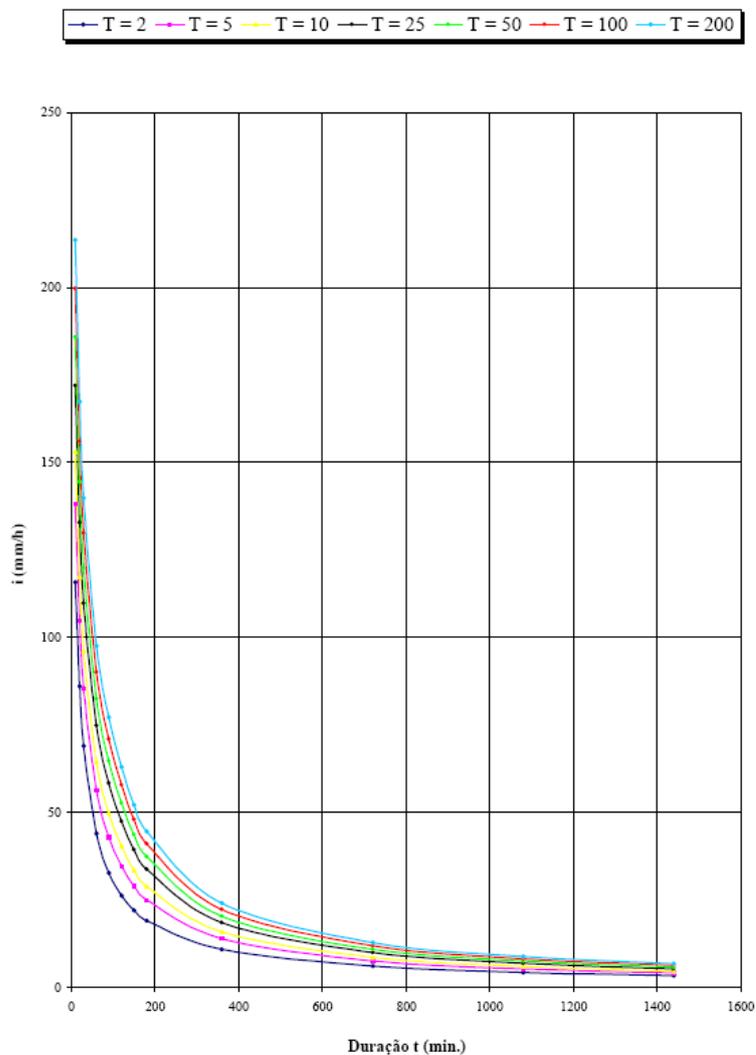


FIGURA 7.1.1-1 CURVA IDF ARARAQUARA EM FUNÇÃO DO PERÍODO DE RETORNO.

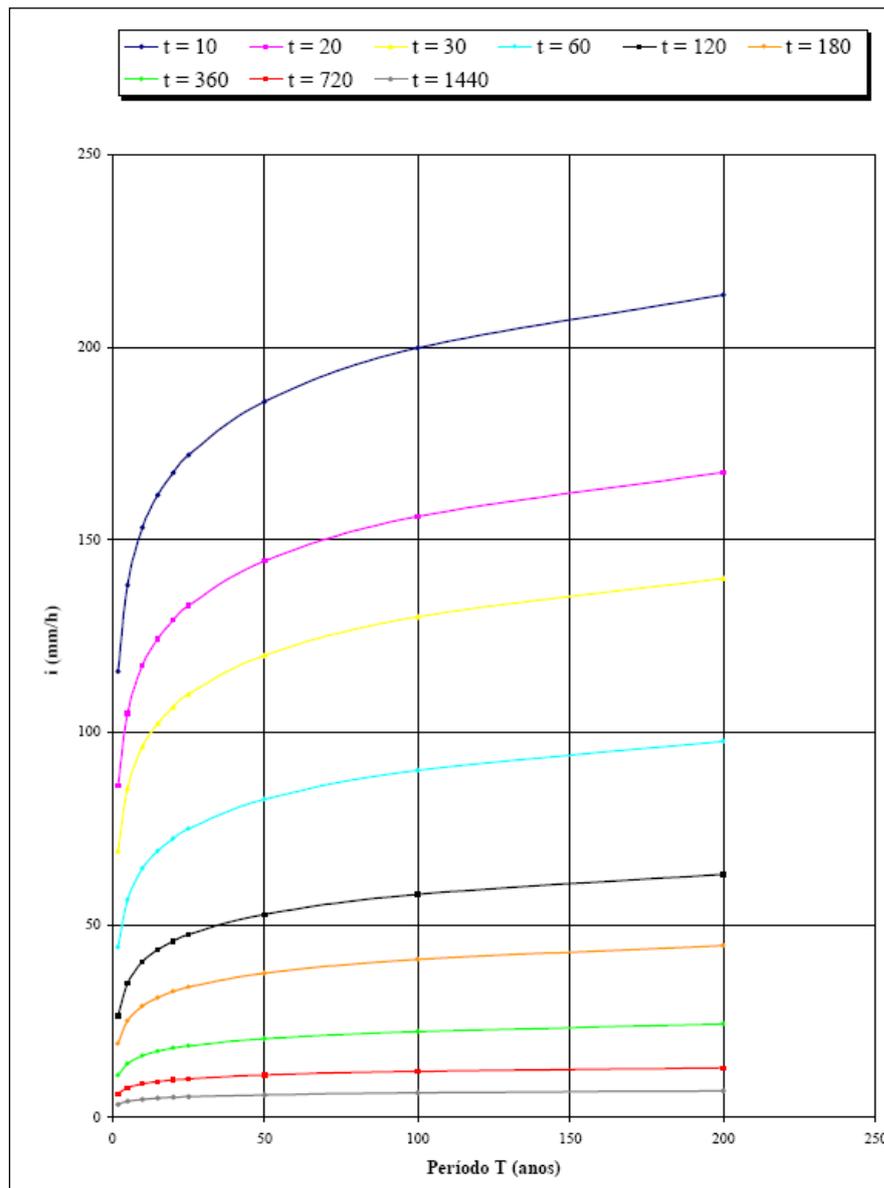


FIGURA 7.1.1-2 CURVA IDF ARARAQUARA EM FUNÇÃO DA DURAÇÃO T (MINUTOS).

7.2. Cadastro do sistema de drenagem existente

A SEREC (2012) realizou o cadastro técnico das principais interferências da rede de drenagem do município de Araraquara.

Neste cadastro, foram obtidas as informações necessárias para a representação, de forma esquemática, das seções de interesse para o estudo apropriado das redes.

O cadastro das seções estão apresentados nos desenhos 334-55-DRE-102 à 334-55-DRE-135, inseridos no Anexo XIV. Para cada local, estão apresentados os seguintes itens: o detalhe da seção, mapa simplificado de localização e as imagem registradas no local na data da visita.



Cabe salientar que as interferências foram renomeadas de acordo com a nomenclatura do software de simulação Drenágua, com o qual foram realizados os estudos de vazões máximas e capacidades hidráulicas.

7.2.1. Estudo das características e uso do solo

A SEREC (2012) realizou o estudo de uso do solo com enfoque nas condições de escoamento superficial que a pedologia e uso e/ou ocupação do solo impõem a um determinado local.

A classificação de uso/ocupação do solo foi realizado com base no método do NRCS (Antigo Soil Conservation Service). Tal método apresenta diferentes valores de CN (Curve Number) conforme o grupo hidrológico do solo (A, B, C, D).

Para que se chegasse à classificação do solo por grupos hidrológicos, os solos da bacia hidrográfica em estudo foram analisados e classificados com base Mapa Pedológico do Estado de São Paulo, em escala 1:500.000 desenvolvido pelo Instituto Agrônomo –IAC em 1999.

Portanto, primeiramente, foi realizada a classificação por grupo hidrológico dos solos encontrados dentro das sub-bacias da área urbana de Araraquara.

QUADRO 7.2.1-1 PEDOLOGIA DA ÁREA EM ESTUDO

PEDOLOGIA	DESCRIÇÃO
LV15	Latossolos Vermelho Distroféricos, A moderado e proeminente textura argilosa, relevo suave ondulado e plano
LV18	Latossolos Vermelhos Distroféricos , textura argilosa e Distróficos, textura médias, ambos A moderado, relevo suave ondulado e plano
LV19	Latossolos Vermelhos Distroféricos , textura argilosa e Distróficos, textura médias, ambos A moderado, relevo suave ondulado e ondulado
LV29	Latossolos Vermelhos Distroféricos e Eutroféricos, textura argila Latossolos Vermelhos Distróficos , todos A moderado, relevo suave e ondulado Nitossolos Vermelhos Eutroféricos, relevo odulado Neossolos Litólicos Eutróficos A moderado e chernozêmico, relevo forte ondulado
LV34	Latossolos Vermelhos Acriféricos Latossolos Vermelhos distroféricos A moderado, textura argilosa, relevo suave ondulado e plano
LV45	Latossolos Vermelhos Distróficos A moderado, textura média, relevo plano e suave ondulado
LV51	Latossolos Vermelhos Distróficos Latossolos Vermelhos Distroféricos, textura argilosa, ambos A moderado e proeminente, relevo suave ondulado e plano
LV55	Latossolos Vermelhos Distróficos, textura média e argilosa, relevo suave ondulado Latossolos Vermelhos Eutroféricos e Distroféricos, textura argilosa, relevo ondulado e ondulado, ambos A moderado
LV56	Latossolos Vermelhos Distróficos Latossolos Vermelhos-Amarelos Distróficos, ambos A moderad, textura média, relevo plano e suave ondulado



PEDOLOGIA	DESCRIÇÃO
LV71	Latossolos Vermelhos Distróficos, textura média Latossolos Vermelhos Distroféricos, textura argilosa ambos A moderado, relevo suave ondulado Gleissolos Háplicos e Melânicos, ambos relevo de várzea
LVA3	Latossolos Vermelhos - Amarelos Distróficos A moderado, textura média e argilosa, relevo suave ondulado
LVA51	Latossolos Vermelhos - Amarelos Distróficos Latossolos Vermelhos Distróficos ambos textura média Neossolos Quartzarênico Órticos Distróficos todos A moderado, relevo suave ondulado
RL17	Neossolos Litólicos Eutróficos e Distróficos, textura indiscriminada Argissolos Vermelhos - Amarelos Distróficos abruptos, textura média/argilosa ambos A moderado, relevo ondulado
RQ2	Neossolos Quartzarênico órticos Latossolos Vermelhos - Amarelos, textura média, ambos Distróficos, A moderado, relevo suave ondulado
RQ5	Neossolos Quartzarênico órticos Latossolos Vermelhos - Amarelos, textura média, ambos Distróficos, A moderado, relevo suave ondulado e plano Gleissolos Háplicos e Melânicos, ambos relevo de várzea
SX2	Planossolos Háplicos Distróficos A moderado e proeminente, textura arenosa/média e arenosa/argilosa Organossolos Háplicos Distróficos, textura argilosa, todos relevo de várzea

Fonte: Legenda Expandida do Mapa Pedológico de Estado de São Paulo

Como se pode observar no Quadro 7.2.1-1, alguns solos são composições de outros tipos de solo. Para esses solos classificou-se cada um de seus formadores separadamente, gerando um solo composto por mais de um grupo hidrológico.

A porcentagem de cada grupo dentro do mesmo solo está apresentada no Quadro 7.2.1-2.



QUADRO 7.2.1-2– GRUPOS HIDROLÓGICOS

Pedologia	Grupo A	Grupo B	Grupo C	Grupo D
LV15	100%	-	-	-
LV18	100%	-	-	-
LV19	100%	-	-	-
LV29	75%	12,5%		12,5%
LV34	100%	-	-	-
LV45	100%	-	-	-
LV51	100%	-	-	-
LV55	100%	-	-	-
LV56	65%	35%	-	-
LV71	75%	-	-	25%
LVA3		100%	-	-
LVA51	25%	75%	-	-
RL17	-	-	35%	65%
RQ2	-	100%	-	-
RQ5	-	75%	-	25%
SX2	-	-	-	100%

Encerrada a classificação dos grupos hidrológicos, foi iniciada a compilação de dados para a montagem em ambiente SIG do Mapa de Uso/Ocupação atual e futuro, portanto, a geração dos cenários de ocupação do município. A metodologia utilizada para o estudo está descrita no tópico Determinação dos Cenários Atual e Futuro, apresentada no capítulo 8 deste Volume.

7.2.2. Definição das bacias e sub-bacias hidrográficas

Com base no Mapa Cadastral Urbano fornecido pela Prefeitura Municipal e demais informações obtidas durante as visitas técnicas em campo foi possível identificar 148 sub-bacias, divididas em duas vertentes principais: a do Ribeirão das Cruzes e a do Ribeirão do Ouro.

O desenho **334-55-DRE-008**, presente no Anexo XV, apresenta um mapa com a indicação das sub-bacias traçadas com sua respectiva numeração para auxiliar a identificação no Diagrama Unifilar que representa, esquematicamente, a rede hidrográfica local com as indicações das interferências e vazões máximas nas últimas seções dos principais cursos d'água. No Diagrama Unifilar, o qual está apresentado no desenho 334-55-DRE-009 (Anexo XVI), consta a determinação das vazões máximas que serão apresentadas no item 7.3.3.

Para cada sub-bacia foram determinados dados fisiográficos, a saber: área, comprimento do talvegue e declividade do talvegue, como mostrado no Quadro 7.2.2-1.



QUADRO 7.2.2-1 DADOS DAS SUB-BACIAS DE SIMULAÇÃO

NºBacia	L _{talvegue} (km)	I _o _{talvegue} (m/m)	A _{bacia} (km ²)
1	4,75	0,025	8,11
2	1,25	0,045	0,84
3	0,91	0,048	0,36
4	1,26	0,056	0,69
5	1,08	0,043	0,33
6	3,65	0,022	6,59
7	1,17	0,057	0,45
8	1,31	0,045	0,39
9	1,69	0,039	0,45
10	3,85	0,025	4,61
11	1,83	0,044	0,80
12	1,94	0,033	0,94
13	1,76	0,040	0,51
14	1,79	0,039	0,50
15	1,29	0,023	3,71
16	0,88	0,047	0,10
17	0,10	0,079	0,02
18	2,69	0,025	1,45
19	1,48	0,029	0,65
20	0,15	0,057	0,02
21	0,35	0,090	0,08
22	2,10	0,041	2,54
23	1,79	0,050	1,36
24	1,01	0,051	1,00
25	2,22	0,030	4,88
26	1,78	0,036	0,82
27	1,16	0,039	0,08
28	0,86	0,054	0,53
29	2,06	0,022	2,22
30	1,00	0,053	0,40
31	2,07	0,043	2,16
32	2,20	0,043	0,84
33	1,56	0,047	1,25
34	1,16	0,050	0,28
35	2,06	0,041	1,77
36	1,22	0,047	0,84
37	4,23	0,025	3,30
38	1,44	0,017	0,67
39	1,08	0,020	0,55
40	0,68	0,028	0,12



NºBacia	L _{talvegue} (km)	Io _{talvegue} (m/m)	A _{bacia} (km ²)
41	1,50	0,028	1,25
42	3,06	0,026	3,92
43	0,45	0,075	0,15
44	1,33	0,053	0,52
45	2,37	0,016	2,98
46	1,67	0,043	0,97
47	2,23	0,028	0,87
48	2,71	0,028	1,81
49	2,83	0,026	6,16
50	4,35	0,021	2,59
51	0,89	0,043	0,35
52	1,03	0,037	1,01
53	1,22	0,040	0,24
54	0,62	0,047	0,05
55	1,56	0,033	1,45
56	0,91	0,041	0,14
57	2,05	0,024	1,51
58	2,79	0,029	3,40
59	0,25	0,022	0,07
60	1,53	0,053	1,06
61	1,82	0,026	1,14
62	0,19	0,006	0,03
63	2,04	0,016	0,70
64	0,78	0,047	0,82
65	0,47	0,023	0,07
66	1,18	0,045	1,63
67	0,12	0,072	0,02
68	0,90	0,046	0,74
69	0,36	0,018	0,05
70	0,07	0,071	0,01
71	0,84	0,052	0,15
72	0,16	0,021	0,02
73	0,20	0,019	0,01
74	0,88	0,047	0,08
75	0,85	0,044	0,12
76	0,83	0,050	0,12
77	1,70	0,032	0,27
78	1,69	0,031	0,49
79	1,47	0,029	0,43
80	1,26	0,037	0,54
81	1,44	0,038	1,49



NºBacia	L_{talvegue} (km)	I_o_{talvegue} (m/m)	A_{bacia} (km²)
82	1,35	0,037	0,24
83	3,13	0,026	2,79
84	0,36	0,064	0,03
85	1,57	0,024	0,68
86	2,20	0,010	2,33
87	2,50	0,032	1,33
88	1,57	0,031	1,35
89	1,59	0,029	0,92
90	1,00	0,037	0,39
91	1,63	0,043	1,09
92	1,94	0,032	1,54
93	1,20	0,040	0,39
94	1,58	0,032	0,74
95	1,72	0,043	0,71
96	1,99	0,003	2,41
97	0,25	0,011	0,05
98	2,74	0,024	2,78
99	0,99	0,010	2,05
100	1,65	0,033	1,81
101	0,43	0,008	0,08
102	1,65	0,029	0,31
103	1,21	0,038	0,14
104	2,32	0,025	3,64
105	1,67	0,012	0,83
106	1,11	0,002	0,82
107	1,90	0,032	1,49
108	1,37	0,008	1,48
109	1,02	0,005	0,26
110	1,70	0,010	2,07
111	2,21	0,009	2,23
112	1,52	0,036	0,89
113	0,25	0,006	0,05
114	0,41	0,009	0,07
115	0,72	0,048	0,30
116	1,44	0,032	0,92
117	1,15	0,039	0,38
118	1,59	0,027	2,11
119	0,95	0,009	1,12
120	0,98	0,037	0,85
121	2,44	0,021	2,41
122	2,30	0,014	2,03



NºBacia	L_{talvegue} (km)	I_o_{talvegue} (m/m)	A_{bacia} (km²)
123	1,94	0,011	2,01
124	5,95	0,014	11,41
125	2,12	0,021	2,89
126	4,35	0,014	7,78
127	1,23	0,036	0,17
128	2,74	0,028	0,92
129	1,99	0,043	1,33
130	0,17	0,076	0,01
131	2,08	0,043	1,76
132	0,75	0,058	0,56
133	1,71	0,041	0,93
134	0,67	0,052	0,26
135	0,08	0,085	0,01
136	0,89	0,047	0,78
137	1,75	0,052	1,25
138	1,02	0,042	0,26
139	0,09	0,058	0,00
140	0,04	0,056	0,00
141	1,11	0,013	0,47
142	1,26	0,034	0,89
143	1,35	0,005	2,41
144	0,96	0,018	1,53
145	2,42	0,016	4,97
146	1,38	0,049	1,74
147	0,21	0,068	0,05

7.3. Cenários Atual e Futuro

Para efeito deste estudo de macrodrenagem seguem as definições dos cenários atual e futuro:

Cenário Futuro – É o cenário do uso e ocupação do solo para o município de Araraquara para “situação consolidada final e saturada” do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana Ambiental de Araraquara – PDPUA, ou seja, considera-se que o Plano foi plenamente cumprido independente da época em que isso ocorrer.



Cenário Atual – Elaborado a partir de algumas informações do cenário futuro, este cenário na realidade representa o cenário “futuro próximo” que considerou basicamente o uso e ocupação do solo, prevista no PDPUA, apenas das porções urbanizadas em 2006 do município de Araraquara em detrimento da ocupação de novas áreas. Ou seja, as porções urbanizadas serão consideradas na situação final saturada do PDPUA, já nas porções ainda não urbanizadas permanece o uso rural agrícola, salvo grandes fragmentos vegetais identificados na época.

7.3.1. Cenário Futuro – Situação consolidada final e saturada

O cenário futuro pode ser resumido como a meta de ocupação e uso do solo do município prevista no Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana Ambiental de Araraquara – PDPUA.

Para considerar todas as propostas qualitativas e quantitativas de ocupação do Plano, a SEREC transformou as informações de alguns mapas do Plano em informações gráficas.

Os dados utilizados para a elaboração do Mapa de Uso e Ocupação Futura da área em estudo foram os constantes nos mapas do Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana Ambiental de Araraquara – PDPUA, “Estratégia Macrozoneamento” e “Estratégia do Modelo Espacial e Uso do Solo”.

As zonas urbanas, rurais e rurbanas foram importadas para o software de Sistema de Informação Geográfica, assim como as macrozonas. Dentro deste, juntaram-se todas as macrozonas e as zonas de forma ordenada, para que nenhuma fosse suprimida, formando um grande polígono com diversas classificações, cobrindo toda a área do município de Araraquara.

A junção dessas informações pode ser vista com maior detalhe no Mapa de Uso do Solo Futuro.

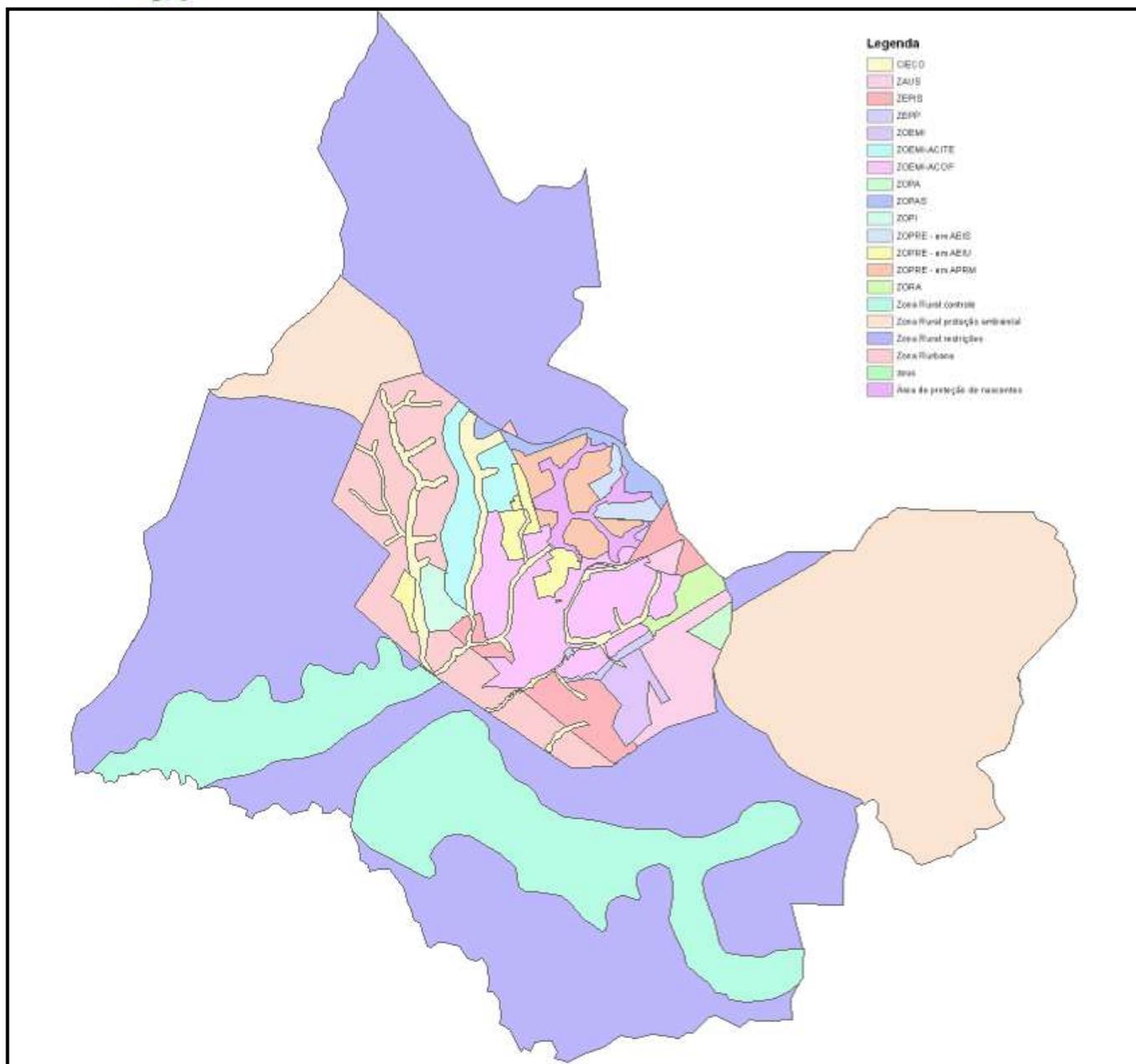


Figura 7.3.1-1 – ARR-PMSB - Mapa de zonas e macrozonas

As zonas e macrozonas estão descritas no quadro a seguir.

QUADRO 7.3.1-1 ZONAS E MACROZONAS

Zonas		Descrição
ZAMB	ZOPA	Zonas Ambientais: Zona de Proteção Ambiental
	ZAUS	Zonas Ambientais: Zona Ambiental de Uso Sustentável



Zonas		Descrição	
	ZORA	Zona de Conservação e Recuperação Ambiental	
ZEUS	ZOPRE	ZOPRE-AEIU	Zonas Predominantemente residenciais - em AEIU
		ZOPRE-AEIS	Zonas Predominantemente residenciais - em AEIS
		ZOPRE-APRM	Zonas Predominantemente residenciais - em APRM
	ZOEMI	ZOEMI	Zonas Especiais Miscigenadas
		ZOEMI-ACOP	Área da Cidade Compacta e Ocupação Prioritária
		ZOEMI-ACITE	Áreas Especiais de Interesse Urbanístico: Área da Cidade de Transição e Expansão
	ZEPP	ZEPP	Zonas Especiais Predominantemente Produtivas
		ZEPP-ZOPI	Zona de Produção Industrial
		ZEPP-ZEPIS	Zonas Especiais de Produção Industrial Sustentável
		ZEPP-ZOPAG	Zona de Produção Agrícola Sustentável
ZORUR		Zona Rurbana	
CIECO		Zonas Ambientais: Corredores de Integração Ecológica (100 m)	
Área de proteção de nascentes		Zona de proteção de nascentes	
Zona Urbana	zeus	Zona Urbana	
Zona Rural	Zona Rural: restrições ao espaço aéreo	Zona Rural : Zona rural com restrições de uso segundo Lei Municipal 5.619/01	
	Zona Rural: controle	Zona Rural com proteção Ambiental Controlada e Produção Predominante Agrícola	
	Zona Rural: proteção ambiental	Zona Rural com Proteção e Conservação Ambiental e Produção Predominantemente Agroecológica	

Fonte: Plano Diretor, 2005

Após a junção do zoneamento com o macrozoneamento iniciou-se a classificação do uso/ocupação do solo conforme o método do NRCS, descrito no item 7.2.1.

Para a determinação dos CN's de cada zona, variando conforme o tipo de solo (grupo hidrológico), utilizou-se como base o quadro de "Parâmetros Urbanísticos Básicos e Máximos", artigo 230 da Lei 350 de 27 de dezembro de 2005 que Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara e dá outras providências.



QUADRO 7.3.1-2 ZONAS E MACROZONAS

Zona	IUSO*		IO	IA		IPFI*	IPFU*	IP	ICV	DERI**	ID	
	APri	Apu		IAB	IAM						Db	Dbd***
1. ZAMB												
1.1 ZOPA			0,10	0,10	0,10			80%	60%			
1.2 ZAUS			0,20	0,20	0,20			70%	50%			
1.3 ZORA			0,20	0,20	0,20			70%	50%			
2. ZEUS												
2.1 ZOMP/RE/AEIU ZOP/RE/AEIS ZOP/RE/APRM	80-130	30-50	0,30-0,50	1,00	1,00	30-50	70-130	30%	15%	1,8-2,2	50-80	
	40-60	15-20	0,50	1,00	1,00	20-30	30-50	30%	15%	1,0-1,5	80-150	
	100-130	50-80	0,30-0,50	1,00	1,00	50-80	50-100	30%	20%	3,0-5,0	30-50	
2.2 ZOMP/RE/AEIU ZOP/RE/AEIS ZOP/RE/APRM	10-30	5-10	0,50	1,5	3,0	5,20	10-30	20%	10%	0,2-0,5	150-700	
	10-30	5-10	0,50	1,5	3,0	5,20	10-30	20%	10%	0,2-0,5	150-700	
	10-30	5-10	0,50	1,5	3,0	5,20	10-30	20%	10%	0,2-0,5	150-700	
	40-60	15-20	0,30-0,50	1,00	1,0	15-30	40-60	40%	25%	1,4-1,8	80-100	
2.3 ZOMP/RE/AEIU ZOP/RE/AEIS ZOP/RE/APRM	15-20	10-15	0,50	1,00	2,0	10-20	15-25	20%	15%	0,2-0,5		300-600
	15-20	10-15	0,50	1,00	2,0	10-20	15-25	20%	15%	0,2-0,5		
	15-20	10-15	0,50	1,00	2,0	10-20	15-25	20%	15%	0,2-0,5		
	15-20	10-15	0,50	1,00	2,0	10-20	15-25	20%	15%	0,2-0,5		
2. ZORUR	250-500	30-60	0,20	0,20	0,20	50-80	250-500	50%	30%	5-10	10-50	

Fonte: Lei 350 de 27/12/2005

Dos parâmetros mostrados na tabela, os que foram considerados na classificação, são:

Índice de ocupação (IO): é a relação entre área de projeção edificação e área do terreno;

Índice de Permeabilidade (IP): é a proporção de áreas verdes privadas em relação à área de terreno, associadas ao regime de regulação e retenção temporal do sistema de drenagem de águas pluviais;

Índice de cobertura vegetal (ICV): é a proporção de área de cobertura vegetal em relação à área de terreno, associada ao sistema de áreas verdes do município e conforto térmico e ambiental;



Portanto em todos lote/loteamento do município sempre haverá parcela de terreno não ocupada, taxa de cobertura vegetal (ICV), e uma parcela ocupada (1-ICV) que será subdividida em índice de ocupação, índice de permeabilidade e demais tipos de ocupação que variam de acordo com o que a descrição da zona no Plano Diretor.

Os Quadros 7.3.1-2 e 7.3.1-3 apresentam os códigos adotados para a classificação, assim como suas proporções dentro de cada zona. Já o Quadro 7.3.1-1 mostra a descrição dos códigos escolhidos.

Além das zonas presentes na Tabela de Parâmetros Urbanísticos, há as macrozonas, que ocupam as demais áreas não ocupadas pelas zonas. Para esse foi escolhida a seguinte combinação de classificação apresentada nos Quadros 7.3.1-4 e 7.3.1-5.



QUADRO 7.3.1-3 CÓDIGOS (NRCS) DE CLASSIFICAÇÃO

Zonas		IO	IO. adotado	IP (%)	ICV (%)	áreas verdes (ICV)				1- ICV	áreas ocupadas (1-ICV)								
						1º cod	% 1º cod	2º cod	% 2º cod		1º cod	% 1º cod *	2º cod	% 2º cod**	3º cod	% 3º cod	4º cod	% 4º cod	
ZAMB	ZOPA	0,1	0,1	80	60	65	30	63	70	40	4	10	3	80	56	10	-	-	
	ZAUS	0,2	0,2	70	50	65	40	63	60	50	4	20	3	70	54	10	-	-	
	ZORA	0,2	0,2	70	50	65	60	63	40	50	4	20	3	70	2	10	-	-	
ZEUS	ZOPRE	ZOPRE- AEIU	0,30-0,50	0,5	30	15	2	75	10	25	85	4	50	2	30	4	15	2	5
		ZOPRE- AEIS	0,5	0,5	30	15	2	75	10	25	85	4	50	2	30	4	15	2	5
		ZOPRE- APRM	0,30-0,50	0,5	30	20	2	75	10	25	80	4	50	2	30	4	15	2	5
	ZOEMI	ZOEMI	0,5	0,5	20	10	2	75	10	25	90	4	50	2	20	9	10	10	20
		ZOEMI- ACOP	0,5	0,5	20	10	2	50	10	50	90	4	50	2	20	4	25	2	5
		ZOEMI- ACITE	0,5	0,5	20	10	2	75	10	25	90	4	50	2	20	9	25	10	5
	ZEPP	ZEPP	0,5	0,5	20	15	2	75	10	25	85	12	50	2	20	4	30	-	-
		ZEPP-ZOPI	0,5	0,5	20	15	2	75	10	25	85	12	50	2	20	4	30	-	-
		ZEPP-ZEPIS	0,5	0,5	20	15	2	75	10	25	85	12	50	2	20	4	20	9	10
		ZEPP- ZOPAG	0,5	0,5	20	15	56	80	66	20	85	4	50	2	20	30	10	46	20
ZORUR		0,2	0,2	50	30	56	80	66	20	70	4	20	2	50	30	15	46	15	

* Igual a porcentagem do IO adotado

** Igual a porcentagem do IP



QUADRO 7.3.1-4 CLASSIFICAÇÃO MACROZONAS

Zonas		IO	IO _{adotado}	IP (%)	ICV (%)	áreas verdes (ICV)				1-ICV	áreas ocupadas (1-ICV)							
						1º cod	% 1º cod	2º cod	% 2º cod		1º cod	% 1º cod	2º cod	% 2º cod	3º cod	% 3º cod	4º cod	% 4º cod
Zona Urbana	zeus (igual Zoemi)	0,5	0,5	20	10	2	75	10	25	90	4	50	2	20	9	10	10	20

QUADRO 7.3.1-5 CLASSIFICAÇÃO MACROZONAS (CONT.)

Zonas/Macrozonas		Descrição	1º cod	% 1º cod	2º cod	% 2º cod	3º cod	% 3º cod	4º cod	% 4ºcod	5º cod	% 5º cod	6º cod	% 6º cod
CIECO		Zonas Ambientais: Corredores de Integração Ecológica (100 m)	3	60	64	40	-	-	-	-	-	-	-	-
Área de proteção de nascentes		Zona de proteção de nascentes	3	60	64	40	-	-	-	-	-	-	-	-
Zona Rural	Zona Rural:restrições ao espaço aéreo	Zona Rural : Zona rural com restrições de uso segundo Lei Municipal 5.619/01	66	5	21	10	64	20	61	10	42	30	55	25



Zonas/Macrozonas		Descrição	1º cod	% 1º cod	2º cod	% 2º cod	3º cod	% 3º cod	4º cod	% 4ºcod	5º cod	% 5º cod	6º cod	% 6º cod
	Zona Rural:controle	Zona Rural com proteção Ambiental Controlada e Produção Predominante Agrícola	66	5	21	10	64	25	61	10	42	30	55	20
	Zona Rural:proteção ambiental	Zona Rural com Proteção e Conservação Ambiental e Produção Predominantemente Agroecológica	66	5	21	10	64	25	61	10	42	30	55	20

QUADRO 7.3.1-6 DESCRIÇÃO DOS CÓDIGOS DE CLASSIFICAÇÃO DO NRCS

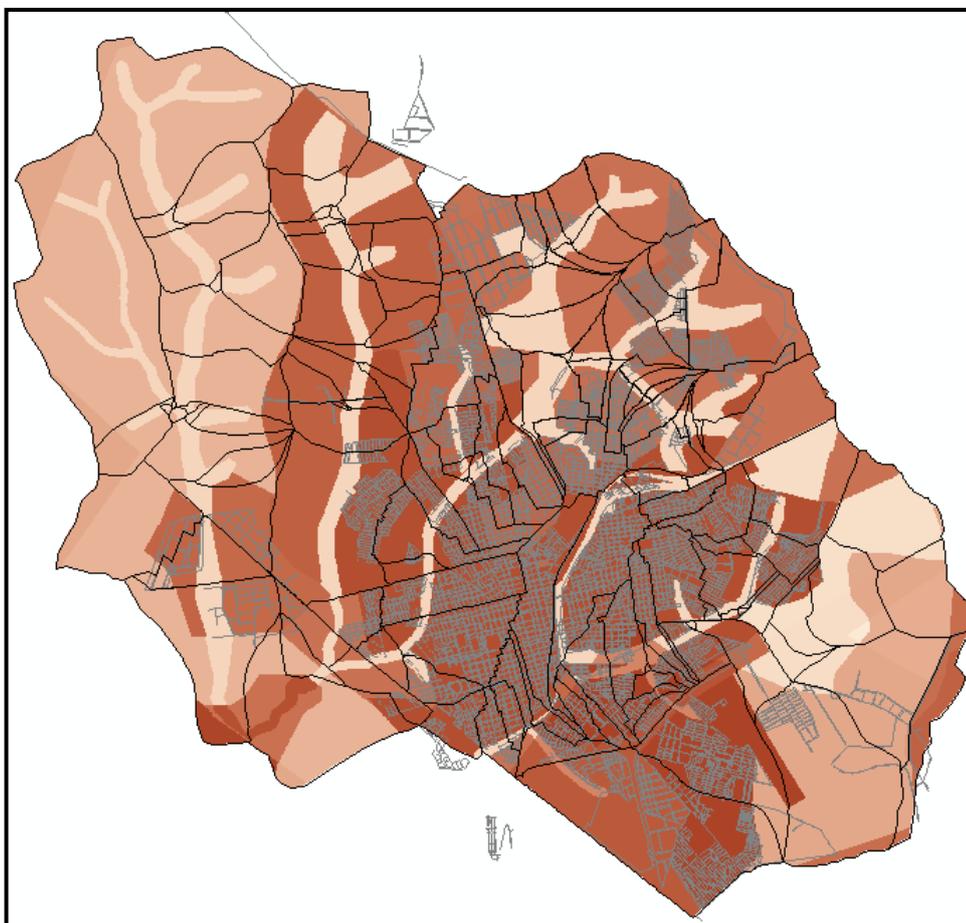
Código	Tipo de ocupação	Uso do solo	Descrição	Condição Hidrológica	Grupo Hidrológico				
					A	B	C	D	
2	Área urbana totalmente desenvolvida (vegetação estabilizada)	Espaços livres (parques, cemitérios, etc)	Condições médias (cobertura vegetal 50-75%)	--	49	69	79	84	
3			Condições boas (cobertura vegetal > 75%)	--	39	61	74	80	
4		Áreas impermeáveis	Estacionamentos pavimentados, telhados e ruas	--	98	98	98	98	
9		Áreas urbanas não ocupadas	Áreas permeáveis (natural)	Áreas permeáveis (natural)	--	63	77	85	88
10				Áreas impermeáveis (artificial)	--	96	96	96	96
12		Distritos urbanos	Industriais		--	81	88	91	93



Código	Tipo de ocupação	Uso do solo	Descrição	Condição Hidrológica	Grupo Hidrológico			
					A	B	C	D
21	Áreas agrícolas	Solo exposto (preparo para cultivo)	Cobertura de resíduos de culturas (cr)	pobre	76	85	90	93
30		Solo cultivado	Curva de nível e cobertura de resíduo de culturas	boa	64	74	81	85
42		Pequenas plantações ou culturas	Curva de nível e cobertura de resíduo de culturas	boa	60	72	80	83
46			Curva de nível, terraceamento e cobertura de resíduo de culturas	boa	58	69	77	80
54		Pastagens, cultura permanente ou forragem para formação de pastagens	-	média	49	69	79	84
55			-	boa	39	61	74	80
56		Campos permanente	-	boa	30	58	71	78
61		Combinação de áreas com pastagens e áreas florestadas ou reflorestadas		média	43	65	76	82
63		Áreas florestadas	-	pobre	45	66	77	83
64				média	36	60	73	79
65			-	boa	30	55	70	77
66		Chácaras, construções rurais e estradas de terra	-	--	59	74	82	86



Finalizada a classificação de cada zona e macrozona em ambiente SIG, elaborou-se uma imagem em escala de cores com os diferentes CN's da área de estudo, que será utilizado em momento oportuno para obtenção do CN médio de cada sub-bacia de simulação.



Fonte: SEREC, 2013

Figura 7.7-1 Imagem em escala de cores dos CN's do cenário futuro da área de estudo

QUADRO 7.7-7 CN'S FUTUROS DA SUB-BACIAS

N° Bacia	CN						
1	75,03	10	76,55	19	53,70	28	57,99
2	73,13	11	66,97	20	42,24	29	50,28
3	77,58	12	65,06	21	57,85	30	71,00
4	69,67	13	76,91	22	75,43	31	74,93
5	81,67	14	78,24	23	72,76	32	75,12
6	52,06	15	47,84	24	66,88	33	69,79
7	73,81	16	74,37	25	55,66	34	77,31
8	79,99	17	37,80	26	62,39	35	74,70
9	78,78	18	58,07	27	63,10	36	73,01



N° Bacia	CN
37	70,01
38	77,60
39	59,89
40	44,32
41	77,60
42	51,55
43	63,38
44	68,39
45	41,12
46	72,36
47	49,80
48	62,81
49	68,55
50	77,46
51	52,91
52	60,73
53	61,11
54	49,84
55	67,34
56	47,87
57	45,86
58	54,75
59	41,01
60	68,94
61	47,07
62	39,73
63	47,40
64	67,15
65	40,43
66	68,64

N° Bacia	CN
67	66,38
68	60,62
69	40,48
70	62,52
71	64,57
72	38,21
73	37,88
74	61,32
75	60,11
76	57,85
77	61,28
78	65,45
79	74,44
80	59,68
81	51,26
82	57,25
83	64,60
84	38,40
85	72,02
86	49,98
87	59,75
88	63,68
89	66,10
90	56,80
91	69,70
92	48,77
93	60,34
94	62,82
95	71,18
96	45,49

N° Bacia	CN
97	38,82
98	67,22
99	64,93
100	57,29
101	46,37
102	60,35
103	52,09
104	62,32
105	68,33
106	57,01
107	61,74
108	68,19
109	61,94
110	45,24
111	45,92
112	60,24
113	37,80
114	43,80
115	44,09
116	60,11
117	62,25
118	63,86
119	58,24
120	62,27
121	62,51
122	44,92
123	56,46
124	46,28
125	56,41
126	45,32

N° Bacia	CN
127	57,93
128	64,59
129	72,19
130	45,15
131	74,60
132	64,09
133	76,83
134	78,33
135	62,41
136	72,89
137	75,36
138	75,27
139	37,80
140	37,80
141	35,53
142	44,87
143	41,42
144	64,94
145	56,56
146	59,16
147	44,72
148	70,90
149	70,00
150	65,00



7.3.2. Cenário Atual – situação do “futuro próximo”

O cenário atual foi construído com base no futuro.

Além de utilizar os dados do cenário futuro, também foram delimitados os locais em que hoje existem fragmentos de vegetação e qualquer tipo de ação antrópica.

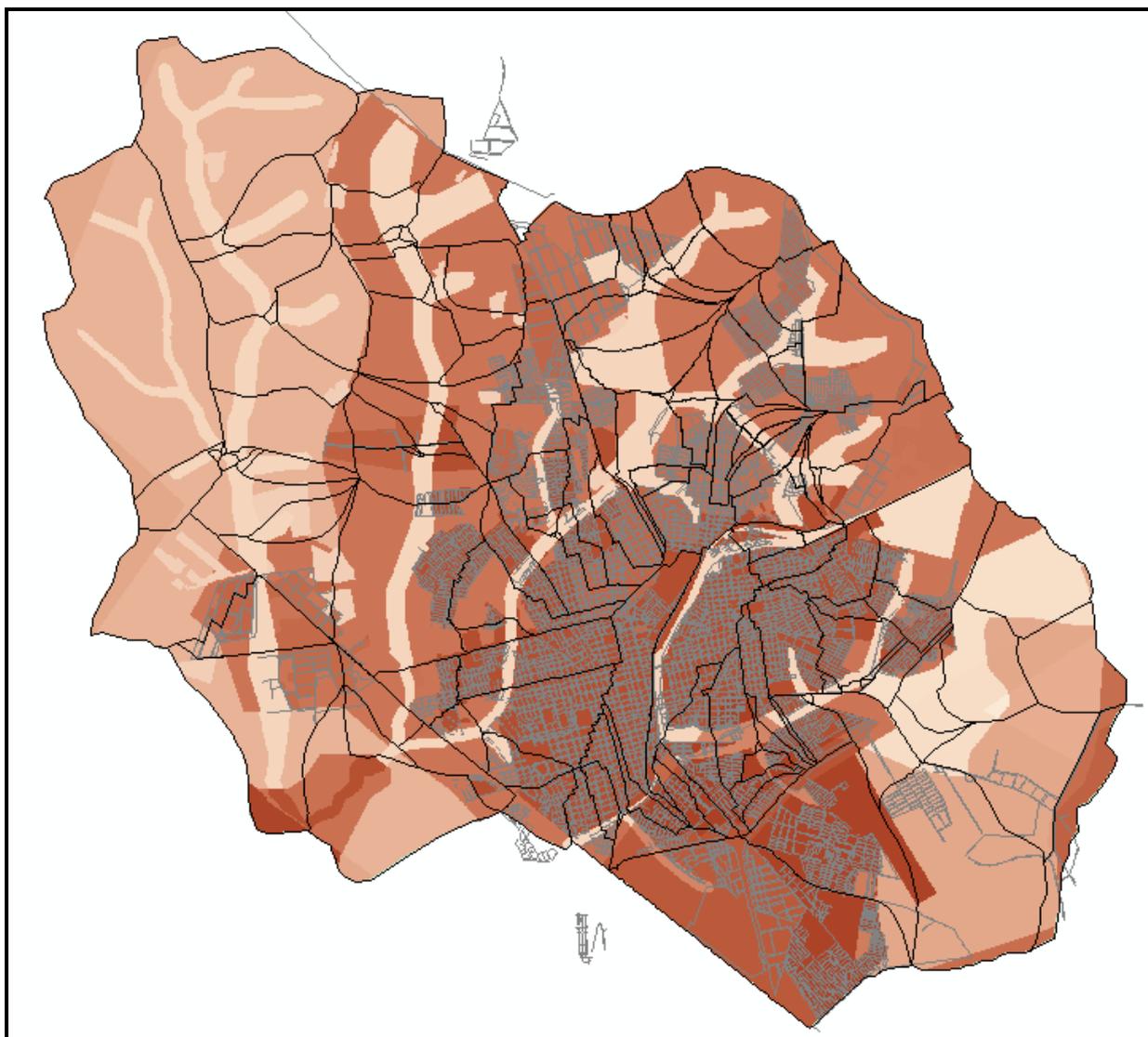
Esses polígonos foram feitos com base em imagem de satélite do ano de 2006, foto mais recente disponível no Google Earth.

Importou-se para o ambiente SIG essas informações. Os locais de fragmentos de vegetação, substituíram as classificações escolhidas para o cenário futuro. Já nos locais com ação antrópica, permaneceram as classificações do Plano, sendo que em todo o entorno da área antropofizada atribuiu-se uma classificação diferente do Plano, que fosse mais condizente com a situação atual, conforme Quadro 7.3.2-1.

QUADRO 7.3.2-1 CLASSIFICAÇÃO DA ÁREA FORA DA LIMITE DA ÁREA ANTROPOFIZADA

Código	Tipo de ocupação	Uso do solo	Descrição	Condição Hidrológica	A	B	C	D
28	áreas agrícolas	solo cultivado	com curvas de nível (c)	boa	65	85	82	86

Na atualização dessas porções, atentou-se para que a classificação atual não fosse em nenhuma parte mais rigorosa que a classificação futura, portanto, onde isso ocorreu, permaneceu a classificação hidrológica do cenário futuro.



Fonte: SEREC, 2013

Figura 7.3.2-1 – Imagem em escala de cores, dos CN's do cenário atual da área de estudo



QUADRO 7.3.2-2 CN'S ATUAL DA SUB-BACIAS

Bacia	CN
1	74,78
2	73,13
3	77,58
4	69,65
5	81,67
6	52,06
7	73,81
8	79,99
9	78,78
10	75,96
11	66,89
12	62,44
13	76,91
14	78,24
15	47,84
16	74,37
17	37,80
18	55,14
19	53,16
20	40,63
21	57,85
22	74,36
23	72,76
24	65,91
25	54,73
26	61,18
27	63,10
28	56,99
29	50,28
30	67,45
31	74,93
32	75,12
33	67,95
34	77,31
35	74,70
36	71,18
37	70,01
38	77,60
39	59,89

Bacia	CN
40	44,32
41	77,27
42	49,79
43	56,81
44	67,56
45	40,93
46	70,09
47	46,19
48	56,55
49	61,83
50	77,46
51	52,90
52	59,52
53	57,56
54	46,05
55	67,34
56	47,15
57	43,89
58	51,63
59	41,01
60	64,55
61	47,07
62	39,73
63	46,18
64	64,48
65	40,43
66	64,49
67	66,38
68	60,33
69	40,48
70	62,52
71	64,49
72	38,21
73	37,88
74	61,32
75	60,11
76	56,58
77	59,80
78	65,45

Bacia	CN
79	64,39
80	58,23
81	50,48
82	54,84
83	63,63
84	38,36
85	68,15
86	49,37
87	56,86
88	62,30
89	62,18
90	56,76
91	60,94
92	47,98
93	58,71
94	62,21
95	64,33
96	44,97
97	38,82
98	65,43
99	59,37
100	55,20
101	44,61
102	58,72
103	51,07
104	60,50
105	59,58
106	53,15
107	61,01
108	61,01
109	57,14
110	45,24
111	45,82
112	58,62
113	37,80
114	42,57
115	44,09
116	59,88
117	61,40

Bacia	CN
118	63,38
119	52,02
120	60,71
121	61,34
122	44,67
123	53,63
124	46,28
125	53,06
126	45,19
127	54,79
128	63,98
129	69,68
130	45,15
131	68,99
132	61,87
133	71,45
134	78,33
135	62,41
136	72,89
137	75,36
138	75,27
139	37,80
140	37,80
141	35,53
142	43,10
143	41,14
144	64,94
145	55,86
146	58,22
147	42,49
148	68,80
149	55,00
150	55,00



7.3.3. Determinação das vazões notáveis por bacia e sub-bacia

7.3.3.1. Metodologia

O cálculo das vazões máximas de projeto foi realizado pelo método do NRCS, por meio de simulação computacional com o software DRENÁGUA 2009. As metodologias e procedimentos relativos à modelagem são elucidados e detalhados no relatório específico “Diagnóstico operacional do sistema de drenagem e manejo de águas pluviais”.

7.3.3.2. Distribuição temporal de chuva

Postos Pluviográficos

O estudo hidrológico contemplou o posto pluviográfico do Chibarro em Araraquara, conforme Quadro 7.3.3.2-1 abaixo:

QUADRO 7.3.3.2-1 POSTO PLUVIOGRÁFICO ESTUDADO

Município	Prefixo	Nome	Latitude	Longitude	Altitude (m)	Entidade	Início	Fim
Araraquara	C5-017	Chibarro	21°53'00"	48°09'00"	580	DAEE	1/12/1969	em atividade

7.3.3.3. Metodologia

A partir dos dados obtidos, e com a devida correção da unidade da altura precipitada total, foram calculados dois índices de criticidade por evento que juntos foram utilizados para escolha dos eventos mais críticos das série: intensidade total do evento chuvoso (Equação 18) e sua normalização (Equação 2), e a intensidade do intervalo de maior intensidade de precipitação (Equação 3) e sua normalização (Equação 4).

$$Int.média_i = \frac{altura.precipitada_i}{duração.total_i}$$

Equação 1 – Cálculo do índice de intensidade máxima por evento
Fonte: interna

$$Int.média.normalizada_i = \frac{Int.média_i}{máx(Int.média_j, de j = 1 até n)}$$

Equação 2 – Cálculo do índice de intensidade máxima por evento
Fonte: interna

$$Int.período_i = máx(Int.10min_i, Int.20min_i, Int.30min_i, \dots, Int.1440min_i)$$

Equação 3 – Cálculo do índice de intensidade máxima por evento
Fonte: interna



$$Int.período.normalizada_i = \frac{Int.período_i}{máx(Int.período_j, de j = 1 até n)}$$

Equação 4 – Cálculo do índice de intensidade máxima por evento

Fonte: interna

Estes dois índices foram somados (Equação 5) e novamente normalizados (Equação 6).

$$Int.final_i = Int.média.normalizada_i + Int.período.normalizada_i$$

Equação 5 – Cálculo do índice de intensidade máxima por evento

Fonte: interna

$$Int.final.normalizado_i = máx(Int.final_j, de j = 1 até n)$$

Equação 6 – Cálculo do índice de intensidade máxima por evento

Fonte: interna

Foram calculadas as precipitações acumuladas dos eventos chuvosos por período, bem como os percentuais das durações dos eventos chuvosos entre 0% e 100%, em intervalos de 5%. Na seqüência foi obtida para cada percentual de duração dos eventos chuvosos o percentual de ocorrência da altura da precipitação acumulada total.

A partir destas informações foram obtidas as seguintes distribuições temporárias:

- Média simples de todas as distribuições temporais dos eventos chuvosos da série;
- Média ponderada das distribuições temporais dos eventos chuvosos da série considerando como fator de ponderação a precipitação total de cada evento (simplicadamente chamado neste relatório de “por massa” precipitada).

Além disso, da série foram escolhidos os 15 eventos chuvosos considerados amsi críticos conforme o índice final de intensidades explicitado acima. Desta série de 15 eventos foram então calculadas as distribuições temporais de chuva:

- Média simples da distribuições temporais dos eventos chuvosos dos 15 mais críticos eventos da série;
- Média ponderada das distribuições temporais dos 15 eventos chuvosos mais críticos da série considerando como fator de ponderação a precipitação total de cada evento.

Dentre os resultados obtidos do estudo dos eventos chuvosos, cabe destacar sua classificação que cada distribuição poderá receber:

- Eventos do 1º Quartil: Se ocorreu mais de 50% da altura total do evento chuvoso até os primeiros 25% de sua duração;
- Eventos do 2º Quartil: Se ocorreu mais de 50% da altura total do evento chuvoso entre 25% e 50% de sua duração total;
- Eventos do 3º Quartil: Se ocorreu mais de 50% da altura total do evento chuvoso entre 50% e 75% de sua duração total;
- Eventos do 4º Quartil: Se ocorreu mais de 50% da altura total do evento chuvoso somente após os 75% de sua duração total.



Além disso, para o posto supracitado foram realizados dois tipos de estudo da distribuição temporal de chuvas:

- Tipo 1: Considerando-se a metodologia apresentada;
- Tipo 2: Descartando-se, da série, os eventos chuvosos com duração de chuva menor que 180 minutos e truncando em 180 minutos os eventos que ultrapassam esta duração.

Para o estudo “Tipo 2”, a SEREC (2012) optou escolher do conjunto completo de eventos chuvosos apenas aqueles que tivessem duração igual ou superior a 180 minutos.

Esta duração (180 min) foi escolhida com base na experiência da SEREC no que se refere a chuva mais crítica para cidades de médio porte do interior paulista.

Assim, para os estudos do “Tipo 2”, a SEREC (2012) filtrou os eventos de entrada para aqueles que apresentaram duração igual ou superior a 180 min e truncou (recortou) os eventos com duração superior à 180 min à altura precipitada acumulada em 180 min.

Os resultados obtidos em cada posto pluviográfico estão apresentados a seguir.

7.3.3.3.1. Posto do Chibarro em Araraquara, C5-017

O Posto Pluviográfico do Chibarro está localizado no município de Araraquara-SP, sob as coordenadas: latitude 21°53'00" e longitude 48°09'00".

Foram estudadas as séries históricas do Posto do Chibarro C5-017, entre os anos de 1969 e 1998, para obtenção da distribuição de chuva real da região.

7.3.3.4. Estudo Tipo 1

A distribuição de chuva observada para a distribuição média dos eventos e para a distribuição média dos eventos “por massa” pode ser observada na Figura 7.3.3.4-1 a seguir.

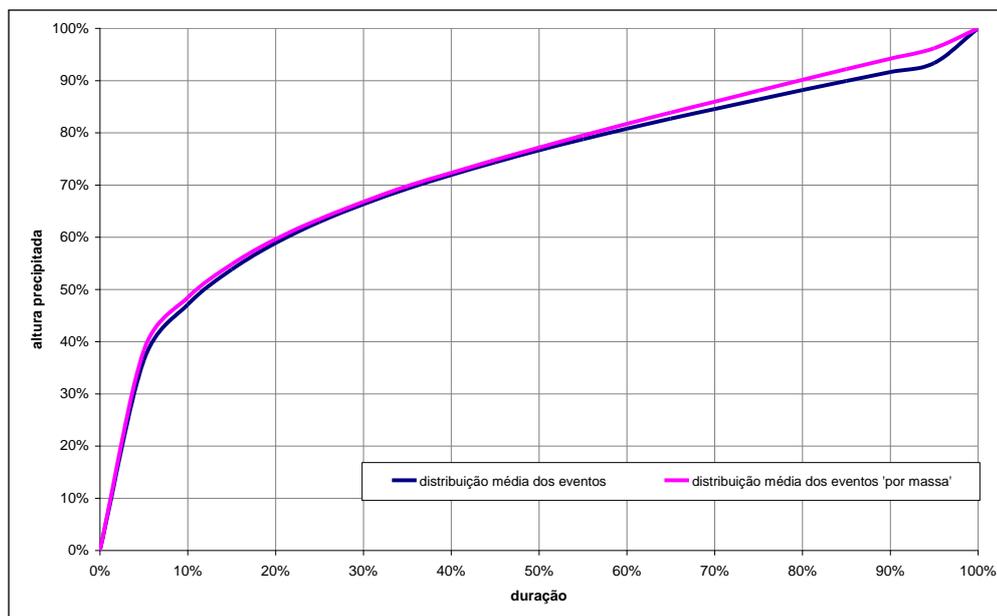


Figura 7.3.3.4-1 -Distribuição da Chuva – Resultados Intermediários do posto Chibarro

O Quadro 7.3.3.4-1 apresenta os resultados obtidos desta classificação por quartil:

QUADRO 7.3.3.4-1 RESULTADOS DO ESTUDO DA SÉRIE HISTÓRICA DO POSTO DO CHIBARRO EM ARARAQUARA

Quartil	N º.eventos	Percentual	Altura média prec. (mm)
1	531	72,4%	30,0
2	161	22,0%	32,4
3	27	3,7%	4,1
4	14	1,9%	0,1
total	733	100%	36,8

O Quadro anterior mostra a precipitação registrada no Posto do Chibarro em Araraquara, onde se observa por meio da divisão das durações dos eventos por quartis, que a distribuição temporal dos eventos chuvosos na região é tal que chove prioritariamente metade da altura precipitada antes da metade de sua duração, estando os eventos alocados em sua maioria nos 1º e 2º Quartis.

Os 15 eventos mais críticos estão listados no Quadro 7.3.3.4-2.



QUADRO 7.3.3.4-2 DURAÇÃO E PRECIPITAÇÃO OBSERVADAS NOS 15 EVENTOS MAIS CRÍTICOS ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1998 NA SÉRIE DO POSTO DO CHIBARRO EM ARARAQUARA

Data e hora de início	Evento	15	DC	P
		Críticos	min	mm
12/2/1977 18:20	1	93,7%	1.575	39,90
5/12/1976 14:40	2	91,4%	540	34,20
13/1/1973 19:50	3	81,9%	570	62,70
14/3/1976 16:10	4	78,6%	590	8,70
2/12/1974 20:30	5	77,0%	730	29,10
22/3/1975 20:50	6	76,0%	50	9,10
28/11/1977 13:40	7	75,4%	690	60,10
17/2/1975 13:50	8	75,1%	110	8,10
16/2/1974 00:00	9	74,2%	710	12,10
30/12/1975 15:10	10	70,5%	2.990	59,50
3/2/1982 14:40	11	69,0%	1.480	52,50
31/1/1975 17:20	12	66,3%	240	21,30
18/1/1970 18:25	13	64,8%	2.675	154,70
7/3/1981 17:40	14	63,3%	50	12,20
29/11/1977 11:50	15	61,5%	110	31,40

A distribuição temporal da média ponderada destes 15 eventos mais críticos é mostrada na Figura 7.3.3.4-2 a seguir.

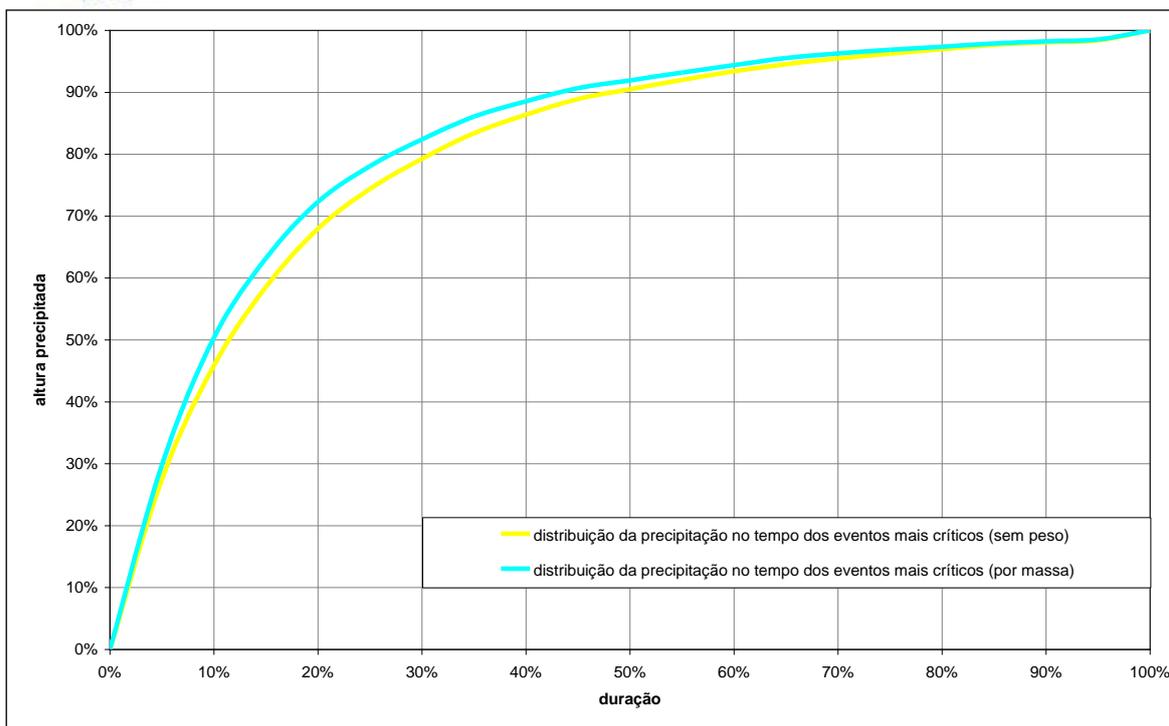


Figura 7.3.3.4-2 Distribuição da Chuva – Resultado Final para os eventos mais críticos da Série

A Figura 7.3.3.4-3 mostra o resultado do estudo da evolução de seus índices máximos de precipitação conforme a discretização temporária dos eventos chuvosos proposta pelo DAEE.

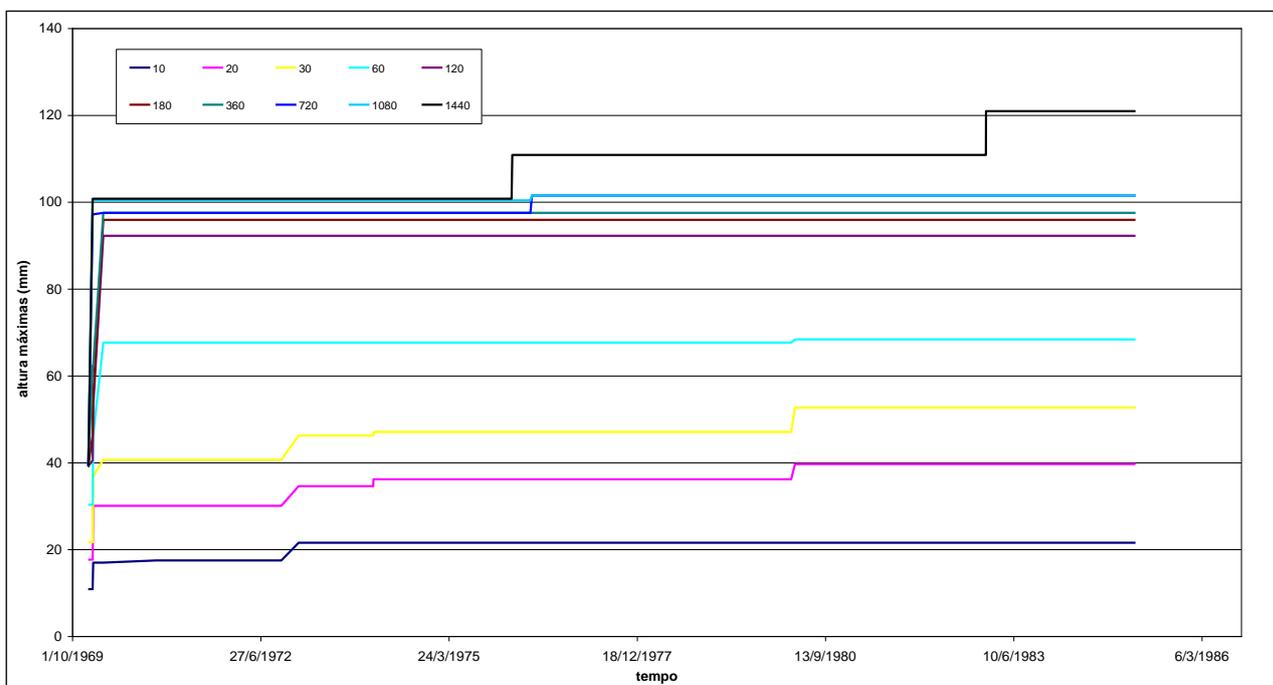


Figura 7.3.3.4-3 Verificação da Estabilização da Série Histórica do posto Chibarro



A série histórica do Posto do Chibarro em Araraquara parece demonstrar uma assíntota de seus índices de precipitação máximos, da maioria das durações estudadas bem antes do final da série.

A ocorrência dessa assíntota nos índices de precipitação máxima bastante antecipada em relação ao final da série de dados demonstra que a série utilizada é extensa o suficiente para estudos que envolvam riscos e custos altos. Essa verificação tem um impacto positivo muito significativo na escolha das informações do Posto do Chibarro no que se refere à sua confiabilidade.

De acordo com o anterior pode-se concluir que, para a duração de:

- 10 minutos – O evento máximo, de 21,60 mm, ocorreu em 13/1/1973.
- 20 minutos – O evento máximo, de 39,70 mm, ocorreu em 3/4/1980.
- 30 minutos – O evento máximo, de 52,68 mm, ocorreu em 3/4/1980.
- 60 minutos – O evento máximo, de 68,40 mm, ocorreu em 3/4/1980.
- 120 minutos – O evento máximo, de 92,28 mm, ocorreu em 13/3/1970.
- 180 minutos – O evento máximo, de 95,94 mm, ocorreu em 13/3/1970.
- 360 minutos – O evento máximo, de 97,56 mm, ocorreu em 13/3/1970.
- 720 minutos – O evento máximo, de 101,52 mm, ocorreu em 6/6/1976.
- 1080 minutos – O evento máximo, de 101,52 mm, ocorreu em 6/6/1976.
- 1440 minutos – O evento máximo, de 120,96 mm, ocorreu em 13/1/1983

Para o posto pluviográfico do Córrego do Chibarro MARTINEZ e MAGNI (1999) elaboraram uma equação intensidade, duração e freqüência publicada com apoio do próprio DAEE e por este órgão adotada para a região.

São estas as informações resumidas deste posto e sua IDF:

QUADRO 7.9.6.3-3 RECORTE DAS INFORMAÇÕES DO POSTO PLUVIOGRÁFICO DO CHIBARRO E SUA EQUAÇÃO IDF

Nome da estação:	Chibarro-C5-017R
Coordenadas geográfica:	Lab. 21°53'S; Long.48°09'W
Altitude:	580 m
Períodos de dados utilizados:	1970; 1973-91; 1993-95; 1997 (24 anos)
Equação para $10 \leq t \leq 105$:	
	$I_{t,T} = 32,4618 (t+15)^{-0,8684} + 2,1429 (t+15)^{-0,5482} \cdot [-0,4772-0,9010 \ln \ln(T/T-1)]$
Equação para $105 \leq t \leq 1440$:	
	$I_{t,T} = 32,4618 (t+15)^{-0,8684} + 18,4683(t+15)^{-0,9984} \cdot [-0,4772-0,9010 \ln \ln(T/T-1)]$
Onde: i: intensidade da chuva, correspondente à duração te período de retorno T, em mm/min;	
t: duração da chuva em minutos;	
T: período de retorno em anos;	

Fonte: Martinez e Magni, 1999



QUADRO 7.3.3.4-4 PREVISÃO DE MÁXIMAS INTENSIDADE DE CHUVAS, EM MM/H

Duração t (minutos)	Período de retorno (anos)								
	2	5	10	15	20	25	50	100	200
10	115,8	138,2	153,1	161,5	167,4	171,9	185,9	199,8	213,6
20	86,2	104,9	117,2	124,2	129,1	132,9	144,5	156,0	167,5
30	69,1	85,4	96,2	102,2	106,5	109,8	119,9	129,9	139,9
60	44,1	56,4	64,5	69,1	72,3	74,8	82,5	90,1	97,6
120	26,3	34,7	40,3	43,5	45,7	47,4	52,6	57,9	63,0
180	19,1	25,0	28,9	31,1	32,6	33,8	37,4	41,0	44,6
360	10,9	13,9	16,0	17,1	17,9	18,5	20,4	22,3	24,1
720	6,1	7,6	8,7	9,3	9,7	10,0	10,9	11,9	12,9
1080	4,3	5,4	6,1	6,4	6,7	6,9	7,6	8,2	8,9
1440	3,4	4,2	4,7	5,0	5,2	5,3	5,8	6,3	6,8

Fonte: Martinez e Magni, 1999

QUADRO 7.3.3.4-5 PREVISÃO DE MÁXIMAS ALTURAS DE CHUVAS, EM MM

Duração t (minutos)	Período de retorno (anos)								
	2	5	10	15	20	25	50	100	200
10	19,3	23,0	25,5	26,9	27,9	28,7	31,0	33,3	35,6
20	28,7	35,0	39,1	41,4	43,0	44,3	48,2	52,0	55,8
30	34,5	42,7	48,1	51,1	53,3	54,9	60,0	65,0	70,0
60	44,1	56,4	64,5	69,1	72,3	74,8	82,5	90,1	97,6
120	52,6	69,5	80,7	87,0	91,4	94,8	105,3	115,7	126,1
180	57,4	75,0	86,6	93,2	97,8	101,3	112,2	123,0	133,8
360	65,3	83,6	95,7	102,6	107,3	111,0	122,4	133,6	144,8
720	73,1	91,8	104,1	111,1	116,0	119,8	131,3	142,8	154,3
1080	77,7	96,5	109,0	116,0	120,9	124,7	136,4	148,0	159,5
1440	81,0	99,9	112,4	119,5	124,4	128,2	140,0	151,6	163,2

Fonte: Martinez e Magni, 1999

7.3.3.5. Estudo Tipo 2

A distribuição de chuva observada para a distribuição média dos eventos e para a distribuição média dos eventos “por massa” pode ser observada na Figura 7.9.6.4-1 abaixo.

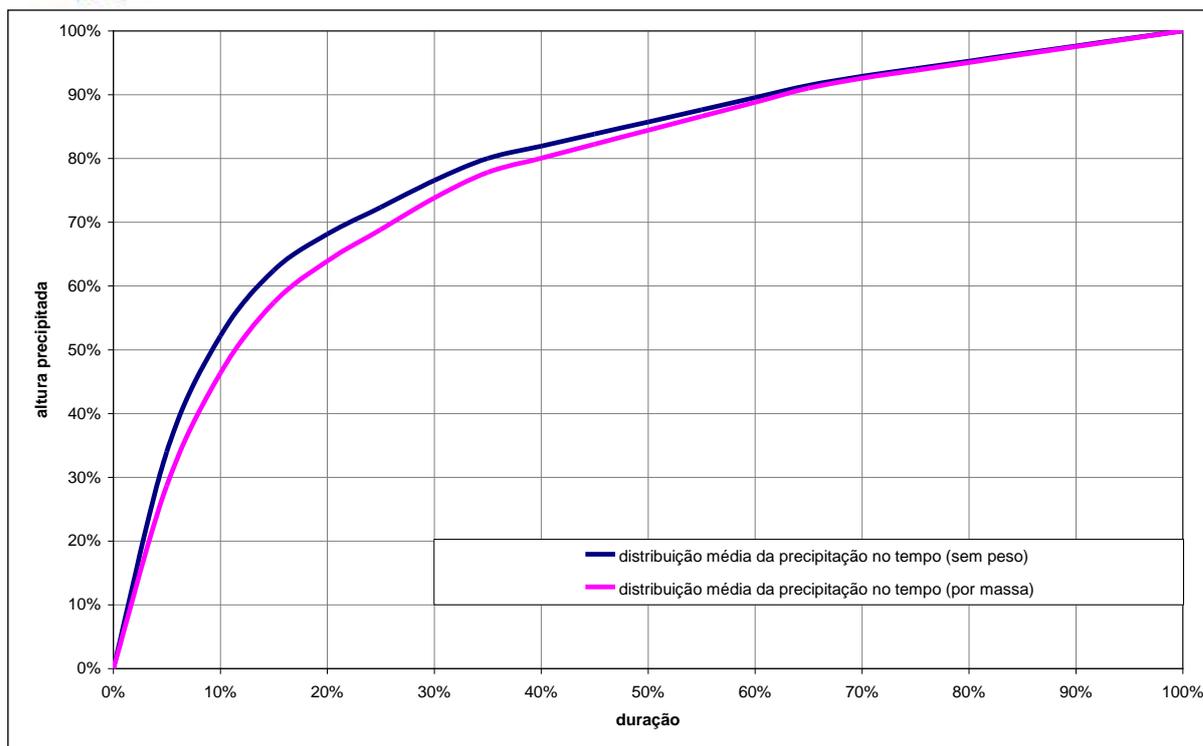


Figura 7.3.3.5-1 Distribuição da Chuva – Resultados Intermediários do posto Chibarro

Os resultados obtidos na Figura 7.3.3.5-1 desta classificação por quartil estão apresentados no Quadro 7.3.3.5-1 a seguir:

QUADRO 7.3.3.5-1 RESULTADOS DO ESTUDO DA SÉRIE HISTÓRICA DO POSTO DO CHIBARRO EM ARARAQUARA

Quartil	º eventos	Percentual	Altura média prec. (mm)
1	454	86,0%	20,4
2	74	14,0%	23,9
3	0	0,0%	n.d.
4	0	0,0%	n.d.
total	528	100%	19,4

A Figura 7.3.3.5-1 mostra a precipitação registrada no Posto do Chibarro em Araraquara, onde observou-se por meio da divisão das durações dos eventos por quartis, que a distribuição temporal dos eventos chuvosos na região é tal que chove prioritariamente metade da altura precipitada antes da metade de sua duração, estando os eventos alocados em sua maioria nos 1º e 2º Quartis.

Os 15 eventos mais críticos estão listados no Quadro 7.3.3.5-2.

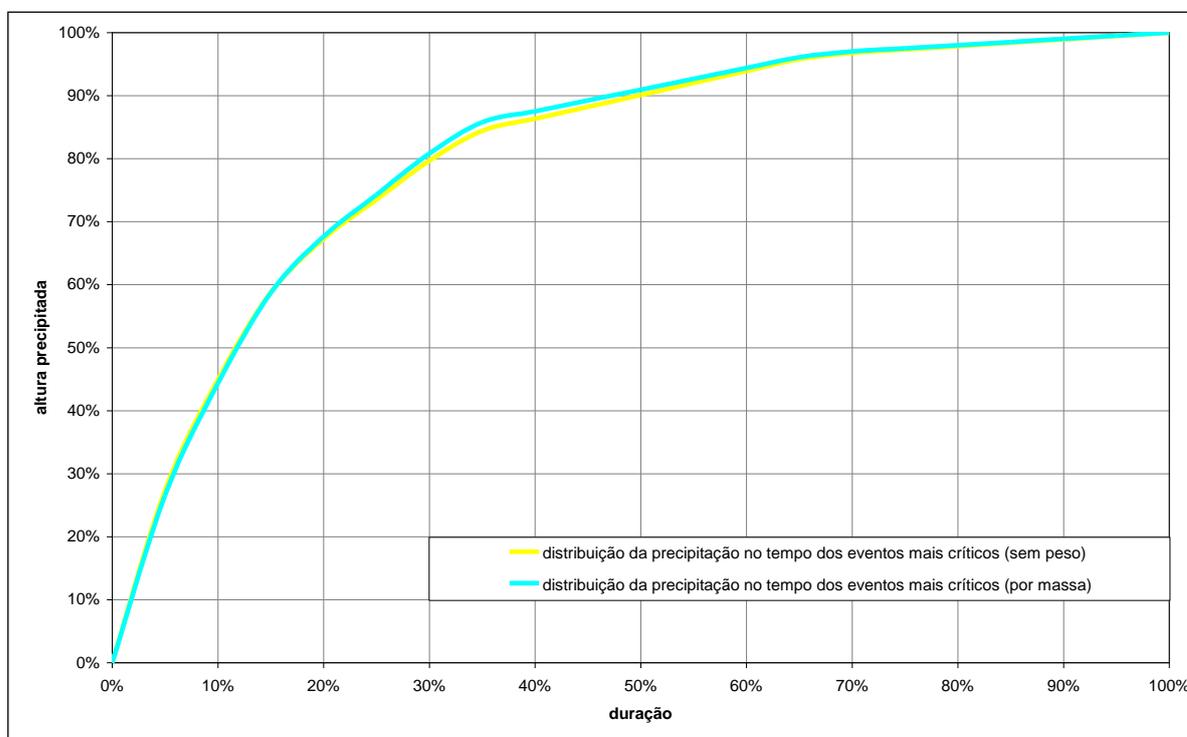
QUADRO 7.3.3.5-2 DURAÇÃO E PRECIPITAÇÃO OBSERVADAS NOS 15 EVENTOS MAIS CRÍTICOS ENTRE OS ANOS DE 1970 E 1998 NA SÉRIE DO POSTO DO CHIBARRO EM ARARAQUARA

Data e hora de início	Evento	15	DC	P
		Críticos	min	mm
3/4/1980 16:50	1	98,6%	180	11,88



Data e hora de início	Evento	15	DC	P
		Críticos	min	mm
16/2/1974 00:00	2	91,3%	180	11,52
13/3/1970 14:45	3	88,4%	180	55,44
2/12/1974 20:30	4	87,9%	180	18,18
13/1/1973 19:50	5	85,6%	180	45,18
7/3/1981 17:40	6	76,1%	-	-
19/12/1970 14:20	7	74,2%	180	95,94
9/10/1980 04:05	8	72,7%	180	40,50
18/1/1970 18:25	9	70,5%	180	46,26
22/2/1976 16:10	10	69,9%	180	14,40
19/1/1985 12:10	11	69,2%	180	10,62
24/9/1983 08:50	12	69,1%	180	14,22
16/4/1985 05:30	13	68,5%	180	14,76
30/12/1975 15:10	14	67,0%	180	16,38
13/1/1983 13:05	15	67,0%	-	-

A distribuição temporal da média ponderada destes 15 eventos mais críticos é mostrada na Figura 7.3.3.5-2, a seguir.



Fonte: Histórica do posto Chibarro

Figura 7.3.3.5-2: Distribuição da Chuva – Resultado Final para os eventos mais críticos da Série



7.3.3.6. Gráficos comparativos dos dois estudos

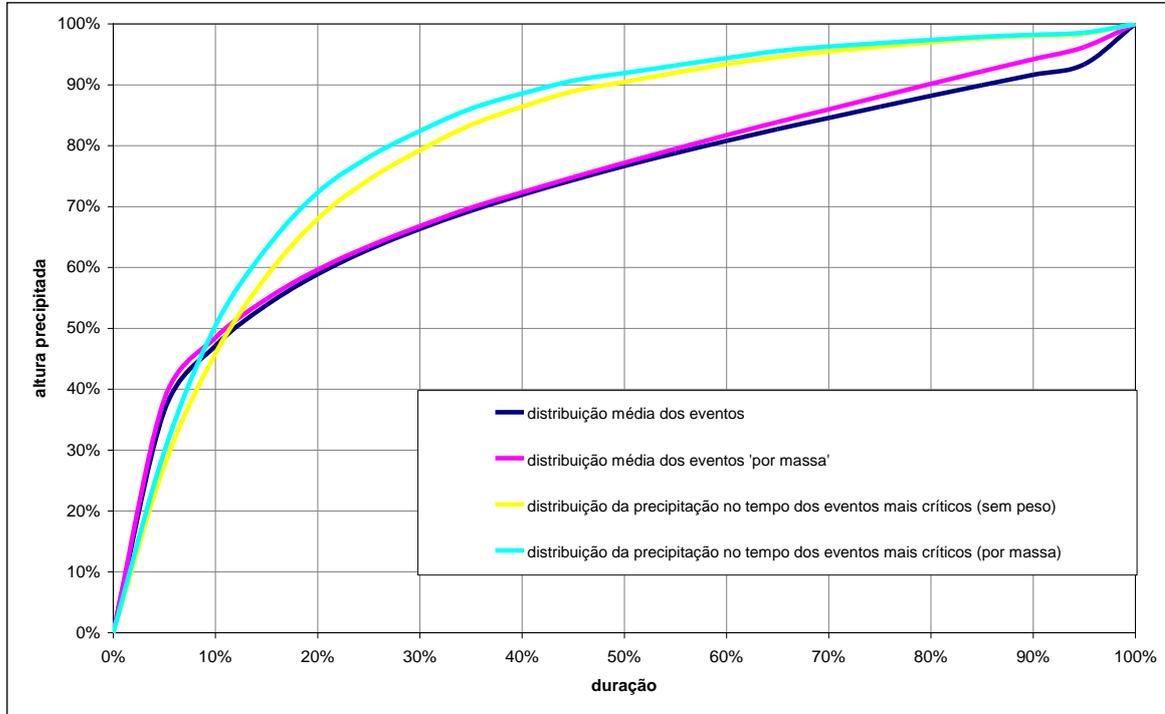


Figura 7.3.3.6-1 – Distribuição temporal de chuva sem restrições (Tipo 1)

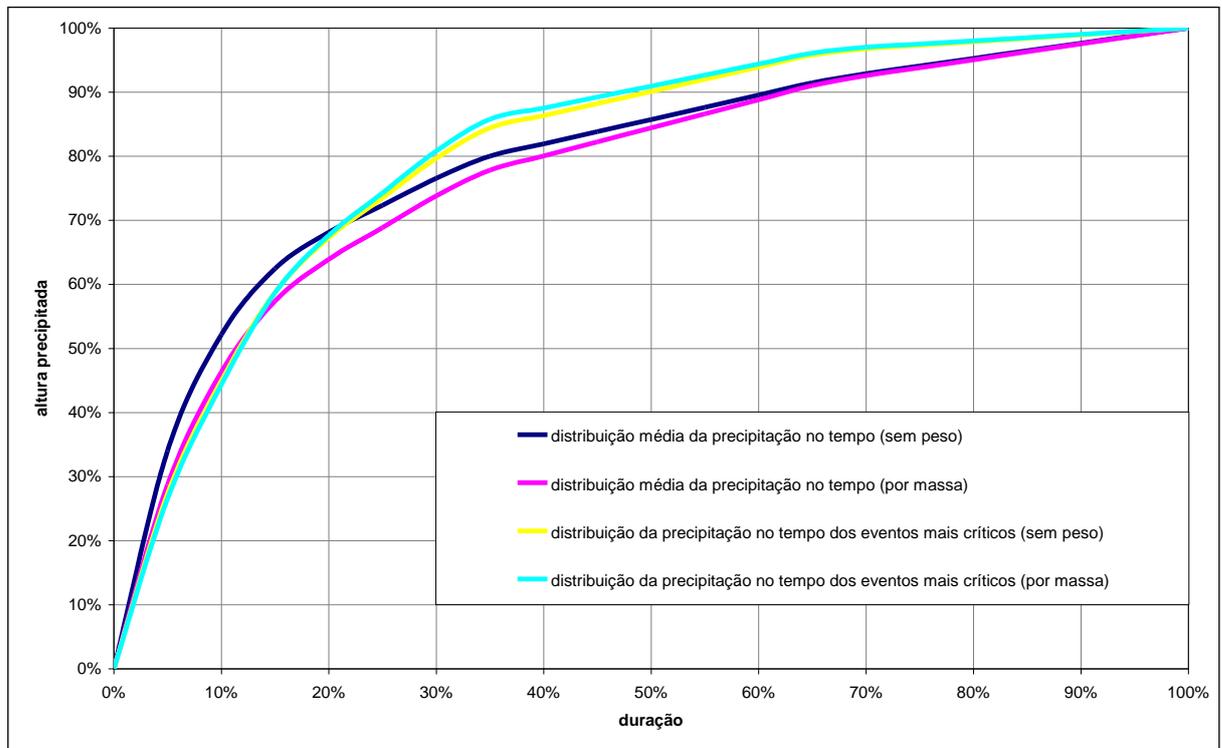


Figura 7.3.3.6 - Distribuição temporal de chuva com restrições (Tipo 2)



7.3.3.7. Resultados

A seguir são expostos os resultados obtidos com a modelagem da rede de drenagem do município de Araraquara. Salienta-se que nesta etapa ainda foram incluídas as interferências (travessias e reservatórios) em recursos hídricos.

As vazões foram calculadas de maneira que fosse encontrado um evento chuvoso crítico em cada seção final dos principais afluentes da rede, ou seja, foram encontrados tempos de pico críticos que resultassem na máxima vazão para os principais cursos d'água do município.

para Araraquara estão apresentadas no quadro a seguir.

QUADRO 7.3.3.7-1 RESULTADOS DA MODELAGEM

Seção	curso d'água	cenário pré-urbanizado			cenário atual			cenário futuro		
		DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx
		(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)
01.01	Ribeirão das Cruzes	606,1	140,6	0,16	104,8	113,1	19,26	104,7	113	20,57
01.02		614,9	140,8	0,27	107,2	113,5	29,08	105,1	113,1	31,5
01.03		620,2	140,9	0,32	107,2	113,5	32,41	105,5	113,2	35,03
01.04		607,6	140,7	0,53	104,8	113,1	59,14	104,9	113,1	62,42
01.05		676,5	142,1	0,63	106,5	113,4	51,8	128,8	117,1	56,53
01.06		702,9	142,5	0,72	124,6	116,4	51,25	121,8	116	54,3
01.07		712,4	142,7	1,8	139,4	118,5	136,49	135,9	118,1	145,79
01.08		765,5	143,6	1,91	166,7	121,7	119,82	161,6	121,2	127,73
01.09		765	143,6	1,97	166,6	121,7	125,97	160,9	121,1	133,2
01.10		784,3	143,9	2,02	170,5	122,1	125,66	161,6	121,2	133,28
01.11		785	144	2,09	199,2	124,7	132,22	162	121,2	139,51
01.12		792,7	144,1	2,11	199,2	124,7	130,04	168,8	121,9	137,52
01.13		768,8	143,7	2,34	170,7	122,1	153,31	168,8	121,9	163,57
01.14		795,1	144,1	2,39	170,8	122,1	154,68	165,2	121,6	164,69
01.15		796,1	144,1	2,42	170,8	122,1	154,09	166,3	121,7	164,64
01.16		818,9	144,5	2,5	170,8	122,1	159,13	166	121,7	171,72
01.17		822,3	144,5	2,5	171,1	122,2	154,8	166,4	121,7	167,33
01.18		845,1	144,9	2,6	172,1	122,3	160,98	166,3	121,7	173,62
01.19		861,8	145,1	2,76	106,5	113,4	179,44	118,6	115,5	195,25
01.20		870,2	145,3	2,77	171,4	122,2	174,78	165,2	121,6	188,42
01.21		869,9	145,3	4,2	172,2	122,3	251,9	166,3	121,7	293,97
01.22		870	145,3	4,23	172	122,3	251,85	166,3	121,7	293,43
01.23		177,5	122,8	10,04	226,1	126,7	228,71	194,7	124,3	260,78



Seção	curso d'água	cenário pré-urbanizado			cenário atual			cenário futuro		
		DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx
		(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)
02.01	1º afluente sem nome do Ribeirão das Cruzes (MD)	715,7	142,8	0,14	104,7	113	21,97	104,7	113	22,54
02.02		579	140	0,2	104,7	113	27,76	104,7	113	28,39
03.01	Córrego do Tanquinho (ME)	589	140,3	0,24	104,8	113	29,01	104,7	113	32,25
03.02		610,2	140,7	0,41	104,9	113,1	46,4	104,9	113,1	50,22
03.03		674,4	142	1,06	115,3	114,9	95,54	114,4	114,8	101,98
03.04		711,6	142,7	1,09	139,7	118,6	86,64	135,5	118	92,4
04.01	1º afluente sem nome do Córrego do Tanquinho (MD)	609,4	140,7	0,1	104,7	113	13,31	104,7	113	13,87
04.02		615,6	140,8	0,15	104,8	113,1	18,89	104,8	113,1	19,66
05.01	Córrego do Serralhal (ME)	615,3	140,8	0,27	105	113,1	31,83	104,9	113,1	34,79
05.02		615,4	140,8	0,29	105,1	113,1	32,08	104,9	113,1	35,36
05.03		614,9	140,8	0,45	105,5	113,1	50,52	105	113,1	54,5
05.04		635,3	141,2	0,49	115,2	114,9	48,78	112,9	114,5	51,84
05.05		641,7	141,4	0,5	116,5	115,1	48,08	111,4	114,3	51,32
05.06		653	141,6	0,52	132	117,5	47,6	129,1	117,1	50,7
05.07		676,5	142,1	0,56	132	117,5	49,28	136,7	118,2	52,35
05.08		677,4	142,1	0,57	132,1	117,5	48,17	136,6	118,2	51,22
06.01	1º afluente sem nome do Córrego Serralhal (ME)	615,6	140,8	0,18	104,9	113,1	24,11	104,9	113,1	25,41
06.02		651,8	141,6	0,18	104,7	113	23,47	104,7	113	24,73
07.01		575,2	140	0,05	98,4	110,3	13,08	98,4	110,3	13,08
07.02	Córrego do Marivan (ME)	644,4	141,4	0,09	104,2	112,8	17,5	104,2	112,8	17,5
07.03		590,1	140,3	0,16	104,9	113,1	23,31	104,9	113,1	23,9
08.01	Córrego do Marivan (ME)	660,3	141,7	0,1	103,9	112,7	19,01	103,9	112,7	19,01
08.02		651,5	141,6	0,12	104,7	113	18,85	104,7	113	18,86
09.01	Córrego do	629,5	141,1	0,18	104,7	113	27,24	104,8	113,1	29,86



Seção	curso d'água	cenário pré-urbanizado			cenário atual			cenário futuro		
		DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx
		(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)
09.02	Cupim (MD)	609,6	140,7	0,23	120,5	115,8	29,06	117,1	115,2	32,02
09.03		616,9	140,9	0,24	120,4	115,8	28,52	117,1	115,2	31,64
09.04		616,8	140,9	0,24	120,4	115,8	28,35	117,1	115,2	31,46
10.01	Córrego Água dos Paióis (MD)	584,6	140,2	0,19	104,9	113,1	13,74	104,7	113	17,64
10.02		602,5	140,6	0,26	112,4	114,4	17,04	104,9	113,1	23,27
10.03		623,4	141	0,4	112,2	114,4	25,09	104,9	113,1	33
10.04		643,9	141,4	0,41	112,3	114,4	25,98	105	113,1	34,15
10.05		662,3	141,8	0,61	121,3	115,9	41,47	105,2	113,1	57,23
10.06		693,7	142,4	0,78	131,5	117,5	53,02	119,7	115,7	73,6
10.07		706	142,6	0,84	131,7	117,5	56,69	119,7	115,7	79,61
10.08		706,1	142,6	0,87	140,7	118,7	58,93	119,7	115,7	83,34
10.09		732,7	143,1	0,91	146	119,4	60,76	124,8	116,5	84,06
10.10		733,2	143,1	0,97	140,8	118,7	66,43	106,5	113,4	90,71
10.11		747,2	143,3	1,05	146	119,4	67,13	128,2	117	90,46
10.12		783,7	143,9	1,37	130,5	117,3	90,73	134,1	117,8	123,64
10.13		787,3	144	1,41	173	122,4	91,07	150,8	120	122,97
10.14		819,4	144,5	1,45	173	122,4	91,38	150,4	119,9	121,45
11.01	1º afluente sem nome do Córrego Água dos Paióis (ME)	623,8	141	0,13	119,2	115,6	9,23	105,1	113,1	11,41
11.02		644,3	141,4	0,13	119,4	115,6	8,74	105,3	113,1	10,76
12.01		587,8	140,2	0,1	104,9	113,1	11,89	104,7	113	17,36
12.02		588,1	140,2	0,15	104,7	113	17,64	104,7	113	26,72
12.03		602	140,5	0,16	104,9	113,1	17,01	104,9	113,1	25,61
13.01		736	143,1	0,05	103,7	112,6	8,98	104,1	112,8	10,76
13.02		586,8	140,2	0,05	104,6	113	9,06	104,6	113	10,78
13.03		586,9	140,2	0,05	104,6	113	8,97	104,7	113	10,65
14.01	Córrego do Lajeado (MD)	740,5	143,2	0,48	206,8	125,3	12,24	206,5	125,3	12,42
14.02		730,3	143	0,62	206,9	125,3	14,94	206,4	125,3	15,2
14.03		768,3	143,7	0,86	248	128,2	19,15	246,7	128,1	19,42
14.04		693,7	142,4	0,99	248,5	128,2	21,21	247,9	128,2	21,66
14.05		700	142,5	1,11	298,4	130,9	24,64	247,8	128,2	25,37
14.06		702,1	142,5	1,86	248,7	128,2	42,77	247,7	128,2	43,38
14.07		720,4	142,9	1,89	248,7	128,2	43,27	247,6	128,2	43,97
14.08		854,5	145	2,01	296,9	130,9	43,96	224,8	126,6	45,12
14.09		836,8	144,8	2,34	298,4	130,9	55,43	224,6	126,6	60,43
14.10		763,2	143,6	2,35	292,9	130,7	51,86	296,9	130,9	55,45



Seção	curso d'água	cenário pré-urbanizado			cenário atual			cenário futuro		
		DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx
		(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)
14.11		850	145	3,01	366,3	133,9	51,58	298,4	130,9	55,86
15.01	1º afluente sem nome do Córrego Lajeado (ME)	626,3	141,1	0,14	171,4	122,2	4,44	169,7	122	4,5
15.02		626,6	141,1	0,15	176,8	122,7	4,33	176,7	122,7	4,38
16.01	2º afluente sem nome do Córrego Lajeado (MD)	711,9	142,7	0,69	203,3	125	17,98	203,3	125	17,98
16.02		775,9	143,8	0,75	187,4	123,7	19,2	187,4	123,7	19,2
16.03		776	143,8	0,75	188,5	123,8	19,12	188,5	123,8	19,12
16.04		714,4	142,8	0,75	192,6	124,2	18,5	192,6	124,2	18,5
17.01	1º afluente sem nome do 2º afluente sem nome do Córrego Lajeado (MD)	579,2	140	0,08	121	115,9	3,34	121	115,9	3,34
17.02		594,6	140,4	0,08	127,4	116,9	3,25	127,4	116,9	3,25
18.01	Ribeirão do Ouro	111,1	114,2	8,42	148,5	119,7	10,86	148,5	119,7	10,98
18.02		138,2	118,4	8,29	166,6	121,7	12,29	166,2	121,7	12,53
18.03		138,2	118,4	7,83	184,4	123,4	12,65	180,4	123,1	13,07
18.04		165,8	121,6	7,07	215,3	126	12,57	219,1	126,2	13,03
18.05		165,2	121,6	6,94	104,9	113,1	62,19	104,9	113,1	67,29
18.06		165,5	121,6	6,65	105,2	113,1	57,23	106,9	113,4	62,01
18.07		157,8	120,8	6,51	107,6	113,6	55,72	113,3	114,6	60,34
18.08		162,8	121,3	6,95	105,2	113,1	87,56	105	113,1	93,6
18.09		162,8	121,3	6,94	103,5	112,5	88,61	105,1	113,1	94,27
18.10		162,8	121,3	7,01	103,5	112,5	89,29	105,1	113,1	94,91
18.11		156,2	120,6	7,18	104	112,7	99,55	104,9	113,1	105,53
18.12		155,9	120,6	27,04	109,8	114	163,86	105,2	113,1	170,53
18.13		191,8	124,1	27,2	110	114	157,97	114,6	114,8	164,37
18.14		202,8	125	27,12	112	114,4	155,47	130,9	117,4	160,84
18.15		203,6	125,1	27,7	128,8	117,1	157,78	130,9	117,4	162,98



Seção	curso d'água	cenário pré-urbanizado			cenário atual			cenário futuro		
		DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx	DC	precipitação	q.máx
		(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)	(min)	(mm)	(m³/s)
18.16		232,9	127,2	28,29	129,8	117,2	160,15	130,9	117,4	164,99
18.17		235,8	127,4	27,72	128,7	117,1	189,1	113,5	114,6	193,32
18.18		227,4	126,8	27,63	110	114	222,58	112,7	114,5	227,63
18.19		227,7	126,9	27,17	126,3	116,7	216,01	112,9	114,5	220,95
18.20		169,8	122	58,46	111,9	114,3	309,32	112,9	114,5	315,44
18.21		177,8	122,8	56,78	125,2	116,5	300,82	115,3	114,9	305,6
18.22		182,8	123,3	55,18	126,3	116,7	300,26	136,2	118,1	306
18.23		197,4	124,6	51,38	179,4	123	267,47	182,7	123,3	292,48
19.01	1º afluente sem nome do Ribeirão do Ouro (ME)	104,7	113	11,98	104,7	113	18,23	104,7	113	18,23
19.02		143,5	119,1	41,04	133,6	117,8	44,16	133,6	117,8	44,16
19.03		150,7	120	35,88	148	119,6	38,4	148	119,6	38,4
20.01	Córrego Pinheirinho (MD)	599,5	140,5	0,22	115,2	114,9	13,69	110	114	17,61
20.02		600,4	140,5	0,38	103,7	112,6	48,3	103	112,3	52,86
20.03		644,5	141,4	0,46	104,2	112,8	54,01	104,7	113	58,36
21.01	1º afluente sem nome do Córrego Pinheiro (MD)	678,8	142,1	0,09	98,8	110,5	25,41	98,7	110,5	25,77
21.02		673,9	142	0,1	103,5	112,5	29,17	103,1	112,3	29,5
22.01	Córrego Vieira (MD)	738,7	143,2	0,12	100,9	111,4	31,23	100,9	111,4	31,23
22.02		589,1	140,3	0,12	103,9	112,7	30,29	103,9	112,7	30,29
23.01	Córrego Água Branca (ME)	125,9	116,6	20,95	104,6	113	64,85	104,6	113	66,39
23.02		118,4	115,5	21,4	104,7	113	65,78	104,7	113	67,31
23.03		118,9	115,5	21,96	105	113,1	67,85	105	113,1	69,51
23.04		120,8	115,8	21,85	105,9	113,2	66,84	110,3	114,1	68,38
23.05		123,1	116,2	21,52	110,4	114,1	65,53	110,5	114,1	67
24.01	Córrego do Paiva (ME)	123,3	116,2	33,69	104,7	113	98,45	104,7	113	99,48
24.02		127,4	116,9	32,99	104,9	113,1	95,1	104,9	113,1	96,05
25.01	Córrego da Trela ou do Anil	580,9	140,1	0,13	104,9	113,1	11,08	104,7	113	20,45



7.3.4. Hidrogramas

Os hidrogramas apresentados a seguir, são da seção final dos principais cursos d'água do município.

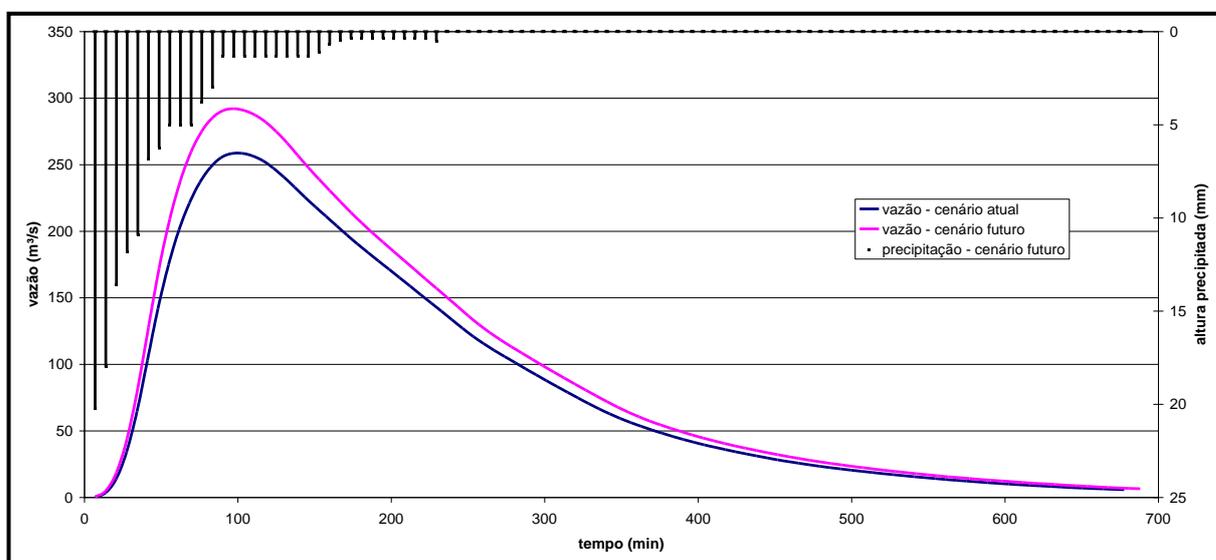


Figura 7.3.4-1 Seção 1.23 ribeirão das Cruzes

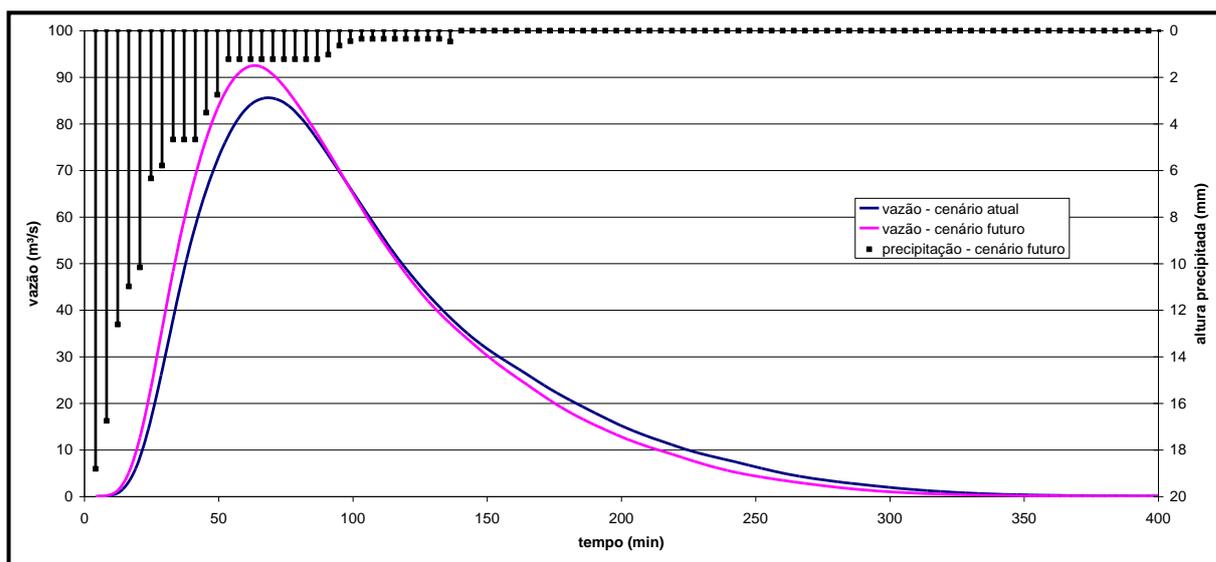


Figura 7.3.4-2 Seção 03.04 do córrego do Tanquinho

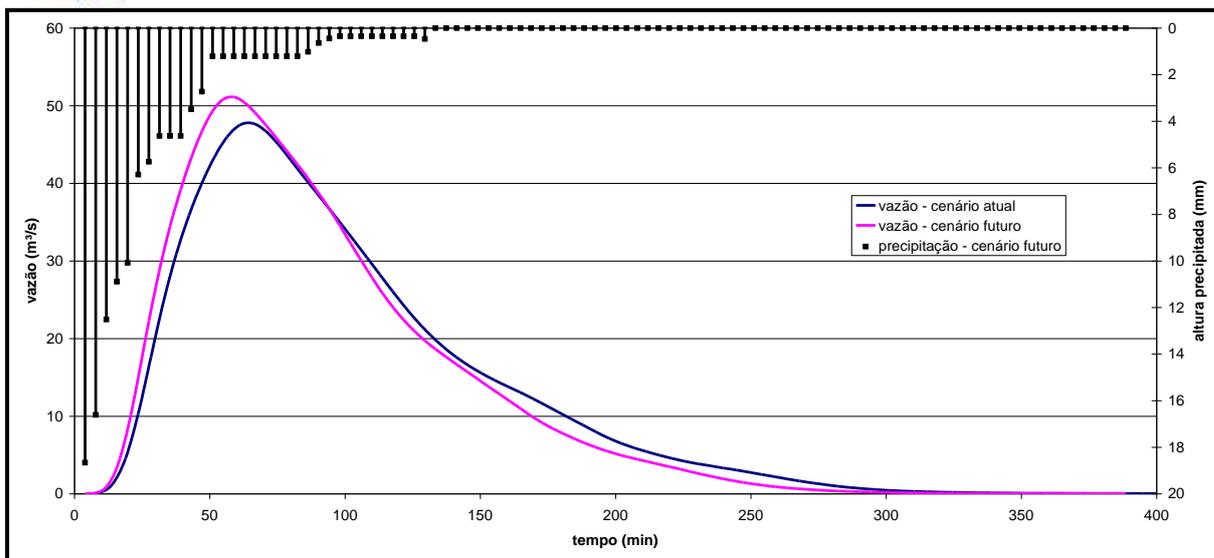


Figura 7.3.4-3 Seção 05.08 do córrego do Serralhal

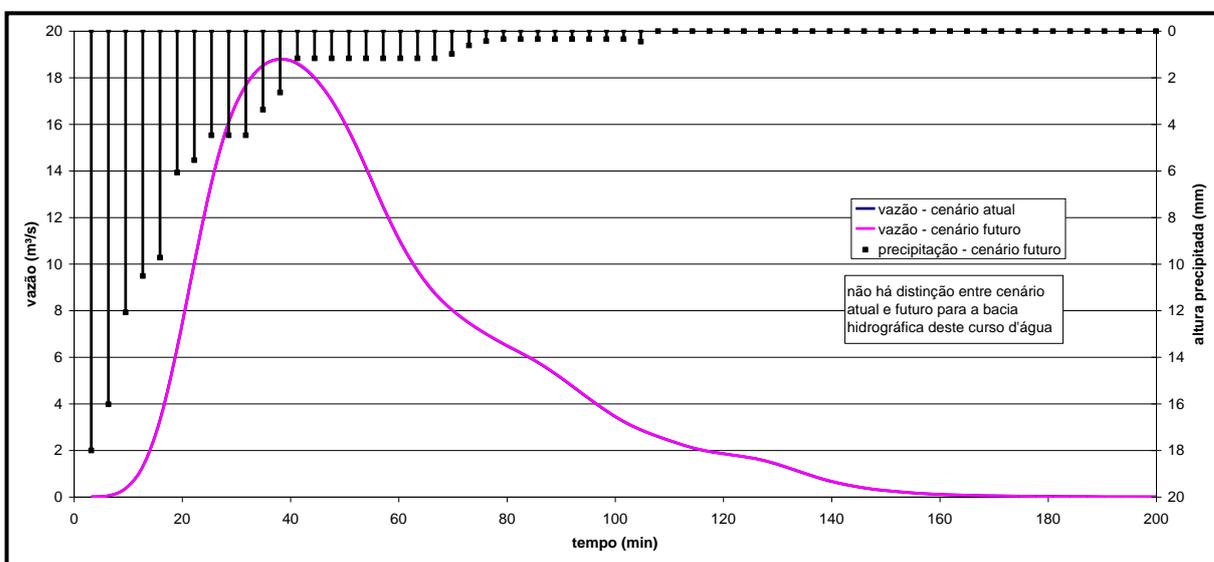


Figura 7.3.4- 4 Seção 08.02 do córrego Marivan

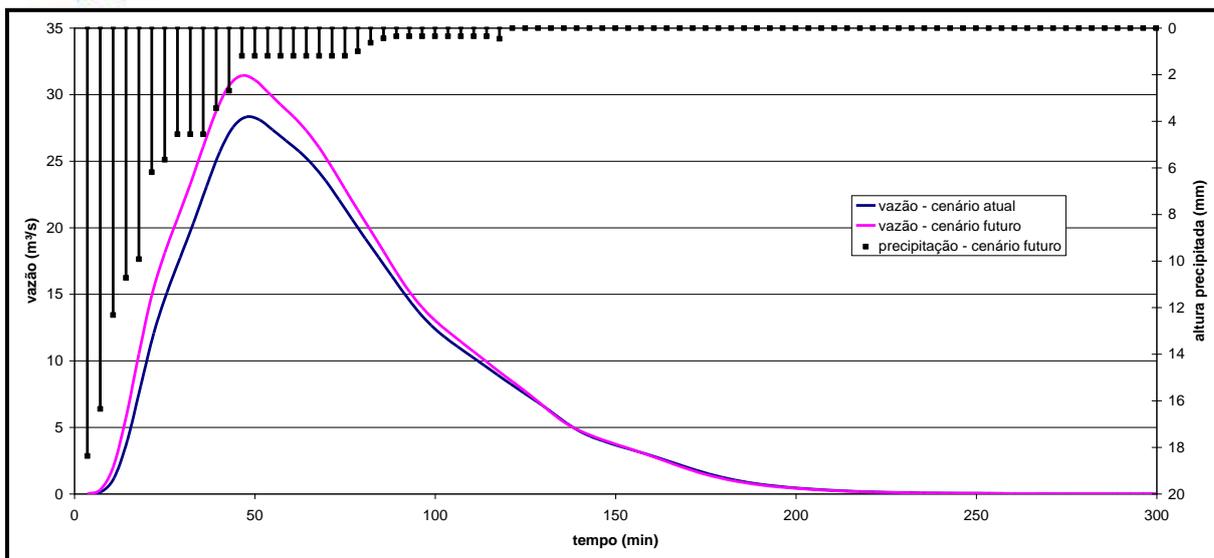


Figura 7.3.4-5 Seção 09.04 do córrego do Cupim

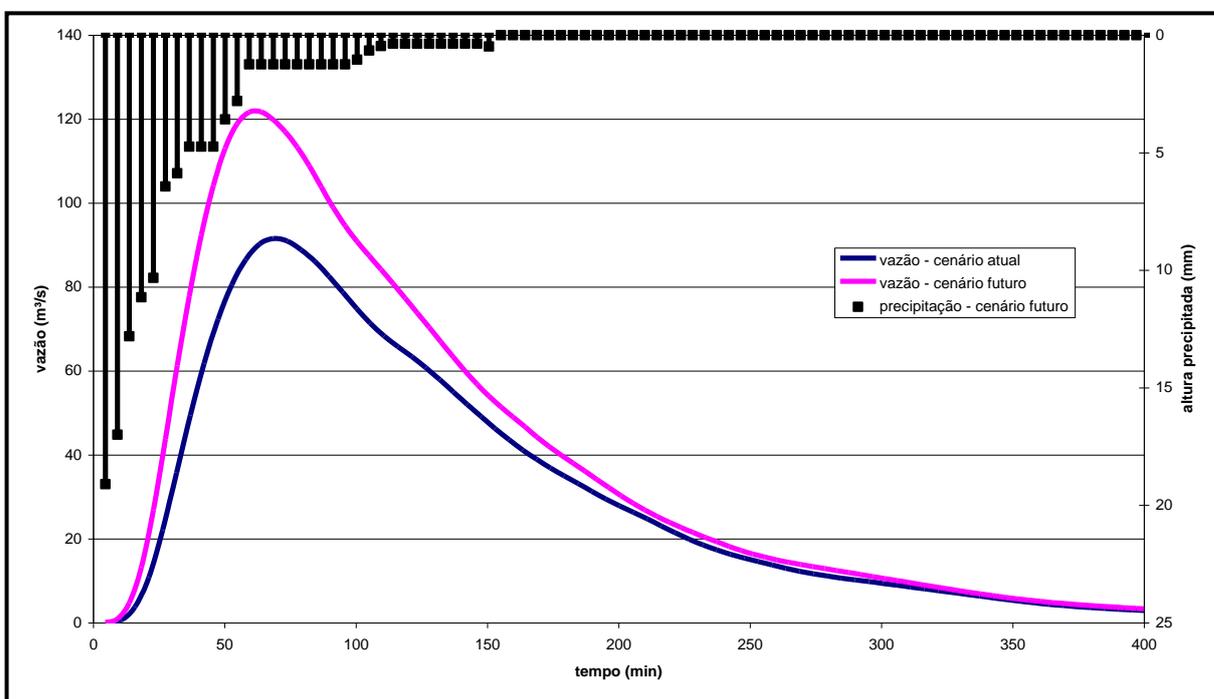


Figura 7.3.4-6 Seção 10.14 do córrego Água dos Paiois

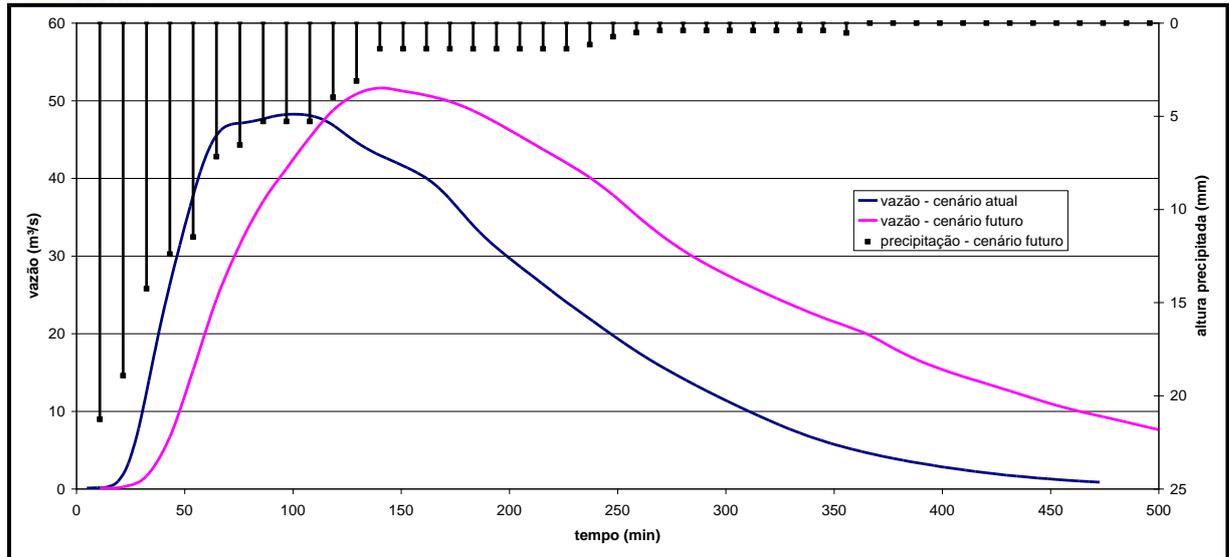


Figura 7.3.4-7 Seção 14.11 do córrego do Lajeado

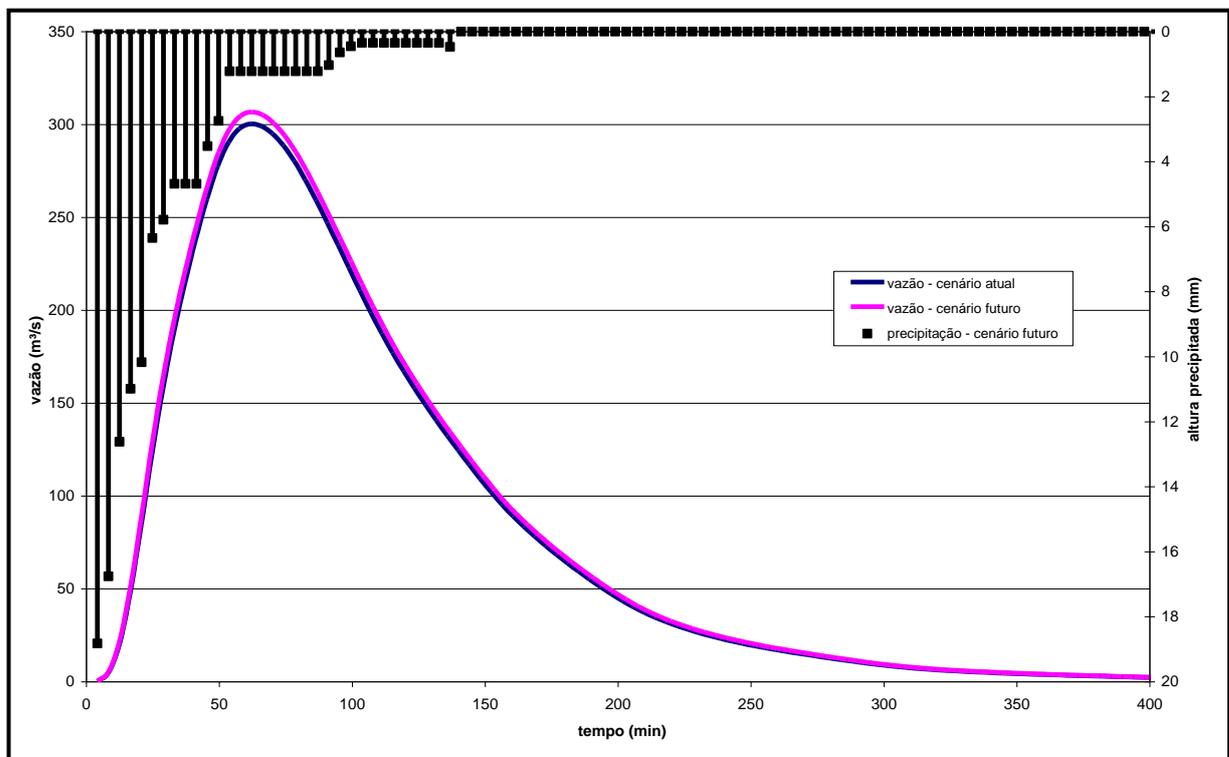


Figura 7.3.4-8 Seção 18.22 do ribeirão do Ouro

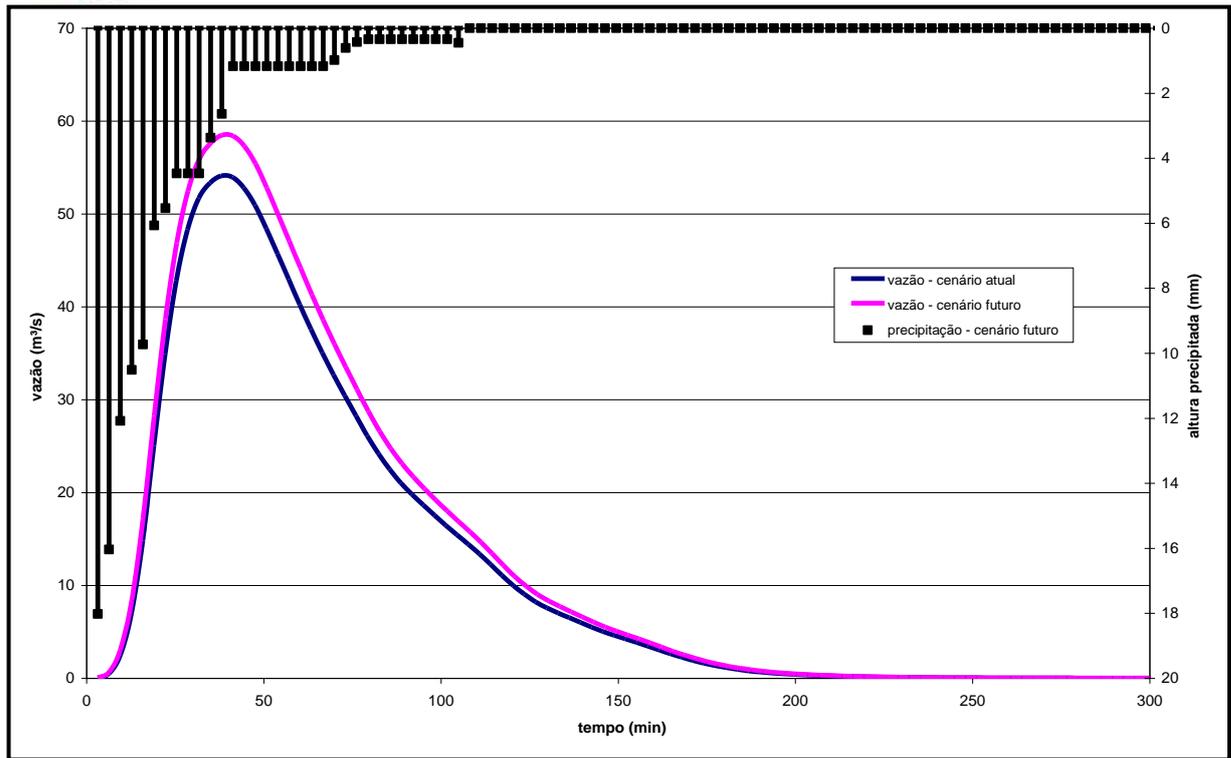


Figura 7.3.4-9 Seção 20.03 do córrego do Pinheirinho

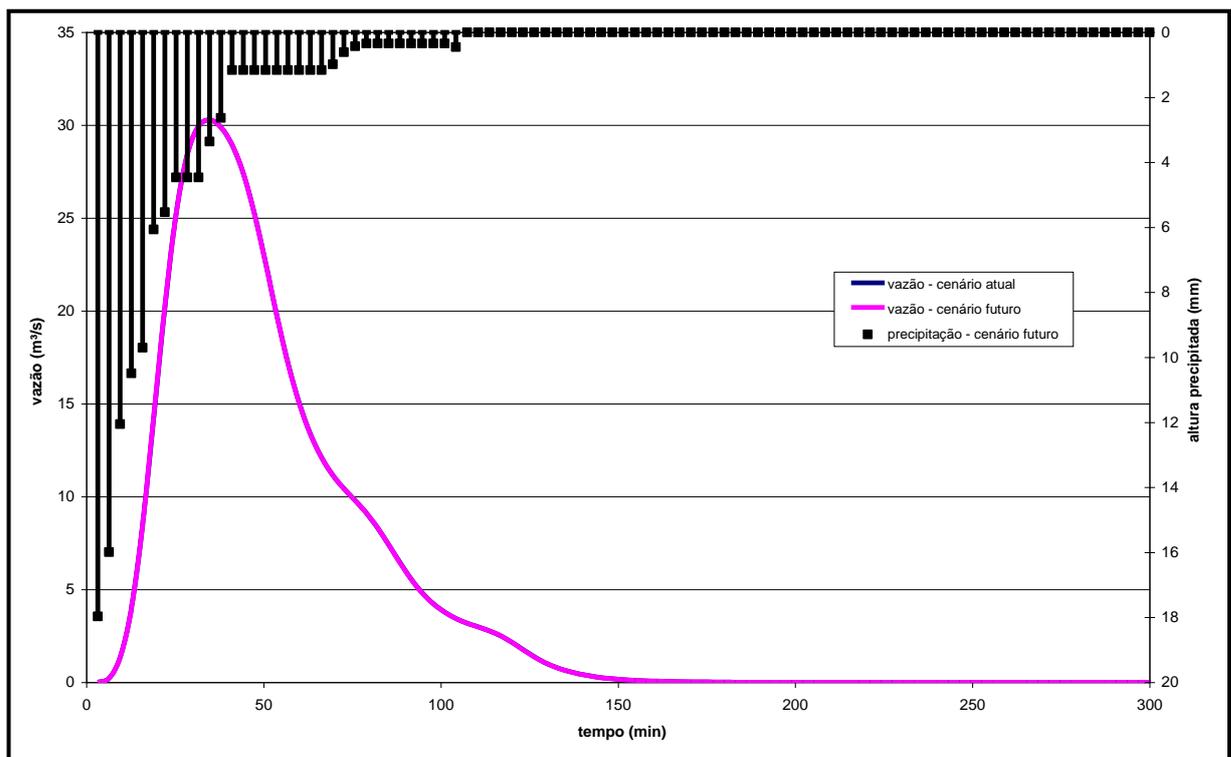


Figura 7.3.4-10 Seção 22.02 do córrego do Vieira

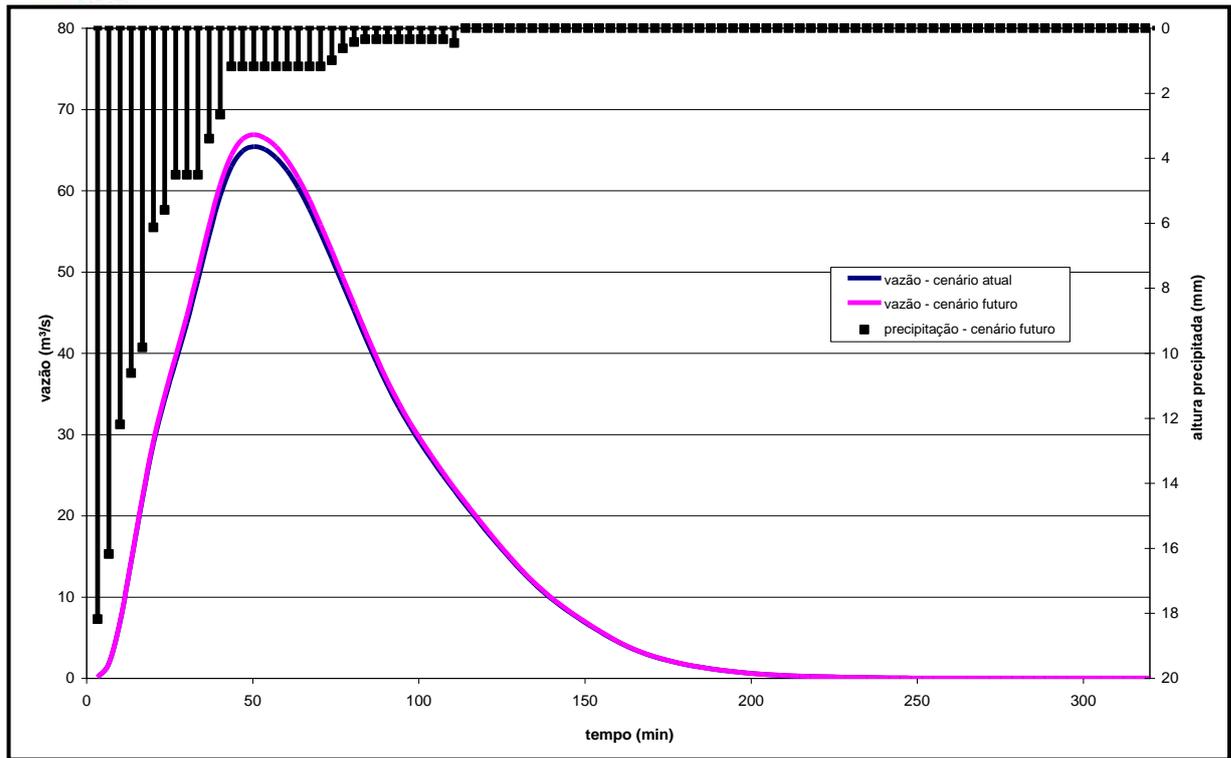


Figura 7.3.4-11 Seção 23.05 do córrego da Água Branca

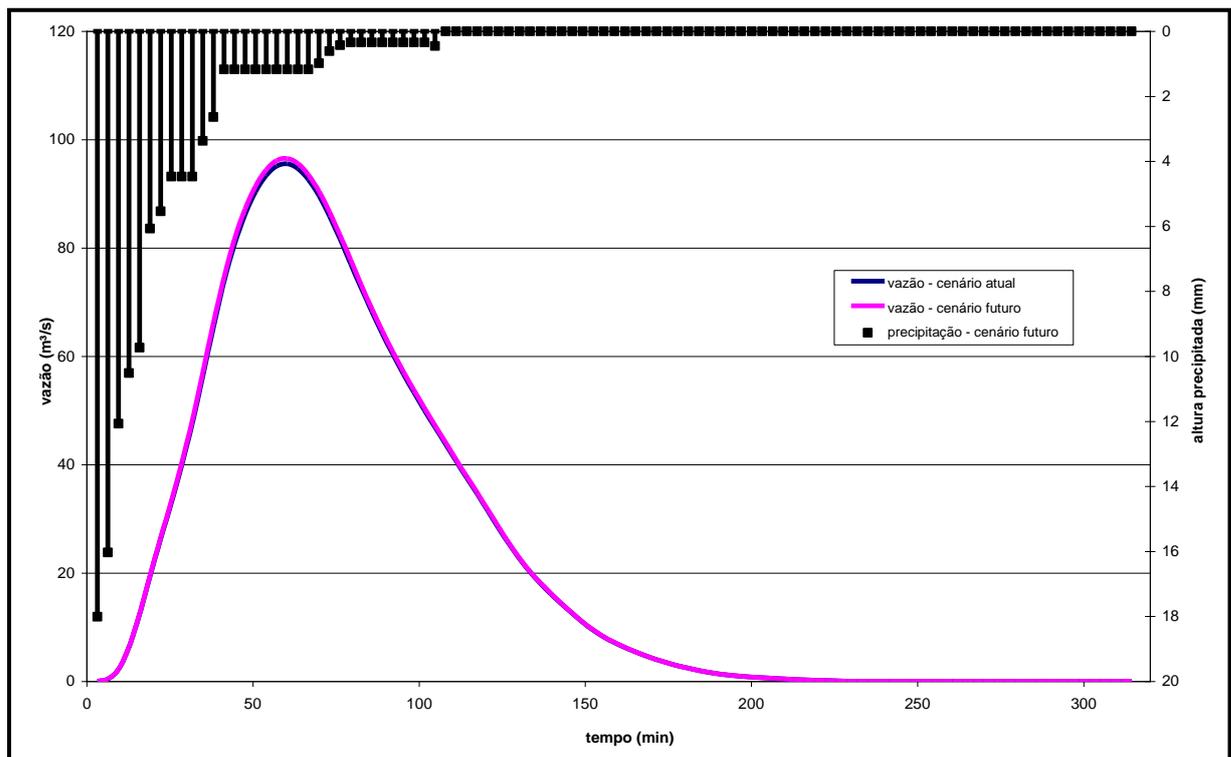


Figura 7.3.4-12 Seção 24.02 do córrego do Paiva



7.4. Diagnóstico das principais interferências existentes na rede de drenagem

A elaboração do diagnóstico das principais interferências existentes na rede de drenagem do município de Araraquara foi feita no software “DrenÁgua 2009”.

O procedimento constitui-se na realização de uma simulação hidrológica do sistema para encontrar-se a duração crítica do evento chuvoso em cada interferência. Dessa maneira, são obtidas as vazões máximas nas seções de controle com as quais o software poderá modelar a capacidade hidráulica das interferências (pontes, galerias, etc).

7.4.1. Modelagem hidráulica das travessias

Para a composição da modelagem do sistema, as travessias foram caracterizadas a partir das informações obtidas na base gráfica municipal e informações coletadas nas visitas técnicas. A modelagem das seções de travessias contempla os seguintes parâmetros: geometria da seção, comprimento do canal sob a travessia, declividade longitudinal e o coeficiente de rugosidade “n” de Manning para o revestimento aplicado.

Para as seções de geometria simples e regular (trapezoidal, galeria circular e retangular, etc.) os dados inseridos são relativos às suas principais dimensões (diâmetro, largura e altura, inclinação dos taludes laterais). Já para as seções compostas ou irregulares é necessário fornecer a equação de sua curva-chave que, na prática, pode ser representada por:

$$Q = k.h^{a+b.h}$$

Em que Q é a vazão em m^3/s , h é a altura da lâmina de água e os parâmetros k , a e b são obtidos por meio de formulações matemáticas que utilizam dados de geometria do canal no cálculo dos mesmos.

A SEREC dispõe de um algoritmo que transforma os dados da seção, definidos em coordenadas X e Y obtidas por meio de listagem em software gráfico, em perímetro molhado, área molhada e raio hidráulico por h (altura), conforme as figuras apresentadas a seguir.



A rotina para obter a equação da curva-chave pode ser exemplificada utilizando a seção T.10.

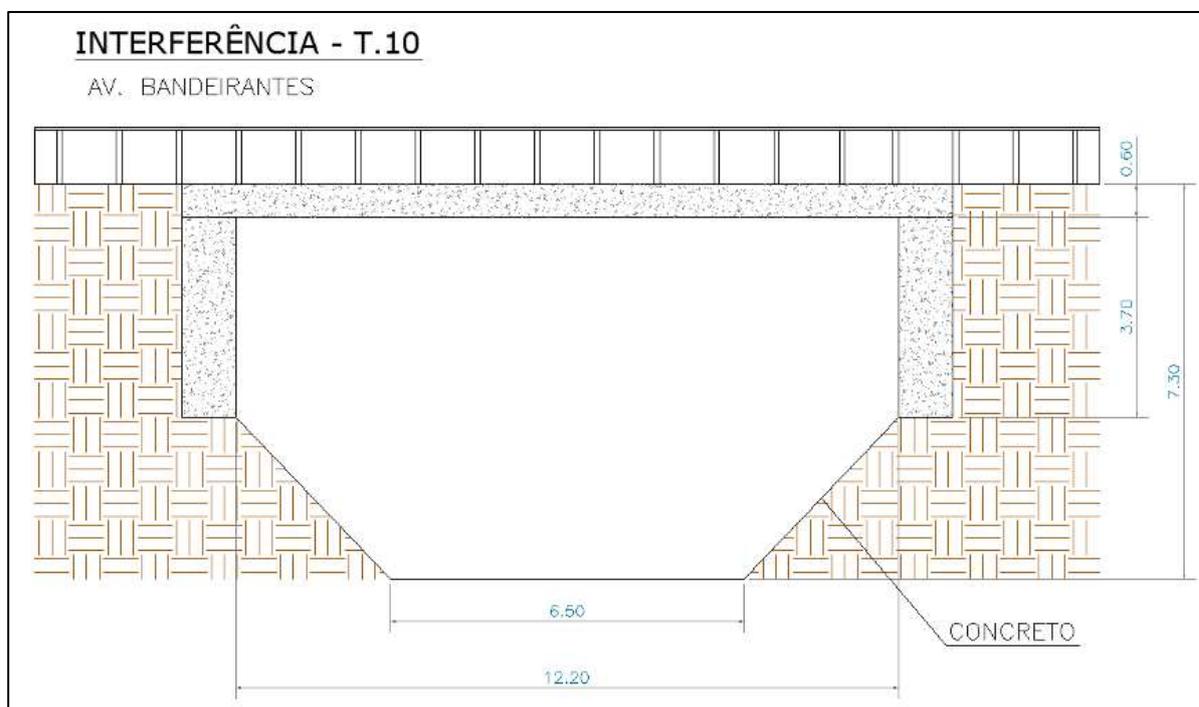


Figura 7.4.1-1 Seção da interferência T.10

Fonte: SEREC, 2013

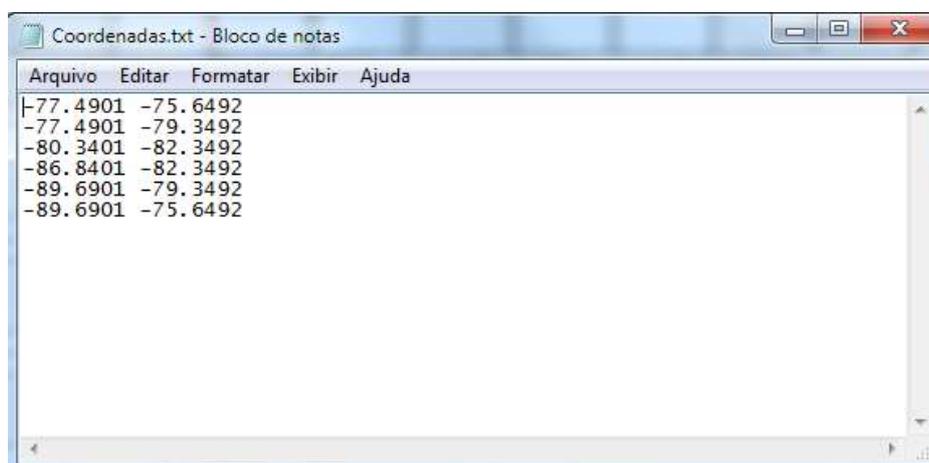


Figura 7.4.1-2 Dados de coordenadas x e y

Fonte: SEREC, 2013

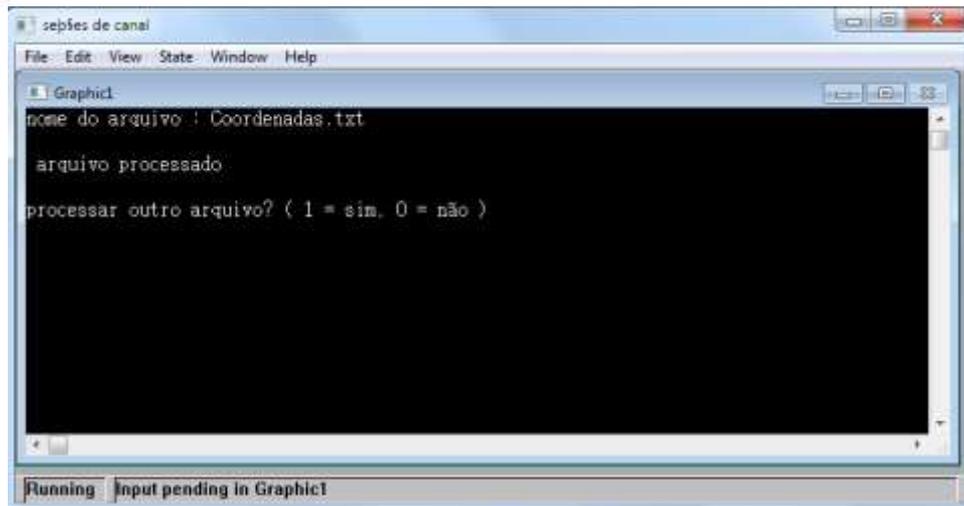


Figura 7.4.1-3 Tela de apresentação do software para transformação de dados
Fonte: SEREC, 2013

h	B(h)	A(h)	P(h)	Rh(h)	A. Rh ^{2/3}
0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000	0.0000
0.0300	6.5255	0.0979	6.5258	0.0150	0.0060
0.0600	6.5510	0.2940	6.5910	0.0446	0.0370
0.0900	6.5766	0.4909	6.6562	0.0738	0.0863
0.1200	6.6021	0.6886	6.7214	0.1025	0.1508
0.1500	6.6276	0.8871	6.7866	0.1307	0.2285
0.1800	6.6531	1.0863	6.8518	0.1585	0.3182
0.2100	6.6786	1.2863	6.9170	0.1860	0.4191
0.2400	6.7042	1.4870	6.9822	0.2130	0.5303
0.2700	6.7297	1.6885	7.0474	0.2396	0.6514
0.3000	6.7552	1.8908	7.1126	0.2658	0.7817
0.3300	6.7807	2.0938	7.1778	0.2917	0.9210
0.3600	6.8063	2.2976	7.2430	0.3172	1.0687
0.3900	6.8318	2.5022	7.3082	0.3424	1.2246
0.4200	6.8573	2.7075	7.3734	0.3672	1.3884
0.4500	6.8828	2.9136	7.4386	0.3917	1.5598
0.4800	6.9084	3.1205	7.5038	0.4159	1.7385
0.5100	6.9339	3.3281	7.5690	0.4397	1.9245
0.5400	6.9594	3.5365	7.6342	0.4632	2.1173
0.5700	6.9849	3.7457	7.6995	0.4865	2.3169
0.6000	7.0105	3.9556	7.7647	0.5094	2.5232
0.6300	7.0360	4.1663	7.8299	0.5321	2.7358
0.6600	7.0615	4.3778	7.8951	0.5545	2.9548
0.6900	7.0870	4.5900	7.9603	0.5766	3.1798
0.7200	7.1125	4.8030	8.0255	0.5985	3.4110
0.7500	7.1381	5.0168	8.0907	0.6201	3.6480
0.7800	7.1636	5.2313	8.1559	0.6414	3.8908
0.8100	7.1891	5.4466	8.2211	0.6625	4.1393
0.8400	7.2146	5.6626	8.2863	0.6834	4.3933
0.8700	7.2402	5.8795	8.3515	0.7040	4.6529

Figura 7.4.1-4 Saída de dados do software

Fonte: SEREC, 2013

No caso de seções ovóides, o cálculo dos parâmetros Perímetro Molhado, Área Molhada e Raio Hidráulico por h (altura) foi realizado com a utilização de ábacos disponibilizados em bibliografia técnica.

A partir dos dados de A e $A \cdot Rh^{2/3}$ e conhecendo-se a seção previamente caracterizada pelas visitas técnicas, onde se definiram os parâmetros S_0 e n , é possível calcular os parâmetros k , a e b por meio de planilhas eletrônicas. Esse procedimento é empreendido por meio de métodos numéricos de minimização de erros, a saber:



Dado que:

$$A.R_h^{2/3} = \frac{n.Q}{\sqrt{I_0}}$$

E que a curva de vazão pode ser representada pela seguinte expressão:

$$Q_{ajuste} = k.h^{(a+b.h)}$$

Sendo assim, o ajuste é realizado de maneira que o erro seja minimizado.

$$\begin{aligned} (A.R_h^{2/3})_{ajuste} &= \frac{n.Q_{ajuste}}{\sqrt{I_0}} = \frac{n.k.h^{(a+b.h)}}{\sqrt{I_0}} \\ Erro^2 &= \left[(A.R_h^{2/3})_{real} - (A.R_h^{2/3})_{ajuste} \right]^2 \\ \sum Erro^2 &\rightarrow 0 \end{aligned}$$

7.4.2. Eventos chuvosos críticos

A seguir são apresentados os resultados, em forma de tabelas e hidrogramas, obtidos na modelagem de chuvas críticas nas seções de interesse. Salienta-se que os resultados de vazão e tempo de pico esperados são relativos às bacias hidrográficas equivalentes com hidrogramas uniformes, enquanto que os resultados de vazão e tempo de pico observados consideram a complexidade da rede hidrográfica e, portanto, não apresenta hidrograma uniforme.

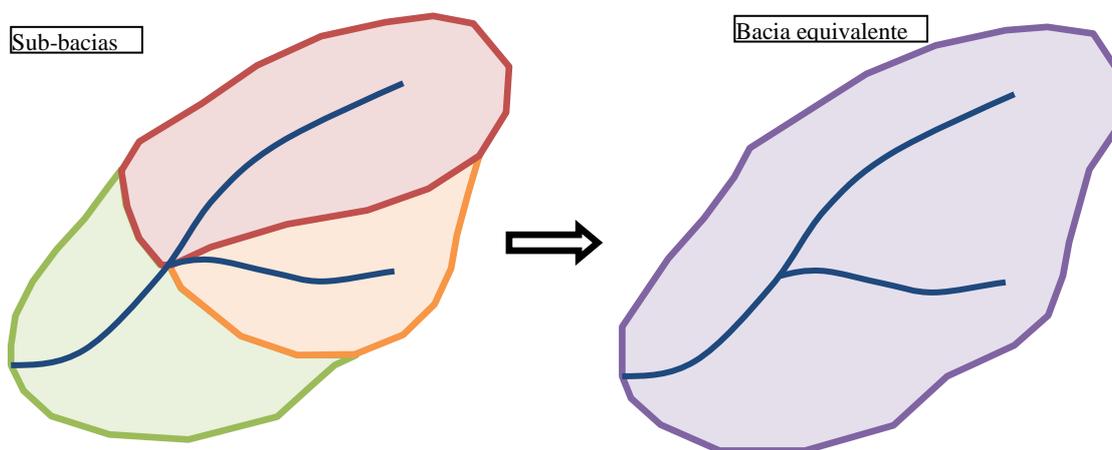


Figura 7.4.2-1 Esquema da equivalência de bacias hidrográficas

As capacidades de escoamento das travessias foram obtidas para duas condições:

- A máxima vazão veiculada na seção, considerando que a mesma trabalha afogada;
- Existência de borda livre no escoamento da vazão máxima de projeto (DAEE).



QUADRO 7.4.2-1 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.09 OU TRAVESSIA T.01

Resultados	Atual	Futuro	Unidade
duração da chuva:	165,71	161,05	minutos
precipitação total:	121,72	121,2	mm
área de drenagem da seção:	33,27	33,27	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	59,89	60,99	-
tempo de concentração (tc):	117,7	117,7	minutos
pico de vazão esperado:	80,69	86,07	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	153,5	151,2	minutos
pico de vazão observado:	126,12	133,45	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	75,8	73,5	minutos

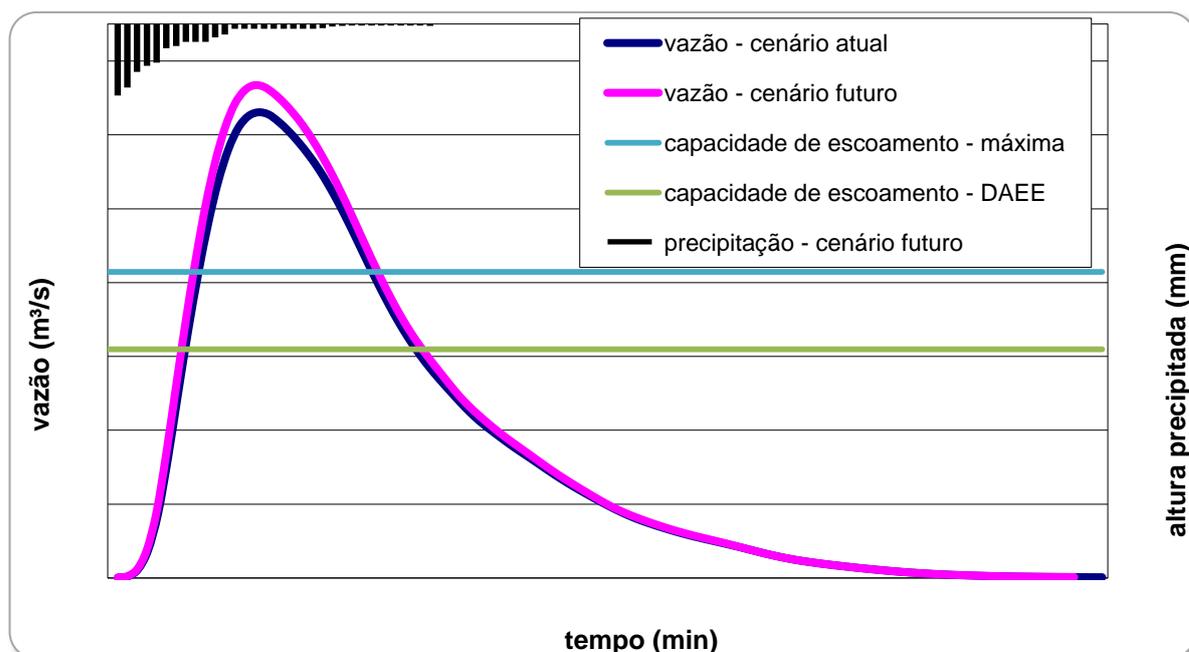


Figura 7.4.2-2 Hidrograma da seção 1.09 ou travessia T.01

QUADRO 7.4.2-2 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.10 OU TRAVESSIA T.03

Resultados	Atual	Futuro	Unidade
duração da chuva:	201,53	193,18	minutos



Resultados	Atual	Futuro	Unidade
precipitação total:	124,96	124,27	mm
área de drenagem da seção:	34,33	34,33	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	60,03	61,24	-
tempo de concentração (tc):	122,4	122,4	minutos
pico de vazão esperado:	78,52	84,57	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	174,2	170	minutos
pico de vazão observado:	125,47	133,52	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	79,7	76,4	minutos

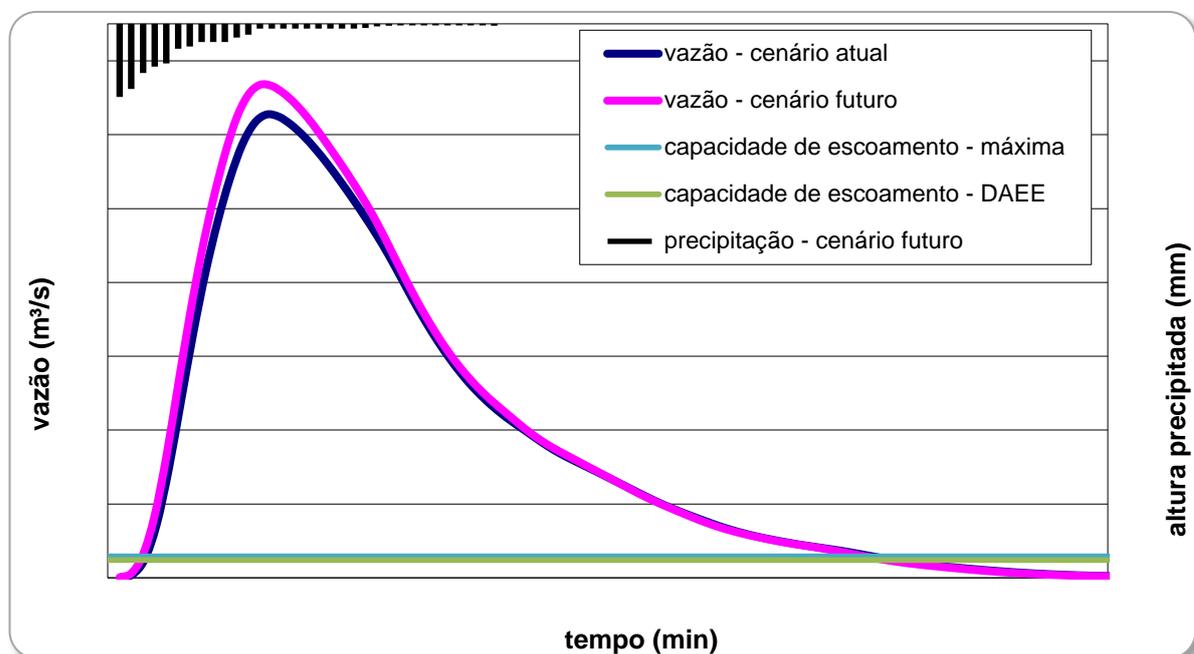


Figura 7.4.2-3 Hidrograma da seção 1.10 ou travessia T.03

QUADRO 7.4.2-3 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.12 OU TRAVESSIA T.05

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	199,76	192,81	minutos
precipitação total:	124,77	124,25	mm
área de drenagem da seção:	36,18	36,18	km ²



Resultados	Atual	Futuro	unidade
núm. de deflúvio médio da seção:	60,5	61,75	-
tempo de concentração (tc):	129,8	129,8	minutos
pico de vazão esperado:	82,79	89,16	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	177,7	174,3	minutos
pico de vazão observado:	129,62	138,42	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	78,8	76,3	minutos

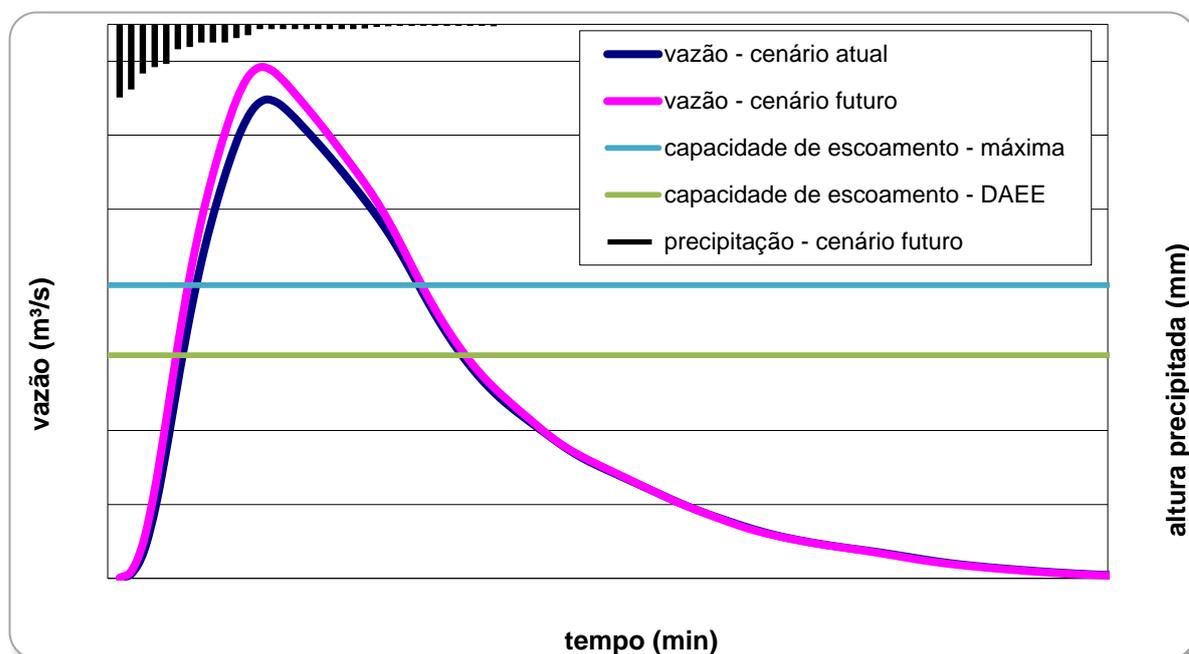


Figura 7.4.2-4 Hidrograma da seção 1.12 ou travessia T.05

QUADRO 7.4.2-4 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.14 OU TRAVESSIA T.06

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	169,97	193,07	minutos
precipitação total:	122,15	124,27	mm
área de drenagem da seção:	41,35	41,35	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	61,17	62,53	-



Resultados	Atual	Futuro	unidade
tempo de concentração (tc):	138,2	138,2	minutos
pico de vazão esperado:	98,94	102,94	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	167,9	179,4	minutos
pico de vazão observado:	154,69	164,96	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	72,5	76,4	minutos

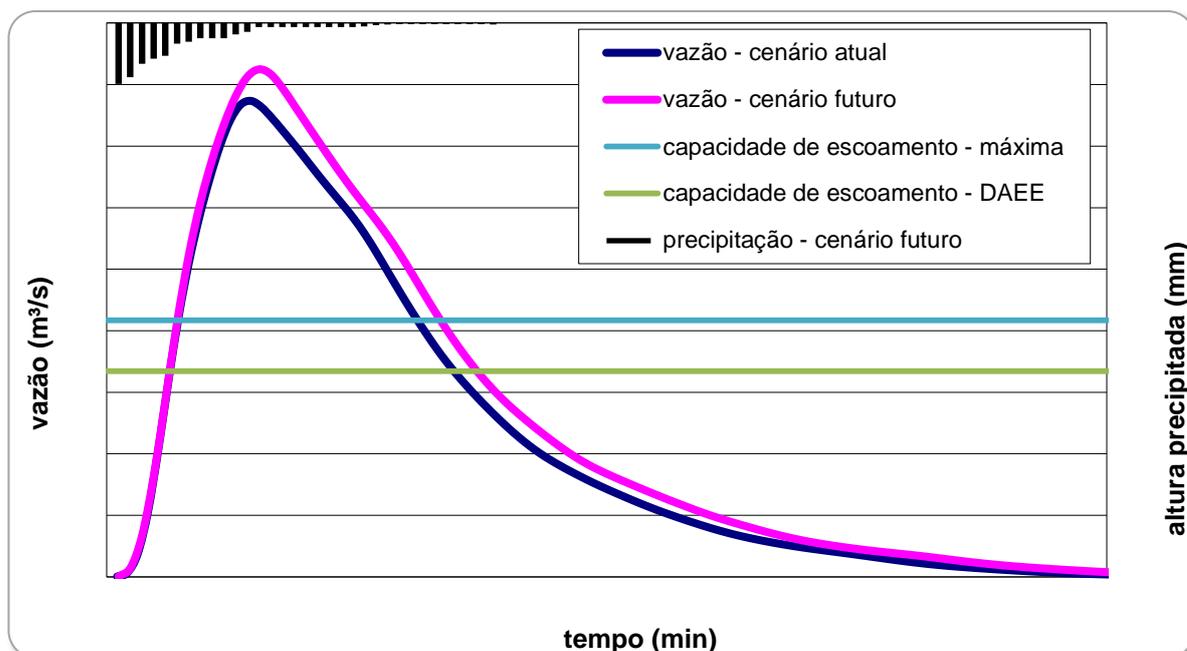


Figura 7.4.2-5 Hidrograma da seção 1.14 ou travessia T.06

QUADRO 7.4.2-5 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.15 OU TRAVESSIA T.07

Resultados	Atual	Futuro	Unidade
duração da chuva:	170,4	193,46	minutos
precipitação total:	122,15	124,28	mm
área de drenagem da seção:	42,32	42,32	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	61,38	62,76	-
tempo de concentração (tc):	143,7	143,7	minutos



Resultados	Atual	Futuro	Unidade
pico de vazão esperado:	100,23	104,5	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	171,4	182,9	minutos
pico de vazão observado:	154,07	164,54	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	72,5	76,5	minutos

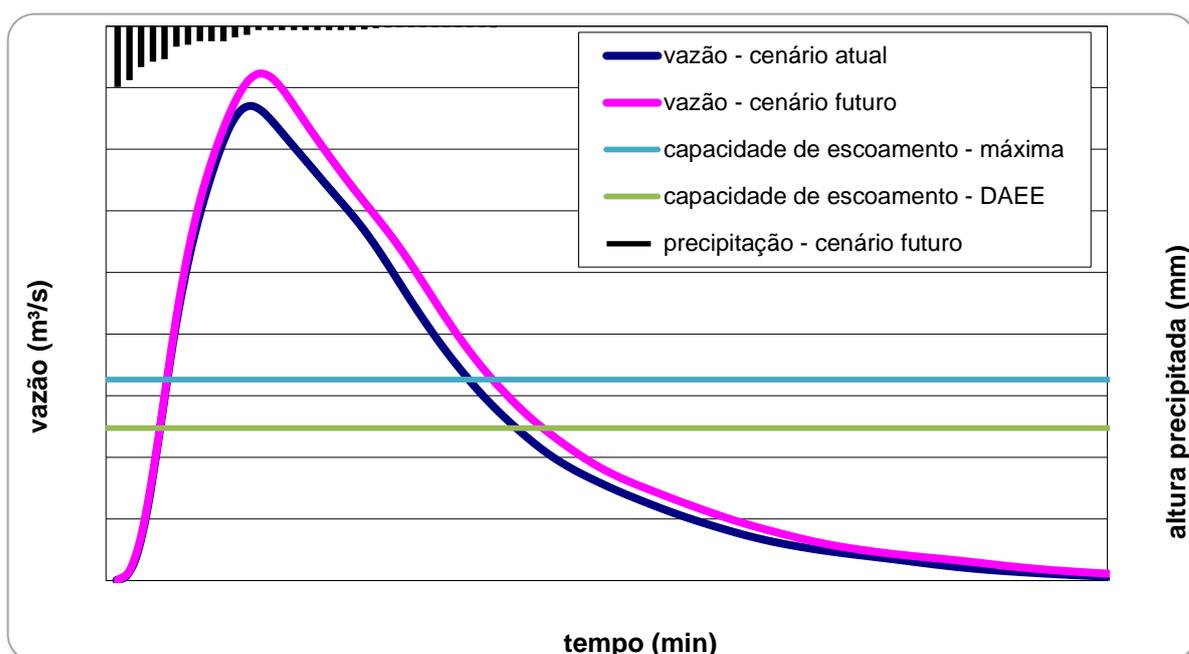


Figura 7.4.2-6 Hidrograma da seção 1.15 ou travessia T.07

QUADRO 7.4.2-6 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.16 OU TRAVESSIA T.08

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	170,43	165,31	minutos
precipitação total:	122,13	121,69	mm
área de drenagem da seção:	44,08	44,08	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	61,68	63,23	-
tempo de concentração (tc):	149,6	149,6	minutos
pico de vazão esperado:	103,87	112,99	m ³ /s



Resultados	Atual	Futuro	unidade
tempo do pico de vazão esperado:	174,9	172,4	minutos
pico de vazão observado:	159,06	171,8	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	72,4	70,6	minutos

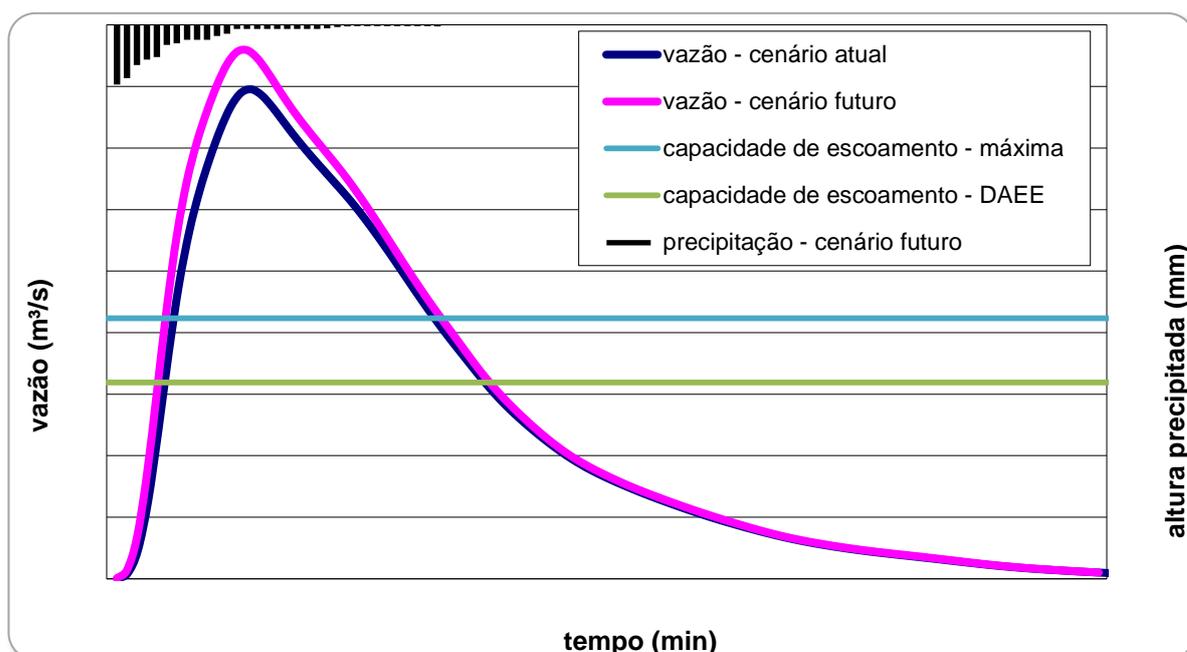


Figura 7.4.2-7 Hidrograma da seção 1.16 ou travessia T.08

QUADRO 7.4.2-7 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.17 OU TRAVESSIA T.09

Resultados	Atual	Futuro	unidade
Duração da chuva:	170,84	194,07	minutos
Precipitação total:	122,17	124,32	mm
Área de drenagem da seção:	44,48	44,48	km ²
Núm. de deflúvio médio da seção:	61,73	63,3	-
Tempo de concentração (tc):	154,1	154,1	minutos



Resultados	Atual	Futuro	unidade
pico de vazão esperado:	103,41	108,9	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	177,9	189,5	minutos
pico de vazão observado:	154,74	166,67	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	72,6	76,6	minutos

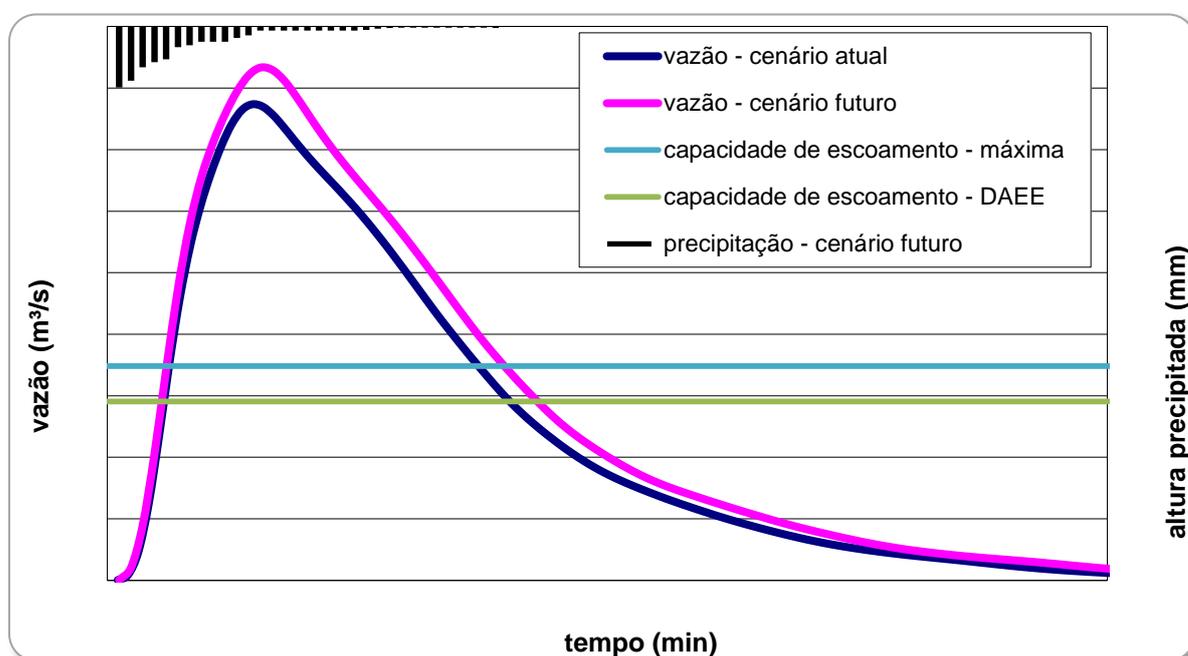


Figura 7.4.2-8 Hidrograma da seção 1.17 ou travessia T.09

QUADRO 7.4.2-8 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 1.18 OU TRAVESSIA T.10

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	171,29	166,23	minutos
precipitação total:	122,27	121,69	mm
área de drenagem da seção:	46,64	46,64	km ²



Resultados	Atual	Futuro	unidade
núm. de deflúvio médio da seção:	62,34	63,84	-
tempo de concentração (tc):	163,4	163,4	minutos
pico de vazão esperado:	108,5	117,16	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	183,7	181,1	minutos
pico de vazão observado:	160,83	173,47	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	73	70,6	minutos

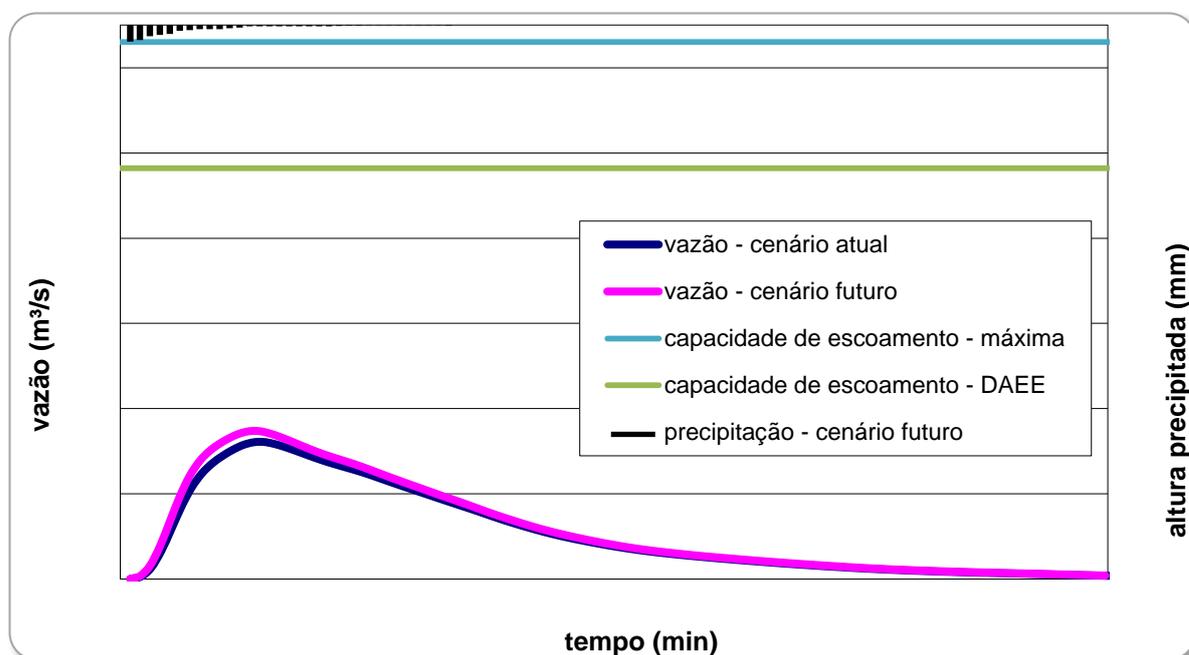


Figura 7.4.2-9 Hidrograma da seção 1.18 ou travessia T.10

QUADRO 7.4.2-9 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 3.01 OU TRAVESSIA T.13

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	104,51	104,26	minutos
precipitação total:	113,04	113,03	mm



Resultados	Atual	Futuro	unidade
área de drenagem da seção:	3,64	3,64	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	60,5	62,32	-
tempo de concentração (tc):	31,6	31,6	minutos
pico de vazão esperado:	16,57	18,36	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	71,2	71,1	minutos
pico de vazão observado:	29,03	32,26	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	44,4	44,4	minutos

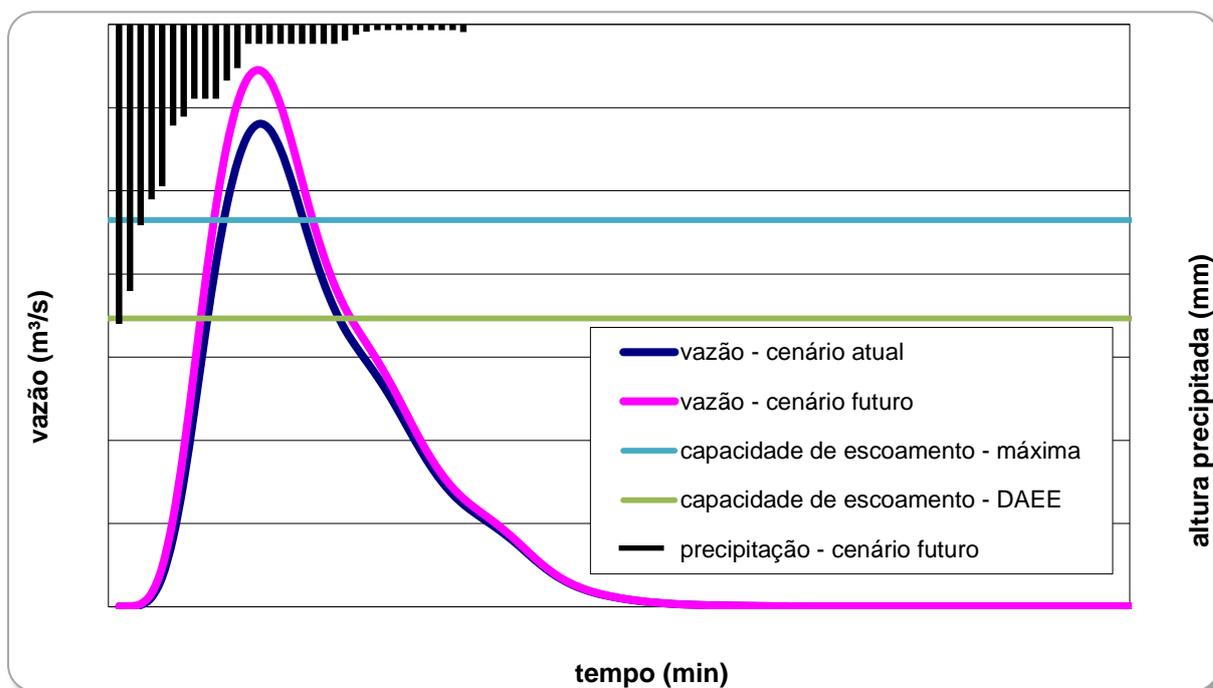


Figura 7.4.2-10 Hidrograma da seção 3.01 ou travessia T.13

QUADRO 7.4.2-10 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 5.04 OU TRAVESSIA T.16

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	115,22	113,08	minutos



Resultados	Atual	Futuro	unidade
precipitação total:	114,94	114,58	mm
área de drenagem da seção:	7,64	7,64	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	61,63	62,83	-
tempo de concentração (tc):	46,9	46,9	minutos
pico de vazão esperado:	31,97	34,26	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	85,7	84,7	minutos
pico de vazão observado:	48,78	51,85	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	48,9	48	minutos

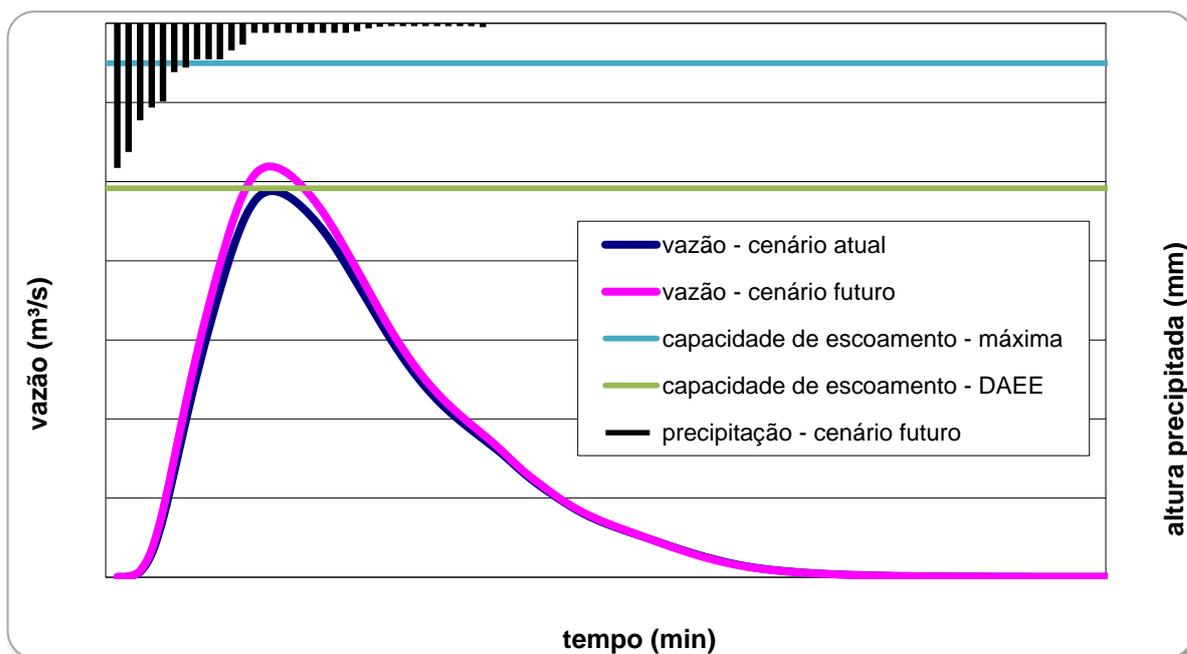


Figura 7.4.2-11 Hidrograma da seção 5.04 ou travessia T.16

QUADRO 7.4.2-11 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 5.05 OU TRAVESSIA T.17

Resultados	Atual	Futuro	unidade
------------	-------	--------	---------



Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	115,18	111,06	minutos
precipitação total:	114,95	114,29	mm
área de drenagem da seção:	7,84	7,84	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	61,55	62,74	-
tempo de concentração (tc):	49,6	49,6	minutos
pico de vazão esperado:	32,09	34,55	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	87,3	85,3	minutos
pico de vazão observado:	48,01	51,31	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	52,5	50,7	minutos

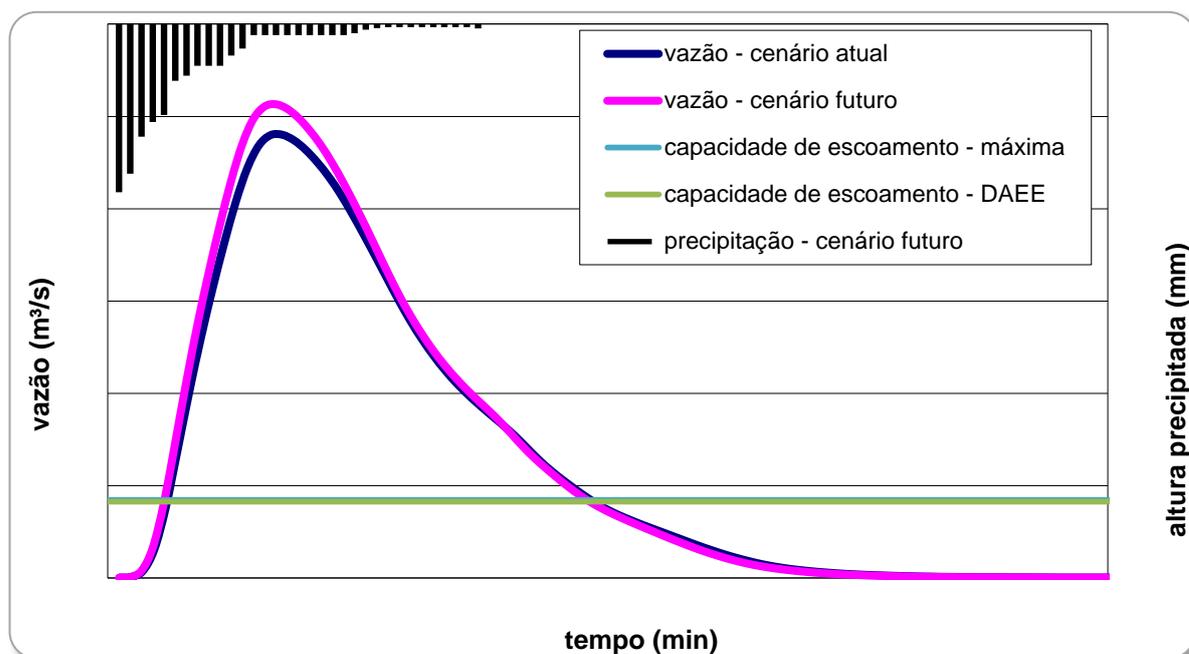


Figura 7.4.2-12 Hidrograma da seção 5.05 ou travessia T.17



QUADRO 7.4.2-12 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 5.06 OU TRAVESSIA T.18

Resultados	Atual	Futuro	Unidade
duração da chuva:	129,63	128,96	minutos
precipitação total:	117,34	117,13	mm
área de drenagem da seção:	8,23	8,23	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	61,47	62,65	-
tempo de concentração (tc):	55,3	55,3	minutos
pico de vazão esperado:	31,31	33,28	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	98	97,7	minutos
pico de vazão observado:	47,53	50,7	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	55,5	54,8	minutos

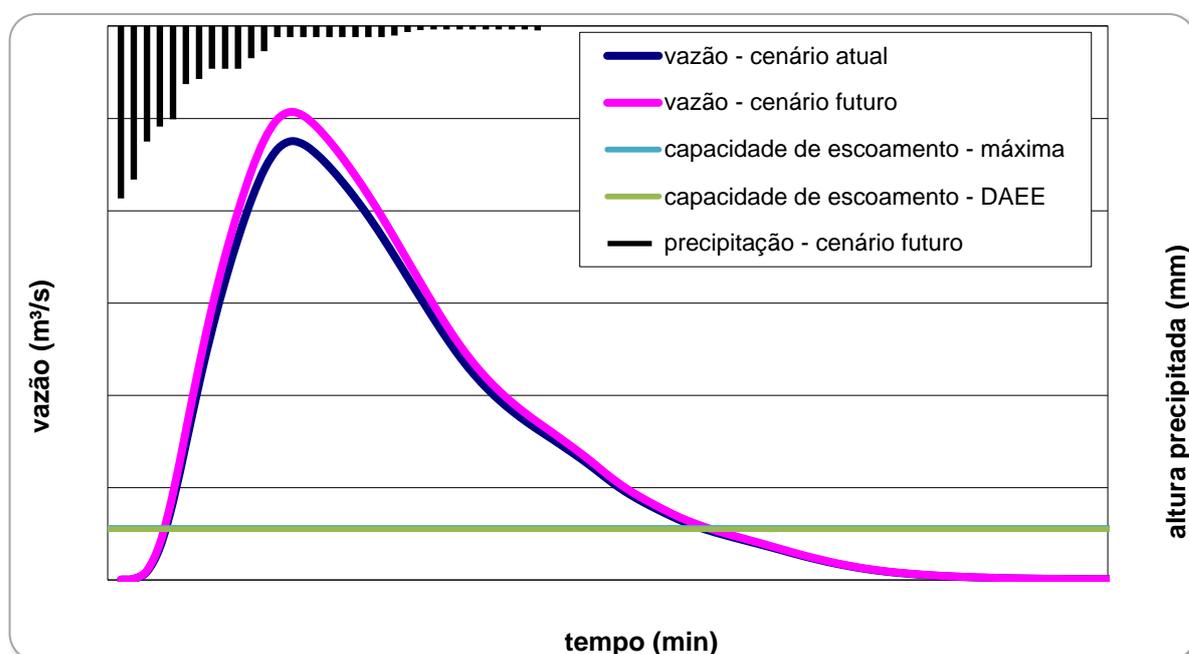


Figura 7.4.2-13 Hidrograma da seção 5.06 ou travessia T.18



QUADRO 7.4.2-13 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 5.07 OU TRAVESSIA T.19

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	131,12	135,06	minutos
precipitação total:	117,53	118,09	mm
área de drenagem da seção:	8,96	8,96	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	61,51	62,66	-
tempo de concentração (tc):	62,1	62,1	minutos
pico de vazão esperado:	32,69	34,4	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	102,8	104,8	minutos
pico de vazão observado:	49,3	52,31	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	56	57,7	minutos

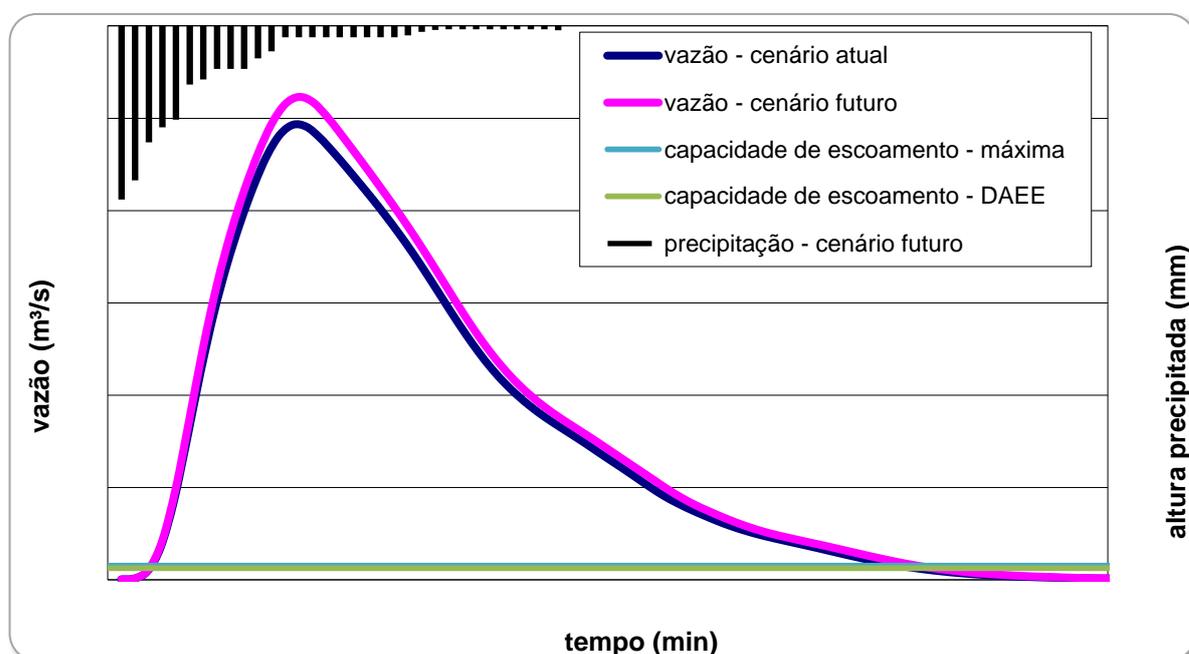


Figura 7.4.2-14 Hidrograma da seção 5.07 ou travessia T.19



QUADRO 7.4.2-14 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 8.01 OU TRAVESSIA T.20

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	103,67	103,55	minutos
precipitação total:	113	112,97	mm
área de drenagem da seção:	1,45	1,45	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	67,34	67,34	-
tempo de concentração (tc):	20,9	20,9	minutos
pico de vazão esperado:	10,38	10,38	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	64,4	64,3	minutos
pico de vazão observado:	18,95	18,95	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	34,9	34,9	minutos

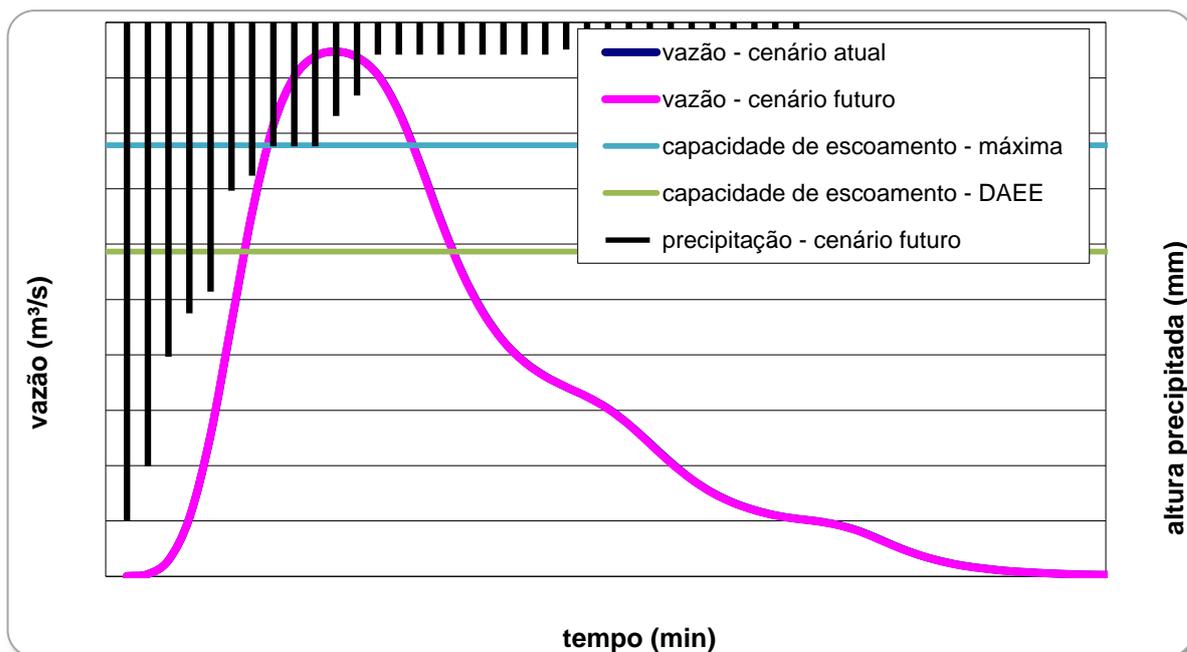


Figura 7.4.2-15 Hidrograma da seção 8.01 ou travessia T.20



QUADRO 7.4.2-15 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 9.01 OU TRAVESSIA T.21

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	104,01	104,46	minutos
precipitação total:	113,04	113,06	mm
área de drenagem da seção:	2,78	2,78	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	65,43	67,22	-
tempo de concentração (tc):	36,4	36,4	minutos
pico de vazão esperado:	15,84	17,2	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	73,9	74,1	minutos
pico de vazão observado:	27,24	29,83	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	47,6	44,5	minutos

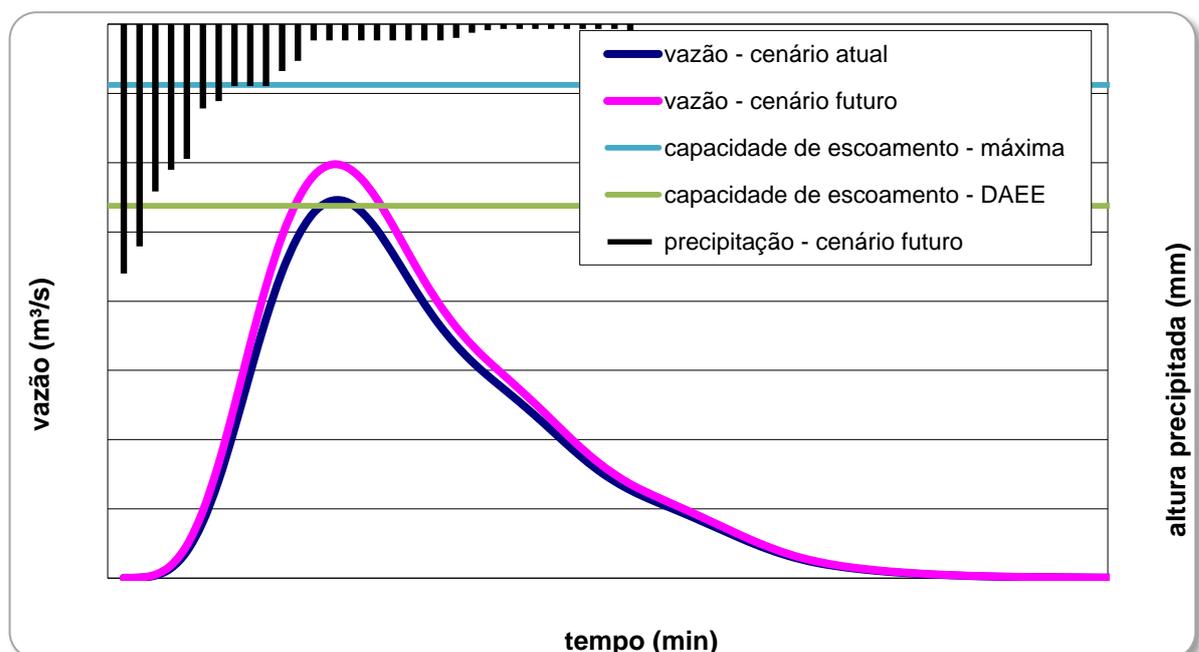


Figura 7.4.2-16 Hidrograma da seção 9.01 ou travessia T.21



QUADRO 7.4.2-16 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 9.02 OU TRAVESSIA T.22

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	119,77	116,38	minutos
precipitação total:	115,83	115,28	mm
área de drenagem da seção:	3,6	3,6	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	65,22	67,2	-
tempo de concentração (tc):	46,9	46,9	minutos
pico de vazão esperado:	17,93	19,87	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	88	86,3	minutos
pico de vazão observado:	29,05	32,02	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	47,6	46,2	minutos

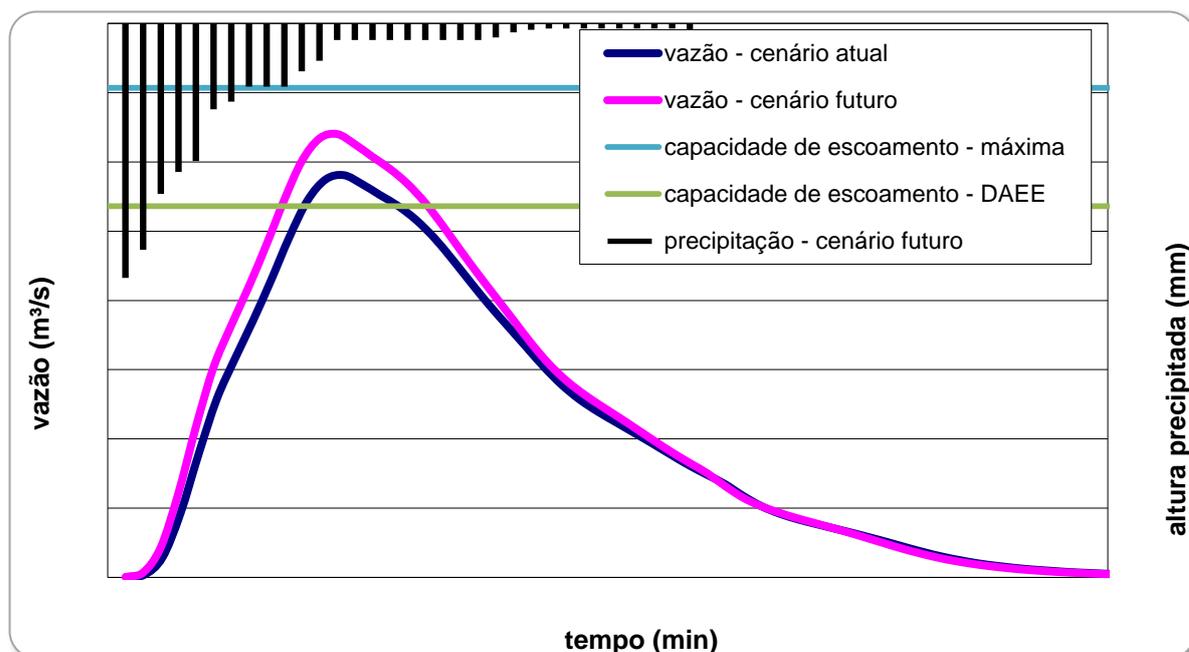


Figura 7.4.2-17 Hidrograma da seção 9.02 ou travessia T.22



QUADRO 7.4.2-17 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 10.11 OU TRAVESSIA T.25

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	144,06	126,69	minutos
precipitação total:	119,26	116,9	mm
área de drenagem da seção:	17,3	17,3	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	58,25	63,34	-
tempo de concentração (tc):	100,9	100,9	minutos
pico de vazão esperado:	42,21	56,91	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	132,6	123,9	minutos
pico de vazão observado:	67,16	90,6	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	57,1	50,3	minutos

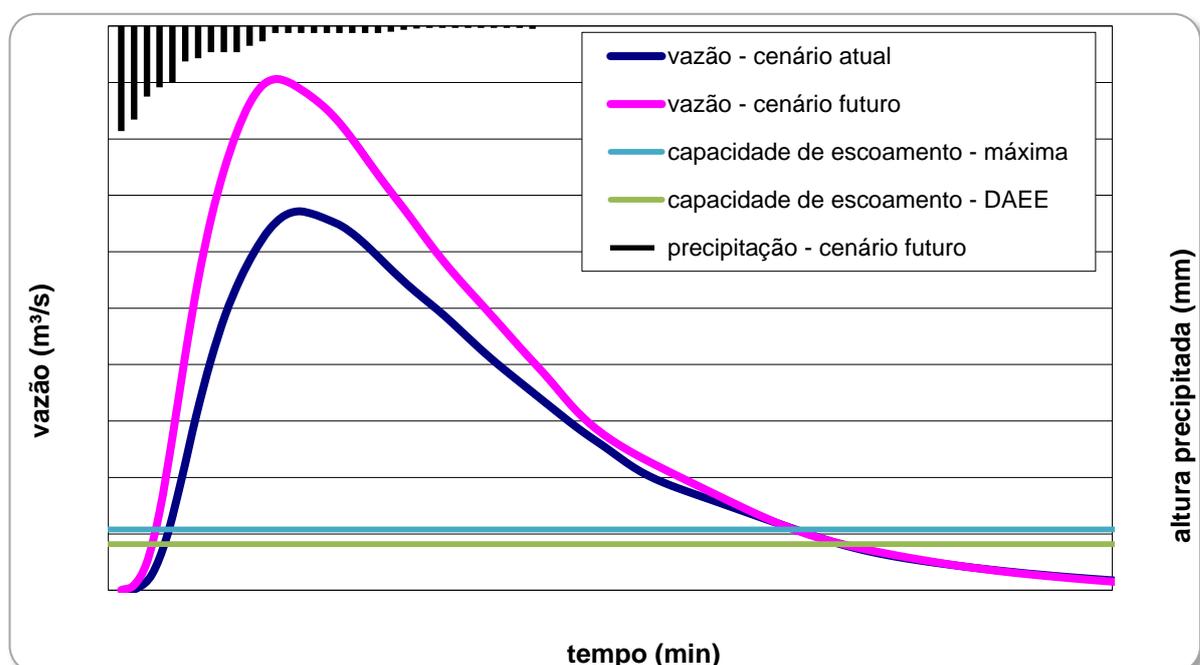


Figura 7.4.2-18 Hidrograma da seção 10.11 ou travessia T.25



QUADRO 7.4.2-18 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.07 OU TRAVESSIA T.31

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	107,35	112,35	minutos
precipitação total:	113,62	114,59	mm
área de drenagem da seção:	16,28	16,28	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	52,36	53,49	-
tempo de concentração (tc):	82,1	82,1	minutos
pico de vazão esperado:	30,04	32,8	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	102,9	105,4	minutos
pico de vazão observado:	55,79	60,42	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	45,8	48,1	minutos

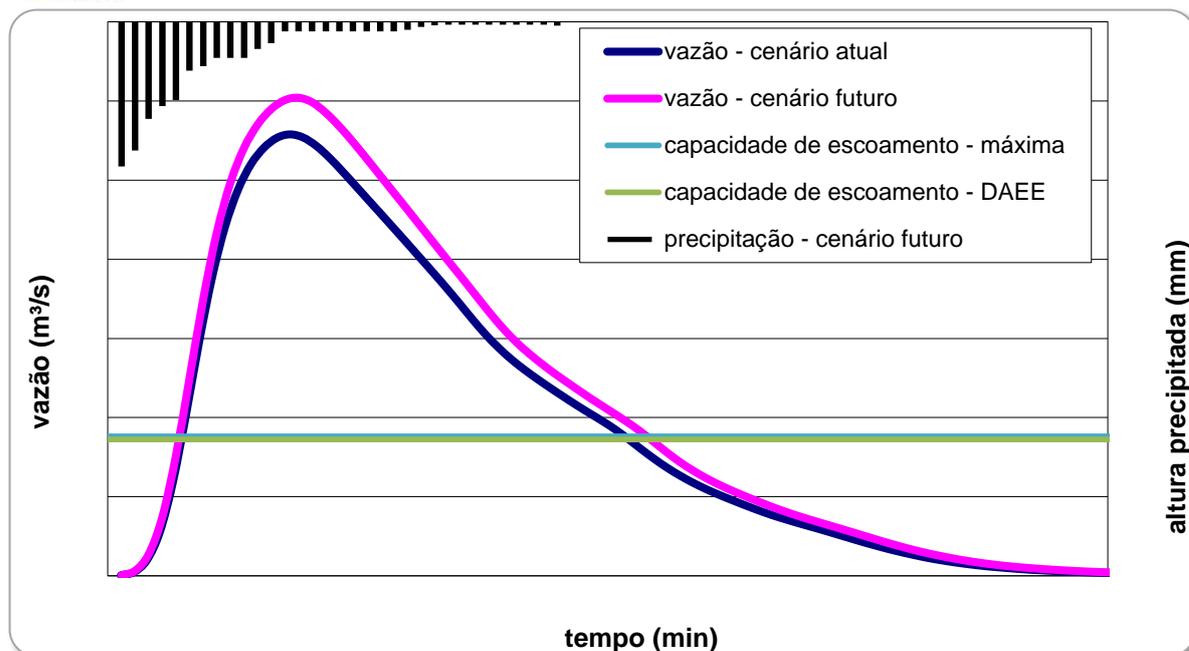


Figura 7.4.2-19 Hidrograma da seção 18.07 ou travessia T.31

QUADRO 7.4.2-19 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.11 OU TRAVESSIA T.34

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	103,29	104,38	minutos
precipitação total:	112,61	113,13	mm
área de drenagem da seção:	21,24	21,24	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	56,15	57,22	-
tempo de concentração (tc):	94,9	94,9	minutos
pico de vazão esperado:	47,88	51,75	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	108,6	109,1	minutos
pico de vazão observado:	100,25	105,67	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	40,9	41,4	minutos

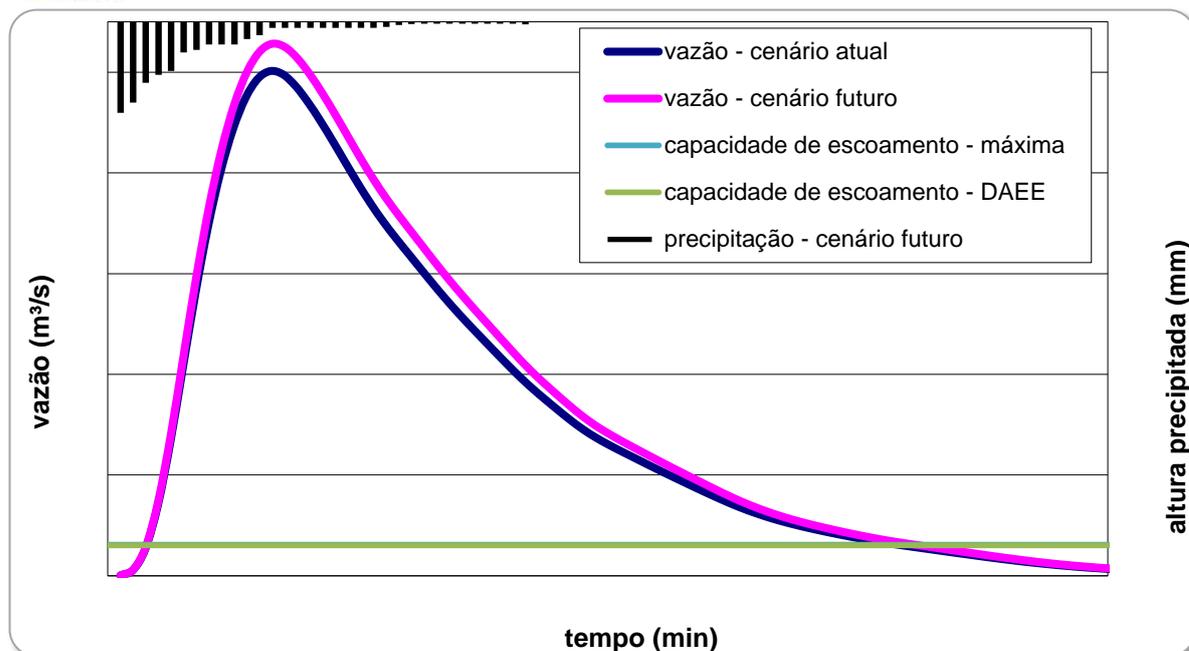


Figura 7.4.2-20 Hidrograma da seção 18.11 ou travessia T.34

QUADRO 7.4.2-20 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.14 OU TRAVESSIA T.36

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	129,26	130,16	minutos
precipitação total:	117,26	117,4	mm
área de drenagem da seção:	29,68	29,68	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	61,71	62,56	-
tempo de concentração (tc):	117,7	117,7	minutos
pico de vazão esperado:	82,74	86,46	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	135,2	135,7	minutos
pico de vazão observado:	155,66	160,78	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	55,2	55,6	minutos

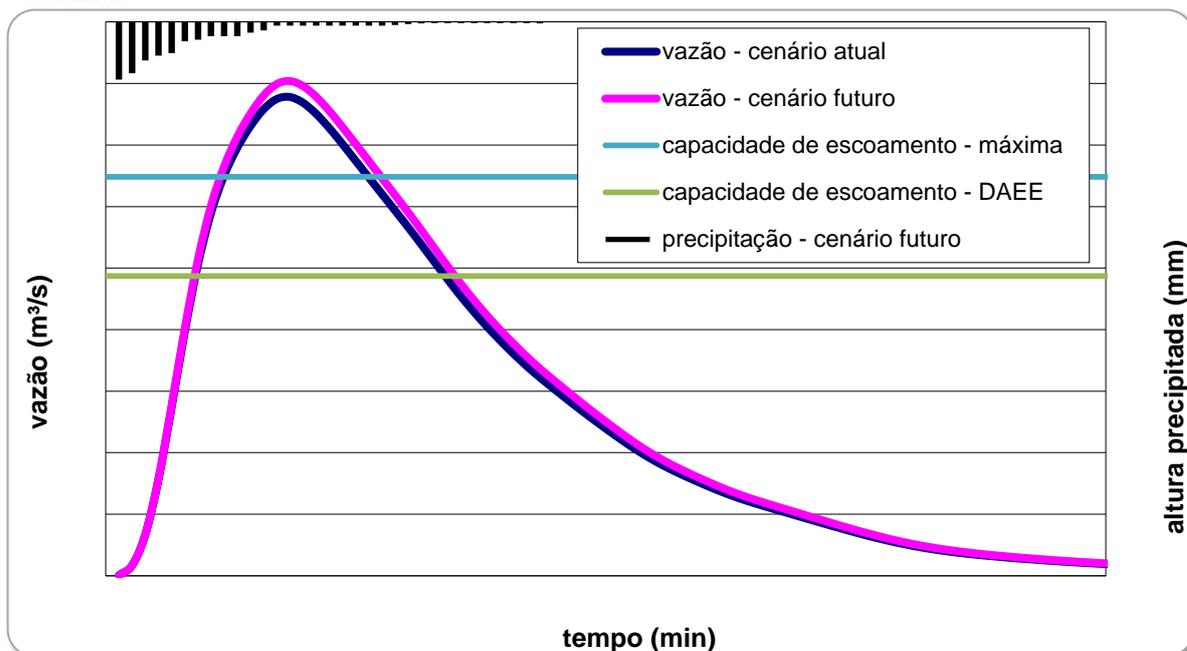


Figura 7.4.2-21 Hidrograma da seção 18.14 ou travessia T.36

QUADRO 7.4.2-21 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.16 OU TRAVESSIA T.38

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	128,97	113,26	minutos
precipitação total:	117,23	114,61	mm
área de drenagem da seção:	30,52	30,52	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	62,19	63,02	-
tempo de concentração (tc):	120,9	120,9	minutos
pico de vazão esperado:	86,07	90,67	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	137,1	129,2	minutos
pico de vazão observado:	160,08	165,06	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	55,1	48,1	minutos

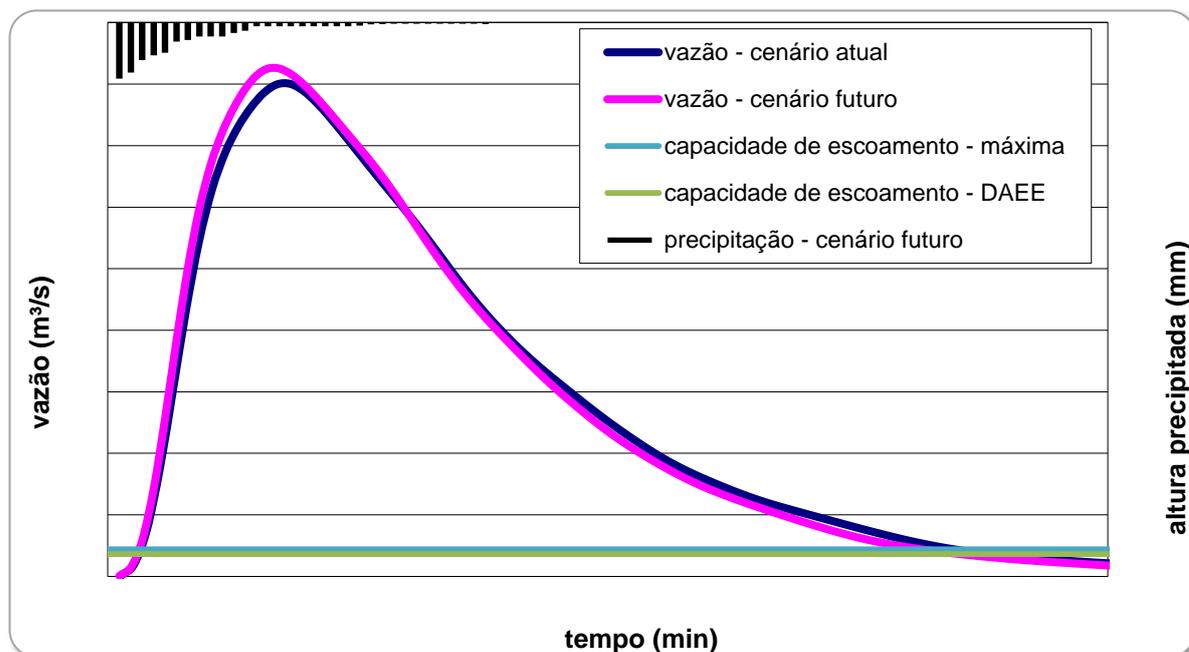


Figura 7.4.2-22 Hidrograma da seção 18.16 ou travessia T.38

QUADRO 7.4.2-22 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.19 OU TRAVESSIA T.41

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	126,69	112,4	minutos
precipitação total:	116,79	114,55	mm
área de drenagem da seção:	36,91	36,91	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	64,18	64,87	-
tempo de concentração (tc):	128,9	128,9	minutos
pico de vazão esperado:	111,25	116,33	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	140,7	133,5	minutos
pico de vazão observado:	215,54	220,77	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	57,7	54,8	minutos

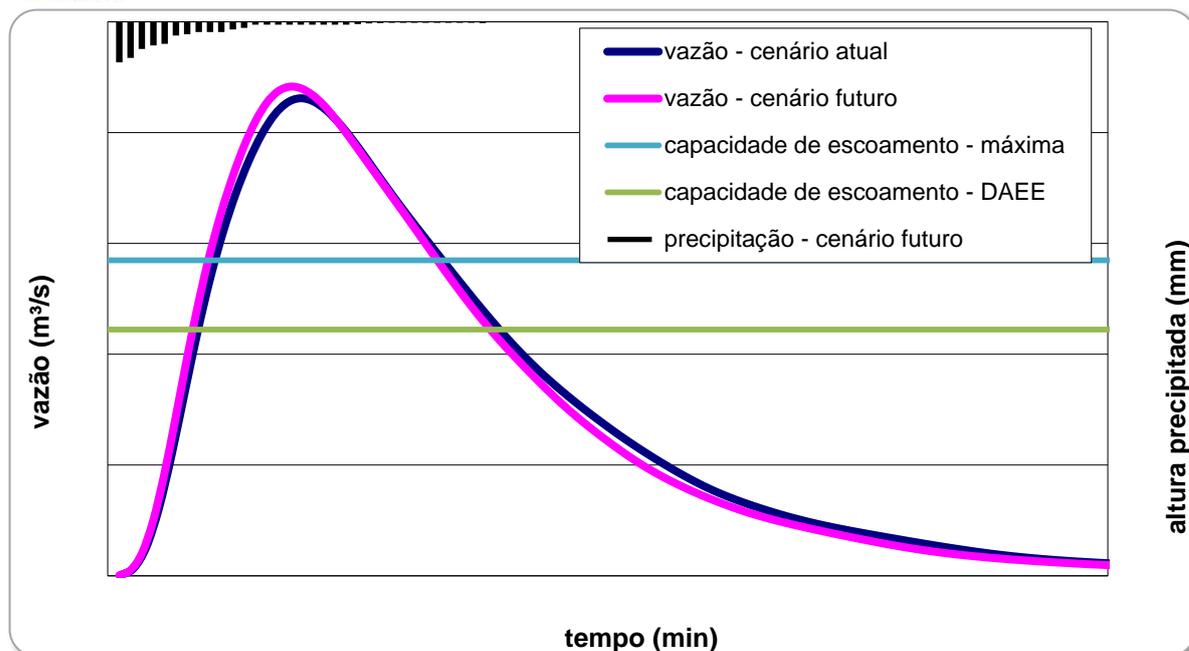


Figura 7.4.23 Hidrograma da seção 18.19 ou travessia T.41

QUADRO 7.4.2-23 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.20 OU TRAVESSIA T.42

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	111,92	112,23	minutos
precipitação total:	114,39	114,56	mm
área de drenagem da seção:	46,37	46,37	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	66,34	66,93	-
tempo de concentração (tc):	130,8	130,8	minutos
pico de vazão esperado:	155,36	160,02	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	134,5	134,6	minutos
pico de vazão observado:	309,79	315,91	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	57,8	58,3	minutos

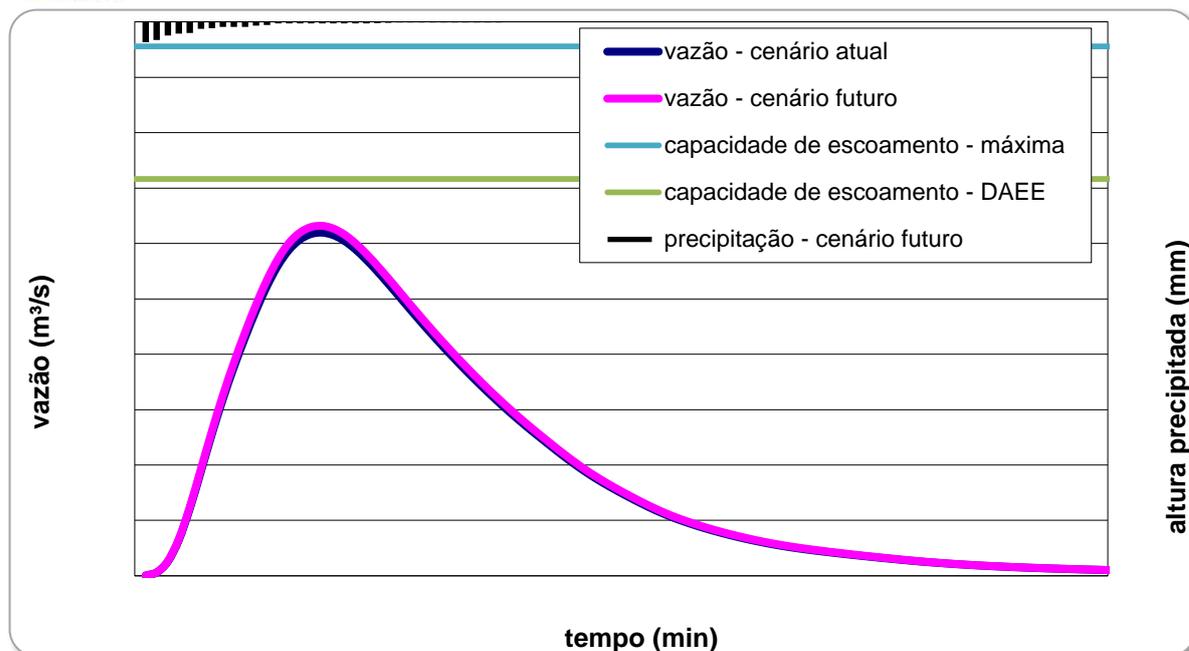


Figura 7.4.2-24 Hidrograma da seção 18.20 ou travessia T.42

QUADRO 7.4.2-24 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 18.21 OU TRAVESSIA T.43

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	124,75	112,82	minutos
precipitação total:	374,24	114,57	Mm
área de drenagem da seção:	46,82	46,82	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	66,41	66,99	-
tempo de concentração (tc):	134,4	134,4	minutos
pico de vazão esperado:	153,8	159,25	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	143	137	minutos
pico de vazão observado:	301,27	306,9	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	60,8	58,3	minutos

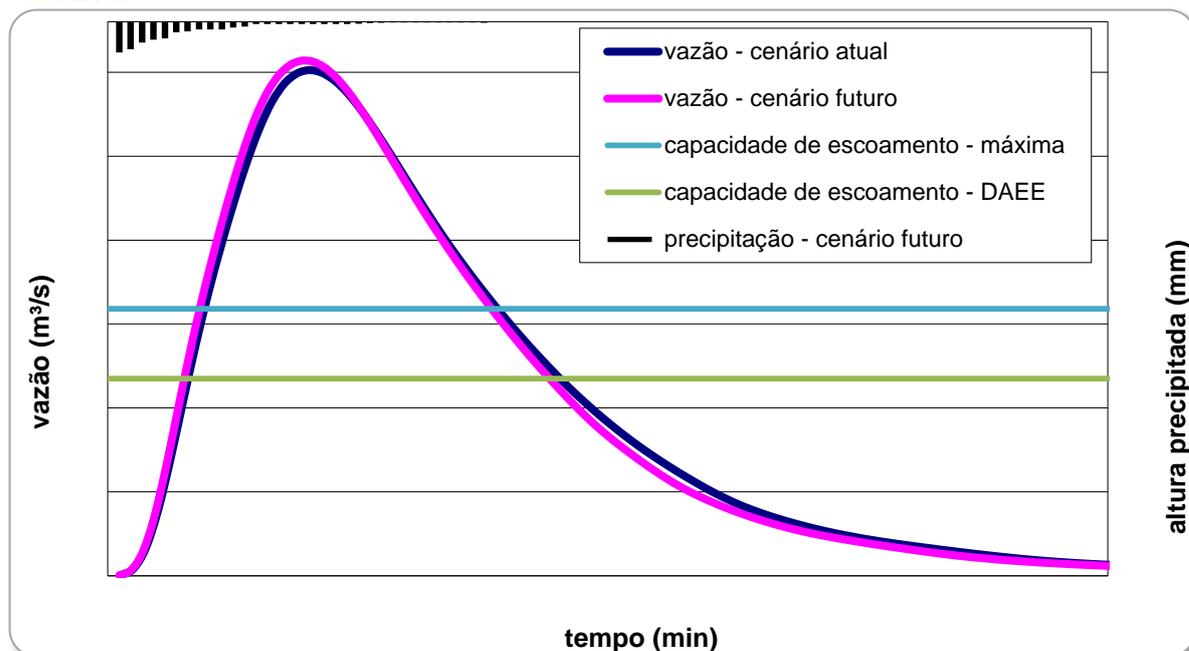


Figura 7.4.2-25 Hidrograma da seção 18.21 ou travessia T.43

QUADRO 7.4.2-25 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 20.02 OU TRAVESSIA T.45

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	103,1	102,27	minutos
precipitação total:	112,59	112,17	mm
área de drenagem da seção:	5,77	5,77	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	61,27	63,45	-
tempo de concentração (tc):	39,9	39,9	minutos
pico de vazão esperado:	25,64	28,76	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	75,5	75,1	minutos
pico de vazão observado:	48,4	52,97	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	37,7	37,3	minutos

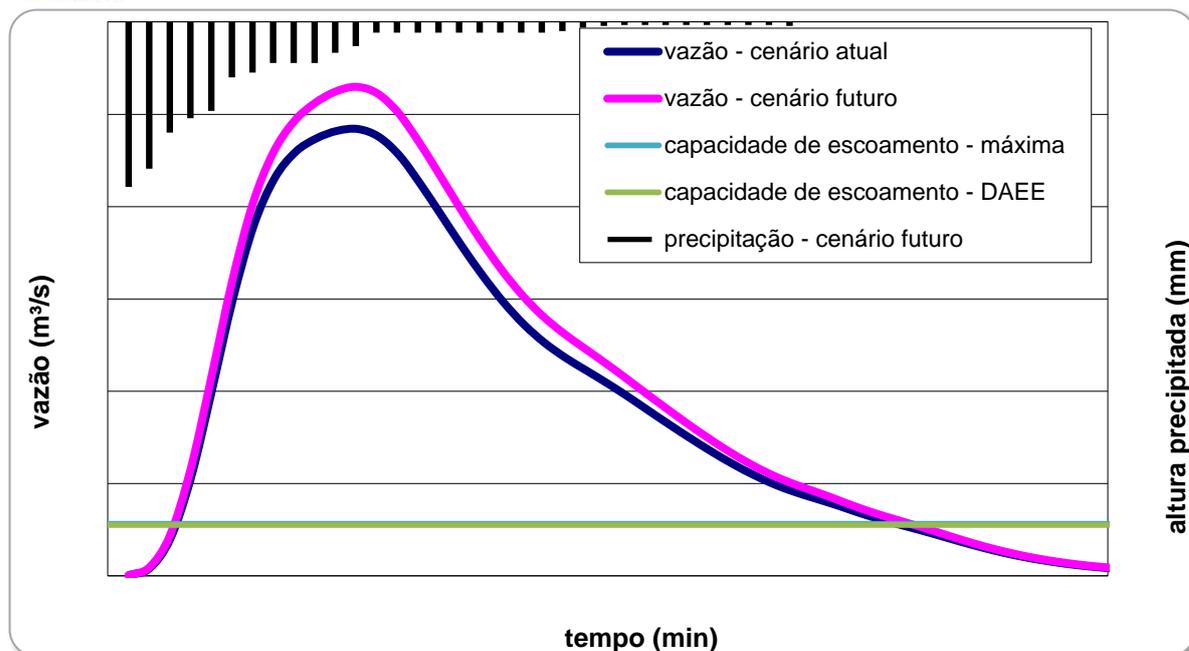


Figura 7.4.2-26 Hidrograma da seção 20.02 ou travessia T.45

QUADRO 7.4.2-11 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 21.01 OU TRAVESSIA T.46

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	98,19	98,01	minutos
precipitação total:	110,44	110,44	mm
área de drenagem da seção:	1,25	1,25	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	77,27	77,6	-
tempo de concentração (tc):	21,6	21,6	minutos
pico de vazão esperado:	13,47	13,66	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	62	62	minutos
pico de vazão observado:	25,46	25,82	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	29,9	29,9	minutos

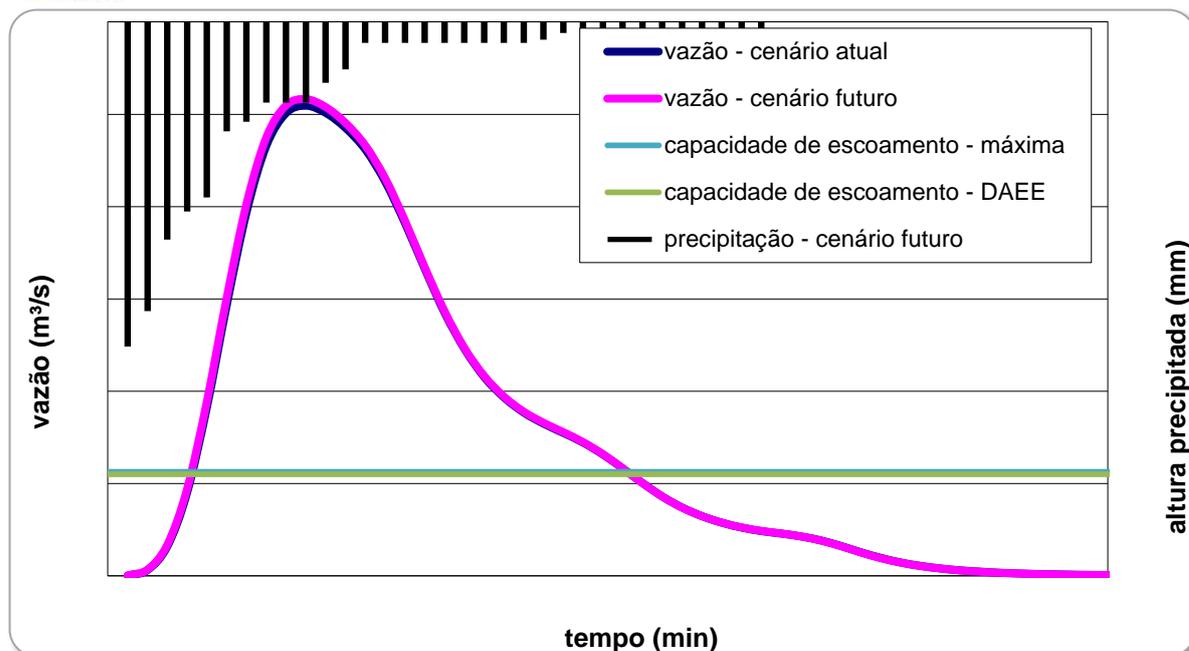


Figura 7.4.2-27 Hidrograma da seção 21.01 ou travessia T.46

QUADRO 7.4.2-27 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 22.01 OU TRAVESSIA T.47

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	100,52	100,14	minutos
precipitação total:	111,56	111,52	mm
área de drenagem da seção:	1,77	1,77	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	74,7	74,7	-
tempo de concentração (tc):	23,8	23,8	minutos
pico de vazão esperado:	16,89	16,93	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	64,5	64,3	minutos
pico de vazão observado:	31,23	31,23	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	33,8	33,7	minutos

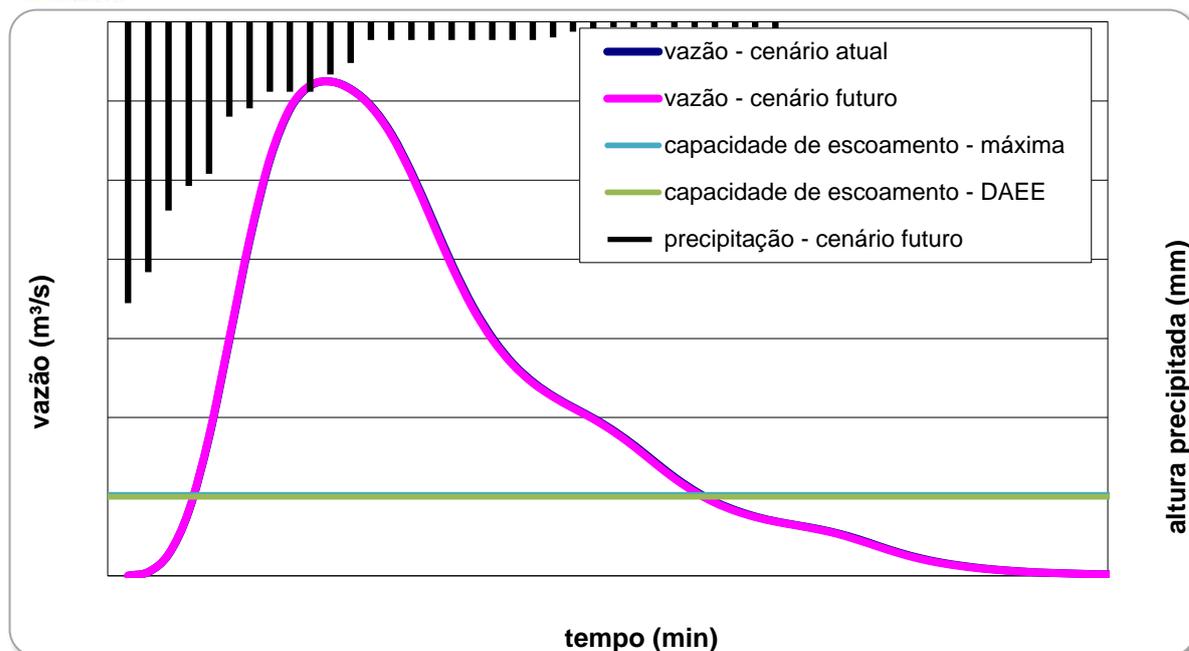


Figura 7.4.2-28 Hidrograma da seção 22.01 ou travessia T.47

QUADRO 7.4.2-28 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 23.01 OU TRAVESSIA T.48

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	103,87	103,73	minutos
precipitação total:	113	113,01	mm
área de drenagem da seção:	4,61	4,61	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	75,96	76,55	-
tempo de concentração (tc):	46,6	46,6	minutos
pico de vazão esperado:	38,16	39,05	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	79,9	79,8	minutos
pico de vazão observado:	64,79	66,32	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	50,8	50,8	minutos

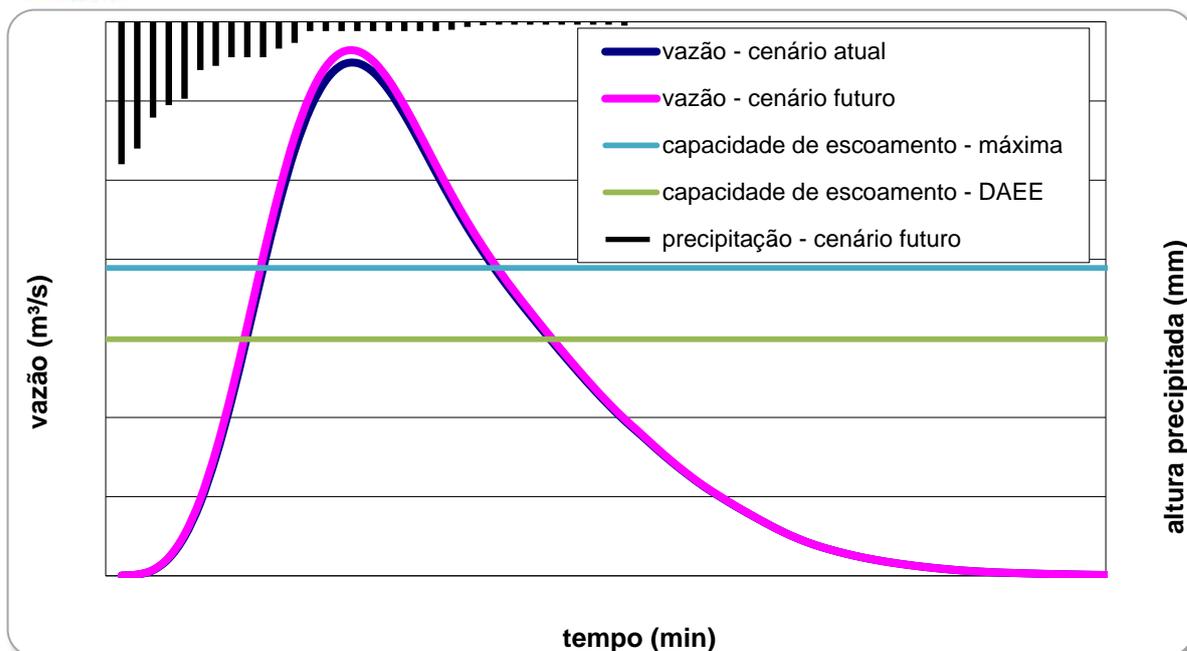


Figura 7.4.2-29 Hidrograma da seção 23.01 ou travessia T.48

QUADRO 7.4.2-29 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 23.02 OU TRAVESSIA T.49

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	104,11	104,03	minutos
precipitação total:	113,01	113,09	mm
área de drenagem da seção:	4,97	4,97	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	76,08	76,62	-
tempo de concentração (tc):	48,9	48,9	minutos
pico de vazão esperado:	40,57	41,48	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	81,4	81,3	minutos
pico de vazão observado:	65,73	67,28	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	50,8	50,9	minutos

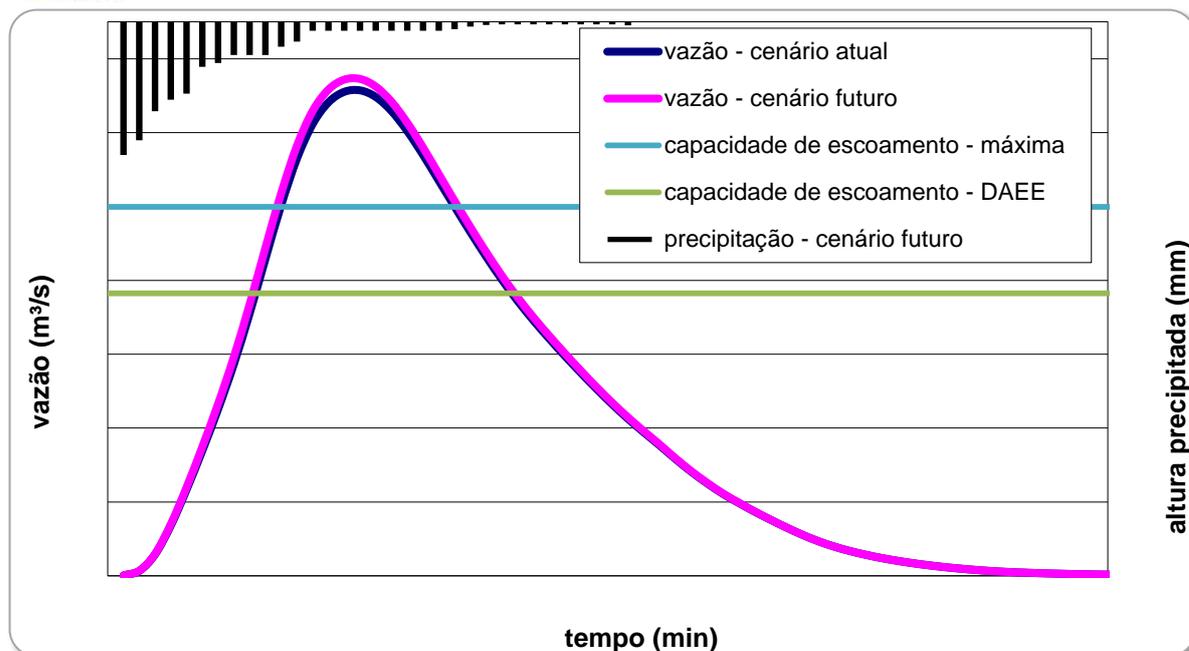


Figura 74.2-30 Hidrograma da seção 23.02 ou travessia T.49

QUADRO 7.4.2-30 RESUMO DOS RESULTADOS DA SEÇÃO 23.03 OU TRAVESSIA T.50

Resultados	Atual	Futuro	unidade
duração da chuva:	104,8	104,36	minutos
precipitação total:	113,07	113,08	mm
área de drenagem da seção:	5,3	5,3	km ²
núm. de deflúvio médio da seção:	76,43	76,94	-
tempo de concentração (tc):	50,6	50,6	minutos
pico de vazão esperado:	43,14	44,1	m ³ /s
tempo do pico de vazão esperado:	82,8	82,6	minutos
pico de vazão observado:	67,77	69,38	m ³ /s
tempo do pico de vazão observado:	47,8	47,7	minutos

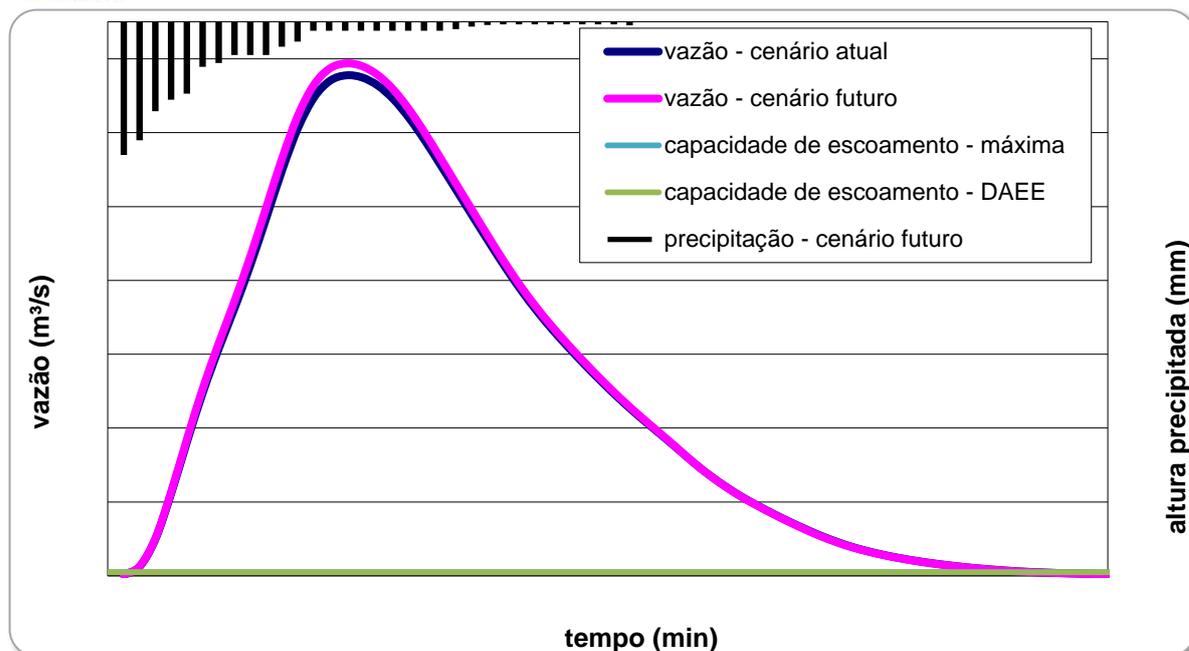


Figura 7.4.2-31 Hidrograma da seção 23.03 ou travessia T.50

7.4.3. Critérios para o projeto de estruturas de controle de vazões e reservatórios de detenção

A literatura técnica em drenagem urbana tem demonstrado mais recentemente que os planos diretores de drenagem urbana não poderiam se dar por suficientes se apenas indicarem as obras de reservação e canalização necessárias para a adequação da rede de drenagem ao aumento dos volumes escoados e dos picos de enchente decorrentes da ocupação e impermeabilização do solo.

Não convém aos planos diretores de drenagem urbana instruir a municipalidade sobre assuntos relativos ao uso e ocupação do solo, por entrar em conflito com seus planos diretores municipais (de ocupação e expansão).

Aos planos diretores de drenagem urbana, no entanto, cumpre, sim, o papel de prover aos gestores municipais de instrumentos técnicos efetivos para o controle das vazões máximas escoadas e a manutenção de volumes mínimos de reservação individual, ou seja, de lotes, loteamentos, plantas industriais e outras áreas.

Este plano diretor de drenagem urbana apresenta algumas propostas estruturais para a detenção das águas pluviais e conseqüente redução dos picos de vazão nos cursos d'água.

A proposta dessas estruturas, no entanto, não impede que a municipalidade proponha outros novos barramentos para sua rede de drenagem e/ou obrigue seus munícipes ou empreiteiros a construírem em suas área estruturas com a mesma finalidade: atenuação e atraso dos picos de enchente.



Observa-se que o Manual Simplificado de Drenagem Urbana, o qual está inserido no Anexo XVII, apresenta mais informações sobre essas medidas estruturais e outras técnicas alternativas.

Importa, aqui, apresentar ao leitor estes dois seguintes conceitos que serão utilizados naquele Manual:

- índice de vazão específica
- índice de armazenamento específico

7.4.4. Índice de vazão específica

O conceito de vazão específica é bastante simples, mas demasiadamente importante para o Gestor de Águas.

Trata da vazão máxima esperada por unidade de área de uma determinada microbacia, sub-bacia ou mesmo curso d'água

Com base nas simulações executadas, é possível extrair esse índice em dividindo-se os picos de vazão calculados/simulados pela área da sub-bacias ou seção que a gerou.

Esse índice é chamado de “ômega” em algumas literaturas é é definido assim:

$$\Omega = \frac{Q_{pico}}{Área} \rightarrow [\Omega] = 1 \frac{m^3/s}{km^2} \quad ou \quad 1 \frac{m^3/s}{ha} \quad ou \quad 1 \frac{m^3/s}{m^2}$$

O índice de vazão específica pode fazer referência a um cenário de simulação específico. Assim sendo, o “ômega” de pré-urbanização será a vazão específica máxima esperada para uma determinada área quando não era urbanizada.

Esse índice multiplicado pela área de interesse pode tornar-se a vazão, em m³/s (ou seja, mais “paupável”), máxima permitida de saída de um loteamento novo no município.

Os índices de vazão específica para os 3 cenários desse estudo de cada seção, tramo e curso d'água estão apresentados no Anexo XVIII do presente relatório.

7.4.5. Índice de Armazenamento Específico

O cálculo do Índice de Armazenamento Específico não é tão simples quando o Índice de Vazão Específica outrora apresentado, mas denota grande utilidade para a gestão de águas.

O Índice de Armazenamento Específico, como o anterior, é um índice específico, ou seja, seu cálculo se dá por unidade de área e, quando multiplicado pela área de estudo (de um lote ou loteamento, por exemplo), gera um resultado prático para o gestor de águas.



O Índice de Armazenamento Específico trata do volume de reservação/detenção que uma determinada área (lote residencial, lote industrial, loteamento, sub-bacia ou bacia hidrográfica de um curso d'água) deveria implementar através de cacimbas, reservatórios ou barragens de detenção para que a vazão de pico daquela área em um determinado cenário recue para a vazão de pico de um cenário mais favorável.

Esse índice é chamado de "psi" na literatura técnica disponível.

Exemplo 1: O Córrego do Cupim possui um "psi" específico atual/futuro de 30 m³/ha, ou seja, o gestor das águas recomendará que os loteamentos implantados na bacia hidrográfica do Córrego do Cupim implantem reservatórios/cacimbas/barramentos com 30 m³ para cada ha de loteamento implantado para que este não produza picos de vazão no curso d'água no futuro superiores aos picos de vazão do cenário atual.

Exemplo 2: Esse mesmo curso d'água possui, no entanto, um psi específico pré-urbanização/futuro de aprox. 300 m³/ha, ou seja, o gestor das águas deverá exigir que os loteamentos implantados na bacia hidrográfica do Córrego do Cupim construam cacimbas, reservatórios ou barramentos com 300 m³ de volume de espera para cada ha loteado, com o objetivo de não permitir que os picos de vazão do cenário futuro sejam superiores aos picos de vazão do cenário pré-urbanizado daquela área.

Os índices de vazão específica para a relação dos 3 cenários desse estudo de cada seção, tramo e curso d'água estão no anexo do presente relatório como relatado anteriormente.

7.5. Propostas de ações estruturais e não estruturais para controle das bacias urbanas

7.5.1. Amortecimento de ondas de cheia

O capítulo anterior mostra a insuficiência de diversas travessias existentes na rede de drenagem municipal, segundo os padrões recomendados pelo DAEE.

Para solucionar tais problemas a SEREC (2012) apresentou a proposta de executar-se reservatórios atenuadores de enchente. Com esses dispositivos, seriam reduzidos os picos de vazão em algumas interferências viabilizando-se o seu aproveitamento.

O desenho 334-55-DRE-014, inserido no Anexo XIX, apresenta um mapa com a localização de possíveis reservatórios que deverão ser analisados e modelados para a verificação de sua eficiência no sistema. Cabe salientar que não se propõe a execução de todos os reservatórios apontados nessa fase, uma vez que serão simuladas várias combinações com alguns barramentos selecionados e essa análise poderá apontar a eventual necessidade de substituição de algumas travessias.

A nova modelagem da rede hidrográfica com as propostas estruturais será realizada após reunião com o contratante para discutir a viabilidade das ações.

O mapa constante no desenho 334-55-DRE-015 (Anexo XX), apresenta a localização dos reservatórios propostos e a indicação das travessias insuficientes.

7.5.2. Erosão e assoreamento



A erosão¹ do solo é um processo natural integrante do delineamento da paisagem há milhares de anos. A delimitação de bacias de drenagem, a formação de vales e montanhas, enfim, a lenta formação do desenho da terra é definida, entre outros processos, pela erosão natural.

Os processos erosivos desagregam os solos e rochas formando sedimentos que serão transportados e depositados constituindo o fenômeno do assoreamento.

Os fenômenos de erosão, transporte e sedimentação são processos ligados à dinâmica geológica e climática do planeta. Dentro dessa dinâmica pode-se distinguir: as zonas geradoras, ou de produção de sedimentos, em que predomina a erosão; as zonas de transferência, em que predominam os processos de transporte e depósito; e as zonas de sedimentação, em que predominam os processos de acúmulo (Figura 7.5.2-1). Os processos de erosão -transporte - sedimentação se realizam, em maior ou menor intensidade, em todas essas zonas e resultam interdependentes entre si. Portanto, estudar separadamente um desses processos, sem compreender o funcionamento global deles, pode levar a importantes erros, interpretações pouco exatas ou excessivamente parciais, razão pela qual se deve estar atento a essa constatação (FERES, 2002).

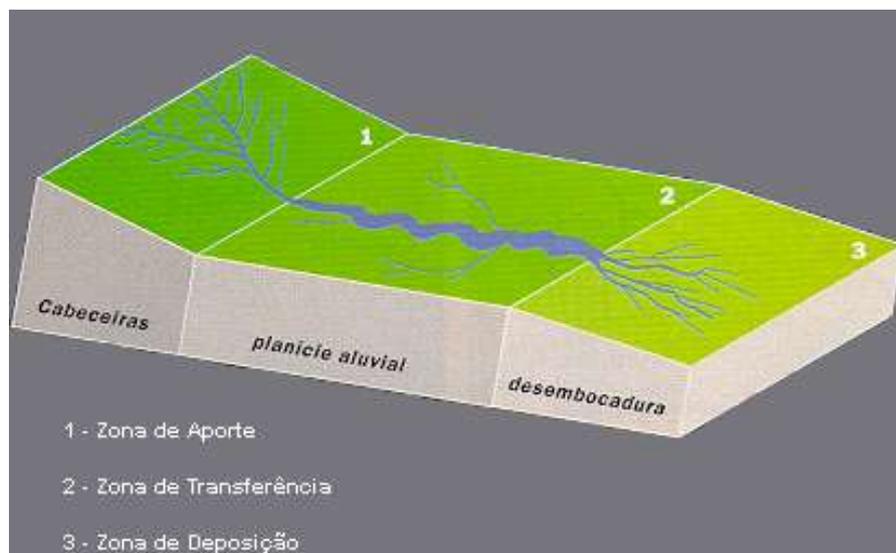


Figura 7.5.2-1 Representação esquemática das zonas que compõe o sistema fluvial.
Fonte: Latrubesse; Franzinelli, 1993

Os dois principais locais no município de Araraquara que, atualmente, sofrem intenso processo erosivo são: Córrego do Cupim e Córrego do Marivan.

¹ Erosão = Processo de esculpturação do relevo, que se dá por meio dos seguintes agentes externos: chuva, rios, gelo, vento e mar. O termo erosão, para o geógrafo e para o geólogo, implica a realização de um conjunto de



7.5.3. Córrego do Cupim

A Bacia do Córrego do Cupim, afluente da margem direita do Ribeirão das Cruzes, se encontra localizada na Figura 7.5.3-1, através da imagem de satélite.



Figura 7.5.3-1 Indicação dos locais em processo de erosão no córrego do Cupim.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2013

7.5.4. Diagnóstico

A ação antrópica na bacia do córrego do Cupim iniciou com a utilização agrícola da área.

Devido às características pedológicas dos solos superficiais, o desmatamento acentuado de áreas da bacia para uso agrícola pode ter incrementado a velocidade de modelagem natural da bacia, produzindo os seguintes efeitos:

- Compactação dos solos superficiais, com diminuição da infiltração;
- Aumento da velocidade superficial do escoamento difuso;
- Aumento da parcela de escoamento superficial;
- Aumento do transporte de sedimentos sólidos no escoamento superficial.

ações que modelam a paisagem. O pedólogo e o agrônomo consideram a erosão apenas do ponto de vista da destruição dos solos (SILVA et al, 1999).



Com o empobrecimento ou erradicação da vegetação nativa, pode ter ocorrido:

- Erosão nos trechos de maior declividade nos sulcos produzidos pelas torrentes (talvegue intermitente);
- Assoreamento das nascentes;
- Erosão do próprio álveo do curso d'água com a ocorrência de voçorocas nos trechos de maior declividade;
- Rebaixamento do leito do córrego abaixo do nível d'água pré-existente;
- Desestabilização dos taludes do álveo do rio e escorregamentos de solos, inclusive com a danificação da vegetação ciliar remanescente.

Tais fatos explicam a situação atual da bacia.

Reparou-se também que o perfil longitudinal do talvegue do córrego do Cupim é uma parábola com a concavidade voltada para o eixo das distâncias. Esse fato sugere que a calha do ribeirão das Cruzes sofreu um rebaixamento mais rápido em relação ao Cupim.

A declividade do talvegue tem relação direta com as velocidades do escoamento no curso d'água: as velocidades do escoamento devem ser menores que 1,0 m/s para evitar a erosão das margens, predominantemente arenosas.

A ocupação urbana existente exacerbou os fenômenos descritos acima. Neste trecho do córrego do Cupim, a erosão está fortemente acelerada.

7.5.5. Medidas mitigatórias e compensatórias propostas

Com relação às medidas mitigadoras dos efeitos da ação antrópica na bacia do córrego do Cupim, recomendam-se as seguintes providências:

Com relação às superfícies ainda permeáveis;

- Utilização de pavimentação de calçadas e leitos carroçáveis permeáveis ou semi-permeáveis;
- Manutenção das áreas rurais com terraceamento ou curvas de nível em boas condições;
- Exigir previsão de bacias de retenção de águas pluviais nos novos loteamentos;
- Limitar as áreas impermeáveis dos novos loteamentos;

Com relação ao lançamento de águas pluviais no curso d'água.

- Execução de redes de galerias pluviais nas áreas urbanizadas, procurando evitar a concentração dos lançamentos em poucos pontos;
- Execução de dissipadores de energia nos lançamentos das águas pluviais.

Com relação ao combate à erosão do curso d'água

- Recuperação da mata ciliar com a delimitação das áreas de APP dos talvegues perenes e intermitentes.



- Tratamento das áreas em que os taludes estejam instáveis ou que houve rebaixamento da calha abaixo do nível pré-existente;
- Execução de escadas dissipadoras de energia ao longo do talvegue, de maneira a evitar que altas velocidades sejam desenvolvidas no canal;
- Execução de reservatórios “in line” ao longo do talvegue, secos ou com espelho d’água de maneira a amortecer os picos de vazões.

Com relação às medidas compensatórias dos efeitos da ação antrópica na bacia do córrego do Cupim, são recomendadas as seguintes providências:

- Execução de bacias de detenção “in line” ou “out-line” de maneira a neutralizar o incremento dos picos de vazões com relação à situação pré-urbanização.

7.5.6. Córrego do Marivan

Não há trabalhos realizados no córrego relacionados à problemática da erosão. Porém, constatou-se que tal problema, paulatinamente, está ocasionando o assoreamento do reservatório do ribeirão das Cruzes, destinado à captação para abastecimento público.

A imagem de satélite a seguir mostra a área citada.



Figura 7.5.6-1 Indicação dos locais em processo de erosão no córrego do Marivan.

Fonte: GOOGLE EARTH, 2013

7.5.7. Reservatórios para atenuação de cheias



As barragens para o represamento das águas em determinadas seções de um curso d'água podem cumprir objetivos de regularização das vazões.

Existem vários tipos de reservatórios para a finalidade de regularização de vazão e eles podem ser divididos em reservatórios on-line e off-line. Os on-line são aqueles que se encontram na linha principal do sistema e restituem os escoamentos de forma atenuada e retardada ao sistema de drenagem, de maneira continuada, normalmente por gravidade. A seguir são caracterizadas as várias formas de ocorrência destes reservatórios:

- **Retenção:** reservatórios de superfície que sempre contém um volume substancial de água permanente para servir as finalidades recreacionais, paisagísticas, ou até para abastecimento de água ou outras funções. O nível d'água eleva-se temporariamente acima dos níveis normais durante ou imediatamente depois das cheias.
- **Detenção:** áreas normalmente secas durante as estiagens, mas projetadas para reter águas superficiais apenas durante e após as cheias. O tempo de detenção relaciona-se apenas com os picos máximos de vazão requeridos à jusante e com os volumes armazenados.
- **Sedimentação:** reservatórios que possuem a função principal de reter sólidos em suspensão ou absorver poluentes que são carregados pelos escoamentos superficiais, mas também é utilizada para o controle de cheias.

Já os off-line, conhecidos por “piscinões”, retêm volumes de água que são desviados da rede de drenagem principal quando ocorre à cheia e os restituem para o sistema, geralmente por bombeamento, ou por válvulas controladoras, depois de obtido o alívio nos picos de vazão.

Em geral, quando a obra de reserva possui finalidade múltipla incluindo controle de qualidade da água, podem-se prever, em um mesmo ponto do sistema, os dois tipos de reservatórios, acoplando um reservatório off-line com a finalidade de reter os volumes iniciais do deflúvio, o qual contém normalmente a maior carga de poluentes, provenientes da lavagem de ruas e edificações.

A eficiência dos reservatórios para contenção de cheias pode ser observada pela diferença entre os picos de vazão de entrada e de saída, para enchentes excepcionais. De acordo com o dimensionamento da saída de fundo dos reservatórios para contenção de cheias, é possível se observar também algum amortecimento em picos de enchente mais comuns.

A localização exata dos reservatórios deve ser objeto de grande preocupação dadas as dificuldades locais existentes, as eventuais populações ribeirinhas, as condições do meio para subsidiar um empreendimento, em geral, de grande porte e elevado custo de construção e manutenção. Destaca-se também a importante missão de analisar um possível plano viário para que a alternativa locacional escolhida venha também atender uma possível interligação de vias nos perímetros urbanos.

7.5.7.1. Amortecimento dos picos de cheias



Com a determinação dos eixos das barragens dos reservatórios para contenção de cheias, fez-se o levantamento da curva “cota x volume” de cada reservatório. Este levantamento é necessário para a simulação do sistema em questão e consequente determinação de sua capacidade e eficiência de amortecimento.

De posse disto, foi estimulado a altura máxima de cada barragem, a cota da soleira e a largura dos vertedores. Estimulou-se também os comprimentos para as galerias de fundo, suas declividades e coeficientes de Manning.

Para uma simulação inicial através do “DrenÁgua2009”, por exemplo, fez-se necessário também a adoção de saídas de fundo padrão. Com o refinamento da modelagem e à medida que se obtém alguns resultados de simulação, foi possível um melhor dimensionamento do arranjo final das saídas de fundo e dos reservatórios em geral. Semelhantemente, conforme alguns desenhos das estruturas são detalhados, procede-se o refinamento dos levantamentos e a correção das estimativas iniciais.

Com o objetivo de se diminuir ao máximo a vazão de pico a jusante do sistema modelado, diversas simulações e alternativas para as configurações das saídas de fundo foram estudadas.

A configuração adotada para os reservatórios teve de atender, no entanto, a alguns requisitos básicos, como:

- segurança da barragem;
- altura máxima da lâmina d’água sobre o vertedor;
- eficiência na contenção das enchentes.
- Alguns outros requisitos podem ser fixados, como por exemplo:
- garantir maior diminuição no pico de vazão para um determinado período de retorno;
- permitir uma determinada lâmina d’água sobre o vertedor para certo período de retorno;
- garantir segurança das barragens de terra para um período de retorno mais elevado (TR = 500, 1.000 ou 10.000 anos, por exemplo);
- dimensionamento das galerias preferencialmente com células comerciais.

7.5.8. Cálculo da vazão máxima de projeto para verificação da segurança de barramentos

Em primeira instância, cabe destacar alguns conceitos importantes que serão abordados no decorrer do presente estudo, como, por exemplo:

- Área de Drenagem: área de contribuição ou bacia hidrográfica em que os escoamentos superficiais e sub-superficiais convergem naturalmente para um único ponto de saída, dito exutório. O traçado da área de drenagem pode ser feito a partir dos pontos de cota mais alta, cortando perpendicularmente as curvas de nível, e de forma que nenhum curso d’água seja cruzado desta linha imaginária.



- Talvegue: linha por onde correm as águas no fundo de um vale, definida pela intersecção de planos das vertentes.
- Duração da precipitação: período de tempo que ocorre uma precipitação, normalmente expressa em horas ou minutos, geralmente.
- Intensidade da precipitação: relação entre a altura pluviométrica e a duração do evento, expressa em mm/hora ou mm/minuto.
- Vazão de Projeto: as vazões de enchente determinam a vazão máxima de projeto que pode ocorrer em um determinado período de retorno, sobre uma bacia hidrográfica.
- Período de retorno: é o período de tempo, expresso em anos, em que um evento hidrológico, como, por exemplo, uma cheia, é igualada ou excedida.

O estudo de vazões para o dimensionamento de dispositivos de controle de cheias e enchentes deve levar em consideração alguns aspectos importantes, como as metodologias técnicas de dimensionamento disponíveis e o atendimento aos requisitos normativos para regularização das estruturas conforme legislação vigente.

- A elaboração dos projetos de macrodrenagem depende de alguns dados preliminares, como, por exemplo, a estimativa do escoamento superficial direto e o cálculo da vazão máxima de projeto, como será visto ao longo deste capítulo.
- Neste sentido, o manual do FCHT Diretrizes Básicas para projetos de Drenagem Urbana para o município de São Paulo, destaca que:
 - “o volume do escoamento superficial direto é primordialmente determinado pela quantidade de água precipitada, características de infiltração do solo, chuva antecedente, tipo de cobertura vegetal, superfície impermeável e retenção superficial. Já o tempo de trânsito das águas (que determina os parâmetros de tempo do hidrograma do escoamento superficial direto) é função da declividade, rugosidade superficial do leito, comprimento de percurso e profundidade d'água do canal. Portanto, os efeitos da urbanização na resposta hidrológica das bacias de drenagem devem ser analisados sob a ótica tanto do volume do escoamento superficial direto, quanto do tempo de trânsito das águas.”

As metodologias de cálculo da vazão máxima de projeto, e demais aspectos relacionados aos procedimentos adotados, para elaboração deste projeto serão apresentadas sucintamente a seguir.

No que se refere aos aspectos de regularização da implantação das estruturas, tem-se que a vazão de projeto deverá ser calculada considerando todos os requisitos normativos e legais estabelecidos por órgãos reguladores, como, por exemplo, o Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE) e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB).

No caso do DAEE, em 30 de Julho de 2007, foi publicado manual contendo Instruções Técnicas DPO para os seguintes estudos e projetos referente à apresentação de projetos para obtenção de outorgas:



- IT DPO nº. 01 – requerimentos, documentação técnica associada e seus instantes de apresentação ao DAEE.
- IT DPO nº. 02 – critérios para elaboração de estudos hidrológicos e hidráulicos.
- IT DPO nº. 03 – conteúdo mínimo de estudos técnicos para implantação de obras hidráulicas.
- IT DPO nº. 04 – conteúdo mínimo de estudos técnicos para regularização de obras hidráulicas existentes.

Nessas ITs destaca-se que:

Na elaboração de estudos hidrológicos para a determinação da vazão máxima de projeto, a metodologia convencional para bacias de até 2 km² de área de drenagem é o Racional.

O período de retorno deverá ser no mínimo de 25 anos para Zona Rural e 100 anos para Zona Urbana ou de expansão urbana, para cálculo de vazões máximas. No caso de projetos de canalizações ou travessias de maior porte, independente de sua localização o período de retorno será de 100 anos, no mínimo. No caso de barramentos convencionaram-se como período de retorno mínimo os seguintes valores:

QUADRO 7.5.8-1 TEMPO DE RETORNO (ANOS) - BARRAMENTOS

Maior altura do barramento H (m)	Região de influência a jusante	
	Sem risco para habitações ou pessoas	Com risco para habitações ou pessoas
H ≤ 5	100	5000
5 < H ≤ 10	500	1.000
H > 10	1.000	10.000

Fonte: DAEE, 2007

Para o cálculo do escoamento superficial direto, tem-se que os coeficientes e parâmetros devem ser avaliados para as condições atuais da bacia de contribuição, devendo os mesmos ser corrigidos para uma condição futura, de acordo com projeções de evolução do uso e ocupação dos solos da bacia, respeitando-se os mínimos de 0,25 para Coeficiente de Escoamento Superficial Direto; e 60 para Curve Number.

Sobre o tempo de concentração convencionou-se que o máximo permitido deverá respeitar o resultado obtido a partir da seguinte expressão:

$$t_c = 57 \frac{L^2}{S}$$

Equação 7 – Tempo e concentração máximo admitido do DAEE

Em que:

t_c – tempo de concentração (min)

L – comprimento do talvegue (km)



S – declividade do talvegue (m/km), média ou equivalente

Para determinação da intensidade de chuvas de projeto é necessário utilizar as equações de intensidade, duração e frequência consolidadas ou aceitas pelo DAEE.

Na regularização de obras existentes também foram estabelecidos critérios mínimos para análise dos estudos, como pode ser observado na IT DPO nº. 02/2007.

Conforme IT DPO nº. 03/2007, os estudos hidrológicos para implantação de obras hidráulicas devem conter os seguintes itens mínimos:

Estudos Hidrológicos desenvolvidos por métodos indiretos:

- Valor da área da bacia de contribuição limitada pela seção da obra ou interferência;
- Metodologia empregada: discriminação e justificativa;
- Perfil do talvegue desde o divisor de águas até a seção de projeto: tabela e gráfico;
- Determinação da declividade média ou equivalente do talvegue;
- Determinação do tempo de concentração (t_c) relativo à bacia de contribuição;
- Definição do coeficiente de escoamento superficial (C , C_2) o do número de curva (CN);
- Período de retorno (TR), definido em função do porte da obra;
- Cálculo da intensidade da chuva de projeto ($i_{t,T}$);
- Determinação da vazão de enchente de projeto, do respectivo hidrograma e de seu volume;
- Desenho: Planta planialtimétrica da bacia de contribuição, obtida a partir das folhas do IBGE (1:50.000), com hidrografia e limites da área de drenagem.

Estudos Hidrológicos desenvolvidos por métodos estatísticos diretos:

- Informações sobre o posto fluviométrico: entidade operadora, identificação, coordenadas, área de drenagem controlada, período de observação;
- Apresentação do valor da área da bacia de contribuição limitada pela seção da obra ou interferência;
- Apresentação da metodologia empregada: discriminação e justificativa;
- Série histórica de vazões máximas;
- Análise de consistência e homogeneidade da série histórica de dados fluviométricos;
- Curva de probabilidade de ocorrência de vazões máximas;
- Correlação entre a bacia definida pelo posto fluviométrico analisado e a bacia de contribuição limitada pela seção de projeto;
- Período de retorno (TR) – definido em função do tipo de obra;
- Determinação da vazão de enchente de projeto, do respectivo hidrograma e de seu volume;



- Desenhos: planta planialtimétrica da bacia de contribuição, obtida a partir das folhas do IBGE (1:50.000), com hidrografia e limites da área de drenagem; e planta de localização do posto fluviométrico escolhido, com a hidrografia, sede municipal e rodovias de acesso.

Assim sendo, temos que os limitantes para os projetos hidráulicos de implantação de estruturas e também para estruturas já construídas são muito variáveis, quando da definição dos dispositivos que poderão ser construídos, implantados ou que precisem ser regularizados por tratar-se de estrutura pronta, no controle da vazão excedente das bacias em estudo.

Tendo em vista o exposto acima, observa-se que os métodos de cálculo de chuvas excedentes ou chuvas máximas de projeto podem conter limitantes, principalmente quanto ao tempo de retorno para o qual os métodos disponíveis foram sistematizados.

Desta forma, apresentam-se a seguir algumas informações sobre os métodos, e a possibilidade de extrapolação dos resultados obtidos de forma a obter-se os resultados em conformidade com os padrões mínimos estabelecidos de período de retorno, dentre outros.

7.5.9. Cálculo de Vazão Máxima de Projeto ou Catastrófica

A vazão máxima de um rio é entendida como sendo o valor associado a um risco de ser igualado ou ultrapassado. O hidrograma de projeto ou hidrograma tipo é uma sequência temporal de vazões relacionadas a um risco de ocorrência. Esta sequência se caracteriza pelo seu volume, distribuição temporal e valor máximo (pico do hidrograma).

A vazão máxima é utilizada na previsão de enchentes e no projeto de obras hidráulicas tais como condutos, canais, bueiros, entre outras; já o hidrograma de projeto é necessário quando o volume, a distribuição temporal e o pico são importantes no funcionamento da obra hidráulica, como no caso de reservatórios.

Diversas são as metodologias de cálculo para o estudo de vazões de enchentes, sendo que de acordo com DAEE (2006), Guia Prático para Projetos de Pequenas Obras Hidráulicas, o uso das mesmas deve levar em consideração os dados disponíveis para seu desenvolvimento, conforme abaixo apresentado.

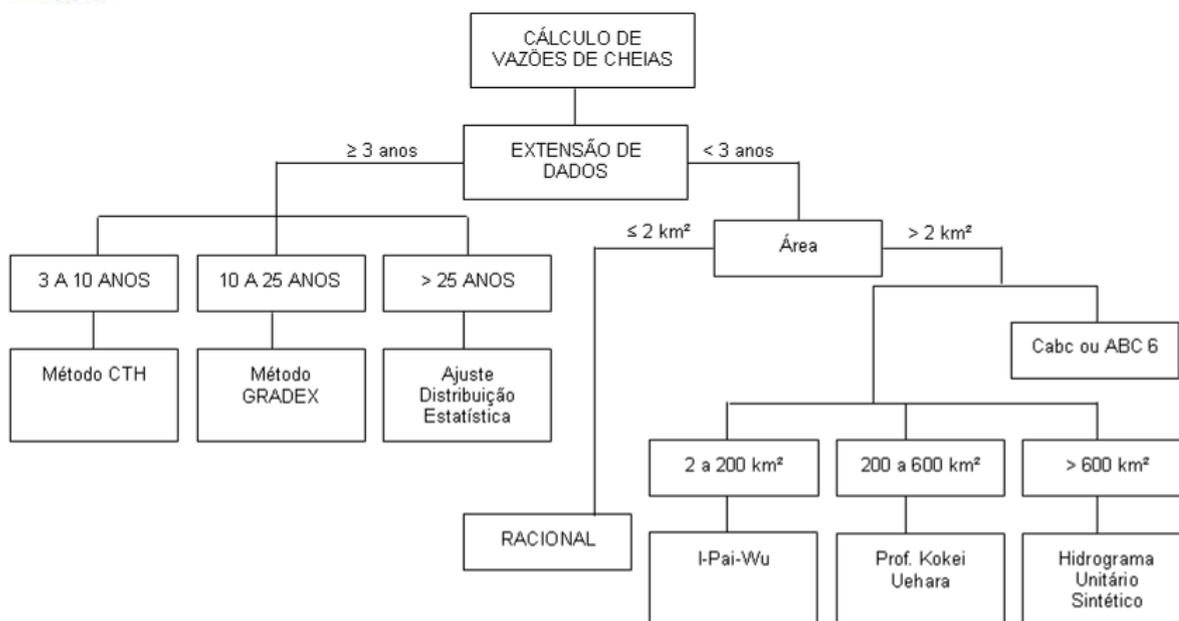


Figura 7.5.9-1 Diagrama de Metodologias adotadas para a estimativa de vazões máximas
Fonte: DAEE (2006)

Dentre os processos indiretos para obtenção de dados para o planejamento urbano no caso de enchentes e cheias podem-se ser realizados conforme modelos de chuva-Número da Curva, podendo ser elaborados com simulações discretas ou contínuas, conforme abaixo especificado.

No caso das simulações discretas é feita uma análise estatística de dados históricos sobre os picos e volumes de cheias, selecionando-se os eventos extremos. Neste tipo de simulação são gerados hietogramas com base nas equações do tipo IDF. A partir destes dados são gerados hidrogramas dos eventos críticos e assume-se que a vazão excedente apresenta a mesma recorrência estatística da chuva que a gerou.

Pelo DAEE (2006), no entanto, não estabelece metodologia para a distribuição do hietograma.

As simulações contínuas são aplicáveis no dimensionamento de bacias de retenção e outras soluções não convencionais, sendo necessária a obtenção de dados históricos contínuos.

No caso de simulações sem dados históricos contínuos, Canholi (2005) recomenda o uso de modelos pseudocontínuos, onde são elaborados hietogramas para eventos extremos, e por meio de modelos discretos, obtêm-se os hidrogramas correspondentes. Também são selecionados os picos máximos anuais ou os volumes máximos dos Números da Curva e realizam-se análises estatísticas de vazão x frequência ou volume x frequência.



O método de cálculo tanto de vazões de pico quanto de vazões excedentes deverá ser definido com base nas informações disponíveis sobre a bacia hidrográfica em questão, e assim sendo, o Tempo de Retorno adotado poderá não ser correspondente ao previsto nas normatizações para outorga e licenciamento da estrutura. Desta forma, os técnicos projetistas podem se valer de métodos de extrapolação que permitam a obtenção de resultados de vazão com o período de retorno adequado a partir da vazão calculada pelo método selecionado anteriormente.

7.5.10. Extrapolação de Vazão

Dada a impossibilidade de se utilizar a IDF do DAEE (Martinez e Magni, 1999) para período de retorno superior a 200 anos, limite máximo de uso do método de cálculo de vazão, a determinação da vazão para 500, 1.000 ou 10.000 anos, será realizada pela extrapolação apresentada pela equação a seguir ou pelo estudo da série histórica de postos fluviométricos existentes.

$$IDF(t, TR) = \begin{cases} IDF(t, TR) & \text{se } TR \leq TR_{\text{máximo da equação}} \\ IDF(t, TR_{\text{máximo da equação}}) \cdot \frac{\ln(TR)}{\ln(TR_{\text{máximo da equação}})} & \text{se } TR > TR_{\text{máximo da equação}} \end{cases}$$

Equação 8 – Método de extrapolação da equação IDF para Tempo de Recorrência superiores ao admitido pela equação

7.5.11. Cálculo dos Volumes e Vazões de Pico afluente e efluente

O cálculo do amortecimento da onda de cheia foi feito com base no “Método do Amortecimento de Ondas de Cheia Simplificado”, apresentado por DAEE 2006 pelo qual se pôde calcular o pico de cheia efluente com base no volume de espera do reservatório.

Assim o volume de espera de projeto é a diferença entre o volume armazenado neste e naquele nível de água.

$$V_{\text{espera}} = V_{NA.máx. máx} - V_{NA.normal}$$

A sobre-elevação que corresponde a este volume de espera é igual a:

$$\Delta h = Z_{NA.máx. máx} - Z_{NA.normal}$$

$$V_{\text{afluente}} = \frac{Q_{\text{pico}} \cdot t_{\text{base}}}{2}$$



Adotou-se neste método que o pico da vazão efluente passa pela curva ascendente do hidrograma de entrada. Assim, para localizar-se a vazão máxima efluente, basta encontrar o ponto naquela curva que represente um volume do hidrograma de entrada restante. A vazão máxima efluente é calculada conforme equação a seguir:

$$V_{\text{afluente}} - V_{\text{espera}} = \frac{Q_{\text{pico.efluente}} \cdot t_{\text{base}}}{2}$$

Estimativa do volume disponível de reservação: Curva Cota x Área x Volume

A partir dos dados planialtimétricos do local de cada barramento, conhecendo-se com ele: as curvas de nível e a área referente a cada curva de nível a partir do maciço, realizou-se o ajuste do tipo polinomial da área.

Após esse ajuste, o volume a cada cota foi obtido por meio da integral da área ajustada.

7.5.12. Cálculo das dimensões do Vertedor

A partir dos dados topográficos e com base no tamanho do barramento foi realizada uma análise para verificar qual tipo de vertedor seria mais adequado para cada barramento.

Dois tipos foram os adotados, de parede espessa e tipo Creager, o equacionamento mostrado a seguir serve para ambos os tipos, sendo que o único parâmetro que varia é o coeficiente de descarga do vertedor:

$$Q_{\text{pico.efluente}} = C_{\text{vertedor}} \cdot L_{\text{efetivo}} \cdot \Delta h^{3/2} \rightarrow L_{\text{efetivo}} = \frac{Q_{\text{pico.efluente}}}{C_{\text{vertedor}} \cdot \Delta h^{3/2}}$$

Em que:

Q.pico.efluente : vazão máxima efluente ao reservatório (m³/s);

C.vertedor : coeficiente de descarga do vertedor;

Soleira Espessa: Cvertedor=1,55 (DAEE, 2006)

Creager: Cvertedor=2,00 (DAEE, 2006)

L.efetivo : largura do vertedor (m);

“delta”.h : altura máxima da lâmina d’água sobre a soleira do vertedor (m).



Sinniger e Hager (1989) propuseram uma metodologia para o cálculo da perda de carga devido às contrações em pilares e contrações laterais das linhas de fluxo d'água em vertedores e pontes. O método propõe que o cálculo da largura efetiva do vertedor ou da ponte seja feito com base em sua largura útil e na quantidade de perdas localizadas, como mostrado a seguir.

$$L_{efetiva} = L_{útil} - 2 \cdot (n \cdot K_{pilar} + K_{emboque}) \cdot H$$

Em que:

$L_{efetiva}$: largura efetiva do vertedor, (m);

$L_{útil}$: largura útil do vertedor, (m);

n : número de pilares;

K_{pilar} : coeficiente de contração devido aos pilares;

$K_{emboque}$: coeficiente de contração devido ao emboque.

Os valores recomendados para os coeficientes são:

$K_{pilar} = 0,05$: para pilares longos e com arestas arredondadas.

$K_{emboque} = 0,1$: para emboque da água em 90° com as estruturas vertedores.

Em alguns casos, o volume de disponível para reservação no barramento era igual ou superior ao volume afluente, nesses casos não se faz necessário à construção de vertedores. No entanto, visando à outorga dessas estruturas em órgão responsável, determinou-se a utilização de vertedores de segurança com dimensão mínima necessária para garantir o escoamento da água em eventos críticos. Cabe salientar que nesses barramentos, também foram implantados descarregadores de fundo para manutenção da vazão ecológica $Q_{7,10}$.

7.5.13. Projetos hidráulicos dos barramentos

Os projetos hidráulicos dos barramentos foram executados considerando todas as premissas de projeto do DAEE e estão apresentados, por questões didáticas, nas próprias plantas dos barramentos que acompanham os desenhos 334-55-DRE-016 à 334-55-DRE-035, presentes no Anexo XXI.

São duas tabelas:

- Características geométricas da barragem e seus dispositivos
- Tabela da curva cota x área x volume do barramento



As plantas apresentam a implantação dos barramentos com os elementos da infra-estrutura urbana confrontante, além da seção típica de cada barramento em sua posição mais evidente. Esta última resume-se a um corte que demonstra os taludes de jusante montante, além do vertedor de segurança e do dispositivo de esgotamento, dito, saída de fundo.

7.5.13.1. Recomendações à ordem de construção das obras

Após reunião com técnicos do DAAE Araraquara para esclarecimentos quanto à metodologia de cálculo hidrológico, escolha da localização e do tipo dos barramentos, a SEREC (2012) obteve aprovação para dar sequência e fechamento aos trabalhos quanto a metodologia de cálculo dos dispositivos de segurança e esgotamento dos barramentos propostos. Cabe lembrar que todas as indicações de barramentos se baseiam em obras normalmente secas, isto é, passada a tormenta os barramentos irão esgotar-se demoradamente até que o curso d'água retorne ao leito menor.

A construção dos barramentos deverá obrigatoriamente seguir a ordem montante para jusante, ou seja, a municipalidade deverá construir antes os barramentos de montante/cabeceira, para, então, se permitir construir os barramentos de jusante e nunca o contrário, uma vez que todos os barramentos foram projetados e simulados em conjunto e não separadamente, ou seja, o volume reservado e a operação dos barramentos de montante influenciaram fortemente no cálculo dos dispositivos de segurança e na operação prevista dos barramentos de jusante.

A implantação de outra ordem de construção dos barramentos poderá ser prejudicial e perigosa para as populações e empreendimentos que habitam ou se localizam próximos aos cursos d'água. Segundo a SEREC(2012), a mesma não se responsabilizará pelos danos causados pelo não cumprimento das recomendações aqui inseridas.

7.5.14. Ações não estruturais

É importante frisar as medidas não estruturais, que não estão relacionadas à utilização de instrumentos que alteram o regime de escoamento das águas superficiais. São formadas basicamente por soluções indiretas, como por exemplo, aquelas destinadas ao controle do uso e ocupação do solo (nas várzeas e nas bacias) ou à diminuição da vulnerabilidade dos ocupantes das áreas de risco das consequências das inundações. Envolve, principalmente, aspectos de natureza cultural e participação do público, indispensável para a implantação, com o investimento de recursos leves, baseado principalmente na conscientização e educação das pessoas.

É neste contexto que se ressalta a importância de o Plano Municipal de Saneamento Básico estar em consonância com o Plano Diretor de Desenvolvimento e Política Urbana e Ambiental de Araraquara.



8. RESÍDUOS SÓLIDOS

A Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS, propõe uma forte articulação institucional envolvendo os três entes federados – União, Estados e Municípios, o setor produtivo e a sociedade em geral - na busca de soluções para os problemas na gestão resíduos sólidos, que mal gerido pode comprometer a qualidade de vida.

Os resíduos sólidos se manejados adequadamente podem adquirir valor comercial, bem como podem ser utilizados em forma de novas matérias-primas ou novos insumos. Para isto, o diagnóstico de geração e destino de resíduos possui fundamental importância para subsidiar um planejamento de gestão dos resíduos, a diminuição do consumo dos recursos naturais, assim como os impactos ambientais provocados pela disposição inadequada dos mesmos.

Existem várias formas de classificar os resíduos sólidos. A Lei federal nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos propõe, no Artigo 13, a classificação dos resíduos quanto à sua origem, a saber:

- a) resíduos domiciliares: os originários de atividades domésticas em residências urbanas;
- b) resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;
- c) resíduos sólidos urbanos: os englobados nas alíneas “a” e “b”;
- d) resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”;
- e) resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c”;
- f) resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- g) resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- h) resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;
- i) resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;
- j) resíduos de serviços de transportes: os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira;



k) resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

Destaca-se, também, a classificação estabelecida pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que classifica os resíduos quanto aos seus riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública, os dividindo em duas classes:

a) Resíduos classe I - Perigosos;

b) Resíduos classe II – Não perigosos;

Resíduos classe II A – Não inertes.

Resíduos classe II B – Inertes

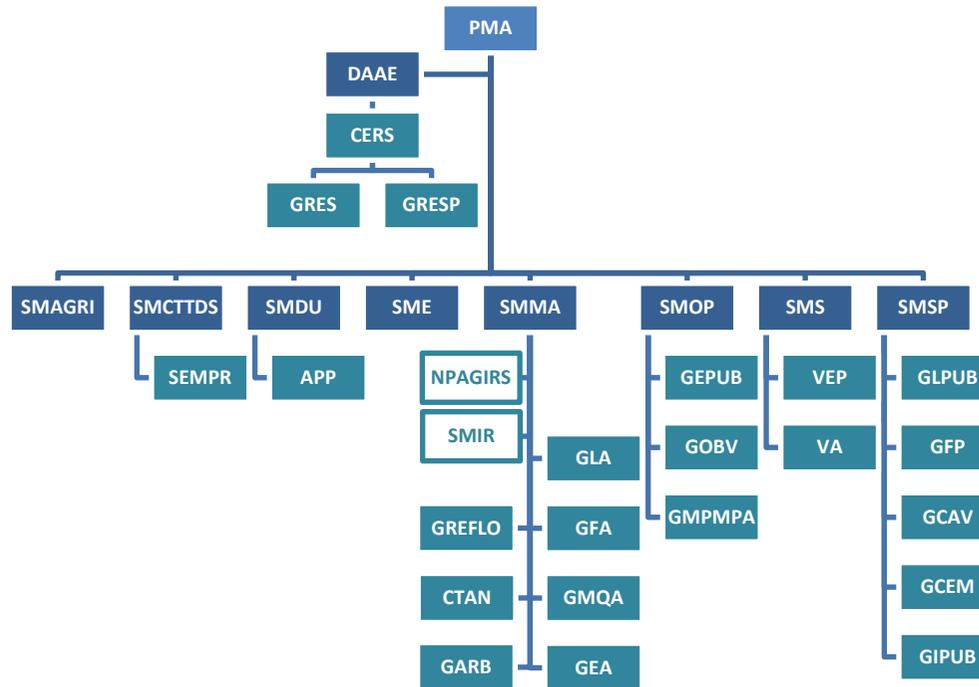
Os Resíduos classe I – Perigosos são aqueles que apresentam periculosidade, ou seja, risco à saúde pública, provocando mortalidade, incidência de doenças ou acentuando seus índices ou riscos ao meio ambiente, quando o resíduo for gerenciado de forma inadequada.

Os resíduos classe II A – Não inertes podem ter propriedades, tais como: biodegradabilidade, combustibilidade ou solubilidade em água, não se enquadrando nas classificações de resíduos classe I - Perigosos ou de resíduos classe II B - Inertes, nos termos desta Norma

Os Resíduos classe II B – Inertes são quaisquer resíduos que, quando amostrados de uma forma representativa, e submetidos a um contato dinâmico e estático com água destilada ou desionizada, à temperatura ambiente, conforme ABNT NBR 10006, não devem ter seus constituintes solubilizados a concentrações superiores aos padrões de potabilidade de água, excetuando-se aspecto, cor, turbidez, dureza e sabor.

Ressalta-se que o presente Diagnóstico se fundamenta na classificação dos resíduos quanto à origem.

A coleta de resíduos sólidos de Araraquara é de responsabilidade da Secretaria de Obras e Serviços Públicos. Ao DAAE compete o gerenciamento da operação do aterro controlado, da central de triagem, do incinerador e dos bolsões de entulho. Na zona rural o serviço de coleta é realizado apenas no Distrito de Bueno de Andrada e nos assentamentos Bela Vista e Monte Alegre. A Figura 6-1 ilustra através de um organograma a estrutura municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.



Fonte: DAAE, 2014

Figura 6-1: Organograma da estrutura municipal de gestão integrada de resíduos sólidos.



A seguir será apresentado o Diagnóstico dos Resíduos Sólidos do Município de Araraquara-SP contemplando os seguintes itens:

- Divisão dos resíduos sólidos gerados quanto à sua origem;
- Levantamento quantitativo dos resíduos sólidos;
- Caracterização física
- Classificação dos resíduos gerados;
- Formas de destinação dos resíduos sólidos;
- Tipo de disposição final dos resíduos sólidos.

A partir do diagnóstico, em nível local, foram traçadas estratégias de gestão (diretrizes e metas), arranjos institucionais, instrumentos legais, mecanismos de financiamento, fiscalização e controle social, e principais proibições para cada resíduo categoria de resíduos mencionada na PNRS.

8.1. Diagnóstico de Resíduos Sólidos

8.1.1 Resíduos sólidos domiciliares (SRD)

Os resíduos sólidos domiciliares (RSD) são popularmente conhecidos como lixo doméstico ou residencial. Esses resíduos podem ser definidos de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) como: “os originários de atividades domésticas em residências urbanas” (art.13).

Geralmente, esses resíduos são compostos por matéria orgânica (restos de alimentos) e rejeitos de papel/papelão, plásticos, metais, vidro e embalagens longa vida.

8.1.1.1 Coleta regular

A coleta regular dos resíduos domiciliares gerados em Araraquara é realizada, atualmente, pela empresa particular CAVO Serviços e Saneamento S/A, contratada pela Prefeitura Municipal.

O contrato tem validade por cinco anos e em seu escopo contempla além da coleta de resíduos domiciliares (coleta regular) os serviços de varrição, equipe padrão, limpeza de feiras livres, coleta de RSS.

A empresa realiza a coleta regular tanto na área urbana quanto na área rural. A coleta regular atende 100% da área urbana e 30% da zona rural.

Para a coleta dos RSD o município foi dividido em 26 setores, dos quais 2 são atendidos diariamente, 10 atendidos em dias alternados no período noturno e 14 em dias alternados no período diurno. (ver mapa de setores da coleta regular – Anexo XXII).



A empresa contratada conta com 7 veículos tipo caminhão compactador para coleta desses resíduos (1 com capacidade de 12 m³ e 6 com capacidade de 15 m³). A equipe de coleta é composta por 1 motorista e 3 coletores. No total atuam 56 funcionários, sendo 14 motoristas e 42 coletores. Os veículos coletores percorrem aproximadamente 100 km/dia cada um.

Há também 39 contêineres com capacidade de 1,2 m³ convenientemente alocados em diversos pontos da cidade para receber resíduos domiciliares, conforme Quadro 8.1.1.1-1. A coleta do material desses contêineres é feita juntamente com a coleta regular do setor em que se localizam.

O Código de Posturas do município em seu capítulo XIV, artigo 246, § 1º, determina que o lixo deva ser acondicionado em sacos plásticos apropriados. No mesmo código e também no artigo 246, § 4º, e na Lei 6.503 de 15/12/2006, fica estabelecido o volume de 200 litros por dia, por estabelecimento ou residência como obrigatoriedade de coleta pelo poder público, volumes superiores passam a ser de responsabilidade do gerador.

QUADRO 8.1.1.1-1 LOCALIZAÇÃO DOS CONTÊINERES PARA RESÍDUOS DOMICILIARES E RESPECTIVAS QUANTIDADES

Localização	Quantidade
Assentamento Bela Vista	05
Assentamento Monte Alegre	12
Assentamento Bueno	04
Bairro dos Machado	03
Terminal Rodoviário	02
Terminal de integração	02
CTA	02
Centralizado	02
Penitenciária	04
CEASA ² Araraquara (CEAGESP)	03

A Tabela 8.1.1.1-1 revela que em 2010 o município de Araraquara coletou 48.744,06 toneladas de resíduos domiciliares, o que representa uma média diária de aproximadamente 135,40 toneladas/dia, ou seja, 668 g/hab.dia (População urbana de 202.730 habitantes de acordo com o Censo do IBGE 2010).

Dados de 2011 apontaram que o município coletou uma média de 4.361,25 toneladas/mês, o que representa uma média diária de aproximadamente 145,38 toneladas/dia, ou seja, 710 g/hab.dia (População urbana estimada em 204.684 habitantes de acordo com o IBGE).

² CEASA: Central de Abastecimento de Araraquara.



Em 2012 foram coletadas 4.638,03 toneladas/mês, representando 154,60 toneladas/dia de resíduos domiciliares, isto é, 748 g/hab.dia (População urbana estimada em 206.573 habitantes de acordo com o IBGE).

Para o ano de 2013 que foram coletadas 4.419,52 toneladas/mês, o que contabiliza 169,98 toneladas/dia de resíduos domiciliares, desta forma, estima-se 765 g/hab.dia, considerando a população urbana de 222.036 habitantes, segundo o IBGE.

Tabela 8.1.1.1-1 Quantidades de coletadas de RSD

MÊS	2010	2011	2012	2013
Janeiro	4.192,72	4.471,86	4.936,00	4.892,58
Fevereiro	3.842,69	3.965,68	4.113,54	4.289,67
Março	4.241,37	4.445,77	4.840,33	4.421,00
Abril	3.920,98	4.251,88	4.202,50	4.495,91
Maiο	3.863,11	4.120,45	3.766,70	4.337,76
Junho	3.846,95	4.004,87	5.303,86	4.211,71
Julho	4.005,73	4.151,15	4.303,28	4.562,32
Agosto	4.014,78	4.394,39	4.300,12	4.567,44
Setembro	3.988,81	4.345,04	4.673,68	4.223,45
Outubro	4.104,92	4.481,28	5.055,46	3.844,36
Novembro	4.040,31	4.605,54	4.842,88	4.694,09
Dezembro	4.681,69	5.097,03	5.318,03	4.493,94
Total	48.744,06	52.334,94	55.656,38	53.034,23
Média Mensal	4.062,01	4.361,25	4.638,03	4.419,52
Média Diária	135,4	145,38	154,6	169,98
População urbana	202.730	204.684	206.573	222.036

8.1.1.2 Caracterização física

Para construção de um diagnóstico completo, em nível local, foi realizada a caracterização física dos resíduos domiciliares para três categorias de renda da população (alta, média e baixa renda).

O método de quarteamento foi utilizado para caracterização dos resíduos domiciliares, conforme recomenda a Norma Brasileira Regulamentada (NBR) 10.007 (ABNT, 2004). A



Tabela 8.1.1.2-1 apresenta os setores da coleta regular amostrados e suas respectivas classificações de renda.

Tabela 8.1.1.2-1 Amostragem para caracterização física dos RSD

AMOSTRAS DE RSD COLETADAS		
SETOR	CLASSE DE RENDA	DATA DE AMOSTRAGEM
02	MÉDIA	11/08/2011
03	MÉDIA	19/08/2011
12	ALTA	25/08/2011
09 e 17	BAIXA	02/09/2011

Cabe informar que foi realizada uma amostra composta para representar o setor de baixa renda (setor 9 e 17) em função da quantidade de resíduos ser insuficiente para garantir a representatividade da metodologia.

A seguir são apresentados os principais comentários sobre as amostras de resíduos domiciliares coletadas:

- ⇒ Comentários sobre os resíduos do setor 02
 - Foi observada grande quantidade de resíduos de poda e capina;
 - A porcentagem de sacos de armazenamento (sacos pretos) foi relativamente alta.

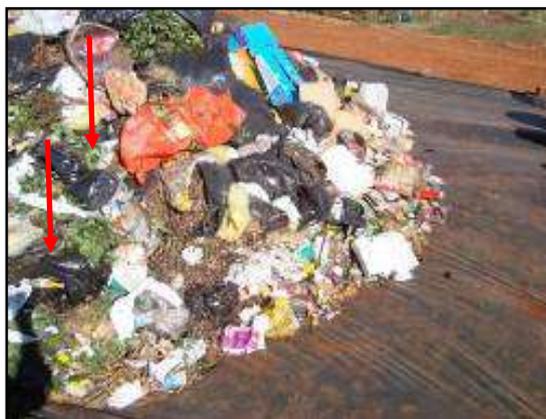


Foto 8.1.1.2.-1 Sacos pretos com poda e capina

- ⇒ Comentários sobre os resíduos do setor 03
 - Foi observada grande quantidade de resíduos de poda e capina;
 - A porcentagem de sacos de armazenamento (sacos pretos) menor que o setor 2;
 - Presença de roupas;



- Presença de cabelos (salão), chapinha, secador;
- Presença de papéis, plásticos e papelão ensacados;
- Presença de material de oficina mecânica (filtro, calota, borracha, óleo);
- Presença de volumosos (colchão, travesseiros);

⇒ Comentários sobre os resíduos do setor 12

- Freio a disco de carro, poda e capina, isopor, galão de produtos químico grande, presença de sacos pretos, ripas de madeira, celular, papel picado, material reciclável, frutas e legumes, leite, embalagens de alimento cheias, material eletrônico, perfumes, roupas e sapatos.



Foto 8.1.1.2-3 Galão de produto químico encontrado

⇒ Comentários sobre os resíduos do setor 09 e 17

- Grande quantidade de sacolinhas plásticas (ver 0);
- Presença de isopor;
- Presença de copinhos descartáveis ensacados;
- Presença de poda e capina;
- Presença de roupas e sapatos;
- Presença de volumosos (colchão);
- Quantidade significativa de fraldas e cascas de laranjas pós-quarteamento



Foto 8.1.1.2-4 Quantidade significativa de sacolinhas plásticas

A Tabela 8.1.1.2-2 revela os resultados da caracterização física das amostras coletadas, de acordo com a classe social predominante.

Tabela 8.1.1.2-2 Resultados da caracterização física dos RSD de Araraquara-SP

MATERIAL	SETOR 02 (CLASSE MÉDIA)	SETOR 03 (CLASSE MÉDIA)	SETOR 12 (CLASSE ALTA)	SETOR 09/17 (CLASSE BAIXA)
	kg	%	kg	%
PODA E CAPINA	0,70	0,67	0,00	0,00
VIDRO	1,60	1,52	2,50	1,97
MADEIRA	0,35	0,33	0,70	0,55
TRAPO E PANO	2,65	2,53	4,95	3,89
PAPELÃO	1,30	1,24	2,70	2,12
PAPEL	7,15	6,81	7,20	5,66
ALUMÍNIO	0,60	0,57	0,40	0,31
MATERIAL FERROSO	0,85	0,81	1,90	1,49
PLÁSTICO FILME	13,15	12,53	12,80	10,07
EMBALAGEM LONGA VIDA	1,70	1,62	1,05	0,83
REJEITO	10,15	9,67	12,20	9,60
BORRACHA	0,95	0,91	1,00	0,79
PLÁSTICO RÍGIDO	5,80	5,53	4,00	3,15
MATÉRIA ORGÂNICA	58,00	55,26	75,70	59,56
TOTAL	104,95	100	127,10	100



A seguir é apresentada a equação para determinar a caracterização física dos resíduos domiciliares do município.

$$\text{Caracterização Física (\%)} = \frac{\bar{A} + \bar{M} + \bar{B}}{3}$$

sendo:

\bar{A} = Média dos setores amostrados que representam a classe alta (%)

\bar{M} = Média dos setores amostrados que representam a classe média (%)

\bar{B} = Média dos setores amostrados que representam a classe baixa (%)

A partir das caracterizações físicas de cada setor representativo de classe social foi possível estimar a composição percentual dos materiais provenientes coleta regular. A 0 apresenta a composição percentual dos materiais provenientes da coleta regular.

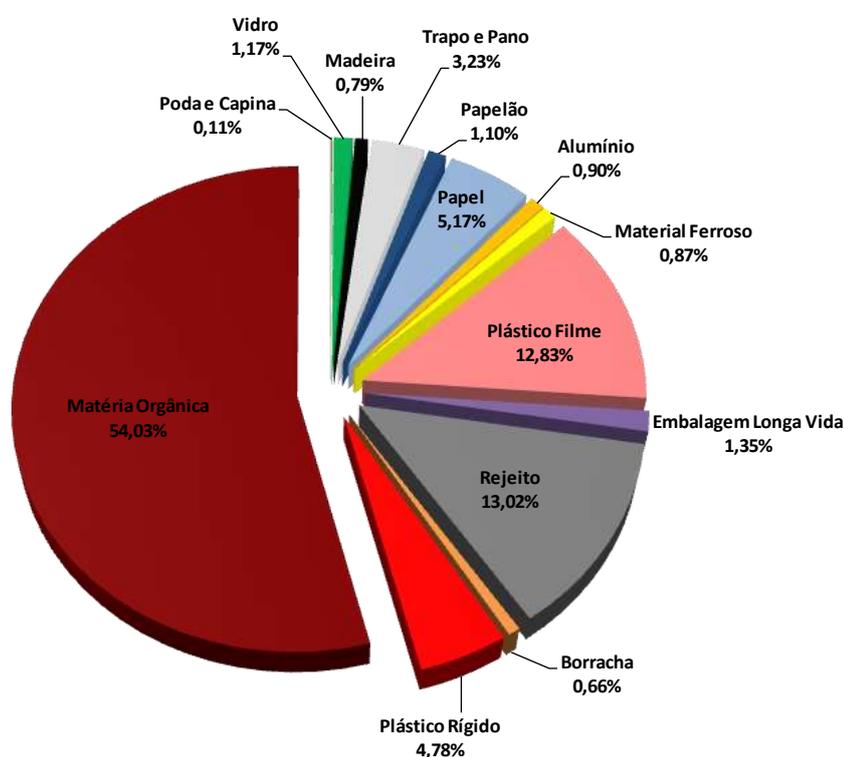


Figura 8.1.1.2-1 Caracterização física dos resíduos domiciliares de Araraquara-SP

Portanto, matéria orgânica, rejeito, plástico filme, papel, plástico rígido, trapo e pano, embalagem longa vida, vidro, papelão, alumínio, metal ferroso, madeira, borracha, e poda e capina são os principais materiais coletados pela coleta regular de Araraquara-SP.



Para determinação do teor de umidade e de material seco que compõe o resíduo domiciliar foi utilizada uma metodologia adaptada a partir da existente no livro Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento Integrado (D'Almeida e Vilhena, 2000).

Para tanto, foram retiradas amostras de 2 litros da pilha quarteada e homogeneizada, a qual foi feita para caracterização física dos resíduos domiciliares. Cabe informar que essa alíquota de 2 litros de amostra foi retirada de diversos pontos após o desmonte da pilha.

Primeiramente a amostra foi pesada, e após foi encaminhada a estufa a 105°C, por um período de 24 horas. Depois de seca a amostra foi novamente pesada para determinar a umidade e o teor de material seco por meio das equações apresentadas a seguir:

sendo:

$$Umidade (\%) = \frac{a - b}{a} \times 100$$

$$Material\ Seco (\%) = \frac{b}{a} \times 100$$

a = massa da amostra antes da secagem (kg)

b = massa da amostra após a secagem (kg)

A partir de amostras foi possível determinar que o teor de umidade presente nos resíduos domiciliares corresponde a aproximadamente 53,7%. A 0 apresenta o teor de umidade e o teor de material seco, de acordo com o setor amostrado.

Tabela 8.1.1.2-3 Teor de umidade e de material seco

TEOR DE UMIDADE E MATERIAL SECO DOS RSD			
SETOR	TEOR DE UMIDADE (%)	MATERIAL SECO (%)	DATA DE AMOSTRAGEM
2	56,09	43,91	11/08/2011
3	45,81	54,19	19/08/2011
12	52,01	47,99	25/08/2011
09 e 17	61,1	38,90	02/09/2011
MÉDIA	53,75	46,25	-

De acordo com o Manual de Saneamento da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) (BRASIL, 2006) o teor de umidade dos resíduos sólidos pode variar de 50% a 60%. A partir



dos resultados da 0 pode-se observar que os resíduos domiciliares gerados no município de Araraquara possuem teor de umidade dentro da média observada na literatura.

Destinação final ambientalmente adequada (transbordo e disposição final)

Atualmente, os resíduos coletados são encaminhados para estação de transbordo de RSD (Licenciada em Julho de 2010, sob Licença de Operação – LO – nº 28992763), a qual se situa na ETR, localizada à Av. Gervásio Brito Francisco, nº 750, Jd. Pinheiros III (Foto 8.4.1.3-1).



Foto 8.1.1.2-5 Vista da estação de transbordo de RSD

Depois de transbordados os resíduos domiciliares tem como disposição final o aterro do Centro de Gerenciamento de Resíduos (CGR), situado no município de Guataporá-SP, distante cerca de 50 km do município de Araraquara-SP.

De acordo com informações da CGR-Guataporá (Geovision, 2011), este CGR possui o maior aterro sanitário do nordeste do Estado de São Paulo. O aterro foi inaugurado em 2007 e possui uma área com 950 mil metros quadrados.

O aterro da CGR-Guataporá possui licença da CETESB (LO 52000921) para receber resíduos domiciliares e industriais Classe IIA e Classe IIB. O local tem vida útil de 25 anos e capacidade para receber mais que 3 mil toneladas por dia de resíduos sólidos (Geovision, 2011).



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013

Figura 8.1.1.2-2 Aterro CGR Guatapará

A Figura 8.1.1.2-3 identifica a área onde está situado o aterro controlado (encerrado) e a área que foi objeto de estudo para a construção do novo aterro sanitário do município.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013

Figura 8.1.1.2-3 Estaco de Transbordo, Aterro Encerrado e área indeferida para implantação do Novo Aterro Sanitário



O aterro que servia o município era uma antiga área de lixão, a qual foi transformada em um aterro controlado. Atualmente, este aterro possui o plano de encerramento concluído. A conclusão do encerramento do Aterro de RSD de Araraquara ocorreu em 2012. Continua a ser executado o monitoramento ambiental do mesmo seguindo plano aprovado pela CETESB, para águas subterrâneas, águas superficiais e para recalques do maciço. As análises das amostras e seus pareceres são encaminhados à CETESB em conformidade com o cronograma do plano de monitoramento.

O RAP elaborado para a área do novo aterro (processo nº 8.166/2009) foi arquivado pela CETESB, conforme consta na informação de seu ofício 001/13 IP de 09/01/2013, que, portanto não emitirá as licenças ambientais de aprovação do empreendimento em função de parecer emitido pelo Quarto Comando Aéreo Regional (IV Comar). O IV Comar em seu ofício 805/sca/10962 indefere o pedido de implantação do empreendimento (novo aterro) por motivo de encontrar-se o mesmo em Área de Gerenciamento do Risco Aviário (Agra) do aeródromo de Araraquara. Baseia-se o indeferimento no artigo 95 da Portaria nº 256/GC5, de 13 de maio de 2011, tendo em vista que o local pretendido para ampliação do aterro sanitário está a aproximadamente 5,17 km do ponto médio da pista do aeródromo de Araraquara, dentro do núcleo da Agra.

Os resíduos domiciliares foram depositados no antigo aterro até 15/10/2009. De 16/08/2009 até 27/5/2010 funcionou a estação de transbordo provisória. A partir de 28/05/2010 foi implantada a estação de transbordo de resíduos domiciliares definitiva.

Os gases gerados nesse aterro controlado são queimados em flares, conforme recomendações de normas e da CETESB.

Estima-se a geração cerca de 15 m³/dia de líquidos percolados, os quais são armazenados temporariamente em um tanque impermeabilizado. Esses líquidos têm como destino final a rede coletora de esgoto para tratamento combinado junto a Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) Araraquara.



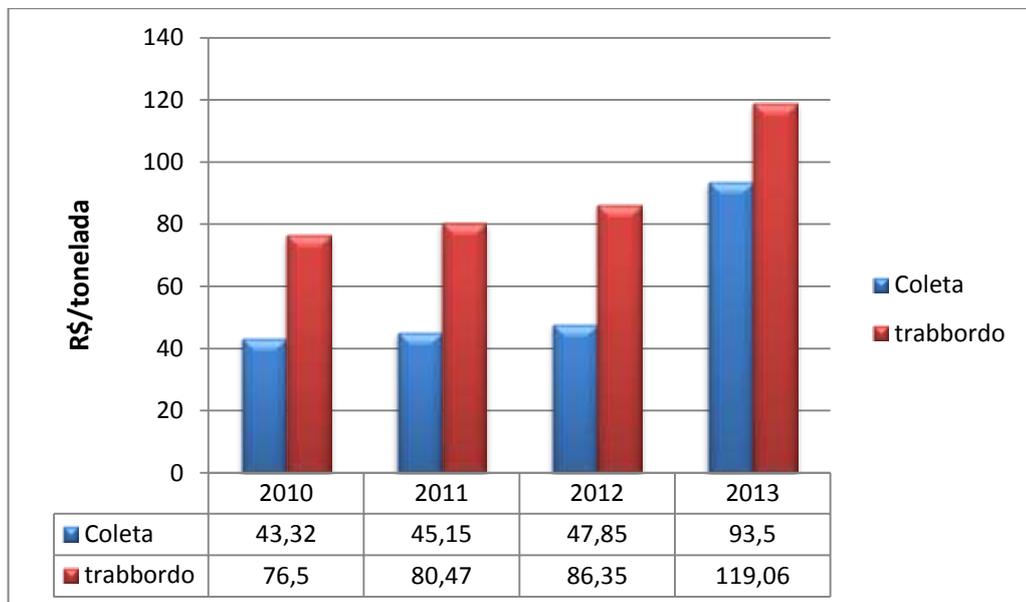
Foto 8.1.1.2-5 Aterro Controlado (Encerrado)



Foto 8.1.1.2-6 Camada de selamento e flares do Aterro Controlado (Encerrado)



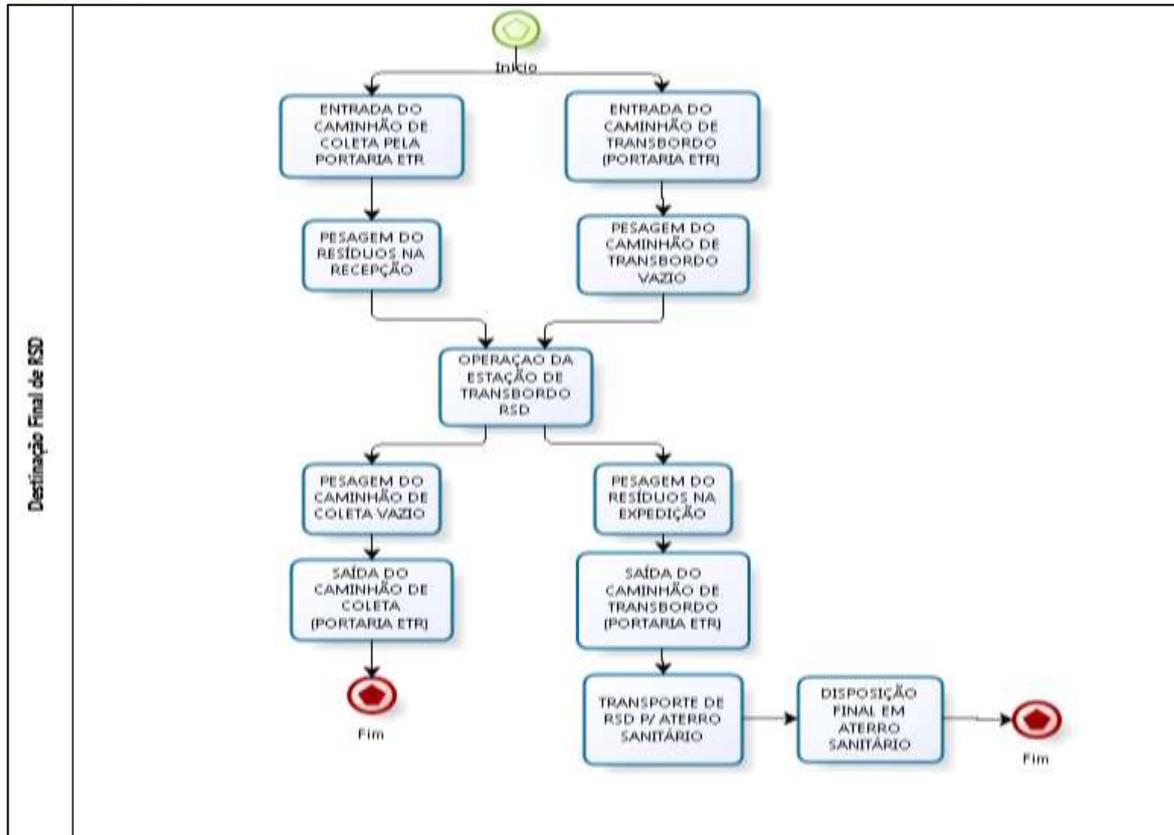
A Figura 8.1.1.2-2 mostra os valores gastos com a coleta, operação da estação de transbordo, transporte e disposição final no Aterro Sanitário da CGR-Guatapará.



Fonte: DAAE, 2012

Figura 8.1.1.2-4 Custos do manejo dos resíduos domiciliares com terceiros

A seguir, apresenta-se na Figura 8.4.1.3-3 o fluxograma do transbordo, transporte e destinação final dos resíduos domiciliares.



Fonte: Bizagi, 2013

Figura 8.1.1.2-5 Fluxograma – Resíduos Domiciliares

8.1.1.3 Legislação e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara ainda não conta com legislações e programas relativos à gestão e gerenciamento dos resíduos domiciliares – em elaboração.

8.1.1.4 Resumo

O Quadro 8.1.1.4-1 apresenta um resumo da situação atual da gestão dos resíduos domiciliares gerados no município de Araraquara-SP.

QUADRO 8.1.1.4-1 RESUMO DA GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMICILIARES DE ARARAQUARA-SP

RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
LEGISLAÇÕES E PROGRAMAS	EM FASE DE ELABORAÇÃO
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E GERENCIAMENTO	AUTARQUIA PÚBLICA (DAAE)



RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
ORIGEM	ORIGINÁRIOS DE ATIVIDADES DOMÉSTICAS EM RESIDÊNCIAS URBANAS E ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS PEQUENOS E MÉDIOS (LANCHONETES, BARES)
QUANTIDADE COLETADA	154,60 toneladas/dia (2012) - 142,54 toneladas/dia (2013)
ÍNDICE DE GERAÇÃO	765 g/hab.dia (2013)
TAXAS, TARIFAS E FORMAS DE COBRANÇA	TPCMA
TIPO E ABRANGÊNCIA DA COLETA	<ul style="list-style-type: none">TIPO: COLETA PORTA A PORTAABRANGÊNCIA: 100% ÁREA URBANA 30% ZONA RURAL
SETORES DE COLETA E FREQUÊNCIA	<ul style="list-style-type: none">Nº DE SETORES: 26FREQUÊNCIA: SETORES 1 E 2 DIÁRIA DEMAIS SETORES ALTERNADA
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	VER ITEM "B" DO DIAGNÓSTICO
CLASSIFICAÇÃO	CLASSE II-A - NÃO PERIGOSOS E NÃO INERTES – EXCETUANDO OS RESÍDUOS CITADOS NA RESOLUÇÃO DA SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (SMA) 038/2011
FORMAS DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA	ESTAÇÃO DE TRANSBORDO E DISPOSIÇÃO FINAL EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO
TIPO DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA	ATERRO SANITÁRIO DA CGR NO MUNICÍPIO DE GUATAPARÁ-SP
ESTIMATIVA DE CUSTOS ENVOLVIDOS	COLETA REGULAR: R\$ 93,50/tonelada (2013) TRANSBORDO, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL: R\$ 119,06/tonelada (dez/2013)
IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS	ATERRO CONTROLADO (SITUAÇÃO ATUAL ENCERRADO)



RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
OBSERVAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• GASES GERADOS NO ATERRO QUEIMADO EM FLARES;• GERAÇÃO DE 15 m³/dia DE LÍQUIDOS PERCOLADOS, OS QUAIS SÃO TRATADOS NA (ETE);• NECESSIDADE DE PROJETO BÁSICO DE GERENCIAMENTO APROVEITAMENTO DE MATERIAIS COMPOSTÁVEIS (UNIDADE DE COMPOSTAGEM AERÓBIA E ANAERÓBIA).

8.1.2 Coleta seletiva e reciclagem

No Brasil, a coleta seletiva é definida pelo artigo 03, inciso V da PNRS (BRASIL, 2010) como “coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição”.

Os resíduos pertencentes à coleta seletiva são considerados pela Política Nacional como resíduos domiciliares, entretanto os mesmos podem ter origem em estabelecimentos comerciais, indústrias, unidades prestadoras de serviços de saúde (hospitais, clínicas médicas e odontológicas), ou ainda locais que envolvam serviços de transporte (rodoviárias, portos e aeroportos).

8.1.2.1 Diagnóstico

No município de Araraquara existe a Coleta Seletiva Solidária, de materiais recicláveis, que é operacionalizada pelo DAAE em parceria com a Prefeitura Municipal e a Cooperativa de Catadores Acácia. A coleta seletiva cobre 100% da sede municipal, inclusive as chácaras de recreio e os dois assentamentos rurais. Os resíduos coletados são encaminhados para a Central de Tratamento de Resíduos do município, onde são triados, classificados, prensados e armazenados para comercialização.

O produto financeiro da comercialização desses materiais é rateado entre os cooperados que se incumbem também do recolhimento dos encargos sociais e pequenas manutenções na usina de triagem, prensas, aquisição de EPIs etc.

Os principais objetivos da Coleta Seletiva Solidária são:

- Recolher os materiais recicláveis doados pela população, promovendo sua separação, classificação e submetê-los a processos de agregação de valor para comercialização. A captação desses materiais e seu tratamento implica, em última instância, economia gerada pela reinserção dos mesmos na cadeia produtiva, diminuindo a necessidade de extração e utilização de matéria-prima virgem na produção de novos bens de consumo.
- Geração de trabalho e renda visando à inclusão social e integração dos catadores;



- Minimizar as despesas com a destinação final dos RSU destinados à disposição final em aterro
- Conscientizar a população sobre a preservação do meio ambiente.

A coleta seletiva começou a ser organizada, com auxílio da Prefeitura no ano de 2002, através de um pequeno grupo de catadores no bairro do Carmo e, a partir daí, experimentou importantes avanços.

Em 2005, a coleta seletiva foi oficialmente implantada no município, operando um projeto piloto, no sistema porta a porta, que cobria 20% do município. Esse modelo foi sendo discutido e aperfeiçoado.

Esse modelo inicial contava com a estrutura de 1 caminhão, 1 motorista e 12 catadores. A divulgação do projeto piloto foi realizada pelos próprios catadores com a entrega de panfletos com orientações para a coleta aos moradores de seis bairros selecionados para iniciar a coleta no município (Figura 8.1.2.1-1).

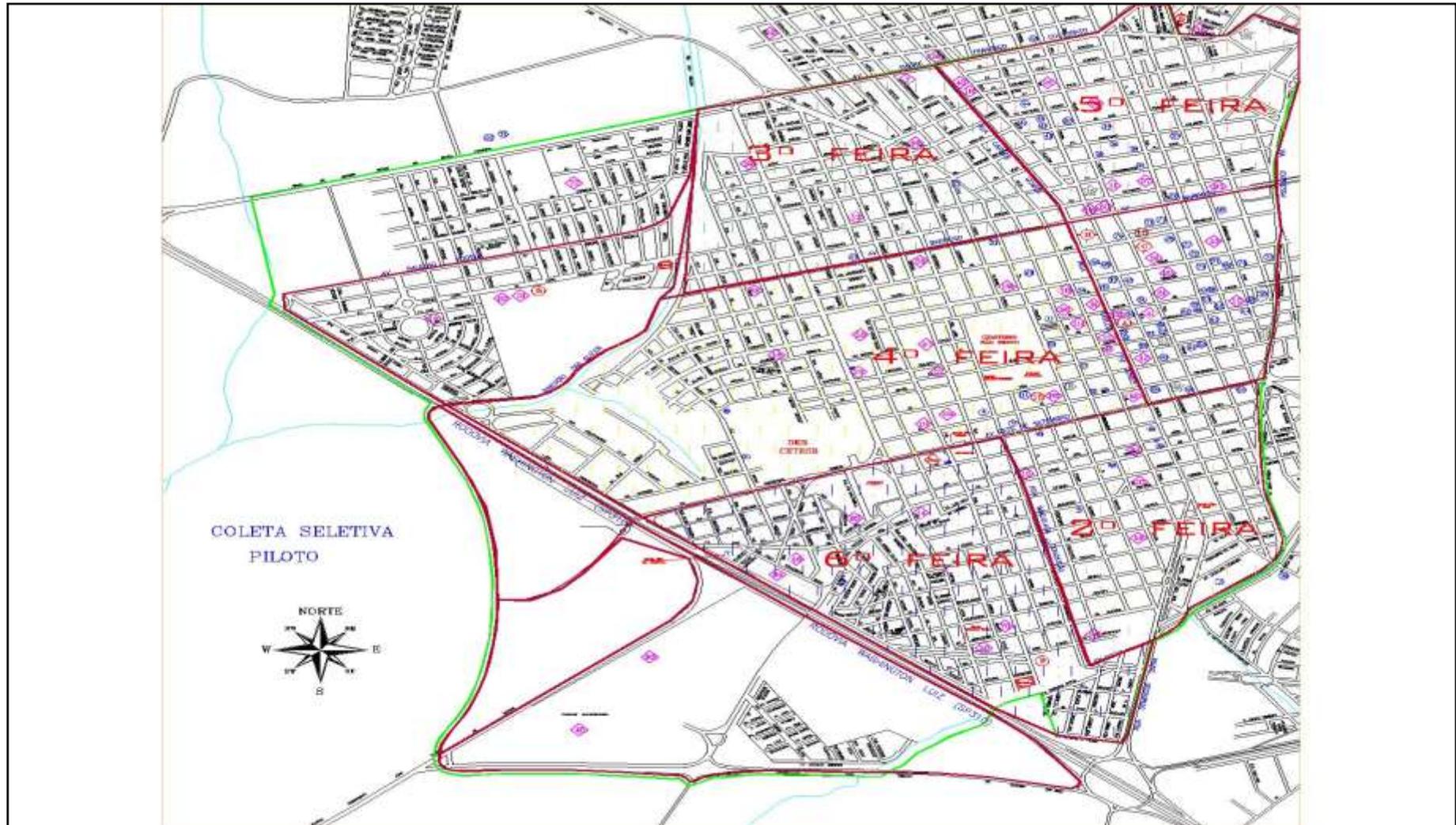


Figura 8.1.2.1-1 Mapa de localização dos bairros participantes do projeto piloto de coleta seletiva no município de Araraquara, SP



Esse projeto piloto foi aperfeiçoado pelo Comitê Gestor e, em 2008, o programa atingiu a cobertura de 100% da área urbana, e atualmente atende também a 2% da área rural.

Atualmente, o DAAE gerencia a coleta seletiva através de um contrato remunerado de prestação de serviços com a Cooperativa Acácia, que contempla a coleta e a triagem e destinação dos materiais coletados. Fornece 4 caminhões tipo baú, com motoristas, um caminhão equipado com coletor e compactador regulável, adquirido por meio de um convênio entre a prefeitura municipal e o Fundo Estadual de Combate à Poluição (Fecop) da SMA, que foi cedido ao DAAE.

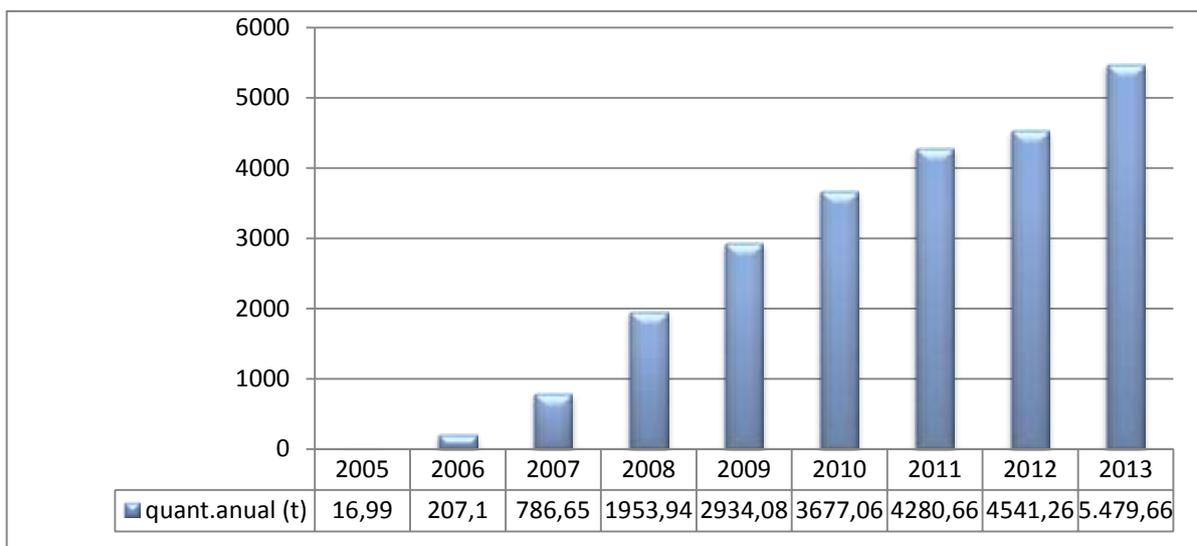
A prefeitura municipal participa da coleta fornecendo apoio à organização da cooperativa de catadores, promovendo sua divulgação, cursos de formação, auxílio na gestão de negócios do sistema Coleta-Triagem.

Cabe à cooperativa de catadores Acácia a realização da coleta seletiva de resíduos recicláveis porta a porta, a coordenação da equipe, a manutenção de seu escritório e dos equipamentos da usina de triagem e a disponibilização de uniformes e equipamentos de proteção individual a seus cooperados.

Em 2013, a cooperativa contava com 167 cooperados, sendo que 79 deles se encarregavam da coleta de material recicláveis, porta a porta, em todo o município de Araraquara e os outros 88 catadores realizavam a triagem, e preparavam o material para a comercialização.

Em 2013, a coleta seletiva recolheu 5.479,66 toneladas de materiais reutilizáveis e recicláveis, o que representa 456,64 toneladas/mês, ou seja, 68 g/hab.dia (População de 222.036 habitantes de acordo com o IBGE, 2013).

A Figura 8.1.2.1-2 apresenta a evolução das quantidades de materiais reciclados coletada, na qual é possível observar o aumento da quantidade de resíduos coletados após 2005, devido à implantação da coleta em 100% da área urbana.



Fonte: DAAE, 2014

Figura 8.1.2.1-2 Evolução das quantidades coletadas de recicláveis

No município estão implantadas duas modalidades de coleta seletiva. A primeira é denominada coleta porta a porta, na qual o munícipe entrega seu material para o cooperado que passa em sua residência, comércio, etc. Para essa modalidade o município foi dividido em 6 setores (A, B, C, D, E, F), nos quais se realiza a coleta semanal, exceto o grupo F que abrange a região central realizando coleta diária.

A outra modalidade existente é a coleta em PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Resíduos Recicláveis. Esse tipo de modalidade foi adotado em áreas de recreio, distritos industriais, áreas de baixa densidade populacional e locais de difícil acesso. Os PEVs do município contêm grandes sacolas (bags), penduradas em uma armação de ferro, as quais são recolhidas ao menos uma vez por semana. Ao todo o município conta com 35 PEVs de armação de ferro distribuídos em escolas, comércios, edifícios públicos, bolsões de RCC, e postos de saúde (Localização dos PEVs no mapa do Anexo XXIII).

Atualmente, a cooperativa de coleta seletiva possuiu 175 catadores, sendo 67 pessoas alocadas para realizar o serviço de coleta porta a porta e as demais estão envolvidas no processo de triagem. A coleta conta também com 6 caminhões baú, sendo 4 locados pelo DAAE e 2 de propriedade da cooperativa, e 1 caminhão semicompactador cedido pela Prefeitura Municipal ao DAAE.

Estima-se que existam no Município mais de 500 catadores autônomos, assim considerados aqueles que têm nessa atividade sua subsistência ou complementação da renda familiar. Em 2007, a Unesp, através da Empresa Paulista Júnior Projetos & Consultoria, realizou levantamento por amostragem em parceria com a Cooperativa Acácia e a Prefeitura Municipal, e traçou o Perfil Sociométrico dos Catadores Autônomos de Araraquara.

A Coleta Seletiva institucionalizada, representada pelo programa desenvolvido por DAAE, Prefeitura Municipal e Acácia, depara-se, atualmente, com o problema de furto de materiais



Prefeitura
Municipal de
Araraquara



coletados e já acondicionados em bags. Outros fatores são a dificuldade da realização da coleta em períodos chuvosos e a presença de materiais não recicláveis colocados pela população junto com os recicláveis, aumentando o trabalho de triagem, os custos de transporte e a disposição final desses rejeitos. No Anexo XXIV é apresentado o mapa com os setores de coleta seletiva.

8.1.2.2 Caracterização física

O Quadro 8.1.2.2-1 apresenta as quantidades dos principais materiais triados e vendidos pela Cooperativa de 2008 a 2012.



QUADRO 8.1.2.2-1 QUANTIDADE DE MATERIAL TRIADO E VENDIDO

RESUMO DO MATERIAL VENDIDO					
MATERIAL	2008 (kg)	2009 (kg)	2010 (kg)	2011 (kg)	2012 (kg)
PLÁSTICO	329.372	380.410	324.640	248.730	334.830
PAPEL/PAPELÃO	551.490	952.620	1.085.770	926.130	978.130
EMBALAGEM LONGA VIDA	74.580	42.780	78.490	74.190	58.210
VIDRO	150.480	212.620	235.495	182.980	168.340
METAIS	136.060	145.700	203.180	199.390	190.640
ALUMÍNIO	7.680	8.380	6.900	3.520	6.380
ÓLEO	5.710	3.120	5.310	8.860	10.380
INOX + ANTIMÔNIO (PANELAS, MAÇANETAS)	-	-	920	1.360	1.430
ISOPOR	790	360	450	1.450	3.670
PLACA ELETRÔNICA	-	-	-	-	330
BOLSÕES (PEVs)	-	-	-	-	32.290
TOTAL	1.256.162	1.745.990	1.941.155	1.646.610	1.784.630
MÉDIA MENSAL	104.680	145.499	161.763	137.218	148.719

A partir das quantidades de materiais triados e comercializados em 2010 foi possível estimar a composição percentual dos materiais provenientes da coleta seletiva. A Figura 8.5.1.2-2 apresenta a composição percentual dos materiais provenientes da coleta seletiva.

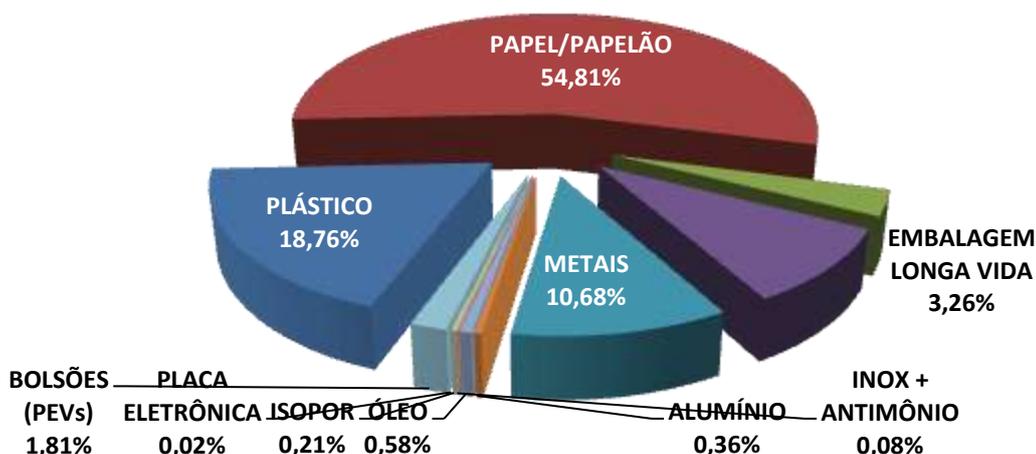


Figura 8.1.2.2-2 Caracterização física dos resíduos da coleta seletiva



8.1.2.3 Destinação final ambientalmente adequada (transbordo, triagem, reciclagem e disposição final)

Os resíduos da coleta seletiva têm como destinação final ambientalmente adequada a ETR do município de Araraquara-SP. Na ETR-Araraquara funciona uma Central de Triagem da Coleta Seletiva, onde os materiais são separados e prensados. Os materiais recicláveis são pesados e vendidos e o rejeito do processo de triagem é encaminhado para o Aterro Sanitário da empresa CGR-Guatapará, no município de Guatapará-SP.

O local onde está implantada a Central de Triagem é uma área pertencente à autarquia pública DAAE, localizada à Avenida Gervásio Brito Francisco, n 750, fora do perímetro urbano na porção nordeste do município, atrás do Parque Pinheirinho.



Figura 8.1.2.3-1 rea ocupada pela central de triagem

fonte: Google Earth, 2013 (adaptada)

A figura anterior apresenta uma imagem aérea da área ocupada pela Central de Triagem dentro da ETR-Araraquara.

A Central de Triagem possui três galpões os quais abrigam 2 esteiras de triagem, 1 esteira de retriagem e 4 prensas, conforme registrado nas Fotos 8.1.2.3-1 e 8.1.2.3-2.



Foto 8.1.2.3-1 Vista da central de triagem



Foto 8.1.2.3-2 Separação dos recicláveis por catadores nas esteiras

A Foto 8.1.2.3-3 apresenta os resíduos enfardados e armazenados para posterior comercialização.



Foto 8.1.2.3-3 Pátio de armazenamento temporário de recicláveis

A Foto 8.1.2.3-4 mostra a quantidade de materiais denominados de rejeitos após triagem nas esteiras. Conforme observado in loco grande parte desses materiais continham resíduos que poderiam ser novamente triados e encaminhados pela reciclagem.



Prefeitura
Municipal de
Araraquara



Foto 8.1.2.3-4 Materiais considerados como rejeitos pela triagem

Na Figura 8.1.2.3-2 é apresentado fluxograma da coleta seletiva:

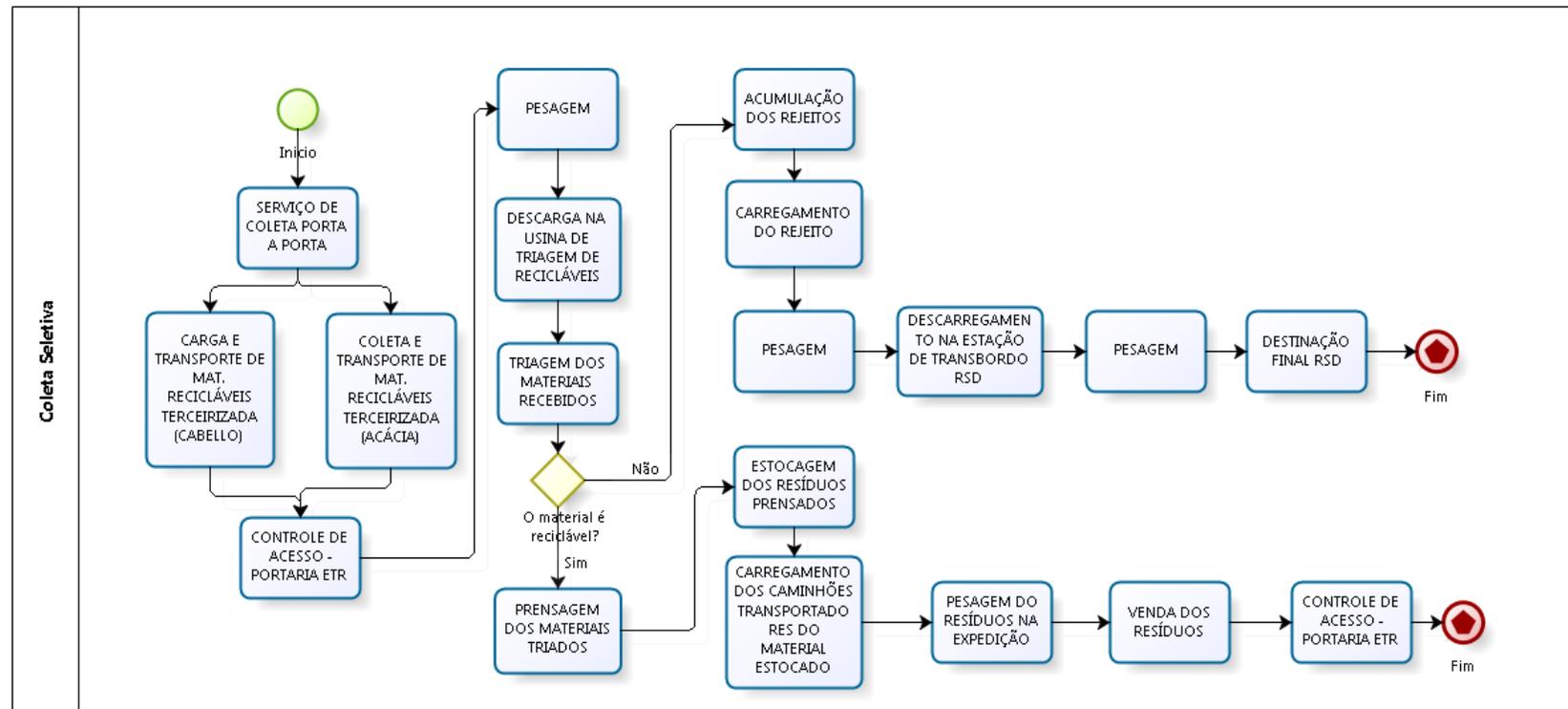


Figura 8.1.2.3-2 Fluxograma – Coleta Seletiva



Já a Figura 8.1.2.3-3 aprofunda a demonstração acerca do fluxo de tratamento e destinação final do Poliestireno Expandido (EPS) – Isopor®.

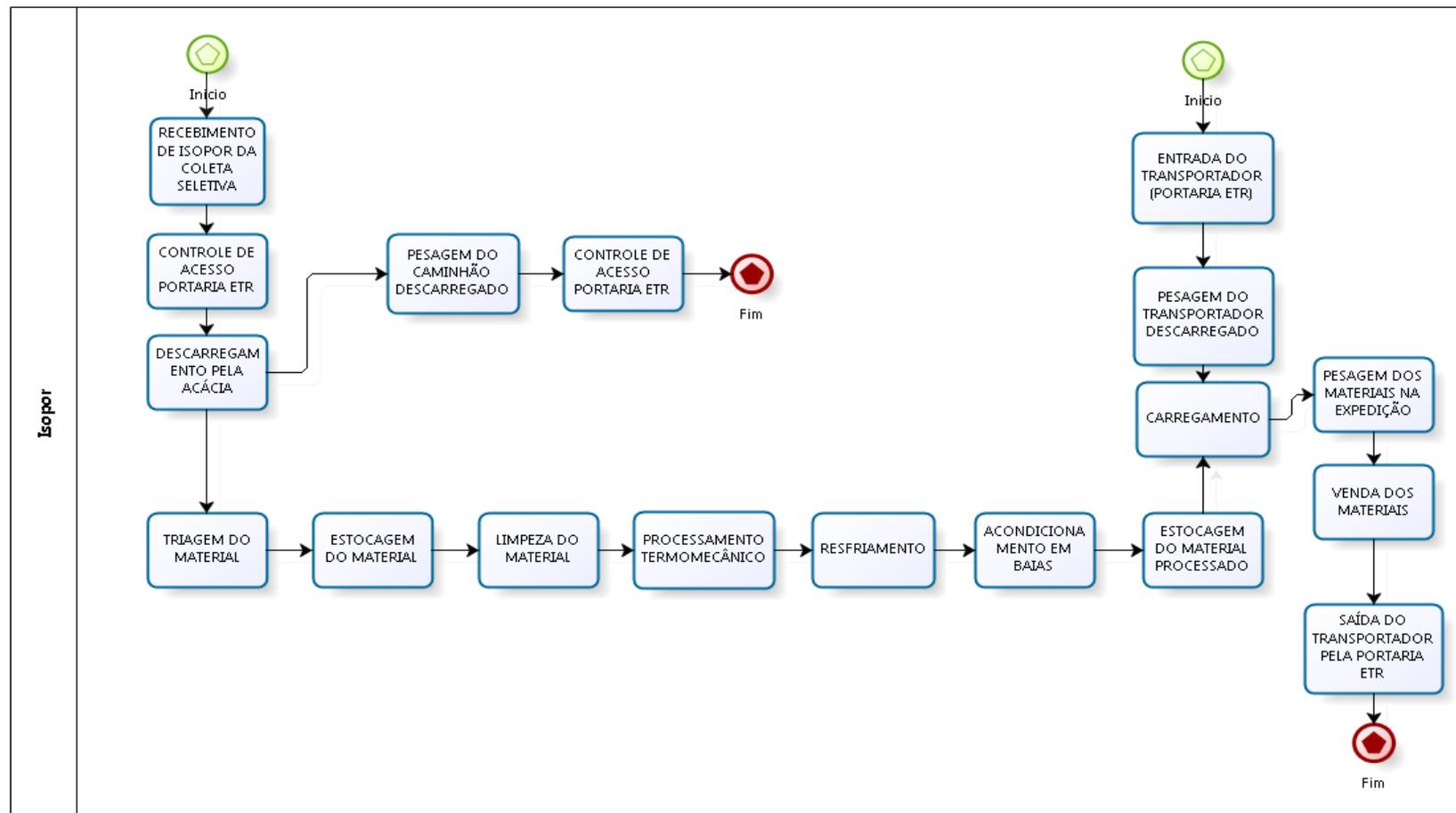


Figura 8.1.2.3-3 Fluxograma – Tratamento e disposição final do EPS



8.1.2.4 Legislação e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara conta com as seguintes legislações, programas e ações relativos à coleta seletiva, são eles:

- Lei Municipal 5.727/2001 – Cria o Programa de Coleta Seletiva de Lixo nas escolas públicas municipais, nos Centros de Educação e Recreação e dá outras providências;
- Lei Municipal 6.825/2008 – Dá nova redação ao artigo 1º, da Lei Municipal nº 5.634, de 28 de junho de 2.001, que criou o Fundo Municipal de Meio Ambiente, de modo a ampliar seu objetivo, acrescentando o processamento e beneficiamento dos resíduos sólidos provenientes da coleta seletiva e dá outras providências;
- Lei Municipal 7.166/2009 – Dispõe sobre alterações na Lei Municipal nº 6.503, de 15 de dezembro de 2.006, que institui a Taxa de Preservação e Controle do Meio Ambiente, de modo a criar a possibilidade de isenção da conhecida "taxa do lixo", a partir da participação dos contribuintes nos programas sociais de triagem de materiais recicláveis e no de coleta seletiva de resíduos ou em outros programas de mesma natureza e dá outras providências.

8.1.2.5 Resumo

O Quadro 8.1.2.5-1 apresenta um resumo da situação atual da coleta seletiva no município de Araraquara-SP.

QUADRO 8.1.2.5-1 RESUMO DA DE COLETA SELETIVA EM ARARAQUARA-SP

RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
Legislações e programas	Lei municipal 5.727/2001 lei municipal 6.825/2008 lei municipal 7.166/2009
Responsável pela gestão e gerenciamento	Poder público representado pela autarquia pública (DAAE)
Origem	Originários de atividades domésticas em residências urbanas e estabelecimentos comerciais, unidades de serviços de saúde, locais de serviços de transporte, e indústrias (classe iia e iib)
Quantidade coletada	456,64 t/mês em 2013
Índice de geração	68 g/hab.dia em 2013
Taxas, tarifas e formas de cobrança	----



RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
Tipo e abrangência da coleta	<ul style="list-style-type: none">Tipo: porta a porta e 35 PEVs pontos de entrega voluntária de recicláveisabrangência: 100% da área urbana 2% da zona rural
Setores de coleta e frequência	<ul style="list-style-type: none">Nº de setores: 6 (grupo a, b, c, d, e, f)Frequência: semanal (exceto o grupo "f" que realiza coleta diária em alguns pontos).
Caracterização física	Realizada por meio da triagem para venda dos recicláveis (ver item b - caracterização física)
Classificação	Classe ii – não perigosos
Formas de destinação ambientalmente adequada	Central de triagem; reciclagem; estação de transbordo e disposição final no aterro da cgr dos resíduos considerados como rejeitos
Tipo de disposição final ambientalmente adequada	Aterro sanitário da cgr em guatapará-sp
Estimativa de custos envolvidos	Custo anual da coleta seletiva é de R\$ 2.548.425,47
Impactos ambientais relacionados	----
Observações	<ul style="list-style-type: none">Presença de catadores informais atuando no municípioRecomenda-se o estudo e implantação de nova área para triagem da coleta seletiva, incluindo sua infraestrutura (galpão, caminhões, prensas, baias de armazenamento, as quais deverão estar de acordo com as normatizações pertinentes)

8.1.3 Resíduos da construção civil (RCC)

Os resíduos da construção civil (RCC) são popularmente conhecidos como entulho de obras, calça ou metralha. Esses resíduos podem ser definidos de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) como:

os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis (art.13).

Geralmente, esses resíduos são compostos por fragmentos ou restos de argamassa, tijolos, concreto, solos, metais, madeiras, gesso e plásticos, originários de desperdícios em canteiros de obras, demolições de edificações ou demolições resultantes de desastres.

8.1.3.1. Diagnóstico



Em 2005, em atendimento à Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 307, foi implantado no Município de Araraquara-SP o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PIGRCC), por meio da Lei Municipal nº 6.352/2005, regulamentada pelo Decreto 8.431/2006. Este Plano será complementar ao PMGIRS.

O PIGRCC abrange:

- Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil relativo à implantação e à operação da rede de Pontos de Entrega para Pequenos Volumes;
- Projetos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil elaborado e implementado pelos geradores de grandes volumes, bem como órgãos municipais responsáveis, conforme artigo 26 do Decreto 8.431/2006.

O Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção implantou diretrizes técnicas para melhoria da limpeza urbana, a fim de facilitar o exercício das responsabilidades dos pequenos geradores, por meio de pontos de recebimento de RCC.

Atualmente estão implantados no município 8 (oito) Pontos de Entrega de Volumosos (PEV), os quais foram devidamente licenciados pela CETESB, e pela SMMA, são eles:

- PEV Santa Lúcia - Rua Castro Alves, 80 (em frente ao Poço Santa Lúcia);
- PEV – Pontos de Entrega de Volumosos – São Gabriel - Av. Fortunato Micelli, 83 (próximo à Marmoraria Manini);
- PEV Parque São Paulo - Av. Maria Brambilla Passos, 384 (próximo ao reservatório do DAAE);
- PEV Jardim Capri - Av. Tocantins, 273 (próximo ao antigo Poço Gramado);
- PEV Santa Angelina - Rua Hermínio Tozetti, 319 (esquina R. Manoel Rodrigues Jacob);
- PEV Jardim Igaçaba - Rua Antônio Rodrigues Leal, 31 (esquina R. Lino Morganti);
- PEV Selmi Dei – Av. Alziro Zarur, 11 (em frente à área de lazer Olivério Bazzani Filho);
- PEV Vitória De Santi – Rua Henrique Cincerre, 100 (Jd. Vitória De Santi II).



Os PEVs recebem de municípios e pequenos transportadores, descargas de RCC e resíduos volumosos, limitadas ao volume de 1 (um) metro cúbico por descarga.

De acordo com o Plano Integrado de Gestão de RCC, o município pretende instalar um total de 13 PEVs de RCC. A 0 mostra fachada do PEV do Jd. São Gabriel e a 0 destaca o totem informativo situado na entrada do PEV do Santa Lúcia.



Figura 8.1.3.1-1 PEV Jd. São Gabriel



Figura 8.1.3.1-2 Totem informativo do PEV – Pontos de Entrega de Volumosos – Santa Lúcia

Materiais que podem ser descartados nos PEVs de RCC e resíduos volumosos:



- Resíduos da construção civil (Classe A): telhas, tijolos, argamassa, concreto, madeira, pisos, louças sanitárias, latas de tinta, e metais;
- Resíduos de varrição, podas e capina: podas de árvores (galhos e folhas), capina de mato e grama, e varrição de folhas;
- Resíduos volumosos: móveis de madeira como cama, armários, móveis estofados, geladeiras, e fogões;
- Materiais especiais: pneus inservíveis, resíduos eletroeletrônicos como televisores, computadores e lâmpadas fluorescentes, desde que esses materiais tenham sido de uso doméstico;
- Materiais recicláveis (Classe B): no local há um ponto para o recebimento de vidros, plásticos, papel, papelão e metais;

Materiais que não podem ser descartados nos PEVs de RCC e resíduos volumosos:

- Resíduo domiciliar: originários de atividades domésticas em residências;
- Resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;
- Resíduos especiais: materiais de oficinas mecânicas de automóveis e similares, borracharias e funilarias, postos de gasolina, e animais mortos;
- Resíduos eletroeletrônicos: televisores, computadores e outros provenientes de serviço de manutenção e assistências técnicas;
- Resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;
- Resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: resultantes de oficinas de manutenção, marcenarias e fábricas de móveis, tapeçarias, têxteis.

A SMSP também é responsável pela coleta dos RCC descartados em áreas impróprias, como áreas não licenciadas, terrenos baldios, córregos, vias públicas e áreas de preservação permanente.

Em 2012, os RCC e resíduos volumosos coletados pelo município de áreas de deposições clandestinas e PEVs – Pontos de Entrega de Volumosos – representaram aproximadamente 58.522,65 toneladas/ano, o que representa 160 toneladas/dia, ou seja, 720 g/hab.dia (População de 222.036 habitantes de acordo com o Censo do IBGE, 2010).

As Tabelas 8.1.3.1-1 a 8.1.3.1-3 apresentam as quantidades coletadas, em 2010, 2011 e 2012 de RCC e resíduos volumosos, pelo município em áreas de deposições clandestinas e nos PEVs.



TABELA 8.1.3.1-1 QUANTIDADES COLETADAS DE RCC E VOLUMOSOS PELO MUNICÍPIO EM 2010

COLETA MUNICIPAL DE RCC E RESÍDUOS VOLUMOSOS (2010)			
MÊS	DEPOSIÇÕES CLANDESTINAS (t)	PEVs (t)	TOTAL (t)
JANEIRO	238,80	1.364,49	1.603,29
FEVEREIRO	1.698,87	1.377,40	3.076,27
MARÇO	1.473,98	1.520,27	2.994,25
ABRIL	775,53	1.458,17	2.233,70
MAIO	502,45	931,85	1.434,30
JUNHO	44,60	1.423,57	1.468,17
JULHO	871,05	1.357,56	2.228,61
AGOSTO	397,12	1.353,21	1.750,33
SETEMBRO	269,88	1.124,49	1.394,37
OUTUBRO	272,62	1.253,11	1.525,73
NOVEMBRO	38,65	1.071,05	1.109,70
DEZEMBRO	71,97	1.360,20	1.432,17
TOTAL	6.655,52	15.595,37	22.250,89

TABELA 8.1.3.1-2 QUANTIDADES COLETADAS DE RCC E VOLUMOSOS PELO MUNICÍPIO EM 2011

COLETA MUNICIPAL DE RCC E RESÍDUOS VOLUMOSOS (2011)			
MÊS	DEPOSIÇÕES CLANDESTINAS (t)	PEVs (t)	TOTAL (t)
JANEIRO	0,00	1.472,24	1.472,24
FEVEREIRO	47,46	1.968,18	2.015,64
MARÇO	65,8	1.902,43	1.968,23
ABRIL	0,00	2.495,86	2.495,86
MAIO	0,00	1.148,45	1.148,45
JUNHO	78,39	2.725,14	2.803,53
JULHO	643,81	1.899,58	2.543,39
AGOSTO	382,39	1.960,70	2.343,09
SETEMBRO	0,00	1.450,16	1.450,16
OUTUBRO	149,54	3.523,83	3.673,37
NOVEMBRO	271,97	2.765,69	3.037,66
DEZEMBRO	0,00	2.643,97	2.643,97
TOTAL	1.639,36	25.956,23	27.595,59



TABELA 8.1.3.1-3 QUANTIDADES COLETADAS DE RCC E VOLUMOSOS PELO MUNICÍPIO EM 2012

COLETA MUNICIPAL DE RCC E RESÍDUOS VOLUMOSOS (2012)			
MÊS	DEPOSIÇÕES CLANDESTINAS (t)	PEVs (t)	TOTAL (t)
JANEIRO	184,13	3.296,46	3.480,59
FEVEREIRO	648,56	2.873,54	3.522,10
MARÇO	227,26	3.834,85	4.062,11
ABRIL	268,87	3.264,01	3.532,88
MAIO	45,14	3.444,87	3.490,01
JUNHO	2.382,03	3.862,38	6.244,41
JULHO	62,86	3.114,52	3.177,38
AGOSTO	39,85	3.488,81	3.528,66
SETEMBRO	278,75	3.436,13	3.714,88
OUTUBRO	0,00	3.040,35	3.040,35
NOVEMBRO	8,03	4.098,50	4.106,53
DEZEMBRO	2,10	2.807,95	2.810,05
TOTAL	4.147,57	40.562,36	44.709,95

TABELA 8.1.3.1-4 QUANTIDADES COLETADAS DE RCC E VOLUMOSOS PELO MUNICÍPIO EM 2013

COLETA MUNICIPAL DE RCC E RESÍDUOS VOLUMOSOS (2012)			
MÊS	DEPOSIÇÕES CLANDESTINAS (t)	PEVs (t)	TOTAL (t)
JANEIRO	879,34	2733,48	3612,82
FEVEREIRO	451,61	2992,21	3443,82
MARÇO	560,37	3671,09	4231,46
ABRIL	1970,16	3969,21	5939,37
MAIO	2326,16	4299,79	6625,95
JUNHO	1758,39	2938,59	4696,98
JULHO	1150,72	4233,9	5384,62
AGOSTO	624,3	5067,46	5691,76
SETEMBRO	889,01	3823,08	4712,09
OUTUBRO	1276,14	3615,3	4891,44
NOVEMBRO	469,1	4210,27	4679,37
DEZEMBRO	372,31	4240,66	4612,97
TOTAL	12727,61	45795,04	58.522,65



Os projetos de novos empreendimentos ou reformas e demolições, quando do pedido de autorização para demolição ou solicitação de alvará para construção, deverão apresentar o Plano de Gerenciamento de RCC. Esse Plano deverá ser apresentado à SMDU, juntamente com o projeto da obra.

Concedida a autorização ou alvará e executada a obra, fica em caso de construção nova, reforma com ou sem demolição parcial a expedição do habite-se condicionada à apresentação dos Certificados de Transporte de Resíduos (CTRs) com recibo da área receptora.

A fiscalização da SMDU poderá a qualquer tempo, durante a execução da obra, solicitar os comprovantes acima mencionados.

Em caso de solicitação de demolição total, deverá ser apresentado Plano de Gerenciamento de RCC no qual também deverá constar cronograma de execução do serviço a partir da expedição da autorização. No término da execução da demolição deverão ser apresentados à SMDU os CRTs com recibo da área receptora.

Esses documentos também serão exigidos para expedição da certidão de demolição e ou aprovação de novo projeto na mesma área.

A SMDU deverá enviar por e-mail, cópia da autorização concedida para a SMMA, aos cuidados da Gerência de Fiscalização Ambiental que ficará encarregada da fiscalização da correta destinação dos resíduos.

As obras cuja origem seja a contratação pública através de licitação ou contratações diretas, deverão prever em seu edital e anexos que a empresa proponente ou vencedora do certame apresente o Plano de Gerenciamento de RCC, sendo que todos os custos decorrentes da execução desse plano serão arcados pela empresa contratada.

A SMOP deverá no início da obra enviar e-mail à SMMA, aos cuidados da Gerência de Fiscalização Ambiental, solicitando fiscalizar a correta destinação dos resíduos.

Atualmente o município de Araraquara possui cerca de 50 empresas de construção civil, as quais integram os grandes geradores de RCC no município. A coleta desses resíduos é realizada pelos próprios geradores ou é terceirizada por empresas licenciadas para o transporte desses RCC (caçambeiros). O município atualmente possui 9 empresas de caçambas cadastradas na prefeitura para efetuar o transporte de RCC.

Com base no último ano (2013) de dados sobre os RCC, conforme expõe a Tabela 8.1.3.1-5 apresentada a seguir, as quantidades coletadas pelos grandes geradores e as quantidades descartadas de RCC e volumosos nos PEVS e clandestinas (conforme Tabela 8.1.3.1-4) é de 14.556,44 toneladas/mês, o que representa 485,2 toneladas/dia.



Tabela 8.1.3.1- 5 Quantidades coletadas de RCC oriundos de grandes geradores

RCC COLETADO DE GRANDES GERADORES		
ANO	QUANTIDADE (m ³)	QUANTIDADE (t)
2009	105.239,00	126.286,80
2010	56.126,40	67.351,68
2011	81.304,00	97.565,40
2012	86.467,12	103.760,55
2013	96.795,17	116.154,20
TOTAL	425.931,69	511.118,63

Fonte: (BOLITO, 2013)

No Anexo XXV encontra-se o Mapa de Descarte Irregulares no município de Araraquara identificado pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMMA, 2014).

8.1.3.2. Caracterização física

Plástico, PVC (cloreto de polivinila), papelão e sacos de cimento, madeira, e ferro são os principais materiais recicláveis separados na central de triagem que recebe os RCC de grandes geradores.

Com base nos dados apresentados na 0, pode-se dizer que parte dos RCC coletados em grandes geradores foi recuperada, como recicláveis. Pode-se verificar que 853,46 toneladas/mês foram reutilizadas, recicladas ou recuperadas energeticamente mediante a queima da madeira triturada.

A Tabela 8.1.3.2-1 apresenta as percentagens dos resíduos Classe B (recicláveis) separados na central de triagem da empresa Morada do Sol Ambiental.

Tabela 8.1.3.2-1 Quantidade de recicláveis retirados dos RCC

RESUMO DO MATERIAL CLASSE B	
MÊS	2012 (t)
PVC	4,50
PLÁSTICO	10,00
PAPELÃO E SACOS DE CIMENTO	11,00
MADEIRA	8.727,00
FERRO	65,50
(1) GESSO	1.418,00
VIDRO	5,50
TOTAL	10.241,50

Fonte: BOLITO, 2013



A partir das quantidades de materiais triados e comercializados pela empresa Morada do Sol foi possível estimar a composição percentual dos grandes geradores, segundo a classificação dos RCC contidas nas Resoluções Conama nº 307 (BRASIL, 2002) – alterada pela Resolução Conama 448/2012 –, nº 348 (BRASIL, 2004), e nº 431 (BRASIL, 2011). A Tabela 8.1.3.2-2 apresenta a composição segundo as classes dos RCC, a qual foi obtida por meio das quantidades de materiais comercializados.

Tabela 8.1.3.2-2 Caracterização física dos RCC coletados de grandes geradores

CLASSIFICAÇÃO DOS RCC TRIADOS			
CLASSE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE (m ³ /mês)	PORCENTAGEM EM (%)
CLASSE A	REUTILIZÁVEIS OU RECICLÁVEIS COMO AGREGADOS (TIJOLO, CONCRETO)	4.887,00	71,27
CLASSE B	RECICLÁVEIS (PAPEL, PLÁSTICO, GESSO ³)	1.970,00	28,77
CLASSE C	SEM TECNOLOGIAS OU APLICAÇÕES ECONOMICAMENTE VIÁVEIS PARA RECICLAGEM/RECUPERAÇÃO	-	-
CLASSE D	PERIGOSOS (AMIANTO, TINTAS)	-	-
TOTAL	-	6.857,00	100

Fonte: BOLITO, 2013

8.1.3.3. Destinação final ambientalmente adequada (transbordo, triagem, reciclagem, recuperação energética e disposição final)

Os RCC coletados nos PEVs – Pontos de Entrega de Volumosos – e nas áreas de deposição clandestina tem como destinação final ambientalmente adequada a ETR do município de Araraquara-SP. Uma área pública para transbordo e triagem (ATT) dos RCC encontra-se em fase de licenciamento ambiental junto à CETESB.

- LI⁴ – 28002263 – Triagem de RCC 12/08/2011
- LI – 28002279 – Beneficiamento de RCC 21/09/2011
- LI – 28002898 – Aterro de RCC 26/12/2011

³ Resolução 431/2011: Altera o art. 3º da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, estabelecendo nova classificação para o gesso.

⁴ LI: Licença de Instalação



Antigamente os RCC e resíduos volumosos gerados por grandes geradores eram dispostos em uma área próxima a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos (Figura 8.1.3.3-1), porém atualmente são dispostos em uma ATT, licenciada pela CETESB, pertencente à empresa Morada do Sol Ambiental.

O local onde está implantada a ATT da Morada do Sol Ambiental, localiza-se também em uma área próxima a Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos, fora do perímetro urbano na porção nordeste do município.

A Figura 8.1.3.3-1 apresenta as áreas de transbordo, triagem, beneficiamento e disposição final dos resíduos gerados por pequenos e grandes geradores do município.



Figura 8.1.3.3-1 Áreas de destinação final de RCC

Fonte: GOOGLE EARTH, 2013 (ADAPTADO)

Na área de transbordo e triagem de RCC da empresa Morada do Sol Ambiental está implantada uma usina de reciclagem de RCC Classe A, cuja capacidade é de 100 t/h. O DAAE está licenciando uma usina de reciclagem de RCC, a qual terá capacidade de 50 t/h.



Prefeitura
Municipal de
Araraquara



Foto 8.1.3.3-1 Vista da Usina de RCC da Morada Ambiental

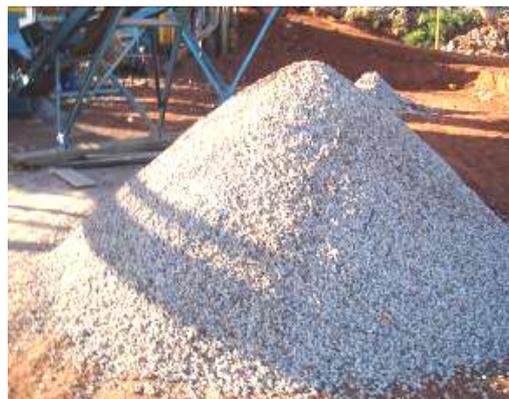


Foto 8.1.3.3-2 Agregado reciclado produzido na Usina de RCC da Morada Ambiental



O fluxograma dos processos de recebimento, triagem, destinação final de RCC pelo DAEE são apresentados na Figura 8.1.3.3-2 a seguir:

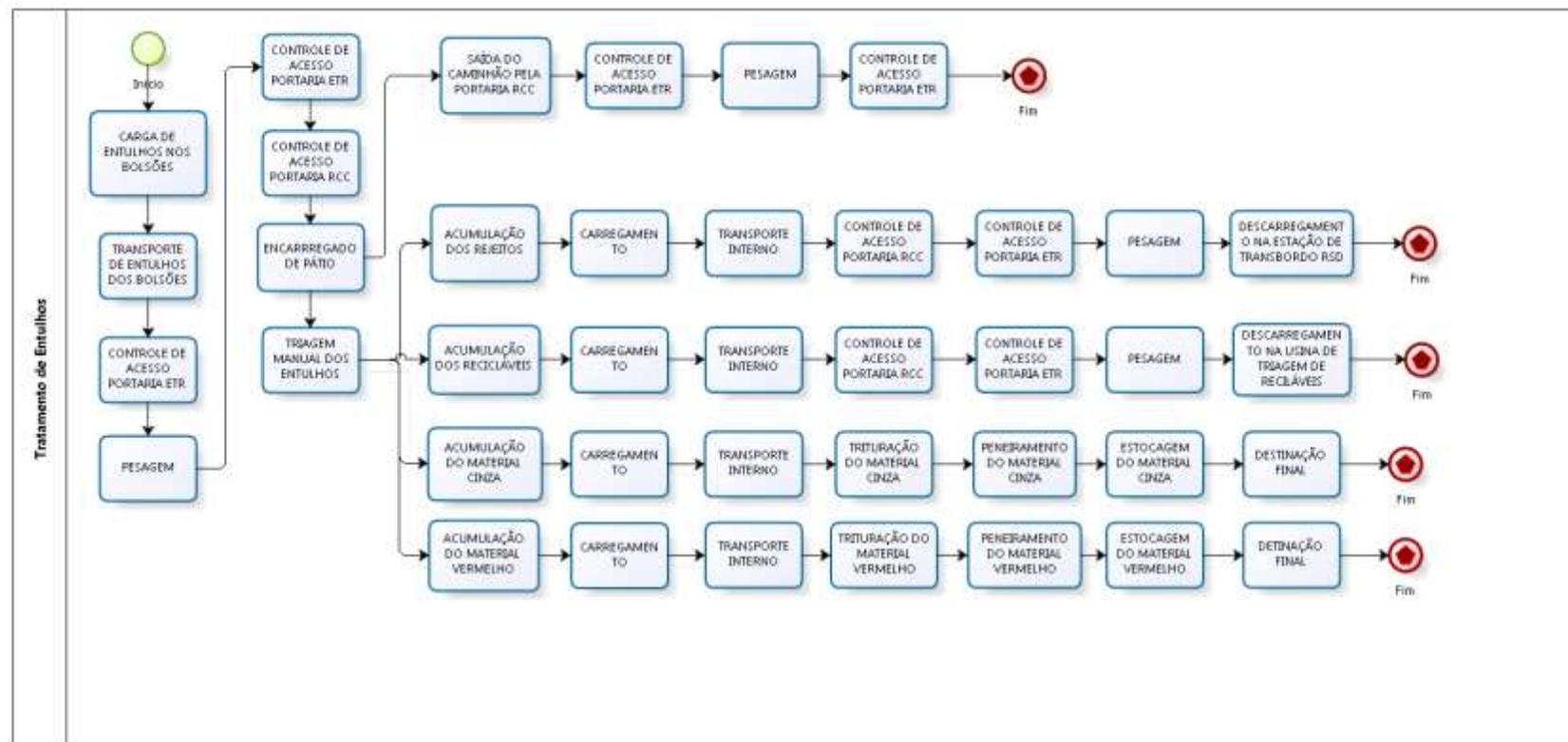
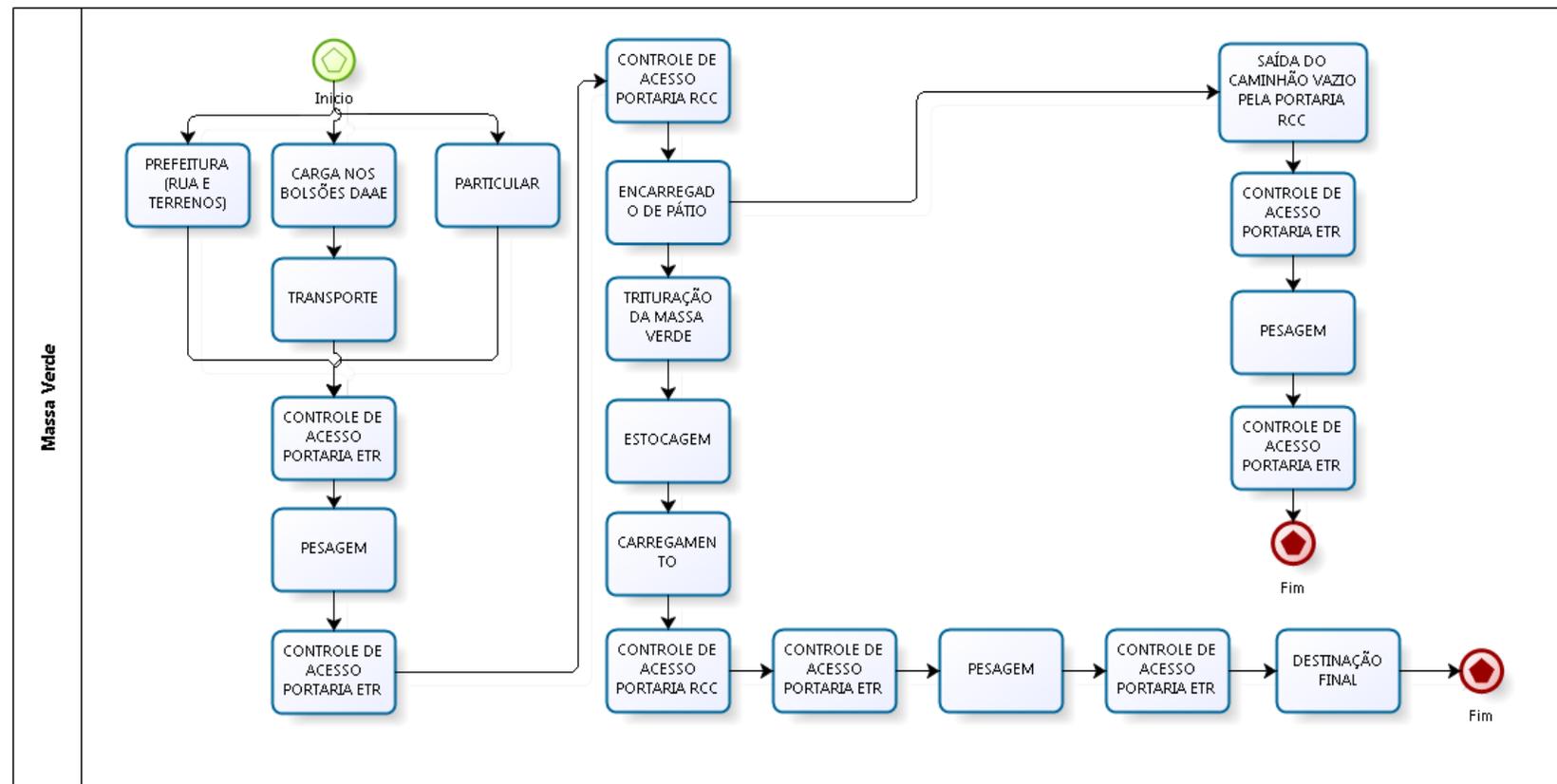


Figura 8.1.3.3-2 Fluxograma – Recebimento e triagem de RCC pelo DAEE

A Figura 8.1.3.3-3 ilustra o fluxograma de recepção, tratamento e destinação final de resíduos de massa verde.

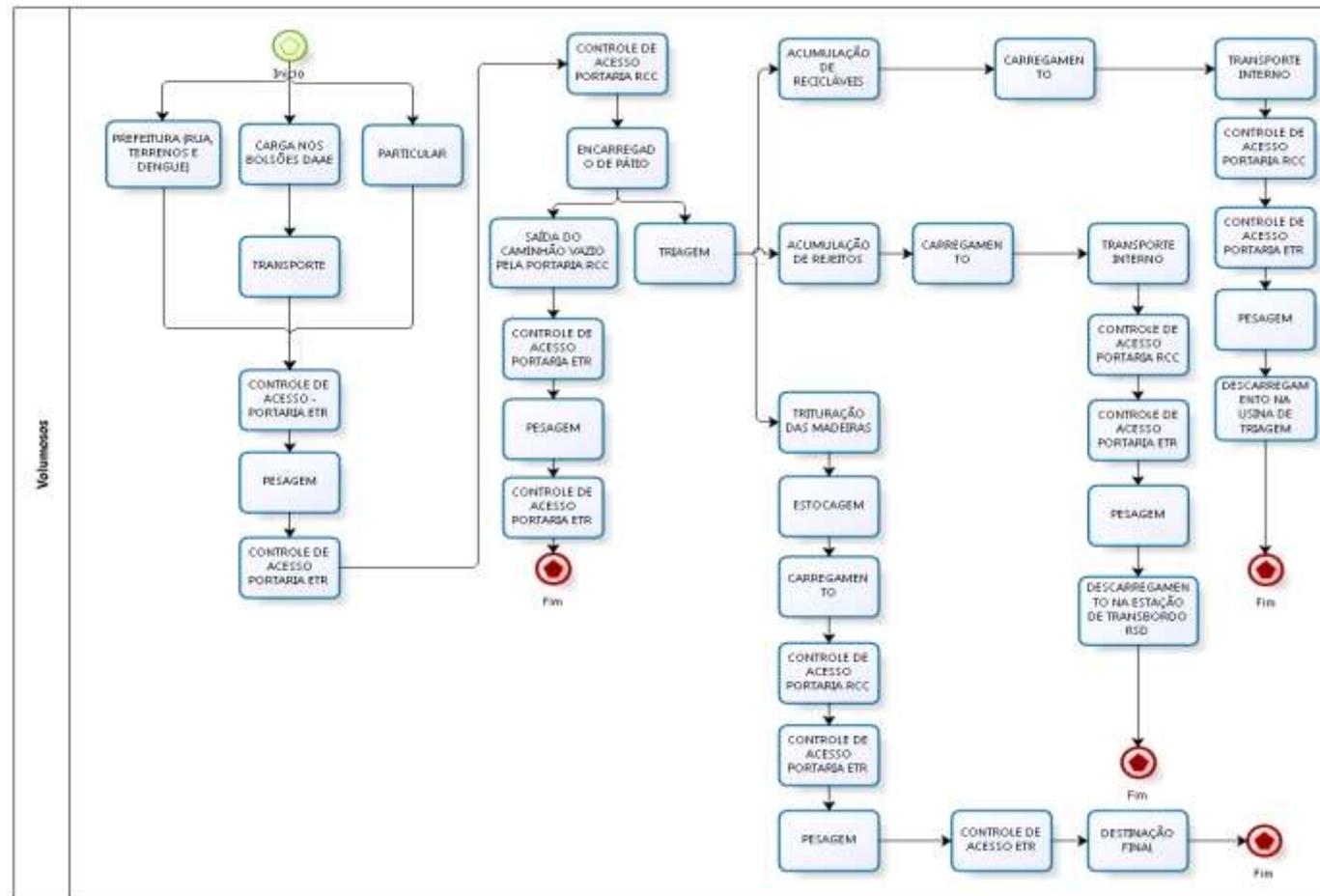


Fonte: bizagi modeler, 2012

Figura 8.1.3.3-3 Fluxograma – Resíduos de massa verde



O fluxograma retratado na Figura 8.1.3.3-4 refere-se ao processo de recebimento, tratamento e destinação final de resíduos volumosos

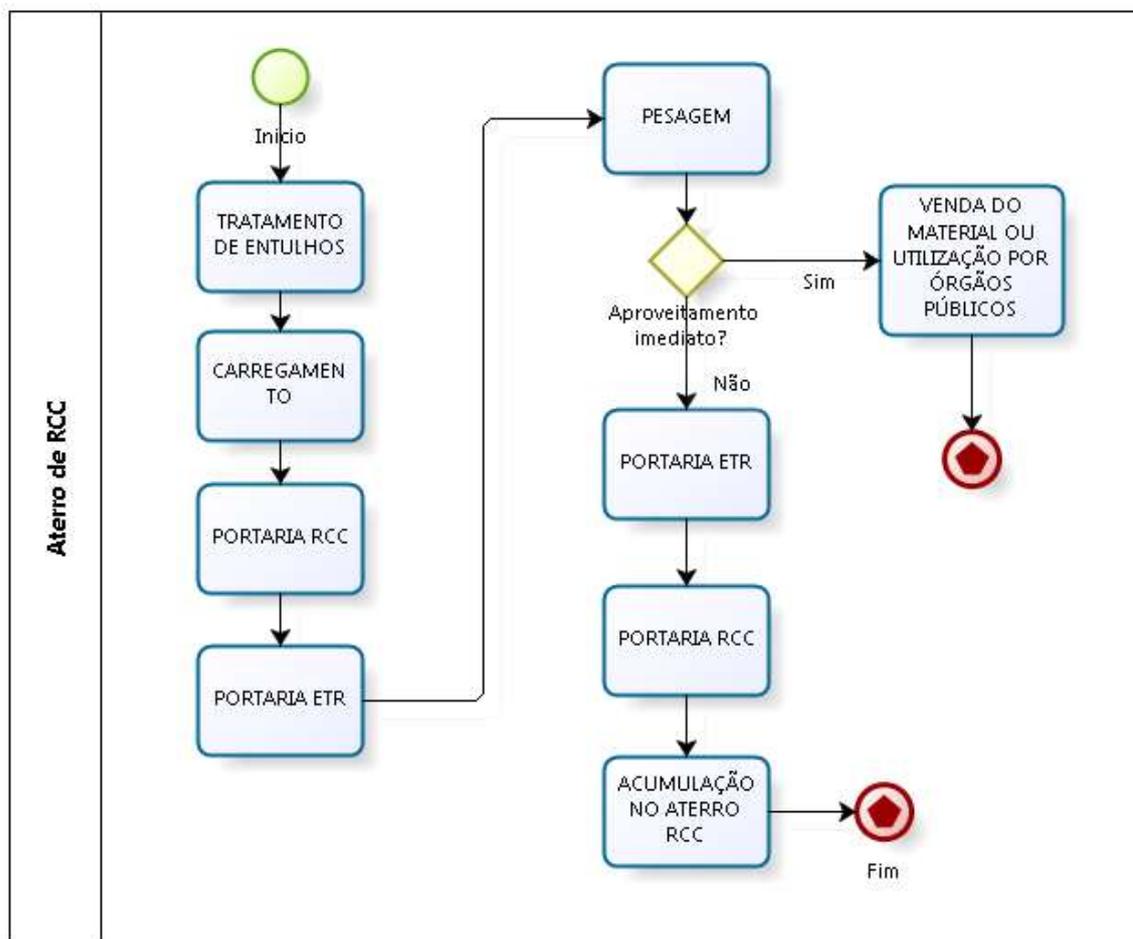


Fonte: bizagi modeler, 2012

Figura 8.1.3.3-4 Fluxograma – Resíduos volumosos



Na Figura 8.1.3.3-5 destaca-se o fluxograma de destinação final de RCC.



Fonte: bizagi modeler, 2012

Figura 8.1.3.3-5 Fluxograma – Destinação final de RCC

8.1.3.4. Legislação e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara conta com as seguintes legislações e programas relativos à gestão e gerenciamento dos RCC, são eles:

- Decreto Municipal 8.431/2006 – Regulamenta a Lei Municipal 6.352, de 09 de dezembro de 2005, que institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e o PIGRCC e dá outras providências;
- Lei Municipal 6.352/2005 – Institui o Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e o Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e dá outras providências;



- Lei Municipal 5.451/2000 – Autoriza a colocação de placas indicativas "PROIBIDO JOGAR ENTULHO E LIXO", nos terrenos baldios, patrocinadas pelas empresas de remoção de entulho e dá outras providências.

8.1.3.5. Resumo

- O apresenta um resumo da situação atual da gestão e gerenciamento dos RCC no município de Araraquara-SP

QUADRO 8.1.3.5-1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RCC EM ARARAQUARA-SP

ELEMENTO	INFORMAÇÕES
Legislações e programas	Decreto municipal 8.431/2006 e lei municipal 6.352/2005 (pigrcc) lei municipal 5.451/2000
Responsável pela gestão e gerenciamento	• Pequenos geradores e deposições clandestinas: município
	• Grandes geradores: gerador
Origem	Gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis
Quantidade coletada	• Pequenos geradores e deposições clandestinas: 160,33 toneladas/dia
	• Grandes geradores: 318,23 toneladas/dia
	• Total coletado: 478,56 toneladas/dia
Índice de geração	• Pequenos geradores e deposições clandestinas: 0,72 kg/hab.dia
	• Grandes geradores: 1,43 kg/hab.dia
	• Total coletado: 2,15 kg/hab.dia
Taxas, tarifas e outras formas de cobrança	Preço de destinação final ambientalmente adequada:
	Resíduos classe a e madeira: R\$ 22,00 (2013)



ELEMENTO	INFORMAÇÕES
	Resíduos volumosos: R\$ 20,00 (2013)
	Capina, toras e placas de concreto volumosas: R\$ 50,00 (2013)
	Gesso: R\$ 100,00 (2013)
Tipo e abrangência da coleta	Pequenos geradores e deposições clandestinas:
	<ul style="list-style-type: none">PEVs – pontos de entrega de volumosos e limpeza pública
	Grandes geradores: <ul style="list-style-type: none">Caçambas
Setores de coleta e frequência	Coleta não dividida em setores e não possui frequência específica para os recolhimentos de deposições irregulares, são feitos de acordo com as demandas. A coleta nos PEVs tem frequência semanal
Caracterização física	Realizada por meio da triagem para venda dos recicláveis (veja o item b - diagnóstico)
Classificação	----
Formas de destinação ambientalmente adequada	Central de transbordo e triagem, reciclagem.
Tipo de disposição final ambientalmente adequada	----
Estimativa de custos envolvidos	----
Impactos ambientais relacionados	35 PEVs



ELEMENTO	INFORMAÇÕES
Observações	<ul style="list-style-type: none">• Possui 198 carroceiros cadastrados que transportam RCC
	<ul style="list-style-type: none">• Usinas de reciclagem de rcc: 1 usina em implantação pela iniciativa privada e 1 usina pública em fase de licenciamento
	<ul style="list-style-type: none">• Melhorar a infraestrutura dos PEVs (bolsões de entulho)
	<ul style="list-style-type: none">• Implantar programa de triagem de RCC que viabilize a participação de catadores
	<ul style="list-style-type: none">• Projeto de usina de artefatos de cimento a partir de agregados reciclados
	<ul style="list-style-type: none">• Projeto de usina de reciclagem de madeira e volumosos de madeira

8.1.4 Resíduos de serviços de saúde (RSS)

Os resíduos de serviços de saúde (RSS) são popularmente conhecidos como resíduos hospitalares ou lixo hospitalar. Essas definições populares são inadequadas, pois não abrangem a tipologia dos diversos estabelecimentos geradores de RSS. Para tanto, a definição contida na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) 306/2004 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (BRASIL, 2004) e na Resolução Conama 358/2005 (BRASIL, 2005), em concordância com a definição da resolução Conama 05/1993, é a mais adequada, a qual define os RSS como:

resíduos sólidos dos estabelecimentos prestadores de serviço de saúde em estado sólido, semissólido, resultantes destas atividades. São também considerados resíduos sólidos os líquidos produzidos nestes estabelecimentos, cujas particularidades tornem inviáveis o seu lançamento em rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso, soluções técnica e economicamente inviáveis em face à melhor tecnologia disponível (BRASIL, 1993).

O texto da RDC nº 306/2004 apresenta a definição de geradores de RSS:

os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e



somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares.

A PNRS (BRASIL, 2010) reafirma a adoção dessa definição pelo seguinte texto:

os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS (art.13).

Geralmente, esses resíduos são compostos por algodão, gaze, plástico e embalagens, luvas, equipamento de soro, fraldas, copos descartáveis, papel higiênico, tecidos humanos, alimentos, objetos perfurocortantes, frascos e embalagens de medicamentos, assim como medicamentos vencidos e outros produtos químicos, dependendo do grau de complexidade dos procedimentos realizados nos estabelecimentos de saúde.

O Quadro 8.1.4-1 apresenta os grupos classificação dos RSS de acordo com a Resolução Anvisa RDC nº 306/2004 e a Resolução Conama nº 358/2005.

QUADRO 8.1.4-1 GRUPOS DOS RSS E SEUS CONSTITUINTES

GRUPO	CONSTITUINTES
Grupo A	Resíduos com a possível presença de agentes biológicos que, por suas características, podem apresentar riscos de infecção.
A1	Culturas e estoques de microrganismos, resíduos de fabricação de produtos biológicos, exceto os hemoderivados, descarte de vacinas de microrganismos vivos ou atenuados; meios de cultura e instrumentos utilizados na transferência, inoculação ou mistura de culturas, resíduos de laboratórios de manipulação genética, resíduos resultantes da atenção à saúde de indivíduos ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação biológica ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido, bolsas de transfusões contendo sangue ou hemocomponentes rejeitados por contaminação ou por má conservação com prazo de validade vencido e aquelas oriundas de coleta incompleta, sobras de amostras de laboratório contendo sangue ou líquidos corpóreos na forma livre.
A2	Carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais submetidos ao processo de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, e os cadáveres dos animais suspeitos de serem portadores de microrganismos de relevância epidemiológica e com risco de disseminação, que foram submetidos ou não a estudo anatomopatológico ou confirmação diagnóstica.
A3	Peças anatômicas (membros) do ser humano; produto de fecundação sem sinais vitais, com peso menor que 500 g ou estatura menor que 25 centímetros ou idade gestacional menor que 20 semanas, que não tenham valor científico ou legal e não tenha havido requisição pelo paciente ou familiares.
A4	Kits de linhas arteriais, endovenosas de dialisadores, quando descartados, filtros de ar e gases aspirados de área contaminada; membrana filtrante de equipamento médico-hospitalar e de pesquisa, entre outros similares, sobras de amostras de laboratório e seus recipientes contendo fezes, urina e secreções, provenientes de pacientes que não contenham e nem sejam suspeitos de conter agentes classe de risco 4, e nem apresentar relevância epidemiológica e risco de disseminação, ou microrganismo causador de doença emergente que seja



GRUPO	CONSTITUINTES
	epidemiologicamente importante ou cujo mecanismo de transmissão seja desconhecido ou com suspeita de contaminação com príons, resíduos de tecido adiposo proveniente de lipoaspiração, lipoescultura ou outro procedimento de cirurgia plástica que gere este tipo de resíduo, recipientes e materiais resultantes do processo de assistência à saúde que não contenha sangue ou líquidos corpóreos na forma livre, peças anatômicas (órgãos e tecidos) e outros resíduos provenientes de procedimentos cirúrgicos ou de estudos anatomopatológicos ou de confirmação diagnóstica, carcaças, peças anatômicas, vísceras e outros resíduos provenientes de animais não submetidos a processos de experimentação com inoculação de microrganismos, bem como suas forrações, bolsas transfusionais vazias ou com volume residual pós-transfusão.
A5	Órgãos, tecidos, fluídos orgânicos, materiais perfurocortantes ou escarificantes e demais materiais resultantes da atenção à saúde de indivíduos, ou animais, com suspeita ou certeza de contaminação com príons.
Grupo B – Resíduos contendo substâncias químicas que podem apresentar risco à saúde pública ou ao meio ambiente, dependendo de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade e toxicidade.	Produtos hormonais e produtos antimicrobianos; citostáticos; antineoplásicos, imunomoduladores, antirretrovirais, quando descartados por serviços de saúde, farmácias, drogarias e distribuidoras de medicamentos ou apreendidos e os resíduos e insumos farmacêuticos dos medicamentos controlados pela Portaria 344/98 e suas atualizações, resíduos de saneantes, desinfetante, resíduos contendo metais pesados; reagentes para laboratório, inclusive os recipientes contaminados por estes, efluentes de processadores de imagem (reveladores e fixadores), efluentes dos equipamentos automatizados utilizados em análises clínicas e demais produtos considerados perigosos, conforme classificação da NBR 10.004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) (tóxicos, corrosivos, inflamáveis e reativos).
Grupo C – Quaisquer materiais resultantes das atividades humanas que contenham radionuclídeos em quantidades superiores aos limites de isenção especificados nas normas do Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e para os quais a reutilização é imprópria ou não prevista.	Rejeitos radioativos ou contaminados com radionuclídeos, provenientes de laboratórios de análises clínicas, serviços de medicina nuclear e radioterapia, segundo a resolução CNEN-6.05.
Grupo D – Resíduos que não apresentam risco biológico, químico ou radiológico à saúde ou ao meio ambiente, podendo ser equiparados aos resíduos domiciliares.	Papel de uso sanitário, fralda, absorventes higiênicos, peças descartáveis do vestuário, resto alimentar do paciente, material utilizado em antisepsia e hemostasia de venóclises, equipos de soro e outros similares não classificados A.1, sobras de alimentos e do preparo de alimentos, restos alimentares do refeitório, resíduos provenientes das áreas administrativas, resíduos de varrição, flores, podas e jardins, resíduos de gesso provenientes de assistência à saúde.
Grupo E – Materiais perfurocortantes ou escarificantes	Lâminas de barbear, agulhas, escalpes, ampolas de vidro, brocas, limas endodônticas, pontas diamantadas, lâminas de bisturi, lancetas, tubos capilares, micropipetas, lâminas, laminulas, espátulas, e todos os utensílios de vidro quebrados no laboratório (pipetas, tubos de coleta sanguínea, placas de Petri) e outros similares.

FONTE: BRASIL, 2004a; BRASIL; 2005b

No município de Araraquara os geradores de RSS são subdivididos em: grandes geradores (hospitais – responsáveis pela geração de grande volume de resíduos) e pequenos geradores (estabelecimentos que realizam procedimentos mais simples e com menor



geração de resíduos como as clínicas, unidades básicas de saúde, consultórios, farmácias, etc.).

A geração dos RSS é condicionada pelas atividades, técnicas e procedimentos exercidos no estabelecimento de saúde e o gerenciamento adequado dos resíduos irá depender da estrutura física, fatores administrativos, humanos e culturais presentes nos estabelecimentos de saúde.

Todo estabelecimento de saúde é responsável pelo gerenciamento adequado dos resíduos gerados e é obrigado a apresentar aos órgãos competentes um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), normatizado pela Resolução Conjunta SS/SMA/SJDC-1 de 29/06/1998. O PGRSS é o documento que define o conjunto de procedimentos de gestão de manejo, buscando minimizar a produção de resíduos e proporcionar aos gerados um encaminhamento seguro e eficiente, tendo em vista a proteção dos trabalhadores, a preservação da saúde pública, dos recursos naturais e do meio ambiente.

A estrutura da rede municipal de saúde é apresentada no Anexo XXVI. Nem todas as unidades de assistência à saúde são geradoras de RSS, porém as que geram são atendidas pela coleta de RSS e tem seus resíduos devidamente tratados.

Existem no município aproximadamente 500 pequenos geradores de RSS que correspondem a praticamente metade de todo RSS gerado na cidade, sendo a outra metade representada pelos grandes geradores que são os hospitais: Santa Casa, Beneficência Portuguesa e Hospital São Paulo.

8.1.4.1. Diagnóstico

Atualmente, a coleta dos RSS no município ocorre de forma distinta dependendo do tamanho do estabelecimento gerador (pequenos e grandes geradores).

A coleta dos RSS produzidos por grandes geradores (hospitais) é de responsabilidade dos próprios geradores. A coleta desses resíduos é realizada pela empresa Núcleo de Gerenciamento Ambiental Ltda (NGA).

A responsabilidade pela coleta dos RSS produzidos por pequenos geradores (postos de saúde, farmácias, consultórios) é compartilhada com a Prefeitura Municipal, por meio da SMSP. A referida secretaria assumiu a responsabilidade pela coleta desses resíduos, a qual contratou uma empresa, denominada Leão Ambiental, para recolher os resíduos nos estabelecimentos geradores.

Em 2013 a quantidade de RSS pertencentes aos grupos A e E coletados de pequenos geradores do município de Araraquara representaram cerca de 16,90 toneladas/mês, ou seja, cerca de 0,56 toneladas/dia.

A Tabela 8.1.4.1-1 apresenta as quantidades de RSS coletadas pela empresa Leão Ambiental de pequenos geradores.



Tabela 8.1.4.1-1 Quantidades coletadas de RSS de pequenos geradores

COLETA DE RSS - PEQUENOS GERADORES ARARAQUARA-SP				
MÊS	GRUPO	QUANTIDADE (t) 2011	QUANTIDADE (t) 2012	QUANTIDADE (t) 2013
JANEIRO	A e E	13,19	12,11	16,21
FEVEREIRO	A e E	14,15	13,18	14,08
MARÇO	A e E	16,74	13,93	15,79
ABRIL	A e E	16,40	13,74	19,59
MAIO	A e E	17,60	14,65	19,57
JUNHO	A e E	16,66	15,01	18,64
JULHO	A e E	15,91	13,48	18,37
AGOSTO	A e E	19,12	15,41	17,65
SETEMBRO	A e E	17,28	14,84	14,57
OUTUBRO	A e E	18,16	14,04	15,81
NOVEMBRO	A e E	17,27	14,41	16,71
DEZEMBRO	A e E	16,21	13,43	15,87
TOTAL	-	185,50	168,23	202,86

Em 2013 os RSS coletados de grandes geradores representaram 192,43 toneladas, o que corresponde a 16,03 toneladas/mês, ou seja, 0,53 toneladas/dia.

A Tabela 8.1.4.1-2 apresenta as quantidades coletadas, em 2012 de RSS gerados por grandes geradores – Hospital São Paulo, Beneficência Portuguesa e Santa Casa.

Tabela 8.1.4.1-2 Quantidades coletadas de RSS de grandes geradores (t)

MÊS	HOSPITAL SÃO PAULO	BENEFICÊNCIA PORTUGUESA	SANTA CASA	TOTAL
JANEIRO	6.820,00	1.760,00	3.130,00	11.710,00
FEVEREIRO	7.180,00	1.880,00	4.510,00	13.570,00
MARÇO	6.210,00	2.900,00	4.520,00	13.630,00
ABRIL	7.210,00	2.680,00	4.720,00	14.610,00
MAIO	6.630,00	2.500,00	3.730,00	12.860,00
JUNHO	7.370,00	2.200,00	4.030,00	13.600,00
JULHO	6.660,00	1.960,00	3.710,00	12.330,00
AGOSTO	7.110,00	2.460,00	5.200,00	14.770,00
SETEMBRO	5.800,00	1.750,00	3.420,00	10.970,00



MÊS	HOSPITAL SÃO PAULO	BENEFICÊNCIA PORTUGUESA	SANTA CASA	TOTAL
OUTUBRO	7.480,00	3.210,00	4.420,00	15.110,00
NOVEMBRO	7.480,00	3.210,00	4.420,00	15.110,00
DEZEMBRO	9.110,00	1.710,00	3.610,00	14.430,00
TOTAL	85.060,00	28.220,00	49.420,00	162.700,00
MÉDIA	7.088,33	2.351,67	4.118,33	13.558,33

Com base nas quantidades de RSS coletadas de grandes e pequenos geradores, é possível estimar que a geração total de RSS no município representa aproximadamente 32,94 toneladas/mês, o que corresponde a 1,09 toneladas/dia. A taxa de coleta dos RSS é de 4,9 g/hab.dia (População urbana estimada em 222.036 habitantes de acordo com o IBGE).

8.1.4.2. Caracterização física

Para caracterização física detalhada desses resíduos é sugerida a adoção de metodologia descrita no Anvisa.

8.1.4.3. Destinação final ambientalmente adequada dos RSS (transbordo e disposição final)

Os RSS coletados nos pequenos geradores têm como destino a Estação de Transbordo de RSS, a qual está situada na ETR do município de Araraquara-SP.

Os pequenos geradores são cadastrados por meio de um formulário autodeclaratório e a prestação do serviço de tratamento e disposição final é cobrada na conta de água do gerador, com lançamento em código específico (código 36). A tarifa de destinação final ambientalmente adequada, que não inclui o serviço de coleta, somente o de tratamento e disposição final, é de aproximadamente R\$ 2.104,90 / Tonelada (resíduos Classe A e E).

A Figura 8.1.4.3-1 0apresenta a imagem aérea do local onde está situada a Estação de Transbordo de RSS do Município de Araraquara-SP, bem como as instalações do incinerador – desativado temporariamente desde agosto de 2010.



Figura 8.1.4.3-1 Área da Estação de Transbordo de RSS

Fonte: Google Earth, 2013 (adaptado)

As Fotos a seguir apresentam os contêineres plásticos onde são armazenados os RSS destinados à estação de transbordo e mostra o abrigo de armazenamento temporário de RSS, o qual está em conformidade com a NBR 7500 (ABNT, 2009).



Foto 8.1.4.3-1 Contêineres plásticos de armazenamento de RSS



Foto 8.1.4.3-2 Abrigo de armazenamento temporário de RSS

Desde maio de 2005, os RSS coletados e encaminhados à ETR de Araraquara eram incinerados em um incinerador construído pelo DAAE e equipado com lavador de gases ácidos durante a combustão. Em agosto de 2010, esse incinerador teve suas atividades interrompidas temporariamente, devido à necessidade de adequação ambiental do sistema de emissão de gases, de acordo com as exigências da CETESB.



**Foto 8.1.4.3-3 Central de Tratamento de RSS
temporariamente desativa**



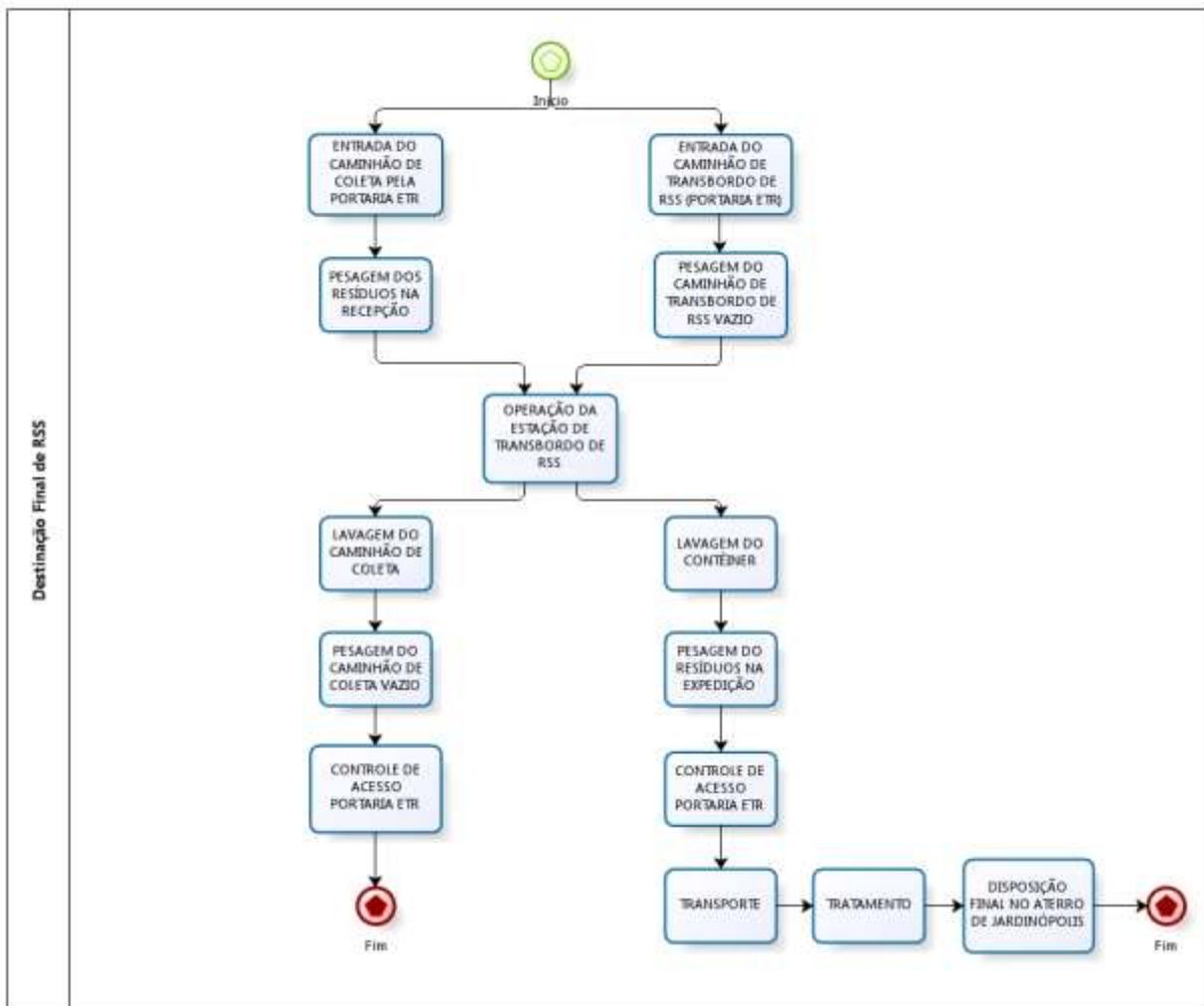
**Foto 8.1.4.3-4 Incinerador desativado
temporariamente**

A partir de setembro de 2010, a coleta dos resíduos encaminhados à estação de transbordo, o transporte, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada passou a ser realizada por uma empresa especializada (NGA), localizada no município de Jardinópolis-SP.

Com relação ao tratamento empregado, a empresa realiza a incineração dos RSS grupo B e submete a tratamento por micro-ondas os RSS grupo A e E.

Quanto à disposição final, os RSS pós-tratamento são descartados em aterros sanitários pela própria empresa NGA.

O Fluxograma do recebimento e destinação final dos RSS é apresentado na Figura 8.1.4.3-2 seguir:



Fonte: bizagi modeler, 2012

Figura 8.1.4.3-2 Fluxograma - Resíduos de Serviços de Saúde

8.1.4.4. Núcleo de Gerenciamento Ambiental – Jardimópolis

A unidade de tratamento de resíduos sólidos do serviço de saúde, Núcleo de Gerenciamento Ambiental LTDA - NGA Jardimópolis, localiza-se à estrada Municipal Jardimópolis/Sales Oliveira, km09, zona rural, Jardimópolis – SP. O NGA recebe resíduos dos Grupos A, E e B. Os resíduos dos grupos A e E são triturados e tratados por meio de microondas ou autoclavagem.

Os resíduos do grupo B (vide RDC 306/2004) são incinerados por terceiros, os quais são encaminhados com respectivos CADRIs. Os equipamentos operacionais e as respectivas capacidades presente no NGA são expostos no Quadro a seguir.



QUADRO 8.1.4.4-1 EQUIPAMENTOS DO NGA JARDINÓPOLIS

EQUIPAMENTO	CAPACIDADE
BALANÇA FILIZOLA	1.000,00 kg
MICROONDAS HGA-250 COM TRITURADOR DE 50,00 CV	Capacidade de 250,00 kg/h
AUTOCLAVE	3.393,00 l e 200kg/h.
CALDEIRA DE GLP	650,00 kg/h
TANQUES RESERVATÓRIO DE GÁS GLP	3,78 L
SISTEMA DE NEUTRALIZAÇÃO EFLUENTE	1,00 m ³
SEPARADOR DE ÁGUA E ÓLEO	400,00 L/h

Fonte: NGA, 2013.

A Capacidade total da unidade de tratamento é de 700 kg/h. Observa-se que o destino final dos rejeitos é o Aterro sanitário que fica anexo à estação de tratamento do NGA, com capacidade total de recebimento de 3.120.000,00 kg/mês.

8.1.4.5. Legislação e programas de gestão no âmbito municipal

O NPAGIRS deverá apreciar e rever as leis municipais que tratam sobre o tema e definir através de programa como se dará o gerenciamento desses resíduos, ratificando os procedimentos hoje implantados ou adequando-os às melhores condições de sustentabilidade ambiental e econômica.

8.1.4.6. Resumo

O Quadro 8.1.4.6-1 apresenta um resumo da situação atual da gestão e gerenciamento dos RSS no município de Araraquara-SP.

QUADRO 8.1.4.6-1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RSS

Elemento	Informações
Legislações e programas	Não existe plano municipal de gerenciamento de rss. O plano de gerenciamento municipal de rss será elaborado e implantado pelo npagirs.
Responsável pela gestão e gerenciamento	Pequenos geradores: município (smsp) assume a responsabilidade pelos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final. O gerenciamento interno dos rss é de responsabilidade dos geradores. Grandes geradores: gerador
Origem	Atendimento à saúde humana ou animal, inclusive os serviços de assistência domiciliar e de trabalhos de campo; laboratórios analíticos de produtos para saúde; necrotérios, funerárias e serviços onde se realizem atividades de embalsamamento (tanatopraxia e somatoconservação); serviços de medicina legal; drogarias e farmácias inclusive as de manipulação;



Elemento	Informações
	estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores de produtos farmacêuticos; importadores, distribuidores e produtores de materiais e controles para diagnóstico in vitro; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de tatuagem, entre outros similares.
Quantidade coletada	Pequenos geradores: 0,55 tonelada/dia
	Grandes geradores: 0,52 tonelada/dia
	Total coletado: 1,07 tonelada/dia
Índice de geração	4,9 g/hab.dia
Taxas e formas de cobrança	Os pequenos geradores cadastrados por meio de formulário autodeclaratório são cobrados através de código específico (36) na conta de água.
Tipo e abrangência da coleta	Pequenos e grandes geradores: coleta porta a porta nos estabelecimentos geradores
Setores de coleta e frequência	Definida pelas empresas de coleta de acordo com a geração
Caracterização física	Resolução Anvisa RDC nº 306/2004 e a Resolução Conama nº 358/2005
Classificação	De acordo com a resolução anvisa/rdc nº 306/2004
Formas de destinação ambientalmente adequada	Central de transbordo, tratamento e disposição final
Tipo de disposição final ambientalmente adequada	Tratamento e disposição final no aterro da NGA no município de jardinópolis-sp
Estimativa de custos envolvidos	Tarifa de destinação final ambientalmente adequada (tratamento e disposição final): R\$2.220,00/tonelada



Elemento	Informações
Impactos ambientais relacionados	Emissão de gases do incinerador: não gerado temporariamente;
	Impacto potencial representado pelo transporte dos resíduos.
Observações	<ul style="list-style-type: none">tipo de tratamento: incineração dos rss grupo b tratamento por micro-ondas dos rss grupo a e e;
	<ul style="list-style-type: none">incinerador do DAAE desativado temporariamente desde agosto de 2010, devido à necessidade de adequação ambiental;
	<ul style="list-style-type: none">verificar o cumprimento dos estabelecimentos geradores quanto a existência de planos de gestão de rss, conforme exigem as resoluções rdc 306/2004 e conama 358/2005.

8.1.5 Resíduos de limpeza pública

Os resíduos de limpeza pública são definidos de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) como: “os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza pública” (art.13).

A definição dos resíduos de limpeza pública da Política Nacional de Saneamento Básico – Lei Federal nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007) é mais específica e define esses resíduos como: “de varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros eventuais serviços pertinentes à limpeza pública urbana” (art.7).

Geralmente, esses resíduos são compostos por folhas, areia, solo, capina, podas, materiais volumosos e inservíveis – mobiliário velho, colchões, eletrodomésticos, madeiras – e rejeitos de varrição de feiras e resíduos de construção civil (entulhos) de deposições irregulares em vias públicas e áreas públicas.

Neste item serão incluídos os resíduos volumosos e inservíveis, bem como os resíduos coletados pelos mutirões da dengue.

8.1.5.1. Diagnóstico

A coleta dos resíduos de limpeza pública de Araraquara geralmente é realizada pela equipe de varrição, poda de grama e capina do município. Por exemplo:

- Resíduos de varrição: realizado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos (SMSP) por meio de empresa terceirizada, sendo esses resíduos colocados em



sacos plásticos recolhidos pela coleta regular; a equipe de varrição é composta por 40 pessoas e os equipamentos utilizados são: carrinho lutocar, vassouras, vassourões, pás para lixo e sacos plásticos para acondicionamento.

- **VARRIÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E LOGRADOUROS COM CALÇADA E SEM CALÇADA:**
 1. Extensão de varrição com calçada: 1.250 km/mês
 2. Extensão de varrição sem calçada: 7.500 km/mês
 3. Frequência conforme mapa no Anexo XXVII
 4. Quantidade total de varredores: 40 funcionários
 5. Formação: dupla de varredores com um carrinho lutocar, 2 vassourões, 2 vassouras, 2 pás e sacos plásticos de 100 litros.
- Resíduos de poda de grama e capina: realizado pela SMSP por meio de empresa terceirizada, sendo a equipe de poda composta por 10 trabalhadores e a equipe de capinadores composta de 24 pessoas e 2 fiscais de capina. Os equipamentos utilizados na poda são roçadeiras costais, 1 trator equipado com roçadeira e ferramentas manuais, os veículos transportadores são três caminhões tipo basculante e um tipo carroceria.
- Resíduos de Feiras livres: Os resíduos de feiras livres, compostos por restos de verduras, frutas, legumes e outros, são coletados após o término da feira pelo caminhão de coleta de resíduo domiciliar (caminhão compactador). Após o recolhimento dos resíduos é realizada a lavagem da via pública no trecho em que funcionou a feira. No Quadro 8.1.5.1-1 é apresentada a relação dos locais onde são realizadas feiras livre em Araraquara.

QUADRO 8.1.5.1-1 RELAÇÃO DE FEIRAS-LIVRES

PONTO	DIA	ENDEREÇO	LOCALIDADE
1	3ª feira	Praça da Igreja N. Sra. Do Carmo	Carmo
2	3ª feira	Terminal de Integração – Av. São Paulo	Centro
3	4ª feira	Rua Manuel R. Jacob, da Av. Mário A Almeida à Av. João P. Camargo	Santa Angelina
4	4ª feira	Praça Pedro de Toledo, Av. Portugal	Centro
5		Terminal de Integração – Av. São Paulo	Centro
6	5ª feira	Av. Nair de Tefé entre as Av. Bento de Abreu e Francisco Aranha do Amaral	Jardim Primavera
7	5ª feira	Rua São Vicente de Paula da Praça, São Benedito à Av. Vicente J. Freire	Vila Xavier
8	5ª feira	Terminal de Integração – Av. São Paulo	Centro



PONTO	DIA	ENDEREÇO	LOCALIDADE
9	6ª feira	Av. São José, da Rua Itália à Rua Exp. do Brasil	São José
10	6ª feira	Terminal de Integração – Av. São Paulo	Centro
11	Sábado	Rua Dom Pedro I, da Av. Pe. Antônio Cesário à Av. Paulo da S. Ferraz	Vila Xavier
12	Sábado	Av. José Cezarine, da Rua Imaculada Conceição à Rua João Gurgel	São José
13	Sábado	Praça Pedro de Toledo – Av. Portugal	Centro
14	Domingo	Rua Carlos Gomes, da Av. Prof. Jorge Corrêa à Av. Pe. Francisco S. Colturato	São Geraldo

- Resíduos de serviços de asseio de viadutos e pontilhões, escadarias, monumentos, abrigos e sanitários públicos: realizado pela SMSP por meio de empresa terceirizada;
- Resíduos de raspagem e remoção de terra, areia e materiais depositados pelas águas pluviais em logradouros públicos: realizado pela equipe de limpeza pública da SMSP; recolhidos pela mesma equipe que faz serviço de capina.
- Resíduos coletados de serviços de desobstrução e limpeza de bueiros: realizado pela Secretaria Municipal de Obras Públicas (SMOP) públicas através da Gerência de Drenagem. A equipe que faz desobstrução de bueiros é composta por 2 servidores mais o motorista, que utilizam como equipamentos picaretas, pás e outras ferramentas manuais. Um caminhão carroceria é utilizado para o transporte dos materiais retirados e um caminhão tanque (pipa) para lavagem. Esses serviços não têm uma agenda predefinida, sendo executados de acordo com as demandas que se apresentam.
- Resíduos volumosos e inservíveis: coletado por meio de PEVs – Pontos de Entrega de Volumosos – ou porta a porta nos mutirões de combate a dengue, pela ação conjunta da secretaria municipal de saúde e vigilância epidemiológica. Cabe informar que os procedimentos operacionais dos PEVs estão descritos de maneira pormenorizada no item 8.1– Diagnóstico dos RCC. A SMSP também faz a coleta de volumosos irregularmente depositados em vias públicas e terrenos, utilizando 3 caminhões basculantes e uma pá carregadeira.
- Em especial o serviço de poda de árvores é realizado pela Gerência de Conservação de Áreas Verdes, o qual se utiliza dos seguintes equipamentos: motosserra, Soprador de folhagem, moto poda, podadora de arbusto, além dos veículos



(Caminhão Basculante, Caminhoneta, Ônibus, Caminhão carroceria, destocadeira, Motocicleta), possuindo uma média de 13 funcionários envolvidos.

Atualmente, o município possui 8 caminhões basculantes para o manejo dos resíduos de limpeza pública. Os demais equipamentos envolvidos no sistema de limpeza pública são: 8 tratores com roçadeira, 16 moto roçadeiras e 5 veículos de fiscalização e 2 tratores com grade.

Os resíduos de poda e capina coletados pela equipe representam cerca de 5.800 toneladas/ano, ou seja, aproximadamente 16,1 toneladas/dia. A taxa de coleta desses resíduos é de 77 g/hab.dia (População de 206.573 habitantes de acordo com o Censo do IBGE, 2010).

Pode-se estimar a coleta de 30 m³/dia (40 toneladas/dia) de resíduos de raspagem e remoção de terra, areia e materiais depositados pelas águas pluviais. A taxa de coleta desses resíduos é de 194 g/hab.dia (População de 206.573 habitantes de acordo com o Censo do IBGE, 2010).

É importante salientar os chamados resíduos volumosos e inservíveis que também são coletados pelos serviços de limpeza pública. Para exemplo cita-se a coleta realizada em mutirões de combate a dengue, no período de setembro a outubro de 2010, que representaram cerca de 140 toneladas. Essa quantidade de resíduos volumosos coletada por mutirões da dengue se deve ao elevado consumo de móveis e eletrodomésticos nos últimos anos. Tal fato pode ser explicado pelo aumento do poder aquisitivo da população e facilidades de crédito na compra de novos produtos.

A Tabela 8.1.5.1-1 apresenta as quantidades de resíduos removidas pelos mutirões de combate à dengue no município de Araraquara em 2010 a 2012.

Tabela 8.1.5.1-1 Resumo dos resíduos coletados pelo mutirão da dengue

QUANTIDADE DE RESÍDUOS COLETADOS			
RESÍDUO	SET/OUT 2010	MAIO 2011	2012
PNEUS DE CARRO	381	134	189
PNEUS DE BICICLETA	616	44	319
PNEUS DE CAMINHÃO	22	14	22
PNEUS DE TRATOR	4	0	0
PNEUS DE CAMIONETE	52	50	0
PNEUS DE MOTO	93	4	0
SOFÁ	279	56	171
TANQUINHO	55	5	22
FOGÃO	64	5	13
ARMÁRIO	15	4	10
GELADEIRA	25	4	10
COLCHÃO	197	45	90



QUANTIDADE DE RESÍDUOS COLETADOS			
RESÍDUO	SET/OUT 2010	MAIO 2011	2012
MICRO-ONDAS	5	2	0
ORELHÃO (TELEFONE)	6	0	0
MONITORES DE COMPUTADOR	12	0	0

De acordo com informações fornecidas, por meio de questionário de entrevista deste estudo, pela Secretaria Municipal de Saúde esses mutirões podem contar com participações de cerca de 180 pessoas e 20 caminhões de coleta.

As demais quantidades dos resíduos gerados por serviços de limpeza pública são desconhecidas em virtude de serem coletados junto com coleta regular ou demais serviços.

8.1.5.2. Caracterização física

Os resíduos de limpeza pública são compostos principalmente por folhas, areia, solo, capina, podas, materiais volumosos e inservíveis – mobiliário velho, colchões, eletrodomésticos, madeiras – e rejeitos de varrição de feiras.

Para caracterização física detalhada desses resíduos é sugerida à adoção de metodologia semelhante à utilizada para caracterização dos resíduos domiciliares. A amostragem desses resíduos deverá ser realizada nos locais de destinação final ambientalmente adequada, a fim de possuir uma amostra representativa.

8.1.5.3. Destinação final ambientalmente adequada (transbordo, tratamento e disposição final)

Os resíduos volumosos e inservíveis encaminhados para ETR-Araraquara onde são dispostos em um pátio a céu aberto, triados, armazenados, e encaminhados para disposição final. A seguir são apresentados os principais destinos dos volumosos triados:

- Pneus: armazenamento em local coberto para posterior destinação final (descrito no item “resíduos de significativo impacto ambiental”);
- Móveis estofados (sofás e colchões): estação de transbordo posterior disposição final no aterro sanitário de Guatapará-SP;
- Metais: encaminhados para Cooperativa Acácia para comercialização;
- Moveis de madeira: encaminhados para trituração na empresa Morada do Sol Ambiental.

Os resíduos de varrição, asseios de equipamentos públicos, e limpeza de bueiros têm como destinação final a Estação de Transbordo de Resíduos Domiciliares, situada na ETR-



Araraquara. Esses resíduos são dispostos em contêineres junto com os resíduos domiciliares.

Por fim, esses resíduos têm como disposição final ambientalmente adequada o aterro sanitário da CGR no município de Guatapará-SP.

Os resíduos originários de serviços de raspagem e remoo de terra, areia e materiais depositados pelas águas pluviais são encaminhados diretamente para disposio final para aterros de RCC.

Atualmente, os resíduos de poda e capina têm como destinao final o Horto Florestal e o Parque Pinheirinho. Esses resíduos são triturados na área da ETR-Araraquara e por fim encaminhados para a compostagem.

O custo total dos serviços de limpeza pública é de aproximadamente R\$ 385.000,00 por mês.

8.1.5.4. Legislao e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara conta com legislaoes difusas relativas à gestão e gerenciamento dos resíduos de limpeza pública.

8.1.5.5. Resumo

O Quadro 8.1.5.5-1 apresenta um resumo da situao atual da gestão e gerenciamento dos resíduos de limpeza pública de Araraquara-SP.

QUADRO 8.1.5.5-1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE LIMPEZA PÚBLICA EM ARARAQUARA-SP

RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇOES
LEGISLAOES E PROGRAMAS	DECRETO MUNICIPAL 8.431/2006 E LEI MUNICIPAL 6.352/2005 (PIGRCC) LEI MUNICIPAL 5.451/2000 (PROGRAMA DE COMBATE A DENGUE).
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E GERENCIAMENTO	PREFEITURA MUNICIPAL (SMSP E SMOP)
ORIGEM	OS ORIGINÁRIOS DA VARRIO, LIMPEZA DE LOGRADOUROS E VIAS PÚBLICAS E OUTROS SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA.
QUANTIDADE COLETADA	<ul style="list-style-type: none"> • PODA E CAPINA: 16,1 TONELADAS/DIA • RASPAGEM E REMOO DE TERRA E MATERIAIS DEPOSITADOS PELAS ÁGUAS PLUVIAIS: 30m³/dia (40 TONELADAS/DIA)
ÍNDICE DE GERAO	<ul style="list-style-type: none"> • PODA E CAPINA: 77,21 g/hab.dia



RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
	<ul style="list-style-type: none">RASPAGEM E REMOÇÃO DE TERRA E MATERIAIS DEPOSITADOS PELAS ÁGUAS PLUVIAIS: 190 g/hab.dia
TAXAS, TARIFAS E FORMAS DE COBRANÇA	OS TERRENOS PRIVADOS CUJA LIMPEZA É EXECUTADA PELA PREFEITURA QUANDO O PROPRIETÁRIO, MESMO INTIMADO NÃO A FAZ, TEM LANÇADO ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE COBRANÇA O VALOR RELATIVO ÀS DESPESAS COM O SERVIÇO DE REMOÇÃO E TRANSPORTE PARA PAGAMENTO PELO PROPRIETÁRIO. O CÁLCULO É FEITO DA MULTIPLICAÇÃO DA ÁREA DO TERRENO POR 4% DO VALOR DA UFM (R\$ 39,05 EM 2013).
TIPO E ABRANGÊNCIA DA COLETA	<ul style="list-style-type: none">SMSP: RECOLHE OS RESÍDUOS DE VARRIÇÃO, PODA E CAPINA E FAZ ASSEIO DE TÚNEIS E ESCADARIAS;A DESOBSTRUÇÃO E LIMPEZA DE BUEIROS SÃO FEITAS PELA SMOP;SMS: REALIZA OS MUTIRÕES DA DENGUE (COLETA DE VOLUMOSOS E INSERVÍVEIS);DAAE: RECOLHE OS RESÍDUOS DOS PEVs – PONTOS DE ENTREGA DE VOLUMOSOS.
SETORES DE COLETA E FREQUÊNCIA	COLETA NÃO DEFINIDA EM SETORES E SUA FREQUÊNCIA PODE VARIAR
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	-----
CLASSIFICAÇÃO	----
FORMAS DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA	<ul style="list-style-type: none">PODA E CAPINA: TRANSBORDO E TRATAMENTO (COMPOSTAGEM)DEMAIS RESÍDUOS: CENTRAL DE TRANSBORDO E DISPOSIÇÃO FINAL
TIPO DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA	<ul style="list-style-type: none">RASPAGEM E REMOÇÃO DE TERRA E MATERIAIS DEPOSITADOS PELAS ÁGUAS PLUVIAIS: ATERRO DE RCCDEMAIS RESÍDUOS: ATERRO SANITÁRIO DA CGR NO MUNICÍPIO DE GUATAPARÁ-SP
ESTIMATIVA DE CUSTOS ENVOLVIDOS	R\$ 385.000,00 /MÊS E R\$250.000,00/MÊS (GESTÃO DE VOLUMOSOS E INSERVÍVEIS)
IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS	----
OBSERVAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">INEXISTÊNCIA DE DADOS QUANTITATIVOS DE ALGUNS RESÍDUOS DE LIMPEZA PÚBLICA (LIMPEZA DE BUEIROS E RASPAGEM)



RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
	<ul style="list-style-type: none">• PARTICIPAÇÃO DE 5 CATADORES NA TRIAGEM DE VOLUMOSOS• ESTIMATIVA DE RECUPERAÇÃO (REUTILIZAÇÃO OU RECICLAGEM) DE 5% DO MATERIAL RECOLHIDO• RECOMENDA-SE A IMPLANTAÇÃO DE ÁREA PARA TRIAGEM E ARMAZENAMENTO ADEQUADO, NA QUAL PODERÁ SER INSERIDA A PARTICIPAÇÃO DE CATADORES• RECOMENDA-SE A ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO DE ESCOLHA DE ÁREA PARA TRITURAR E ARMAZENAR OS RESÍDUOS DE PODA E CAPINA

8.1.6 Resíduos de serviços de transportes

Os resíduos de serviços de transportes são definidos de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) como: “Os originários de portos, aeroportos, terminais alfandegários, rodoviários e ferroviários e passagens de fronteira” (art. 13).

A composição desses resíduos pode ser bastante heterogênea dependendo da localização do município (p. ex.: cidade litorânea), e atividades envolvidas por esses serviços.

8.1.6.1. Diagnóstico

Os serviços de transportes que atuam no município de Araraquara são: aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários.

No município existem dois terminais rodoviários, sendo o primeiro de integração do transporte público urbano e o segundo um terminal rodoviário intermunicipal. Ambos os terminais coletam os resíduos reutilizáveis e recicláveis por meio de PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Recicláveis – instalados nesses locais. Esses resíduos coletados são armazenados temporariamente nesses PEVs e encaminhados para a coleta seletiva municipal. De acordo com informações obtidas no site da CTA (COMPANHIA TRÓLEBUS DE ARARAQUARA, 2013), no terminal rodoviário intermunicipal de Araraquara circulam em média 2.000 pessoas por dia, chegando a 3.000 nas vésperas de feriados.

A Foto 8.1.6.1-1 ilustra um PEV (Ponto de Entrega Voluntária de Recicláveis) situado no terminal rodoviário intermunicipal.



Foto 8.1.6.1-1 PEV situado no Terminal Rodoviário Intermunicipal de Araraquara-SP

Os resíduos considerados como resíduos domiciliares (restos de alimentos, papel toalha e papel higiênico) são coletados pelas equipes de limpeza interna dos terminais, e armazenados temporariamente em contêineres para destinar à coleta regular.

Araraquara possui um terminal ferroviário que atualmente opera apenas o transporte de cargas. A concessionária responsável pela administração do trecho é a América Latina Logística (ALL).

O município de Araraquara possui Terminal de Cargas Intermodal – Rodoferroviário – situado entre Américo Brasiliense e Araraquara, operado pela empresa Brado Logística.

Os resíduos gerados pelo terminal ferroviário são coletados por uma empresa terceirizada, denominada Geovision. Essa empresa coleta os resíduos em contêineres de armazenamento temporário existentes na área do terminal.

O município de Araraquara possui um aeroporto, denominado Aeroporto Bartolomeu de Gusmão. O referido aeroporto se encontra em expansão e futuramente será o maior aeroporto da região central do estado de São Paulo, atendendo aproximadamente 32 cidades – médias e pequenas – podendo atender mensalmente mais de 3.000 passageiros.

Os resíduos recolhidos nos aeroportos são de responsabilidade do Departamento Aeroviário do Estado de São Paulo (Daesp), que também administra, mantém e explora 31 aeroportos públicos no interior do Estado de São Paulo. O Daesp está preparando seu plano de gerenciamento. Os resíduos provenientes de aeronaves serão armazenados em contêineres apropriados e terão destinação final adequada a ser definida pelo órgão quando começarem a operar as linhas aéreas comerciais. Os resíduos gerados em terra são recolhidos pelo serviço de limpeza pública através da coleta de resíduos domiciliares.



É valioso informar que, determinados resíduos gerados em aeroportos podem apresentar risco de contaminação biológica, diante disso alguns aeroportos constroem incineradores para o correto tratamento desses resíduos, como é o caso do aeroporto Tom Jobim no município do Rio de Janeiro-RJ.

As atividades de transportes que envolvem o comércio varejista de hortifrutigranjeiros, carnes, aves, flores e outros produtos, através de serviços conhecidos como varejões e feiras de flores são desenvolvidos em escala na Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP). Na CEAGESP Araraquara são gerados resíduos não perigosos e não inertes – os quais podem ser considerados como resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços. Esses resíduos são coletados pelas equipes de limpeza interna, e armazenados temporariamente em contêineres para destinar à coleta regular de RSD.

8.1.6.2. Caracterização física

Para caracterização física detalhada desses resíduos é sugerida à adoção de metodologia semelhante à utilizada para caracterização dos resíduos domiciliares. A amostragem desses resíduos deverá ser realizada na área de armazenamento temporária dos resíduos, a fim de possibilitar uma amostra representativa.

8.1.6.3. Destinação final ambientalmente adequada (transbordo, tratamento e disposição final)

Os resíduos não perigosos e não inertes – os quais podem ser considerados resíduos de limpeza Pública, resíduos domiciliares e resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços – coletados do aeroporto e terminais rodoviários e ferroviários pela coleta regular têm como destino final ambientalmente adequado a Estação de Transbordo de Resíduos Domiciliares de Araraquara, situada na ETR. Da estação de transbordo esses resíduos são enviados para o aterro sanitário da CGR, localizado no município de Guatapará-SP.

Os resíduos coletados nos PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Recicláveis – desses locais que prestam serviços de transportes são recolhidos até a central de triagem da coleta seletiva, a qual está instalada na ETR-Araraquara.

8.1.6.4. Legislao e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara ainda não conta com legislaoes e programas relativos à gestão e gerenciamento dos resíduos de serviços de transportes.

8.1.6.5. Resumo

O Quadro 8.1.6.5-1 apresenta um resumo da situao atual da gestão e gerenciamento dos resíduos de serviços de transportes de Araraquara-SP.



**QUADRO 8.1.6.5-1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS
RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES DE ARARAQUARA-SP**

RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
LEGISLAÇÕES E PROGRAMAS	NÃO EXISTE PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E GERENCIAMENTO	GERADORES (AEROPORTOS, TERMINAIS RODOVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS)
ORIGEM	OS ORIGINÁRIOS DE AEROPORTOS, RODOVIÁRIOS E FERROVIÁRIOS
QUANTIDADE COLETADA	----
ÍNDICE DE GERAÇÃO	----
TAXAS, TARIFAS E FORMAS DE COBRANÇA	----
TIPO E ABRANGÊNCIA DA COLETA	COLETA INTERNA: • PEVs – PONTOS DE ENTREGA VOLUNTÁRIA DE RECICLÁVEIS; COLETA EXTERNA: • RECICLÁVEIS (COLETA SELETIVA) E DEMAIS RESÍDUOS (COLETA REGULAR).
SETORES DE COLETA E FREQUÊNCIA	MESMOS DA COLETA SELETIVA E COLETA REGULAR
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	NADA CONSTA SOBRE CARACTERIZAÇÕES FÍSICAS
CLASSIFICAÇÃO	----
FORMAS DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA	• RECICLÁVEIS: CENTRAL DE TRIAGEM DA COLETA SELETIVA • DEMAIS RESÍDUOS: ESTAÇÃO DE TRANSBORDO E ATERRO SANITÁRIO
TIPO DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA	ATERRO SANITÁRIO DA CGR EM GUATAPARÁ-SP
ESTIMATIVA DE CUSTOS ENVOLVIDOS	----
IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS	RISCO DE CONTAMINAÇÃO BIOLÓGICA DE ALGUNS RESÍDUOS (AEROPORTOS)
OBSERVAÇÕES	NECESSIDADE DE DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS



8.1.7 Resíduos de mineração

Os resíduos de mineração são definidos de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) como: “os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios” (art.13).

Geralmente, esses resíduos são representados por resíduos provenientes de pedreiras, portos de areia, extração de minérios, pesquisas de prospecção (gás, petróleo), bem como beneficiamento de minérios para indústria (cloretos, nitratos, fosfatos, enxofre).

De acordo com Borma e Soares (2002) podemos classificar os resíduos sólidos gerados em operações de lavra e processamento de minérios como, estéreis e rejeitos.

Estéreis são materiais extraídos fisicamente por meio de explosivos ou escavações das camadas de cobertura, camadas intermediárias ou que circundam o mineral de interesse. Esses resíduos geralmente são dispostos em pilhas sem estrutura de contenção e, granulometria bastante variada (BORMA E SOARES, 2002).

Os rejeitos são materiais resultantes das operações de beneficiamento e metalurgia extrativa. Essas matérias são muitas vezes confinadas em barragens de contenção, e possuem granulometria pouco dispersa e mais fina quando comparada aos estéreis (BORMA E SOARES, 2002).

De acordo com os supracitados autores os estéreis também merecem atenção por parte dos gestores devido à possibilidade de causarem contaminação de corpos hídricos superficiais e subterrâneos pelas denominadas drenagens ácidas de mina (DAM).

No Brasil os recursos minerais são de competência do Ministério de Minas e Energia, o qual possui entre outros órgãos que auxiliam nas várias regulamentações, a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

8.1.7.1. Diagnóstico

A coleta dos resíduos de mineração não possui frequência específica, sendo que esta é de responsabilidade do gerador.

8.1.7.2. Caracterização física dos resíduos de mineração

Esses resíduos pertencem a uma área complexa que exige uma avaliação específica de cada caso, levando em consideração o tipo de atividade desenvolvida.

É importante salientar que esses resíduos deverão ser classificados de acordo com compêndio de normas da ABNT – NBR 10.004:2004, NBR 10.005:2004, NBR 10.006:2004, NBR 10.007:2004.

Para caracterização simplificada desses resíduos é sugerido o monitoramento dos Controles de Transporte de Resíduos (CTRs), o qual indica a procedência, quantidade e tipo de resíduo transportado. O monitoramento desses resíduos deverá ser realizado no local de



destinação final ambientalmente adequada, a fim de possibilitar uma amostragem representativa.

8.1.7.3. Destinação final ambientalmente adequada (transbordo, armazenamento e disposição final)

O município de Araraquara possui 4 empresas que consistem em potenciais geradores de resíduos de mineração, sendo 2 portos de extração de areia e 2 pedreiras. O Quadro 8.1.7.3-1 apresenta a relação das empresas, tipo de empresa e atividade.



QUADRO 8.1.7.3-1 POTENCIAIS GERADORES DE RESÍDUOS DE MINERAÇÃO

GERADORES DE RESÍDUOS DE MINERAÇÃO		
EMPRESA	TIPO DE EMPRESA	ATIVIDADE
AREIA & CIA	PARTICULAR	PORTO DE AREIA
PORTO DE AREIA SÃO CARLOS	PARTICULAR	PORTO DE AREIA
PEDREIRA OURO FINO LTDA.	PARTICULAR	PEDREIRA
LEÃO ENGENHARIA	PARTICULAR	PEDREIRA

Apresenta-se no Anexo XXVIII Mapa de Concessões de Uso dos Recursos Naturais.

8.1.7.4. Legislação e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara deverá propor através do NPAGIRS legislações e programas relativos à gestão e gerenciamento dos resíduos de mineração.

8.1.7.5. Resumo

O Quadro 8.1.7.5-1 apresenta um resumo da situação atual da gestão e gerenciamento dos resíduos de mineração do município de Araraquara-SP.



QUADRO 8.1.7.5- 1 RESUMO DA GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS DE MINERAÇÃO EM ARARAQUARA-SP

RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
LEGISLAÇÕES E PROGRAMAS	NÃO EXISTE PLANO MUNICIPAL DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DE MINERAÇÃO
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E GERENCIAMENTO	GERADORES (PORTOS DE AREIA E PEDREIRAS)
ORIGEM	ATIVIDADES DE PESQUISA, EXTRAÇÃO OU BENEFICIAMENTO DE MINÉRIOS
QUANTIDADE COLETADA	DESCONHECIDA
ÍNDICE DE GERAÇÃO	----
TAXAS, TARIFAS E FORMAS DE COBRANÇA	----
TIPO E ABRANGÊNCIA DA COLETA	----
SETORES DE COLETA E FREQUÊNCIA	COLETA NÃO DIVIDIDA EM SETORES E NÃO POSSUI FREQUÊNCIA ESPECÍFICA
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	VER ITEM B – DIAGNÓSTICO
CLASSIFICAÇÃO	----
FORMAS DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA	----
TIPO DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA	----
ESTIMATIVA DE CUSTOS ENVOLVIDOS	----
IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS	IMPACTOS NEGATIVOS GERADOS PELA ESCAVAÇÃO DAS PEDREIRAS E PORTOS DE AREIA
OBSERVAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• NECESSIDADE DE DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS - AS PEDREIRAS SÃO OBRIGADAS A RECOMPOR O TERRENO ESCAVADO EM SUA FORMA ORIGINAL• SEGUIR A RECOMENDAÇÕES DA CETESB PARA RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS POR ATIVIDADES DE MINERAÇÃO



8.1.8 Resíduos de significativo impacto ambiental

Os resíduos de significativo impacto ambiental consistem em produtos que após o consumo resultam em resíduos que podem afetar o meio ambiente, conforme descrito na Resolução SMA 038/2011. São eles:

- a) Óleo lubrificante automotivo;
- b) Óleo Comestível;
- c) Filtro de óleo lubrificante automotivo;
- d) Baterias automotivas;
- e) Pilhas e Baterias;
- f) Produtos eletroeletrônicos;
- g) Lâmpadas contendo mercúrio;
- h) Pneus (art.1º).

De acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) esses resíduos são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos (art.33).

É importante salientar que esses resíduos deverão ser classificados de acordo com compêndio de normas da ABNT – NBR 10.004:2004, NBR 10.005:2004, NBR 10.006:2004, NBR 10.007:2004.

8.1.8.1. Diagnóstico

Óleo comestível, óleos lubrificantes e filtro de óleo lubrificante automotivo.

Os óleos e gorduras de uso domiciliar possuem origem vegetal ou animal, tais como: óleos de soja, milho, canola, girassol e demais oleaginosas, bem como gordura vegetal hidrogenada e gordura de origem animal (banha).

Atualmente, muitas residências, restaurantes, bares e lanchonetes fazem o descarte inadequado desses óleos e gorduras diretamente na pia da cozinha. Esse procedimento pode causar impactos negativos à infraestrutura urbana e meio ambiente, como: entupimento das redes de coleta de esgoto (Figura 8.1.8.1-1), impermeabilização de solos e poluição das águas.



Figura 8.1.8.1-1 Obstrução de redes e poços de visita por resíduos de óleo (SABESP, 2011)



(A) Poço de visita limpo

(B) Poço de visita obstruído (massa de resíduos e óleo)

De acordo com a Resolução Conama nº 357/2005, os óleos vegetais e gorduras animais não podem ser lançados nas águas em concentração superior a 50 mg/L. Isso significa que a cada litro de óleo ou gordura despejados na pia podem contaminar cerca de 25.000 litros de água.

Para correta gestão e gerenciamento dos óleos e gorduras vegetais, o município conta com a Lei Municipal 7.459/2011, a qual institui o programa municipal de coleta, tratamento e reciclagem de óleos de origem vegetal e dá outras providências.

O município possui implantado um programa de coleta específico para óleos e gorduras vegetais, o qual mantém parceria com a cooperativa de catadores Acácia. Foram coletados e vendidos em 2012, 10.380 kg de óleo e gordura vegetal, o que equivale a uma média mensal de 865 kg.

A coleta dos óleos e gorduras vegetais é realizada de duas formas. São elas:

- Coleta em estabelecimentos geradores de óleos e gorduras pós-uso (31 estabelecimentos participantes);
- Coleta em residências.

A coleta em estabelecimentos que trabalham com alimentos fritos foi implantada após uma parceria entre o curso de biologia da Uniara e a Cooperativa Acácia, a qual teve por finalidade diagnosticar e prever um destino ambientalmente adequado para esses resíduos.

Nesta parceria foram cadastrados os principais geradores desse tipo de resíduo, e fornecidos aos participantes embalagens plásticas com tampa com capacidade de 60 litros (Foto 8.1.8.1-1). Essas embalagens possuem identificação visual (etiqueta adesiva, Foto 8.1.8.1-30), informando o tipo de resíduo a ser armazenado e telefone para contato com a cooperativa. A coleta das embalagens é realizada pela cooperativa de acordo com datas predeterminadas pelo estabelecimento ou por meio de agendamento telefônico.



Foto 8.1.8.1-1 Embalagens plásticas para armazenamento de recipientes com óleo e gorduras vegetais



Foto 8.1.8.1-3 Etiqueta existente nas embalagens

O DAAE participou do projeto com o fornecimento das embalagens, orientação e fiscalização, bem como na distribuição de panfletos informativos sobre a correta destinação desses resíduos.

A Foto 8.1.8.1-3 ilustra a coleta das embalagens de óleo realizada pela Cooperativa Acácia.



Foto 8.1.8.1-3 Coleta das embalagens de óleo dos estabelecimentos geradores (CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA, 2011)

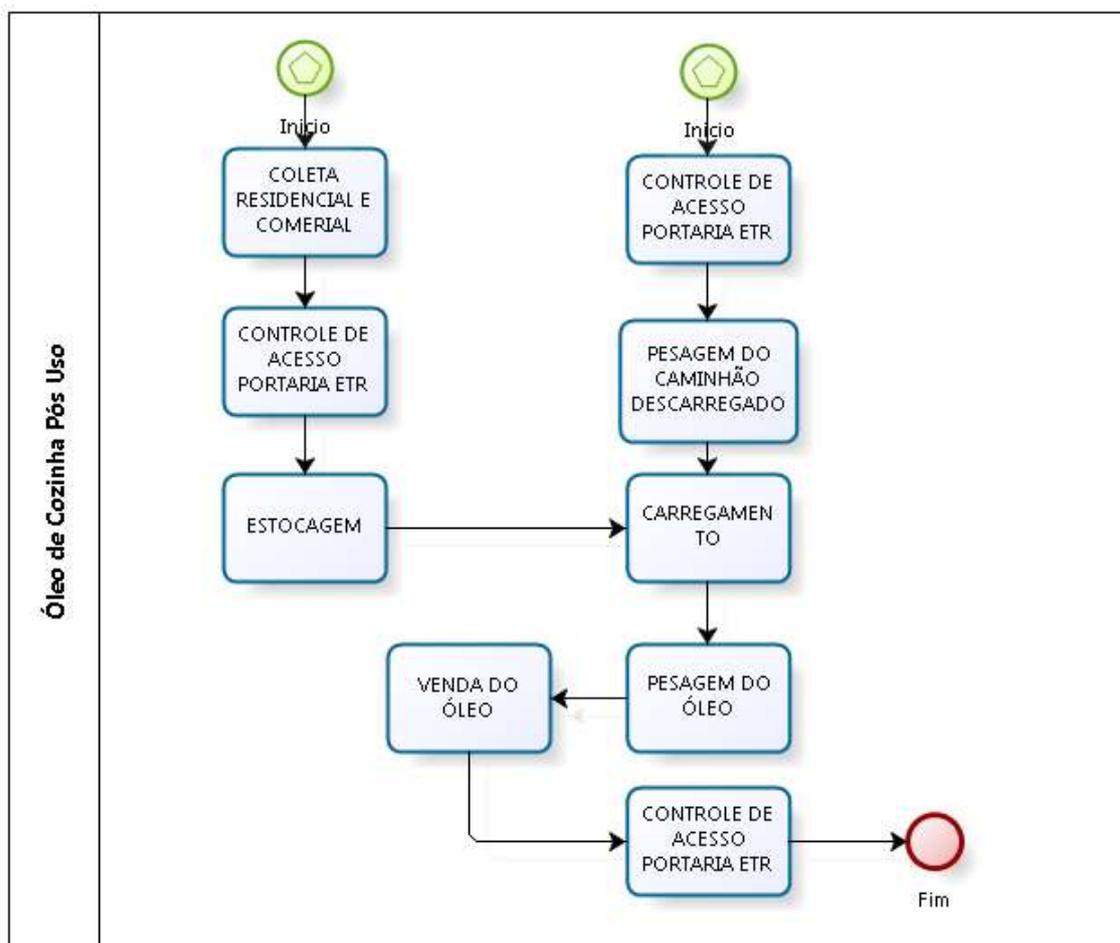
A coleta de óleos e gorduras também atende às residências, por meio da coleta seletiva. O panfleto de orientação fornecido pelo DAAE recomenda que esses óleos e gorduras sejam armazenados em recipientes plásticos com tampa (por exemplo, garrafas PET de refrigerante), e posteriormente sejam entregues junto com os demais materiais recicláveis para a coleta seletiva.

Por fim, os óleos e gorduras coletados são armazenados em tanques de plástico de 1000 litros, para posteriormente serem destinados para beneficiamento em uma empresa



particular de Itápolis-SP. Depois de beneficiado, esses óleos e gorduras retornam para a Uniara para fabricação de biodiesel.

A Figura 8.1.8.1-2 ilustra o Fluxograma de coleta e destinação de óleo comestível.



Fonte: bizagi modeler, 2012

Figura 8.1.8.1-2 Fluxograma – Óleos de Cozinha Pós Uso

Pilhas e baterias

De acordo com a Resolução Conama nº. 257 de 30 de junho de 1999 e a Resolução Conama nº. 263 de 12 de novembro de 1999, as quais tratam sobre a gestão e gerenciamento de pilhas e baterias, considera-se:

I - bateria: conjunto de pilhas ou acumuladores recarregáveis interligados convenientemente (NBR 7039/87);

II - pilha: gerador eletroquímico de energia elétrica, mediante conversão geralmente irreversível de energia química (NBR 7039/87);



III - acumulador chumbo-ácido: acumulador no qual o material ativo das placas positivas é constituído por compostos de chumbo, e os das placas negativas essencialmente por chumbo, sendo o eletrólito uma solução de ácido sulfúrico (NBR 7039/87);

IV - acumulador (elétrico): dispositivo eletroquímico constituído de um elemento, eletrólito e caixa, que armazena, sob forma de energia química, a energia elétrica que lhe seja fornecida e que a restitui quando ligado a um circuito consumidor (NBR 7039/87);

V - baterias industriais: são consideradas baterias de aplicação industrial, aquelas que se destinam a aplicações estacionárias, tais como telecomunicações, usinas elétricas, sistemas ininterruptos de fornecimento de energia, alarme e segurança, uso geral industrial e para partidas de motores diesel, ou ainda tração, tais como as utilizadas para movimentação de cargas ou pessoas e carros elétricos;

VI - baterias veiculares: são consideradas baterias de aplicação veicular aquelas utilizadas para partidas de sistemas propulsores e/ou como principal fonte de energia em veículos automotores de locomoção em meio terrestre, aquático e aéreo, inclusive de tratores, equipamentos de construção, cadeiras de roda e assemelhados;

VII - pilhas e baterias portáteis: são consideradas pilhas e baterias portáteis aquelas utilizadas em telefonia, e equipamentos eletroeletrônicos, tais como jogos, brinquedos, ferramentas elétricas portáteis, informática, lanternas, equipamentos fotográficos, rádios, aparelhos de som, relógios, agendas eletrônicas, barbeadores, instrumentos de medição, de aferição, equipamentos médicos e outros;

VIII - pilhas e baterias de aplicação especial: são consideradas pilhas e baterias de aplicação especial aquelas utilizadas em aplicações específicas de caráter científico, médico ou militar e aquelas que sejam parte integrante de circuitos eletroeletrônicos para exercer funções que requeiram energia elétrica ininterrupta em caso de fonte de energia primária sofrer alguma falha ou flutuação momentânea (art.2º).

A Lei Municipal nº 7.465/2011 - Dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas e demais produtos eletroeletrônicos; estabelece a obrigatoriedade de instalação de caixas coletoras para produtos em desuso e dá outras providências. A referida legislação corrobora o cumprimento das supracitadas resoluções Conama. Esses resíduos retornam para a indústria por meio de sistemas de logística reversa, os quais são coletados conforme procedimento específico para cada tipo de pilha ou bateria.

A seguir será apresentada uma relação de alguns pontos de entrega voluntária de pilhas e baterias:

- Banco Santander (Papa-Pilhas);



- SESC-Carmo;
- Câmara Municipal de Araraquara;
- Drogaria São Paulo (Cata-pilhas);
- Droga Ven.

Resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE)

Os resíduos de equipamentos eletroeletrônicos (REEE) são popularmente conhecidos como lixo tecnológico ou lixo eletrônico. Esses resíduos podem ser definidos de acordo com a Lei Estadual 13.576 (SÃO PAULO, 2009) como:

os aparelhos eletrodomésticos e os equipamentos e componentes eletroeletrônicos de uso doméstico, industrial, comercial ou no setor de serviços que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, tais como:

- I. componentes e periféricos de computadores;
- II. monitores e televisores;
- III. acumuladores de energia (baterias e pilhas);
- IV. produtos magnetizados (art.2).

Atualmente, a coleta dos REEE gerados no município de Araraquara é realizada pelo DAAE, o qual recolhe os resíduos dispostos nos PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Recicláveis. Os REEE coletados no município têm como destinação final uma área provisória de armazenamento, situada na ETR-Araraquara. Esses resíduos são armazenados provisoriamente em pátios abertos e são cobertos por lonas plásticas.

O município de Araraquara ainda não possui uma área licenciada específica para armazenamento e triagem dos resíduos dessa natureza. Será implantada uma ATT de REEE junto com a nova ATT de RCC, a qual está em fase de licenciamento, cujas licenças e suas respectivas numerações encontram-se no Anexo XXIX.

A Figura 8.1.8.1-3 apresenta a imagem aérea do local onde está situada a área de armazenamento provisória de REEE, bem como a área que será implantada a ATT de RCC, que também abrigará o armazenamento e triagem dos REEE.



Figura 8.1.8.1-3 Local de armazenamento provisório dos REEE (GOOGLE EARTH, 2013 ADAPTADA)

A seguir será apresentada uma descrição sucinta do Plano de Gerenciamento de Resíduos Eletroeletrônicos que está em fase de elaboração.

Captação: Será feita nos PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Recicláveis –, através da Coleta Seletiva e na Unidade de Recepção, Triagem e Destinação Final de resíduos eletroeletrônicos, a ser implantada onde funcionava a antiga usina de asfalto da prefeitura, na Av. Gervásio Brito Francisco, ao lado da Central de Agrotóxicos da Associação das Revendas de Insumos Agrícolas de Araraquara e Região (Ariar).

Recepção e Cadastro: O material recebido será cadastrado identificando-se sua origem, quantidade e outros dados.

Estocagem Provisória: Após o cadastramento o material será encaminhado para ponto de estocagem provisória aguardando expedição para a triagem.

Triagem: Na triagem será efetuada a seleção dos materiais por tipo, característica, sua classificação como inservível, recuperável, reciclável etc. e seu encaminhamento para a fase seguinte.

Destinação Final Direta: Prevê o encaminhamento dos resíduos para recicladoras autorizadas, empresas de tratamento e ou disposição final em aterros classe I ou II conforme o tipo de resíduo.

Desmanufatura: A fase de desmanufatura visando à desmontagem dos equipamentos para agregar valor a seus componentes seria implantada mediante parceria com empresas privadas, ONGs ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip).



Remanufatura: Esta fase visa à recuperação dos equipamentos para serem utilizados novamente com a mesma função original. Essa fase também seria implantada mediante parceria.

Essas ações têm como finalidade atender à demanda por destinação final adequada para esses equipamentos até que se estabeleça e que esteja em pleno vigor a política de logística reversa para esses resíduos.

O município de Araraquara conta com a seguinte legislação relativa à gestão e gerenciamento dos REEE:

- Lei Municipal 7.465/2011 – Dispõe sobre a responsabilidade da destinação de pilhas, baterias e lâmpadas usadas e demais produtos eletroeletrônicos; estabelece a obrigatoriedade de instalação de caixas coletoras para produtos em desuso e dá outras providências.

A Figura 8.1.8.1-4 apresenta o fluxograma do plano de gerenciamento dos resíduos eletroeletrônicos de Araraquara-SP.

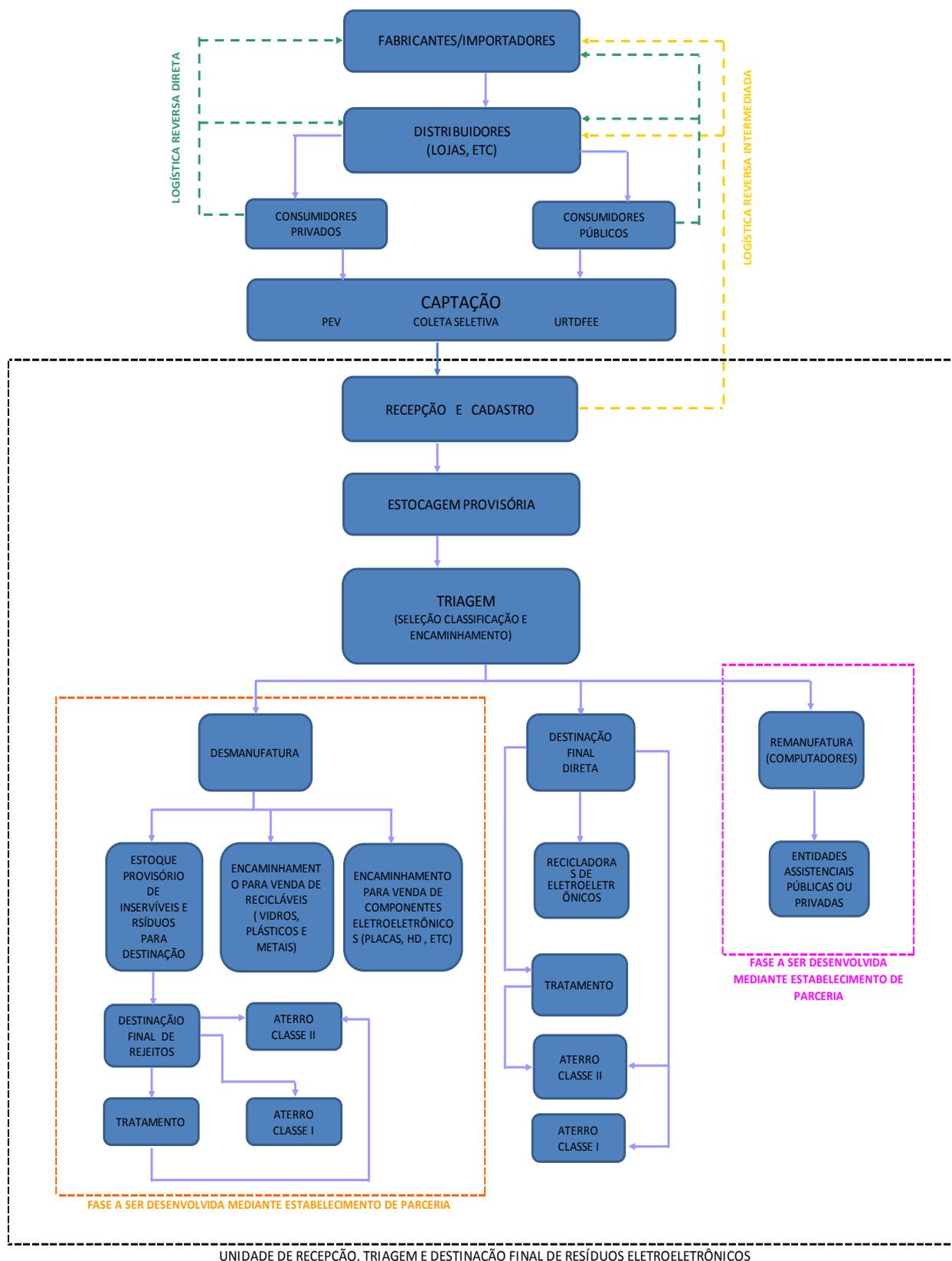


Figura 8.1.8.1-4 Fluxograma de gerenciamento de recepção, triagem e destinação final de resíduos eletroeletrônicos



Lâmpadas Fluorescentes

O município de Araraquara ainda não possui programa de coleta de lâmpadas fluorescentes. Entretanto esse possui a Lei Municipal nº 7.465/2011, que estabelece a responsabilidade da destinação ambientalmente adequada para essas lâmpadas.

A demanda prevista para tratamento de lâmpadas fluorescentes geradas por diversos setores como órgãos públicos (Prefeitura e DAAE), indústrias (Iesa e Cutrale), hospitais (Santa Casa e Hospital São Paulo), shopping (Jaraguá e Lupo) e instituições de ensino (Unip, Uniara, Unesp, Serviço Social do Comércio – Sesc, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, Faculdades Logatti), e considerando outros geradores aqui não computados, pode-se estimar uma de geração de 5.200 lâmpadas por mês.

Na ETR está situada uma central de recebimento e armazenamento temporário de lâmpadas fluorescentes, a qual armazena essas lâmpadas para posterior tratamento.

A Figura 8.1.8.1-5 apresenta a área da central de recebimento, armazenamento e tratamento de lâmpadas fluorescentes.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013 (ADAPTADA)

Figura 8.1.8.1-5 Local de tratamento e armazenamento de lâmpadas fluorescentes



A central de recebimento possui um equipamento devidamente licenciado para tratamento dessas lâmpadas. A Foto 8.1.8.1-4 mostra a área interna da central e o equipamento de tratamento de lâmpadas, sendo operado por funcionário capacitado. É importante salientar que o funcionário opera o equipamento com os EPIs necessários conforme exige a normatização de segurança do trabalho.

Foto 8.1.8.1-4 Equipamento de tratamento de lâmpadas fluorescentes



A capacidade de processamento do equipamento considerando o regime de trabalho de 6 horas diárias, 22 dias por mês é igual a 15.840,00 lâmpadas por mês, atendendo com folga a demanda inicialmente prevista. O custo de operação do equipamento por lâmpada é de R\$ 0,43.

Chegaram a ETR no período de 2005 a 2010 cerca de 34.000 lâmpadas, que correspondem às lâmpadas descartadas por pequenos geradores.

Os rejeitos gerados no tratamento dessas lâmpadas fluorescentes são encaminhados ao aterro industrial situado no município de Tremembé – SP. Em dezembro de 2010, foram encaminhadas 13 toneladas de lâmpadas fluorescentes trituradas (pós-tratamento) para destinação final no aterro de Tremembé.

Os grandes geradores encaminham diretamente para empresas especializadas, como a Apliquim, suas lâmpadas inservíveis para tratamento e disposição final. Nessas empresas há a recuperação dos materiais constituintes das lâmpadas tubulares, como ponteiras de alumínio, pó fosfórico, vidro e mercúrio.

A Figura 8.1.8.1-6 apresenta o fluxograma de recebimento e destinação final de lâmpadas mercuriais.

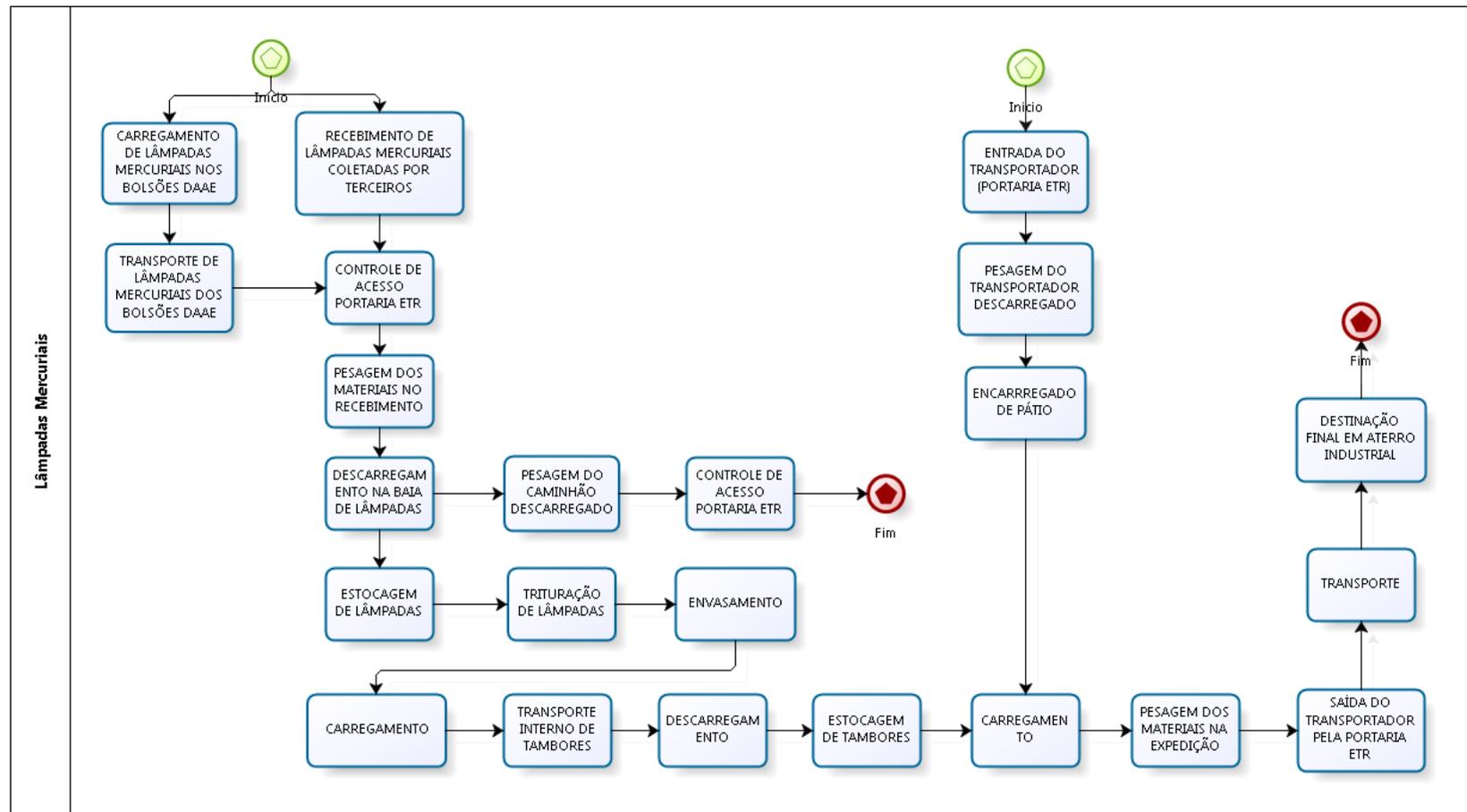


Figura 8.1.8.1-6 Fluxograma – Recebimento e destinação final de lâmpadas mercuriais



Pneus inservíveis para rodagem

De acordo com a Resolução Conama nº. 416, de 30 de setembro de 2009 – dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências – define pneus inservíveis como: “pneu usado que apresente danos irreparáveis em sua estrutura não se prestando mais à rodagem ou à reforma” (art. 2º).

Em 10 de outubro de 2003 a Prefeitura Municipal de Araraquara-SP promulgou a Lei nº 6.052 autorizando a celebração de convênio com a Anip – Associação Nacional da Indústria de Pneumáticos.

Em 12 de agosto de 2008 a Prefeitura Municipal e o DAAE, assinaram com a Associação Reciclanip convênio para desenvolver ações conjuntas e integradas, visando proteger o meio ambiente através da destinação ambientalmente adequada dos pneumáticos inservíveis.

Foi criado na ETR-Araraquara, um ponto de coleta e armazenamento de pneus inservíveis. A Figura 8.1.8.1-7 apresenta a área de armazenamento de pneus inservíveis.



Figura 8.1.8.1-7 Local de armazenamento de pneus inservíveis

(Google Earth, 2013 adaptada)

O local de armazenamento dispõe de baía coberta onde são armazenados os pneus recebidos de borracharias, transportadoras, oficinas, autocenters e demais geradores. A Foto 8.1.8.1-5 mostra a área interna do local de armazenamento dos pneus.



Foto 8.1.8.1-5 Baías cobertas para armazenamento de pneus inservíveis

Periodicamente, de acordo com prévia programação, a Reciclanip, através da empresa Policarpo & Cia Ltda., localizada em Bragança Paulista-SP, faz a retirada desses pneus que são transportados para a sede da Policarpo ou para empresas cimenteiras.

A Policarpo recicla os pneus transformando-os em percinta para estofados, solado para calçados, borracha para rodo, manilha para água e esgoto, bloquetes e artefatos de cimento (como agregado), granulado de borracha e calços para máquinas. As indústrias fabricantes de cimento utilizam os pneus como combustível em seus fornos.

A Tabela 8.1.8.1-1 apresenta o resumo com as quantidades de pneus inservíveis recolhidas pela Anip na ETR, de 2003 a 2012. Pode-se observar que foram retirados do município cerca de 4.057 toneladas de pneus inservíveis.



Tabela 8.1.8.1-1 Pneus recolhidos pela Anip

RESUMO PNEUS	
ANO	TOTAL (t)
2003	262
2004	483
2005	237
2006	341
2007	332
2008	452
2009	462
2010	423
2011	509
2012	556
TOTAL	4.057



Na Figura 8.1.8.1-8 é apresentado o fluxograma de coleta e destinação de pneus inservíveis para rodagem.

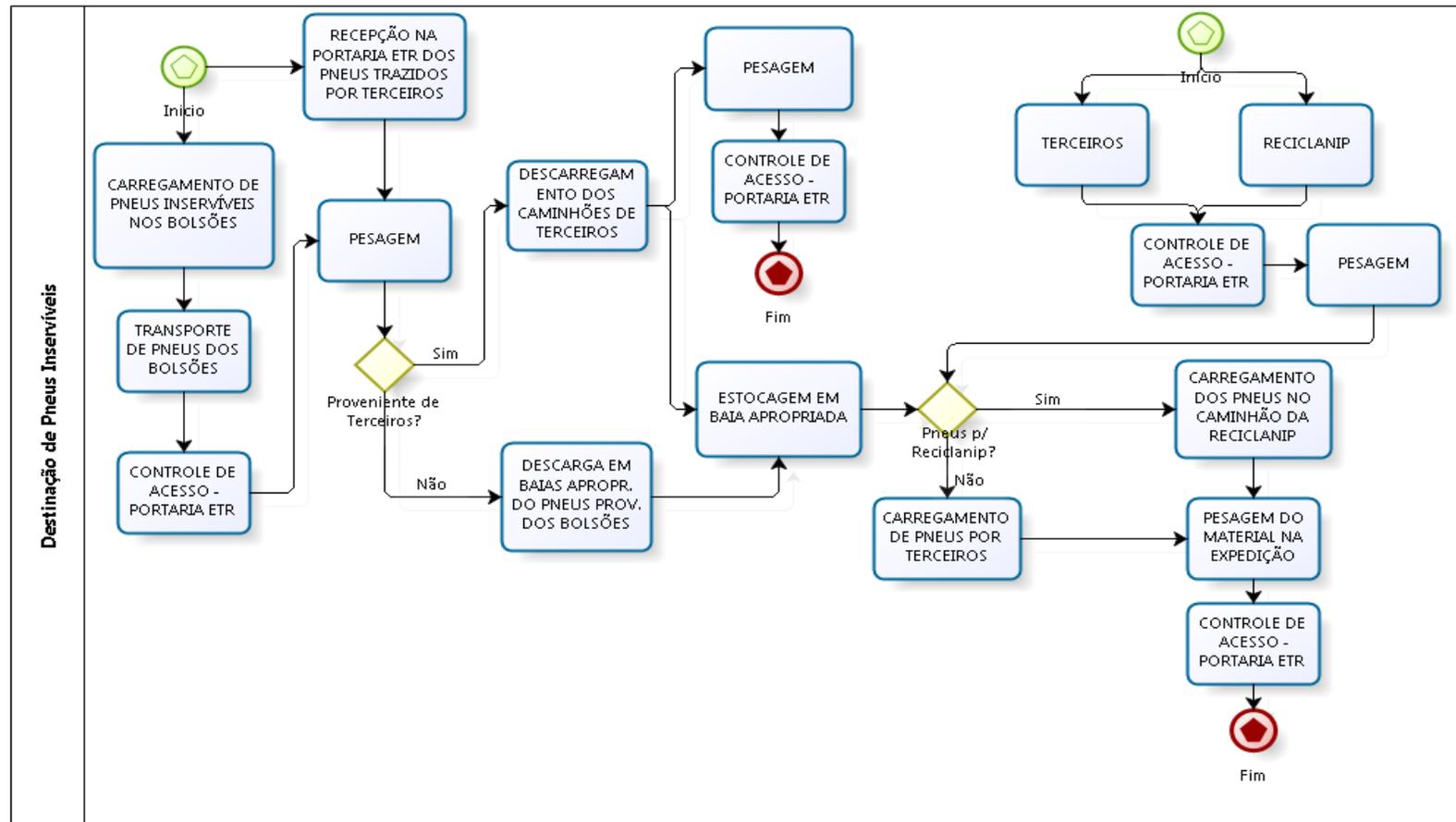


Figura 8.1.8.1-8 Fluxograma – Pneus inservíveis para rodagem



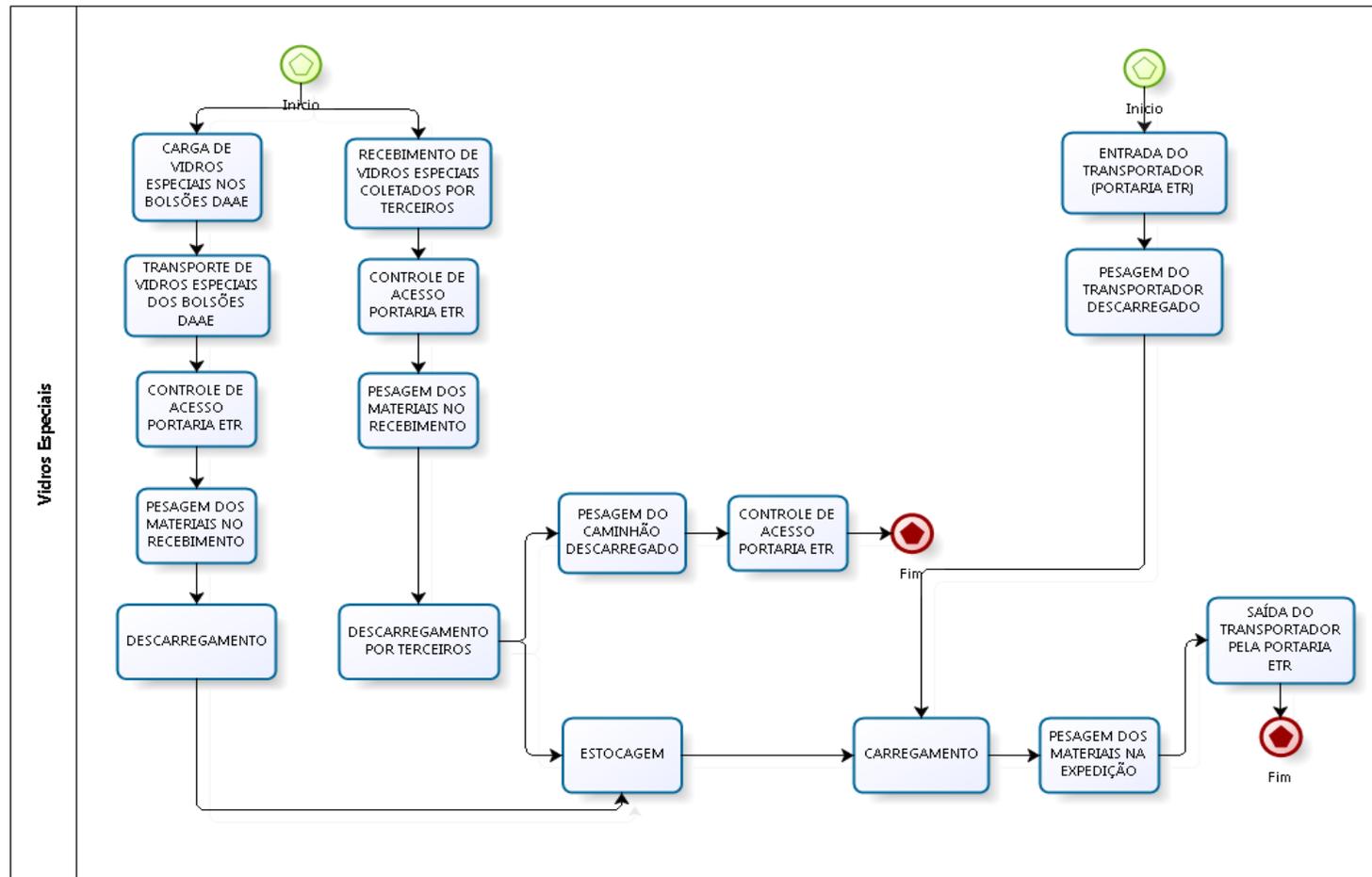
Prefeitura
Municipal de
Araraquara



Vidros Especiais

Além dos resíduos de significativo impacto ambiental listados na Resolução SMA 038/2011, há outros que podem ser classificados como especiais, a exemplo de determinados tipos de vidro, tais como laminados, temperados, aramados, cuja reciclagem requer tecnologias mais complexas que as empregadas para os vidros comuns.

Abaixo, a Figura 8.1.8.1-9 ilustra o fluxograma do recebimento e destinação de vidros especiais.



Fonte: bizagi modeler, 2012

Figura 8.1.8.1-9 Fluxograma – Vidros especiais



8.1.9 Resíduos industriais (RI)

Os resíduos industriais (RI) são popularmente conhecidos como lixo industrial. Esses resíduos podem ser definidos de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) como: “os gerados nos processos produtivos e instalações industriais” (art.13).

Nos RI estão incluídos os resíduos oriundos de diversas cadeias produtivas industriais. Esses resíduos pertencem a uma área complexa e exigem uma avaliação específica de cada caso, para que seja adotada uma solução técnica e econômica em sua gestão.

Geralmente, esses resíduos são classificados de acordo com a NBR 10.004 (BRASIL, 2004) como resíduos Classe I (perigosos), Classe II-A (não perigosos e não inertes), e em alguns casos como Classe II-B (não perigosos e inertes).

De acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) compete aos geradores de RI a elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, o qual poderá ser realizado de modo simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte.

Os planos de gerenciamento deverão ser apresentados à CETESB ou à SMMA, quando do licenciamento ambiental ou sua renovação.

8.1.9.1. Diagnóstico

A coleta desse tipo de resíduo é específica para cada cadeia produtiva envolvida. A responsabilidade pela coleta desse tipo de resíduo é do gerador, sendo que esses contratam empresas particulares para destinação final ambientalmente correta.

Em Araraquara atuam duas empresas particulares de coleta desses resíduos a Cavo Gestão Ambiental e a Geovision.

8.1.9.2. Caracterização física e Classificação

Esses resíduos pertencem a uma área complexa que exige uma avaliação específica de cada caso, levando em consideração o tipo de atividade desenvolvida.

É importante salientar que esses resíduos deverão ser classificados de acordo com compêndio de normas da ABNT – NBR 10.004/ 2004, NBR 10.005/ 2004, NBR 10.006/ 2004, NBR 10.007/ 2004.

Para caracterização simplificada desses resíduos é sugerido o monitoramento dos Cadris, o qual indica a procedência, quantidade e tipo de resíduo transportado.

8.1.9.3. Geradores potenciais de RI em Araraquara-SP

No município de Araraquara os geradores potenciais de RI estão divididos em dois grupos. São eles:



- Pequenos geradores: microempresas e empresas que fabricam móveis, produtos alimentícios, eletroeletrônicos, artefatos de cimento e plástico, impressos e produtos de metal (serralherias, sucateiros);
- Grandes geradores: indústrias de médio e grande porte, as quais não estão enquadradas como pequenas geradoras.

De acordo com pesquisa realizada na SMMA, a qual realiza o licenciamento simplificado, sob anuência da CETESB, foram constatados 141 processos de licenciamento. Nesses processos 67 informaram que geravam resíduos sólidos, apresentando quantidades e tipo de resíduo gerado (relação dessas empresas vide Anexo XXX).

De acordo com dados fornecidos pelo Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), o município possui 152 empresas que podem ser enquadradas como possíveis geradores de RI. Essas empresas passam por licenciamento pela CETESB, as quais são obrigadas a fornecer dados sobre a geração dos resíduos sólidos.

8.1.9.4. Destinação final ambientalmente adequada

Como a coleta, a destinação final é específica para cada cadeia produtiva envolvida, sendo de responsabilidade do gerador.

8.1.9.5. Legislação e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara ainda não conta com legislações e programas, em nível local, relativos à gestão e gerenciamento dos RI.

8.1.9.6. Resumo

O Quadro 8.1.9.6-1 apresenta um resumo da situação atual da gestão dos RI em Araraquara-SP.



QUADRO 8.1.9.6-1 RESUMO DA GESTÃO DOS RI DE ARARAQUARA-SP

RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
LEGISLAÇÕES E PROGRAMAS	NÃO EXISTEM LEGISLAÇÕES NO MUNICÍPIO QUE VERSAM SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E GERENCIAMENTO	GERADORES
ORIGEM	RESÍDUOS GERADOS NOS PROCESSOS PRODUTIVOS E INSTALAÇÕES INDUSTRIAIS
QUANTIDADE COLETADA	DESCONHECIDA
ÍNDICE DE GERAÇÃO	----
TAXAS, TARIFAS E FORMAS DE COBRANÇA	----
TIPO E ABRANGÊNCIA DA COLETA	COLETA REALIZADA POR EMPRESAS PARTICULARES CONTRATADAS PELOS GERADORES
SETORES DE COLETA E FREQUÊNCIA	DE ACORDO COM A QUANTIDADE GERADA
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	VER ITEM B - DIAGNÓSTICO
CLASSIFICAÇÃO	CLASSE I (PERIGOSOS), CLASSE II-A (NÃO PERIGOSOS E NÃO INERTES) OU CLASSE II-B (NÃO PERIGOSOS E INERTES)
FORMAS DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA	DEPENDENTE DA CADEIA PRODUTIVA
TIPO DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA	DEPENDENTE DA CADEIA PRODUTIVA
ESTIMATIVA DE CUSTOS ENVOLVIDOS	----
IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS	----
OBSERVAÇÕES	NECESSIDADE DE DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS

8.1.10 Resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços

Os resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços podem ser definidos de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) como: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos nas alíneas “b”, “e”, “g”, “h” e “j”, que representam os resíduos de limpeza urbana, resíduos dos serviços públicos de saneamento básico, resíduos de serviços de saúde, resíduos da construção civil, resíduos de serviços de transportes, respectivamente (art.13).



Geralmente, esses resíduos são representados por pneus inservíveis, óleo pós-uso, restos de alimentos, restos de tecidos, sucatas, e materiais recicláveis (embalagens de móveis, eletrodomésticos).

De acordo com a PNRS (BRASIL, 2010), os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que geram resíduos perigosos, ou resíduos que, mesmo caracterizados como não perigosos, por sua natureza, composição ou volume, não sejam equiparados aos resíduos domiciliares pelo poder público municipal, estão sujeitos à elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

8.1.10.1. Diagnóstico

A coleta regular recolhe somente os resíduos provenientes de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços não perigosos, com composição e volume – cerca de 100 litros – equiparados aos resíduos domiciliares. Os resíduos não enquadrados para serem recolhidos na coleta regular são de responsabilidade dos geradores, os quais são destinados para áreas licenciadas particulares como o Aterro da CGR-Guatapará.

8.1.10.2. Caracterização física

Para caracterização física detalhada desses rsduos é sugerida  adoção de metodologia semelhante  utilizada para caracterização dos rsduos domiciliares. A amostragem desses rsduos deverá ser realizada na área de armazenamento temporária dos rsduos, a fim de possibilitar uma amostra representativa.

8.1.10.3. Geradores potenciais de rsduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços em Araraquara-SP

No município de Araraquara os geradores potenciais dos rsduos dessa natureza são: shoppings, galerias comerciais, lojas em geral, condomínios comerciais, restaurantes, cozinhas industriais, buffets, lanchonetes, clubes, centros de convenções e locais para realização de shows e eventos.

As lojas em geral são grandes geradoras de embalagens, principalmente, de papelão (caixas) e isopor. Nos corredores comerciais, essas embalagens são colocadas nas calçadas durante todo o horário de expediente das lojas. O ideal é que essas embalagens sejam estocadas e colocadas para a coleta seletiva em um único horário, evitando que as calçadas das ruas de comércio fiquem o dia todo entulhadas com essas embalagens. Será encaminhada discussão junto à ACIA para equacionamento deste problema.

8.1.10.4. Destinação final ambientalmente adequada

A seguir será apresentada a destinação final de alguns rsduos gerados por estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços em Araraquara-SP:

- Rejeitos: Esto de transbordo (ETR Araraquara) e aterro particular CGR-Guatapará, no município de Guatapará-SP;



- Pneus: Ponto de coleta de pneus na ETR-Araraquara, através de Convênio entre Prefeitura Municipal e a Reciclanip, que faz a retirada desses pneus que são transportados para a sede da Policarpo & Cia Ltda. ou para empresas cimenteiras;
- Materiais recicláveis: sucateiros ou coleta seletiva.

8.1.10.5. Legislação e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara ainda não conta com legislações e programas relativos à gestão e gerenciamento dos resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços.

8.1.10.6. Resumo

O Quadro 8.1.10.6-1 apresenta um resumo da situação atual da gestão dos resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços em Araraquara-SP.

QUADRO 8.1.10.6-1 RESUMO DA GESTÃO DE RESÍDUOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ARARAQUARA-SP

RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
LEGISLAÇÕES E PROGRAMAS	NÃO EXISTEM LEGISLAÇÕES MUNICIPAIS SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇOS
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E GERENCIAMENTO	<ul style="list-style-type: none"> • PEQUENAS QUANTIDADES (CERCA DE 100 LITROS): MUNICÍPIO; • GRANDES QUANTIDADES: RESPONSABILIDADE DOS GERADORES (ACIMA DE 100 LITROS)
ORIGEM	GERADOS NESSAS ATIVIDADES, EXCETUADOS OS REFERIDOS NAS ALÍNEAS “B”, “E”, “G”, “H” E “J”, QUE REPRESENTAM OS RESÍDUOS DE LIMPEZA URBANA, RESÍDUOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO, RSS, RCC, RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES, RESPECTIVAMENTE.
QUANTIDADE COLETADA	DESCONHECIDA
ÍNDICE DE GERAÇÃO	----
TAXAS, TARIFAS E FORMAS DE COBRANÇA	TPCMA
TIPO E ABRANGÊNCIA DA COLETA	<ul style="list-style-type: none"> • PEQUENAS QUANTIDADES: COLETA REGULAR; • GRANDES QUANTIDADES: EMPRESAS PARTICULARES DE COLETA OU GERADOR
SETORES DE COLETA E FREQUÊNCIA	----
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	NADA CONSTA SOBRE CARACTERIZAÇÕES FÍSICAS
CLASSIFICAÇÃO	CLASSE II-A (NÃO PERIGOSOS E NÃO INERTES)



RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
	OU CLASSE II-B (NÃO PERIGOSOS E INERTES)
FORMAS DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA	DEPENDENTE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA
TIPO DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA	DEPENDENTE DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA
ESTIMATIVA DE CUSTOS ENVOLVIDOS	
IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS	DISPOSIÇÃO IRREGULAR DE PNEUS
OBSERVAÇÕES	<ul style="list-style-type: none">• NECESSIDADE DE DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS• RECOMENDA-SE A IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE COLETA DIFERENCIADA DE RESÍDUOS COMPOSTÁVEIS PARA ESSE TIPO DE RESÍDUO.

8.1.11 Resíduos dos serviços públicos de saneamento básico

Os resíduos dos serviços públicos de saneamento básico podem ser definidos de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) como: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea “c” (resíduos sólidos urbanos) (art.13).

Geralmente, esses resíduos são representados por resíduos sólidos de tratamento preliminar de Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) – resíduos de grades, peneiras e caixa de areia, Estações de Tratamento de Água (ETA) – Lodo de ETA e ETR – percolado (chorume). Cabe informar que os lodos gerados pelas referidas estações também se enquadram nessa categoria de resíduo.

8.1.11.1. Diagnóstico

- I. Unidades de Tratamento / Unidades Geradoras de Resíduos de Saneamento Básico.
 - a) ETA-Fonte
Localizada à Rua Domingos Barbieri, nº 100, Vila Harmonia



Figura 8.1.11.1-1 ETA Fonte

Fonte (GOOGLE EARTH, 2013)

- Tipo de tratamento realizado na unidade: Convencional – Sistema de floculação, decantação, filtração, cloração e fluoretação.
- Resíduo Gerado: Lodo proveniente dos filtros e decantadores.
- Sistema: A descarga dos efluentes da lavagem dos filtros e decantadores da ETA é feita por válvulas automáticas. Esse efluente denominado lodo é encaminhado, através de dutos, para um tanque de equalização, onde é submetido à ação de um agitador submerso que promove a elevação em suspensão dos sedimentos. Esse fluido do tanque (capacidade do tanque 700 m³) é bombeado para um poço de visita de onde vai, por gravidade até o interceptor de esgoto Cruzes.
- O tanque de equalização tem também, além da função de homogeneização do resíduo, a função de regulador de volumes para manutenção de vazão constante na rede (108,9 m³/hora).



- Caracterização do resíduo:

Tabela 8.1.11.1-1 Resultados encontrados nos ensaios dos resíduos coletados na ETA

Parâmetros	Unidade	Amostra da água de descarga do decantador	Amostra da água de lavagem dos filtros
pH		8,90	8,94
Condutividade Elétrica	(S/cm)	176,4	177,7
Sólidos Sedimentáveis	(mL/L)	88,0	22,0
Sólidos Totais	(mg/L)	1722	674
Sólidos Totais Fixos	(mg/L)	1356	486
Sólidos Totais Voláteis	(mg/L)	366	188
Sólidos Suspensos Totais	(mg/L)	1569	555
Sólidos Suspensos Fixos	(mg/L)	1323	465
Sólidos Suspensos Voláteis	(mg/L)	246	90
Sólidos Dissolvidos Totais	(mg/L)	153	119
Sólidos Dissolvidos Fixos	(mg/L)	33	21
Sólidos Dissolvidos Voláteis	(mg/L)	120	98
Coliformes Totais	(UFC/100 ml)	$3,8 \times 10^5$	$1,3 \times 10^5$
E. Coli	(UFC/100 ml)	$4,0 \times 10^2$	$3,0 \times 10^2$
Zinco	(mg Zn/L)	1,68	0,44
Chumbo	(mg Pb/L)	< 0,01	< 0,01
Cádmio	(mg Cd/L)	< 0,0006	< 0,0006
Níquel	(mg Ni/L)	< 0,008	< 0,008
Ferro Total	(mg Fe/L)	282,0	90,6
Manganês Total	(mg Mn/L)	2,80	0,92



Parâmetros	Unidade	Amostra da água de descarga do decantador	Amostra da água de lavagem dos filtros
Cobre	(mg Cu/L)	0,18	0,09
Cromo total	(mg Cr/L)	0,08	0,12
Prata	(mg Ag/L)	< 0,001	< 0,001
Cálcio	(mg Ca/L)	16,60	17,65
Magnésio	(mg Mg/L)	2,53	1,02
Cobalto	(mg Co/L)	< 0,001	< 0,001
Lítio	(mg Li/L)	< 0,001	< 0,001
Sódio	(mg Na/L)	1,8	1,0
Potássio	(mg K/L)	2,2	2,6
Alumínio	(mg AL/L)	0,01	< 0,01

- Destinação e Disposição Final: Conduzido à ETE, através do emissário Cruzes, o lodo é tratado juntamente com o esgoto sanitário doméstico da cidade.
- Outros resíduos gerados na operação do sistema: Recipientes plásticos de 20 litros, nos quais é recebido o insumo ortopolifosfato. Esses recipientes são reaproveitados para armazenamento de outros fluídos, e posteriormente, quando inservíveis, são destinados à reciclagem. Esse resíduo, recipiente plástico, deixará de ser gerado, pois há projeto para que a compra do produto ortopolifosfato seja feita a granel e seu armazenamento seja feito em tanques de fibra de vidro de 5.000 litros.

b) ETA – PAIOL

Situada à Rua José Palamone Lepre, s/nº, bairro Águas do Paiol

- Tipo de tratamento realizado na unidade: Convencional – Sistema de floculação, decantação, filtração, cloração e fluoretação.
- Resíduo Gerado: Lodo proveniente dos filtros e decantadores
- Sistema: A descarga dos efluentes da lavagem dos filtros e decantadores da ETA é feita por válvulas automáticas. Esse efluente denominado lodo é encaminhado, através de dutos até a galeria de águas pluviais que tem seu descarte no Ribeirão das Cruzes.
- Caracterização do Resíduo: A caracterização dos resíduos da ETA-Paiol será feita para posterior projeto de tratamento.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013

Figura 8.1.11.1-2 ETA-Paiol

- Destinação e Disposição Final: Não há ainda tratamento dos resíduos (lodo de ETA) gerados na ETA-Paiol e a disposição final é feita no Ribeirão das Cruzes. Outros resíduos gerados na operação do sistema: são os mesmos da ETA-Fonte e têm a mesma solução de disposição final.
 - Indicadores: São indicadores da qualidade da água na ETAs Fonte e Paiol:
 - ✓ Coliformes termotolerantes (portaria 2914/2011);
 - ✓ Cloro residual;
 - ✓ Turbidez;
 - ✓ Reclamação de água suja.
- II. Unidades de tratamento de Esgotos
- a) ETE – ARARAQUARA
Localizada à Rodovia Comandante João Ribeiro de Barros, SP-255 (Rodovia Araraquara-Jaú), km 88 mais 600 metros.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013

Figura 8.1.11.1-3 ETE-Araraquara

- Tipo de tratamento realizado: Lagoas aeradas e de sedimentação
- Resíduos Gerados: Resíduos do tratamento preliminar gerado no gradeamento, caixa de areia e peneiras.
- Caracterização: Não há caracterização feita por laboratório, mas os resíduos encontrados nesses dispositivos de tratamento preliminar assemelham-se aos resíduos domésticos, tanto na parte dos orgânicos como na dos não orgânicos que eventualmente também se encontra nos esgotos.
- Volume: O volume de resíduos retidos e retirados pelo sistema preliminar de tratamento é de 785 m³/ano.
- Destinação e Disposição Final: Os resíduos recolhidos do sistema de tratamento preliminar são acondicionados temporariamente em caçambas estanques, transportados até a Estação de Transbordo da ETR, transferidos para caçambas tipo roll-on juntamente com o lixo domiciliar e transportados para o aterro Classe II-A da CGR-Guatapará em Guatapará-SP.

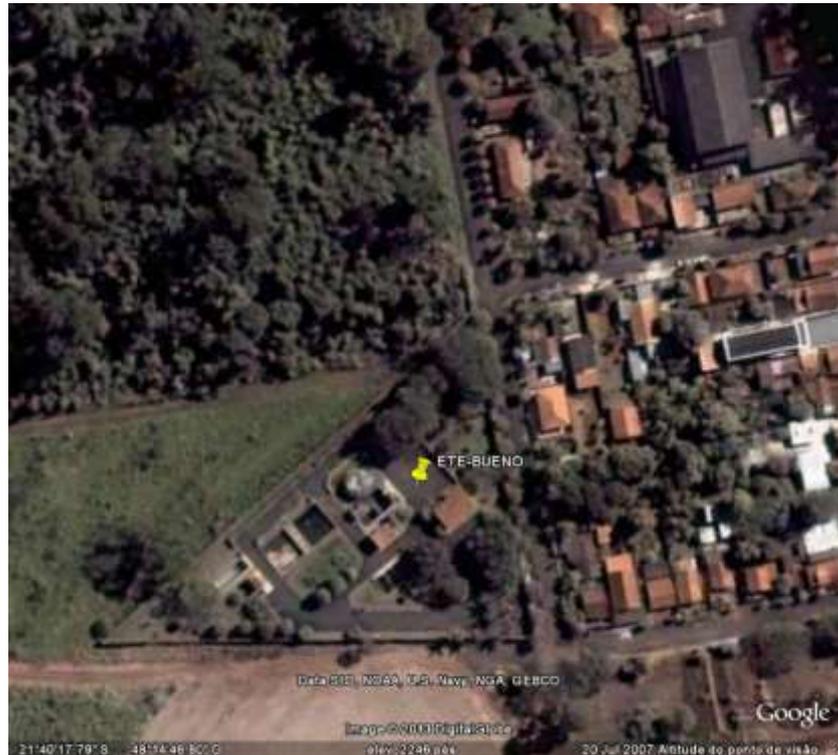


- O Cadri para o transporte desses resíduos está registrado sob o nº 28000582, com validade até 01/10/2014. A LO do Aterro da CGR-Guatapará, de nº 52000921, tem validade até 28/02/2017.
- Lodo das lagoas de sedimentação: O lodo das lagoas de sedimentação  dragado por balsa aspiradora automatizada a razão de 70 m³/h, em uma concentração de sólidos de 0,5% e encaminhado para um tanque de equalização com agitadores para homogeneização, com capacidade de 400 m³. Desse tanque, o efluente é bombeado para o tanque de floculação que recebe polímeros e cloreto férrico. O material desse tanque vai, por gravidade, para o flotador, onde acontece a primeira separação de fase sólida e líquida. A fase sólida é bombeada para um decanter centrífugo, cujo resíduo sólido resultante vai para o secador. A fase líquida do flotador  utilizada como água de reuso, filtrada, clorada e armazenada em tanque para 100 m³, utilizada na higienização do próprio sistema. A fase líquida do decanter vai para um tanque de equalização de 5 m³ e  bombeada para o início do tratamento de esgoto (calha Parshall de entrada). Após a secagem térmica do lodo, a 300^o C, o material resultante tem aproximadamente 20% de umidade. Este material é encaminhado para a estação de transbordo da ETR e daí para o aterro sanitário Classe II-A da CGR-Guatapará.
- Caracterização do Resíduo: Os ensaios de caracterização do lodo seco, realizados pelo laboratório Bioagri, classificaram o lodo seco como resíduo Classe II-A – Resíduo não inerte.
- Volume gerado: A quantidade de lodo seco gerada na ETE-Araraquara  de 252 t/ano.
- A ETE-Araraquara tem LO da CETESB não 28002735.
- Outros Resíduos: Sacos plásticos de acondicionamentos do insumo polímero. Destinação é a reciclagem.
- Outras informaes: Em estudo duas possibilidades para o lodo seco:
 - i) Utilização como fertilizante para solos agricultáveis;
 - ii) Reaproveitamento na fornalha do secador, como combustível para redução do volume do lodo seco em 93%.



b) ETE – BUENO

Situada à Rua Nilo Trovatti, s/nº, distrito de Bueno de Andrada.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013

Figura 8.1.11.1-4 ETE-Bueno

- Tipo de tratamento realizado: Reator em batelada, seguido de filtração e cloração.
- Resíduos Gerados: Resíduos da peneira Rotamat assemelhados a RSD
- Caracterização: Não há caracterização feita por laboratório, mas os resíduos encontrados nesses dispositivos de tratamento preliminar assemelham-se aos resíduos domésticos, tanto na parte dos orgânicos como na dos não orgânicos que eventualmente também se encontra nos esgotos.
- Volume: O volume de esgoto tratado na ETE-Bueno é 43 m³/dia. O volume de resíduos retidos e retirados da peneira Rotamat e do leito de secagem é de 5 m³/mês.
- Destinação e Disposição Final: Os resíduos provenientes da peneira são colocados em caçambas e são encaminhados para a estação de transbordo da ETR e de lá para o aterro da CGR-Guatapará. Nos leitos de secagem é gerado o resíduo lodo seco, que é removido mecanicamente e colocado em caçambas, juntamente com os resíduos da peneira que tem a destinação acima descrita. O efluente líquido do leito



de secagem passa por sistema de filtração e cloração e sua destinação final é o córrego Itaquerê (córrego classe II).

c) ETE – ASSENTAMENTO BELA VISTA (Agrovila)

- Tipo de tratamento realizado: Reator UASB, seguido de filtro anaeróbio e cloração.
- Resíduos Gerados: Resíduo de tratamento preliminar por gradeamento grosso e fino. Resíduos assemelhados a resíduos domésticos.
- Destinação e Disposição Final: Os resíduos do gradeamento são recolhidos em recipientes plásticos e destinados ao aterro Classe II-A da CGR-Guatapará, via estação de transbordo da ETR.

III. Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos

a) ETR - Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos

Localizada à Avenida Gervásio Brito Francisco, nº 750 – Jd. Pinheiros III



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013

Figura 8.1.11.1-4 ETR- Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos



- O aterro de Araraquara situado à Av. Gervásio Brito Francisco, 750, deixou de receber RSD para disposição final em 16 de outubro de 2009 e teve o plano de encerramento do aterro, aprovado pela CETESB, com sua execução concluída em 21 de março de 2012.
- Tipo de tratamento/manejo realizado: Transbordo de resíduos domiciliares, transbordo de RSS, transbordo de pneus inservíveis, trituração de lâmpadas fluorescentes, triagem de materiais recicláveis, processamento de EPS para redução de volume, Aterro de resíduos domiciliares encerrado.
- Resíduos Gerados: Percolado (chorume) gerado no aterro (encerrado) de RSD.
- Destinação e disposição final: O chorume que ainda é gerado no aterro é recolhido em um tanque impermeabilizado, com capacidade para 140 m³, através de um sistema de drenagem implantado no aterro. Deste tanque, o chorume é bombeado para um Poço de Visita (PV) de um ramal de esgoto sanitário que se interliga ao coletor – tronco do Pinheirinho, que por sua vez liga-se ao interceptor do Parque São Paulo e este ao emissário do Córrego do Ouro, percorrendo daí uma distância de 15 quilômetros até a ETE-Araraquara.
- O destino final do chorume é a ETE-Araraquara onde o mesmo é tratado juntamente com o esgoto sanitário domiciliar. A quantidade produzida no aterro é da ordem de 15 m³/dia na média anual, sendo maior a quantidade gerada no período de chuvas e menor no período de seca.
- Rejeito da triagem de materiais recicláveis: Constituído de resíduos domésticos, orgânicos e inorgânicos, resultantes do processo de triagem dos materiais recolhidos pela coleta seletiva. O rejeito é composto por materiais inservíveis à reciclagem e ou por materiais cujo valor de venda no mercado é tão pequeno que sua segregação é inviável.
- Destinação e disposição final: O rejeito da coleta seletiva é encaminhado à estação de transbordo da ETR e a disposição final acontece no aterro da CGR-Guatapará.



Fonte: GOOGLE EARTH, 2013

Figura 8.1.11.1-5 Aterro Sanitário da CGR-Guatapará

8.1.11.2. Caracterização física e classificação

Esses resíduos exigem uma avaliação específica de cada caso, levando em consideração os aspectos específicos de projeto e operação das unidades geradoras dessa tipologia de resíduos.

É importante salientar que esses resíduos deverão ser classificados de acordo com compêndio de normas da ABNT – NBR 10.004:2004, NBR 10.005:2004, NBR 10.006:2004, NBR 10.007:2004.

Para caracterização simplificada desses resíduos é sugerido o monitoramento dos Cadris, o qual indica a procedência, quantidade e tipo de resíduo transportado.

8.1.11.3. Destinação final ambientalmente adequada

A seguir será apresentada a destinação final de alguns resíduos gerados pelos serviços públicos de saneamento básico em Araraquara-SP:

- Rejeitos do tratamento preliminar da ETE (grades, peneira e caixas de areia): encaminhados para o aterro sanitário da CGR em Guatapará-SP, os quais representam 6 toneladas/dia.



- Lodo da ETE: encaminhado para tratamento na estação de tratamento de lodo, sob responsabilidade do DAAE, a qual realiza a secagem térmica do lodo a 300°C, e posteriormente destina cerca de 10 m³/dia de lodo seco ao aterro sanitário da CGR em Guatapará-SP.
- Líquidos Percolados do aterro controlado de Araraquara: encaminhados para o tratamento combinado na ETE de Araraquara. Cabe informar que são destinados aproximadamente 15 m³/dia desses líquidos percolados a ETE.

8.1.11.4. Legislação e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara ainda não conta com legislações e programas relativos à gestão e gerenciamento dos resíduos dos serviços públicos de saneamento básico.

8.1.11.5. Resumo

O 0 apresenta um resumo da situação atual da gestão dos resíduos dos serviços públicos de saneamento básico em Araraquara-SP.

QUADRO 8.1.11.5-1 RESUMO DA GESTÃO DE RESÍDUOS DOS SERVIÇOS PúBlicos DE SANEAMENTO BÁSICO EM ARARAQUARA-SP

RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
LEGISLAÇÕES E PROGRAMAS	NÃO EXISTE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE GESTÃO DOS RESÍDUOS DOS SERVIÇOS PúBlicos DE SANEAMENTO BÁSICO
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E GERENCIAMENTO	GERADOR (DAAE)
ORIGEM	GERADOS NAS ETAs, ETE e ETR, EXCETUADOS OS REFERIDOS NA ALÍNEA "C" (RSU).
QUANTIDADE COLETADA	6 TONELADAS/DIA DE RESÍDUOS DO TRATAMENTO PRELIMINAR DA ETE; 10 m ³ /dia DE LODO SECO E 15 m ³ /dia DE CHORUME
ÍNDICE DE GERAÇÃO	----
TAXAS E FORMAS DE COBRANÇA	----
TIPO E ABRANGÊNCIA DA COLETA	COLETA POR EMPRESA TERCEIRIZADA PELO DAAE
SETORES DE COLETA E FREQUÊNCIA	----
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	VER ITEM B - DIAGNÓSTICO
CLASSIFICAÇÃO	VER ITEM B - DIAGNÓSTICO
FORMAS DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA	<ul style="list-style-type: none">• LODO: SECAGEM TÉRMICA DE LODO• LODO SECO E DEMAIS RESÍDUOS GERADOS: ATERRO SANITÁRIO DA CGR (GUATAPARÁ-SP)



RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
TIPO DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA	ATERRO SANITÁRIO DA CGR (GUATAPARÁ-SP)
ESTIMATIVA DE CUSTOS ENVOLVIDOS	R\$ 191,00 CADA CAÇAMBA DE 5m ³ DE LODO SECO DESTINADO AO ATERRO SANITÁRIO DA CGR
IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS	---
OBSERVAÇÕES	---

8.1.12 Resíduos agrossilvopastoris

Os resíduos agrossilvopastoris podem ser definidos de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010) como: os gerados nas atividades agropecuárias e silvicultoras, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades (art.13).

Ficam incluídos nessa divisão os produtos veterinários (sacos de ração), como saneantes (dedetização, descupinização, inseticidas e acaricidas), embalagens vazias de agrotóxicos e sacaria de adubos e sementes, as quais deverão ser recolhidas em estabelecimentos destinados ao recebimento de embalagens vazias, de acordo com a Resolução Conama nº 334/2003.

Os resíduos agrossilvopastoris são classificados em orgânicos e inorgânicos.

Os resíduos agrossilvopastoris também são representados pelos resíduos provenientes de agroindústrias, da erradicação de lavouras, perdas de safras, dejetos de animais de granjas.

Para análises de resíduos oriundos da agricultura e pecuária podem ser tomados como base os resíduos cujas fontes geradoras são as seguintes culturas e criações: café (em grão), laranja, soja (em grão), milho (em grão), feijão (em grão), arroz (em casca), mandioca e cana-de-açúcar, e as criações de bovinos (corte e leite), aves (postura e cortes) e os suínos.

Os resíduos gerados nas atividades de silvicultura são os originários da produção de madeira em toras para atividades de produção de madeira serrada, carvão vegetal, lenha, papel e celulose e outras finalidades.

As agroindústrias são geradoras de resíduos sólidos, por exemplo, usinas de açúcar e álcool, as quais geram o bagaço e a torta de filtro, como também agroindústrias das culturas supracitadas, abatedouros, laticínios e graxarias.

8.1.12.1. Diagnóstico

A gestão e gerenciamento dos resíduos agrossilvopastoris são de responsabilidade do gerador. A Associação das Revendas de Insumos Agrícolas de Araraquara e Região (Ariar)



no município é a responsável pelo gerenciamento dos resíduos de embalagens de agrotóxicos, a Ariar conta com 6 funcionários e 1 administrador.

As embalagens de agrotóxicos e afins são recebidas pela Ariar por meio de uma unidade de recebimento localizada na Av. Gervásio Brito Francisco, s/nº. A Ariar, conta com um sistema de recebimento itinerante para pequenos produtores (até 300 embalagens), a qual é agendada em um ponto central para atender a vários produtores da região (Nova Europa, Borborema, Brotas e São Carlos).

De acordo com a Ariar, até julho de 2011, foram coletadas aproximadamente 204,3 toneladas de embalagens de agrotóxicos, o que representa 29,2 toneladas/mês, ou seja, 4,66 g/hab.dia (População de 208.662,00 habitantes de acordo com o Censo do IBGE, 2010).

Cabe informar que existe manejo específico na fonte geradora, o qual consiste na tríplice lavagem e armazenamento adequado até serem entregues.

8.1.12.2. Caracterização física das embalagens de agrotóxicos

Plástico, metais, papelão e embalagens não laváveis são os principais materiais coletados pela Ariar. A 0 apresenta as quantidades dos principais materiais triados e enviados para unidade de reciclagem credenciada especificamente para trabalhar com esse tipo de material pela Ariar de 2009 a 2012.

Tabela 8.1.12.2-1 Material removido da Central de Coleta da Ariar

RESUMO DO MATERIAL REMOVIDO DA CENTRAL DA ARIAR (kg)				
EMBALAGENS	2009	2010	2011	2012
PLÁSTICO	178.730,0	105.172,0	217.960,0	206.630,00
METAL	11.860,0	11.740,0	nci ⁵	11.600,00
PAPELÃO	40.750,0	24.950,0	36.810,0	65.650,00
TAMPAS	0,0	0,0	0,0	4.300,00
NÃO LAVÁVEIS	45.370,0	12.860,0	40.220,0	44.330,00
TOTAL	276.710,0	154.722,0	294.990,00	332.510,00

FONTE: ARIAR, 2013

A Figura 8.1.12.2-1 apresenta a composição percentual dos materiais provenientes do recebimento da Ariar, da qual se obteve as médias anuais das quantidades de materiais removidos de 2009 a 2012.

⁵ Não consta informação.

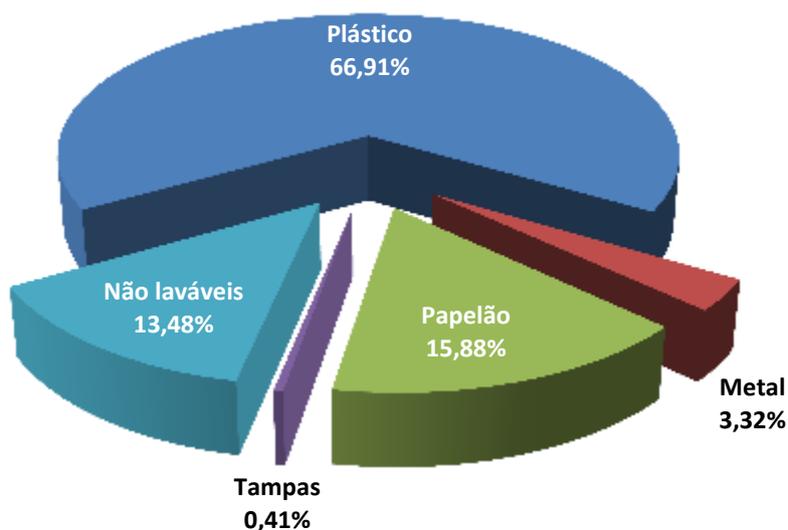


Figura 8.1.12.2-1 Caracterização física das embalagens de agrotóxicos

8.1.12.3. Destinação final ambientalmente adequada

As embalagens recebidas são armazenadas inicialmente a granel e depois de processadas são armazenadas em fardos e bags em galpão coberto e licenciado para tal finalidade.

De acordo com a Ariar as embalagens recebidas são triadas e destinadas a indústrias cadastradas e licenciadas na CETESB para o recebimento de cada embalagem. As indústrias recicladoras, cadastradas e autorizadas, são:

- Arteplas Artefatos de Plásticos – Itajaí-SC;
- Gerdau Aços Longos S/A – São Caetano do Sul-SP;
- Dinoplas Ind. E Comércio de Plásticos Ltda. – Louveira-SP;
- Cinflex Ind. e Comércio de Plásticos – Maringá-PR;
- Metalur Ltda. – Araçariguama-SP;
- Mauser do Brasil Embalagens Ind. S/A – Barra do Piraí-RJ;
- Pasa Papelão Apuraninha – Tamarana-PR;
- Plastibas Ind. E Com. Ltda. – Cuiabá-MT;
- Garboni Ind. De Plásticos e Moldes Ltda. – Duque de Caxias-RJ;
- Eco Paper Prods. em Papel Ltda. – Pindamonhangaba-SP;



- Recipak Minas Ind. e Com. de Plásticos Ltda. – Contagem-MG.

Todas as embalagens são recuperadas por processos de reciclagem, com exceção das flexíveis e não laváveis, que são destinadas à incineração.

Os rejeitos da limpeza, varrição, resíduos flexíveis e não laváveis são encaminhados para incineradores das seguintes empresas:

- Antibióticos do Brasil Ltda. – Cosmópolis-SP;
- Basf S/A – Pindamonhangaba-SP;
- Clariant S/A Suzano-SP;
- Essencis S/A – Cosmópolis-SP.

8.1.12.4. Legislação e programas de gestão no âmbito municipal

O município de Araraquara ainda não conta com legislações e programas relativos à gestão e gerenciamento dos resíduos agrossilvopastoris.

8.1.12.5. Resumo

O Quadro 8.1.12.5-1 apresenta um resumo da situação atual da gestão dos resíduos agrossilvopastoris em Araraquara-SP.

QUADRO 8.1.12.5-1 RESUMO DA GESTÃO DE RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS

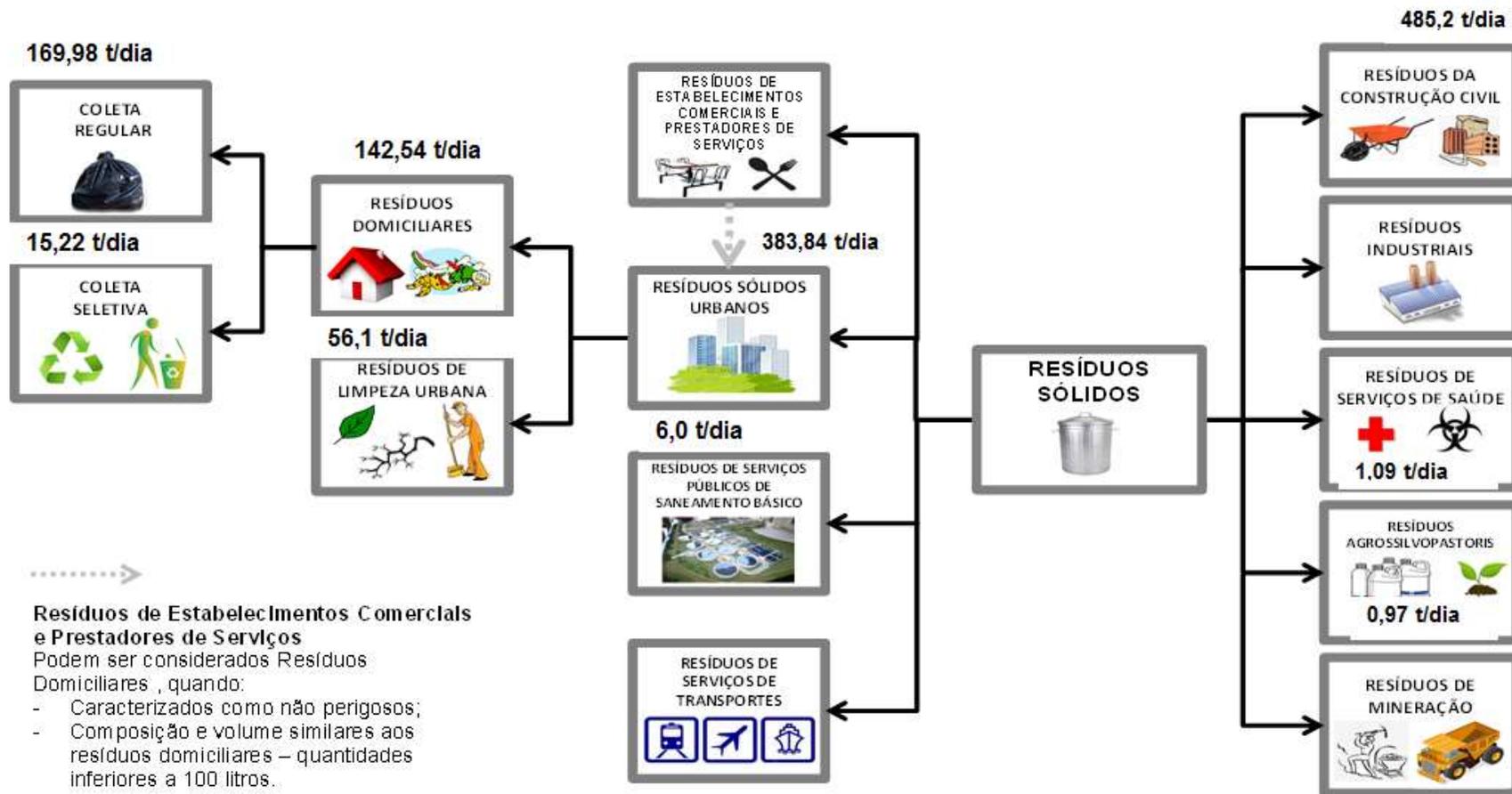
RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
LEGISLAÇÕES E PROGRAMAS	NÃO EXISTE LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS AGROSSILVOPASTORIS
RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E GERENCIAMENTO	PRODUTOR RURAL
ORIGEM	OS GERADOS NAS ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SILVICULTORAS, INCLUÍDOS OS RELACIONADOS A INSUMOS UTILIZADOS NESSAS ATIVIDADES – SÍTIOS, FAZENDAS E CHÁCARAS
QUANTIDADE RECEBIDA DE EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS	27,7 TONELADAS/MÊS (2012)
ÍNDICE DE GERAÇÃO	4,41 g/hab.dia (2012)
TAXAS, TARIFAS E FORMAS DE COBRANÇA	----
TIPO E ABRANGÊNCIA DA COLETA	----
SETORES DE COLETA E	----



RESUMO	
ELEMENTO	INFORMAÇÕES
FREQUÊNCIA	
CARACTERIZAÇÃO FÍSICA	REALIZADA POR MEIO DAS EMBALAGENS RETIRADAS DA CENTRAL DA ARIAR (VEJA O ITEM CARACTERIZAÇÃO FÍSICA)
CLASSIFICAÇÃO	CLASSE I E CLASSE II-A
FORMAS DE DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE ADEQUADA	RECICLADORAS, EXCETO EMBALAGENS NÃO LAVADAS, FLEXÍVEIS OU DE TRATAMENTO DE SEMENTES QUE SÃO ENCAMINHADAS A INCINERAÇÃO
TIPO DE DISPOSIÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA PARA EMBALAGENS DE AGROTÓXICOS	RECICLAGEM E INCINERAÇÃO
ESTIMATIVA DE CUSTOS ENVOLVIDOS	UNIDADE DE RECEBIMENTO DE 25 A 30 MIL REAIS/MÊS; CUSTOS DA DESTINAÇÃO FINAL BANCADOS PELO INSTITUTO NACIONAL DE PROCESSAMENTO DE EMBALAGENS VAZIAS (INPEV).
IMPACTOS AMBIENTAIS RELACIONADOS	---
OBSERVAÇÕES	---

8.1.8.2. Sínteses analíticas

A seguir, para fins de ilustração e síntese serão apresentadas a Figura 8.1.8.2-1 e Figura 8.1.8.2-2, que exibem a Síntese analítica da quantidade coletada de resíduos sólidos quanto a sua origem e a Síntese analítica das responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos, respectivamente.



Fonte: DAAE, 2014

Figura 8.1.8.2-2: Síntese analítica da quantidade coletada de resíduos sólidos quanto a sua origem



Fonte: DAAE, 2014

Figura 8.1.8.2-2: Síntese analítica das responsabilidades dos geradores de resíduos sólidos



8.2. Identificação de Área para Disposição Final Ambientalmente Adequada dos Rejeitos

O diagnóstico dos resíduos sólidos de Araraquara revelou que o município não possui área ativa para disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos dos resíduos domiciliares e outros rejeitos considerados Classe II-A (não perigosos e não inertes), conforme classificação da NBR 10.004 (ABNT, 2004).

O referido diagnóstico também apontou a existência de área pública em processo de licenciamento para disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos Classe II-B (não perigosos e inertes) dos RCC e outros rejeitos considerados Classe II-B, conforme classificação da NBR 10.004 (ABNT, 2004). Também considerou a necessidade da criação de áreas particulares para disposição dos rejeitos enquadrados nessa classificação.

Quanto à disposição final dos rejeitos perigosos (Classe I) não foram constatadas no município áreas licenciadas para tal finalidade.

Mediante consulta ao Plano Diretor Municipal foi observado que as antigas áreas de disposição final de resíduos Classe II-A situam-se na porção nordeste do município, conforme ilustra a Figura 8.2-1.

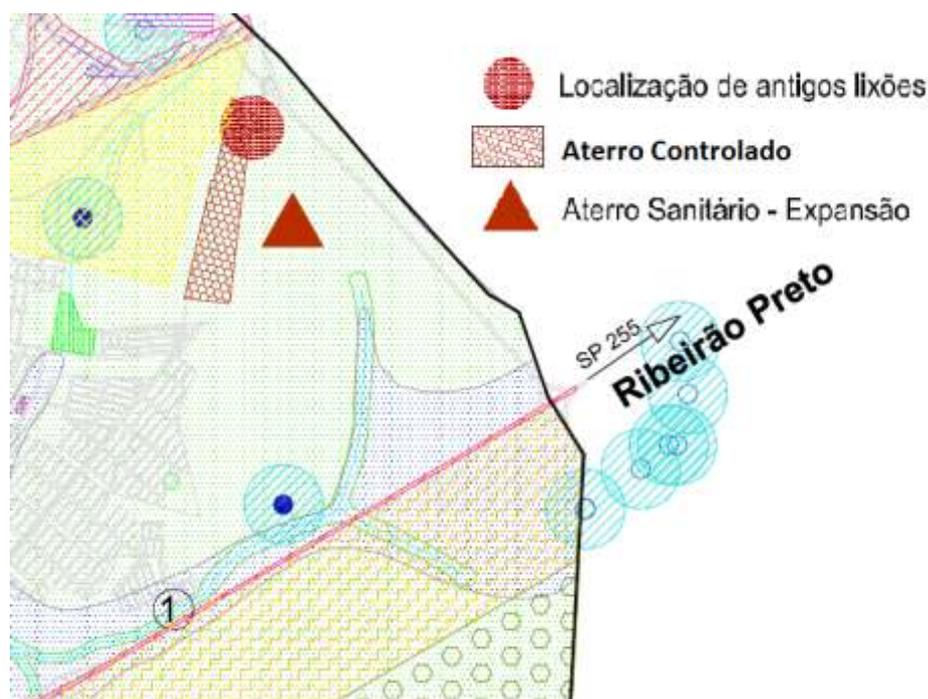


Figura 8.2-1 Mapa do Zoneamento Ambiental (PLANO DIRETOR MUNICIPAL)



No mapa do zoneamento ambiental também foi constatado a localização dessas antigas áreas, bem como uma área proposta para expansão nas suas proximidades.

É valioso informar que o plano de estratégia de produção da cidade – PAR contempla os resíduos sólidos, por meio de planos de ações regionais que preveem a Central Integrada de Resíduos Sólidos. A Figura 8.2-2 apresenta a localização dessa área na porção nordeste do município, próxima às antigas áreas de disposição final dos resíduos Classe II-A e Classe II-B.

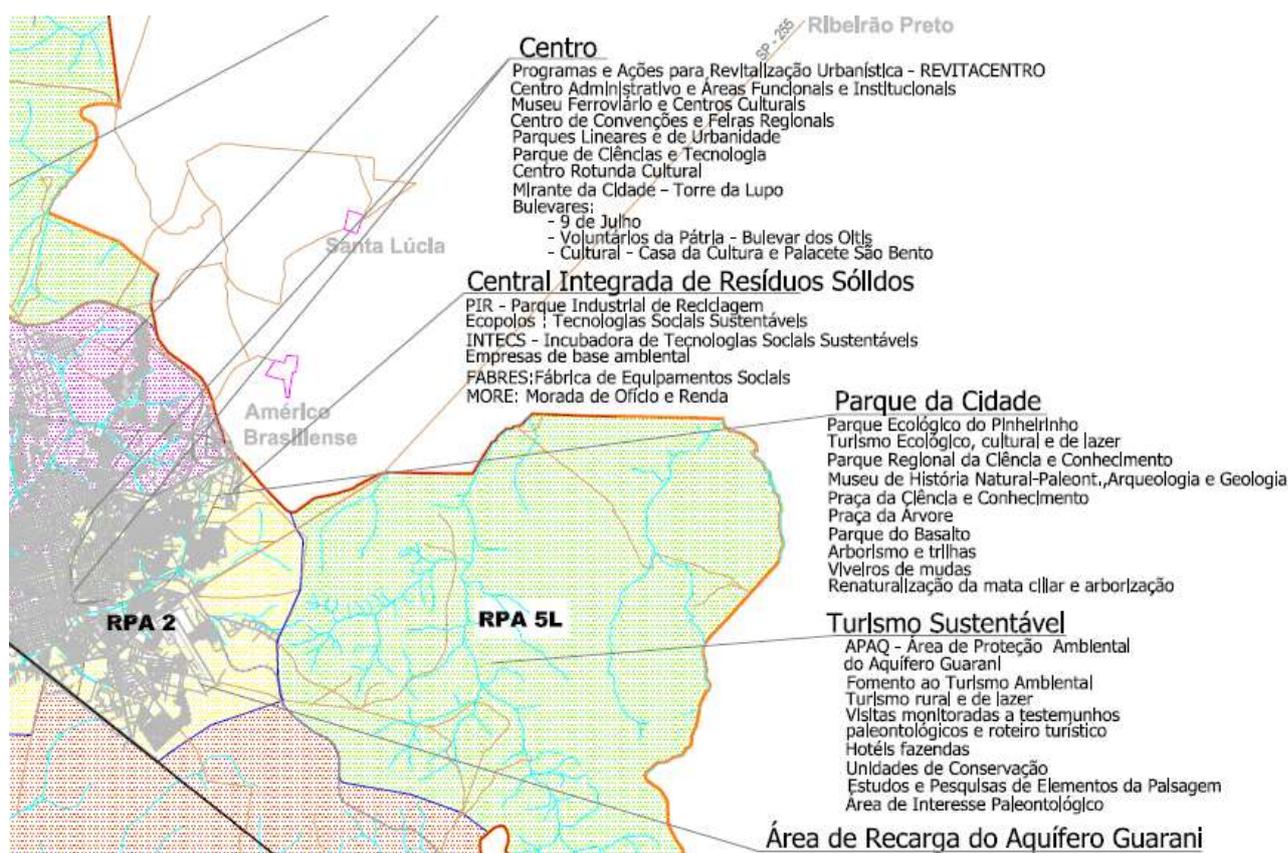


Figura 8.2-2 Mapa do Plano de Estratégias de Produção da Cidade (PAR) (PLANO DIRETOR MUNICIPAL)

No item a seguir serão apresentadas algumas diretrizes para identificação de áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, as quais devem estar em consonância com o Plano Diretor municipal e o zoneamento ambiental.

8.3. Gestão e Gerenciamento dos Resíduos Sólidos em Araraquara-SP

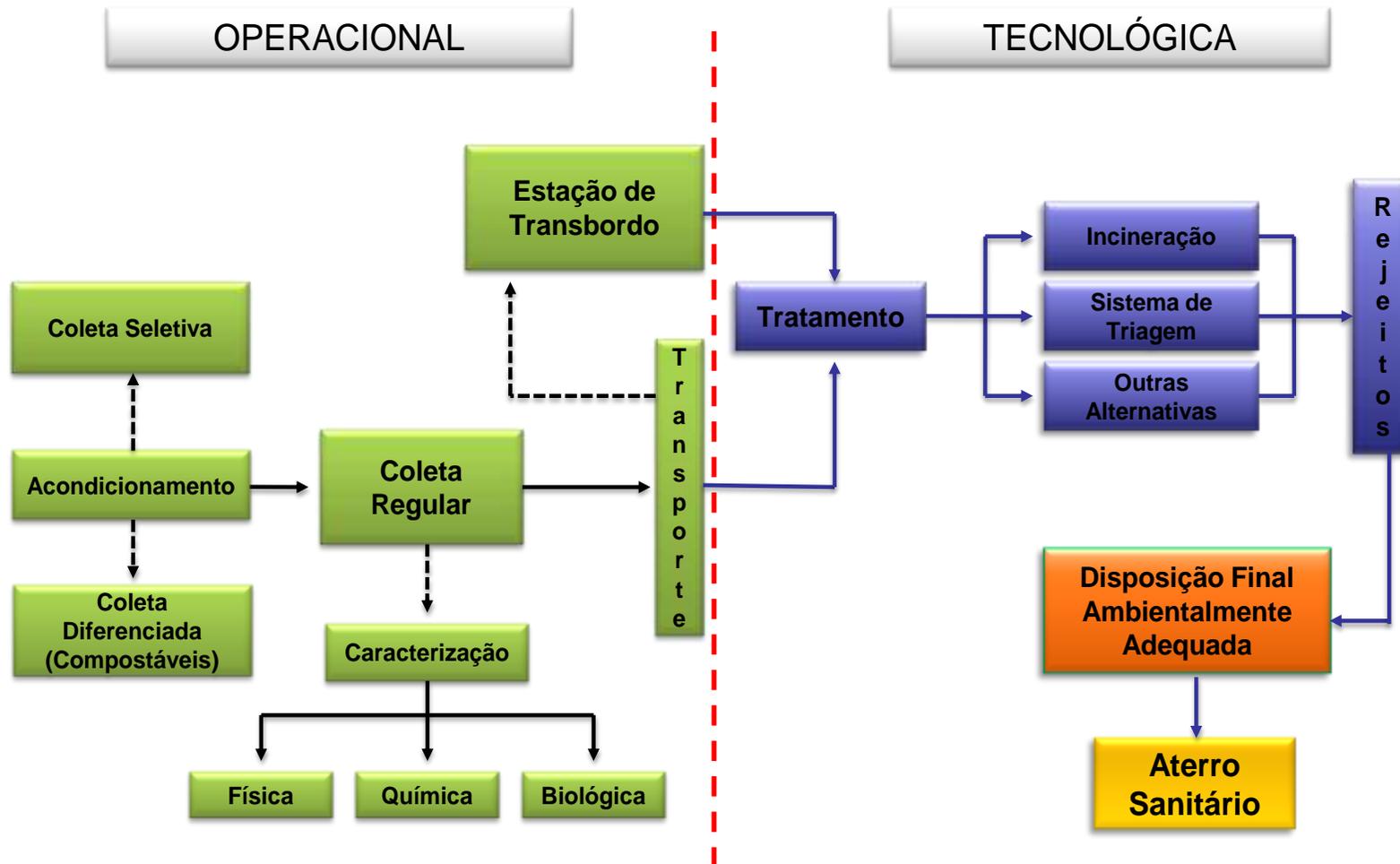


Prefeitura
Municipal de
Araraquara



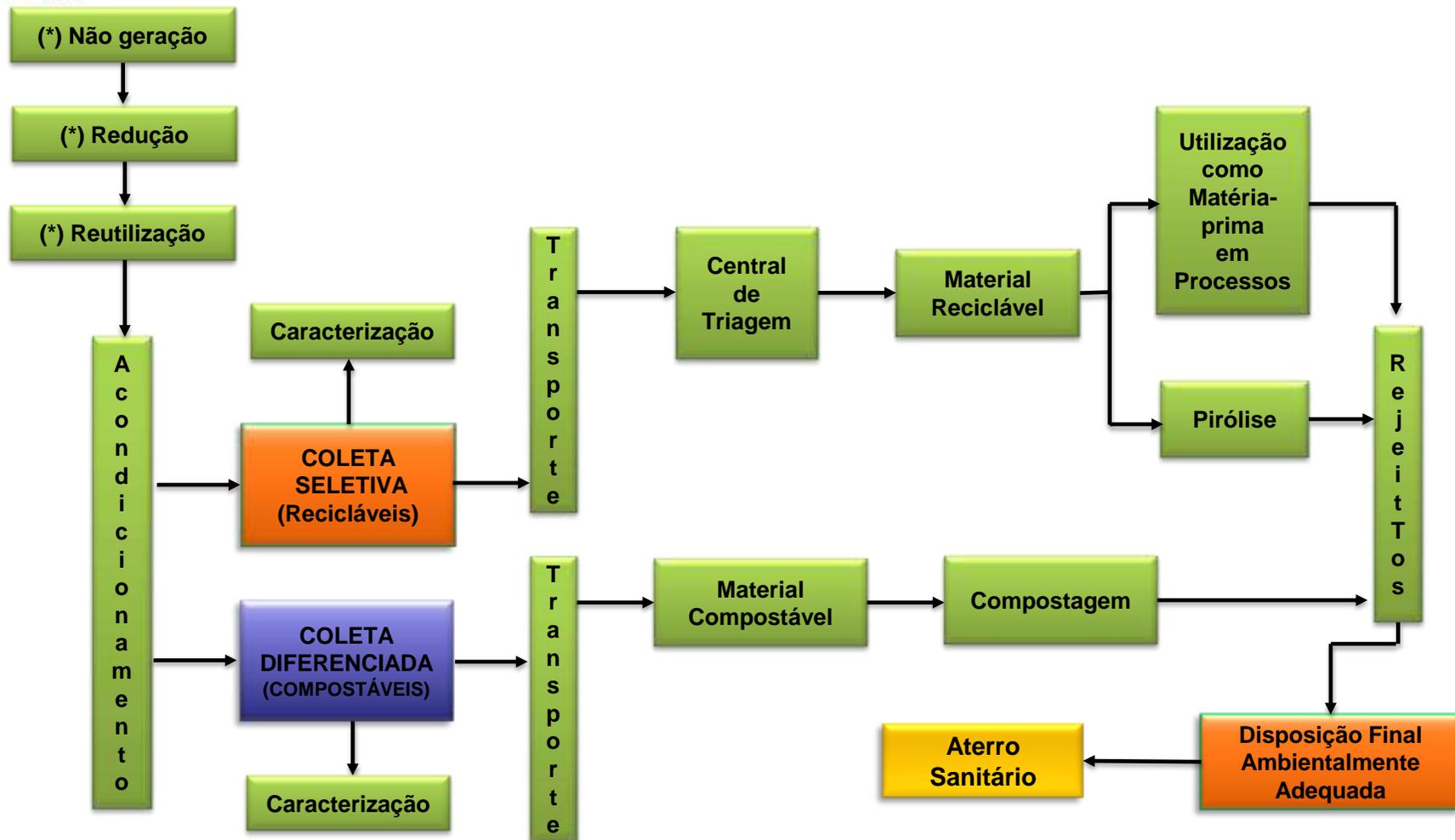
Neste item serão apresentadas sequências, estratégias e procedimentos para facilitar a gestão e o gerenciamento integrado de algumas categorias de resíduos sólidos gerados em Araraquara-SP.

As categorias de resíduos, não apresentadas neste item deverão ser traçadas posteriormente pelo NPAGIRS ou pelos geradores desses resíduos.



OBS: Todos os processos devem levar em consideração a Coleta Seletiva e a Coleta Diferenciada de resíduos compostáveis

Figura 8.3-1 Estratégia para gestão e gerenciamento integrado dos resíduos domiciliares em Araraquara-SP



(*) Devem ser praticadas até os seus limites

Figura 8.3-2 Procedimento recomendado para não geração, redução, reutilização, reciclagem e recuperação energética dos resíduos domiciliares – coleta seletiva e coleta diferenciada – de Araraquara-SP

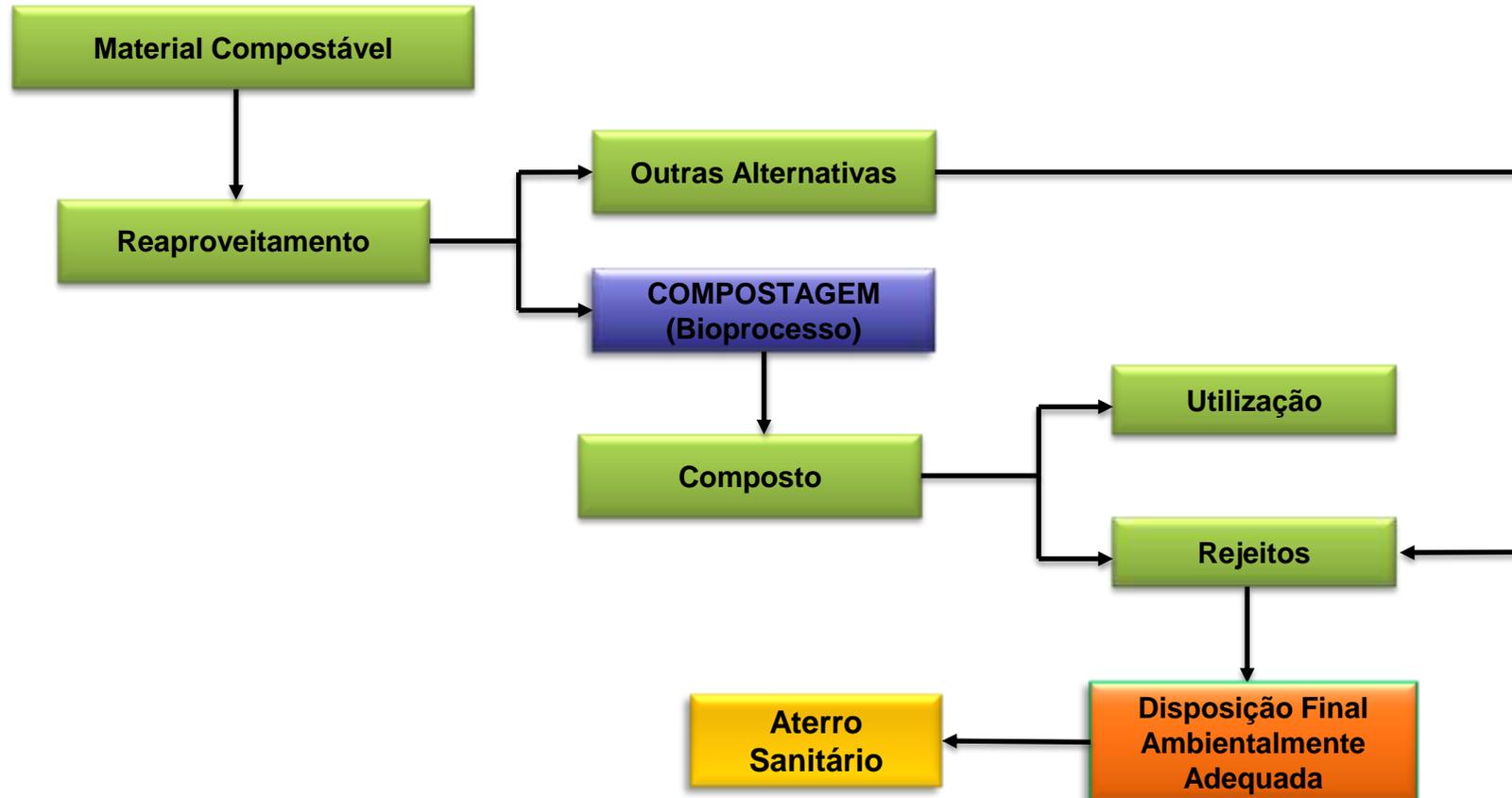
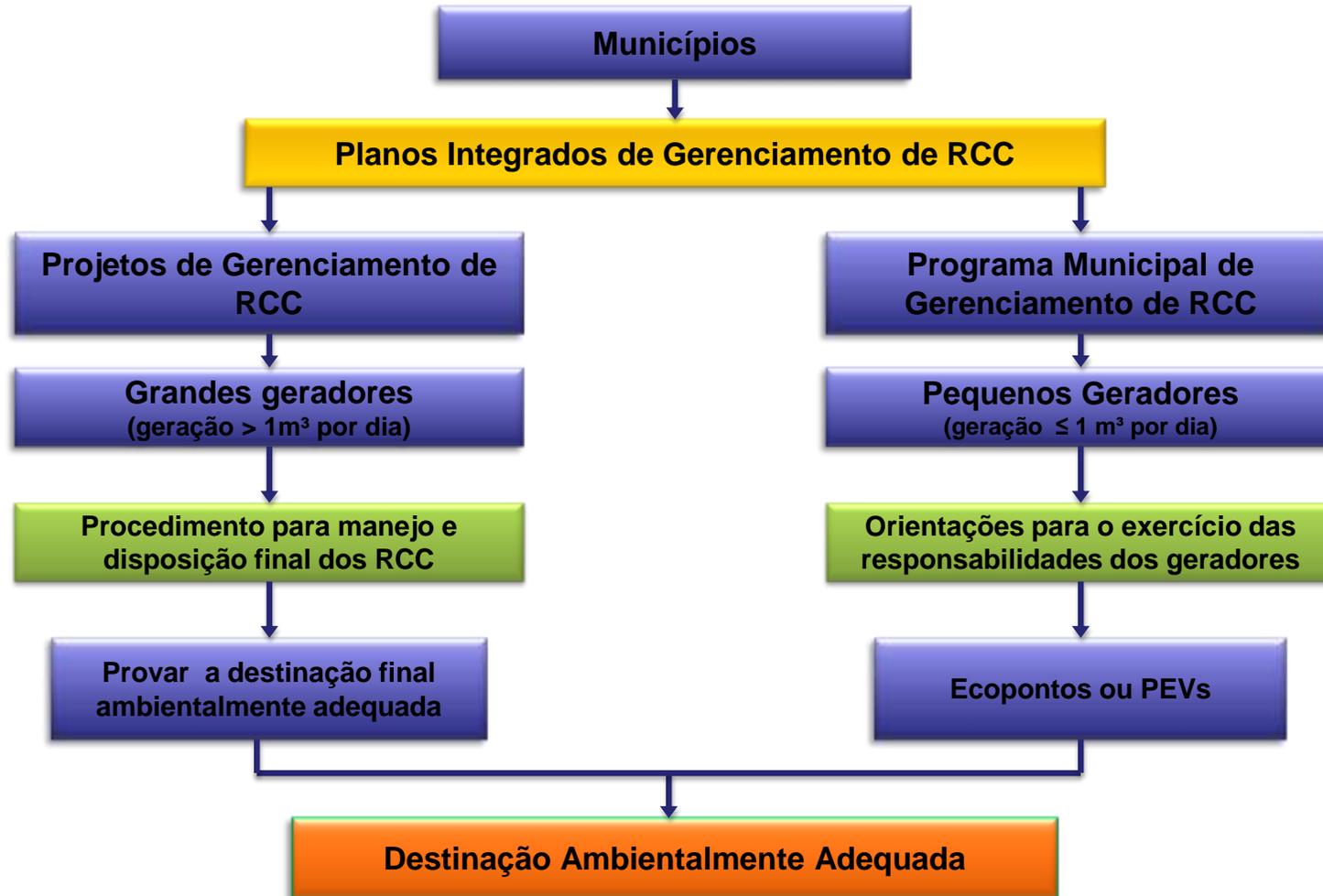
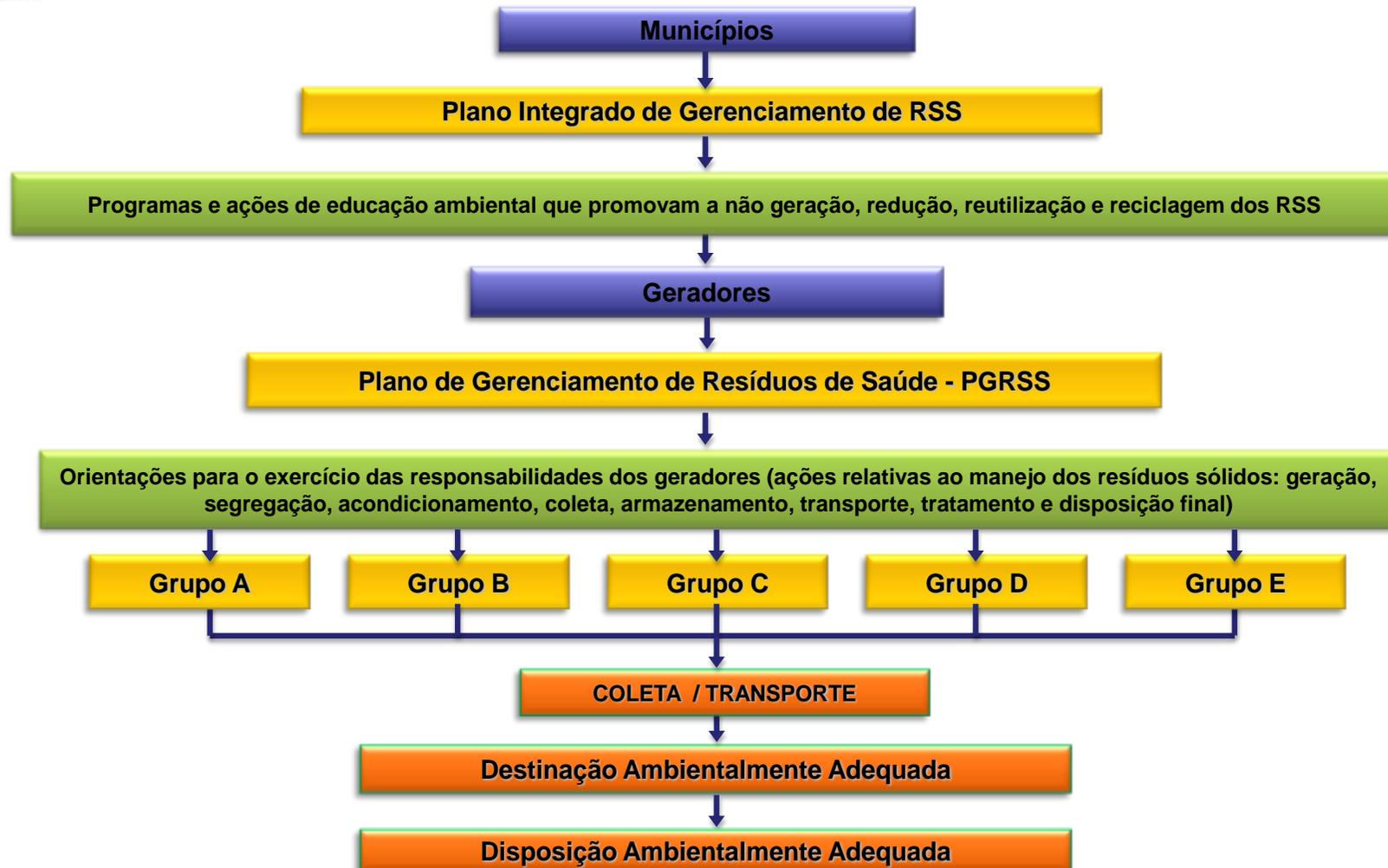


Figura 8.3-3 Estratégia recomendada para a gestão e gerenciamento dos resíduos da coleta diferenciada – resíduos compostáveis – de Araraquara-SP



Obs.: Estratégia de gestão elaborada de acordo com a Resolução CONAMA nº 307/2002

Figura 8.3-4 Estratégia recomendada para a gestão e gerenciamento integrado dos RCC de Araraquara -SP



Obs.: Estratégia de gestão elaborada de acordo com a Resolução CONAMA nº 358/2005 e RDC ANVISA nº 306/2004

Figura 8.3-5 Estratégia recomendada para a gestão e gerenciamento integrado dos RSS de Araraquara -SP

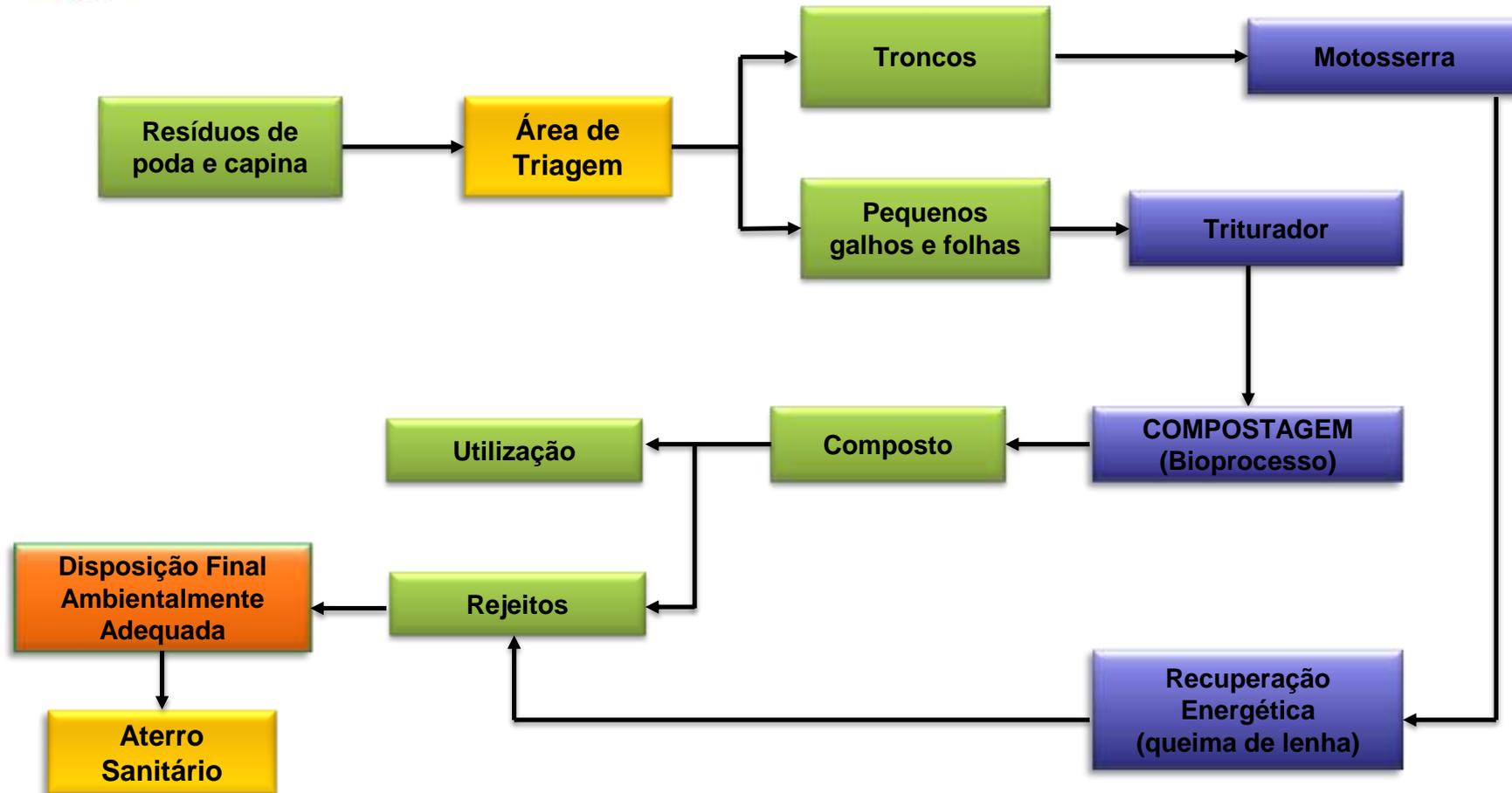


Figura 8.3-6 Estratégia recomendada para a gestão e gerenciamento integrado dos resíduos de limpeza urbana – poda e capina – de Araraquara-SP

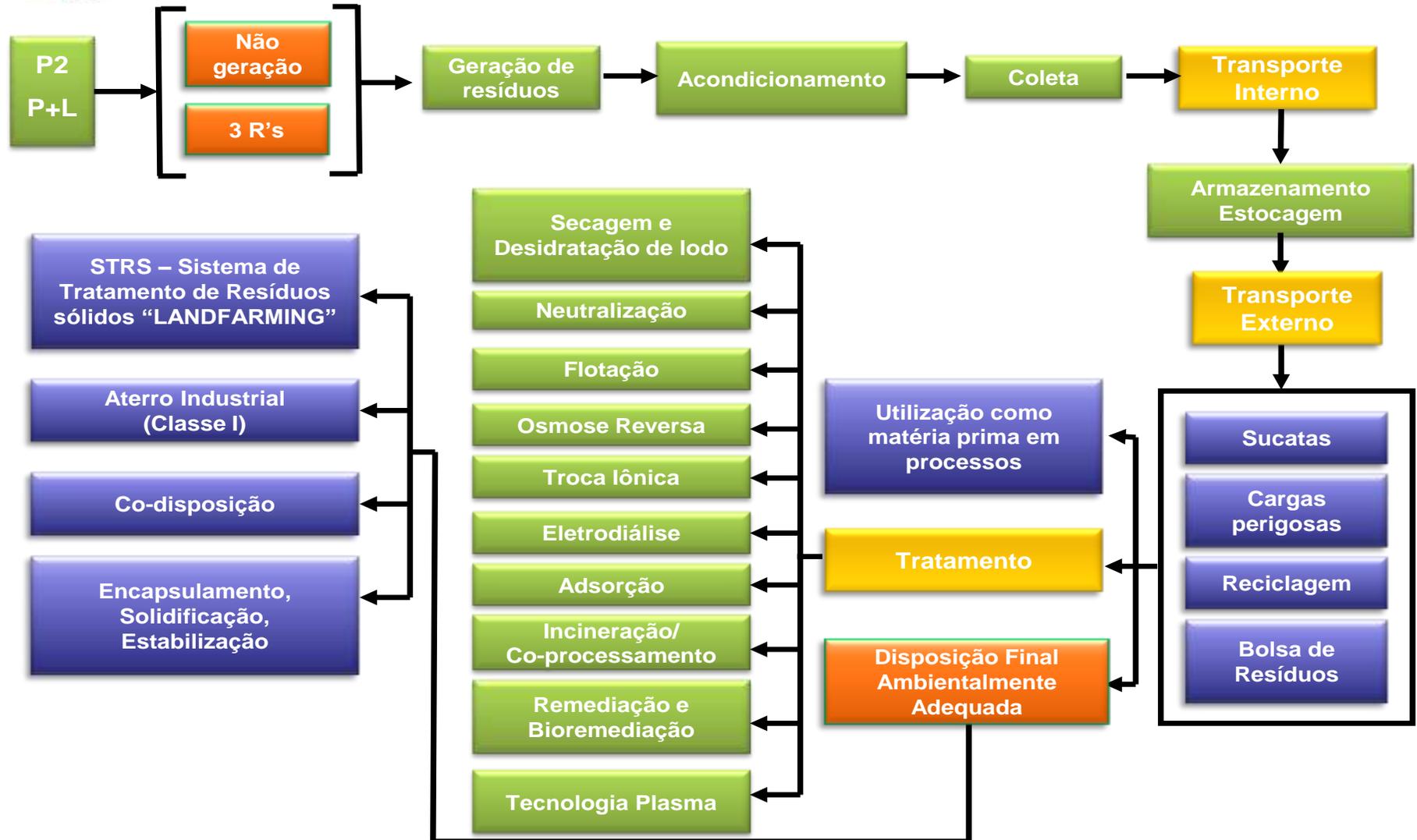


Figura 8.3-7 Sequência recomendada para a gestão e gerenciamento integrado dos RI em Araraquara-SP

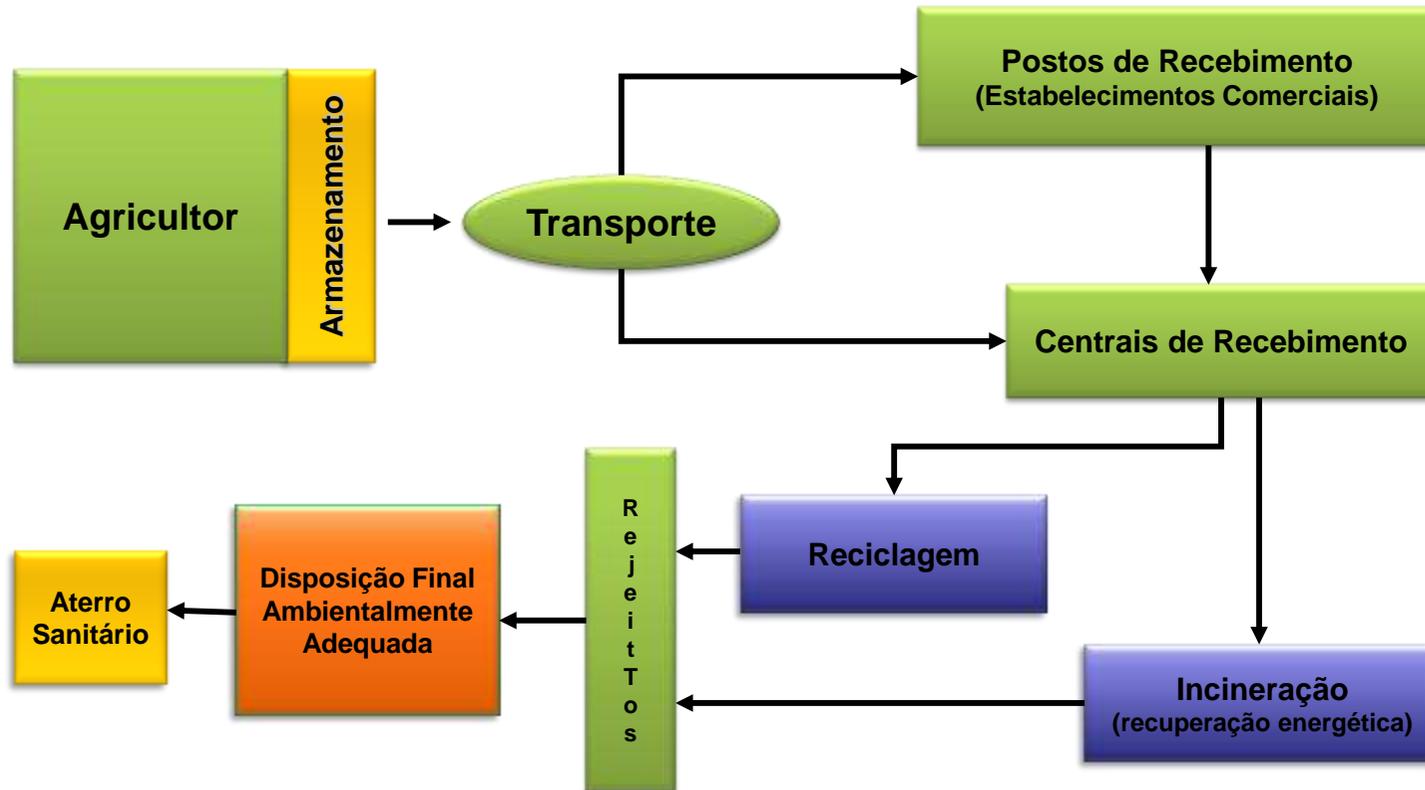


Figura 8.3-8 Sequência recomendada para a gestão e gerenciamento integrado dos resíduos agrossilvopastoris – embalagens de agrotóxicos – em Araraquara-SP

8.4. Plano de metas de acordo com o Plano Nacional de Resíduos Sólidos

Este capítulo apresenta um descritivo geral do Plano de Metas necessárias para que o município de Araraquara possua um Plano Municipal de Resíduos Sólidos em consonância com os anseios e metas traçadas no Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

As metas foram projetadas com base nos cenários descritos nos itens 2.1.1, 2.1.2 e 2.1.3 do Capítulo 2 do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, considerando-se diferentes conjunturas socioeconômica, política e tecnológica, de âmbito nacional e internacional. Para tanto, foram apresentadas metas que contemplam o viés otimista (Cenário 1), intermediário (Cenário 2) e pessimista (Cenário 3) por tipo de resíduo (RSU, RCC, RI, resíduos agrossilvopastoris, resíduos de mineração, RSS, e resíduos de serviços de transportes).

No caso de Araraquara, frente ao contexto socioeconômico municipal, considerou-se que, mesmo diante de um cenário pessimista, as metas estabelecidas no PNRS seriam cumpridas. Sendo assim, foram estabelecidas metas no PMGIRS considerando-se este cenário desfavorável, as quais poderão ser superadas diante de cenários mais favoráveis.

8.4.1. Resíduos sólidos urbanos (RSU)

Tabela 8.4.1-1 Disposição final ambientalmente adequado dos rejeitos em Araraquara-SP

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Tabela 8.4.1-2 Redução dos resíduos recicláveis dispostos em aterro, com base na caracterização apresentada neste plano

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Redução dos resíduos recicláveis	Otimista	33	40	45	48	53
	Intermediário	32	39	44	47	52
	Pessimista	30	37	42	45	50

Tabela 8.4.1-3 Redução do percentual de RSU facilmente degradáveis (resíduos compostáveis) dispostos em aterros, com base na caracterização apresentada neste plano

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Redução do percentual de resíduos compostáveis dispostos em aterros	Otimista	28	38	48	53	58
	Intermediário	26	36	46	51	56
	Pessimista	25	35	45	50	55



8.4.2. Resíduos de serviços de saúde (RSS)

Tabela 8.4.2-1 Tratamento implementado para resíduos perigosos e/ou resíduos que necessitam de tratamento conforme indicado pelas RDC Anvisa nº 306/2004 e Conama nº 358/2005 ou quando definido por norma Estadual ou Municipal vigente

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Tratamento implementado para resíduos perigosos e/ou resíduos que necessitam de tratamento conforme indicado pelas RDC Anvisa nº306/2004 e Conama nº 358/2005 ou quando definido por norma Estadual ou Municipal vigente	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Tabela 8.4.2-2 Disposição final em local que possua licença ambiental para os RSS

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Disposição final em local que possua licença ambiental para os RSS	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Tabela 8.4.2-3 Lançamento de efluentes provenientes de serviços de saúde em atendimento aos padrões nas Resoluções Conama nº 357/05 alterada pelas Resoluções nº 370, de 2006, nº 397, de 2008, nº 410 de 2009, e nº 430 de 2011, conforme estabelece o Art. 11 da Resolução Conama nº 358/2005

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Lançamento de efluentes provenientes de serviços de saúde em atendimento aos padrões nas Resoluções	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100



Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Conama nº 357/05 alterada pelas Resoluções nº 370, de 2006, nº 397, de 2008, nº 410 de 2009, e nº 430 de 2011, conforme estabelece o Art. 11 da Resolução Conama nº 358/2005	Pessimista	100	100	100	100	100

Tabela 8.4.2-4 Inserção de informações de RSS no CNES

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Inserção de informações de RSS no CNES	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Todos os serviços geradores de RSS no município deverão inserir informações dos PGRSS (Quantidades mensais geradas por peso ou volume de cada grupo de resíduo, indicando a quantidade tratada, dentro de cada grupo no CNES).

8.4.3. Resíduos de serviços de transportes

Tabela 8.4.3-1 Adequação do tratamento de resíduos gerados nos portos e aeroportos, conforme normativos vigentes

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Adequação do tratamento de resíduos gerados nos portos e aeroportos, conforme normativos vigentes	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100



Tabela 8.4.3-2 Estabelecer coleta seletiva nas áreas de portos e aeroportos e viabilizar fluxo de logística reversa dos resíduos gerados dentro dos portos e aeroportos quanto ao recolhimento de produtos

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Estabelecer coleta seletiva nas áreas de portos e aeroportos e viabilizar fluxo de logística reversa dos resíduos gerados dentro dos portos e aeroportos quanto ao recolhimento de produtos	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Tabela 8.4.3-3 Inserção das informações de quantitativos de resíduos (dados do PGRS) no Cadastro Técnico Federal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Inserção das informações de quantitativos de resíduos (dados do PGRS) no Cadastro Técnico Federal do IBAMA	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

8.4.4. Resíduos industriais (RI)

Tabela 8.4.4-1 Resíduos Perigosos e Não Perigosos com destinação final ambientalmente adequada

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Resíduos Perigosos e Não Perigosos com destinação final ambientalmente adequada	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Todos os RI gerados (perigosos ou não) deverão possuir destinação final ambientalmente adequada, obedecida à hierarquia prevista no Art.9º da PNRS (não geração, reutilização, reciclagem, e tratamento dos resíduos sólidos), minimizando assim a disposição final dos rejeitos, mesmo que de forma ambientalmente adequada.



8.4.5. Resíduos Agrossilvopastoris

Tabela 8.4.5-1 Inventário dos resíduos agrossilvopastoris

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Inventário dos resíduos agrossilvopastoris	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Tabela 8.4.5-2 Ampliação da logística reversa para todas as categorias de resíduos agrossilvopastoris

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Ampliação da logística reversa para todas as categorias de resíduos agrossilvopastoris	Otimista	11	22	33	44	55
	Intermediário	10	21	31	42	52
	Pessimista	10	20	30	40	50

8.4.6. Resíduos de mineração

Tabela 8.4.6-1 Levantamento de dados dos resíduos gerados pela atividade mineral

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Levantamento de dados dos resíduos gerados pela atividade mineral	Otimista	88	98	100	100	100
	Intermediário	84	94	100	100	100
	Pessimista	80	90	100	100	100

Tabela 8.4.6-2 Disposição final ambientalmente adequada de resíduos de mineração

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Disposição final ambientalmente adequada de resíduos de mineração	Otimista	88	93	97	100	100
	Intermediário	84	89	94	100	100
	Pessimista	80	85	90	95	100



Tabela 8.4.6-3 Implantação de Planos de Gerenciamento de Resíduos de Mineração - PGRMs

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Implantação de Planos de Gerenciamento de Resíduos de Mineração - PGRMs	Otimista	99	100	100	100	100
	Intermediário	95	97	100	100	100
	Pessimista	90	95	100	100	100

Até 2014, os empreendimentos de mineração deverão ter seu PGRM, cujos prazos serão definidos entre o órgão licenciador e a empresa responsável.

Tabela 8.4.6-4 Ampliação do aproveitamento de resíduos de mineração

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Ampliação do aproveitamento de resíduos de mineração	Otimista	90	100	100	100	100
	Intermediário	75	80	85	90	100
	Pessimista	50	60	65	70	75

8.4.7. Resíduos da construção civil (RCC)

Tabela 8.4.7-1 Eliminação de 100% de áreas de disposição irregular até 2014 (Bota Foras)

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Eliminação de 100% de áreas de disposição irregular até 2014 (Bota Foras)	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Tabela 8.4.7-2 Implantação de Aterros de Resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Implantação de Aterros de Resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros em 100% dos municípios atendidos por aterros de RCC até 2014	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100



Tabela 8.4.7-3 Implantação de PEVs – Ponto de Entrega de Volumosos –, áreas de triagem e transbordo

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Implantação de PEVs (bolsões de entulho), áreas de triagem e transbordo	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Tabela 8.4.7-4 Destinação dos RCCs para instalações de recuperação para reutilização e reciclagem

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Destinação dos RCCs para instalações de recuperação para reutilização e reciclagem	Otimista	45	60	70	80	90
	Intermediário	42	55	65	75	85
	Pessimista	40	50	60	70	80

Tabela 8.4.7—5 Elaboração, pelos grandes geradores, dos Planos de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC) e de sistema declaratório dos geradores, transportadores e áreas de destinação

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Elaboração, pelos grandes geradores, dos PGRCCs e de sistema declaratório dos geradores, transportadores e áreas de destinação	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

Tabela 8.4.7—6 Elaboração de diagnóstico quantitativo e qualitativo da geração, coleta e destinação dos RCC

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Elaboração de diagnóstico quantitativo e qualitativo da geração, coleta e destinação dos RCC	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100



Tabela 8.4.7-7 Caracterização dos resíduos e rejeitos da construção civil para definição de reutilização, reciclagem e disposição

Meta	Cenário	Metas (%)				
		2015	2019	2023	2027	2031
Reutilização e reciclagem destinando os RCCs para instalações de recuperação	Otimista	100	100	100	100	100
	Intermediário	100	100	100	100	100
	Pessimista	100	100	100	100	100

8.5. Diretrizes e Metas

8.5.1. Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Diretrizes (Poder Público Municipal)

- Na gestão e gerenciamento integrado dos resíduos sólidos deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e criar mecanismos facilitadores para a fiscalização e o controle social;
- Planejar as ações de gestão e gerenciamento integrado com base no diagnóstico municipal ou informações mais recentes sobre os resíduos sólidos;
- Buscar soluções consorciadas ou compartilhadas com municípios pertencentes à bacia do Tietê-Jacaré (Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI-13) ou bacias vizinhas, considerando, critérios econômico-financeiros, proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção de riscos ambientais;
- Desenvolver indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento dos resíduos sólidos. Os indicadores operacionais serão apresentados dentro dos tópicos de seus respectivos assuntos. Indicadores ambientais deverão ser propostos pela SMMA;
- Considerar a possibilidade de implantação de PPPs no âmbito da administração pública, em consonância com a Lei Federal nº 11.079/2004, a fim de facilitar o gerenciamento das operações referentes aos resíduos sólidos;
- Implantar plano de gerenciamento que contemple os resíduos sólidos, com base nas premissas apontadas neste plano de gestão, o qual deverá envolver programas e ações de capacitação técnica para implantação e operacionalização do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos;
- Assegurar sustentabilidade econômico-financeira, sempre que possível, mediante remuneração que permita recuperação dos custos dos serviços prestados em regime de eficiência por taxas ou tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime



de prestação do serviço ou de suas atividades, de acordo com o art. 45 do Decreto Federal nº 7.217/2010 que regulamenta a Lei 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico);

- Estabelecer ações para informação, orientação e educação ambiental dos agentes envolvidos. Atualmente os programas de educação ambiental estão sendo executados pela SMMA através da Gerência de Políticas para Educação Ambiental, que desenvolve, dentro do rol de suas atividades, uma série de oficinas cujos temas estão ligados à preservação da natureza, ao saneamento básico e a outros temas relevantes sobre meio ambiente. O público dessas oficinas é, geralmente, composto por alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, mas atende também associações de bairro e outras entidades que desejem difundir conceitos ambientais entre seus membros. A Secretaria Municipal de Educação também desenvolve projetos de educação ambiental nas unidades escolares municipais e está realizando parceria com a SMMA para ações conjuntas. Paralelamente, o DAAE desenvolve ações educativas por meio da distribuição de folders temáticos em visitas técnicas promovidas por escolas, universidades, às instalações da Estação de Tratamento de Resíduos (ETR), os quais se encontram no Anexo XXXI;
- Instituir um Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos, que contemple os resíduos sólidos, a fim de facilitar o acesso a dados atualizados para revisão deste plano a cada 4 anos, e colaborar com o Sinir, Sinisa e Sinima, a ser gerenciado pela SMMA;
- Criar o Núcleo Permanente de Apoio à Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (NPAGIRS), de modo a garantir a unicidade das ações previstas para a gestão e gerenciamento integrado dos resíduos sólidos. Esse Núcleo deverá ser criado pelo Prefeito Municipal e composto por integrantes ou representantes das secretarias municipais envolvidas direta ou indiretamente com a gestão de resíduos sólidos. O NPAGIRS, operacionalmente, estará vinculado à SMMA.

Diretrizes (Empresas prestadoras de serviços de coleta, tratamento e disposição final)

- Ampliar e qualificar a equipe de gerenciamento para obter melhor desempenho operacional das atividades de coleta, tratamento e disposição final dos resíduos;
- Criar um ambiente de trabalho para os funcionários que proporcione segurança do trabalho e sanitária (uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPIs – e manutenção de equipamentos), conforme NR 06 – Equipamento de Proteção Individual e Portaria nº 3.214/1978 do Ministério do Trabalho, bem como estabelecer calendário de vacinação e programa de exames médicos periódicos.

Diretrizes (Geradores)

- No gerenciamento integrado dos resíduos sólidos deve ser observada a seguinte ordem de prioridade: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e criar mecanismos facilitadores para a fiscalização e o controle social;



- Denunciar aos órgãos de controle e fiscalização a destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou de rejeitos em corpos hídricos, lançamentos “in natura” a céu aberto, a queima de resíduos a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade, bem como quaisquer outros cujas características causem dano à saúde pública e ao meio ambiente.

Metas

- As metas são específicas para cada tipo de resíduo, tendo como base as disposições da Lei Federal nº 12.305/2010, as diretrizes e estratégias do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, e o diagnóstico da situação dos resíduos sólidos no Município de Araraquara;
- De 2013 a 2015, implantação do NPAGIRS.

8.5.2. Resíduos Sólidos Domiciliares

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Buscar soluções consorciadas ou compartilhadas com municípios pertencentes à bacia do Tietê-Jacaré (UGRHI-13) ou bacias vizinhas, considerando, critérios econômico-financeiros, proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção de riscos ambientais. A Associação dos Prefeitos da Região Central do Estado de São Paulo (APREC) vê como necessidade premente ações integradas de âmbito regional para solucionar questões relativas a resíduos sólidos. É consenso entre os integrantes da associação que soluções consorciadas, ou pelo menos conjuntas entre municípios, são a única forma de viabilizar financeiramente as medidas e os investimentos que precisam ser realizados pelas administrações na gestão de resíduos sólidos, uma vez que os tipos de problemas nessa área são comuns a todas as cidades, havendo alteração somente na escala ou proporção em que se apresentam. Compartilhar soluções significa quase sempre diminuir custos. Cabe, portanto, aos chefes do poder executivo de cada cidade encabeçar as discussões político-administrativas que resultem em projetos de soluções consorciadas, ou conjuntas entre municípios.
- Desenvolver indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento dos resíduos domiciliares.
- Disciplinar a ação dos transportadores de resíduos domiciliares dentro e fora do perímetro urbano. A ação dos transportadores de resíduos domiciliares, dentro e fora do perímetro urbano, naquilo que for necessário complementar às legislações existentes de trânsito, código municipal de posturas e nos contratos de prestação de serviço, serão estudadas e discutidas pelo NPAGIRS, que deliberará sobre a forma de implementação, seja por lei, decreto, instrução normativa ou outro qualquer instrumento adequado que lhe dê efeito, e apresentará aos poderes constituídos para apreciação e sanção.
- Disciplinar e orientar os usuários para promover o correto acondicionamento para a coleta regular, de forma sanitariamente adequada, compatível com a quantidade e qualidade dos resíduos. O NPAGIRS irá elaborar cartilha orientadora aos executores e outros agentes envolvidos no manejo de RSD contendo descrição dos diversos tipos de resíduos, formas de acondicionamento, segundo as normas, pontos de recepção,



tratamento e disposição final adequados; relação dos agentes, órgãos e entidades responsáveis pela contratação, execução e fiscalização. À população deverá ser assegurado acesso a essas informações e campanhas de educação ambiental periódicas deverão ser desenvolvidas tematicamente para imbuir, sistemática e progressivamente, os geradores de resíduos, de conceitos ambientais da prática cotidiana.

- Avaliar a coleta regular visando facilitar a fiscalização do cumprimento da PNRS, referente à coleta seletiva. O NPAGIRS deverá também informar e orientar os grandes geradores de resíduos domiciliares de suas responsabilidades frente à PNRS, e da necessidade de elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos, a quem couber.
- Facilitar e disciplinar o armazenamento de forma sanitariamente adequada, em áreas de condomínios verticais e horizontais, bem como áreas de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços. O DAAE desenvolve esta ação, quando das análises de viabilidade de empreendimentos, com relação a abastecimento de água, coleta de esgotos e manejo de resíduos sólidos para condomínios verticais e horizontais e outros, orientando quanto à fórmula de cálculo de abrigos para acondicionamento de resíduos, manejo interno e outras especificações técnicas e, também, quanto à implantação de programa de coleta seletiva interna.
- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam o planejamento para melhorar o desempenho da coleta regular. Realizar periodicamente estudos dos setores de coleta, visando detectar possíveis adequações que favoreçam a execução e melhoria na prestação do serviço de coleta regular, verificar necessidade do aumento da frota de veículos de coleta e outras medidas que reflitam sempre na melhor qualidade do serviço.
- Manter e aperfeiçoar a eficiência da coleta regular com abrangência de 100% na área urbana, e ampliar a coleta regular em áreas rurais por meio do uso de Pontos de Entrega Voluntária de Resíduos Recicláveis (PEV), que podem ser contêineres metálicos, a fim de proporcionar a universalização da coleta regular.
- Reduzir a taxa de resíduos domiciliares destinados para estação de transbordo e aterro sanitário, por meio da criação e ampliação de programas de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis, coleta diferenciada de matéria orgânica facilmente degradável (resíduos compostáveis), e ações informativas e educacionais que visem equacionar o descarte de eletroeletrônicos, poda e capina, volumosos, e outros tipos de resíduos junto à coleta regular. Será feito um levantamento e elaborado diagnóstico sobre os grandes geradores de resíduos orgânicos, a fim de estruturar e implementar, se for considerado viável, um programa de coleta diferenciada nesses locais, para destinação a uma estação de compostagem, também a ser projetada e implantada. Dessa forma, parte dos resíduos orgânicos também deixaria de ter como destino final o aterro. Outra solução a ser estudada para os resíduos orgânicos seria a biodegradação induzida, em biodigestores, que utilizariam os gases gerados para produção de energia elétrica.
- Promover programas que visam o encerramento da disposição irregular dos resíduos considerados de significativo impacto ambiental, conforme a Resolução SMA 038/2011 (óleo lubrificante automotivo, óleo comestível, filtro de óleo lubrificante automotivo,



baterias automotivas, pilhas e baterias, produtos eletrônicos e lâmpadas contendo mercúrio e pneus) – esses resíduos serão tratados em capítulo específico “resíduos de significativo impacto ambiental”. As ações informativas e de educação ambiental visando à minoração dos descartes irregulares serão promovidas pela SMMA, em sintonia com a SME – quando essas ações forem de caráter pedagógico – voltadas ao público estudantil e com outras secretarias afins – quando se tratar de educação ambiental ou informações à população em geral.

- Estabelecer procedimentos que favoreçam a segregação dos resíduos domiciliares em reutilizáveis e recicláveis, matéria orgânica facilmente degradável (resíduos compostáveis), e rejeitos diretamente na fonte geradora em órgãos públicos municipais.
- Promover a coleta diferenciada de resíduos orgânicos facilmente degradáveis (resíduos compostáveis) de feirantes, varejões, restaurantes, escolas, bares e lanchonetes, visando o tratamento, minimização das quantidades destinadas a aterros sanitários e produção de composto orgânico de melhor qualidade.
- Dispor de áreas devidamente licenciadas para o manejo dos resíduos domiciliares.

Diretrizes (responsabilidade das empresas de coleta, tratamento e disposição final)

- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam a melhor segregação e acondicionamento para aprimorar o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)

- Participar dos programas de coleta diferenciada de resíduos orgânicos facilmente degradáveis (resíduos compostáveis), resíduos reutilizáveis e recicláveis (coleta seletiva) e resíduos recuperáveis energeticamente.
- Utilizar recursos facilitadores para entrega voluntária de resíduos (contêineres e PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Resíduos Recicláveis).
- Conhecer as ações para informação, orientação e educação ambiental.
- Promover debate e articulação nos bairros, associações e comunidades para avaliar e apresentar sugestões, visando melhor atendimento da população.

Metas

- 2013: Apresentação de proposta de lei para resíduos domiciliares, em consonância com a PNRS, em nível local, aprovação e regulamentação da mesma;
- De 2013 a 2014, implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Domiciliares do Município, e seu Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- Reduzir em 45% a massa de resíduos facilmente degradáveis (resíduos compostáveis) dispostos na estação de transbordo e aterro, entre 2014 e 2023:



- ✓ 25% de 2014 a 2016;
 - ✓ 35% de 2017 a 2019;
 - ✓ 45% de 2020 a 2023.
- Redução considerável de resíduos de significativo impacto ambiental, conforme a Resolução SMA 038/2011, até 2016;
 - De 2012 a 2016, estruturação e implementação do sistema de logística reversa para os resíduos considerados de significativo impacto ambiental;
 - Redução significativa dos RSD gerados em órgãos públicos municipais, pela separação na fonte geradora de 2014 a 2016, com adoção da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Este programa, enquanto Agenda de Responsabilidade Socioambiental do Governo Federal, é uma das principais ações para proposição e estabelecimento de um novo compromisso governamental ante as atividades da gestão pública, englobando critérios ambientais, sociais e econômicos a tais atividades. Em 2012, a SMMA assinou o Termo de Adesão, junto à SMA, dentro do Programa Município Verde Azul.

8.5.3. Coleta Seletiva e Reciclagem

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Desenvolver indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento da coleta seletiva e reciclagem, em parceria com a cooperativa de catadores;
- Garantir a continuidade do processo de inclusão e valorização dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, de acordo com as premissas da PNRS e dos Decretos 7.404/2010 (regulamenta a PNRS) e 7.405/2010 (institui o Programa Pró-Catador);
- Disciplinar a ação dos geradores, transportadores, catadores e receptores de resíduos da coleta seletiva;
- Cadastrar e orientar os geradores, transportadores, catadores e receptores de resíduos da coleta seletiva, a fim de criar planos de gestão voltados às necessidades locais e garantir a universalização da coleta seletiva;
- Disciplinar e orientar os participantes do programa de coleta seletiva para promover o correto acondicionamento dos resíduos reutilizáveis e recicláveis, de forma segura e sanitariamente adequada, compatível com a quantidade e qualidade dos resíduos;
- Facilitar e disciplinar o armazenamento de forma segura e sanitariamente adequada, em áreas de condomínios verticais e horizontais, bem como áreas de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços;
- Reduzir a taxa de resíduos reutilizáveis e recicláveis dispostos junto à coleta regular, por meio de ações facilitadoras do manejo, e ações informativas e educacionais;



- Adequar o programa de coleta seletiva, com base nas premissas da PNRS, o qual deverá envolver programas e ações de capacitação técnica para implantação e operacionalização do gerenciamento integrado da coleta seletiva;
- Estabelecer procedimentos que favoreçam a segregação dos resíduos reutilizáveis e recicláveis diretamente na fonte geradora em órgãos públicos municipais (agenda A3P);
- Dispor de áreas devidamente licenciadas para recebimento, armazenamento, triagem, beneficiamento e destinação final dos resíduos provenientes da coleta seletiva;
- Cadastrar e manter atualizado os dados sobre catadores autônomos atuantes no município.

Diretrizes (responsabilidade da cooperativa de catadores e empresas de reciclagem)

- Ampliar e qualificar a equipe de gerenciamento, funcionários e catadores para obter melhor desempenho operacional da coleta seletiva, triagem, armazenamento e venda dos materiais. Dentro desse conceito a Cooperativa Acácia que participa do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis, engaja-se na proposta de uma rede de vendas, cujo esquema organizacional pode ser visto no Anexo XXXII;
- Planejar estratégias para inserção de catadores informais na coleta seletiva, apoiada pelo poder público ou setor privado;
- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam o planejamento para melhorar o desempenho da coleta seletiva;
- Manter e aperfeiçoar a eficiência da coleta seletiva com abrangência de 100% na área urbana, e ampliar, se viável, a coleta seletiva em áreas rurais por meio do uso de PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Resíduos Recicláveis.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)

- Participar dos programas de coleta seletiva de resíduos reutilizáveis e recicláveis;
- Utilizar recursos facilitadores para entrega voluntária de resíduos (contêineres e PEVs);
- Conhecer as ações para informação, orientação e educação ambiental;
- Provocar debate e articulação nos bairros, associações e comunidades e apresentar sugestões, visando melhor atendimento da população;
- Incluir no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos procedimentos específicos que contemplem os resíduos reutilizáveis e recicláveis dos grandes geradores;
- Incluir e qualificar catadores para atuarem no gerenciamento dos resíduos reutilizáveis e recicláveis dos grandes geradores.

Metas



- De 2013 a 2014, apresentação de proposta de lei, regulamentando a coleta seletiva em nível local, em consonância com a PNRS;
- De 2013 a 2014, implantação do Programa Municipal de Coleta Seletiva, em consonância com a PNRS, e seu Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- 2013 a 2014, garantir por meio de instrumentos facilitadores a continuidade da universalidade do Programa Municipal de Coleta Seletiva, em concordância com a PNRS;
- Reduzir em 42% a massa de resíduos reutilizáveis e recicláveis dispostos na estação de transbordo e aterro, entre 2014 e 2023:
 - ✓ 30% de 2014 a 2016;
 - ✓ 37% de 2017 a 2019;
 - ✓ 42% de 2020 a 2023.
- De 2014 a 2016, ampliação dos PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Resíduos Recicláveis – de forma a cobrir toda malha urbana e rural;
- Reduzir em 90% a massa de resíduos reutilizáveis e recicláveis dispostos em estação de transbordo e aterro pelos grandes geradores, entre 2014 e 2023.

8.5.4. Resíduos da Construção Civil

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- A ação dos geradores, transportadores, catadores e receptores de RCC é disciplinada pelo PIGRCC;
- Cadastrar e orientar os geradores, transportadores, catadores e receptores de RCC, a fim de criar planos de gestão voltados às necessidades locais;
- A SMMA através da Gerência de Fiscalização Ambiental e o DAAE, por meio da Gerência de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Especiais, serão responsáveis pelo cadastro e orientação dos geradores;
- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam o planejamento para melhorar o desempenho do manejo dos RCC;
- Revisar o plano integrado de gerenciamento de RCC, com base nas premissas apontadas neste plano de gestão e na PNRS, o qual deverá envolver programas e ações de capacitação técnica para implantação e operacionalização do gerenciamento integrado dos RCC;
- A SMDU exigirá a elaboração dos projetos de gerenciamento de RCC para os grandes geradores;
- Aperfeiçoar o Programa Municipal de Gerenciamento de RCC;



- Desenvolver indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento dos RCC
- Reduzir a taxa de RCC destinados a aterramento, por meio de incentivos a reutilização e reciclagem dos resíduos Classe A e Classe B;
- Promover programas que visam o encerramento da disposição irregular dos RCC, conforme recomenda a Resolução Conama 307/2002;
- Estabelecer procedimentos que favoreçam a segregação dos RCC em resíduos Classe A, Classe B, Classe C e Classe D, diretamente na fonte geradora em obras públicas;
- Ampliar e modernizar os bolsões de entulho (PEVs), a fim de otimizar esse tipo de serviços de limpeza pública prestado pelo município;
- Dispor de áreas devidamente licenciadas para o gerenciamento dos RCC;
- Dar continuidade aos estudos e procedimentos para monitoramento de antigas áreas de aterros de RCC, e se necessário, propor medidas saneadoras;
- O Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos, para o caso dos RCC, contará com instrumentos de informação que serão o Alvará de Funcionamento da empresa (Sala do empreendedor – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE) e o Licenciamento Ambiental (CETESB ou SMMA). Empresas que no escopo de suas atividades, tenham o transporte de RCC, embora não seja sua principal atividade, deverão regularizar sua situação cadastral acrescentando a atividade de Transportador de RCC e Volumosos;
- Fortalecer o NPAGIRS, coordenado pela SMMA, que garanta a unicidade das ações previstas para a gestão e gerenciamento integrado dos RCC.

Diretrizes (responsabilidade das empresas privadas e cooperativas de coleta, reciclagem e disposição final de RCC)

- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam a melhor segregação e acondicionamento para melhorar o desempenho da coleta e reciclagem dos resíduos;
- Manter e aperfeiçoar a eficiência operacional das áreas de transbordo dos RCC.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)

- Utilizar recursos facilitadores para entrega voluntária dos RCC (PEVs – Pontos de Entrega de Volumosos);
- Apresentar plano de gerenciamento de RCC em consonância com a PNRS e a Resolução Conama nº 307/2002;
- Conhecer as ações para informação, orientação e educação ambiental;



- Provocar debate e articulação nos bairros, associações e comunidades para levantar possíveis problemas e apresentar sugestões aos setores responsáveis, visando à melhoria do sistema.

Metas

- De 2013 a 2014, revisão do Sistema de Gestão Sustentável de Resíduos da Construção Civil e Resíduos Volumosos e do PIGRCC do município em função do Plano Municipal de Resíduos Sólidos, e criação do Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- Até 2016, cumprimento das diretrizes do decreto municipal 8.431 e da Lei Municipal 6.352/2005;
- De 2014 a 2015, implantação de área pública para triagem, reutilização, reciclagem e disposição final de RCC coletados nos bolsões de entulho (PEVs – Pontos de Entrega de Volumosos);
- Até 2014, redução significativa das áreas de descarte clandestino de RCC;
- Até 2014, recebimento de grande parte dos RCC gerados por pequenos geradores;
- Entre 2014 e 2023, redução em 50% da massa de resíduos destinados ao aterramento;
 - ✓ 15% de 2014 a 2016;
 - ✓ 30% de 2017 a 2019;
 - ✓ 50% de 2020 a 2023.
- Redução dos RCC gerados em obras públicas.

8.5.5. Resíduos de Serviços de Saúde

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Priorizar soluções consorciadas ou compartilhadas com municípios pertencentes à bacia do Tietê-Jacaré (UGRHI-13) ou bacias vizinhas, considerando, critérios econômico-financeiros, proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção de riscos ambientais;
- Reduzir a geração das diferentes tipologias de RSS no município;
- Disciplinar e orientar os geradores de RSS quanto às etapas de segregação e ao manejo adequado dos resíduos na origem, de acordo com sua tipologia, em todos os serviços de saúde;
- Elaborar os PGRSS das instituições públicas em consonância com as diretrizes da PNRS. Estes Planos encontram-se em processo de elaboração pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) para todas as unidades de saúde;



- Modernizar os instrumentos de controle e fiscalização;
- Desenvolver indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento dos RSS
- Reduzir a taxa de resíduos do grupo D destinados para estação de transbordo e aterro sanitário, por meio da criação e ampliação de programas de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis, coleta diferenciada de matéria orgânica facilmente degradável (resíduos compostáveis);
- Assegurar sustentabilidade econômico-financeira, sempre que possível, mediante remuneração que permita recuperação dos custos dos serviços prestados em regime de eficiência por tarifas e outros preços públicos, em conformidade com o regime de prestação do serviço ou de suas atividades, de acordo com o art. 45 do Decreto 7.217/2010 que regulamenta a Lei 11.445/2007 (Lei do Saneamento Básico). Pretende-se a substituição do sistema de formulário autodeclaratório para os pequenos geradores, pela implantação de sistema de pesagem de todos os RSS, através de balança eletrônica com emissor de tickets de pesagem, de modo a garantir efetivo pagamento pelo serviço prestado. Esse equipamento deverá ser fornecido e operado pela empresa responsável pela coleta dos RSS;
- Revisar análise através de critérios técnicos e financeiros, estudo da viabilidade de reativação do incinerador ou se é compensador continuar com a o transbordo e tratamento através de terceirizada.

Diretrizes (responsabilidade das empresas de coleta, tratamento e disposição final)

- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam o melhor desempenho da coleta, transporte e tratamento dos resíduos assim como a saúde ocupacional e ambiental.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)

- Instituir o PGRSS e promover ações de adequação de estrutura física e pessoal para sua efetiva implementação;
- Definir procedimentos e metas para a melhor segregação na origem e redução da geração de resíduos que necessitam de tratamento e disposição final diferenciados tendo em vista melhorarem o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos assim como a saúde ocupacional e ambiental;
- Participar dos programas de coleta seletiva de resíduos reutilizáveis e recicláveis quando aplicável;
- Conhecer e promover ações para informação, orientação e educação ambiental;
- Promover o debate e articulação interna, com outros geradores e o poder público municipal tendo em vista o aprimoramento do sistema de gerenciamento e a política de gestão municipal, visando o cumprimento das metas estabelecidas neste plano;



- Encaminhar, devidamente acondicionados, remédios vencidos, seringas e agulhas, mesmo as de aplicação de insulina, assim como outros resíduos caracterizados como RSS, cuja origem seja residencial, até a UBS mais próxima. Caracterizam-se como geradores de RSS, para fins deste item, os moradores do domicílio.

Metas

- De 2013 a 2014, implantação do Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos e inserção das informações de RSS no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES);
- De 2013 a 2016, ampliar a participação a 100% dos estabelecimentos de saúde em programas de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis, coleta diferenciada de matéria orgânica facilmente degradável (resíduos compostáveis);
- De 2013 a 2016 reduzir em 20% a parcela de resíduos encaminhados a tratamento prévio à disposição final por meio de melhor segregação dos resíduos na origem:
 - ✓ 10% de 2013 a 2014;
 - ✓ 20% de 2015 a 2016.
- De 2013 a 2015, registrar os PGRSS dos estabelecimentos de saúde no Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos.

8.5.6. Limpeza Pública

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Criar indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento dos resíduos de limpeza urbana;
- Disciplinar e orientar a ação dos agentes envolvidos na limpeza urbana;
- Dispor de ações facilitadoras especiais para varrição de locais onde existam feiras livres, eventos ou acúmulo de resíduos devido a chuvas intensas e alagamentos;
- Cadastrar e orientar os geradores, transportadores e demais envolvidos na limpeza urbana, a fim de criar planos de gestão voltados às necessidades locais;
- Promover mutirões de coleta de resíduos de limpeza urbana para combate a dengue;
- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam o planejamento para melhorar o desempenho do manejo dos resíduos de limpeza urbana;
- Criar o plano de gerenciamento de resíduos de limpeza urbana, com base nas premissas apontadas neste plano de gestão e na PNRS, o qual deverá envolver programas e ações de capacitação técnica para implantação e operacionalização do gerenciamento integrado dos resíduos de limpeza urbana;



- Reduzir a taxa de resíduos de limpeza urbana destinados a aterramento, por meio de incentivos para triagem e reciclagem;
- Estabelecer procedimentos que favoreçam a segregação dos resíduos de limpeza urbana, diretamente na fonte geradora ou em PEVs – Pontos de Entrega de Volumosos;
- Aprimorar os procedimentos de manejo dos bolsões de entulho (PEVs), a fim de aumentar a eficiência desse tipo de serviços de limpeza pública prestado pelo município;
- Dispor de áreas devidamente licenciadas para o gerenciamento dos resíduos de limpeza urbana;
- Estabelecer e implantar procedimentos de gerenciamento dos resíduos de serviços de asseio de túneis, escadarias, monumentos, abrigos e sanitários públicos, de acordo com as diretrizes do PMSB;
- Estabelecer e implantar procedimentos de gerenciamento dos resíduos de raspagem e remoção de terra, areia e materiais depositados pelas águas pluviais em logradouros públicos, de acordo com as diretrizes do PMSB;
- Estabelecer e implantar procedimentos de gerenciamento dos resíduos coletados de serviços de desobstrução e limpeza de bueiros, de acordo com as diretrizes do PMSB;
- Fazer levantamento das lixeiras alocadas em vias públicas, mapeando sua localização, capacidade volumétrica e sistema de recolhimento dos resíduos nelas depositados;
- Promover estudo para implantação de maior número de lixeiras com capacidade entre 10 e 20 litros, em logradouros públicos, priorizando as vias centrais da cidade. Em praças, jardins e outros locais de aglomeração de pessoas, considerar a colocação de lixeiras maiores, entre 50 e 100 litros;
- Promover estudo de viabilidade técnica e econômica para a instalação de lixeiras enterradas ou semienterradas, com capacidade para até 3,00 metros cúbicos, em locais onde seu posicionamento não comprometa o tráfego de pedestres e onde seja possível a logística de recolhimento dos resíduos ali depositados, bem como manutenção e limpeza destes dispositivos. A opção por esse tipo de contêiner para o recebimento de resíduos deverá representar economia no serviço de coleta pública de resíduos uma vez que os cidadãos poderão levar seu lixo a estes pontos, diminuindo assim o serviço de coleta porta a porta;
- Estudar a viabilidade de adoção de sistema de varredeira mecanizada para vias expressas, avenidas e ruas, com ou sem canteiro central, que possuam grande fluxo de veículos e também outras vias onde em determinado período do dia (geralmente o noturno) não haja estacionamento de veículos junto ao meio fio. Essas varredeiras podem representar, quando devidamente dimensionadas e especificadas e dentro de roteiros adequados, economia significativa de mão de obra no sistema de varrição e consequentemente menor custo.



Diretrizes (responsabilidade das empresas de coleta e disposição final)

- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam a melhor segregação e acondicionamento para melhorar o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos.

Metas

- De 2013 a 2014, implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Limpeza Urbana do município, e seu Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- Implantação de procedimentos de gerenciamento dos resíduos de limpeza urbana compatíveis com o PMSB, até 2013;
- Até 2014, recuperar significativamente como reutilizáveis e recicláveis os resíduos de limpeza urbana coletados nos mutirões da dengue;
- Reduzir em 60% a massa de resíduos destinados ao aterramento, entre 2013 e 2023:
 - ✓ 15% de 2013 a 2014;
 - ✓ 30% de 2015 a 2016;
 - ✓ 45% de 2017 a 2018;
 - ✓ 60% de 2019 a 2023.

8.5.7. Serviço de transporte

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Criar indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento dos resíduos de serviços de transportes;
- Disciplinar, no que couber, e fiscalizar a ação dos agentes envolvidos;
- Disciplinar e orientar os usuários para promover o correto acondicionamento para a coleta, de forma sanitariamente adequada, compatível com a quantidade e qualidade dos resíduos;
- Facilitar e disciplinar o armazenamento de forma sanitariamente adequada.

Diretrizes (responsabilidade das empresas de coleta, tratamento e disposição final)

- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam a melhor segregação e acondicionamento para melhorar o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos;
- Possuir, se necessário, Certificado de Movimentação de Resíduos de Interesse Ambiental (Cadri) para encaminhar os resíduos classificados como de interesse ambiental para unidades de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)



- Implantar plano de gerenciamento que contemple os resíduos de serviços de transportes, com base nas premissas apontadas neste plano de gestão, o qual deverá envolver programas e ações de capacitação técnica para implantação e operacionalização do gerenciamento integrado dos resíduos de serviços de transportes e também em obediência às normas federais e estaduais específicas para o setor de transportes, através das agências regulamentadoras;
- Reduzir a taxa de resíduos de serviços de transportes destinados para estação de transbordo e aterro sanitário;
- Promover programas que visam o encerramento da disposição irregular dos resíduos considerados de significativo impacto ambiental gerados nos locais de serviços de transporte – terminais, aeroportos, garagens e hangares de manutenção –, conforme a Resolução SMA 038/2011 – óleo lubrificante, óleo comestível, filtro de óleo lubrificante, baterias automotivas, pilhas e baterias, produtos eletrônicos e lâmpadas contendo mercúrio e pneus – esses resíduos serão tratados em capítulo específico “resíduos de significativo impacto ambiental”;
- Estabelecer procedimentos que favoreçam a segregação dos resíduos em reutilizáveis e recicláveis, matéria orgânica facilmente degradável (resíduos compostáveis), e rejeitos diretamente na fonte geradora;
- Participar dos programas de coleta diferenciada de resíduos orgânicos facilmente degradáveis (resíduos compostáveis), e resíduos reutilizáveis e recicláveis (resíduos da coleta seletiva);
- Criar e implantar Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, em nível local, em consonância com a PNRS;
- Utilizar recursos facilitadores para entrega voluntária de resíduos (contêineres e PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Recicláveis);
- Conhecer as ações para informação, orientação e educação ambiental.

Metas

- De 2013 a 2014, implantação do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Transporte do município, e seu Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- Até 2014, os geradores devem elaborar planos de gerenciamento de resíduos de serviços de transportes;
- De 2014 a 2016, garantir o cumprimento das diretrizes do plano municipal de gerenciamento;
- Redução significativa de resíduos considerados de significativo impacto ambiental, conforme a Resolução SMA 038/2011, até 2016;



- De 2014 a 2016, estruturação e implementação do sistema de logística reversa para os resíduos considerados de significativo impacto ambiental.

8.5.8. Resíduos de Mineração

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Criar indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento dos resíduos de mineração;
- Disciplinar e executar a ação dos agentes envolvidos;
- Disciplinar e orientar os usuários para promover o correto acondicionamento e armazenamento, de forma sanitariamente adequada, compatível com a quantidade e qualidade dos resíduos;
- Exigir dos geradores o uso de tecnologias que minimizem os impactos negativos, bem como suas medidas mitigadoras;
- Implantar plano municipal de gerenciamento que contemple os resíduos de mineração, com base nas premissas apontadas neste plano de gestão, o qual deverá envolver programas e ações de capacitação técnica para implantação e operacionalização do gerenciamento integrado dos resíduos de serviços de transportes;
- Exigir dos geradores a elaboração e implantação de planos de gerenciamento de resíduos de mineração, em nível local, que estejam em consonância com a PNRS.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)

- Possuir, se necessário, Cadri para encaminhar os resíduos classificados como de interesse ambiental para unidades de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes;
- Conhecer as ações para informação, orientação e educação ambiental.

Metas

- De 2013 a 2014, implantação do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Mineração do município, e seu Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- Até 2014, os geradores devem elaborar planos de gerenciamento de resíduos de mineração;
- De 2014 a 2016, garantir o cumprimento das diretrizes do plano municipal de gerenciamento.

8.5.9. Resíduos de significativos impactos ambientais

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)



- Incentivar os processos de implantação da logística reversa, estabelecidas nos acordos setoriais de cada cadeia produtiva;
- Promover programas que visam o encerramento da disposição irregular dos resíduos considerados de significativo impacto ambiental, conforme a Resolução SMA 038/2011;

Diretrizes (responsabilidade das empresas de coleta, tratamento e disposição final)

- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam a melhor segregação e acondicionamento para melhorar o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos;
- Possuir, se necessário, Cadri para encaminhar os resíduos classificados como de interesse ambiental para unidades de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)

- Utilizar recursos facilitadores para entrega voluntária de resíduos;
- Conhecer as ações para logística reversa de cada resíduo.

Metas

- De 2014 a 2015, implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Significativo Impacto Ambiental do município, e seu Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- De 2013 a 2016, cumprir as metas nacionais, estabelecidas nos acordos setoriais de cada resíduo;
- Até 2016, redução considerável de resíduos de significativo impacto ambiental, conforme a Resolução SMA 038/2011.

8.5.10. Resíduos Industriais

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Incentivar os processos de implantação da logística reversa, estabelecidas nos acordos setoriais de cada cadeia produtiva;
- Detectar descartes irregulares de RI;
- Garantir que os geradores de RI implantem planos de gerenciamento de resíduos, em consonância com a PNRS;
- Fiscalizar a ação de empresas de coleta de RI.

Diretrizes (responsabilidade das empresas de coleta, tratamento e disposição final)



- Possuir, se necessário, Cadri para encaminhar os resíduos classificados como de interesse ambiental para unidades de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes;
- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam a melhor segregação e acondicionamento para melhorar o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)

- Estabelecer e implantar planos de gerenciamento de resíduos sólidos para cada cadeia produtiva geradora, de acordo com as premissas da PNRS;
- Implantar ações de logística reversa, estabelecidas nos acordos setoriais de cada cadeia produtiva.

Metas

- De 2013 a 2014, implantação do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Industriais, e seu Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- De 2012 a 2016, cumprir as metas nacionais, estabelecidas nos acordos setoriais de cada resíduo;
- Eliminação de descartes irregulares de RI, até 2016.

8.5.11. Resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Fiscalizar a ação dos transportadores de resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços dentro e fora do perímetro urbano;
- Orientar e fiscalizar os usuários para promover o correto acondicionamento para a coleta, de forma sanitariamente adequada, compatível com a quantidade e qualidade dos resíduos;
- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam o planejamento para melhorar o desempenho da coleta;
- Garantir que os geradores de resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços implantem planos de gerenciamento de resíduos, em consonância com a PNRS;
- Implantar, se possível, ações de logística reversa;
- Reduzir a taxa de resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços destinados para estação de transbordo e aterro sanitário, por meio de parcerias com programas de coleta de materiais reutilizáveis e recicláveis, coleta diferenciada de matéria orgânica facilmente degradável (resíduos compostáveis);



- Promover programas que visam o encerramento da disposição irregular dos resíduos considerados de significativo impacto ambiental, conforme a Resolução SMA 038/2011 (óleo lubrificante automotivo, óleo comestível, filtro de óleo lubrificante automotivo, baterias automotivas, pilhas e baterias, produtos eletrônicos e lâmpadas contendo mercúrio e pneus) – esses resíduos são tratados em capítulo específico “resíduos de significativo impacto ambiental”.

Diretrizes (responsabilidade das empresas de coleta, tratamento e disposição final)

- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam a melhor segregação e acondicionamento para melhorar o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)

- Participar dos programas de coleta diferenciada de resíduos orgânicos facilmente degradáveis (resíduos compostáveis), e resíduos reutilizáveis e recicláveis (resíduos da coleta seletiva);
- Utilizar recursos facilitadores para entrega voluntária de resíduos (contêineres e PEVs – Pontos de Entrega Voluntária de Recicláveis);
- Estabelecer e implantar planos de gerenciamento de resíduos sólidos para cada tipo de gerador, de acordo com as premissas da PNRS;
- Conhecer as ações para informação, orientação e educação ambiental;
- Provocar debate e articulação com a sociedade e agentes envolvidos.

Metas

- De 2013 a 2014, implantação do Plano Municipal Gerenciamento de Resíduos de Estabelecimentos Comerciais e Prestadores de Serviços, e seu Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- Redução de resíduos considerados de significativo impacto ambiental, conforme a Resolução SMA 038/2011, até 2016;
- De 2013 a 2016, estruturação e implementação do sistema de logística reversa para os resíduos considerados de significativo impacto ambiental.

8.5.12. Resíduos dos serviços públicos de saneamento básico

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Criar indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento dos resíduos de serviços públicos de saneamento básico;
- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam o uso de tecnologias e planejamento para melhorar o desempenho do manejo dos resíduos de serviços públicos de saneamento básico;



- Disciplinar e orientar a ação dos agentes envolvidos resíduos de serviços públicos de saneamento básico;
- Cadastrar e orientar os geradores, transportadores e demais envolvidos com os resíduos de serviços públicos de saneamento básico, a fim de criar planos de gestão voltados às necessidades locais;
- Criar o plano municipal de gerenciamento de resíduos de serviços públicos de saneamento básico, com base nas premissas apontadas neste plano de gestão e na PNRS, o qual deverá envolver programas e ações de capacitação técnica para implantação e operacionalização do gerenciamento integrado;
- Reduzir a taxa de resíduos de serviços públicos de saneamento básico destinados a aterramento, por meio do uso de tecnologias e procedimentos de gerenciamento;
- Disponibilizar áreas devidamente licenciadas para o gerenciamento dos resíduos de serviços públicos de saneamento básico.

Diretrizes (responsabilidade das empresas de coleta, tratamento e disposição final)

- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam a melhor segregação e acondicionamento para melhorar o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos;
- Possuir, se necessário, CADRI para encaminhar os resíduos classificados como de interesse ambiental para unidades de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes.

Metas

- De 2012 a 2013, apresentação de proposta de lei, em consonância com a PNRS e Lei do Saneamento Básico (Lei 11.445/2007), em nível local, aprovação e regulamentação da mesma;
- De 2013 a 2014, implantação do Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos de Serviços Públicos de Saneamento Básico, e seu Sistema Municipal de Informações sobre Resíduos;
- Implantação de procedimentos de gerenciamento dos resíduos de serviços públicos de saneamento básico compatíveis com o PMSB, até 2012.

8.5.13. Resíduos agrossilvopastoris

Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- Disciplinar e orientar os geradores de resíduos agrossilvopastoris quanto às etapas de segregação e ao manejo adequado dos resíduos na origem, de acordo com sua tipologia;
- Modernizar os instrumentos de controle e fiscalização;



- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam a melhor segregação e acondicionamento para melhorar o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos;
- Incentivar e promover os geradores de embalagens de agrotóxicos a realizarem a tríplice lavagem das embalagens de agrotóxicos;
- Criar indicadores de desempenho operacional e ambiental relativo ao gerenciamento dos resíduos agrossilvopastoris.

Diretrizes (responsabilidade das empresas de coleta, tratamento e disposição final)

- Possuir, se necessário, Cadri para encaminhar os resíduos classificados como de interesse ambiental para unidades de reprocessamento, armazenamento, tratamento ou disposição final, devidamente licenciadas ou autorizadas pelos órgãos competentes.

Diretrizes (responsabilidade dos geradores)

- Estabelecer parcerias com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e Inpev, de modo a criar ações facilitadoras para o cumprimento das responsabilidades dos geradores com os resíduos;
- Reduzir a geração dos resíduos agrossilvopastoris no município;
- Instituir o Plano de Gerenciamento de Resíduos Agrossilvopastoris e promover ações de adequação de estrutura física e pessoal para sua efetiva implementação;
- Definir procedimentos e metas para a melhor segregação na origem e redução da geração de resíduos que necessitam de tratamento e disposição final diferenciados tendo em vista melhorarem o desempenho da coleta e tratamento dos resíduos;
- Promover o debate e articulação interna, com outros geradores e o poder público municipal tendo em vista o aprimoramento do sistema de gerenciamento e a política de gestão municipal, visando o cumprimento das metas estabelecidas neste plano.

Metas

- De 2013 a 2016, ampliar a participação a 100% dos compradores de insumos agrícolas.

8.5.14. Disposição final ambientalmente adequada

Diretrizes e Metas

8.5.15. Diretrizes (responsabilidade do poder público municipal)

- O município deverá promover estudos visando identificar a melhor solução para a disposição final dos diversos tipos de rejeitos gerados nos processos de manejo de resíduos. Deverá avaliar se técnica e economicamente, é mais vantajosa a criação de um aterro municipal ou um aterro regional consorciado, ou ainda a adoção de uma estação de transbordo para exportação dos rejeitos para uma unidade receptora licenciada;



- Disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos e criar mecanismos facilitadores para a fiscalização e o controle social;
- Identificar as áreas favoráveis considerando o diagnóstico municipal ou informações mais recentes;
- Aproveitar ao máximo as áreas existentes, levando em consideração tecnologias ambientalmente seguras para o gerenciamento dos rejeitos;
- Facilitar e incentivar a construção de novas áreas de disposição finais próximas às antigas áreas, a fim de reaproveitar a infraestrutura existente, e facilitar a manutenção e monitoramento das antigas áreas;
- Disciplinar e executar a ação das equipes de gerenciamento das áreas de disposição final;
- Valorizar e incentivar procedimentos que favoreçam o planejamento para melhorar o desempenho das áreas de disposição final;
- Buscar a redução de matéria orgânica facilmente degradável (resíduos compostáveis) e materiais recicláveis destinadas ao aterramento junto aos rejeitos nos aterros sanitários;
- Buscar a redução de RCC Classe A e Classe B nos aterros Classe II-B (aterros de RCC ou resíduos inertes);
- Identificar as áreas favoráveis para transbordo ou disposição final mediante elaboração de estudos de impacto ambiental, a ser elaborado por equipe multidisciplinar, conforme recomenda a Resolução Conama 01/1986;
- Identificar as áreas favoráveis para transbordo ou disposição final mediante critérios normativos, em nível Federal, Estadual e Municipal, se houver.

Metas

- De 2013 a 2014 implantar nova área pública para aterro de RCC e resíduos inertes.

8.6. Modelo proposto para a gestão do sistema de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos.

Para a adequada gestão do sistema de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, a Prefeitura optou pelo modelo de contratação para a prestação dos serviços na modalidade de Parceria Público Privada (PPP), conforme justificativas abaixo:

8.6.1. Análise financeira da PPP.

Araraquara buscou incorporar as premissas da Lei Nacional de Resíduos Sólidos e do Plano Nacional. A proposta prevê que o provedor de serviços ofereça os serviços atuais de forma mais eficiente e com maior cobertura; além de novos serviços relacionados tanto a ampliação da



reciclagem, unidades de tratamento de massa verde, programas de educação ambiental; entre outros.

Percebe-se que se partiu para um projeto de gestão integrada de limpeza urbana que incorpora a maior parte dos serviços associados à limpeza urbana, manejo e destinação de resíduos sólidos em seus diferentes componentes. As políticas de educação ambiental deverão resultar em redução na geração de resíduos e um maior reaproveitamento. Este processo acoplado aos incentivos para a valoração e reaproveitamento dos resíduos poderá gerar receitas acessórias ao provedor, como por exemplo, a venda de energia, receita de materiais reaproveitáveis, créditos de carbono, entre outras possibilidades. Esses ganhos, podem em determinado prazo serem revertidos ao município na forma de menor custo com os serviços.

A implantação de um sistema de gestão integrada tende a resultar em vários benefícios para o município em função da existência de economias de escala e escopo nos serviços; menores custos administrativos, possibilidade de escolha de melhores técnicas e tecnologias para a provisão de serviços e melhores incentivos ao prestador de serviços.

Note-se que o custo total com os serviços de limpeza urbana tende a ser maior que o atual em função da introdução de novos serviços, ampliação dos existentes e incorporação de padrões ambientais e sociais mais elevados. A proposta apresentada pretende dotar o município de Araraquara com serviços de elevada qualidade com foco principal nos benefícios sociais e ambientais que os mesmos possam gerar.

Em função dos elevados investimentos necessários foi sugerido um modelo tipo PPP em que o provedor ficará responsável por todo o investimento necessário e pela gestão e provisão dos serviços integrantes do Plano, cabendo ao poder público a regulação e fiscalização dos serviços. O prazo do contrato proposto é de 20 anos e o parceiro será remunerado por meio de contraprestações públicas para as quais o governo municipal poderá desenvolver mecanismos específicos de financiamento integral ou parcial, como por exemplo, com a introdução de taxas ou tarifas para o pagamento pelos serviços de gestão dos resíduos sólidos urbanos. O prazo de 20 anos mostra-se adequado para viabilizar a adoção de melhores tecnologias com maior intensidade de capital possibilitando a recuperação dos investimentos realizados.

Para realizar a análise financeira e a proposição do modelo econômico de provisão realizou-se um conjunto de atividades: projeção dos serviços a serem prestado, dimensionamento dos investimentos, proposição das receitas e modelo de previsão.

O escopo previsto para os serviços de limpeza urbana no município de Araraquara encontra-se discriminado no quadro a seguir. Os serviços foram agrupados segundo a sua natureza. Este quadro também apresenta as quantidades de serviço previstas para cada item em termos mensais, tanto para o ano inicial como para o ano final do contrato.

O escopo previsto para os serviços de limpeza urbana no município de Araraquara encontra-se discriminado no quadro a seguir. Os serviços foram agrupados segundo a sua natureza. Este quadro também apresenta as quantidades de serviço previstas para cada item em termos mensais, tanto para o ano inicial como para o ano final do contrato.



Para a projeção dos serviços a serem prestados considerou-se a situação atual, isto é, o montante de serviços prestados atualmente e a projeção de crescimento dos mesmos, cujos fundamentos serão explicitados na sequência do texto. Além disso, introduziram-se as metas definidas para o município como forma de ampliar a qualidade e quantidade dos serviços prestados e sua adequação aos objetivos da Lei de Resíduos Sólidos.

PROJEÇÃO DE QUANTITATIVOS MENSAL - ANO 1 e ANO 20				
Item	Serviço	Unidade	Ano 1	Ano 20
1	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E SEU TRANSPORTE ATÉ O LOCAL INDICADO PELA PREFEITURA	Toneladas	4.800	6.921
2	TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	Toneladas	5.200	7.498
3	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ECOPONTOS E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA CENTRAL DE TRATAMENTO	Unidades	10	15
4	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE PARA RECEPÇÃO, TRIAGEM, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO DE RCC DE PEQUENOS GERADORES E GERADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Toneladas	3.500	4.228
5	COLETA E TRANSPORTE ATÉ A CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS DE NATUREZA DIVERSAS (OPERAÇÃO CATA BAGULHOS)	Equipe	1	1
6	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DOS PRÓPRIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E TRANSPORTE ATÉ A CENTRAL DE TRATAMENTO	Equipe	1	1
7	IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE MASSA VERDE	Toneladas	1.100	1.329
8	COLETA, TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE E ANIMAIS MORTOS DE PEQUENO PORTE	Toneladas	30	48
9	VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS COM CALÇADA	Km	1.500	2.000
10	VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS SEM CALÇADA	Km	3.500	4.500
11	EQUIPE PADRÃO PARA SERVIÇOS DIVERSOS	Equipe	3	5
12	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE PAPELEIRAS	Unidade	1.000	2.000
13	LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE FEIRAS LIVRES	Equipe	1	1
14	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	0	-	-

O primeiro aspecto a ser destacado no escopo acima é a expansão da quantidade e qualidade dos serviços a serem prestados em relação à situação atual. O segundo aspecto a ser destacado é a possibilidade de ganhos de eficiência em função de economias de escala e escopo que pode decorrer da junção em um único contrato de diversas atividades que se encontram dispersas com gastos elevados para a gestão e fiscalização. Assim, o novo desenho do escopo dos serviços e a forma de provisão possibilita atender aos objetivos estabelecidos no plano, que está de acordo com os preceitos da Lei Nacional de Resíduos Sólidos, de maneira mais eficiente e com maior economicidade.

A partir dos quantitativos iniciais foram adotados os seguintes critérios para expansão dos serviços ao longo do período do plano:



RSU	<p>O quantitativo de RSU tende a se expandir de acordo com a população e a renda per capita. Tomando-se a expansão populacional ao longo deste século, tem-se que a população de Araraquara cresceu a uma média de 1,28%a.a.. Considerando que o crescimento demográfico no país tem se reduzido de forma significativa, pode-se considerar para o período do Plano uma expansão média da ordem de 1,1%a.a.. Vale destacar que a geração em Araraquara da ordem de 0,71Kg/dia/habitante está abaixo da média nacional, da região e de cidades de porte e renda semelhante, ou seja, é possível que haja um maior crescimento conforme se tenha mudanças nos padrões de consumo e aumento da renda. Assim, pode-se considerar nos primeiros anos um crescimento mais acentuado contemplando o crescimento populacional e o da renda per capita. Nesse caso pode-se trabalhar com uma expansão inicial da ordem de 2,5%a.a., até atingir 1Kg/hab/dia, o que se daria em torno de 2028, e, a partir daí, um crescimento da ordem de 1,1%a.a. seguindo o crescimento demográfico, mantendo-se constante ao longo do tempo o montante de geração per capita de resíduos.</p>
Resíduos Saúde, Construção Civil e Massa Verde	<p>Os resíduos da saúde tendem a se expandir de forma mais acentuada com o crescimento da renda e o envelhecimento populacional, assim, para este grupo pode-se assumir um crescimento anual semelhante à expansão do PIB nos últimos anos da ordem de 2,5%a.a.. Para os grupos da Construção Civil e da Massa Verde cuja medição se dá pelas toneladas geradas, coletadas, recebidas e tratadas; assumiu-se que sua expansão segue o tamanho populacional. Assim, a expansão da quantidade foi de 1,1% a.a. ao longo do período.</p>
Equipes	<p>A prestação de serviços relativos às atividades da operação cata bagulhos, poda e extração de árvores, manutenção de áreas verdes, serviços diversos, limpeza e desinfecção de feiras livres, enfim, serviços feitos por equipes definidas, estipulou-se que os mesmos permaneceriam constantes ao longo do período da concessão, mantendo o número de</p>



	equipes previstas do início até o final do contrato. Exceto, as equipes padrão foram acrescidas uma equipe por período.
Varrição /Papeleiras /Ecopontos, e outros	Ecopontos: início com 10, no 5º ano 13 e 9º ano 15 ecopontos Varrição: aumento médio de 30% até o longo prazo Papeleiras: aumento de 500 papeleiras por período.

Deve-se destacar que a geração per capita de resíduos em Araraquara é relativamente baixa em comparação com municípios de porte semelhante. Deve-se esperar nos próximos anos um aumento da geração de resíduos em função do crescimento da renda per capita com tendência de aproximação para os níveis do país. Assumiu-se este maior crescimento até alcançar 1Kg/hab/dia e a partir daí a expansão se dá de acordo com a projeção de crescimento demográfico de 1,1%a.a. Para os demais serviços assumiu-se diferentes hipóteses, sendo que o crescimento dos resíduos da saúde acompanhariam o PIB e o da construção civil e a massa verde seriam definidos pelo crescimento demográfico, enquanto os demais serviços relacionados a novas atividades seriam definidas pelas metas do Plano. A coleta seletiva também seguiu as metas estabelecidas no plano.

Para a realização do conjunto de serviços no Plano será necessário a realização de um grande montante de investimento, tanto na construção de equipamentos destinados ao tratamento, destinação, triagem, pontos de coleta, entre outros; como em material de transporte e máquinas e equipamentos para a execução das atividades. O investimento estimado para o prazo total dos serviços é de R\$99,5milhões, sendo que em torno de 30% deverá ser realizado nos primeiros anos do contrato. A maior parte dos investimentos está associada aos serviços de resíduos domiciliares (coleta e tratamento) e sendo seguido da implantação de ecopontos, centros de triagem e tratamento de resíduos da construção civil além de equipamentos para a limpeza urbana e varrição. O quadro a seguir apresenta os investimentos discriminados por prazo.

	Total CP (1-4)	Total MP (5-8)	Total LP (9-20)	Total
Investimentos por período	33.539.700	14.298.700	51.691.600	99.530.000

A maior parte dos investimentos terá que ser realizada nos primeiros anos. No caso dos investimentos em veículos e máquinas, assumiu-se que toda a frota de caminhões e equipamentos será nova e substituída a cada 5 anos e, além disso, elas se expandem com o aumento dos serviços. Exceto as máquinas pesadas (pá carregadeira, por exemplo) onde o tempo de reposição é de 7 anos e alguns itens como contêiner que apresenta uma substituição estimada menor, a cada dois anos. Também foi estimado um investimento para tratamento de resíduos sólidos urbanos para redução dos resíduos secos aterrados, conforme metas estabelecidas no plano municipal. Percebe-se que caso tivesse que ser criada todas as instalações necessárias, o montante de investimento é muito elevado podendo comprometer a capacidade de realização de outros investimentos necessários no município. Com o elevado comprometimento das receitas correntes com as despesas correntes esse montante de



investimentos está acima da capacidade de investimento do município. Assim, para vários serviços o município terá que recorrer à contratação de terceiros.

O recurso à concessão dos serviços e ao desenvolvimento de parcerias público-privado é um mecanismo possível para viabilizar o investimento, distribuindo no tempo o custo para a municipalidade, além de levar a uma menor expansão das despesas e maiores ganhos potenciais de eficiência, mantendo-se o controle público.

Para a elaboração do fluxo de caixa e para a análise financeira também se fez necessário a estimativa dos preços para os serviços a serem prestados. Foram utilizadas diferentes metodologias e fontes de dados, sendo que para aqueles aonde havia um maior detalhamento das tecnologias e dos custos, principalmente para aqueles em que os serviços já são prestados, utilizou-se esta fonte, e o valor dos contratos existentes corrigidos pela inflação. O objetivo dos estudos foi obter a melhor estimativa do custo efetivo para a provisão dos serviços que poderão ser utilizados como base na definição do processo licitatório para a PPP.

Na estimativa de custos, adotou-se a hipótese de mesma tecnologia, mantendo-se a quantidade de recursos humanos e equipamentos e padrões médios de produtividade. Para a formação do preço considerou-se o conjunto de custos operacionais e uma margem para custos indiretos relativos à administração, supervisão, instalações; além dos custos associados à depreciação dos equipamentos e instalações. Vale destacar que outras tecnologias poderão ser sugeridas desde que atendam as metas especificadas no plano e sejam autorizadas do ponto de vista ambiental e social. Para a definição dos custos optou-se pelas tecnologias conhecidas e aceitáveis pelos órgãos responsáveis.

Com base nas estimativas de evolução dos serviços a serem prestados, do montante de investimentos a ser realizado, dos preços dos serviços e os custos de provisão foi elaborado o fluxo de caixa do projeto. Assumiu-se um período de 20 anos e no montante da receita foram definidos descontos que o parceiro deverá conceder ao poder público em função de ganhos de produtividade ou do desenvolvimento de atividades acessórias que possam resultar em receitas adicionais.

Os descontos a serem concedidos pelo parceiro ao setor público encontram-se discriminados a seguir.

ANOS DE CONTRATO	5 A 8 ANOS	9 A 20 ANOS
DESCONTO	2%	4%

Admite-se que todos os bens e instalações serão reversíveis ao município, exceto os bens que causam passivos ambientais e utilizados para obtenção de receitas acessórias (em função dos descontos obrigatórios, a concessionária deve obter receitas alternativas com venda de subprodutos, recicláveis, biogás, etc).

Para a análise financeira do projeto já foram considerados os descontos na contraprestação. Sem considerar um possível desconto licitatório, o valor médio anual da contraprestação pública é da ordem de R\$ 48 milhões, iniciando-se na faixa de R\$ 40 milhões e fechando ao final do período com o montante de R\$53 milhões em função da expansão dos serviços. O projeto prevê que o parceiro obtenha outras receitas da ordem de R\$7milhões ao longo do período oriundas



do valor residual dos equipamentos, sendo que ao final do contrato todos os equipamentos ficarão com a prefeitura, ou seja, não gerarão receitas adicionais ao parceiro. Em termos de despesas além dos custos operacionais destaca-se a destinação de 1,5% do faturamento para as atividades de regulação (1%) e educação ambiental (0,5%) que são necessárias para viabilizar o monitoramento do contrato e o desenvolvimento de ações que possam melhorar a gestão ambiental do município. Outro ponto a ser destacado é que o montante de descontos concedidos ao longo do contrato totaliza R\$ 29,5 milhões.

DEMONSTRATIVO RESULTADO CONTÁBIL (R\$) - CONSOLIDADO		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL
1	RECEITA BRUTA	971.099.795
1.1	Contraprestação pública	993.502.974
1.2	Desconto	29.409.178
1.3	Contraprestação pública com desconto	964.093.795
1.4	Outras Receitas	7.006.000,00
2	IMPOSTOS e TAXAS DEDUZIDOS DA RECEITA	137.383.366
2.1	Impostos	122.921.958,91
2.2	Regulação/Educação Ambiental	14.461.406,93
3	CUSTOS DEDUTIVEIS DO IRPJ	812.501.504
3.1	Custos Operacionais	611.844.198,41
3.2	Despesas de Administração/Gerenciamento	101.127.305,51
3.3	Depreciação / Amortização	99.530.000,00
4.	LUCRO LIQUIDO ANTES DO IRPJ	21.214.926
5.	IMPOSTO RESULTADO	8.827.442
5.1.	Imposto de Renda/Contribuição Social	8.827.441,61
6.	LUCRO LIQUIDO APOS IRPJ	12.387.484

FLUXO DE CAIXA (R\$) - CONSOLIDADO		
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR TOTAL
1	INGRESSOS	971.099.795
1.1	Receita Bruta	971.099.795
2	DESEMBOLSOS	958.712.311
2.1	Impostos e Taxas Faturamento	137.383.366
2.2	Custos Operacionais	611.844.198
2.3	Despesas de Administração/Gerenciamento	101.127.306
2.4	Imposto Resultado	8.827.442
2.5	Investimentos	99.530.000
3	SALDO DE CAIXA ANUAL	12.387.484
4	SALDO DE CAIXA ACUMULADO	

TAXA INTERNA DE RETORNO (TIR) DO PROJETO:	6,05%
--	--------------

A análise do fluxo de caixa do projeto com base no conjunto de estimativas realizadas sugere uma Taxa Interna de Retorno da ordem de 6%a.a. Este montante é relativamente baixo para o tipo de contrato em questão e para torná-lo atrativo deve-se buscar a composição de garantias que minimizem o risco do investidor. Deve-se destacar que na elaboração deste fluxo de caixa foram introduzidos os descontos concedidos, mas não se incorporou os ganhos de produtividade ao longo do tempo e nem a geração de receitas acessórias que dariam a sustentação aos descontos. Para simular a taxa de retorno potencial com esses ganhos, podemos assumir um fluxo de caixa sem os descontos, que resultaria em uma taxa de retorno superior a 10%a.a., o que amplia significativamente a atratividade da PPP para investidores privados.



Analisando-se do ponto de vista do setor público, torna-se importante avaliar qual o impacto desse projeto sobre o orçamento público. Pode-se verificar na tabela a seguir que o montante a ser gasto com as contraprestações representam em média 6,5% da Receita Corrente ou 5,2% da Receita Total. Para o cálculo do impacto assumiu-se as estimativas do fluxo de contraprestação definidas anteriormente para a elaboração do fluxo de caixa e considerou-se que a receita tenda a crescer de acordo com o aumento do PIB. Considerou-se, para tal uma taxa de crescimento econômico da ordem de 2,5%a.a.; compatível com a média verificada nas últimas décadas. Vale destacar que diversas projeções e cenários mostram que o país poderá alcançar no médio de prazo taxas de crescimento econômico significativamente maior o que reduziria o peso das contraprestações no orçamento público.

A prefeitura municipal já possui diversos contratos em andamento relacionados a transporte e disposição, varrição, entre outros. E algumas atividades são executadas diretamente pela prefeitura. O município gasta anualmente aproximadamente 36 milhões com a gestão de RSU. A concessão gera um impacto incremental imediato de 0,8% na receita corrente e no final dos 20 anos fica abaixo do comprometimento atual. Alcançar os objetivos de um plano integrado de resíduos sólidos irá requerer montantes adicionais de investimento bastante significativos e a ampliação dos serviços, o que deverá ser feito seja pela ampliação do quadro da prefeitura seja pela ampliação de novos contratos. A gestão fragmentada tende a ampliar os custos de gestão e serem mais onerosos em função das deseconomias de escala. Assim, quando se avalia o impacto do projeto de gestão integrada de resíduos no orçamento municipal, este é bastante inferior do que o peso das contraprestações tendo em vista que este substituirá atividades exercidas diretamente e contratos fragmentados. Ou seja, com a implantação do projeto será possível a municipalidade alcançar níveis de excelência na gestão de resíduos com pequenos impactos orçamentários. Com esse modelo a prefeitura não terá que sacrificar a sua escassa capacidade de investimento, minimizará o risco de serviços inadequados, problemas judiciais associados a problemas de gestão e poderá se valer de mecanismos de monitoramento que garantam a qualidade dos serviços, a atualização tecnológica, a responsabilidade ambiental e o interesse público.



% do ORÇAMENTO PÚBLICO (R\$)					
Ano	CONTRAPRESTAÇÃO	RECEITA CORRENTE	A.V.	RECEITA TOTAL	A.V.
1	40.482.600	584.778.001	6,9%	680.572.725	5,9%
2	41.037.480	599.397.451	6,8%	697.587.043	5,9%
3	41.498.203	614.382.387	6,8%	715.026.719	5,8%
4	41.970.036	629.741.947	6,7%	732.902.387	5,7%
5	44.970.487	645.485.496	7,0%	751.224.947	6,0%
6	45.455.470	661.622.633	6,9%	770.005.571	5,9%
7	45.952.165	678.163.199	6,8%	789.255.710	5,8%
8	46.460.862	695.117.279	6,7%	808.987.103	5,7%
9	48.963.522	712.495.211	6,9%	829.211.780	5,9%
10	49.486.226	730.307.591	6,8%	849.942.075	5,8%
11	50.021.578	748.565.281	6,7%	871.190.626	5,7%
12	50.569.889	767.279.413	6,6%	892.970.392	5,7%
13	51.131.479	786.461.398	6,5%	915.294.652	5,6%
14	51.415.716	806.122.933	6,4%	938.177.018	5,5%
15	51.703.712	826.276.006	6,3%	961.631.444	5,4%
16	51.995.527	846.932.907	6,1%	985.672.230	5,3%
17	52.291.224	868.106.229	6,0%	1.010.314.036	5,2%
18	52.590.865	889.808.885	5,9%	1.035.571.886	5,1%
19	52.894.515	912.054.107	5,8%	1.061.461.184	5,0%
20	53.202.238	934.855.460	5,7%	1.087.997.713	4,9%
Total	964.093.795	14.937.953.814	6,5%	17.384.997.240	5,5%

O município ainda pode reduzir o peso das contraprestações pela criação de mecanismos de cobrança específicos para coleta e destinação de resíduos. A cobrança está totalmente de acordo com os preceitos da Lei Nacional de Resíduos que se baseia no princípio do Poluidor-Pagador, isto é, que o gerador tem que se responsabilizar pelo custo. A PNRS ainda estabelece metas para cobrança por serviços de RSU, sem vinculação com o IPTU. Algumas modalidades de resíduos podem ser cobradas diretamente dos geradores (saúde, construção civil, indústria, etc); no caso do resíduo domiciliar pode-se recorrer a cobranças com a conta de água e esgoto; por exemplo.

Com a transferência de todos os serviços de limpeza urbana e manejo dos resíduos para o DAAE, sugere-se o aumento de 15% nas tarifas de água e esgoto para um melhor equilíbrio nas contas do departamento. A tabela a seguir apresenta uma simulação de um aumento de 15% na receita de serviços do DAAE. Seriam arrecadados 10 milhões extras, já que a receita atual é na faixa de 66 milhões. Isso gera um aumento médio de R\$3,6 por habitante/mês. Este mecanismo é justo do ponto de vista social, pois o incremento é proporcional ao consumo de água da residência.

Esta nova cobrança seria suficiente para remunerar 1/4 das despesas do setor. Observa-se que, neste caso, as contraprestações públicas se reduziram para uma média de 4,7% da receita corrente e de 4,1% da receita total.



IMPACTO AUMENTO DA ARRECADAÇÃO										
Ano	CONTRAPRESTAÇÃO	Arrecadação serviços DAAE	A		B		C=A+B		COMPROMETIMENTO	
			Aumento 15%	Complemento DAAE	TOTAL	RECEITA CORRENTE	A.V.	RECEITA TOTAL	A.V.	
1	40.482.600	66.500.000	9.975.000	30.507.600	40.482.600	584.778.001	5,2%	680.572.725	4,48%	
2	41.037.480	68.162.500	10.224.375	30.813.105	41.037.480	599.397.451	5,1%	697.587.043	4,42%	
3	41.498.203	69.866.563	10.479.984	31.018.219	41.498.203	614.382.387	5,0%	715.026.719	4,34%	
4	41.970.036	71.613.227	10.741.984	31.228.052	41.970.036	629.741.947	5,0%	732.902.387	4,26%	
5	44.970.487	73.403.557	11.010.534	33.959.954	44.970.487	645.485.496	5,3%	751.224.947	4,52%	
6	45.455.470	75.238.646	11.285.797	34.169.673	45.455.470	661.622.633	5,2%	770.005.571	4,44%	
7	45.952.165	77.119.612	11.567.942	34.384.224	45.952.165	678.163.199	5,1%	789.255.710	4,36%	
8	46.460.862	79.047.603	11.857.140	34.603.721	46.460.862	695.117.279	5,0%	808.987.103	4,28%	
9	48.963.522	81.023.793	12.153.569	36.809.953	48.963.522	712.495.211	5,2%	829.211.780	4,44%	
10	49.486.226	83.049.388	12.457.408	37.028.818	49.486.226	730.307.591	5,1%	849.942.075	4,36%	
11	50.021.578	85.125.622	12.768.843	37.252.735	50.021.578	748.565.281	5,0%	871.190.626	4,28%	
12	50.569.889	87.253.763	13.088.064	37.481.825	50.569.889	767.279.413	4,9%	892.970.392	4,20%	
13	51.131.479	89.435.107	13.415.266	37.716.213	51.131.479	786.461.398	4,8%	915.294.652	4,12%	
14	51.415.716	91.670.984	13.750.648	37.665.068	51.415.716	806.122.933	4,7%	938.177.018	4,01%	
15	51.703.712	93.962.759	14.094.414	37.609.298	51.703.712	826.276.006	4,6%	961.631.444	3,91%	
16	51.995.527	96.311.828	14.446.774	37.548.753	51.995.527	846.932.907	4,4%	985.672.230	3,81%	
17	52.291.224	98.719.624	14.807.944	37.483.281	52.291.224	868.106.229	4,3%	1.010.314.036	3,71%	
18	52.590.865	101.187.614	15.178.142	37.412.723	52.590.865	889.808.885	4,2%	1.035.571.886	3,61%	
19	52.894.515	103.717.305	15.557.596	37.336.919	52.894.515	912.054.107	4,1%	1.061.461.184	3,52%	
20	53.202.238	106.310.237	15.946.536	37.255.702	53.202.238	934.855.460	4,0%	1.087.997.713	3,42%	
Total	964.093.795		254.807.960	709.285.836	964.093.795	14.937.953.814	4,7%	17.384.997.240	4,1%	
AV	100%		26,4%	73,6%	100,0%					

Pode-se observar, portanto, na tabela anterior, que é possível alcançar os objetivos de uma grande ampliação dos serviços e da qualidade com impacto orçamentário bastante reduzido. Este quadro combinado com a baixa capacidade de investimento da prefeitura e as crescentes demandas ambientais sinalizam a oportunidade para o desenvolvimento de uma parceria com o setor privado para o alcance dos objetivos públicos.

Cenários de Escopo

A tabela a seguir apresenta 03 cenários de escopo para o projeto. O Cenário A apresenta um conjunto de serviços mais reduzido. O cenário B, objeto de análise do presente estudo, alguns serviços são adicionados, como os resíduos da construção civil, massa verde e papeleiras. No último cenário (C), a coleta seletiva e a usina de triagem juntam-se ao escopo e formam o cenário mais ampliado. Lembrando que estes serviços são operados atualmente pela cooperativa Acácia.



ESCOPO DE SERVIÇOS				CENÁRIO		
Item	Serviço	Unidade	Ano 1	A	B	C
1	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E SEU TRANSPORTE ATÉ O LOCAL INDICADO PELA PREFEITURA	Toneladas	4.800	X	X	X
2	TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	Toneladas	5.200	X	X	X
3	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ECOPONTOS E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA CENTRAL DE TRATAMENTO	Unidades	10		X	X
4	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE PARA RECEPÇÃO, TRIAGEM, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO DE RCC DE PEQUENOS GERADORES E GERADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Toneladas	3.500		X	X
5	COLETA E TRANSPORTE ATÉ A CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS DE NATUREZA DIVERSAS (OPERAÇÃO CATA BAGULHOS)	Equipe	1		X	X
6	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DOS PRÓPRIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E TRANSPORTE ATÉ A CENTRAL DE TRATAMENTO	Equipe	1		X	X
7	IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE MASSA VERDE	Toneladas	1.100		X	X
8	COLETA, TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE E ANIMAIS MORTOS DE PEQUENO PORTE	Toneladas	30	X	X	X
9	VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS COM CALÇADA	Km	1.500	X	X	X
10	VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS SEM CALÇADA	Km	3.500	X	X	X
11	EQUIPE PADRÃO PARA SERVIÇOS DIVERSOS	Equipe	3	X	X	X
12	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE PAPELEIRAS	Unidade	1.000		X	X
13	LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE FEIRAS LIVRES	Equipe	1	X	X	X
14	Coleta seletiva porta a porta	toneladas	450			X
15	Implantação e manutenção da central de triagem para cooperativas	unidade	1			X
16	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	0	-		X	X

A seguir é demonstrado o custo estimado de cada cenário no 1º ano da operação.



ESTIMATIVA DE CONTRAPRESTAÇÃO (s/desconto Licitatório)				CENÁRIO		
Item	Serviço	Unidade	Ano 1	A	B	C
1	COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E SEU TRANSPORTE ATÉ O LOCAL INDICADO PELA PREFEITURA	Toneladas	4.800	576.000	576.000	576.000
2	TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS	Toneladas	5.200	676.000	676.000	676.000
3	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ECOPONTOS E TRANSPORTE DOS RESÍDUOS PARA CENTRAL DE TRATAMENTO	Unidades	10		310.000	310.000
4	IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE PARA RECEPÇÃO, TRIAGEM, PROCESSAMENTO E DESTINAÇÃO DE RCC DE PEQUENOS GERADORES E GERADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Toneladas	3.500		175.000	175.000
5	COLETA E TRANSPORTE ATÉ A CENTRAL DE TRIAGEM DE RESÍDUOS DE NATUREZA DIVERSAS (OPERAÇÃO CATA BAGULHOS)	Equipe	1		30.000	30.000
6	MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES DOS PRÓPRIOS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E TRANSPORTE ATÉ A CENTRAL DE TRATAMENTO	Equipe	1		450.000	450.000
7	IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE MASSA VERDE	Toneladas	1.100		49.500	49.500
8	COLETA, TRANSBORDO, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DO SERVIÇO DE SAÚDE E ANIMAIS MORTOS DE PEQUENO PORTE	Toneladas	30	157.800	157.800	157.800
9	VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS COM CALÇADA	Km	1.500	187.500	187.500	187.500
10	VARRIÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS SEM CALÇADA	Km	3.500	367.500	367.500	367.500
11	EQUIPE PADRÃO PARA SERVIÇOS DIVERSOS	Equipe	3	276.000	276.000	276.000
12	FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE PAPELEIRAS	Unidade	1.000		35.000	35.000
13	LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE FEIRAS LIVRES	Equipe	1	42.000	42.000	42.000
14	Coleta seletiva porta a porta	Toneladas	450		50.000	216.000
15	Implantação e manutenção da central de triagem para cooperativas	unidade	1			55.000
16	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL	0	-		-	-
TOTAL				2.282.800	3.382.300	3.603.300

Por fim, é demonstrado o impacto no orçamento público de cada cenário ao longo dos 20 anos. No cenário A, o impacto é de 3,9% do orçamento total e 4,5% na receita corrente, no B 5,5% e 6,4% e no C atinge 5,9% e 6,8%, respectivamente.



% do ORÇAMENTO PÚBLICO (R\$) - CENÁRIO A, B e C							
Ano	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C	RECEITA TOTAL	A.V. A	A.V. B	A.V. C
1	27.393.600	40.482.600	43.239.600	680.572.725	4,03%	5,95%	6,35%
2	27.816.540	41.037.480	43.689.480	697.587.043	3,99%	5,88%	6,26%
3	28.250.054	41.498.203	44.150.203	715.026.719	3,95%	5,80%	6,17%
4	28.694.405	41.970.036	44.622.036	732.902.387	3,92%	5,73%	6,09%
5	30.633.688	44.970.487	47.569.447	751.224.947	4,08%	5,99%	6,33%
6	31.091.197	45.455.470	48.054.430	770.005.571	4,04%	5,90%	6,24%
7	31.560.145	45.952.165	48.551.125	789.255.710	4,00%	5,82%	6,15%
8	32.040.816	46.460.862	49.059.822	808.987.103	3,96%	5,74%	6,06%
9	33.894.195	48.963.522	51.509.442	829.211.780	4,09%	5,90%	6,21%
10	34.388.894	49.486.226	52.529.810	849.942.075	4,05%	5,82%	6,18%
11	34.895.960	50.021.578	53.065.162	871.190.626	4,01%	5,74%	6,09%
12	35.415.703	50.569.889	53.613.473	892.970.392	3,97%	5,66%	6,00%
13	35.948.440	51.131.479	54.175.063	915.294.652	3,93%	5,59%	5,92%
14	36.203.534	51.415.716	54.459.300	938.177.018	3,86%	5,48%	5,80%
15	36.462.096	51.703.712	54.747.296	961.631.444	3,79%	5,38%	5,69%
16	36.724.183	51.995.527	55.039.111	985.672.230	3,73%	5,28%	5,58%
17	36.989.854	52.291.224	55.334.808	1.010.314.036	3,66%	5,18%	5,48%
18	37.259.170	52.590.865	55.634.449	1.035.571.886	3,60%	5,08%	5,37%
19	37.532.190	52.894.515	55.938.099	1.061.461.184	3,54%	4,98%	5,27%
20	37.808.978	53.202.238	56.245.822	1.087.997.713	3,48%	4,89%	5,17%
Total	671.003.640	964.093.795	1.021.227.979	17.384.997.240	3,9%	5,5%	5,9%

% da Receita Corrente (R\$) - CENÁRIO A, B e C							
Ano	CENÁRIO A	CENÁRIO B	CENÁRIO C	RECEITA CORRENTE	A.V. A	A.V. B	A.V. C
1	27.393.600	40.482.600	43.239.600	584.778.001	4,68%	6,92%	7,39%
2	27.816.540	41.037.480	43.689.480	599.397.451	4,64%	6,85%	7,29%
3	28.250.054	41.498.203	44.150.203	614.382.387	4,60%	6,75%	7,19%
4	28.694.405	41.970.036	44.622.036	629.741.947	4,56%	6,66%	7,09%
5	30.633.688	44.970.487	47.569.447	645.485.496	4,75%	6,97%	7,37%
6	31.091.197	45.455.470	48.054.430	661.622.633	4,70%	6,87%	7,26%
7	31.560.145	45.952.165	48.551.125	678.163.199	4,65%	6,78%	7,16%
8	32.040.816	46.460.862	49.059.822	695.117.279	4,61%	6,68%	7,06%
9	33.894.195	48.963.522	51.509.442	712.495.211	4,76%	6,87%	7,23%
10	34.388.894	49.486.226	52.529.810	730.307.591	4,71%	6,78%	7,19%
11	34.895.960	50.021.578	53.065.162	748.565.281	4,66%	6,68%	7,09%
12	35.415.703	50.569.889	53.613.473	767.279.413	4,62%	6,59%	6,99%
13	35.948.440	51.131.479	54.175.063	786.461.398	4,57%	6,50%	6,89%
14	36.203.534	51.415.716	54.459.300	806.122.933	4,49%	6,38%	6,76%
15	36.462.096	51.703.712	54.747.296	826.276.006	4,41%	6,26%	6,63%
16	36.724.183	51.995.527	55.039.111	846.932.907	4,34%	6,14%	6,50%
17	36.989.854	52.291.224	55.334.808	868.106.229	4,26%	6,02%	6,37%
18	37.259.170	52.590.865	55.634.449	889.808.885	4,19%	5,91%	6,25%
19	37.532.190	52.894.515	55.938.099	912.054.107	4,12%	5,80%	6,13%
20	37.808.978	53.202.238	56.245.822	934.855.460	4,04%	5,69%	6,02%
Total	671.003.640	964.093.795	1.021.227.979	14.937.953.814	4,5%	6,5%	6,8%



Como destacado anteriormente, o objetivo do programa de gestão integrada de resíduos de Araraquara é ampliar a qualidade dos serviços, disponibilizando maior quantidade de serviços e maior eficiência para atender as demandas da população e garantir a qualidade ambiental.

A modelagem proposta com a integração dos diversos serviços em um provedor e com um contrato de longo prazo visa atender esses objetivos: economias de escala e escopo que permitam a redução de custos; incentivos para educação ambiental; investimento em novas tecnologias que possibilitem a melhor gestão dos resíduos e a redução de custos; entre outros benefícios sociais e ambientais. De acordo com Themelis (2010); “O princípio fundamental é que os resíduos são recursos que devem ser geridos com base na ciência e na melhor tecnologia disponível e não com base em ideologias e economias que excluem os custos ambientais” De acordo com este estudo existe uma hierarquia na gestão de resíduos, partindo-se do básico – aterros sanitários; aterros com recuperação de biogás; captura e aproveitamento energético do biogás; geração de energia dos resíduos; compostagem aeróbica e anaeróbica; reciclagem e por fim a redução dos resíduos. Percebe-se que as formas mais avançadas são aquelas que conseguem reduzir os resíduos ou recicla-los. Mas neste intervalo existe a possibilidade de usar diversas tecnologias que geram produtos a partir dos resíduos. Esses produtos tendem a gerar receitas que diminuem os custos de gestão dos resíduos.

A proposta apresentada para Araraquara é gerar estímulos para que se consiga avançar para as melhores práticas de gestão. Assim, deve-se em um curto prazo já prever investimentos em tecnologias que propiciem a geração de produtos a partir de resíduos: captação de biogás, geração de energia, compostagem, entre outros. As tecnologias disponíveis e as possibilidades são bastante amplas. Todas tendem a gerar receitas acessórias ao concessionário que devem ser revertidas para o setor público. Assim, independente da receita acessória que seja gerada; sugeriu-se que o plano de resíduos do município defina um percentual de redução do custo para o município, obtido a partir de receitas geradas por práticas mais adequadas de gestão dos resíduos: aproveitamento energético, reciclagem, novos produtos, etc.; conforme explicitado anteriormente.

A redução progressiva nos pagamentos da prefeitura deverá gerar incentivo para a maior busca de receita acessória pelo concessionário, ampliando os benefícios ambientais da gestão, além de ganhos de eficiência operacional que permitam esses descontos.

Percebe-se, portanto, que a implantação de um programa de gestão integrada de resíduos em Araraquara deverá gerar um pequeno aumento de custo no curto prazo, o que decorrerá do aumento da qualidade e da maior cobertura dos serviços atendendo as necessidades ambientais e as determinações contidas na Lei Nacional de Resíduos Sólidos. Mas, os ganhos de eficiência que serão possíveis, o avanço para melhores práticas de gestão (reciclagem, redução na geração, aproveitamento energético) entre outros ganhos poderão levar a reduções contínuas na despesa. Se combinarmos esse fato com as perspectivas de crescimento real das receitas municipais, o alcance de padrões mais elevados de gestão ambiental poderá ser feito sem aumento significativo dessas despesas no orçamento municipal.

Além disso, sugere-se que o município debata possibilidades alternativas de financiamento dos serviços de resíduos sólidos e limpeza urbana tendo em vista a responsabilidade conjunta da população e os principais atores sociais na geração de resíduos. A cobrança pode ser, inclusive,

um mecanismo de estímulo a menor geração de resíduos e ao maior reaproveitamento com seus impactos ambientais positivos ao longo do tempo, além de resultar em menores custos para a municipalidade.

9. INDICADORES

A Lei 11.445/2007 estabelece o controle social como um dos seus princípios fundamentais (Art. 2º, inciso X) e o define como o “conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de Saneamento Básico” (Art. 3º, inciso IV). A mesma legislação também define que o plano de saneamento deverá conter “mecanismos e procedimentos para a avaliação sistemática da eficiência e eficácia das ações programadas”.

Cita-se o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, um sistema de informações sobre os serviços articulados, reconhecido pela Lei Federal nº 11.445 de 2007, o qual fornece subsídio de acompanhamento das ações e situações dos serviços na área do saneamento básico. Tal ferramenta permite uma análise histórica de um determinado local, bem como uma avaliação comparativa entre demais municípios, estados e regiões.

Desta forma, para um avanço das informações e avaliação do serviço de esgotamento sanitário no município, abastecimento de água e manejo dos resíduos sólidos sugere-se a alimentação do banco de dados do SNIS e cálculo dos indicadores deste sistema anualmente.

O quadro a seguir apresenta importantes indicadores e os respectivos valores para o município de Araraquara, comparativamente ao Estado de São Paulo. É possível verificar que os índices que apresentam alguma deficiência dizem respeito ao abastecimento de água, sendo; o índice de perdas e as economias atingidas por paralisações e suas respectivas durações.

QUADRO 9-1: INDICADORES DOS ANOS DE 2010 A 2012 PARA ARARAQUARA E ESTADO DE SÃO PAULO.

Ano de Referência	Araraquara 2012	Araraquara 2011	Araraquara 2010	São Paulo
IN001_AE - Densidade de economias de água por ligação (econ./lig.)	1,1	1,1	1,11	1,3
IN013_AE - Índice de perdas faturamento (percentual)	40,59	44,63	39,76	30,32
IN015_AE - Índice de coleta de esgoto (percentual)	84,19	108,32	105,86	74,59
IN016_AE - Índice de tratamento de esgoto (percentual)	100	100	100	70,17
IN022_AE - Consumo médio <i>percapita</i> de água (l/hab./dia)	253,1	234,5	232	192,58
IN046_AE - Índice de esgoto tratado referido à água consumida (percentual)	84,19	108,32	105,86	52,19
IN049_AE - Índice de perdas na distribuição (percentual)	40,59	44,63	41,96	34,22
IN055_AE - Índice de atendimento total de água (percentual)	97,44	97,46	97,89	96,02



Ano de Referência	Araraquara 2012	Araraquara 2011	Araraquara 2010	São Paulo
IN071_AE - Economias atingidas por paralisações (econ./paralis.)	3.175	4.556	-	2.140
IN072_AE - Duração média das paralisações (horas/paralis.)	7,94	8,56	8,67	5,54
IN083_AE - Duração média dos serviços executados (hora/serviço)	11,2	20,26	20,92	11,6
IN015_RS - Taxa de cobertura do serviço de coleta de rdo em relação à população total do município (%)	100	100	98,5	96,8*
IN026_RS - Taxa de resíduos sólidos da construção civil (rcc) coletada pela prefeitura em relação à quantidade total coletada (%)	59,78	46,77	3,55	-
IN030_RS - Taxa de cobertura do serviço de coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana do município. (%)	100	-	-	36,9
IN031_RS - Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo + rpu) coletada (%)	3,17	3,15	3,7	1,9**
IN036_RS - Massa de rss coletada per capita em relação à população urbana (Kg/1000 hab/dia)	4,81	5,17	5,19	-
IN048_RS - Extensão total anual varrida per capita (Km/habitante/ano)	0,51	0,51	0,52	-

*Referente à região Sudeste

** Classificação segundo faixa populacional

- Não há valores

Fonte: SINIS 2011/2012.

O acompanhamento dos indicadores fornece informação quanto ao funcionamento dos serviços. Quando se observa o quadro anterior, é possível aferir que a maioria dos índices obtiveram melhoras ou possui valores muito mais positivos em comparação a média do estado de São Paulo, não abstando da necessidade de melhorar os serviços, por isso, é importante fixar metas, com o objetivo de verificar se os serviços prestados atendem aos requisitos listados.

❖ *Indicadores para o Sistema de Abastecimento de Água*

Diante do exposto sugere-se para o Sistema de Abastecimento de Água os seguintes Indicadores Técnicos:

IQAD – Índice de Qualidade da Água Distribuída

Este índice procura identificar a qualidade da água distribuída à população. Para sua contabilidade são considerados os parâmetros mais importantes de avaliação da qualidade da água.



O IQAD será calculado com base no resultado das análises laboratoriais das amostras de água coletadas na rede de distribuição de água, segundo um programa de coleta que atenda à legislação vigente e seja representativa. A metodologia se dá através do cálculo da média ponderada das probabilidades de atendimento da condição exigida de cada um dos parâmetros constantes no quadro que se segue.

QUADRO 9-2: CONDIÇÕES EXIGIDAS PARA OS PARÂMETROS DA QUALIDADE DA ÁGUA.

PARÂMETRO	SÍMBOLO	CONDIÇÃO EXIGIDA	PESO
Turbidez	TB	Menor que 1,0 (uma) U.T. (unidade de turbidez)	0,2
Cloro residual Livre	CRL	Maior que 0,2 (dois décimos) e menor que um valor limite a ser fixado de acordo com as condições do sistema	0,25
PH	pH	Maior que 6,5 (seis e meio) e menor que 8,5 (oito e meio).	0,10
Fluoreto	FLR	Maior que 0,7 (sete décimos) e menor que 0,9 (nove décimos) mg/l (miligramas por litro)	0,10
Bacteriologia	BAC	Menor que 1,0 (uma) UFC/100 ml (unidade formadora de colônia por cem mililitros).	0,35

Determinada a probabilidade de atendimento para cada parâmetro, o IQAD será obtido através da seguinte expressão:

$$\text{IQAD} = 0,20 \times P(\text{TB}) + 0,25 \times P(\text{CRL}) + 0,10 \times P(\text{PH}) + 0,10 \times P(\text{FLR}) + 0,35 \times P(\text{BAC})$$

onde:

- P(TB) = probabilidade de que seja atendida a condição exigida para a turbidez;
- P(CRL) = probabilidade de que seja atendida a condição exigida para o cloro residual;
- P(PH) = probabilidade de que seja atendida a condição exigida para o pH;
- P(FLR) = probabilidade de que seja atendida a condição exigida para os fluoretos;
- P(BAC) = probabilidade de que seja atendida a condição exigida para a bacteriologia.

Observa-se que a apuração do IQAD não isenta o operador de suas responsabilidades em relação a outros órgãos fiscalizadores e atendimento à legislação vigente. A qualidade da água distribuída será classificada de acordo a média dos valores do IQAD dos últimos 12 (doze) meses, em consonância com os valores do IQAD:

- Menor que 80% **Ruim**
- $\geq 80\%$ e $< 90\%$ **Regular**
- $\geq 90\%$ e $< 95\%$ **Bom**
- $\geq 95\%$ **Ótimo**



A água distribuída será considerada adequada se a média dos IQADs apurados nos últimos 12 (doze) meses for igual ou superior a 90% (conceito Bom).

CBA – Cobertura do Sistema de Abastecimento de Água

A cobertura pela rede distribuidora de água será apurada pela seguinte expressão:

$$CBA = (NIL \times 100) / NTE$$

Onde:

- CBA = cobertura pela rede de distribuição de água, em percentagem.
- NIL = número de imóveis ligados à rede de distribuição de água.
- NTE = número total de imóveis edificadas na área de prestação.

Desta forma o nível de cobertura do sistema de abastecimento de água será avaliado conforme quadro a seguir:

QUADRO9-3: PARÂMETROS PARA COBERTURA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Cobertura %	Classificação
Menor que 80%	Insatisfatório
Entre 80% e inferior a 95%	Satisfatório
Maior ou igual a 95%	Adequado

ICA – Índice de Continuidade do Abastecimento de Água

O Índice de Continuidade do Abastecimento - ICA tem como objetivo verificar o atendimento ao requisito da continuidade dos serviços prestados. O indicador estabelecerá um parâmetro objetivo de análise para verificação do nível de prestação dos serviços, no que se refere à continuidade do fornecimento de água aos usuários.

Para apuração do valor do ICA deverão ser quantificadas as reclamações (confirmadas) dos usuários e registradas as pressões em pontos da rede distribuidora onde haja a indicação técnica de possível deficiência de abastecimento.

O ICA será calculado através da seguinte expressão:

$$ICA = [(TPM8 \times 100) / NPM \times TTA] \times 0,4 + [(1 - N^{\circ} \text{ reclamações confirmadas} / n^{\circ} \text{ de ligações})] \times 0,6$$

onde:

- ICA = índice de continuidade do abastecimento de água, em percentagem (%)
- TTA = tempo total da apuração, que é o tempo total, em horas, decorrido entre o início e o término de um determinado período de apuração. Os períodos de apuração poderão ser de um dia, uma semana, um mês ou um ano.
- TPM8 = Somatória dos tempos em que as pressões medidas pelos registradores instalados em pontos da rede apresentaram valores superiores à 8 metros de coluna d'água.
- Número de reclamações confirmadas – Queixas de falta de água ou pressão baixa, feita por usuários. Só deverão ser validadas as reclamações que se verificar serem verdadeiras.



Os valores do ICA para o sistema de abastecimento como um todo, calculado para os últimos 12 (doze) meses, caracterizam o nível de continuidade do abastecimento, classificado conforme o quadro a seguir:

QUADRO 9-4: PARÂMETROS DE CONTINUIDADE DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Valores do ICA	Classificação
Menor que 95%	Intermitente
Entre 95% e 98%	Irregular
Superior a 98%	Satisfatório

IPD – Índice de Perdas no Sistema de Distribuição

O índice de perdas no sistema de distribuição tem o objetivo de garantir que o desperdício dos recursos naturais seja o menor possível. Assim sendo, além de colaborar para a preservação dos recursos naturais, tem reflexos diretos sobre os custos de operação e investimentos do sistema de abastecimento, e conseqüentemente sobre as tarifas, ajudando a garantir o cumprimento do requisito da modicidade das tarifas.

O índice de perdas de água no sistema de distribuição será calculado pela seguinte expressão:

$$IPD = (VLP - VAF) \times 100 / VLP$$

onde:

- IPD = índice de perdas de água no sistema de distribuição (%)
- VLP = volume de água líquido produzido, em metros cúbicos, correspondente à diferença entre o volume bruto processado na estação de tratamento e o volume consumido no processo de potabilização (água de lavagem de filtros, descargas ou lavagem dos decantadores e demais usos correlatos), ou seja, VLP é o volume de água potável efluente da unidade de produção; a somatória dos VLP's será o volume total efluente de todas as unidades de produção em operação no sistema de abastecimento de água.
- VAF = volume de água fornecido, em metros cúbicos, resultante da leitura dos micromedidores e do volume estimado das ligações que não os possuam; o volume estimado consumido de uma ligação sem hidrômetro será a média do consumo das ligações com hidrômetro, de mesma categoria de uso.

Para efeito deste indicador o nível de perdas verificado no sistema de abastecimento será classificado conforme indicado no quadro a seguir:

QUADRO 9-5: PARÂMETROS PERDAS NO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

Valores do IPD	Classificação
Acima de 40%	Inadequado
Entre 31% e 40%	Regular
Entre 26% e 31%	Satisfatório
Igual ou Abaixo de 25%	Adequado

❖ *Indicadores para o Sistema de Esgotamento Sanitário*

A seguir sugere-se o Indicador a ser utilizado para o Sistema de Esgotamento Sanitário



Cobertura do Sistema de Esgotamento Sanitário

Entende-se que a cobertura da área de prestação por rede coletora de esgotos é um indicador que busca o atendimento dos requisitos de universalidade do direito ao atendimento.

A cobertura pela rede coletora de esgotos será calculada pela seguinte expressão:

$$CBE = (NIL \times 100) / NTE$$

onde:

- CBE = cobertura pela rede coletora de esgotos, em percentagem.
- NIL = número de imóveis ligados à rede coletora de esgotos.
- NTE = número total de imóveis edificados na área de prestação.

Na determinação do número total de imóveis ligados à rede coletora de esgotos (NIL) não serão considerados os imóveis ligados a redes que não estejam conectadas a coletores tronco, interceptores ou outras tubulações que conduzam os esgotos a uma instalação adequada de tratamento.

Na determinação do número total de imóveis edificados (NTE) não serão considerados os imóveis não ligados à rede coletora localizados em loteamentos cujos empreendedores estiverem inadimplentes com suas obrigações perante a legislação vigente, perante a Prefeitura Municipal e demais poderes constituídos, e perante o operador.

O nível de cobertura de um sistema de esgotos sanitários será classificado conforme tabela a seguir:

QUADRO 9-6: PARÂMETROS DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO

Porcentagem de Cobertura	Classificação do serviço
Menor que 60%	Insatisfatório
Maior ou igual a 60% e inferior a 80%	Satisfatório
Maior ou igual a 80%	Adequado

❖ *Indicadores para o Sistema de Drenagem e Manejo das Águas Pluviais*

Para o Sistema de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais indica-se a utilização dos indicadores de desempenho da drenagem. Ressalta-se a necessidade de revisão dos indicadores, portanto trabalhos contínuos devem ser realizados para consolidar os indicadores à medida que novos dados são gerados, sejam pela utilização dos próprios indicadores ou por meio de monitoramentos realizados.

QUADRO 9-7: INDICADORES PARA O SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DAS ÁGUAS PLUVIAIS

Campo de análise	Indicador	Unidade de medida
Estratégico	Autossuficiência financeira com a coleta de águas pluviais	%
	Índice de produtividade da força de trabalho com atuação no sistema de drenagem e manejo de águas pluviais	empregados/hab



Campo de análise	Indicador	Unidade de medida
Operacional	Índice de atendimento urbano de águas pluviais	%
Grau de permeabilidade do solo	Taxa de crescimento da população	%
	Nível de urbanização	%
	Nível de áreas verdes urbanas	m ² /habitante
	Proporção de área construída ou impermeabilizada	%
	Taxa de incremento de vazões máximas	%
Gestão da drenagem urbana	Percepção do usuário sobre a qualidade dos serviços de drenagem	ocorrências/ano
	Existência de instrumentos para o planejamento governamental (planos e programas de drenagem)	S/N
	Participação da população em consultas e audiências públicas, encontros técnicos e oficinas de trabalho sobre o plano de drenagem	Participantes /segmento
	Cadastro de rede existente	S/N ou %

❖ *Indicadores para o Manejo de Resíduos Sólidos e Limpeza Urbana*

Quanto aos indicadores de resíduos sólidos, como foi possível ver anteriormente nos dados do SINIS (2012) a taxa de cobertura do serviço de coleta de RDO em relação à população total e a Taxa de cobertura do serviço de coleta seletiva porta-a-porta em relação à população urbana do município, ambos são 100%. Sendo assim, este índice é o parâmetro estabelecido para o município.

De uma maneira geral, dentre os indicadores relacionados aos resíduos sólidos urbanos, o mais utilizado no Brasil e no mundo é o da *quantidade gerada de resíduos/habitante/unidade de tempo*. Outro indicador largamente medido se refere à recuperação de resíduos municipais, percebido como o conjunto de operações (reciclagem, reutilização ou compostagem) que permitem o aproveitamento total ou parcial dos resíduos.

No presente estudo será utilizado, de forma “referencial”, o conjunto de 12 indicadores de sustentabilidade específicos para a gestão de RSU, propostos por MILANEZ (2002). De acordo com POLAZ & TEIXEIRA, (2008), aquele autor obteve uma lista abrangente de indicadores após uma ampla pesquisa à bibliografia nacional e internacional sobre os indicadores associados à gestão de RSU, comumente utilizados para monitorar e avaliar o desempenho de políticas institucionais.

Ainda segundo POLAZ & TEIXEIRA, (2008), numa segunda etapa, Milanez definiu 11 princípios de sustentabilidade específicos para resíduos, sendo que, para um deles (*respeito ao contexto local*), não foi definido um indicador. Em seguida, ordenou e comparou os indicadores obtidos na literatura que, então, sofreram um processo de seleção e ajustes.

Os critérios levados em consideração pelo autor para a escolha dos indicadores foram: coerência com a realidade local, relevância, clareza na comunicação, construção e



monitoramento participativo, facilidade para definir metas, consistência científica, acessibilidade dos dados, confiabilidade da fonte, sensibilidade a mudanças no tempo, preditividade e capacidade de síntese do indicador.

Os 12 temas para os quais houve a proposição de indicadores foram:

- (1) assiduidade dos trabalhadores do serviço de limpeza pública;
- (2) existência de situações de risco à saúde em atividades vinculadas à gestão de RSU;
- (3) postos de trabalho associados à cadeia de resíduos apoiados pelo poder público;
- (4) canais de participação popular no processo decisório da gestão dos RSU;
- (5) realização de parcerias com outras administrações públicas ou com agentes da sociedade civil;
- (6) acesso da população às informações relativas à gestão dos RSU;
- (7) população atendida pela coleta domiciliar de resíduos sólidos;
- (8) gastos econômicos com a gestão dos RSU;
- (9) autofinanciamento da gestão dos RSU;
- (10) recuperação de áreas degradadas;
- (11) medidas mitigadoras previstas nos estudos de impacto ambiental/licenciamento ambiental;
- (12) recuperação de material oriundo do fluxo de resíduos realizada pela administração municipal.

Para cada indicador, Milanez definiu três parâmetros de avaliação relativos a tendência à sustentabilidade:

- (i) **MD** - Muito Desfavorável;
- (ii) **D** – Desfavorável; e
- (iii) **F** - Favorável.

Assim, tomando por base todo o anteriormente exposto, assume-se no presente estudo que o modelo proposto por Milanez se *alinha aos princípios de sustentabilidade*, conforme preconizados na PNRS.

Dessa forma, aplicando-se as necessárias adequações às questões “locais” (Araraquara), conforme sugerem POLAZ & TEIXEIRA, (2007), os seguintes critérios foram utilizados para o processo de seleção dos indicadores para o município de Araraquara:



- (i) quando os indicadores do modelo de Milanez se mostraram adequados ao atendimento dos problemas diagnosticados no município de Araraquara, os mesmos foram adotados no presente estudo;
- (ii) nos casos contrários, foram buscados os indicadores que se relacionam diretamente com o problema diagnosticado; porém, oriundos de outras literaturas que também servem de base conceitual para o tema em questão;
- (iii) Se nenhum dos critérios anteriores deu atendimento ao problema diagnosticado, fez-se um exercício específico na busca da formulação de novos indicadores.

O Quadro 12-1, mostrado a seguir, elenca os “indicadores locais” assumidos para a gestão municipal dos RSU de Araraquara, organizados segundo as diferentes “dimensões de sustentabilidade” adotadas para este estudo.

QUADRO 9-7 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DE RSU DE ARARAQUARA, NAS DIFERENTES DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DE R.S.U. (*) DE ARARAQUARA	
(*) Resíduos Domiciliares / Resíduos da limpeza Urbana / Resíduos da Construção Civil / Resíduos da Coleta Seletiva / Resíduos dos Serviços de Saúde)	
INDICADORES	TENDÊNCIA À SUSTENTABILIDADE
→ DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE: “Ambiental / Ecológica”	
<p>(1) QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS DE DISPOSIÇÃO IRREGULAR / CLANDESTINA DE RSU</p> <p><i>(os dados sobre ocorrências de disposição irregular / clandestina podem ser obtidos quantificando-se as reclamações motivadas por este tipo de postura, eventuais denúncias, notificações provenientes de ações de fiscalização, diagnósticos diversos, entre outros.)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (MD) Mais de X ocorrências/ano a cada 1.000 hab ▪ (D) Entre X e Y ocorrências/ano a cada 1.000 hab ▪ (F) Menos de Y ocorrências/ano a cada 1.000 hab <p>OBS.:→ para que as “tendências à sustentabilidade” possam ser efetivamente avaliadas, antes da aplicação dos indicadores, deverão ser definidos os seus parâmetros quantitativos, conforme aqui</p>



INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DE R.S.U. (*) DE ARARAQUARA	
(*) Resíduos Domiciliares / Resíduos da limpeza Urbana / Resíduos da Construção Civil / Resíduos da Coleta Seletiva / Resíduos dos Serviços de Saúde)	
INDICADORES	TENDÊNCIA À SUSTENTABILIDADE (MD) Muito Desfavorável; (D) Desfavorável; (F) Favorável
	expressos por X e Y. É altamente recomendável que esses valores (X e Y) sejam acordados entre os diversos segmentos sociais envolvidos direta ou indiretamente com a gestão de RSU de Araraquara.
(2) GRAU DE RECUPERAÇÃO DOS PASSIVOS AMBIENTAIS CONHECIDOS <i>(em geral, os antigos “lixões” e os “bolsões” de disposição de entulhos e/ou resíduos diversos, são responsáveis pela principal forma de passivo ambiental. A avaliação da tendência expressa por esse indicador foi baseada em parâmetros qualitativos; ou seja, desfrutará de uma condição favorável à sustentabilidade o município que recuperar a totalidade das áreas degradadas pela gestão de RSU)</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) As áreas degradadas não foram mapeadas ou não houve recuperação das áreas identificadas▪ (D) As áreas degradadas foram mapeadas, porém não devidamente recuperadas▪ (F) Todas as áreas degradadas foram devidamente recuperadas
(3) GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS PREVISTAS NO LICENCIAMENTO DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AOS RSU <i>(refere-se tanto às medidas mitigadoras quanto às medidas compensatórias vislumbradas no processo de licenciamento ambiental. A condição favorável à sustentabilidade ocorre quando o licenciamento ambiental é devidamente realizado e as medidas, implementadas integralmente)</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) Inexistência de licenciamento ambiental▪ (D) Licenciamento ambiental realizado, porém, as medidas não foram plenamente implementadas▪ (F) Licenciamento ambiental realizado e medidas implementadas integralmente
	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) Recuperação inexistente ou muito baixa dos RSU



INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DE R.S.U. (*) DE ARARAQUARA	
(*) Resíduos Domiciliares / Resíduos da limpeza Urbana / Resíduos da Construção Civil / Resíduos da Coleta Seletiva / Resíduos dos Serviços de Saúde)	
INDICADORES	TENDÊNCIA À SUSTENTABILIDADE
	(MD) Muito Desfavorável; (D) Desfavorável; (F) Favorável
<p>(4) GRAU DE RECUPERAÇÃO DOS RSU QUE ESTÃO SOB RESPONSABILIDADE DO PODER PÚBLICO</p> <p><i>(a recuperação pode ser entendida como qualquer sistema ou processo (compostagem, reutilização, reciclagem, etc.) que retarde o envio do resíduo a uma destinação final qualquer. Dessa forma, este indicador deve monitorar exclusivamente os RSU sob responsabilidade do Poder Público, ficando excluídas as situações nas quais a responsabilidade pelo gerenciamento de um determinado tipo de resíduo recaia legalmente sobre o seu próprio gerador – ex: resíduos industriais)</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (D) Recuperação baixa dos RSU ▪ (F) Recuperação alta dos RSU
→ DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE: “Econômica”	
<p>(5) GRAU DE AUTOFINANCIAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA DE RSU</p> <p><i>(este indicador, proveniente do modelo de Milanez, mede o grau de autofinanciamento da gestão pública de RSU, aferido pela razão anual, em porcentagem, entre os custos autofinanciados dessa gestão e os custos públicos totais. O autofinanciamento compreende as fontes regulares de recursos, como as tarifas de lixo, quando existentes, bem como as fontes eventuais, como recursos garantidos por meio de convênios, projetos ou ainda editais de concorrência pública em âmbito nacional, que financiam serviços específicos da gestão de RSU.</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (MD) Inexistência de fonte específica ou sistema de cobrança para financiamento da gestão de RSU ▪ (D) Existência de fonte específica ou sistema de cobrança para financiamento da gestão de RSU, mas não cobre todos os custos ▪ (F) Os custos da gestão de RSU são completamente financiados por fonte específica ou sistema de cobrança dos resíduos
→ DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE: “Social”	
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (MD) Baixa disponibilização dos serviços públicos de RSU



INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DE R.S.U. (*) DE ARARAQUARA	
(*) Resíduos Domiciliares / Resíduos da limpeza Urbana / Resíduos da Construção Civil / Resíduos da Coleta Seletiva / Resíduos dos Serviços de Saúde)	
INDICADORES	TENDÊNCIA À SUSTENTABILIDADE (MD) Muito Desfavorável; (D) Desfavorável; (F) Favorável
<p>(6) GRAU DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE RSU À POPULAÇÃO</p> <p><i>(o atendimento de forma satisfatória às premissas da sustentabilidade induz ao entendimento de que o Poder Público deva disponibilizar não apenas os serviços convencionais de RSU, mas serviços “diferenciados de coleta”, como a coleta de orgânicos para a compostagem e a coleta seletiva de recicláveis secos, entre outras. Ou seja, ao se garantir a separação prévia dos resíduos, de acordo com a sua tipologia e na sua fonte geradora, resguardam-se as possibilidades de práticas ambientalmente mais adequadas de gerenciamento - da coleta à disposição final -, nas quais os RSU não sejam simplesmente aterrados).</i></p>	<ul style="list-style-type: none">▪ (D) Média disponibilização dos serviços públicos de RSU▪ (F) Disponibilização plena dos serviços públicos de RSU
<p>(7) GRAU DE ABRANGÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO OU ORIENTAÇÃO ÀS PESSOAS QUE ATUAM COM RSU</p> <p><i>(este indicador buscar atender o problema da insuficiência de políticas públicas específicas para “catadores de resíduos recicláveis” que podem atuar num sistema formal ou informal. Ou seja, um sistema de recuperação de “recicláveis” que pretenda avançar na direção da sustentabilidade pressupõe a combinação de ao menos dois fatores: a responsabilidade dos geradores pela produção de seus resíduos e a integração social dos catadores)</i></p>	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) Inexistência de políticas públicas efetivas de apoio às pessoas que atuam com RSU▪ (D) Existência de políticas públicas, porém com baixo envolvimento das pessoas que atuam com RSU▪ (F) Existência de políticas públicas com alto envolvimento das pessoas que atuam com RSU
→ DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE: “Política / Institucional”	



INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DE R.S.U. (*) DE ARARAQUARA	
(*) Resíduos Domiciliares / Resíduos da limpeza Urbana / Resíduos da Construção Civil / Resíduos da Coleta Seletiva / Resíduos dos Serviços de Saúde)	
INDICADORES	TENDÊNCIA À SUSTENTABILIDADE (MD) Muito Desfavorável; (D) Desfavorável; (F) Favorável
<p>(8) GRAU DE ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO DE RSU NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL</p> <p><i>(este indicador se relaciona, por exemplo, à ausência de um organograma e/ou de plano de carreira para o setor de RSU na gestão municipal. Tal fato pode comprometer profundamente a qualidade da política e da gestão de resíduos, uma vez que a instabilidade dos postos de trabalho, produzida pela intensa quantidade e rotatividade de cargos comissionados, gera graves descontinuidades de ações)</i></p>	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) Inexistência de setor específico para RSU na administração municipal▪ (D) Existência de setor específico para RSU, porém não estruturado▪ (F) Existência de setor específico para RSU devidamente estruturado
<p>(9) GRAU DE CAPACITAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS ATUANTES NA GESTÃO DE RSU</p> <p><i>(este indicador se refere à qualificação do quadro municipal e sua mensuração se dá através do número de funcionários municipais lotados na área de limpeza urbana e atividades relacionadas a resíduos sólidos em geral que receberam algum tipo de capacitação em RSU).</i></p>	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) Nenhum funcionário do setor de RSU recebeu capacitação específica▪ (D) Apenas parte dos funcionários do setor de RSU recebeu capacitação específica▪ (F) Todos os funcionários do setor de RSU receberam capacitação específica
<p>(10) QUANTIDADE DE AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO RELACIONADAS À GESTÃO DE RSU PROMOVIDAS PELO PODER PÚBLICO</p>	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) Inexistência de ações de fiscalização▪ (D) Existência das ações de fiscalização, porém em quantidade insuficiente▪ (F) Existência das ações de fiscalização



**INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
PARA A GESTÃO DE R.S.U. (*) DE ARARAQUARA**

(*) Resíduos Domiciliares / Resíduos da limpeza Urbana / Resíduos da Construção Civil / Resíduos da Coleta Seletiva / Resíduos dos Serviços de Saúde)

INDICADORES	TENDÊNCIA À SUSTENTABILIDADE (MD) Muito Desfavorável; (D) Desfavorável; (F) Favorável
<p>MUNICIPAL</p> <p><i>(este indicador mede a quantidade de ações de fiscalização relacionadas à gestão de RSU promovidas pelo Poder Público municipal. A inexistência de tais ações gera a condição mais desfavorável à sustentabilidade, ao passo que a sua existência em número suficiente indica tendências favoráveis. Se as ações existem, mas são insuficientes, a tendência é tida como desfavorável. Da mesma forma, os usuários do sistema de indicadores podem fazer o trabalho prévio de definir parâmetros quantitativos para melhor balizar o que vem a ser números suficientes ou insuficientes das ações de fiscalização no âmbito da gestão local de RSU)</i></p>	<p>em quantidade suficiente</p>
<p>(11) EXISTÊNCIA E GRAU DE EXECUÇÃO DE PLANO MUNICIPAL DE RSU</p> <p><i>(um plano municipal para RSU deve estabelecer metas claras e factíveis, definindo-se também os meios e os prazos para a sua plena execução. Portanto, uma das formas de avaliar a tendência à sustentabilidade no âmbito das políticas, programas e planos para RSU é medir o alcance das metas; ou seja, quando muitas metas são atingidas, significa que a política caminha a favor da sustentabilidade. A inexistência de um plano, por sua vez, caracteriza a tendência mais desfavorável à sustentabilidade).</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (MD) Inexistência de Plano Municipal para RSU ▪ (D) Existência de Plano Municipal para RSU, porém poucas metas foram atingidas ▪ (F) Existência de Plano Municipal para RSU com muitas metas atingidas



INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE PARA A GESTÃO DE R.S.U. (*) DE ARARAQUARA	
(*) Resíduos Domiciliares / Resíduos da limpeza Urbana / Resíduos da Construção Civil / Resíduos da Coleta Seletiva / Resíduos dos Serviços de Saúde)	
INDICADORES	TENDÊNCIA À SUSTENTABILIDADE (MD) Muito Desfavorável; (D) Desfavorável; (F) Favorável
(12) GRAU DE SISTEMATIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE RSU PARA A POPULAÇÃO <i>(este indicador, proposto por Milanez para essa temática, conduz ao entendimento de que a participação efetiva da sociedade na gestão dos RSU só é possível através da difusão de informações)</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) As informações sobre a gestão de RSU não são sistematizadas▪ (D) As informações sobre a gestão de RSU são sistematizadas, porém não estão acessíveis à população▪ (F) As informações sobre a gestão de RSU são sistematizadas e divulgadas de forma pró-ativa para a população
→ DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE: “Cultural”	
(13) TAXA DE VARIAÇÃO DA GERAÇÃO PER CAPITA DE RSU <i>(este indicador reflete a variação da geração per capita de RSU, aferida pela razão entre a quantidade per capita - em peso - dos RSU gerados no ano da aplicação do indicador e a quantidade per capita de RSU gerados no ano anterior. Considera-se que os valores assim “relativizados” possam expressar uma medida melhor do que os valores absolutos da geração municipal de RSU, facilitando a compreensão do indicador. Ou seja, Taxas de variação maiores que 1 refletem a situação mais desfavorável à sustentabilidade: significa dizer que a geração de resíduos por habitante aumentou no curto intervalo de um ano)</i>	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) Taxa de variação > 1▪ (D) Taxa de variação = 1▪ (F) Taxa de variação < 1
(14) EFETIVIDADE DE PROGRAMAS EDUCAÇÃO AMBIENTAL VOLTADOS PARA	<ul style="list-style-type: none">▪ (MD) Inexistência de programas educativos▪ (D) Existência de programas educativos continuados, porém com baixo



**INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE
PARA A GESTÃO DE R.S.U. (*) DE ARARAQUARA**

(*) Resíduos Domiciliares / Resíduos da limpeza Urbana / Resíduos da Construção Civil / Resíduos da Coleta Seletiva / Resíduos dos Serviços de Saúde)

INDICADORES	TENDÊNCIA À SUSTENTABILIDADE (MD) Muito Desfavorável; (D) Desfavorável; (F) Favorável
<p>BOAS PRÁTICAS DA GESTÃO DE RSU</p> <p><i>(este indicador busca mostrar que um novo modelo a ser adotado pelos gestores públicos, no que se refere aos RSU, deverá viabilizar as chamadas “boas práticas”, como a coleta seletiva, a triagem e o reaproveitamento dos recicláveis, preferencialmente com inclusão social. Assim, a inexistência de programas educativos com este enfoque caracteriza a tendência mais desfavorável à sustentabilidade; a existência dos programas, porém com baixo envolvimento da população, determina a condição desfavorável. Quando os programas existirem e contarem com alta participação da sociedade, haverá a situação a favor da sustentabilidade).</i></p>	<p>envolvimento da população</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ (F) Existência de programas educativos continuados com alto envolvimento da população
<p>(15) Efetividade de atividades de multiplicação de boas práticas em relação aos RSU</p> <p><i>(este indicador busca avaliar as atividades de multiplicação das boas práticas da gestão de RSU. Para que ele expresse a tendência favorável à sustentabilidade, é preciso haver divulgação efetiva do que se consideram boas práticas de gestão dos RSU e a sua replicação. Equivale dizer que não basta a simples existência destas práticas; importa que elas sejam reproduzidas em alguma escala, ou no próprio município ou nos municípios vizinhos. Tanto a ausência de divulgação quanto a inexistência de boas experiências de gestão dos RSU caracterizam a tendência muito desfavorável à sustentabilidade).</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ (MD) Ausência de divulgação de boas práticas de gestão dos RSU ou inexistência das mesmas ▪ (D) Divulgação pouco efetiva de boas práticas de gestão dos RSU ▪ (F) Divulgação efetiva de boas práticas de gestão dos RSU, inclusive com replicação das mesmas

(*) Baseado e adaptado de POLAZ & TEIXEIRA (2007).



Do anteriormente exposto, vale ser enfatizados que o conjunto aqui proposto de indicadores foi direcionado para a gestão pública de RSU no município de Araraquara, de forma que a geração e a divulgação sistemática de resultados – a partir de sua aplicação periódica – podem tornar as características desta gestão mais transparentes à sociedade em geral.

Entende-se, ainda, que a sensibilização e a participação dos diversos agentes e parceiros envolvidos com a gestão de RSU em Araraquara poderão legitimar a implementação efetiva e permanente de um sistema de indicadores locais, possibilitando a criação de mecanismos de controle social e o estabelecimento de metas que apontem para uma gestão “mais sustentável” dos RSU.

Ou seja, assume-se que um indicador jamais será bom o suficiente se a comunidade não o julgar importante para a sua realidade; daí o fato fundamental de envolvê-la neste processo de desenvolvimento.



10. SUSTENTABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

10.1. Aspectos Regulatórios e Modelos

De acordo com a Lei 11.445 de janeiro de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais do setor de saneamento básico, este é composto pelos seguintes serviços (artigo 3):

- (i) Abastecimento de água potável – composto de toda a infraestrutura necessária para o abastecimento de água potável incluindo a captação, ligações prediais e instrumentos de medição;
- (ii) Esgotamento sanitário – atividades e estruturas para a coleta, transporte, tratamento e disposição final de esgotos sanitários;
- (iii) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos – atividades e estruturas para a coleta, transbordo, transporte, tratamento e destino final do lixo doméstico e o decorrente da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- (iv) Drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

Este conjunto de serviços caracteriza-se pela essencialidade e cuja ausência tende a gerar uma série de efeitos negativos sobre a saúde pública e o meio ambiente. Vários estudos demonstram o elevado custo decorrente de doenças associadas a falta de saneamento básico, a contaminação ambiental em função da disposição inadequada dos resíduos, com impactos negativos sobre a atividade econômica e a geração de emprego e renda, entre outros aspectos. Estas são as chamadas externalidades negativas decorrentes da provisão inadequada desses serviços.

Além da importância dos serviços uma série de especificidades está associada à provisão desses serviços. Os ativos associados a estes serviços possuem alta especificidade com difícil redirecionamento para outra atividade, o que implica a necessidade de um correto dimensionamento dos investimentos necessários, problemas técnicos e de informação exigem uma ampla regulação técnica sobre a qualidade do serviço prestado; entre outros fatores que limitam a possibilidade de concorrência e resultam em economias de escala para os serviços.

Isto faz com que esses serviços sejam caracterizados como Serviços de Utilidade Pública em que a universalidade dos serviços (garantir o acesso a toda população) e a qualidade técnica são fundamentais. Como tal, as receitas devem ser suficientes para cobrir os custos dos serviços e possibilitar os investimentos necessários na expansão dos serviços e na manutenção dos mesmos e a cobertura de toda a população.

A Constituição define que a responsabilidade pela provisão dos diversos serviços de saneamento – água, esgoto e limpeza urbana - é dos municípios. Esses serviços podem ser providos diretamente pelo setor público, seja pela administração direta ou por meio de autarquias e empresas públicas; ou serem transferidas ao setor privado, seja por meio de concessões e parcerias público-privado ou de contratação de serviços de terceiros (terceirização).

O setor se ressentiu ao longo de vários anos da ausência de leis específicas que definissem as regras para a provisão dos diferentes serviços. Isto limitou uma maior atratividade



a iniciativa privada e afetou a capacidade de investimento no setor pelas restrições financeiras do setor público. A Lei do Saneamento só foi aprovada em 2007 e prevê alguns aspectos essenciais, dentre os quais cabe destacar a titularidade dos municípios nos serviços de saneamento, a responsabilidade pela busca da universalização dos serviços e o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos.

No caso dos resíduos sólidos a lei específica para o setor só foi aprovada em agosto de 2010, Lei número 12.305 (Lei dos Resíduos Sólidos). Esta lei estabelece uma série de princípios e objetivos, dentre os quais se podem destacar: (i) a visão **sistêmica** na gestão dos resíduos (econômica, social, ambiental, tecnológica e saúde pública); (ii) a precaução com a saúde pública; não geração, **redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada** dos rejeitos; (iii) **gestão integrada** de resíduos sólidos; (iv) **regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização** da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a **recuperação dos custos dos serviços prestados**, como forma de garantir sua **sustentabilidade operacional e financeira**; entre outros aspectos relacionados ao estímulo a reciclagem, ao acompanhamento do ciclo de vida do produto; à redução da geração de resíduos, estímulo a formação e desenvolvimento das cooperativas de catadores e sua inclusão nos programas de coleta seletiva e reciclagem; estímulo a formação de consórcios para viabilizar a escala econômica de determinados investimentos, entre outros objetivos.

Algumas determinações da lei devem ser destacadas, aquela que prevê o fim dos lixões para 2014 e a implantação dos sistemas de logística reversa em determinados setores: lâmpadas, eletrônicos, embalagens, pilhas, etc. Deve-se destacar a preocupação da lei com a redução da geração, a reciclagem, o reuso dos resíduos; a correta disposição dos mesmos e a implantação do princípio do poluidor-pagador, em que o responsável pela geração do resíduo deve pagar pelo mesmo. Deverá haver cooperação entre os diferentes entes da federação seja na elaboração dos seus respectivos Planos de Resíduos Sólidos, seja na implantação dos instrumentos, na realização do investimento e no financiamento dos serviços.

Percebe-se que tanto a Lei de Concessões dos Serviços Públicos de 1995 como as leis de Saneamento e Resíduos Sólidos e a de PPPs destacam a importância do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. Isto faz com que os contratos devam ser revistos sempre que ocorrerem mudanças decorrentes de custos mais elevados, perda de receitas, redimensionamento de investimentos, entre outros fatores que possa sacrificar o equilíbrio dos contratos e a prestação dos serviços. Assim, reavaliações periódicas de contratos visando à adequação das receitas aos custos de provisão dos serviços são necessárias para garantir a continuidade dos mesmos dentro dos critérios de qualidade técnica requerida e de universalização.

Estudo do Banco Mundial mostra que a revisão de contratos de concessões e de PPPs é bastante comum em todas as regiões do mundo, seja em países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Estas decorrem tanto das incertezas relacionados a contratos de longo prazo e dificuldades em prever todos os riscos de mercado e operacionais, como em função de alterações regulatórias que afeta o desempenho dos mesmos. Estes aspectos mostram a incompletude dos contratos de concessão e PPPs frente à ampla variedade de situações e



incentivos aos quais estão sujeitos e que não se consegue incorporar aos contratos (Guasch, 2007). De qualquer modo revisões periódicas devem ser previstas e não devem ser consideradas como meros erros. A sua importância é reduzir os riscos de investimentos tão necessários para a qualidade de vida e que com maiores riscos tenderiam a ser mais caros, com a exigência de maiores retornos, e/ou seriam realizados em menor magnitude limitando o acesso aos serviços.

Como o principal objetivo nas concessões e PPPs é alcançar o objetivo público de qualidade e quantidade de serviços com o menor custo seja em termos de tarifa ou de pagamentos do setor público, os contratos devem gerar incentivos para que os provedores busquem as melhores tecnologias e o menor custo. Neste sentido a definição do escopo de serviços, das formas de remuneração e dos mecanismos de reajuste e revisão tarifária, entre outros aspectos são de extrema importância. Vale destacar, que a realização de uma concessão ou de uma PPP não exime o setor público da responsabilidade de prover os respectivos serviços. O setor público está delegando ao parceiro, mas ainda deve regular e fiscalizar o cumprimento dos contratos.

Um risco muito comum em contratos com o setor público é o risco político e o de atrasos nos pagamentos. Assim, os contratos também podem prever mecanismos para mitigar esses riscos; como por exemplo, a constituição de fundos de garantia de pagamentos, contas vinculadas (tarifas ou taxas vinculadas ao pagamento de determinados serviços), entre outros mecanismos. Note-se que tanto a construção de garantias como a possibilidade de revisão de contratos frente a ocorrência de desequilíbrios tendem a gerar amplos benefícios ao Estado e aos cidadãos pela redução do risco e com isso do retorno exigido, reduzindo os custos dos serviços prestados e ampliando a eficiência.

Os serviços de utilidade pública podem ser providos diretamente pelo Estado ou por meio do setor privado seja com concessões, PPPs ou contratações do setor público. O essencial nesses serviços é buscar a qualidade do atendimento e o maior acesso possível nas melhores condições possíveis. Diversas características desses segmentos justificam a presença do setor público, direta ou indiretamente: especificidade de ativos, restrições à concorrência; economias de escala e escopo no oferecimento dos serviços; externalidades associadas aos serviços, em especial sobre o meio ambiente e a saúde pública; características de bem público em alguns serviços, entre outros. Dessa forma estes serviços requerem investimentos constantes e, em geral, elevados; continuidade e eficiência nos serviços; modicidade de custos. A responsabilidade pública requer então que se garanta a realização de investimentos necessários, independente da capacidade fiscal do estado e que os serviços sejam providos de forma eficiente ao menor custo possível. O alcance desses objetivos pode se dar com diferentes formas de provisão, em cada contexto haverá uma mais adequada de acordo com a capacidade financeira do setor público, a presença de empresas privadas capacitadas a prover os serviços, entre outras variáveis que poderão determinar a forma mais eficiente.

10.2. Contexto Setorial

Dentre os serviços de utilidade pública no país, o saneamento básico, em seus diferentes serviços, é um dos que apresenta maiores deficiências. Este quadro resulta de profunda



retração dos investimentos nas últimas décadas em função do esgotamento da capacidade de investimento do setor público em suas diferentes esferas e pela demora na aprovação das leis específicas do setor. Com isso, a participação privada no setor é relativamente menor do que em outros serviços como energia, telecomunicações e transporte. Deve-se destacar também que este setor acaba sendo o mais social dentre os serviços públicos o que resulta em resistências políticas e restrições a uma gestão mais profissional (Foster, 2002).

Os desafios impostos tanto pela Lei de Saneamento como pela Lei de Resíduos Sólidos são bastante amplos para o país, o que exigirá um montante de investimentos elevados e a disponibilização de quadros técnicos qualificados para a sua implantação. Além disso, a imposição de novos serviços e objetivos, por exemplo, a logística reversa combinada com o princípio do poluidor pagador, implicará na elevação de custos para diversos atores econômicos.

Alguns indicadores podem mostrar os desafios colocados para o setor de saneamento básico no Brasil. Em relação à água e esgoto, por exemplo, a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008 mostra que:

- (i) 2495 municípios brasileiros não possuem rede de esgoto, 33 não possuem rede de água;
- (ii) Apenas 78 % dos domicílios brasileiros estão conectados à rede de água e 44% à rede de esgoto (apenas os estados de SP, MG e DF possuem mais de 50% dos domicílios conectados), com isso, 34,8 milhões de pessoas não possuem acesso a rede de esgoto;
- (iii) Apenas 28,5% dos municípios possuem tratamento de esgoto e somente 68% do esgoto coletado é tratado (o tratamento se coloca nos municípios maiores);
- (iv) Os déficits de acesso à água e rede de esgoto se concentram, principalmente nos municípios do Norte e Nordeste, municípios com população reduzida, baixa taxa de urbanização e baixa renda per capita.
- (v) A provisão dos serviços de água e esgoto é feito principalmente por meio das Companhias estaduais de saneamento básico, que provêem serviços e vários municípios de um mesmo estado por meio de concessões, seguido por alguns provedores locais públicos (departamentos, autarquias, empresas municipais) e ainda poucos provedores privados;
- (vi) O investimento no setor é muito restrito tanto pela baixa capacidade financeira dos provedores (vários indicadores de eficiência que resultam em baixa geração de excedente); restrições ao endividamento para provedores públicos e baixa participação privada;
- (vii) Nos municípios que optaram por provisão privada tem-se verificado maiores taxas de investimento, ampliação da cobertura dos serviços e ganhos de eficiência;

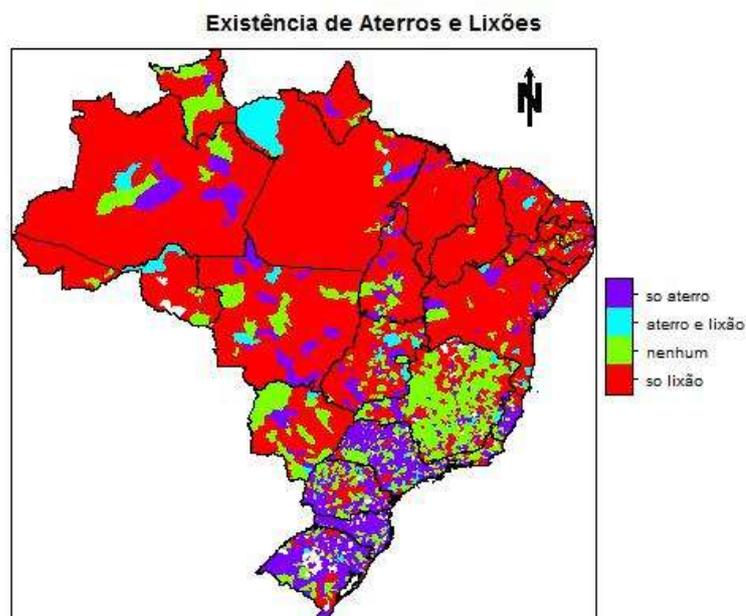
Vale destacar que a deficiência dos serviços de água e esgoto gera uma série de custos econômicos. Verifica-se uma maior incidência de doenças infecciosas nos municípios com deficiências nos serviços ampliando os custos da saúde; a frequência escolar é menor nesses municípios assim como os indicadores de evasão escolar; problemas de saúde são uma das



principais causas de falta ao trabalho com redução da produtividade e da remuneração, entre outros aspectos, que mostram os elevados benefícios econômicos dos investimentos no setor⁶.

No que tange aos resíduos sólidos alguns outros aspectos devem ser mencionados. Como destacado a provisão é de responsabilidade municipal que pode fazê-lo por diferentes arranjos institucionais. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saneamento, 61% dos municípios realizam a provisão por meio da Administração Direta, 4% por meio de autarquias e empresas públicas e 35% por meio de concessões ou terceirizações para empresas privadas. Deve-se destacar que a maior participação privada tende a se dar nos municípios maiores e principalmente nas regiões Sul e Sudeste.

Na maior parte dos municípios brasileiros existe a coleta regular dos resíduos no caso dos domicílios, em apenas 2 não se verifica a presença dos serviços. Verificam-se algumas deficiências no caso de resíduos da saúde, tanto na regularidade da coleta, como, principalmente na qualidade dos serviços e na existência de uma provisão específica para os mesmos. Mas, a principal dificuldade do setor refere-se à disposição dos resíduos e a coleta seletiva e reciclagem. No caso brasileiro, 50,8% dos municípios brasileiros destinam seus resíduos para lixões ou vazadouros a céu aberto; 22,5% para aterros controlados, que em muitos casos são totalmente inadequados, e apenas 27,7% direcionam para aterros sanitários. Mesmo no estado de São Paulo, o mais rico do país, 7,6% dos municípios destina para lixões. Percebe-se que no país 72% dos municípios (mais de 4000) encontra-se em situação inadequada. O mapa a seguir mostra como está a situação da destinação de resíduos no país.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB, 2008). Elaboração própria.

⁶ A esse respeito ver estudo do Instituto Trata Brasil, www.tratabrasil.org.br, sobre os benefícios dos investimentos em saneamento básico.



Figura 10.2-1: Distribuição das formas de disposição final dos resíduos sólidos urbanos ao longo do Brasil

Vale destacar que a situação é muito melhor que a verificada no começo do século, nos anos 2000, mas nos permite dimensionar os enormes desafios e os elevados investimentos que deverão ser feitos para adequar esta situação no prazo estipulado pela Lei dos Resíduos. A dificuldade é ainda maior se considerarmos os seguintes aspectos:

- (i) a maior parte da provisão é feita pelas Administrações Diretas Municipais que possuem baixa capacidade de investimentos em função do elevado comprometimento das receitas e das restrições ao endividamento colocadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e pelas resoluções de contingenciamento de crédito ao setor público;
- (ii) em torno de 50% dos municípios cobra pelos serviços de manejo de resíduos sólidos, a maior parte no próprio IPTU, mas as receitas geradas para a cobertura dos serviços na maior parte dos casos é insuficiente;
- (iii) o montante de investimentos necessários para adequar a destinação é muito elevada e os aterros tendem a apresentar economias de escala, isto é, de acordo com a questão tecnológica, o custo unitário tende a decrescer com o aumento do volume e, portanto, da população;
- (iv) quando se observa as carências no país estas tendem a se concentrar nas regiões de menor densidade demográfica, municípios de menor porte, menor renda, para os quais soluções consorciadas devem ser buscadas, isto é, realizar um investimento de maior dimensão que atenda um número maior de municípios;
- (v) os investimentos ainda tendem a ser maiores se considerarmos a necessidade de recuperação das áreas contaminadas pela destinação inadequada do passado;
- (vi) a correta destinação, a eliminação dos impactos negativos existentes e a implantação de novos serviços (coleta seletiva, unidades de tratamento, reciclagem e reaproveitamento) deverão ampliar de forma significativa os custos dos serviços, o impacto orçamentário e, eventualmente, as taxas sobre a população; vale destacar, que muitos estudos mostram que a provisão por meio de empresas privadas resulta em ganhos de eficiência superiores a 50% podendo compensar parte do impacto.

Uma das dificuldades associadas a este quadro é que os resíduos sólidos tendem a assumir uma elevada importância nos orçamentos municipais, em alguns casos representa mais de 20% do total das despesas. Os orçamentos municipais encontram-se bastante pressionados também por outras despesas gerais como a necessidade de ampliar a qualidade da educação, tendências demográficas de envelhecimento populacional e maiores gastos de saúde, entre outros. Mas deve-se destacar que os investimentos no melhor manejo de resíduos sólidos, semelhantemente aos em água e esgoto, tendem a gerar uma série de benefícios econômicos relacionados à menor incidência de doenças, atração de novas atividades econômicas, fortalecimento do turismo, redução de custos ambientais, entre outros. Assim, são investimentos

cuja taxa de retorno social é extremamente elevada, justificando a busca de recursos para a implantação dessas políticas.

A lei de resíduos sólidos no Brasil demanda vários serviços e amplas melhorias na provisão de serviços além de permitir instrumentos bastante modernos para a gestão: foco na redução, reciclagem e reuso dos resíduos por meio de incentivos a melhor gestão, princípio do poluidor-pagador, educação ambiental, políticas sociais, entre outros. Prevê-se uma maior diversidade de instrumentos ao poder público, incentivo a gestão integral dos serviços, incentivos ao reaproveitamento e geração de receitas acessórias, ganhos de produtividade, entre outros. Os municípios podem se valer de diferentes mecanismos de cobrança, beneficiar-se de consórcios para alcançar escala e eficiência, diferentes mecanismos de interação com o setor privado.

É dentro deste escopo que se insere o Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado para o município de Araraquara. Seus objetivos são a ampliação da qualidade e abrangência dos serviços prestados, com maior eficiência e menor custo para a municipalidade. Buscou-se incentivar o uso de tecnologias modernas e as melhores práticas do ponto de vista ambiental e social. Antes de se fazer a análise econômica e financeira do Plano cabe destacar algumas informações sobre as Finanças Públicas do município.

10.3. Finanças Públicas

A fim de analisar a situação econômica das finanças públicas de Araraquara foram coletadas informações fiscais de receitas e despesas do município de Araraquara de quatro mandatos de prefeitos (1997 a 2011)⁷.

Para evitar distorções proporcionadas por ciclos eleitorais os dados foram analisados em termos de seus valores médios por mandatos sendo então considerados os períodos (i) 1997 a 2000 - Waldemar De Santi (PPB), (ii) 2001 a 2004; (iii) 2005 a 2008 - Edinho Silva (PT); (iv) 2009 a 2011 Marcelo Barbieri (PMDB). Os dados de finanças públicas são fornecidos pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados do Estado de São Paulo - SEADE. Todos os dados foram atualizados para valores reais de 2013 utilizando-se o IGP-DI da FGV.

10.3.1. Categorias de receitas do município

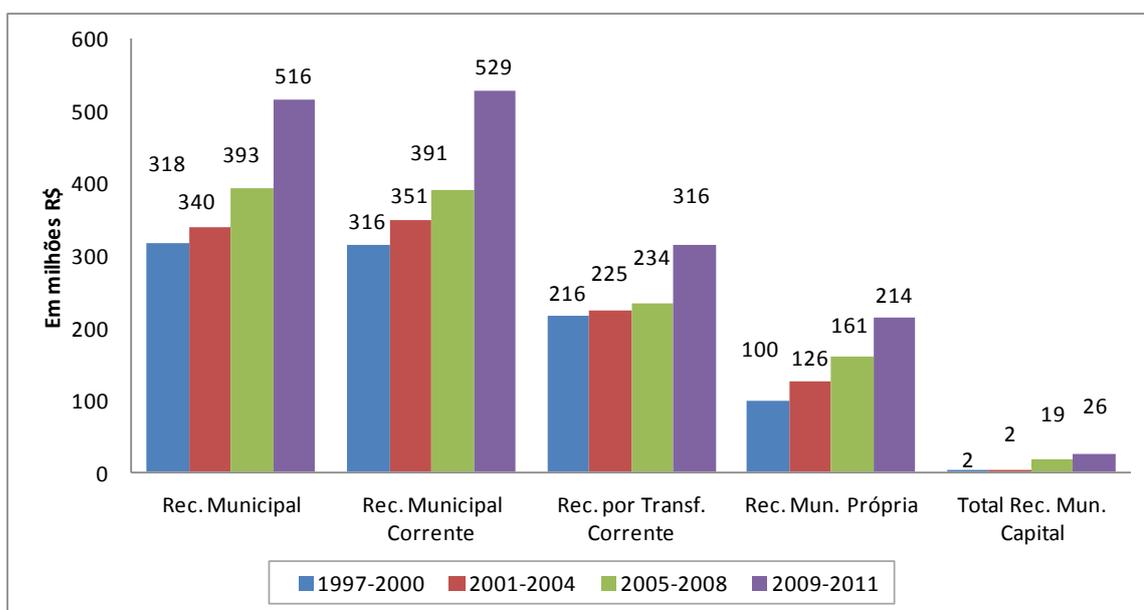
Em relação às receitas foram analisados os seguintes componentes de receitas: orçamentárias, correntes, de transferências, municipal própria e de capital. Com relação à receita tributária, analisou-se mais especificamente a arrecadação total, de IPTU e de ISS. Os dois primeiros gráficos apresentam a evolução dos valores médios das receitas pelos mandatos considerados. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta a taxa de crescimento por tipo de receita.

Analisando as Figura 10.3.1-1 a Figura 10.3.1-3 é possível perceber que a receita do município vem apresentando crescimento consistente em termos reais em todos os seus componentes, com exceção apenas de uma pequena retração da média de arrecadação tributária do segundo mandato refletida em parte pelo baixo crescimento do IPTU neste período.

⁷ O último mandato contempla apenas 3 anos em virtude da disponibilidade de dados, de 2009 a 2011.

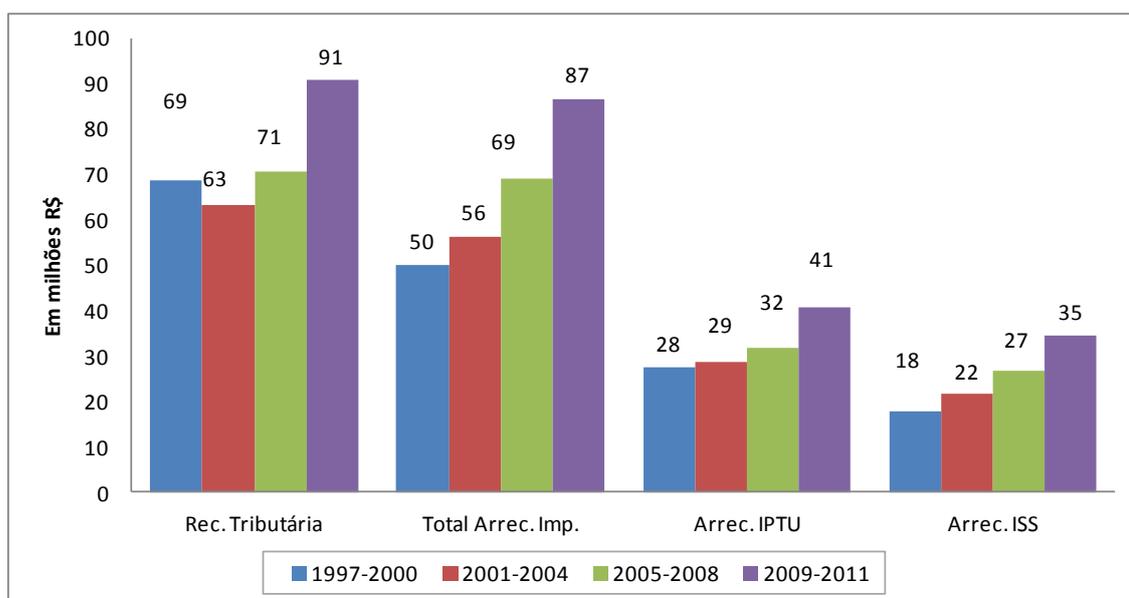


Destaca-se, principalmente a evolução das receitas e arrecadações nos últimos três anos (2009-2011), em que a receita respondeu de maneira muito positiva ao crescimento econômico do país. Nota-se que o crescimento médio da receita em termos reais (18%a.a.) foi muito superior ao crescimento do PIB per capita de Araraquara, de 8,0%a.a. na média do período, mostrando uma elevada elasticidade em relação ao produto.



nota: Não há informações disponíveis de receitas de Araraquara em 2004.

Figura 10.3.1-1: Evolução das Receitas de Araraquara por Mandato



Nota: Não há informações disponíveis de receitas de Araraquara em 2004.

Figura 10.3.1-2: Evolução da Receita Tributária Araraquara por Mandato

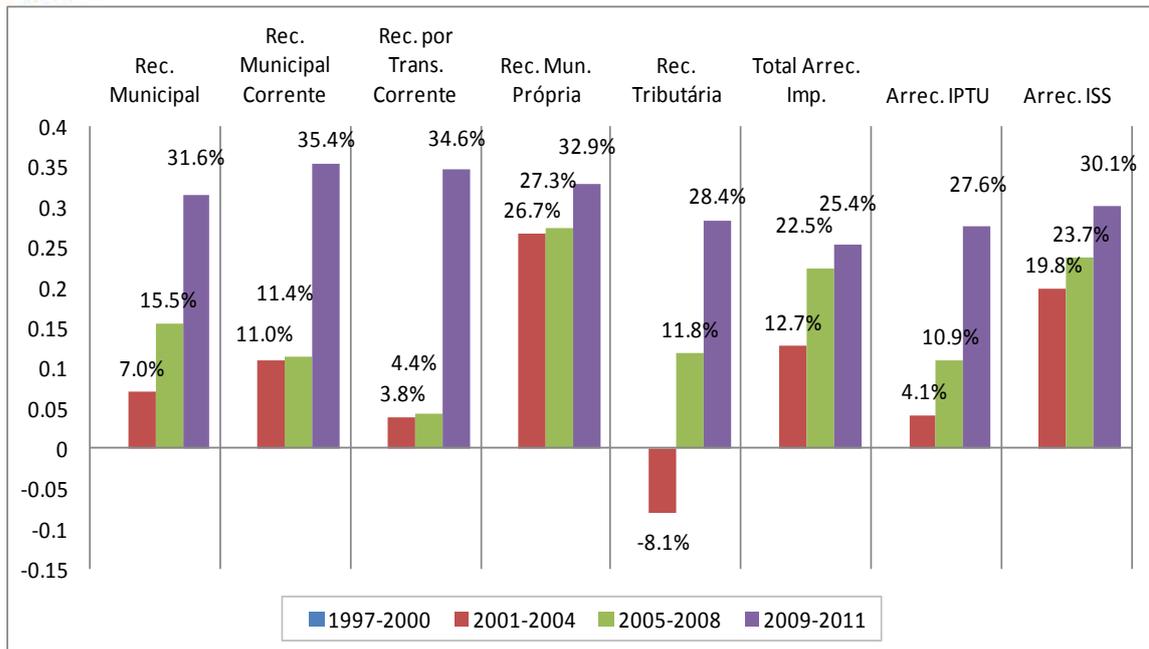


Figura 10.3.1-3: Crescimento médio das receitas por Mandato

A Figura 10.3.1-4 mostra a evolução da arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e do Imposto sobre Serviços ISS do município. A Fig, por sua vez, mostra a relação destes tributos, IPTU e ISS, em relação ao total da receita tributária arrecada pelo município e a receita municipal total. Nota-se que o IPTU apresenta uma queda no volume de arrecadação nos primeiros anos da análise, voltando a crescer em 2002 e recuperando o nível de 1997 em 2006. Apesar desta variação, este imposto manteve sua participação sobre a tributária praticamente estável, apresentando leve aumento desta participação do primeiro (1997 a 2000) para o segundo período (2001 a 2004). Esta estabilidade de arrecadação é refletida na queda de participação sobre a receita total, de 8,7% no primeiro mandato para 7,9% no último mandato.

O ISS, por sua vez, demonstra intenso crescimento no período analisado, passou de R\$18,1 milhões em 1997 para R\$41,7 milhões em 2011. Este crescimento é refletido pela sua maior participação sobre a receita tributária, de 26% para 38%, e sobre a receita total, de 5,75% para 6,7%.

Verifica-se, portanto, uma estabilidade no volume de arrecadação do IPTU e contrapartida a um intenso crescimento do volume de arrecadação do ISS. Estes dois impostos são responsáveis por 83% do total da receita tributária de Araraquara.

A forte valorização do setor imobiliário e a vocação da cidade como prestadora de serviços - a participação dos serviços no total do valor adicionado foi de 75,2% em 2011 permite a adoção de uma política de fortalecimento do IPTU e expansão ISS no município.

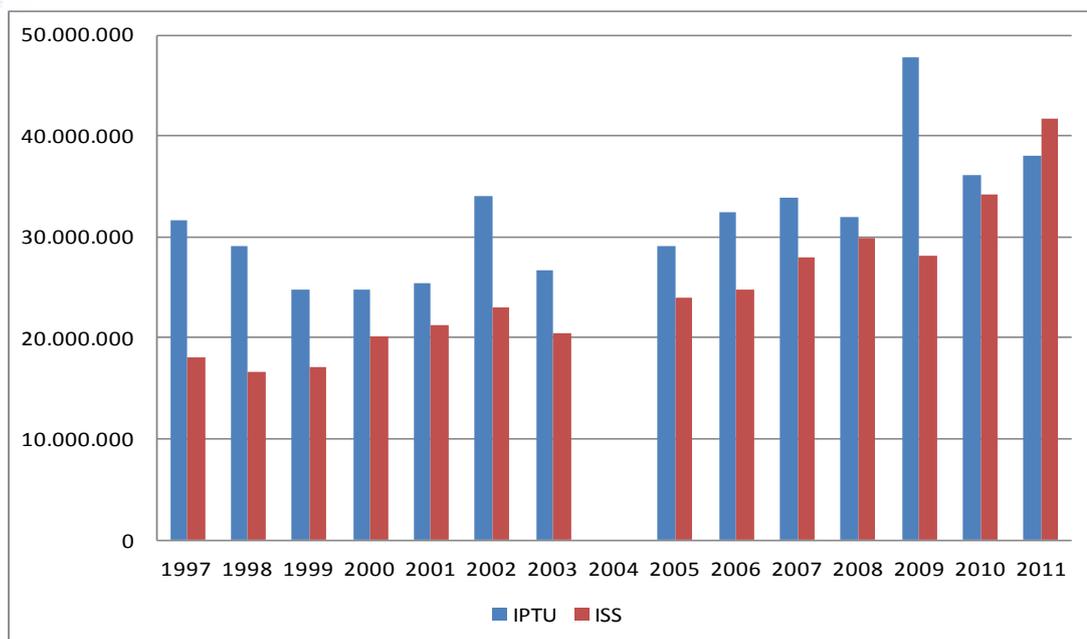


Figura 10.3.1-4: Evolução do IPTU

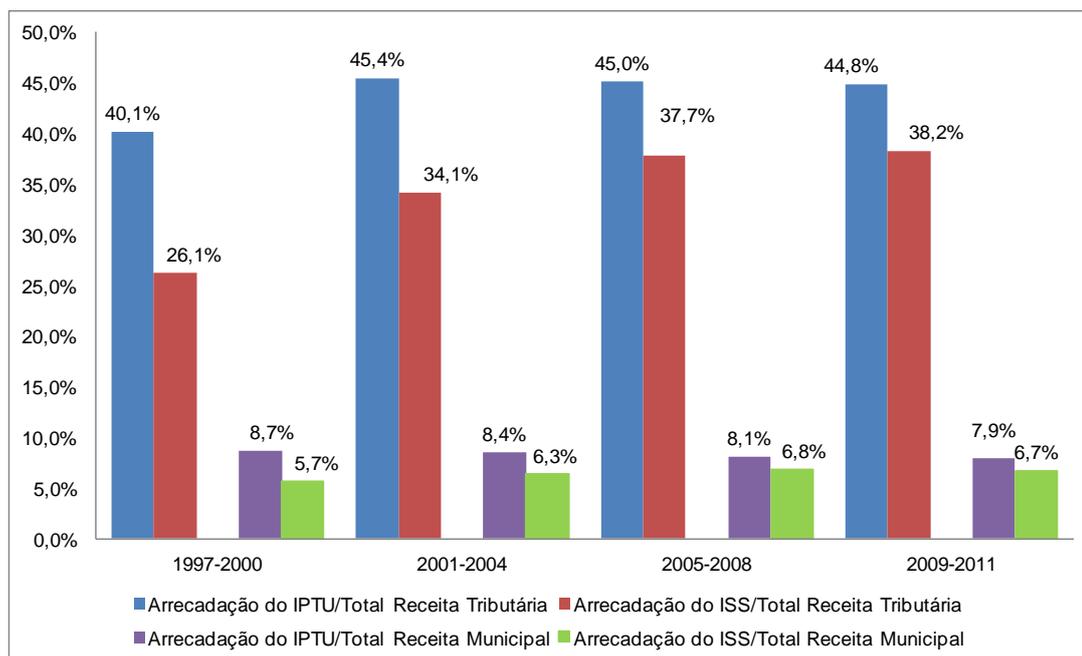


Figura 10.3.1-5: IPTU e ISS sobre Receitas Tributária e Total

Um ponto que chama a atenção é o elevado crescimento da receita corrente ao longo do período analisado (1997-2011), 8,9%a.a. em média (Quadro 10.3.1-1) . Como verificado anteriormente, o IPTU cresceu em média apenas 1,4%a.a. Desta fora, a sua importância na receita corrente reduziu do patamar dos 12,4% em 1997 para 6,6% em 2011. A arrecadação de IPTU no município é da ordem de R\$195,00 por habitante por ano, ou seja, 1,49% da renda per



capita em 2011 (R\$1.098,96/mês⁸).

Por outro lado, o ISS cresceu em média 9,3%a.a. no período, acompanhando o crescimento da receita corrente e mantendo sua participação nesta receita em 7,1%, entre 1997 e 2011. O ISS per capita é de R\$198,00, 1,52% da renda per capita em 2011.

QUADRO 10.3.1-1: CRESCIMENTO MÉDIO DAS RECEITAS

Rec. Municipal	8,3%
Rec. Municipal Corrente	8,9%
Rec. por Trans. Corrente	7,0%
Rec. Mun. Própria	12,8%
Rec. Tributária	2,9%
Total Arrec. Imp.	6,0%
Arrec. IPTU	1,4%
Arrec. ISS	9,3%

Comparando-se com outros municípios de população similar⁹ (Figura 10.3.1-6) Observa-se que a arrecadação média do IPTU per capita caiu na maioria dos municípios da amostra. Apenas Jacareí e Araraquara mantêm estabilidade. Apesar da queda acentuada Indaiatuba tem o maior valor de arrecadação per capita, R\$252,64 em média no último mandato. Barueri tem a menor arrecadação per capita com leve queda no período. Araraquara tem arrecadação per capita do IPTU um pouco abaixo da média da amostra, inferior à Indaiatuba, Cotia, São Carlos e Americana.

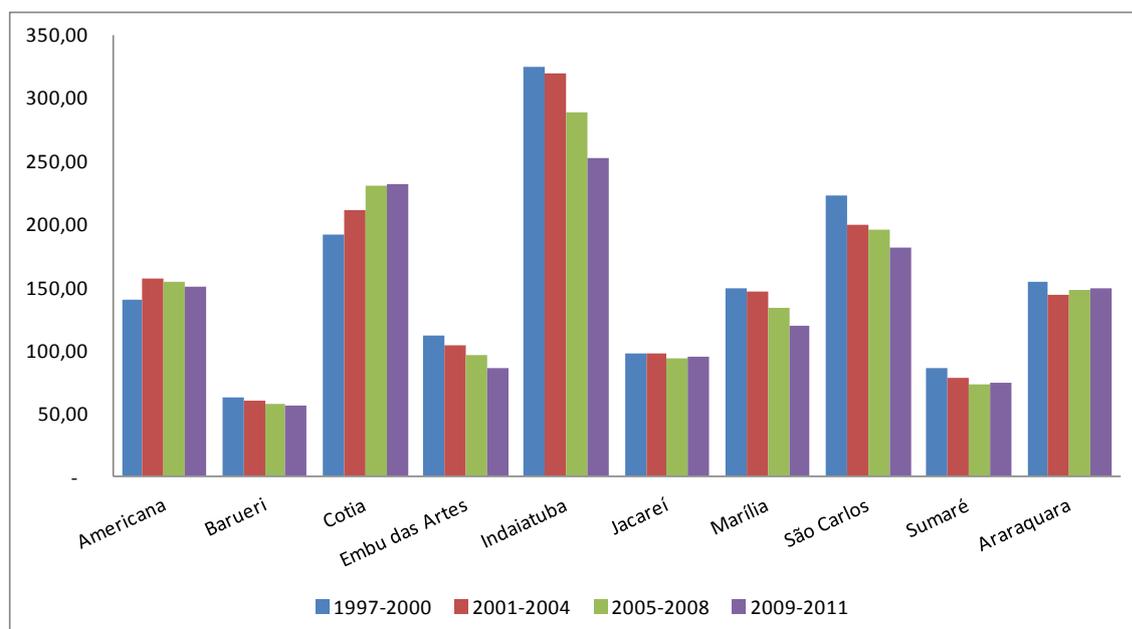


Figura 10.3.1-6: Arrecadação de IPTU per capita por mandato eleitoral em R\$

⁸ Idem, em R\$ de 2013.

⁹ Municípios paulista de 205 mil a 246 mil habitante em 2011: Americana, Barueri, Cotia, Embu das Artes, Indaiatuba, Jacareí, Marília, São Carlos, Sumaré.

10.3.2. Categoria de Despesas do Município

Com relação às despesas foram analisadas: despesas totais, despesas correntes, despesas com pessoal, despesas de capital e despesas com investimento.

As Figura 10.3.2-1 e a Figura 10.3.2-2 mostram que o comportamento das despesas foi muito semelhante ao comportamento das receitas. As despesas total, corrente e de pessoal têm crescimento similar às receitas, total, corrente e própria. Despesas total, corrente e de pessoal cresceram em média 20% por mandato no período.

Destaca-se a forte elevação das despesas de capital (132%) que contempla investimento (121%) no penúltimo mandato, mantendo-se estável no último mandato. Apesar do seu baixo volume em relação à despesa total, este crescimento demonstra a elevada capacidade de investimento do município nos últimos anos.

Analisando a média de todos os mandatos (Quadro 10.3.2-1) a despesa que mais cresceu foi a de capital (55% em média por mandato no período) e a que menos cresceu a despesa corrente, porém com crescimento significativo, 18% em média por mandato no período.

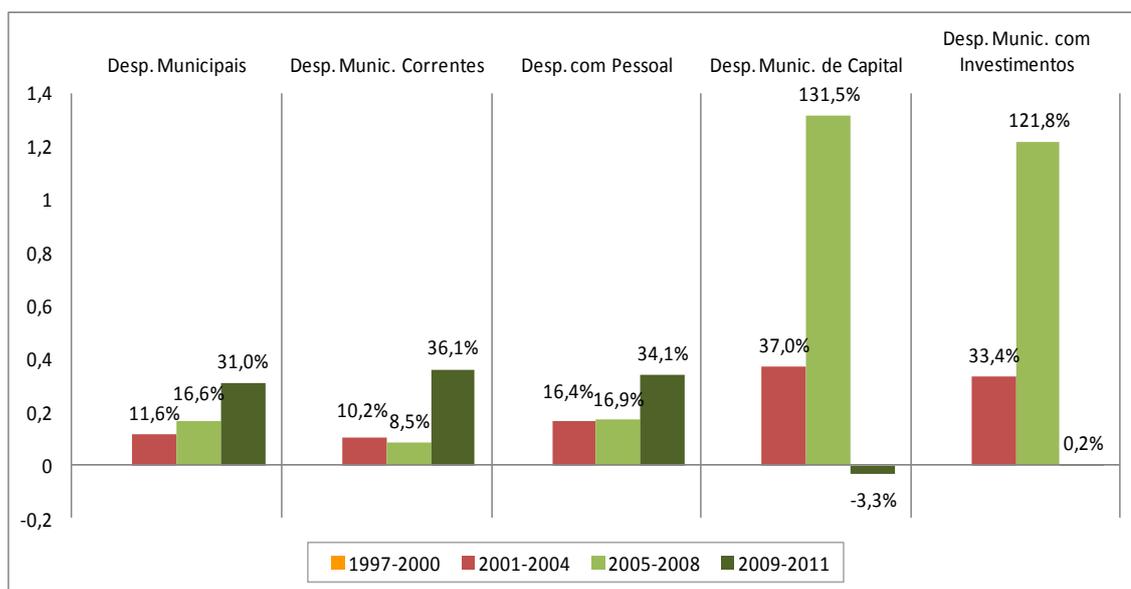




Figura 10.3.2-1: Crescimento das Despesas por Mandato

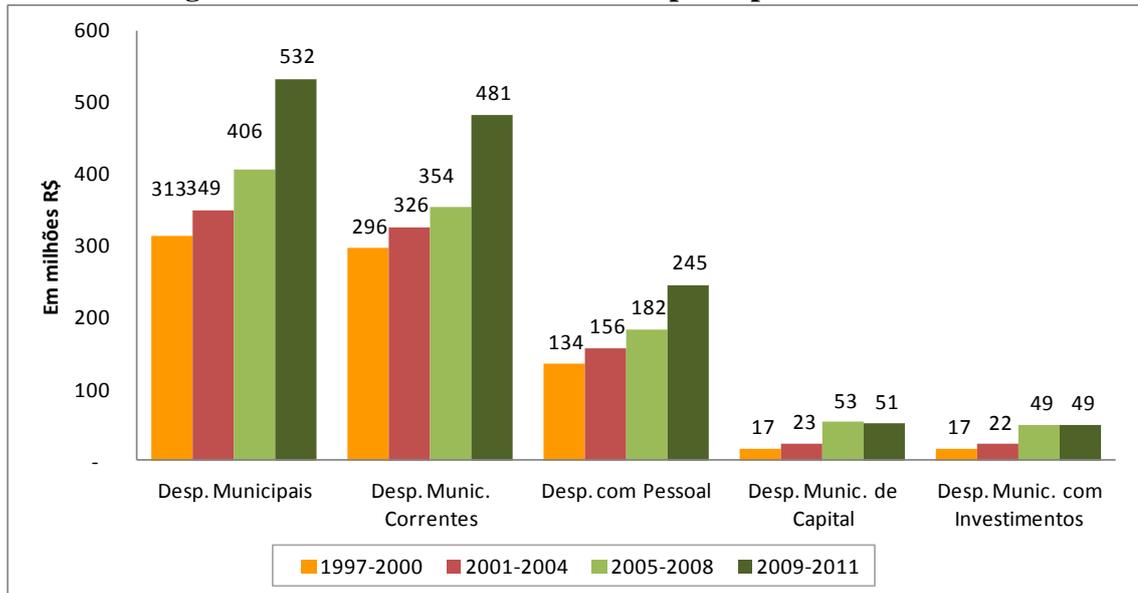


Figura 10.3.2-2 Evolução das Despesas de Araraquara por mandato

QUADRO 10.3.2-1: CRESCIMENTO MÉDIO DAS DESPESAS

Desp. Municipais	19,7%
Desp. Munic. Correntes	18,3%
Desp. com Pessoal	22,5%
Desp. Munic. de Capital	55,1%
Desp. Munic. com Investimentos	51,8%

QUADRO 10.3.2-2: PERCENTUAL DAS DESPESAS SOBRE RECEITA CORRENTE

	media	1997-2000	2001-2004	2005-2008	2009-2011
% Despesas Correntes/Rec	92,0%	93,7%	92,9%	90,5%	91,0%
% Pessoal/Rec	45,0%	42,4%	44,5%	46,7%	46,3%
% Capital/Rec	8,8%	5,3%	6,5%	13,6%	9,7%
% Investimento/Rec	8,4%	5,3%	6,3%	12,6%	9,3%

O Quadro 10.3.2-3 demonstra certa estabilidade da participação das despesas correntes e de pessoal sobre a receita corrente. A despesa corrente apresenta leve redução no período, de 92% para 91%, enquanto a despesa de pessoal exibe aumento de pouco mais de um ponto percentual de participação na receita no período, de 45% para 46,3%.

Refletindo o crescimento das despesas de capital e investimento, sua participação sobre a receita corrente cresce de 5,3% para mais de 9%. O município de Araraquara vem apresentando equilíbrio nas contas públicas, criando um cenário favorável para ampliar investimentos futuros no setor público.

Em termos absolutos, em valores reais de 2013, o investimento cresceu de R\$17 milhões no primeiro mandato para R\$49 milhões nos dois últimos mandatos. As despesas correntes



também cresceram de R\$313 milhões para R\$532 milhões. Acompanhando a demanda, as despesas com pessoal passaram de R\$134 milhões para R\$245 milhões.

QUADRO 10.3.2-3 CRESCIMENTO MÉDIO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO ORÇAMENTÁRIA

	media	2002-2004	2005-2008	2009-2011
Administração	32	29	35	32
Educação e Cultura	92	68	85	124
Saúde e Saneamento	172	131	164	222
Habitação e Urbanismo	37	34	37	39
Assistência e Previdência	19	18	18	20
Outras Funções	74	60	67	96

O maior crescimento das despesas correntes e de pessoal reflete o crescimento que se verifica no volume de gastos sociais do país no período recente. A forte pressão por melhorias nos serviços de saúde e educação tendem a ampliar as despesas correntes e de pessoal tendo em vista a natureza desses serviços, bastante intensivo no fator humano. Este crescimento já pode ser observado a partir do mandato de 2005-2008.

Verificam-se pela Figura 10.3.2-3 que as despesas por função com educação/cultura e saúde/saneamento foram as que mais cresceram no município de Araraquara, 80% e 70% respectivamente do primeiro para o último mandato. Por sua vez, o gasto com administração cresceu apenas 10% do primeiro para o último mandato. Gastos com habitação e urbanismo cresceram 15%.

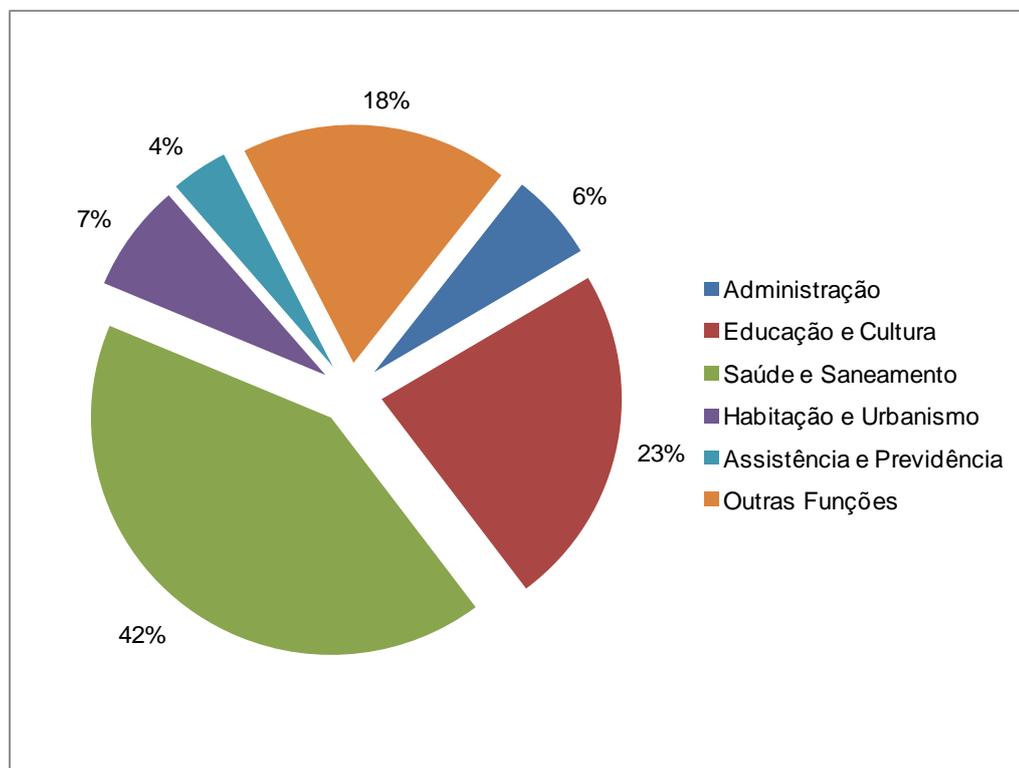




Figura 10.3.2-3: Participação média das Despesas por Função de 2002-2011

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** mostra a participação das despesas por função no último mandato, período de 2009 a 2011. Percebe-se que os setores saúde/saneamento e educação/cultura representam dois terços das despesas municipais. Nota-se também, o valor elevado na conta outras funções, 18% do total das despesas por função orçamentária. Por sua vez, a função previdência/ assistência apresenta apenas 6% do total.

As informações apresentadas nos permitem algumas conclusões:

- (i) O orçamento do município de Araraquara está relativamente equilibrado para a atual quantidade de serviços públicos oferecidos e nível de investimento estável;
- (ii) Dada a situação atual o município deveria atuar de forma mais intensa nas receitas próprias, com destaque para o IPTU e ISS, e cobrança de taxas e tarifas para serviços específicos;
- (iii) A situação atual permite ao município buscar parcerias para alavancar a capacidade de investimento e ampliar a qualidade e quantidade de infraestrutura urbana e serviços públicos de qualidade, tais como os previstos no Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

Quando se combina este quadro com as demandas colocadas pelo Plano Municipal de Saneamento Básico alguns aspectos devem ser considerados:

- (i) o desenvolvimento de PPPs para a realização dos investimentos necessários;
- (ii) a possibilidade de instituir-se a cobrança da gestão dos resíduos e drenagem urbana, por exemplo, por meio de uma melhor gestão e reformulação do IPTU ou implantação de taxas específicas para os serviços a serem prestados;
- (iii) para diminuir o risco das operações e manter o custo dos serviços de resíduos sólidos baixo no município, sugere-se o desenvolvimento de um fundo vinculado como garantia para a PPP que pode ser formado a partir das receitas gerais do município, por exemplo, do Fundo de Participação Municipal, ou com base em ativos disponíveis no município.

10.4. Fontes de Financiamento dos Serviços Públicos de Saneamento Básico

Pelas informações apresentadas no tópico anterior, conclui-se que o Município de Araraquara, possui baixa capacidade de investimento para fazer frente às demandas apresentadas em cada um dos componentes do Sistema Municipal de Saneamento Básico.

Para garantir o financiamento das ações, será necessário combinar estratégias, ampliando sua capacidade de arrecadação própria, reavaliando e implantando a cobrança de taxas e tarifas diretamente dos usuários. Verifica-se a necessidade de articulação com outras esferas de governo para assegurar repasses e convênios de cooperação e fomentar parcerias, utilizando-se dos instrumentos legais para a adequada prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Os planos de investimentos constantes no Plano Municipal de Saneamento Básico

apresentam valores projetados para atingir as metas estabelecidas ao longo do período de planejamento. Algumas fontes de recursos para o financiamento destes investimentos necessários a universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico são elencadas a seguir.

10.4.1. Cobrança direta dos usuários – Taxa ou Tarifa

A modalidade mais importante e fundamental para o financiamento dos serviços públicos que esses possam ser individualizados (divisíveis) e quantificados.

Uma política de cobrança (taxa e/ou tarifa) bem formulada pode ser suficiente para financiar os serviços e alavancar os investimentos diretamente ou mediante operações de empréstimos, suportáveis ao orçamento municipal.

10.4.2. Subvenções Públicas – Orçamentos Gerais

Esta é a forma predominante de financiamento dos investimentos e de custeio parcial dos serviços de resíduos sólidos e de águas pluviais no Município. São recursos com disponibilidade não estável e sujeitos a restrições em razão do contingenciamento na execução orçamentária.

10.4.3. Subsídios Tarifários

Poderão ser adotados subsídios tarifários e não tarifários para os usuários e localidades que não tenham capacidade de cobrir o custo integral dos serviços. As tarifas devem levar em conta as características dos lotes urbanos e nível de renda da população, além das características dos serviços prestados na área atendida.

10.5. Financiamento

10.5.1. Financiamento com Recursos Federais

Os recursos federais destinados ao financiamento do setor de saneamento básico aos municípios são repassados por programas e linhas de financiamento de agentes financeiros públicos como a Caixa Econômica Federal e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Entre os programas destaca-se:

QUADRO 10.5.1-1: RECURSOS FEDERAIS

Programa	Finalidade	Beneficiário	Recursos
PROSANEAR	Ações de saneamento em aglomerados urbanos por população de baixa renda com precariedade e/ou inexistência de condições sanitárias e ambientais.	Prefeituras Municipais, Governos Estaduais, Concessionárias Estaduais e Municipais de Saneamento e Órgãos Autônomos Municipais.	FGTS



PRO-INFRA	Redução de risco e de insalubridade em áreas habitadas por população de baixa renda	Áreas urbanas localizadas em todo o território nacional	Orçamento geral da União
PAC	Infraestrutura em geral, entre eles saneamento básico.	Em todo território nacional	Orçamento geral da União/FGTS/FAT/Empresas Estatais/ Iniciativa Privada
Programa de Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	Promover a urbanização, a prevenção de situações de risco e a regularização fundiária de assentamentos humanos precários, articulando ações para atender as necessidades básicas da população e melhorar sua condição de habitabilidade e inclusão social.	Municípios, Estados e Distrito Federal	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (Orçamento geral da União)

10.5.2. Financiamento com Recursos Externos

Entre as possibilidades de captação de recursos externos destacam-se o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O BIRD é uma instituição que junto com a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) formam o Banco Mundial.

10.5.3. Parceria Público Privada e Gestão Associada

Analisada em sentido amplo a Parceria Público Privada, pode ser importante fonte de financiamento, adotando-se a modalidade contratual nos termos da Lei Federal nº 8.987/1995 (concessão de serviço Público) ou nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004 (concessão administrativa ou patrocinada).

Outra possibilidade é a celebração de contrato de Programa, nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

11. SISTEMA MUNICIPAL DE REGULAÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO

11.1. A Atividade Regulatória e de Fiscalização: Conceito e Características do Sistema Municipal de Regulação dos Serviços Públicos de Saneamento Básico



Os serviços públicos de saneamento básico possuem quatro funções distintas: planejamento, regulação, fiscalização e prestação. No presente tópico discorreremos acerca da regulação e da fiscalização desses serviços públicos, com ênfase no sistema proposto para o Município de Araraquara.

Um conceito amplo da atividade regulatória pode ser sintetizado nos seguintes termos: “a atividade estatal mediante a qual o Estado, por meio de intervenção direta ou indireta, condiciona, restringe, normatiza ou incentiva a atividade econômica de modo a preservar a sua existência, assegurar seu equilíbrio interno ou atingir determinados objetivos públicos como a proteção da hipossuficiência ou a consagração de políticas públicas”¹⁰.

O Decreto Federal nº 7.217/2010 apresenta os seguintes conceitos para as atividades de regulação e fiscalização:

“Art.2º Para os fins deste Decreto consideram - se:

(...)

- II. Regulação: todo e qualquer ato que discipline ou organize determinado serviço público, incluindo suas características, padrões de qualidade, impacto socioambiental, direitos e obrigações dos usuários e dos responsáveis por sua oferta ou prestação e fixação e revisão do valor de tarifas e outros preços públicos, para atingir os objetivos do art. 27;
- III. Fiscalização: atividades de acompanhamento, monitoramento, controle ou avaliação, no sentido de garantir o cumprimento de normas e regulamentos editados pelo poder público e a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público;”

Os conceitos apresentados ressaltam as características jurídico-institucionais da regulação e da fiscalização. Insere-as expressamente no rol de competências do Poder Público e condiciona seus objetivos a temas de interesse coletivo vigentes em dado momento histórico. No presente caso, tratar-se-á da regulação e da fiscalização de serviços públicos de saneamento básico.

Presta-nos analisar a necessidade de ser estruturada entidade de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico do Município de Araraquara, condição de validade dos contratos que tenham por objeto a prestação desses serviços (artigo 11, inciso III, da Lei federal nº 11.445/2007).

Acrescenta-se, ainda, que, além do Plano Municipal de Saneamento Básico, as normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes da Lei nº 11.445/2007, normas estas que deverão ser editadas pela entidade de regulação a ser estruturada, também compõem as condições de validade do contrato (artigo 11, inciso III, da Lei nº 11.445/2007). Sendo que o § 2º deste dispositivo prevê que nos casos de serviços prestados mediante contratos de concessão estas normas de regulação deverão prever:

- i. A autorização para a contratação dos serviços, indicando os respectivos prazos e a área a ser atendida;

¹⁰ MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. A nova regulação dos serviços públicos. **Revista de Direito Administrativo**, nº 228. Rio de Janeiro, Renovar, FGV, abr./jun. 2002, p. 14.



- ii. A inclusão, no contrato, das metas progressivas e graduais de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;
- iii. As prioridades de ação, compatíveis com as metas estabelecidas;
- iv. As condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo o sistema de cobrança e a composição de taxas e tarifas; a sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas; e a política de subsídios;
- v. mecanismos de controle social nas atividades de planejamento, regulação e fiscalização dos serviços; (vi) as hipóteses de intervenção e de retomada dos serviços.

Além das normas de regulação que prevejam os meios para o cumprimento das diretrizes da Lei nº 11.445/2007, a regulação externa ao contrato e o próprio contrato, de concessão, constituem os meios regulatórios colocados à disposição do Poder Público para o direcionamento da ação privada (no caso os concessionários) em torno de temas de interesse público.

Os contratos celebrados entre os titulares dos serviços públicos de saneamento básico (Municípios) e os prestadores são classificados pela doutrina econômica como contratos incompletos. É impossível que tais instrumentos consigam prever todas as obrigações e ocorrências futuras vinculadas à prestação dos serviços. Daí a importância da regulação externa ao contrato, que proporciona maior completude à atuação do Poder Concedente.

Em qualquer hipótese, a certeza inaugural que preside a instauração de sistema regulatório que será adotado pela entidade de regulação a ser estruturada é a de que se trata de uma função abrangente quanto aos meios e fins. Engloba a edição de normas, estabelecimento de tarifas, o desempenho de ações fiscalizatórias e a solução de conflitos entre usuários e concessionários e entres estes e o Poder Concedente. Nesses termos, os incisos do § 1º do art. 11 da Lei nº 11.445/2007 impõem que a entidade de regulação definirá, pelos menos:

- i. As normas técnicas relativas à qualidade, quantidade e regularidade dos serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;
- ii. As normas econômicas e financeiras relativas às tarifas, aos subsídios e aos pagamentos por serviços prestados aos usuários e entre os diferentes prestadores envolvidos;
- iii. A garantia de pagamento de serviços prestados entre os diferentes prestadores dos serviços;
- iv. Os mecanismos de pagamento de diferenças relativas a inadimplemento dos usuários, perdas comerciais e físicas e outros créditos devidos, quando for o caso; e (v) o sistema contábil específico para os prestadores que atuem em mais de um Município.

Há, portanto uma diversidade de áreas a serem consideradas como arena de atuação da atividade regulatória. A tarefa inicial deste item do estudo será a de delimitar e discernir os



setores objeto do sistema regulatório da entidade de regulação.

Inicialmente, para uma melhor colocação do problema, afigura-se possível dividir a atividade regulatória em dois grandes vetores: a regulação interna à estrutura administrativa da entidade de regulação e a regulação externa das atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico.

11.2. A delimitação da abrangência e intensidade da regulação

A delimitação da abrangência da regulação é o primeiro passo para a instituição de um modelo regulatório eficiente. A separação entre regulação interna e externa atende a uma exigência clara constante da solicitação de proposta que busca ao mesmo tempo pautar a prestação das atividades de regulação e fiscalização pela entidade reguladora e estabelecer uma atuação com qualidade também da própria administração no exercício de suas competências.

A regulação interna corresponde, em essência, à já conhecida atividade de organização interna da atividade administrativa por meio da regulamentação de leis por decretos e edição de outros atos normativos infra legais. De forma complementar, caberá desenvolver padrões de eficiência e padronização de comportamentos da própria administração gestora, in casu, a entidade reguladora, e não apenas dos prestadores regulados.

Assim, a regulação interna destina-se a disciplinar as práticas intrínsecas à entidade de regulação no exercício de suas competências associadas às atividades de regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico: criação de guias para práticas ideais (Best Practices) pelos órgãos encarregados da formulação de projetos; formatação de um controle interno da atividade administrativa, criação de padrões de qualidade para a atuação dos servidores públicos, dentre outros temas.

Por meio da organização interna da ação administrativa deverão ser definidos os papéis da entidade reguladora na condução das atividades internas de regulação e fiscalização dos serviços de saneamento básico.

Já as relações entre Poder Concedente, concessionários e usuários dos serviços e atividades vinculados aos serviços de saneamento básico configuram outro aspecto digno de menção na estruturação do sistema regulatório e que concernem à sua dimensão externa, ou seja, a regulação a disciplinar a interação entre entidade reguladora e a sociedade, representada seja pelos prestadores, seja pelos cidadãos que usufruem das utilidades colocadas à sua disposição.

A abrangência da regulação externa impõe desafios específicos. Inicialmente, ao se desenvolver o modelo de regulação a ser adotado pela entidade reguladora, deverá adaptá-lo às especificidades do serviço público in concreto (serviços públicos de saneamento básico), sempre se balizando pelas características próprias que este serviço apresenta no Município de Araraquara. Para tanto, deverão ser desenvolvidos parâmetros de qualidade próprios, avaliações econômicas específicas, indicadores de desempenho característicos, índices de aferição de equilíbrio econômico-financeiro adaptados etc.

Em síntese, as atividades de regulação interna e externa devem considerar uma ampla



gama de situações. No segundo caso, a enumeração das atividades objeto de regulação dependerá de uma cuidadosa avaliação das situações concretas que envolvam os serviços públicos de saneamento básico.

Para uma melhor visualização do quadro regulatório que pautará a prestação dos serviços, segue uma descrição esquemática do afirmado até o momento:

11.2.1. Regulação interna, a abranger:

- a) Estabelecimento de práticas ideais da entidade reguladora na elaboração de projetos, contratação e gestão dos contratos (por meio de guias e manuais – Best Practices);
- b) Divisão clara de competências dos gestores dos contratos, dos órgãos encarregados da normatização, dos órgãos encarregados da fiscalização interna da administração (auditoria interna e revisão jurídica de atos – Procuradoria Jurídica do Município);
- c) Definição de parâmetros de eficiência baseado em incentivos aos servidores públicos para o desempenho com qualidade das atividades de normatização, fiscalização e gestão de contratos de concessão (preocupação com recursos humanos);
- d) Definição de fluxos procedimentais que prevejam a participação dos distintos órgãos e entidades da administração nos procedimentos de modelagem, licitação e gestão de contratos e tarifas. Definição do relacionamento entre órgãos do executivo e de outros poderes, tal como aqueles encarregados do controle externo (Tribunal de Contas e Ministério Público) – antecipação e padronização de comportamentos – (foco na organização da administração pública).

11.2.2. Regulação externa, a abranger:

- a) A regulação de aspectos econômicos, técnicos e operacionais de contratos (foco na relação com o concessionário - revisões tarifárias, equilíbrio econômico-financeiro das avenças, dentre outros);
- b) A regulação da participação dos usuários na gestão dos serviços (sugestões, reclamações, audiências públicas, consultas públicas, ouvidoria pública, exercício de direitos etc.);

Cada uma das hipóteses registradas exigirá maior ou menor participação dos usuários. Certamente existirão zonas de interseção que deverão ser exploradas para otimizar e tornar o sistema regulatório mais ágil e produtivo. Avaliemos a regulação quanto aos seus fundamentos a fim de que tais zonas sejam, no futuro, identificadas com clareza.

11.2.3. A questão da alocação institucional de competências regulatórias

Qualquer que seja a escolha do tipo organizacional, um conjunto de características institucionais se apresenta como imprescindível para sustentáculo da atividade regulatória. A



Prefeitura
Municipal de
Araraquara



exposição a seguir será realizada como o apoio da doutrina de Floriano de Azevedo Marques¹¹



que deverão abranger as normas da entidade de regulação:

- I. As metas progressivas de expansão e de qualidade dos serviços, de eficiência e de uso racional do aterro sanitário, em conformidade com os serviços a serem prestados e os respectivos prazos e prioridades;
- II. Padrões e indicadores de qualidade da prestação dos serviços, inclusive quanto ao atendimento ao público;
- III. Requisitos operacionais e de manutenção dos sistemas;
- IV. As condições de sustentabilidade e equilíbrio econômico-financeiro da prestação dos serviços, em regime de eficiência, incluindo:
 - a) A composição de taxas e tarifas e o sistema de cobrança;
 - b) Os procedimentos e prazos de fixação e sistemática de reajustes e de revisões de taxas e tarifas;
 - c) A política de subsídios tarifários e não tarifários;
- V. Medição, faturamento e cobrança de serviços tarifados;
- VI. Planos de contas da prestadora e mecanismos de informação, de auditoria e certificação e de monitoramento dos custos;
- VII. Sistemática de avaliação da eficiência e eficácia dos serviços prestados;
- VIII. Mecanismos de participação e controle social das atividades de interesses dos serviços públicos de saneamento básico;
- IX. Medidas a serem adotadas em situações de contingências e de emergências, inclusive racionamento;
- X. Hipóteses de intervenção e de retomada de serviços delegados.
- XI. Penalidades a que estão sujeitos os prestadores de serviços por descumprimento dos regulamentos;
- XII. Direitos e deveres dos usuários;
- XIII. Condições relativas à autorização, por titular ou titulares, para a contratação dos serviços prestados mediante contratos de concessão ou de programa;
- XIV. Condições relativas à autorização de serviços prestados por usuários organizados em cooperativas ou associações;
- XV. Relações entre prestadores de diferentes atividades de um mesmo serviço.



- XVI. Os resíduos sólidos originários de atividades comerciais, industriais e de serviços que possam ser considerados assemelhados aos resíduos sólidos domiciliares;
- XVII. Os resíduos líquidos ou sólidos cuja responsabilidade pelo manejo seja atribuída ao gerador em razão de norma legal e os encargos do gerador;
- XVIII. As hipóteses de interrupção da prestação dos serviços públicos, limitadas a situação de emergência ou de calamidade pública, especialmente a que coloque em risco a saúde do trabalhador de serviço de saneamento básico ou a segurança de pessoas e bens; ou à necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhorias nos sistemas por meio de interrupções programadas; e
- XIX. A exigência de comunicação prévia aos usuários e ao Consórcio das interrupções programadas da prestação de serviço.

Os itens acima enumerados representam, de certa forma, uma base comum de características das agências reguladoras federais hoje existentes (aqui trazidas à tona a título exemplificativo). Isoladamente, contudo, as agências apresentam diferenças relevantes atribuíveis às características de cada setor regulado¹².

“Uma burocracia completamente autônoma, como todo poder auto referenciado, traz riscos à sociedade e à democracia. A discussão ganha novos contornos com os processos de reforma do Estado, nos quais uma das principais marcas foi o repasse da execução de atividades antes estatais a entes privados e, nesse contexto, instrumentos de accountability precisaram ser repensados. Além disso, cada vez mais o controle e a accountability do Estado são inseridos num contexto de ampliação dos espaços democráticos, que precisa chegar aos cidadãos (Clad, 2000).

Apesar de existirem áreas superpostas entre controle e accountability, podemos estabelecer uma diferenciação operacional básica entre os termos. Para o controle assumimos a definição de Dahl e Lindblom (1971) que o consideram como a capacidade de um ator em fazer que outro atenda às demandas daquele, pela imposição de restrições, penalidades e incentivos. A accountability é um conceito mais amplo, que inclui a existência de condições para os cidadãos participarem da definição e avaliação das políticas públicas, premiando ou punindo os responsáveis (Clad, 2000). Nessas condições deve constar a disponibilidade de informações sobre a atuação dos governos e seus resultados, bem como a existência de instituições que permitam contestar as ações do poder público.

Assim, controle e accountability não são sinônimos, sendo o primeiro um dos componentes do segundo, embora sejam, num regime democrático, indissociavelmente ligados, porque não há efetivação da accountability sem a utilização de instrumentos institucionais de controle.”

¹² Segundo nos informam Marcos Vinicius Pó e Fernando Luiz Abrucio: “Apesar de haver um modelo básico que permeia as agências reguladoras, é um equívoco partir do pressuposto que, a despeito dos contextos políticos e históricos das burocracias e dos setores, o formato institucional e de regras tenha levado as agências a se comportarem da mesma forma. A implantação de um modelo institucional não leva necessariamente a resultados semelhantes, como pode ser inferido dos resultados deste estudo.” ABRUCIO, Fernando Luiz; PÓ, Marcos Vinicius. Desenho e funcionamento dos mecanismos de controle e accountability das agências reguladoras brasileiras: semelhanças e diferenças. Rev. Adm. Pública vol.40 no.4 Rio de Janeiro July/Aug. 2006.



Imprescindível, portanto, o estabelecimento de mecanismos de participação na atividade regulatória da Agência. No tocante à participação dos usuários, vários são os mecanismos que deverão ser analisados, tais como a instituição de comitês de usuários dos serviços; a integração de entidades de representação de classes de usuários; a instituição da figura do ombudsman tanto nos prestadores de serviços como no órgão regulador; a obrigatoriedade de que o prestador de serviços tenha um SAC permanente e eficazmente acessível aos usuários; a instituição de regras claras de publicidade ampla para os procedimentos da entidade de regulação; a obrigatoriedade de consultas e audiências públicas para a prática dos atos relevantes do órgão regulador. Todos estes mecanismos, já encontrados na legislação brasileira (vide CDC, Lei 9.472/97, Lei 8.987/95, entre outras), deverão ser analisados e adaptados às peculiaridades do serviço, de modo a concretizar o pressuposto de ampla participação do usuário na atividade regulatória.

Igualmente indeclinável será a participação na entidade de regulação do Poder Público Municipal. Esta participação deverá envolver:

- i. O processo de escolha dos dirigentes;
- ii. A instituição de conselhos consultivos com a participação de representantes do Município; e
- iii. A criação de comitês técnicos para os quais deverão ser indicados membros pelo Município, entre outros mecanismos.

11.2.4. Modelo institucional da entidade de regulação a ser estruturada

Tendo em vista o acima exposto, e do previsto na legislação de regência dos serviços (Lei federal nº 11.445/2007 regulada pelo Decreto federal nº 7.217/2010 e Lei federal nº 12.305/2010 regulada pelo Decreto federal nº 7.404/2010), a regulação e a fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico do Município de Araraquara poderão ser executadas pelo próprio Município ou podem ser delegadas a qualquer entidade reguladora que possua competência em território do qual o Município faça parte¹³.

Portanto, a estruturação e regulamentação da Agência de Regulação e Fiscalização dos serviços de saneamento básico deverá prever que sua atuação estará balizada pela independência, observando os princípios da legalidade, da imparcialidade, da impessoalidade, da proporcionalidade, competindo-lhe regular, controlar e fiscalizar os serviços de saneamento básico integrado assumindo todas as competências de:

- i. Zelar pela implementação dos deveres do Poder Público Municipal, dos princípios fundamentais e das diretrizes do Sistema de Saneamento Básico do Município de Araraquara;

¹³ Nos termos do § 1º do artigo 23 da Lei federal nº 11.445/2007: “A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.”



- ii. Proteger os direitos dos usuários;
- iii. Elaborar e propor ao Poder Executivo, políticas públicas que considerar cabíveis;
- iv. Elaborar periodicamente os planos que fixem as metas de universalidade e qualidade dos serviços públicos de saneamento básico;
- v. Expedir normas, na forma de resoluções, quanto à outorga, prestação e fruição destes serviços, bem como para fixar as penalidades aplicáveis aos usuários e operadores do Sistema Municipal de Saneamento Básico;
- vi. Autorizar à prestação dos serviços em regime privado e regular as condições de interesse público que deverão ao prestador deste ser impostas;
- vii. Manter cadastro público dos grandes geradores de resíduos sólidos, mediante procedimento que regulará;
- viii. Deliberar e aprovar resolução estabelecendo seu regimento interno.

Reiteramos que o exercício das funções de regulação e de fiscalização por órgão integrante da administração direta do Município de Araraquara somente será possível se este órgão tiver independência decisória com relação ao próprio Município. Deverá, também, se salvaguardar a transparência, a tecnicidade, a celeridade e a objetividade das decisões da Agência de Regulação e Fiscalização dos Serviços de Saneamento Básico, haja vista que “só é justificável se lhe forem atribuídas competências irrenunciáveis de atuar em face do setor a ser regulado, aplicando em concreto as medias postas à sua disposição com vistas ao cumprimento dos objetos da regulação setorial”¹⁴.

Ou, dito de outra maneira, as decisões proferidas pela Agência Reguladora não poderão ter sua eficácia ou validade dependentes de órgão ou entidade externa a ela.

Nos instrumentos legais que disciplinam a Agência Reguladora deverão estar detalhadas a composição institucional, técnica e diretiva. Com relação à estrutura técnica da Agência, dever-se-á prever, no mínimo, que seu corpo seja composto por profissionais com notório conhecimento sobre os serviços de saneamento básico.

12. SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÃO E INSTRUMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO

12.1. Divulgação do Plano e Sistema de Informações

Para atingir os objetivos de construção de um Sistema de Saneamento Básico eficiente e eficaz é imprescindível, envolver a comunidade e os agentes políticos e econômicos na efetivação da Política Municipal de Saneamento Básico, para tanto algumas ferramentas

¹⁴AZEVEDO MARQUES, Floriano de. *Discricionariedade e Regulação Setorial – O caso concreto dos atos de concentração por regulador setorial*, in O Poder Normativo das Agências Reguladoras, Alexandre Santos de Aragão (coordenador), Rio de Janeiro, Forense, 2006, páginas 669 a 704.



deverão ser utilizadas e priorizadas, que é o processo de divulgação do Plano e a implantação do Sistema Municipal de Informações do Saneamento Básico.

O processo de divulgação do Plano tem por objetivo divulgar o conteúdo e instrumentos de gestão, bem como, em fases posteriores, divulgar e avaliar os resultados de desempenho de gestão física e financeira para subsidiar uma nova etapa de planejamento, quando da revisão do Plano, que deverá ocorrer a cada quatro anos.

Portanto, o objetivo central da estratégia de comunicação e divulgação é:

- a) Garantir que as instituições públicas e privadas, bem como as entidades envolvidas na prestação de serviços, tenham amplo conhecimento das ações do Plano e suas respectivas responsabilidades;
- b) Manter mobilizada a população e assegurar o amplo conhecimento das ações necessárias para a efetiva implantação da Política de Saneamento Básico, bem como das suas responsabilidades;
- c) Garantir transparência às atividades do Plano, e fortalecer o controle social.

12.1.1. Os Meios a Serem Utilizados

Para dar efetividade ao processo de garantir informações adequadas será instituído o Sistema Municipal de Informações de Saneamento Básico de Araraquara, onde deverão estar disponíveis todas as informações pertinentes à política e ações do Sistema de Saneamento Básico. O SISTEMA MUNICIPAL DE INFORMAÇÕES deverá estar interligado ao portal da prefeitura, e deverá ser de fácil visualização.

Além desta medida, outras iniciativas deverão ser implantadas tais como:

- Realização de Seminários e Palestras em parceria com instituições de ensino e entidades da sociedade civil;
- Anúncios e publicações nos diversos meios de comunicação: jornal, rádio, televisão,
- Capacitações e Treinamentos para servidores e demais participantes dos sistemas de regulação e fiscalização e conselhos municipais de políticas públicas;
- Elaboração de uma cartilha explicativa do Plano;
- Boletins, panfletos, cartazes, etc.,
- Realização da Conferência de Saneamento Básico periodicamente, para avaliação da prestação dos serviços.

13. Marco Regulatório Municipal do Sistema de Saneamento Básico

O sistema municipal de saneamento básico do município de Araraquara ficará composto dos seguintes elementos:

- Prefeitura Municipal como poder concedente e titular dos serviços;
- Entidade reguladora;
- Entidades prestadoras de serviços;
- Contratos (de concessão, de programa ou de PPP);
- Marco regulatório.



Além de observar a legislação nacional e estadual, o município contará com os seguintes instrumentos legais:

- Plano Municipal de Saneamento Básico.
- Normas disciplinando a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços de saneamento básico;
- Lei instituindo a política municipal de saneamento básico;
- Lei de criação ou de delegação da entidade reguladora.



14. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao Abastecimento de Água, trata-se, efetivamente da forma que se pretende organizar a oferta de água, visando atender a demanda estimada para o abastecimento de Araraquara para as próximas duas décadas. A partir das condições locais foram vislumbradas duas alternativas tecnicamente factíveis, abrangendo, unicamente, os mananciais superficiais e subterrâneos.

Do ponto de vista técnico, dentre ambas alternativas estudadas, observou-se que somente as captações decorrentes do lençol subterrâneo apresentavam condições de atendimento às demandas projetadas no horizonte de planejamento; os mananciais já prospectados no sistema existente (Anhumas, Cruzes e Paiol), assim como os novos analisados neste trabalho (Queimados, Chibarro e Jacaré), apresentam baixa disponibilidade hídrica, incompatível com a necessidade de abastecimento prevista para Araraquara.

A par desta situação, deve-se ressaltar o risco operacional que as novas captações superficiais acrescentariam ao sistema, tornando-o mais vulnerável. A distância das seções de captação escolhidas aos centros de tratamento implicará em longas extensões de adutoras cruzando áreas descampadas (riscos de vandalismo), atravessando sob rodovias (riscos de acidentes de tráfego), além de grandes unidades de recalque implantadas igualmente em locais distantes e ermos (riscos de roubos de materiais e equipamentos).

Neste contexto, apesar de ambos os processos de captação necessitar de cuidados operacionais associados a dificuldades de manutenção, a discussão conjunta indicou a continuidade da utilização da captação profunda como a melhor solução.

Do ponto de vista administrativo / institucional, embora as duas alternativas possam ser consideradas semelhantes no que tange ao item desapropriação, há de se reiterar que as novas captações superficiais disponíveis estão localizadas, em sua maioria, em áreas sob jurisdição de municípios limítrofes, o que implicaria ainda para essa alternativa, negociações intermunicipais, nem sempre fáceis de serem concretizadas.

Do ponto de vista econômico-financeiro e, neste caso exclusivamente sob a ótica da estimativa de custos apropriada neste estudo, a implantação do sistema de captação subterrâneo totaliza um valor muito inferior quando comparado aos sistemas de captações superficiais, isolados ou em conjunto. Essa proposição, entretanto, deve ser mais bem analisada à luz de outros aspectos econômicos e financeiros, e sob diretrizes mais profundas, ou seja, um detalhamento em nível de projeto básico.

Para o estudo do sistema de esgotamento sanitário de Araraquara foram consideradas as informações disponíveis no cadastro fornecido pelo DAAE, consultas aos técnicos de campo e dados coletados em campo. A análise do sistema existente envolveu a verificação dos coletores, interceptores e emissário final, de forma minuciosa, com lançamentos no programa computacional de todos os poços de visita que compõe o sistema de afastamento.



Na análise do sistema de esgotamento existente foram consideradas as 28 Sub-bacias de esgotamento na Bacia do Ribeirão das Cruzes e 20 na Bacia do Ouro. A verificação dos coletores, interceptores e emissário final revelou que o sistema existente, em termos de vazão, tem condições de atender a demanda até o fim do período de planejamento do PMSB.

O estudo da Drenagem foi elaborado pela SEREC (2012) junto ao DAAE Araraquara, onde foi acordada a metodologia de cálculo hidrológico, escolha da localização e do tipo dos barramentos.

Cabe lembrar que todas as indicações de barramentos basearem-se em obras normalmente secas, isto é, passada a tormenta os barramentos irão esgotar-se demoradamente até que o curso d'água retorne ao leito menor.

A construção dos barramentos deverá obrigatoriamente seguir a ordem montante para jusante, ou seja, a municipalidade deverá construir antes os barramentos de montante/cabeceira, para, então, se permitir construir os barramentos de jusante e nunca o contrário, uma vez que todos os barramentos foram projetados e simulados em conjunto e não separadamente, ou seja, o volume reservado e a operação dos barramentos de montante influenciaram fortemente no cálculo dos dispositivos de segurança e na operação prevista dos barramentos de jusante.

A implantação de outra ordem de construção dos barramentos poderá ser prejudicial e perigosa para as populações e empreendimentos que habitam ou se localizam próximos aos cursos d'água.

O diagnóstico de resíduos sólidos teve como base o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS), desenvolvido pelo DAAE (2013), onde é abordado detalhadamente as informações da coleta e destinação dos resíduos, segundo classificação do PNRS (Brasil, 2010) por origem.

O estudo revela a abrangência de 100% da área urbana para a coleta de Resíduos Sólidos Domiciliares (RSD), bem como a coleta seletiva, que atende também, chácaras de recreio e os dois assentamentos rurais. Destaca-se para os Resíduos Da Construção Civil (RCC) os 8 (oito) Pontos de Entrega de Volumosos (PEV), os quais foram devidamente licenciados pela Cetesb e pela SMMA. Observam-se como um problema enfrentado, as áreas de deposições clandestinas, o que se torna um passivo para o município.

Quanto aos Resíduos de Serviços de Saúde (RSS), reitera-se que o estabelecimento é responsável pelo gerenciamento adequado dos resíduos gerados e é obrigado a apresentar aos órgãos competentes um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), normatizado pela Resolução Conjunta SS/SMA/SJDC-1 de 29/06/1998.



A coleta dos Resíduos de Limpeza Urbana é realizada pela equipe de varrição, poda de grama e capina do município e os mesmos são encaminhados para ETR-Araraquara onde são dispostos em um pátio a céu aberto, triados, armazenados, e encaminhados para disposição final.

Quanto aos Resíduos Industriais (RI), de acordo com a PNRS (BRASIL, 2010), compete aos geradores a elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos, o qual poderá ser realizado de modo simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte.

Na sequência do diagnóstico, o estudo propõe metas e diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos no município de Araraquara para se atender as metas previstas no PMSB. Observa-se como desafios para um cenário otimista a redução dos resíduos recicláveis dispostos em aterro, a redução do percentual de RSU facilmente degradáveis (resíduos compostáveis) dispostos em aterros, a ampliação da logística reversa para todas as categorias de resíduos agrossilvopastoris, disposição final ambientalmente adequada de resíduos de mineração e destinação dos RCCs para instalações de recuperação para reutilização e reciclagem.

Em suma, considerando a realidade de cidades do mesmo porte no Brasil, e após uma análise integrada dos serviços que compõe o Sistema Municipal de Saneamento Básico, verificamos que o Município de Araraquara, está acima da média, os serviços de água e esgotamento sanitário, além dos resíduos sólidos estão bem estruturados e próximos de alcançar a universalização no atendimento, demandando uma melhor qualificação da prestação dos serviços. Com relação à drenagem urbana, exige-se um esforço maior para dotar o município de infraestruturas e serviços para garantia de adequada prestação dos serviços.

Do ponto de vista da estrutura administrativa, a administração municipal requer um programa de modernização para fazer frente aos desafios de formulação, acompanhamento, operação, regulação e fiscalização da prestação dos serviços de saneamento básico.

Do ponto de vista econômico-financeiro, os estudos apontam para um esforço da administração municipal, em modernizar e adequar o sistema de arrecadação e remuneração dos serviços, bem como buscar alternativas de associação (parcerias públicas e/ou privadas) para agregar conhecimento técnico e recursos financeiros, para garantir a efetivação do planejado e criar as condições para uma cidade econômica e ambientalmente sustentável para esta e as futuras gerações.

15. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRELPE “ Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2010”

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (Brasil, MME). Sistema de Informações Hidrológicas – Hidroweb. Disponível em <http://hidroweb.ana.gov.br/>.

ARARAQUARA. Prefeitura Municipal de Araraquara. Departamento Autônomo de Água e Esgotos. Plano municipal de saneamento básico / Departamento Autônomo de Água e Esgotos. Araraquara, SP: Prefeitura Municipal de Araraquara, 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS. Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2012. Disponível em: <<http://www.abrelpe.org.br/>>. Acesso em: agosto 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). NBR 7500: símbolo de risco e manuseio para o armazenamento de material – simbologia. Rio de Janeiro, 1987.

BOLITO, A. Ap. B. Informações sobre quantidade processada de resíduos sólidos da construção civil. Disponível em: <adriana@moradadosolambiental.com.br> em: 10 abril 2013.

BORMA, Laura De Simone; SOARES, Paulo Sérgio Moreira. Drenagem ácida e gestão de resíduos sólidos de mineração. Brasília, DF, p.243-266, Cap.10, 2002. Disponível em <http://www.cetem.gov.br/publicacao/extracao_de_ouro/capitulo_10.pdf>.

BRAGA, J. E. V. Ações ambientais afirmativas – critérios ambientais definidores dos novos parâmetros de financiamento das políticas públicas ambientais. 2011. 124 p. Dissertação (Mestrado profissional interinstitucional em Economia) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre; Universidade Federal de Roraima, 2011.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Dispõe sobre o regulamento técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. Resolução RDC nº 306, de 7 de dezembro de 2004. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. Decreto nº 7.404/2010, de 23 de dezembro de 2010. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm>. Acesso em agosto de 2011a.

BRASIL. Decreto nº 7.405/2010, de 23 de dezembro de 2010. Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm>. Acesso em agosto de 2011b.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Manual de saneamento. 3. ed. rev. Brasília: Fundação Nacional de Saúde, 2006. 408 p.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Estabelece as diretrizes gerais da política urbana dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 de julho de 2001.

BRASIL. Lei nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004. Institui normas para licitação e contratação de parcerias público-privada no âmbito da administração pública. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de dezembro de 2004b.

BRASIL. Lei nº 11.107 de 6 de abril de 2005. Dispõe sobre as normas gerais para a contratação de consórcios públicos. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 de janeiro de 2007a.

BRASIL. Lei nº 11.445 de 6 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 de janeiro de 2007b.

BRASIL. Lei nº 12.305/2010, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/Conama/legiabre.cfm?codlegi=636>>. Acesso em: agosto 2011c.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 de abril de 1999.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Resolução nº 357, de 17 de março de 2005. Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, Brasília, DF, 2005a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada, e dá outras providências. Resolução nº 416, de 30 de setembro de 2009. Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, Brasília, DF, 2009.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências. Resolução nº 358, de 29 de abril de 2005. Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente, Brasília, DF. 2005b.

BRASIL. Projeto de Lei nº 203/91 de 7 de julho de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos no Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 de julho de 2010.

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE ARARAQUARA. Fotos (2011). Disponível em: <<http://www.uniara.com.br/>>. Acesso em: setembro 2011.

COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Programa de reciclagem do óleo de fritura (PROL). São Paulo, SP, 2011. Disponível em: <<http://site.sabesp.com.br/site/interna/Default.aspx?secaold=82>>. Acesso em: junho 2011.

COMPANHIA TRÔLEBUS DE ARARAQUARA. Indicadores. Disponível em: <<http://www.ctaonline.com.br/>>. Acesso em: setembro 2013.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (CONAMA). Legislação Ambiental Brasileira. Disponível em: <http://mma.gov.br/port/conama>. Acesso em 22 de novembro de 2004.

CÓRDOBA, R. E. Estudo do Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos de Construção e Demolição do Município de São Carlos – SP. 2010. 406 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos. 2010.

CPRM - SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL (Brasil, MME) & SÃO PAULO. Mapa Geológico do Estado de São Paulo. Escala 1:750. 000. Ano de referência 2006.

D'ALMEIDA, M. L. O.; VILHENA A. Lixo municipal: manual de gerenciamento integrado. São Paulo: Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) e Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), 2000. 370 p.

DAAE ARARAQUARA & SEREC. Relatório final: Abastecimento de Água Potável. SEREC, São Paulo, 2012.

DAAE ARARAQUARA & SEREC. Relatório final: Drenagem e Manejo das Águas Pluviais. SEREC, São Paulo, 2012.

DAAE ARARAQUARA & SEREC. Relatório final: Esgotamento Sanitário. SEREC, São Paulo, 2012.

DAAE ARARAQUARA (Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Araraquara) PDSGAA- Plano Diretor de Saneamento Gestão Ambiental de Araraquara 2008-2030. Hagaplan Planejamento e Projetos Ltda, 2007.

D'ELIA, D. M. C. Relação entre utilização de água e geração de resíduos sólidos domiciliares. Revista Saneamento Ambiental, São Paulo, ano XI, nº 65, p. 38-41, maio 2000.

FOSTER, V. (2002) Policy Issues for the Water and Sanitation Sectors IMF 96-101, Washington

GENOVEZ, A. M. Avaliação dos métodos de estimação das vazões de enchente para pequenas bacias rurais do Estado de São Paulo. Campinas, 1991. Tese (Livre Docência) - Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas (FEC-UNICAMP).

GENOVEZ, A. M. Vazões Máximas. In: Paiva, J. B. D.; Paiva, E. M. C. D. Hidrologia Aplicada à Gestão de Pequenas Bacias Hidrográficas. Porto Alegre: ABRH, 2001. p. 33-108.

GEOVISION. Centro de Gerenciamento de Resíduos (CGR). Disponível em: <<http://www.geovisionsae.com.br>>. Acesso em: novembro 2011.

GOOGLE EARTH. Mapas (vários). Disponível em: <<http://www.google.com.br/intl/pt-PT/earth/>>. Acesso em: setembro 2013.

GUASCH, J.L. (2007) Granting and Renegotiating Infrastructure concessions: Doing it right. World Bank Institute Development Studies, Washington

HAWKINS, R. H., Hjelmfelt, A. T., e Zevenberger, A. W. Runoff probability, storm depth, and curve numbers. Journal of Irrigation and Drainage Engineering, v.111, n.º 4, p. 330-340, 1985.

<http://policy.nrcs.usda.gov/OpenNonWebContent.aspx?content=17758.wba>.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home> Acesso em 02/05/2011

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). IBGE Cidades. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>? Acesso em 02/05/2011

INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS (São Paulo, SP). & BRASIL. EMPRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Mapa Pedológico do Estado de São Paulo. Escala 1:500.000. Ano de referência 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional Censo 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: dezembro 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Relatório de pesquisa: pesquisa sobre pagamentos por serviços ambientais urbanos para gestão de resíduos sólidos. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100514_relatsau.pdf>. Acesso em: setembro 2013.

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS (São Paulo, SP) COMPANHIA DE PROMOÇÃO DE PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). Programa de Desenvolvimento de Recursos Minerais Pró-Minério. do Estado de São Paulo S.A. Mapa Geomorfológico do Estado de São Paulo. Escala 1:1000.000. Ano de referência 1981.

INSTITUTO TRATA BRASIL (2010) “Benefícios Econômicos do Saneamento Básico”

LEITE, M. F. A taxa de coleta de resíduos sólidos domiciliares: uma análise crítica. 2006. 94 p. Tese (Mestrado em Engenharia Civil) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

LEITE, W. C. A. Estudo da gestão de resíduos sólidos: uma proposta de modelo tomando a Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI-5) como referência. 1997. 270 p. Tese (Doutorado em Hidráulica e Saneamento) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1997.

LOPES, A. A. Estudo da gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos na bacia Tietê-Jacaré (UGRHI-13). 2007. 370 p. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2007.

MACEDO, M. F. Avaliação do sistema de monitoramento de recursos hídricos e da viabilidade técnica, legal e econômica da aplicação da resolução CONAMA 357/2005 para a sub-bacia do ribeirão das Cruzes (Araraquara-SP). Dissertação de Mestrado Araraquara, Centro Universitário de Araraquara, 2007. 96 p.

MARTINEZ & MAGNI. São Paulo, Secretaria De Recursos Hídricos, Saneamento e Obras, Departamento de Águas e Energia Elétrica, Centro Tecnológico de Hidráulica e Recursos Hídricos. Equações de Chuvas Intensas do Estado de São Paulo. Convênio Departamento de Águas e Energia Elétrica e Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

MATTOS, A T R. Índice de Saúde Aplicado ao Município de Araraquara, SP: Um instrumento para o acompanhamento da Atenção Básica, 2006, 103f. Dissertação (Medicina Social)-Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MCCUEN, R. H. Hydrologic Analysis and Design. New Jersey: Prentice Hall, 1ª ed. 1989, 867p. 3ª ed., 2004

MEAULO, F. J. Mapeamento da Vulnerabilidade Natural à Poluição dos Recursos Hídricos Subterrâneos de Araraquara (SP) HOLOS Environment v.6 n.2, 2006 - p. 70.

MEAULO, F. J. Vulnerabilidade natural à poluição dos recursos hídricos subterrâneos da área de Araraquara (SP). 2004. 108f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente)- Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

MOSCHINI, L. E; Santos, J.E. Vulnerabilidade Da Paisagem Relacionada À Fragmentação De Habitats Naturais E Semi-Naturais Do Município De Araraquara, SP.

NRSC - NATIONAL RESOURCES CONSERVATION SERVICE (U.S.D.A.). 210-VI-NEH - National Engineering Handbook. Chapter 9 Hydrologic Soil-Cover Complexes, July 2004. Disponível em

OGROSKY, H. O.; MOCKUS, V. Hydrology of Agricultural Lands. In: Chow, V. T. Handbook of Applied Hydrology. McGraw-Hill, 1964. cap.21, p. 1-97.

OLIVEIRA, J. B. Solos do Estado de São Paulo: descrição das classes registradas no mapa pedológico. Campinas, IAC, 1999, 112p. (Boletim Científico, 45)

OLIVEIRA, J.B.; Camargo, M.N.; Rossi, M.; Calderano Filho, B. Mapa Pedológico do Estado de São Paulo: Legenda Expandida. Campinas, Embrapa-Solos/IAC, 1999, 64p. e mapa.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. ADH - Atlas de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/atlas/> Acesso em 02/05/2011.

PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO. Araraquara: Departamento Autônomo de Água e Esgotos/DAAE, SEREC, 2011. 234 p. Revisado.

RIGHETTO, A. M. Hidrologia e Recursos Hídricos. São Carlos, EESC/USP, 1998.

RODOLPHO, T.J. & MACHADO, J.C.M.S. Perfil demográfico e condições sanitárias dos idosos em área urbana do Sudeste do Brasil. Revista de Saúde Pública, São Paulo,v30,n3, Oct. 1996

SÃO PAULO (Estado). Lei 13.576, de 6 de julho de 2009. Institui normas e procedimentos para a reciclagem, gerenciamento e destinação final de lixo tecnológico. Diário Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12.047, de 21 de setembro de 2005. Fica autorizado a instituição do "Programa para a Destinação e Recolhimento de Óleo Vegetal ou Gordura" em nossa cidade, e dá outras providências. São Paulo, SP, 2007. Disponível em: <<http://www.legislacao.sp.gov.br/>>. Acesso em: junho de 2011a.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 12.300/2006, 16 de março de 2006. Institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e define princípios e diretrizes. Diário Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: < <http://www.legislacao.sp.gov.br/>>. Acesso em: julho de 2011b.

SÃO Paulo (Estado). Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Estabelece a relação de produtos geradores de resíduos de significativo impacto ambiental, para fins do disposto no artigo 19, do Decreto Estadual nº 54.645, de 05.08.2009, que regulamenta a Lei Estadual nº 12.300, de 16.03.2006, e dá outras providências correlatas. Resolução SMA nº 038/2011 (Estadual), Diário Oficial do Estado de São Paulo, 03 de ago. 2011c.



SARTORI, A. Avaliação da Classificação dos grupos hidrológicos do Solo para a Determinação do Excesso de Chuva do Método do Serviço de Conservação do Solo dos Estados Unidos. Total p. Dissertação (mestre em engenharia civil), Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Campinas, SP, 2004.

SARTORI, A. LOMBARDI NETO, F. & GENOVEZ, A. M. Classificação dos grupos hidrológicos de solos brasileiros para a estimativa da chuva excedente com o método do Serviço de Conservação do Solo dos Estados Unidos Parte 1: Classificação. 2005. Revista Brasileira de Recursos Hídricos – RBRH, v.10, n.4, out/dez, pág. 05-18. 2005a.

SARTORI, A. LOMBARDI NETO, F. & GENOVEZ, A. M. Classificação dos grupos hidrológicos de solos brasileiros para a estimativa da chuva excedente com o método do Serviço de Conservação do Solo dos Estados Unidos Parte 2: Aplicação. 2005. Revista Brasileira de Recursos Hídricos – RBRH, v.10, n.4, out/dez, pág. 05-18. 2005b.

SCALIZE, M. A. Investigação Detalhada e Análise de Risco do Aterro de Resíduos Domiciliares de Araraquara-SP. In: SIRS – Simpósio sobre Resíduos Sólidos, II, 2011, São Carlos. Anais... São Carlos: USP, 2011. nov./dez.

SCHALCH, V. Análise comparativa de dois aterros sanitários semelhantes e correlações dos parâmetros do processo de digestão anaeróbia. 1992. 220 p. Tese (Doutorado em Hidráulica e Saneamento) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1992.

SCHALCH, V. Estratégias para a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos. 2002. 149 p. Texto (Livre-Docência) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.

SCHALCH, V. Responsabilidades pela geração de resíduos sólidos. Fluxograma apresentado durante a disciplina do curso de Pós-Graduação em Hidráulica e Saneamento: “Gerenciamento de resíduos sólidos”, mar-jun 2008. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2008. slides, color.

SCHALCH, V., et al. Projeto de redução, reutilização e reciclagem dos resíduos de construção e demolição no município de São Carlos. Convênio: Secretaria Municipal da Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, Fundação para o Incremento da Pesquisa e Aperfeiçoamento Industrial. São Carlos: PMSC, 1997.

SMA - SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (São Paulo, SP). Política Municipal de Meio Ambiente: Orientação para os Municípios. 2ª. Ed. São Paulo. Fundação Faria Lima – CEPAM. 1992.

TCHOBANOGLIOUS, G. Solid wastes engineering principles and management issues. New York: McGraw Hill Inc, 1997.

TCHOBANOGLIOUS, G., et al. Integrated Solid Waste Management: Engineering Principles and management issues. EUA: McGraw-Hill, 1993. 978 p.

THEMELIS, N. J (2010) “The Waste-to-energy research and technology council” in The 2010 ERC Directory of Waste-to-energy Plants, Energy Recovery Council.



Prefeitura
Municipal de
Araraquara



16. ANEXOS

ANEXO I - Sistema existente de produção de água potável.

ANEXO II - Rede de distribuição de água potável existente

ANEXO III - Sistema existente de reservação de água potável

ANEXO IV - Delimitação da área de projeto

ANEXO V - Zoneamento Demográfico do ano de 2012

ANEXO VI - Zoneamento Demográfico ano 2000

ANEXO VII – Setorização proposta

ANEXO VIII – Sub-setorização proposta

ANEXO IX - Mananciais superficiais passíveis de captações

ANEXO X – Sistema existente e sistema proposto de distribuição

ANEXO XI - Rede de coleta e transporte de esgotos

ANEXO XII – Plantas gerais das cinco alternativas avaliadas

ANEXO XIII – Perfis das cinco alternativas avaliadas

ANEXO XIV - Cadastro técnico da rede de drenagem do município de Araraquara.

ANEXO XV – Planta de sub-bacias hidrográficas.

ANEXO XVI – Diagrama Unifilar do Sistema de Drenagem

ANEXO XVII – Manual Simplificado de Drenagem Urbana

ANEXO XVIII - Índices específicos de vazão para os cenários

ANEXO XIX – Mapa de localização dos reservatórios propostos

ANEXO XX– Mapa de localização dos reservatórios propostos e a indicação das travessias insuficientes.

ANEXO XXI - Projetos hidráulicos dos barramentos (planta de implantação e corte)

ANEXO XXII - Mapa de setores da coleta regular

ANEXO XXIII - Mapa da Localização dos PEVs

ANEXO XXIV – Mapa de setores da coleta seletiva

ANEXO XXV – Mapa de descartes irregulares de residuos sólidos

ANEXO XXVI - Estrutura da rede municipal de saúde

ANEXO XXVII – Mapas das frequência das varrições de vias públicas por setores

ANEXO XXVIII - Mapa de Concessões de Uso dos Recursos Naturais

ANEXO XXIX - Relação de licenciamentos dos empreendimentos da estação de
tratamento de resíduos sólidos

ANEXO XXX - Relação das empresas com processo de licenciamento

ANEXO XXXI - Folders Educação Ambiental

ANEXO XXXII - Organização de Cooperativas em Rede para Venda de Recicláveis